

ROBSON MENDONÇA PEREIRA

# **O PREFEITO DO PROGRESSO:**

MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO  
NA ADMINISTRAÇÃO DE WASHINGTON LUÍS  
(1914-1919)

FRANCA – 2005

ROBSON MENDONÇA PEREIRA

# **O PREFEITO DO PROGRESSO:**

MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO  
NA ADMINISTRAÇÃO DE WASHINGTON LUÍS  
(1914-1919)

Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Doutor em História, sob orientação do Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin.

Franca – 2005

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer as instituições e pessoas, que direta ou indiretamente vieram a colaborar para a realização deste trabalho. Manifesto minha gratidão a todos e em especial:

à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual de Goiás pela concessão do afastamento necessário ao cumprimento dos créditos e redação da tese;

ao Prof. Dr. José Evaldo de Mello Doin, pela aposta no projeto, encorajamento no momento difícil de redirecionar a pesquisa e acompanhamento sempre entusiasmado ao longo desses quatro últimos anos;

aos professores doutores Maria Aparecida de S. Lopes e Jean Marcel Carvalho França, do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, do campus de Franca, pelas pertinentes sugestões e orientação no exame de qualificação;

ao Prof. Dr. José Carlos de Medeiros Pereira (Faculdade de Medicina/USP), pela leitura extremamente qualificada de meus originais, pelas anotações preciosas e contribuições generosas ao longo da confecção do texto;

aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo e da Biblioteca da F.H.D.S.S. da UNESP, campus de Franca, pela paciência nas inúmeras consultas;

ao queridos amigos da Sociedade Amigos da Cultura de Batatais (AMICUS): Walter Cardoso, Clotilde Cardoso, Clarice Bombonato, Claudete Basaglia e Sérgio Amaro;

aos companheiros da pós-graduação: Rodrigo Pazziani, Osana de Almeida, Odilon Machado Junior, Higina Teixeira Marques e Veruschka de Sales Azevedo, que tornaram menos solitário o momento da escrita dessa tese;

aos colegas de profissão pelo seu apoio e interesse: Eliézer Cardoso, Renata Cristina Nascimento, José Santana da Silva, Tadeu Arrais e Mário Roberto Ferraro, da Universidade Estadual de Goiás, campus de Anápolis.

aos meus pais, Dora e Manoel, e aos meus irmãos Rubens e Régis, pela longa convivência e por seu apoio.

Finalmente, a minha esposa Sônia Maria de Magalhães, pela paciência em acompanhar cada passo dessa tese e pela interlocução sempre franca.

Durante o século XIX e o XX, o continente latino-americano adotou sucessivos projetos de modernização, todos eles inspirados no exemplo norte-americano e europeu, sem que até esta data nenhum dos nossos países possa se chamar com inteira propriedade de *moderno*. (...) Em nossos países, coexistem o burro e o avião, os analfabetos e os poetas de vanguarda, as choças e as siderurgias. Todas essas contradições culminam em uma: nossas instituições são democráticas, porém a realidade real e ubíqua é a ditadura. Nossa realidade política resume a contraditória modernidade latino-americana.

Octávio Paz. *Tempo nublado*.

## SUMÁRIO

Resumo	6
Lista de Quadros	7
Lista de Tabelas	7
Lista de Figuras	7
Lista de Abreviaturas	8
Introdução	9
1 – O projeto político republicano de modernização paulista e suas implicações na cidade de São Paulo	14
1.1 A modernização paulista na Primeira República: uma pequena introdução	14
1.2 Configuração da elite política paulista: entre a tradição e a mudança	32
1.3 Modernidade e modernização diferenciada: uma explicação necessária	48
1.4 Modernização urbana e gestão autoritária: da Paris de Haussmann a São Paulo de Washington Luís	57
2 – Washington Luís: trajetória político-administrativa de um modernizador público	76
2.1 Perfil biográfico de Washington Luís – administrador público liberal ou tecnocrata autoritário?	76
2.2 Intendente municipal em uma cidade do café – primeiros traços de uma vocação	92
2.3 Breve e prolífica passagem pelo Congresso do Estado	111
2.4 Um reformista na Secretaria da Justiça e da Segurança Pública	129
3 – Um gestor austero na Prefeitura de São Paulo (1914-1917)	158
3.1 A construção da capital do café: dos presidentes de Província ao prefeito Antonio Prado (1870-1911)	158
3.2 Controle político e contexto socioeconômico da capital na primeira metade da década de 1910	180
3.3 Diagnóstico de uma cidade em crise: o empréstimo “americano”	200
3.4 A reforma administrativa de 1916: reorganizando um sistema	215
4 – Segundo mandato: um agente modernizador (1917-1919)	233
4.1 A questão da eleição direta e os conflitos com a Câmara Municipal	233
4.2 Remodelação e embelezamento da capital do café: de volta aos	

	“Melhoramentos de São Paulo”	249
4.3	Estradas de rodagem, automobilismo e exposições	268
4.4	A Greve de 1917 e a Epidemia de Gripe de 1918: limites e contradições da modernização paulistana	286
	Considerações Finais	313
	Fontes	316
	Bibliografia	322
	Anexos	329

## RESUMO

Investigação do campo político e de seus reflexos no espaço urbano, em termos das ações de intervenção na cidade de São Paulo na década de 1910 na administração de Washington Luís (1914-1919), período prolífico de discussões para se refletir sobre a introdução das concepções da urbanística moderna e da dificuldade de sua difusão devido à opção formal da elite paulista pelas soluções de inspiração *hausmanniana*. Washington Luís pode ser considerado uma das poucas personalidades a conseguirem metamorfosear o discurso da modernização em ação efetiva sob o espaço da cidade na Primeira República. Como representante da alta burocracia estatal paulista inaugurou um estilo de gestão administrativa que aliava a racionalidade técnica aos símbolos de uma modernidade triunfante na passagem da *Belle Époque* para os anos 20.

Palavras-chave: modernização, urbanização, política, administração pública

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População de alguns municípios do Estado de São Paulo, 1874-1900	159
Quadro 2 – Receita e Despesa do Município de São Paulo, 1899-1910	174
Quadro 3 – Brasil – Evolução da População Urbana segundo as Capitais (1900-1920)	176
Quadro 4 – Receita e Despesa do Município de São Paulo, 1912-1916	201
Quadro 5 – Dívida Passiva do município de São Paulo nos exercícios de 1914 a 1919	210
Quadro 6 – Receita e Despesa do Município de São Paulo (1916-1919)	211
Quadro 7 – Principais receitas orçamentárias arrecadadas dos exercícios de 1910 a 1914	212
Quadro 8 – Principais receitas orçamentárias arrecadadas dos exercícios de 1915 a 1919	212
Quadro 9 – Principais despesas orçamentárias dos exercícios de 1914 a 1919	223
Quadro 10 – Calçamento Urbano na cidade de São Paulo – exercícios de 1912 a 1916	224
Quadro 11 – Estradas de rodagem da capital (em quilômetros)	276
Quadro 12 – Número de Automóveis, segundo o Tipo – Cidade de São Paulo – (1909-1919)	283

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Arrecadação do Município de São Paulo (1910-1915)	200
--	-----

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Descendência da Baronesa de Piracicaba	115
Figura 2 – Advogado na cidade de São Paulo	121
Figura 3 – Secretário da Justiça e da Segurança Pública (1910)	135
Figura 4 – Avenida Cásper Libero no começo do século XX	172
Figura 5 – Viaduto Santa Ifigênia e Mosteiro São Bento, anos 1920	175
Figura 6 – Bairro dos Campos Elíseos (1909)	182



Figura 7 – Movimento cotidiano da rua Libero Badaró (1923)	187
Figura 8 – 25º aniversário da turma de bacharéis de 1891 (1916)	237
Figura 9 – Washington e Altino em frente ao Palácio do Governo (1920)	240
Figura 10 – Viaduto do Chá (1914)	260
Figura 11 – Washington Luís e Antônio Prado Junior (1916)	272
Figura 12 – Construção de estrada de rodagem	275

### **LISTA DE ABREVIATURAS**

AESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

ACCB – Arquivo Cartorial da Comarca de Batatais

ACDESP – Anais da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo

ACMB – Arquivo da Câmara Municipal de Batatais

APAA – Arquivo Privado Altino Arantes

APWL – Arquivo Privado Washington Luís

## INTRODUÇÃO

O estudo do processo de modernização urbana e seus agentes sociais na Primeira República vêm me inspirando desde o mestrado quando abordei a administração de Washington Luís no município de Batatais, pequena localidade situada no noroeste paulista, no final do século XIX.<sup>1</sup>

Em meio às diversas questões tratadas na dissertação, examinei as formas e os mecanismos de ascensão interna na estrutura política paulista no início do período republicano. Muitos bacharéis, médicos e engenheiros recém-formados, como Washington, migraram para a área dinâmica de expansão do complexo agro-exportador cafeeiro, ensejando alcançar uma posição de destaque ou amealhar algum cargo público. A disputa por esses postos se tornou bastante acirrada no período republicano, por consistir em uma espécie de pré-requisito exigido pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para ter acesso a posições mais elevadas, seja no Legislativo estadual ou federal, bem como nas funções de mando na máquina administrativa estadual.

O sucesso de Washington como Intendente Municipal de Batatais deveu-se a transformação do discurso da autonomia municipal para um plano de intervenção urbana, dotando a cidade de uma rede infraestrutural moderna, adequando-se aos fluxos de trocas intensas gerada pela economia cafeeira. Revela-se nessa experiência a vocação precoce para a administração pública que pautará a trajetória política desse agente de modernização.

Nessa tese proponho uma análise da modernização da cidade de São Paulo na década de 1910, sob a gestão de Washington Luís, enfocando dois processos que se desenvolvem paralelamente e que acabam convergindo nesse período. De um lado, um projeto de modernização material da capital paulista, desenhado pela elite política paulista na Primeira República e sustentado fortemente na economia cafeeira, visando a construção da “metrópole do café”; de outro lado, um programa amplo de modernização estatal e racionalização administrativa que conduziu a uma gradativa centralização da política estadual.

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha*. Franca, 1998. 249p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.

A intervenções *haussmannianas* experimentadas pela cidade de São Paulo na administração do conselheiro Antônio da Silva Prado (1899-1911), romperam com os marcos coloniais e transformaram sua fisionomia. A Paulicéia começava a crescer de forma desmesurada e a concentrar inúmeras atividades, desde o comércio de importação e exportação até a indústria de bens de consumo, atraindo um enorme fluxo de imigrantes. Ao mesmo tempo, começava a tornar-se muito importante do ponto de vista estratégico como sede da administração estadual.

A dificuldade do PRP em manter o controle da municipalidade da capital, aliado ao endividamento público crescente e ao gasto com obras suntuosas, levou o governo estadual a articular a candidatura de um membro fiel do partido, que fosse capaz de superar a crise que se avizinhava, colocar as finanças municipais em ordem e manter a tutela da municipalidade em nome do partido. A indicação recaiu em Washington Luís, reconhecido justamente por sua fidelidade e competência administrativa exigida para o desafio a ser enfrentado.

O próprio PRP evoluíra em sua estrutura, passando de um partido de classe para um “partido da administração estatal”<sup>2</sup>, e portanto, via obrigatoria de acesso aos cargos eletivos, da vereança até a alta cúpula burocrática. O presidente de Estado passou a utilizar a Comissão Diretora do PRP como uma espécie de instância intermediária com os diretórios municipais. Durante o governo paulista de Jorge Tibiriçá (1904-1908), se esboçaram as linhas mestras de um programa amplo de modernização e racionalização estatal. Determinados setores passaram a exigir de seu pessoal um maior nível de capacitação técnica e especialização.<sup>3</sup> Contudo, o PRP ressentia-se da falta de indivíduos com propensão para exercer essas funções de governo de maneira eficiente. Washington Luís apresentava um perfil adequado as pretensões hegemônicas do partido, desempenhando-se de maneira eficiente como administrador e político profissional.

Importante destacar que Washington pertencia a uma geração de políticos do PRP mais afinada com os desafios de uma corrente modernizante, que começava a ameaçar as bases tradicionais de poder da elite política paulista na década de 1910. No

---

<sup>2</sup> PERISSINOTTO, Renato Monseff. Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930). Prefácio de Décio Saes. Tomo I. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999. Especialmente o capítulo XI – O Partido Republicano Paulista: da classe ao Estado, pp. 165-96.

<sup>3</sup> PERISSINOTTO, Renato Monseff. A República e a modernização do Estado de São Paulo. In: *Cadernos da F. F. C.*, v. 9, n. 2, 2000, pp. 105-25.

entanto, sua passagem pela prefeitura da capital foi marcada pelos efeitos do conflito europeu, que fizeram emergir uma série de conflitos sociais latentes.

Washington guardava uma imensa capacidade de ousadia e ímpetos voluntaristas expressos em seus discursos, nas estratégias de apelo propagandístico, no estímulo a construção de estradas de rodagem, ao uso de automóveis, de aviões, nas práticas esportivas, nos desfiles públicos, nas exposições industriais, enfim, no apelo aos recursos próprios do modernismo aliado às transformações urbanísticas que se operavam sob uma situação de crise.

A tese encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro, trato de questões que dizem respeito à configuração do projeto republicano paulista de modernização e da maneira como este se efetiva no espaço urbano (como espaço privilegiado para sua realização), tendo em vista as relações e entrecruzamentos de concepções modernas de administração pública e do urbanismo, e suas reais possibilidades de implementação na capital paulista durante os anos 1910, no compasso da metamorfose da cidade em metrópole. Aponto aqui a possibilidade desta experiência gerar um modelo diferenciado de modernização, afastando a perspectiva de transposição de modelos urbanísticos europeus e norte-americanos. Desenvolvo um estudo sobre a elite política paulista em torno do Partido Republicano Paulista: sua maior adesão aos valores capitalistas e a valorização da competência técnica na formação de quadros burocráticos estatais se comparada às elites e partidos republicanos de outras unidades federativas.

No segundo capítulo analiso a trajetória político-administrativa de Washington Luís. Ressalto a importância da formação acadêmica adquirida em São Paulo em meio à passagem do regime monárquico para o republicano, o início da carreira política no interior paulista e a estréia como Intendente Municipal em Batatais. Em seguida, trato da sua integração ao cenário político estadual por meio de sua eleição como deputado em 1903, seguido pela importante atuação como secretário da Justiça e da Segurança Pública (1906-1912), significativamente na promoção da reforma do aparelho repressivo paulista. Essas experiências colaboraram para consolidar uma vocação para a administração pública, sem deixar de lado as práticas políticas usuais de seu partido: os arranjos de bastidores, os contatos preciosos, a prática dos favores e a distribuição de cargos.

No terceiro capítulo empreendo um estudo da modernização da cidade de São Paulo desde as administrações dos Presidentes de Província no final do Segundo

Império até os prefeitos Antônio Prado e Raymundo Duprat. Em seguida, trato dos arranjos do PRP para assumir o controle político da capital, com a indicação de Washington para prefeitura. Destaco as primeiras providências tomadas pela nova gestão: austeridade forçada pela necessidade de redução nos investimentos e gastos públicos e a negociação de um novo empréstimo no exterior dificultada pelo ambiente recessivo criado pela Primeira Guerra Mundial. A reforma administrativa realizada por Washington em 1916 pautou-se pela fusão de algumas diretorias e ampliação de outras, visando o equacionamento dos gastos e uma maior versatilidade no funcionamento da máquina pública municipal.

No quarto e último capítulo investigo os conflitos entre o Executivo e o Legislativo municipal decorrentes das manobras do PRP. Apesar do desgaste político, Washington construiu uma estratégia arriscada de reeleição por meio de um pleito direto baseando-se no apoio fornecido pelo presidente de Estado Altino Arantes.

No seu segundo mandato manteve em relação aos projetos urbanísticos — continuidade das obras do Parque do Anhangabaú e dos melhoramentos na Várzea do Carmo — a mesma tendência a privilegiar o centro paulistano e as áreas adjacentes à leste onde estavam surgindo bairros residenciais de elite e da classe média, enquanto os bairros industriais populosos, continuavam menosprezados. Desistiu da construção do paço municipal e do projetado centro cívico, seguindo as orientações de seu diretor de Obras, Vítor Freire, um crítico contundente dos bulevares retilíneos.

Foram introduzidas algumas medidas a fim de sanar o problema da carestia: criação de mercados (feiras) livres; publicação de planta da cidade e dos novos limites de zoneamento espacial; implementação de uma política para melhorar o abastecimento da capital com a abertura de estradas de rodagem ligando a zona rural e suburbana com o centro.

Em decorrência do profundo envolvimento de Washington na questão automobilística, desenvolveram-se políticas específicas para construção de estradas de rodagem e aperfeiçoamento dos sistemas de pavimentação. Esse projeto elitista chegou ao seu ápice durante o Primeiro Congresso Paulista de Estradas de Rodagem em 1917, realizado na capital sob os auspícios do prefeito e do governo estadual. Washington organizou nesse mesmo ano a Primeira Exposição Industrial, espécie de prefiguração de seus discursos sobre o destino industrial da cidade.

O ciclo de greves de 1917 e a pandemia de gripe espanhola de 1918 que praticamente paralisaram a cidade são avaliados como eventos que anunciam os limites

da fantasia de modernização da elite paulista, ao exporem as contradições presentes nos projetos de intervenção urbana. Para se sobrepor aos efeitos negativos destas tensões Washington, auxiliado pelo governo do Estado, empregou métodos violentos e sistemáticos de repressão contra as paredes operárias. Em relação ao verdadeiro caos urbano gerado pela epidemia, dissimulou e minimizou seus reais efeitos produzindo uma versão oficial hegemônica sobre o episódio.

Quanto à documentação administrativa, utilizei amplamente os relatórios dos prefeitos Antônio Prado, Raymundo Duprat, Washington Luís e Firmiano de Moraes Pinto (1899-1920), as exposições dos diretores (Polícia Administrativa e Higiene; Limpeza Pública; Patrimônio, Estatística e Arquivo; Obras e Viação), as cópias dos ofícios expedidos pelo prefeito, leis, regulamentos, decretos e projetos. No âmbito do Legislativo municipal e estadual, consultei os Anais da Câmara Municipal de São Paulo e os Anais do Senado e Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo.

No fundo privado de Washington Luís, existente no Arquivo Público do Estado de São Paulo, efetuou-se a transcrição de parte da correspondência passiva, relacionada na sua maior parte a pedidos de favor, indicações políticas, pareceres sobre projetos discutidos no Legislativo e no Executivo municipal, conselhos, opiniões, relatórios de viagens, etc. A leitura do *Diário Íntimo* de Altino Arantes constituiu em um imprescindível registro das relações entre o presidente de Estado e o prefeito entre 1916 e 1919 e dos bastidores da política estadual.

# CAPÍTULO 1 – O PROJETO POLÍTICO-REPUBLICANO DE MODERNIZAÇÃO EM SÃO PAULO E SUAS IMPLICAÇÕES NO ESPAÇO URBANO

## 1.1 A modernização paulista na Primeira República: uma pequena introdução

Na passagem da Monarquia para República, muitos dos atores sociais envolvidos enxergaram no processo a oportunidade de realização de seus objetivos políticos, logo desiludidos ante a realidade institucional em construção. A sensação de libertação das peias de um regime centralista e austero animou as elites (paulistas) pela expectativa de obtenção de lucros inimagináveis, livres de controle, expressando a “vitória do espírito do capitalismo desacompanhado da ética protestante”, ou de um “capitalismo predatório, fruto típico do espírito bandeirante na concepção que lhe deu Viana Moog.”<sup>1</sup>

Este mesmo espírito iria moldar a concepção de Estado, promovendo uma intensa interpenetração entre a esfera da (res)pública e dos interesses privados, transfigurada na imagem do País como local para a realização de bons negócios.<sup>2</sup> Podemos perceber essas nuances desde o início da primeira década republicana, quando se adotavam alguns princípios importantes na organização do novo regime político, como o da representatividade e o da divisão de poderes tripartite configurado na primeira Constituição republicana (1891), na qual o Executivo aparecia como elemento centralizador fortalecido, espécie de substituto ao poder moderador vislumbrado no presidencialismo, que se consagrou no governo de Campos Sales.<sup>3</sup> Uma intensa disputa

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.26-7.

<sup>2</sup> “Nesse quadro, reitero mais uma vez, o Estado cumpre um papel bem mais complexo e mais amplo do que representar simplesmente um *comitê da classe dominante*. Com efeito, desde sua origem, mergulhado em seu passado colonial, o Estado brasileiro foi um generoso agente do processo de acumulação, além de formador de capacitação técnica e administrativa para o avanço da penetração da economia de mercado nestas plagas.” In: DOIN, José Evaldo de Mello. *O capitalismo bucaneiro: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café*. v. 1. São Paulo, 2001. Tese de Livre Docência — Faculdade de História, Direito e Serviço Social (câmpus de Franca) — Universidade Estadual Paulista, p.172.

<sup>3</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente–Campos Sales. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: República*. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. v.1, tomo III, pp.47-50. Weber inclusive observa esta ascendência do executivo entre os norte-americanos,

de bastidores pôs a lume os conflitos latentes entre civis e militares, em suas variantes posteriores de liberais e conservadores, republicanos históricos e monarquistas adesistas, positivistas e jacobinos, que se misturavam combinando interesses diversos e contrastantes. Predominavam as elites oligárquicas estaduais como interlocutoras privilegiadas nessas discussões, preocupadas em demasia com a legitimidade e a sustentação de um regime que, ao contrário de suas irmãs latino-americanas, implantava-se sem uma ruptura declarada com a ordem anterior, sem uma revolução apoiada num caudilho e, portanto, sentindo a ausência de uma base popular mínima de apoio, contraste este evidenciado por José Murilo de Carvalho:

No Brasil não houvera a revolução prévia. Apesar da abolição da escravidão, a sociedade caracterizava-se por desigualdades profundas e pela concentração do poder. Nessas circunstâncias, o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Acoplado ao presidencialismo, o darwinismo republicano tinha em mãos os instrumentos ideológicos e políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário.<sup>4</sup>

Para tornar o panorama mais confuso, versões ou modelos republicanos importados da Revolução Francesa (jacobinismo e positivismo) e da Revolução Americana (liberalismo e individualismo), inspiraram os grupos sociais envolvidos no processo de implantação da República que concorriam entre si para tornar sua posição majoritária.<sup>5</sup> De um lado os militares, seduzidos pelo projeto republicano dos positivistas que propunha uma nova sociedade regida pelo progresso e pela ordem, privilegiando a ciência e o desenvolvimento industrial, características que valorizavam a formação técnica, destacada no meio militar, em detrimento do bacharelismo vigente durante o Império. De outro, uma classe média urbana constituída de pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, servindo-se da influência do jacobinismo com seus valores abstratos de efetivação não-operacional, aspirando a uma revolução nos moldes franceses. Mas diante da incapacidade de realizar tal intento, parte desse grupo acabou aderindo à opção positivista por sua ênfase

---

assinalando a hipertrofia do presidencialismo, fenômeno que caracteriza também a realidade institucional dos demais países latino-americanos. O presidente age assim como “chefe da distribuição de cargos”, controlando um amplo sistema de “despojos” mantendo sua independência em relação ao parlamento (Congresso). WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Organização e introdução de H. H. Gerthe e C. Wright Mills. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, p. 130.

<sup>4</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 25.

<sup>5</sup> Idem, pp. 17-22.



num Estado forte e na organização do poder no estilo ditatorial, centralizado no Executivo, que promoveria o progresso integrando as massas através de uma política social.

O agrupamento mais organizado correspondia ao dos proprietários rurais, sobretudo a plutocracia paulista, que pensava num tipo de governo que satisfizesse seus interesses individuais, com a menor centralização possível e sem nenhuma participação popular. Buscaram assim as bases ideológicas desse programa em uma interpretação pragmática do modelo liberal norte-americano e de sua concepção moderna de liberdade que permitia ao poder privado se representar de maneira própria, participando indiretamente nos negócios políticos, item que atendia perfeitamente aos pressupostos básicos de organização do poder dos grandes fazendeiros cafeicultores que ensejavam uma solução mais permanente para garantir o fluxo de seus negócios.

Nesse quadro, o sistema federativo que conferiu autonomia às antigas províncias atendia sobremaneira aos interesses dos oligarcas locais, aplacando em parte suas desconfianças com o novo regime e aproximando-se dos pontos reivindicados pelos republicanos históricos<sup>6</sup>, ainda que somente algumas poucas unidades de fato pudessem exercer esta prerrogativa tendo em vista o seu poder econômico e peso político, como foi o caso dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Sem dúvida, a magnitude e preponderância da “locomotiva” paulista provocou diversos problemas para a efetividade dessa norma visto o tratamento diferenciado dado pelo governo federal, que “andava longe das ações arbitrárias impostas a outros Estados”<sup>7</sup>. A prática dessa autonomia inclusive favoreceu a cafeicultura ao liberar a contratação de empréstimos externos, auxiliando a política de subsídios à imigração e as manobras de valorização do café.<sup>8</sup>

No entanto, o percurso para a promoção desse intento se deu de início por uma via tortuosa. Os dois primeiros governos militares dos marechais Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894) foram marcados por

---

<sup>6</sup> O Partido Republicano Paulista, organizado politicamente desde 1873, era o mais antigo partido republicano, inspirando a fundação de outros similares em diversas províncias com as mesmas diretrizes programáticas gerais do PRP que representam uma reação ao centralismo político do Império como, por exemplo: mudança de regime, autonomia municipal e federalismo. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976, pp. 101-8.

<sup>7</sup> CASALECCHI, José Ênio. *O Partido republicano paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.62. As intervenções estaduais efetuadas pela união constituíram uma constante durante toda a Primeira República tendo se iniciado no governo de Floriano Peixoto (1892-1894), tornando-se uma prática usual a partir de Hermes da Fonseca (1910-1914), como instrumento de sua política de “salvações nacionais”.

<sup>8</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. Op. cit., p. 38.

desequilíbrios econômicos e financeiros gerados pela especulação desenfreada durante o Encilhamento<sup>9</sup>, e também pela instabilidade política constante, demonstrando claramente as dificuldades encontradas pelos fundadores do novo regime no estabelecimento de bases institucionais sólidas.

Estrategicamente os republicanos históricos paulistas assumiram o poder estadual articulados com Floriano, após a tentativa fracassada de golpe seguida da renúncia de Deodoro, apoiando formalmente as derrubadas de presidentes de Estado e fornecendo ajuda material durante a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Visavam neste intento a defender São Paulo de uma intervenção federal, reforçando a polícia no plano interno (a Força Pública como aparato militar se modernizou, com o aumento constante das verbas orçamentárias e do contingente).

Em meio a esses acontecimentos o Partido Republicano Paulista (PRP) ampliou seu espectro de ação política. Com o tempo transmutou-se de partido da propaganda, representante de vanguarda dos interesses da classe cafeeicultura, em um partido de governo. Tal processo teria se iniciado, segundo Casalecchi<sup>10</sup>, com a estratégia de unificação e centralização anunciada em manifesto da Comissão Central do PRP de 1894, quando o partido declarou abertamente que passaria a não permitir espaço para as dissidências políticas internas:

Este fato trazia conseqüências, pois ‘os partidos de governo têm mais necessidade de uniformizar a ação coletiva, restringindo tanto quanto possível o círculo da deliberação para que se estabeleça a indispensável unidade de pensamento’, não sendo conveniente deixar mais livre a expansão da autonomia individual.<sup>11</sup>

Se não era possível eliminar completamente as quizilas, descontentamentos e rivalidades internas, adotava-se a tática do consenso ou “congraçamento”, meio através do qual o partido passou a absorver os abalos provocados por crises internas (caso das dissidências de 1901, 1915, 1923-24), estabelecendo assim a unidade desejável. Para

---

<sup>9</sup> “A especulação, o *papelismo* gerado pela multiplicação dos agentes emissores, tanto da reforma de 24 de novembro, quanto da atribiliária e brusca guinada financeira promovida por Rui Barbosa, à frente do Ministério da Fazenda do Governo Provisório, com o Decreto de 17 de janeiro de 1890, conjugados, permitiram a desenfreada jogatina com títulos públicos e privados, e tornam crível e feliz a imagem utilizada por Gilberto Freyre, a de que *a República no Brasil nasceu penetrada pela Monarquia*.” DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., p.175. O mesmo autor aponta para os pontos positivos deste programa: facilidade de crédito e barateamento do capital fixo, gerando assim aumento das importações; redução do passivo do Tesouro obtida pela conversão dos títulos da dívida externa; e finalmente a geração de empreendimentos industriais auto-sustentáveis. Idem, pp. 178-9.

<sup>10</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op. cit., pp. 76-83.

<sup>11</sup> Idem, p. 83.

Joseph Love, o funcionamento desse mecanismo só ocorreu quando o partido passou a exercer o monopólio dos cargos públicos (até o final da Primeira República), controlados, de forma monolítica, pelo Poder Executivo e por uma Comissão Central ou Executiva, distribuindo os despojos e posições entre seus pares.<sup>12</sup>

O mesmo Love arrisca uma definição interessante para o PRP, como sendo um organismo que: “...constitui uma etapa intermediária entre um partido moderno organizado ‘horizontalmente’, cuja coesão é garantida funcional ou ideologicamente, e uma estrutura clientelística organizada ‘verticalmente’.” Assim, se esse autor não deixa de considerar a importância dos laços de parentela, do favoritismo e da barganha, como fatores políticos de peso considerável, também assinala a existência de uma estrutura quase “ideológica” e até mesmo burocrática, que foi se forjando no seio do partido.<sup>13</sup>

Perissinotto<sup>14</sup> avança neste último sentido e aprofunda esta análise do processo de transformação e burocratização do PRP de “partido de classe” em “partido da administração estatal”. Após uma fase de “instabilidade política”, que corresponderia aos anos iniciais da República, sobreveio a “política dos governadores” implantada pelo presidente Campos Sales, que acabou por consolidar as situações políticas estaduais. Neste sentido o PRP, como organismo próximo da administração estatal, tornar-se-ia “...via obrigatória de acesso ao Estado em todas as suas dimensões, seja para obtenção de cargos no funcionalismo público, seja para se ter acesso aos cargos eletivos, da vereança ao Executivo estadual”<sup>15</sup>.

Se de um lado alterava-se a natureza da relação entre o PRP e a burguesia paulista, de outro se consolidavam os interesses de Estado, de forma autônoma em relação aos interesses do setor cafeeiro, o que provocou de imediato a reação por parte das associações de classe (Sociedade Rural Brasileira, Patronato Paulista, etc.), contrárias a medidas que consideravam danosas para seus negócios. Perissinotto assinala que a construção institucional do aparelho de Estado paulista levou necessariamente a um esforço de tributação do rentável setor cafeeiro, com a finalidade de garantir a liderança econômica do Estado. Os “aparelhos repressivos” (Força Pública,

---

<sup>12</sup> LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira Brasileira (1889-1937)*. Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 158-60.

<sup>13</sup> Idem, p. 163.

<sup>14</sup> PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. Prefácio de Décio Saes. Tomo I. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999. Especialmente o capítulo XI – O Partido Republicano Paulista: da classe ao Estado, pp. 165-96.

<sup>15</sup> Idem, p. 183.

Polícia Civil, Judiciário) tanto quanto os “aparelhos econômicos”, também sofreram um profundo processo de burocratização e centralização.<sup>16</sup>

Os bastidores para esta mudança tiveram início com a ascensão dos paulistas na esfera federal, fato que se confirmou com a eleição de Prudente de Moraes para o quadriênio presidencial de 1894 a 1898. Neste período procurou-se adequar os instrumentos político-financeiros estatais aos interesses do “complexo exportador cafeeiro”<sup>17</sup> para garantir a manutenção das elevadas margens de lucro que vinham sendo obtidas por meio de manipulações da taxa cambial. O mecanismo das desvalorizações contribuiu para aceleração e prolongamento da expansão do capital cafeeiro entre 1891 e 1894, detendo uma possível crise. Entretanto, acabou por gerar aumento na capacidade produtiva, seguida de novas quedas no preço internacional, retroalimentando o processo com desvalorizações cada vez mais fortes que começaram a apresentar sinais de esgotamento com risco real de liquidação do suporte financeiro do Estado como: queda nas importações que afetavam diretamente a receita federal, os efeitos sobre as receitas de exportação que se contraíam devido ao aumento dos preços internos e queda dos preços internacionais do café, que atingiam severamente o complexo exportador.<sup>18</sup>

Esses fatores delinearão um panorama de crise no início da administração de outro paulista, Campos Sales (1898-1902), diante do qual o governo acelerou as providências para a implementação de medidas para o saneamento financeiro das contas externas que se materializaram no 1º *Funding Loan* (fundo de empréstimos negociado com credores internacionais) em 1899, que foi acompanhado de medidas internas deflacionárias que causaram profunda retração econômica, falências, déficit na balança comercial e encolhimento de numerário.

Embora essas medidas desagradassem profundamente ao setor cafeeiro, constatou-se a partir do *funding*: a consolidação das políticas de valorização do café, o sucesso da imigração, a criação de novas riquezas, o desenvolvimento urbano, o

---

<sup>16</sup> Idem. Prefácio de Décio Saes, pp. 20-1.

<sup>17</sup> Para Wilson Cano a idéia de um complexo cafeeiro esta ligada ao meio rural que se vincula ao espaço urbano por meio da ferrovia e dos investimentos estatais. Existem limitações a este conceito, pois nem sempre o fenômeno ocorre em todas as áreas, e Cano parte daquilo que já existe e esta instalado. In: CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977. Na interpretação de Mello a cafeicultura é pensada como um **complexo exportador monopolista “ao mesmo tempo agrário, industrial e mercantil”** integrado por um núcleo produtivo (que envolve as atividades de beneficiamento) e por um **segmento urbano**, onde se concentram os serviços de transporte (estradas de ferro, portos, etc.), as atividades comerciais (casas importadoras e exportadoras) e financeiras (bancos). In: MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, pp. 128-9.

<sup>18</sup> A situação tornou-se insustentável gerando uma profunda crise no mercado cafeeiro em 1896, que se estendeu por vários anos. MELLO, João Manuel Cardoso de. Op. cit., pp. 127-134.

surgimento de novas profissões e a afirmação do progresso técnico, fatores que mostraram que a malfadada crise foi menos severa do que se imaginava.<sup>19</sup>

Contudo, a previsão de uma supersafra para 1906 e a valorização da taxa cambial (estimulada pelas receitas de exportação do café e da borracha e pela entrada de capitais estrangeiros) demonstraram a fragilidade do *funding*. Assim, as mesmas irregularidades anteriores anunciaram um possível colapso do complexo cafeeiro, levando os grandes produtores a agirem no sentido de criar as bases efetivas para um programa de valorização do café, firmado no conhecido Convênio de Taubaté (1906), a partir do qual o Estado de São Paulo (no governo de Jorge Tibiriçá) passava a garantir, mediante o financiamento de comerciantes europeus, a aquisição de parte da produção, que seria estocada para manipular monopolisticamente os preços internacionais do produto.<sup>20</sup>

Antes desta conjuntura aflitiva, o grande capital cafeeiro realizou imensos investimentos em infraestrutura de produção ao longo de toda a segunda metade do século XIX, iniciando um grande ciclo de modernização no Estado de São Paulo, que alcançaria seu auge no início do século XX. Seu primórdio ocorreu no período em que a província ainda se sobressaía na produção de açúcar, concentrada mormente na região de Campinas. A capital paulista apareceu como ponto vital de afluência da exportação do produto em seu curso de escoamento pelo porto de Santos.<sup>21</sup> Os benefícios gerados pela economia açucareira (integração da província na economia de exportação, melhorias na infra-estrutura e dinamização das trocas internas) favoreceram a dispersão da lavoura cafeeira pelo território paulista.<sup>22</sup> Essa ocupou originariamente o vale do

---

<sup>19</sup> DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., pp. 232-3.

<sup>20</sup> “Em suma, a burguesia cafeeira decidira utilizar o elevado poder de monopólio de que dispunha como classe, pois controlava 75% da produção mundial, para manipular os preços internacionais.” MELLO, João Manuel Cardoso de. Op.cit., p. 138. O capital financeiro internacional resolveu envolver-se nas operações de valorização após o sucesso inicial em 1907 concedendo vultosos recursos que garantiram a continuidade do programa. Este mesmo capital diversifica seus investimentos, num período que vai de 1906 até o início da Primeira Guerra Mundial impulsionado pela conjuntura internacional plenamente favorável à exportação de capitais, associada às condições internas da economia brasileira que tornavam desejável uma articulação com o mercado mundial: “(...) o capital estrangeiro não penetra no Brasil como resultado de simples imposição dos países ‘imperialistas’, mas sim como o resultado complexo de mecanismos econômicos (...) em resumo pretende-se demonstrar que estaria ocorrendo, no período em tela, o aprofundamento das características já apontadas (...) a internacionalização da economia brasileira e a internalização do capital estrangeiro, no sentidos ali definidos.” SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 208.

<sup>21</sup> PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: DIFEL, 1968. MELLO, Z. M. C. & SAES, F. A. M. Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. In: *Estudos Econômicos*, v. 15, n. 2, 1985, p. 308.

<sup>22</sup> BRIOSCHI, Lucila dos Reis. Fazendas de criar. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (org.). *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999, p. 58.

Paraíba fluminense entre 1825 e 1850, avançando para o chamado Norte Paulista e penetrando na Zona da Mata mineira, áreas estas tributárias do porto do Rio de Janeiro.

A marcha do café seguiu seu curso pelo interior paulista, primeiro na região açucareira e depois pelo imenso Oeste Paulista. Embora a produção paulista crescesse vertiginosamente (a ponto de ultrapassar por volta de 1850-1851 a exportação de açúcar pelo porto de Santos) em relação ao vale, que vinha apresentando sinais de decadência e estagnação desde os anos 1850, o montante exportado continuou muito pequeno até a década de 1870-1880, prevalecendo a produção fluminense (60% das exportações).<sup>23</sup>

Os barões do café do Oeste introduziram em suas imensas unidades produtivas novas tecnologias de produção e beneficiamento, e ao contrário de seus antecessores, incorporaram uma mentalidade capitalista, diversificando seus negócios em inúmeras atividades lucrativas. Primeiramente se ocuparam de investir em empresas ferroviárias e nos meios de financiar o deslocamento de trabalhadores livres. Posteriormente estenderam seus interesses para o mercado de terras aberto pelo avanço da fronteira agrícola, depois montaram firmas atravessadoras, ligadas ao comércio de importação e exportação, fundaram bancos e se envolveram em empresas prestadoras de serviços públicos urbanos.

A dificuldade de escoamento da produção representava um dos principais problemas da cafeicultura, sendo equacionada através da implantação de estradas de ferro de penetração a partir dos anos 1860-1870, contribuindo para diminuir consideravelmente os custos de transporte e para facilitar a colocação de mão-de-obra imigrante nas fazendas do interior da província, aumentando o fluxo de mercadorias de origem nacional ou importadas da Europa e dos Estados Unidos.

No início, uma antiga concessão para a construção de uma estrada de ferro entre Santos e Jundiaí, dada ao barão de Mauá em 1848, tornou-se realidade ao ser repassada a capitais ingleses, que constituíram a primeira estrada de ferro em território paulista, a *São Paulo Railway Co.* (1860), que se transformaria no eixo monopolístico do fluxo mercantil paulista e nexo central do futuro sistema de transporte que passaria a canalizar as exportações, num monopólio que duraria até a década de 1930.

Nesse mesmo período, por iniciativa do presidente de província Saldanha Marinho (1867-1868), promoveu-se a articulação entre os grandes fazendeiros provenientes das famílias Barros, Aranha e Sousa Queirós, que se associaram na

---

<sup>23</sup> FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: Id. *História Geral da Civilização Brasileira*: República. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. V. 1, tomo III, p. 196.

montagem de uma empresa ferroviária para estender a linha da “Inglesa” até a cidade de Campinas, considerada nessa época o maior centro cafeeiro.<sup>24</sup> Fundou-se assim, em 1868, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Logo em seguida seriam incorporadas nos mesmos moldes: a Companhia Ituana (1870), a Companhia Mogiana (1872) e a Sorocabana (1870). O governo imperial terminaria em 1877 o último trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II (a Central do Brasil), cumprindo a ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>25</sup>

A continuidade do eixo da “Inglesa” efetuada pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro situou a cidade de Campinas por curto período como principal tributária da expansão cafeeira, porém foi a capital paulista que acabou se impondo como ponto nevrálgico, beneficiando-se do processo de dinamização dos excedentes produzidos pela exportação cafeeira. E foi desse modo que uma pequena urbe, que guardava feições de uma vila colonial, contando com pouco mais de trinta mil habitantes por volta de 1874, metamorfoseou-se em centro nervoso de modernização do País em algumas décadas, capaz de coligar-se a um interior urbanizado pela cafeeira, constituindo uma rede com as principais cidades regionais que se expandiam (Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru, São Carlos, Araraquara, Amparo, Sorocaba, Piracicaba, Franca, Jaú, Casa Branca, Bragança, Rio Claro, Itapetininga, etc.) num circuito em que se posicionava estrategicamente.

As estradas de ferro possibilitaram esse avanço até as áreas pioneiras, num intenso processo de açambarcamento de terras devolutas, característica presente durante a implantação das ferrovias, que revelava um outro interesse dos empresários desse ramo: obtenção de margens de lucro com o mercado de terras, dado significativo no processo de expansão cafeeira, que Nestor Goulart Reis Filho aponta ao demonstrar o equívoco da associação direta entre cultura cafeeira e ferrovias, uma vez que o implante da última antecedeu a cultura em muitos momentos.<sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> Muitos dos incorporadores e subscritores destas empresas eram grandes fazendeiros ligados aos negócios do café como: Martinho da Silva Prado, barão Francisco Antonio de Sousa Queiroz, Clemente Falcão Filho, Bernardo Gavião Peixoto, barão de Sousa Queirós Telles, Souza Aranha, barão de Limeira, barão de Piracicaba e outros. In: MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974, pp. 63-70.

<sup>25</sup> CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, pp. 43-4. MATOS, Odilon Nogueira. Op. cit., pp. 64-7. Esse autor acrescenta ainda que a partir da Paulista, quando têm início a chamada segunda fase ferroviária brasileira, as empresas incorporadas seguiam uma mesma característica básica: obtinham garantia de juro e zona privilegiada.

<sup>26</sup> O empreendimento volta-se para busca de amplo apoio político para instalação de ferrovias em regiões não produtivas, sucedendo-se uma série de etapas: desmatamento da área para construção de sistema de

A modernização urbana dos principais centros urbanos do Estado de São Paulo se intensificou a partir de 1890, transformando o setor de serviços públicos urbanos (transporte urbano, empresas portuárias, iluminação urbana a gás ou elétrica, fornecimento de energia, serviços de água e esgotos, empresas de telefones) num dos mais atraentes investimentos para o capital cafeeiro, e outrossim para os oligopólios estrangeiros que vinham entrando no País estimulados pela expansão urbana que teve sua vitrine na reforma do Distrito Federal, promovida por outro presidente paulista, Rodrigues Alves (1902-1906). Este se sustentou na política de austeridade de seu antecessor, que começava a render frutos: aumento das exportações e a retomada da capacidade de endividamento. O próprio esquema de valorização dependente de empréstimos em moeda estrangeira permitiu, como vimos anteriormente, uma intensa penetração de capitais externos, manifestamente maior em São Paulo. Esta iria amparar os enormes excedentes de exportação que começavam a se deslocar das empresas ferroviárias para novas possibilidades de investimentos rentáveis: bancos, comércio, indústria, imóveis urbanos e mesmo em novas plantações de café.<sup>27</sup>

Entre as reformas urbanas mais importantes promovidas no Estado de São Paulo na Primeira República destacou-se a da cidade e do porto de Santos (1905-1913), promovida pela Comissão Sanitária do Estado sob a chefia de Saturnino de Brito, transformando-se em peça-chave do escoamento das exportações paulistas e mesmo nacional. Outra urbe importante era Campinas, que por sua posição como ponto de lançamento das estradas de ferro mais importantes (Mogiana, Paulista e Sorocabana) capitalizava o fluxo das áreas de expansão no interior paulista.

A capital do Estado de São Paulo sofreu durante certo período a rivalidade em importância dessas duas cidades, mas acabou impondo-se como centro político-administrativo, passando progressivamente a exercer a primazia no campo econômico, estabelecendo ligações eficientes pela concentração de negócios, de capital financeiro, comercial e industrial. Esse crescimento e diversificação econômica foram acompanhados de uma progressiva expansão espacial e demográfica da cidade, impulsionada pelo complexo exportador cafeeiro, num período que se estendeu de 1870

---

transportes, comercialização da produção no litoral, construção de cidades (com equipamentos urbanos e o financiamento da produção) o "... que permitia pelo menos de início, uma produção intensa, que abria espaço para margens de lucro muito elevado, em relação ao padrão brasileiro." REIS Filho, Nestor Goulart. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, p. 145.

<sup>27</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. Op. cit., p. 218.



até a década de 1920, quando efetivamente começou a esboçar os contornos de metrópole.

O contraste em relação à modernização da capital federal, efetuada artificialmente, ficava cada vez mais evidente tendo em vista a forma internalizada do crescimento e o ritmo de expansão da Paulicéia, respaldados na propensão do grande e do médio capital cafeeiro em investimentos direta e indiretamente ligados ao meio urbano,<sup>28</sup> cujas implicações determinaram mudanças estruturais profundas, na opinião de Odilon Nogueira Matos:

Se considerarmos que, em São Paulo, o café alterou a fisionomia física, humana, social e cultural e econômica do Estado, criando paisagens próprias, balizando o povoamento, fazendo nascer cidades, abrindo zonas pioneiras, desenvolvendo os centros urbanos, propiciando o aparecimento das ferrovias, fazendo surgir uma unidade sócio-econômica bem definida, como a *fazenda de café*, gerando um tipo social e humano, como o *fazendeiro*, tão característico como o senhor de engenho ou o criador, canalizando para hinterlândia paulista levas de imigrantes das mais variadas procedências, fazendo de São Paulo verdadeiro cadinho das mais diversas etnias, contribuindo na vida política do país, já no Segundo Reinado e especialmente na Primeira República, permitindo o aumento do enriquecimento e o **embelezamento da capital do Estado**, tornando Santos o maior porto do Brasil, fornecendo temas para a história, literatura e as artes, dando nascimento a inúmeras atividades conexas, tanto no comércio como na indústria (a indústria de sacaria e o tipo característico do corretor de café, por exemplo), abrindo as possibilidades para a industrialização e para toda sorte de melhoramentos materiais, que tornaram São Paulo, desde o começo do século uma área bem distinta dentro da Federação, tudo isso considerado, conviremos que, se o café foi o ‘esteio do Brasil’, na frase de Taunay, muito mais o foi de São Paulo.<sup>29</sup>

O projeto de modernização material desenhado pela elite política paulista na Primeira República — sustentado fortemente na economia cafeeira e no mecanismo de valorização — garantia um fluxo de capital constante que se multiplicava em associação com empreendimentos ligados à urbanização que favoreciam a capital.

Os primeiros melhoramentos urbanos introduzidos remontam ainda ao Segundo Império, destacando-se aqueles realizados pelo presidente de província João

---

<sup>28</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986, pp. 26-7. Para esse autor o setor cafeeiro divide-se em “grande capital”, vinculado ao grande fazendeiro e aos operadores monopolísticos do mercado (comerciante, banqueiro, etc.) e no “médio capital”, representado pelo fazendeiro do interior que reside em sua propriedade.

<sup>29</sup> MATOS, Odilon Nogueira. Op. cit., pp. 45-6 (grifo nosso).

Teodoro Xavier (1872-1875), que ensinava convencer fazendeiros e capitalistas enriquecidos a se mudarem para a capital, então uma cidade muito acanhada. Entre os progressos no avanço material na capital destacavam-se: a ligação da Luz com o Brás, com rua que trazia o nome de João Teodoro. Simões de Paula esclarece:

O Brás se ligou ao centro; melhorando as ruas do Pari e do Gasômetro; retificou-se o Tamanduateí, ligou-se o Arouche, a Consolação, e o largo dos Curros (Praça da República), instalou-se a Caixa Econômica em 1875. Durante o seu governo gastou-se a quantia de 646:418\$000, quantia enorme para a época, quase a metade do orçamento anual da Província.<sup>30</sup>

A premência por reformas transfigurou-se durante a República em um conjunto de intervenções próprias do *haussmannismo*<sup>31</sup>, principalmente na longa gestão do prefeito Antônio da Silva Prado (1899-1910), responsável pelo aparelhamento de São Paulo ao gosto da plutocracia cafeeira, consolidando sua posição hegemônica no Estado e ao mesmo tempo materializando a riqueza proporcionada pelas receitas de exportação que induziram os primeiros implantes industriais na cidade.

O volume dessas transformações operadas pela administração municipal circunscreveu-se ao miolo central da cidade (vale do Anhangabaú, várzea do Carmo, região da catedral da Sé, etc.), pouco sendo feito pelos bairros operários (Barra Funda, Bom Retiro, Brás, Vila Mariana e outros) que foram surgindo no entorno de áreas alagadas e insalubres próximas às fábricas e cercadas pelas linhas ferroviárias.<sup>32</sup> Por outro lado, foram encetados enormes empreendimentos imobiliários de elite na zona sudoeste, a mais alta e protegida, em contraste com os vetores de crescimento da cidade. Este fenômeno de elitização começou no final dos anos 1870, quando o incorporador

<sup>30</sup> PAULA, Eurípedes Simões de. A segunda fundação de São Paulo: da pequena cidade à grande metrópole de hoje. In: *Revista de História* (USP), n. 17, 1954, p. 170.

<sup>31</sup> O termo “haussmannismo” ou “haussmannização” liga-se ao nome do famoso barão Georges-Eugène Haussmann, que foi prefeito de Paris de 1853 a 1870 durante o governo do imperador Napoleão III. Do ponto de vista de processo da modernização urbanística pode-se dizer que o conjunto de intervenções realizado durante sua gestão configura um paradigma em vista do seu alcance sem paralelos, entretanto Sandra Jatahy Pesavento assinala a necessidade de se relativizar os resultados apresentados em vista de Paris já se apresentar como metrópole em processo de transformação desde o início do século XIX. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p.90.

<sup>32</sup> O agravamento da situação sanitária das habitações dos trabalhadores levou à confecção de um novo Código de Posturas municipal em 1886, definindo padrões de loteamento urbano, ruas e edificações em geral, manifestando alguma preocupação com os cortiços que proliferavam na capital. Foi com o Código Sanitário estadual de 1894 que aumentou o rigor em relação às habitações coletivas, afastando as populações pobres para áreas periféricas. O metrô da Light. In: *HISTÓRIA & ENERGIA*, 3. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p.5.

Frederico Glette adquiriu nessa mesma área algumas chácaras e as dividiu em lotes onde se edificaram diversos palacetes de famílias tradicionais que formariam o bairro de Campos Elíseos; caso também do bairro de Higienópolis (incorporado por M. Buchard e Victor Nothmann) e da Avenida Paulista, inaugurados no início da década de 1890<sup>33</sup>. Tais empreendimentos se constituíram em verdadeiros símbolos da segregação social na cidade, anunciando uma nova orientação em seu crescimento: a localização dos setores residenciais finos e privilegiados por amplos investimentos públicos e privados em detrimento de outras áreas.<sup>34</sup>

Até o início da administração de Antônio Prado os serviços públicos na cidade eram dominados por empresas nacionais (nos transportes, por empresas reunidas na Companhia Viação Paulista, assim como a Companhia de Água e Luz de São Paulo e a Companhia Telefônica), havendo apenas uma exceção, a da inglesa *The São Paulo Gas Co.*, que mantinha uma concessão para iluminação desde 1872. Essa situação começou a se alterar com a fundação de uma das empresas mais influentes no crescimento e expansão paulistana, a Light & Power (*The São Paulo Light and Power Co.*), incorporada em 1899 no Canadá, contando com financiamento inglês e pessoal técnico norte-americano. A Light conquistou inicialmente o monopólio da concessão de transportes (bondes elétricos), mas logo depois começou a deslocar seus interesses para a produção e o fornecimento de energia (residencial e industrial). Um tempo depois acabou adquirindo a empresa de telefonia e a de distribuição de gás, contando neste intento com articulações políticas no seio da própria municipalidade.

A Light expandiu suas linhas de bondes para áreas distantes, principalmente para as regiões nobres, iniciando um movimento especulativo que forçou a valorização dos terrenos cobertos por seus investimentos. Nesse ínterim surgiu a *City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*, constituída em Londres em 1911 pelo belga Edouard Fontaine de Laveleue, que adquiriu na época — do deputado Cincinato Braga e do loteador Horácio Sabino, então representantes de um grupo de empreendedores paulistas coligados a investidores internacionais — largas extensões de terrenos nos arrabaldes da capital, totalizando 12 milhões de metros quadrados na chamada *Villa América*. Neste lugar originaram-se loteamentos destinados às classes

---

<sup>33</sup> Os Campos Elísios (referência afrancesada a *Champs Elyseés* parisiense) permaneceu como local privilegiado de moradia da aristocracia cafeeira até o início do século XX, sendo sucedido pelo bairro de Higienópolis até meados dos anos 1920. MATOS, Odilon Nogueira de. São Paulo no século XIX. In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. V.II (A evolução urbana). São Paulo: Companhia Editoria Nacional, 1958, pp. 89-91.

<sup>34</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 75.

média e alta como: Jardim América, Pacaembu, Alto de Pinheiros, Boaçava e Alto da Lapa. Estes empreendimentos especulativos da *City* eram muito mais ambiciosos que os anteriores e acabaram interessando a Light, que estendeu seus serviços de bondes e iluminação elétrica a esses novos bairros, recebendo em troca inúmeros terrenos que alimentavam seu apetite especulativo.<sup>35</sup>

Tal magnitude do grupo Light só pode ser comparada com o crescimento de um outro no mesmo período, por sinal bem mais poderoso, o de Percival Farquhar, que dominava um conglomerado oligopolista envolvido no Brasil em diferentes setores, como por exemplo: empresas ferroviárias (através do holding *Brazil Railway Co.*, que conquistou a Sorocabana por arrendamento, e depois a Paulista e a Mogiana por controle acionário); portos (Companhia Porto do Pará, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, além da tentativa frustrada de obter o controle da Companhia Docas de Santos); e no setor financeiro (através de vários bancos estrangeiros que financiavam suas investidas). Farquhar associou-se à Light em disputa acirrada que manteve com o grupo nacional Docas de Santos (Graffré & Guinle) pelo monopólio da energia elétrica nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo entre 1912 e 1913.

Estávamos então nos bastidores da Primeira Guerra Mundial, marcados pelo auge dos investimentos estrangeiros no País, enquanto inúmeros discursos políticos de caráter nacionalista criticavam as manobras desses grupos internacionais mancomunados com ilustres figuras do poder no Legislativo e no Executivo. Se durante a administração municipal de Antônio Prado, os interesses de grupos como a Light estiveram resguardados apesar de alguns conflitos, isto não podia ser dito do novo prefeito eleito em 1911, o então presidente da Câmara Raymundo Duprat, que parecia não agradar a seus diretores, conforme carta enviada por Alexander Mackenzie para seu sócio F. S. Pearson em Londres, no dia 1º de agosto daquele ano:

Da atual Câmara, já não fazem parte muitos dos membros da Câmara de 1909. Além do mais, a atual Câmara não está, como a de 1909, sujeita à direção do partido político dominante. Ela é composta de um bom número de unidades independentes, e é, portanto, mais difícil para nós usar com vantagens a influência que podemos obter através

---

<sup>35</sup>Idem, p.149. A Light e os Jardins da City. In: *Boletim Histórico*, Eletropaulo, n. 4, out. 1985. Até 1925 a Light “poderia desapropriar às suas expensas áreas de seu interesse, a título de utilidade pública”, terrenos estes que deveriam ser reservados para construção de depósitos de materiais de instalação, estacionamento de carros, colocação de postes, etc., mas que acabavam aparecendo como parte do patrimônio imobiliário da companhia, constituindo uma espécie de reserva de valor. PASCHKES, Maria Luísa N. de Almeida. Bondes, terrenos e especulação. In: *HISTÓRIA & ENERGIA* (1 - A chegada da Light). São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, pp. 41-5.

dos chefes políticos. **O atual prefeito é um homem fraco e, na Câmara de 1909, foi um dos três que votou a favor das pretensões da Guinle & Cia.; provavelmente, está inclinado a fazer o mesmo hoje.**<sup>36</sup>

Este trecho do documento é revelador do caráter de complexidade das relações entre o poder público e os interesses das empresas privadas, nacionais ou estrangeiras na Primeira República, que remontam àquela idéia inicialmente mencionada da configuração histórica no Brasil de uma espécie de capitalismo desacompanhado da ética protestante. Prova disto seria a inexistência de uma tensão entre valores mercantis e capitalistas e os valores ditos “modernos” (originados do racionalismo ilustrado e da Reforma protestante), estes últimos materializados em instituições capazes de regular e impor limites aos primeiros.<sup>37</sup> Essa situação promoveu uma dicotomia entre modernização e modernidade, como bem elucida Mello Doin ao comentar o “espírito de aventura” permanente na formação cultural brasileira:

Entretanto, essa modernização não trouxe em seu movimento sinérgico as transformações da modernidade. O peso da tradição secular da bucaneria detinha o avanço das idéias e das mudanças mais profundas. A estrutura social permaneceria esgarçada e o látigo da miséria e da alienação continuaria vergastando amplos setores da população. O vazio deixado pela ausência de qualquer limite ético imperava.<sup>38</sup>

Retomando o processo em análise, a modernização urbana da capital realizou-se nesse contexto especulativo e alcançou seu ponto de inflexão em 1914, quando o País começou a sofrer com a retração do fluxo dos capitais estrangeiros e dos excedentes de exportação empregados comumente na indústria e em investimentos urbanos (setores de serviços públicos, imobiliário, financeiro, comercial, etc.). Mesmo assim, os mesmos diretores da Light animavam-se com a renovação dos membros da Câmara e a possível eleição de um prefeito que estivesse afinado com seus interesses –

<sup>36</sup> Série Correspondência Expedida Pela Diretoria, Sub-Série nº 34 – A. Mackenzie, Vol. 4, p. 322. *apud*: *HISTÓRIA & ENERGIA*, (3 - O metrô da Light.). São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p. 20. [traduzido do original em inglês]

<sup>37</sup> “A visão patrimonialista do Estado – que entre nós, nunca foi penetrada pelos valores aristocráticos ou pela honra estamental do funcionário – se desdobra na idéia do Estado como uma realidade externa, como um instrumento de benesses, sejam elas um bom financiamento, uma tarifa proibitiva e eterna, o imposto baixo, um excelente emprego público, os direitos trabalhistas, o hospital, a rua asfaltada, a água e o esgoto, a iluminação, a dentadura ou a cadeira de rodas em troca de votos.” In: MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. (coord.-geral), SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 606.

<sup>38</sup> DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., p. 37.

abalados pela turbulência econômico-financeira que afetava os negócios piramidais do grupo de Farquhar:

As eleições municipais acabaram de ocorrer, e, embora nós não estejamos ativamente interessados em assuntos políticos, ainda assim estamos felizes por dizer que a nova Câmara conterá muitos progressistas capazes. **A maioria é formada por amigos nossos**, de maneira que, no próximo ano, poderá ser propício reabrir a questão de renovação de contrato, assim como planejar uma reorganização geral do percurso de nossos bondes, o que ultimamente é um assunto muito importante devido ao crescimento da cidade e à necessidade de alterar os nossos percursos em conformidade com as novas condições. Isso nos habilitará a oferecer um melhor serviço com o mesmo número de carros ou até com um número inferior ao que foi utilizado até o momento. A chapa da facção de Bernardino foi toda eleita, e esta facção tem agora uma força ascendente na política estadual e federal. **Espera-se que Washington Luiz, anteriormente secretário da justiça de São Paulo, seja escolhido para prefeito.**<sup>39</sup>

Essa aposta tinha como fundamento as credenciais do postulante ao cargo, pois Washington Luís, homem de partido e aliado de primeira hora, pertencia à nova geração da máquina política do PRP, e era ainda ligado à alta sociedade das famílias Prado e Penteadó, posição-chave que lhe permitia fazer a ponte entre ex-conservadores e ex-liberais, republicanos e monarquistas, perrepistas e dissidentes. Além disso, era reconhecido pelos seus próceres pela competência no exercício de funções administrativas. Após sua desistência em continuar na pasta da Justiça no governo Rodrigues Alves, retornou ao posto de deputado estadual por curto período (1912-1913), quando surgiu a oportunidade de reconstruir sua carreira política à frente da Prefeitura da capital.<sup>40</sup> A escolha foi efetivada por Bernardino de Campos, presidente da Comissão Diretora, nomeação que embutia um objetivo bastante específico, como veremos mais adiante: o controle político da cidade pelo PRP.<sup>41</sup>

Ao assumir a Prefeitura de São Paulo no início de 1914, aguardava-o um sem-número de problemas a serem resolvidos, destacando-se o colossal passivo, produto do endividamento exacerbado durante as gestões Antônio Prado e Raymundo Duprat, decorrente de empréstimos onerosos para obras de embelezamento da cidade, com prazo curtíssimo de amortização e juros exorbitantes, efetuados com base na

<sup>39</sup> Série Correspondência Expedida Pela Diretoria, Sub-Série nº 7 – Pearson, Vol. 1, p. 442. apud *HISTÓRIA & ENERGIA* (3 - O metrô da Light.). São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p.44. [traduzido do original em inglês]

<sup>40</sup> DEBES, Célio. *Washington Luís: primeira parte – 1869-1924*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994 (coleção Centenário; 1), pp. 135-7.

<sup>41</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., pp. 163-5.

previsão de receita, crescente nessa época. O momento era de retração econômica no setor externo, que entre 1911 e 1914 enfrentou um descenso continuado nas exportações e importações. Era também um momento ruim para os capitais estrangeiros empregados em empresas de serviços públicos, que começavam a refluir para as matrizes. Estas dificuldades estenderam-se até 1916, quando a municipalidade tomou um empréstimo no exterior com a finalidade de consolidar a dívida existente e melhorar suas condições de pagamento.

A resolução deste grave dilema financeiro permitiu a Washington a possibilidade de prosseguir no andamento de melhoramentos urbanos no centro da cidade, previstos no Plano Bouvard (Parque do Anhangabaú e início das obras na várzea do Carmo, futuro Parque D. Pedro II), assim como de outras melhorias visando ao abastecimento interno, como a constituição de mercados (feiras) livres e a manutenção e abertura de estradas de rodagem, estas mais ligadas às suas experimentações automobilísticas como Secretário de Estado. Foi em seu segundo mandato, de 1917 a 1919, que desenvolveu melhor seus projetos de modernização com a realização de grandes eventos de impacto, como a Primeira Exposição Industrial de São Paulo e o Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, ambos em 1917, e desfiles cívicos, inauguração da Estrada dos Sentenciados e da Estrada do Vergueiro — esta uma obra de fôlego ligando a capital a Santos.

O envolvimento de Washington com a estética tradicionalista (conhecida no Brasil como neocolonial) teve início nessa época com incentivo a arquitetos, pintores e escultores por intermédio de obras encomendadas, expressando uma tendência nacionalista que começava a se manifestar na produção do meio intelectual paulista, resgatando um mito de origem regional, o do bandeirante, e exaltando suas façanhas, intrepidez, e espírito de aventura que possibilitaram o avanço da fronteira, características que naturalmente justificariam a hegemonia de São Paulo na Nação.

O conjunto de intervenções efetuadas até aquele momento vinculava-se a uma proposta de elitização do espaço público, privilegiando menos os aspectos utilitários e pragmáticos do que a estética, o ambiente e a higiene, voltados à conformação de uma urbe — civilizada materializada na expressão “capital do café” — em tudo: “atraente para os fazendeiros, cômoda para os comerciantes, imponente para seus governantes, vitrine exemplar para imigrantes e visitantes estrangeiros — expressão

do avanço material, moral e cultural trazido pelo sucesso da atividade agroexportadora”<sup>42</sup>.

As mazelas sociais decorrentes dessa proposta ficaram evidentes no privilégio dado pela administração municipal à área central e a expansão dos bairros “nobres” da cidade, que passaram a contar com inúmeros melhoramentos e serviços urbanos: calçamento de ruas, bondes, postes de luz elétrica, telefones, edifícios públicos em estilo eclético (neoclássico e renascentista), enquanto uma outra cidade discrepante ficava encoberta por essas realizações: a zona leste com seus bairros industriais (Mooca, Brás, Belenzinho); bairros a ocupar várzeas de rios (Pari, Ipiranga, Barra Funda) ou outros que avizinhavam as áreas centrais (Bexiga, Cambuci, Bom Retiro).

Na administração de Washington, apesar da introdução da concepção da urbanística moderna no Brasil e dos debates que esta suscitou na Escola Politécnica, com discussões sobre a arquitetura neocolonial ou tradicionalista, as intervenções urbanísticas na capital continuaram seguindo a opção formal da elite pelas soluções de inspiração *haussmanniana*, pautada na imagem do “bulevar” (alargamento da Avenida São João) que resultou em uma modernização parcial e incompleta, persistindo a ausência de planejamento. Isto refletiu num quadro mais geral o domínio do setor agroexportador cafeeiro que transformou a capital paulista, por analogia, em uma espécie de “São Petersburgo” dos trópicos, cosmopolita e modernizada.

Como se sabe, com a República as atividades desempenhadas pela administração pública municipal se tornaram mais complexas, passando a exigir dos prefeitos e intendentes um conhecimento técnico mais apurado dos problemas e das possíveis soluções para os dilemas urbanos imprevistos, o que implicava maior nível de qualificação e competência profissional. Contudo, o PRP, como partido de governo, contava com poucos indivíduos com talento administrativo em seu quadro interno.

A capacidade de Washington Luís de agir em bases sobretudo técnicas, sem deixar de ser um político partidário (governava administrando), foi logo reconhecida e valorizada dentro do partido, o qual apresentava uma nova geração afinada com o discurso em favor da industrialização, das inovações tecnológicas, e especialmente da burocratização estatal que, ao contrário do que se afirmava comumente, nesse período se intensificou.

---

<sup>42</sup> Idem, p. 76.



## 1.2 Configuração da elite política paulista: entre a tradição e a mudança

A análise comparativa da elite política paulista<sup>43</sup> em relação a outras elites políticas estaduais na Primeira República permite explorar a temática da mudança e seus limites, que parece terem se acentuado em São Paulo. Exemplo disto pode ser observado na evolução do Partido Republicano Paulista e de sua instância máxima de representação, a Comissão Executiva (ou Central). Esta transcendeu seu papel tradicional como mero órgão político da classe cafeicultora, passando a funcionar como estrutura da administração estatal, cada vez mais subordinada aos desígnios do Poder Executivo.

Como já mencionamos, a elite política paulista, após a Proclamação da República, teve de aguardar durante certo tempo o momento decisivo para sua ascensão na esfera federal. Nem por isto deixou de prestar sua adesão ao situacionismo, compondo os primeiros ministérios formados na fase do governo provisório e nas gestões atribuladas dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, contando com seus membros mais proeminentes: Campos Sales, Prudente de Moraes, Rodrigues Alves, Bernardino de Campos e Francisco Glicério, todos republicanos históricos e representantes da poderosa Comissão Executiva do P R P.<sup>44</sup>

Isto se deveu em grande parte ao conjunto de forças que compuseram de início a nova ordem implantada, controlada sobretudo pelo Exército e republicanos radicais, ambos grupos com ideais reformistas que se fortaleceram com a crise do Segundo Império aberta após o final da Guerra do Paraguai, e que se apoiavam nas camadas médias e na jovem oficialidade dos núcleos urbanos emergentes. Tiveram na cidade do Rio de Janeiro um ambiente favorável na difusão de idéias conspiratórias em campanhas favoráveis ao republicanismo e ao abolicionismo, e não se cansavam de culpar a elite agrária pelo atraso do País, fato que condicionava suas propostas à

---

<sup>43</sup> Adoto aqui o sentido empregado por Love para definir os membros deste grupo: “A elite política é definida como composta pelos ocupantes dos cargos mais importantes no governo e nos partidos dominantes, tanto a nível estadual como federal, entre 1889 e 1937. Segundo esse critério, a elite paulista incluiu um total de 263 pessoas.” LOVE, Joseph. Op.cit., p. 215.

<sup>44</sup> Love destaca a estratégia do “oportunismo” como uma das principais características (não exclusiva) dos republicanos paulistas da primeira geração (“históricos”), reforçada em momentos eleitorais em que “não hesitavam em entrar em acordos com o partido monarquista, sempre que essa tática servisse a seus interesses”, posição reforçada pelo amplo apoio que desfrutavam no interior da província, representando as regiões mais ricas do país (zona da Mogiana, zona Central, Baixa Paulista e Araraquarense). Entre os políticos citados destacam-se as lideranças que se originam no seio da própria elite agrária como por exemplo: Glicério e Campos Sales (Campinas); Prudente de Moraes (Piracicaba); Bernardino (Amparo); Jorge Tibiriçá (Itu); Martinico Prado (Araras); Fernando Prestes (Itapetininga). Idem, pp. 152-4.

reformulação do Brasil, que deveria se espelhar na modernização e industrialização dos países do hemisfério norte.<sup>45</sup>

Os republicanos paulistas, apoiados na elite cafeeicultora, defendiam desde o início uma redistribuição do poder que fosse mais favorável a seus interesses regionais, sub-representados nos partidos existentes durante o Império (o Liberal e o Conservador, dominados pelas elites das antigas províncias do nordeste e da região cafeeicultora mais antiga, o vale do Paraíba). Contudo, diferenciavam-se dos grupos urbanos radicados na corte, assumindo no limite posições conciliadoras que se condicionavam às suas imediatas preocupações políticas e econômicas centradas na questão agroexportadora (reafirmando novamente sua vocação para o oportunismo), não representando assim “um rompimento com a antiga elite, mas apenas sua ala mais liberal”<sup>46</sup>.

Num exame comparativo, a elite plutocrática paulista<sup>47</sup> apresentava em relação às elites mineira e carioca alguns pontos de aproximação em uma visão geral: um círculo limitado de membros estreitamente ligados por laços de consangüinidade e casamento; a formação nos mesmos colégios e faculdades; propensão a adotar valores culturais europeus; origem agrária comum, seguida de um progressivo grau de urbanização sem perder seus vínculos anteriores.<sup>48</sup> Algumas diferenças podem ser destacadas no caso paulista: maior integração da elite política com a elite econômica (se comparada com a mineira); elite política organizada em torno do Partido Republicano Paulista, a qual desenvolveu, segundo Love, um relativo grau de burocratização com o funcionamento contínuo de uma Comissão Executiva (muito antes dos partidos de

---

<sup>45</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical*. sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 26-31.

<sup>46</sup> Idem, p. 34.

<sup>47</sup> Frequentemente a historiografia brasileira incorre na tentação de se definir o sistema político vigente durante a Primeira República, como do tipo oligárquico, assim como a forma tomada pela elite dominante. N. Bobbio assinala os riscos do emprego de tal termo, frequentemente utilizado fora de uma acepção científica e com um julgamento de valor depreciativo e explícito. Este prefere se ater à tipologia criada por Edward Shils, que por ser tão ampla seria capaz de abarcar os sistemas políticos vigentes no Terceiro Mundo. Importa-nos aqui sua interessante definição para os sistemas oligárquicos que parece se aproximar das condições brasileiras: “Os últimos se caracterizam por um grupo de poder restrito, homogêneo, estável, com uma boa base de organização interna e fortes vínculos entre seus membros, pouco confiantes na lealdade de quem a ele pertence e cauteloso na admissão de novos membros; é um grupo que governa de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o Parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição.” (p.836) A designação “plutocracia” (“Governo dos ricos”) caracteriza mais explicitamente a origem sócio-econômica dos membros dessa elite envolvida na agroexportação cafeeira. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 7 ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995, v. 2, pp. 835-8.

<sup>48</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., pp. 215-6.

outros estados)<sup>49</sup>; coeficiente baixo de renovação interna (Comissão Executiva), dificultando a transferência de poder para as gerações mais jovens.<sup>50</sup>

Perissinotto explora estes mesmos elementos assinalados por Love, e vai mais além ao afirmar que com a implantação do regime republicano, o aparelho estatal paulista teria sofrido um “profundo processo de burocratização e centralização, tanto nos seus ‘aparelhos repressivos’ (Força Pública, Polícia Civil, Judiciário) quanto naquilo que chamamos aqui de ‘aparelhos econômicos’”.<sup>51</sup> Neste caso houve uma manipulação dos instrumentos políticos existentes no sentido de promover uma simbiose do Partido Republicano Paulista com o Estado, transformando o primeiro em “partido da administração estatal”.<sup>52</sup>

O órgão máximo de deliberação do P R P., a Comissão Executiva ou Central — era eleita diretamente pelos diretórios municipais, situação que se alterou radicalmente a partir da “política dos governadores” implantada por Campos Sales, que consolidou as situações como partidos de governo. Com isto os mesmos diretórios passaram a ser convocados, em intervalos de tempo cada vez mais longos, para as convenções do partido, nas quais apenas referendavam os membros da C. E. em bloco, impossibilitando a existência de oposições.

Aos coronéis coube cada vez mais uma função meramente política, mais especificamente eleitoral, em que se garantiam os votos necessários à manutenção da situação estadual, visando em troca, através do sistema de reciprocidade, ao acesso a recursos públicos (sempre minguados para a realização de obras), a empregos (para distribuir aos apaniguados) e à força policial (para combater os adversários). Não

---

<sup>49</sup> Outros fatores que apontam para existência de um “estilo político mais burocrático” entre os paulistas seriam a média de idade de incorporação à elite (45 anos) mais alta que em outros estados (42 anos em Minas Gerais e Pernambuco), o elevado nível de profissionalização no Estado através da estruturação da carreira na polícia civil (1905-6), do judiciário (1921) e da vinda de uma Missão Francesa (1906 e 1920) para modernizar a Força Pública. Num esforço comparativo Love assinala que os mineiros eram mais habilitados para resolver o problema de transferência de poder que os paulistas, uma vez que “mais de 40% dos membros da comissão executiva do PRM durante toda a Primeira República provinham da segunda geração de políticos, ...”. *Idem*, pp. 226-7.

<sup>50</sup> Wirth conclui que “os fazendeiros como um grupo não controlavam a política de Minas no nível de elite estadual”, acrescentando ainda que a elite mineira incluía em seus quadros “menos comerciantes, industriais e banqueiros que São Paulo, mas mais professores e engenheiros, as ocupações orientadas para serviço”, além disto o mesmo autor assinala a existência de uma tendência maior entre os mineiros de ocupar altos cargos federais (como um meio de obter mais favores e recursos da União), não observada entre os “políticos mais velhos de São Paulo (que) preferiam ocupar posições importantes em seu próprio estado...” WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp. 203-26.

<sup>51</sup> PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Op. cit.*, p. 166.

<sup>52</sup> PERISSINOTTO, Renato Monseff. *A República e a Modernização do Estado de São Paulo*. In: *Cadernos da F.F.C.*, v. 9, n. 2, 2000.

interessava aos mandatários locais entrar em choque com o poder estadual, diante dos prejuízos previsíveis, sujeitando-se o município à ingerência do Estado por meio das resoluções revocatórias de seus atos e possíveis intervenções maliciosas.<sup>53</sup>

Mas com a República ocorreu em São Paulo uma crescente restrição da autonomia político-administrativa do município, unidade básica de atuação do coronel, pela burocratização e centralização política do Judiciário e das forças policiais, cujo poder decisório e institucional passou às mãos do Executivo estadual, ou pela dependência financeira, ante o endividamento dos municípios, que chegou a inviabilizar o funcionamento de algumas administrações ao longo da Primeira República.

O PRP começou a monopolizar a vida política ao se transformar no único acesso ao “Estado em todas as suas dimensões, seja para obtenção de cargos no funcionalismo público, seja para se ter acesso aos cargos eletivos, da vereança ao Executivo estadual”<sup>54</sup>. A valorização da longa experiência acumulada em cargos burocráticos e jurídicos “exigidos pela urbanização do interior” era considerada um pré-requisito de acesso, além da formação bacharelesca e das boas relações de parentesco. Segundo Casalecchi, o cosmopolitismo da elite paulista contrastava com a intensa mobilidade geográfica de seus membros, em seu deslocamento constante da capital para o interior, nos seus contatos com sua base político-eleitoral.<sup>55</sup>

É possível observar essa tendência na biografia da maioria dos políticos paulistas eminentes, isto é, daqueles que alcançaram postos relevantes na esfera estadual. Um caso interessante foi o de João Álvares Rubião Junior (1851-1915). Esse fluminense de Mangaratiba, após formar-se em Direito em São Paulo, exerceu a promotoria pública em Pirai e Barra Mansa, no Rio de Janeiro. Como fazendeiro e advogado em Bananal, foi eleito deputado provincial por São Paulo pelo Partido Conservador. Nos primeiros anos da República fez parte do efêmero Conselho de Intendência do município de São Paulo, na primeira gestão estadual de Prudente de Moraes (1889-1890). Foi secretário da Fazenda (1892-1896) de Bernardino de Campos, mas chegou a acumular as pastas do Interior e da Justiça em curtos períodos. Diretor do Banco Comércio e Indústria e da Cia. de Estrada de Ferro Paulista, elegeu-se deputado

<sup>53</sup> TELAROLLI, Rodolpho. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo, 1981. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Humanas, Universidade de São Paulo, v.1, pp.181-213. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975, pp. 50-7.

<sup>54</sup> PERISSINOTTO, Renato M. Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930). Prefácio de Décio Saes. Tomo I. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999, p. 183.

<sup>55</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op. cit., pp. 238-9.

estadual e senador estadual (chegando a presidir as duas casas legislativas). Indicado como sucessor de Rodrigues Alves na presidência do Estado, faleceu antes da confirmação na convenção do partido.<sup>56</sup> A influência de Rubião Jr. pode ser percebida também na sua longa permanência como membro da Comissão Executiva do PRP, que começou com sua indicação em 1896, estendendo-se até 1915 quase ininterruptamente (ficou fora nos anos de 1898 e 1901 em decorrência de crises políticas).

Mas a premissa pela qual a direção do partido caberia tão-somente à Comissão Executiva, pensada como uma espécie de instância superior com capacidade de deliberar sobre as políticas estadual e federal, levou a uma interpretação exagerada sobre o seu real alcance. Carone & Junqueira, ao analisar em mais profundamente a relação entre a base partidária e o partido, relativizaram essa afirmação, apontando para uma situação muito distinta da comumente apregoada. Perceberam num primeiro momento a importância central das chefias distritais exercidas por líderes do peso, como Ataliba Leonel (Piraju), Washington Luís e Altino Arantes (Batatais), Fernando Prestes (Itapetininga), Bernardino de Campos e Sílvio de Campos (Amparo), Campos Sales e Francisco Glicério (Campinas), capazes de conseguir, por meio da ampliação de seu prestígio e força, estender seu domínio geográfico muito além de suas bases eleitorais originais e se fazerem representar na cúpula do partido:

Após a leitura das Atas [do PRP] deixamos de lado a certeza dela pertencer a C.C. [ou C.E.], pois, o que vemos é o limite de seu poder e a fragilidade de suas decisões. O fato de suas reuniões se espaçarem cada vez mais (entre 1906 e 1913 não há reuniões), a função de encaminhar reivindicações das bases aos órgãos respectivos etc. Mas de qualquer jeito, o prestígio do cargo é grande, o que explica que os grupos mais importantes procurem ocupá-lo, pessoalmente ou representados por elementos de sua confiança.<sup>57</sup>

Com o partido se confundindo cada vez mais com o Estado, o Poder Executivo se impôs no controle da direção política e administrativa, interferindo nos atos do Legislativo, controlando o Judiciário e submetendo os diretórios municipais por meio de ameaças, restrição financeira e troca de favores.<sup>58</sup> O exercício continuado desse instrumento de poder presidencial tenderia a provocar o desequilíbrio dos poderes constitucionais se não fosse o fato de o chefe de governo ser membro de uma

---

<sup>56</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., pp. 398-400.

<sup>57</sup> CARONE, E. & JUNQUEIRA, M. S. A. Atas do PRP. In: *Revista Estudos Históricos*. Deptº de História da F.F.C.L. de Marília, n. 11, 1972, p. 138.

<sup>58</sup> Idem, pp. 138-9.

organização, com a qual deveria manter uma forte relação de fidelidade, caso também dos deputados e senadores, secretários e prefeitos, que tinham sua origem comum no partido, pois fora dele não haveria a possibilidade de sobrevivência política.<sup>59</sup>

Um exemplo perfeito de carreira construída nesses moldes pode ser percebido na trajetória de Washington Luís, político cuja gestão como prefeito do município de São Paulo (1914-1919) pretendemos analisar. Apesar de certo grau de dificuldade para a ascensão de elementos forasteiros no seio da elite política paulista, este foi plenamente superado por esse personagem, um dos mais experientes e eficientes administradores públicos paulistas, fato aliás muito valorizado no interior da organização, pois era no exercício de atividades executivas que se formavam os gestores públicos.

Sua biografia assinala um contato precoce com a administração pública. Filho de fazendeiros fluminenses do município de Macaé (1869), bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1891, e após curta temporada como promotor em Barra Mansa (RJ), acabou efetivamente iniciando sua vida pública em 1895, como vereador na cidade de Batatais, localidade à época em área de expansão cafeeira. Logo alcançou enorme prestígio nas redondezas, por sua eficiência como intendente municipal (tendo apenas 28 anos de idade) e na defesa intransigente da autonomia municipal aplicada nas inúmeras experimentações administrativas que pôs em prática. Concorreu a uma vaga para deputado estadual pelo Partido da Lavoura, em chapa liderada por Francisco Glicério, nas eleições de 1899. A frustração com a derrota eleitoral, em momento no qual o PRP começava a se impor hegemonicamente, Washington repensar em seus projetos.<sup>60</sup>

O contato com João de Oliveira Barros, filho do segundo barão de Piracicaba, Rafael Tobias de Barros, franqueou-lhe um contato privilegiado com um ramo político paulista poderoso que redundou em ligação familiar efetiva ao casar-se com a filha do barão, Sofia Paes de Barros, em 1900.<sup>61</sup> A decorrente mudança para a capital ano seguinte representou um momento de novos desafios, tendo no início

---

<sup>59</sup> Idem, p. 139.

<sup>60</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900)*. Franca, 1998, 249p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.

<sup>61</sup> DEBES, Célio. Op.cit., pp. 49-50.

enfrentado dificuldades para se firmar como advogado na cidade e também no campo político, em que teve de abjurar seu passado como opositorista em Batatais.<sup>62</sup>

Sua indicação na chapa oficial dos candidatos a deputado estadual pelo PRP ao Congresso Estadual saiu somente em 1903, e deveu-se à influência de dois membros da C. E. do PRP: João Batista de Melo Oliveira, seu tio por efeito de casamento, e ao citado João Álvares Rubião Jr., ambos ligados por interesses empresariais.<sup>63</sup>

Em sua primeira legislatura participou da reforma da Constituição estadual em 1905 (sendo escolhido para primeiro secretário), e da reforma da Lei Orgânica dos municípios em 1906. Por seu destaque nos debates e contatos políticos seria escolhido para substituir o demissionário secretário da Justiça, José Cardoso de Almeida, no governo estadual de Jorge Tibiriçá em 1906, cargo no qual permaneceria até 1912. A nomeação para a pasta estadual foi favorecida uma vez mais pela posição ocupada pelo mesmo João Batista, então vice-presidente de Estado, e reforçada pelo pedido pessoal do secretário da Agricultura Carlos Botelho, que assinalou estar “preocupado com a ausência de famílias tradicionais nos cargos da cúpula do governo do Estado de São Paulo...”<sup>64</sup>

A nova secretaria, separada da Secretaria do Interior por lei de 1905, necessitava de organização por sua amplitude de ação: organização judiciária, administração da Justiça, casamento civil, registro civil, Junta Comercial, sistema prisional e correcional, polícia e segurança pública, organização policial, nomeação e demissão do chefe de Polícia e demais autoridades policiais. Washington extinguiu o cargo de chefe de Polícia visando a centralizar o comando da segurança pública e racionalizar a organização policial.

Realizou nesse período uma intensiva modernização na Força Pública (futura polícia militar) com a vinda de uma missão militar francesa. Criou também um gabinete de queixas, que seria o embrião da futura corregedoria da polícia; introduziu reformas

---

<sup>62</sup> Idem, nota 176, p. 50.

<sup>63</sup> J. B. Melo Oliveira pertenceu a C. E. do PRP nos anos de 1896-97, 1899-1900 e 1903, e foi também diretor da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, sendo substituído por Rubião Jr. em 1913, quando o setor ferroviário paulista esteve sob o domínio do grupo de Farquhar. In: SAES, Flávio Azevedo Marques de. Op. cit., p. 191.

<sup>64</sup> As divergências entre Cardoso de Almeida e Carlos Botelho culminaram com o afastamento do primeiro em favor do último, exercendo influência decisiva na indicação do sucessor da pasta. Carlos era cunhado da esposa de Washington e portanto ligado ao ramo Pais de Barros, elemento que reforçava a escolha pautada na típica ligação clânico-parental. Ademais dona Sofia era também amiga íntima da mulher de Jorge Tibiriçá. Idem, pp.59-60. Carlos José Botelho, filho de Antônio Carlos Arruda Botelho, o Conde do Pinhal, foi secretário da Agricultura de Tibiriçá e durante o primeiro mandato de Washington na prefeitura da capital exerceu a vereança municipal.

na polícia civil, com a criação e aperfeiçoamento de seus serviços auxiliares, que passaram a acompanhar o desenvolvimento científico na área; instituiu a polícia de carreira, estabelecendo como critério de acesso e investidura aos cargos elevados a necessidade de diploma de bacharel em Direito.

A essa altura Washington estabelecera um amplo contato com a rede da elite paulista, além da admiração de alguns dos sumo-sacerdotes da Comissão Executiva do PRP (caso de seu presidente Bernardino de Campos), por sua competência demonstrada no gerenciamento administrativo e também pela habilidade na criação de eficientes soluções burocráticas (neste sentido pode-se afirmar que governava administrando em um momento no qual o aparelho burocrático estatal era pouco desenvolvido). Reforçando esse quadro estava a sua fidelidade ao partido, sempre reafirmada nos momentos de crise, chegando a atribuir a este o mérito de suas realizações.<sup>65</sup>

Após desistir de continuar na pasta da Justiça no governo de Rodrigues Alves, resolveu retornar à Câmara dos Deputados estaduais, mas lá permaneceu por curto período por ter aceitado a indicação do partido para ocupar o cargo de prefeito da capital. Como candidato oficial de Altino Arantes, elegeu-se presidente do Estado para o quadriênio 1920-1924. Foi depois senador federal e presidente da República (1926-1930).

Washington pertencia à segunda geração de políticos do PRP<sup>66</sup>, juntamente com Altino Arantes Marques (secretário do Interior no governo de Rodrigues Alves e presidente de Estado de 1916 a 1920), ambos correligionários dos tempos de Batatais e figuras de proa na política estadual, representando um fôlego mais jovem e afinado com os desafios enfrentados pela elite política paulista nas décadas de 1910 e 1920. Suas carreiras se desenvolveram paralelamente.

Diferentemente de Washington, que era um forasteiro em Batatais, Altino era um filho da terra, e seu pai um importante político e negociante local, o coronel Francisco de Arantes Marques. Após cursar o secundário no Colégio São Luís em Itu, matriculou-se, como era de praxe, na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1895. Ao voltar para o interior dedicou-se a advocacia, ao jornalismo e à política, tornando-se — por força de suas relações familiares — chefe político local do PRP. Em

---

<sup>65</sup> Idem, p. 121.

<sup>66</sup> À primeira geração pertenciam os nascidos em 1868 ou antes e que alcançaram a maturidade antes do fim do Império, somavam 46% dos membros da elite paulista; na segunda geração estavam os nascidos entre 1869 e 1888, correspondendo a 34% da elite; e à terceira geração pertenciam os nascidos no período republicano, chegando a alcançar 20% da elite. LOVE, Joseph. Op. cit., p. 224.



1898 envolveu-se em uma disputa eleitoral com Washington Luís pelo comando da edilidade, e acabou derrotado.<sup>67</sup>

Com o apoio e influência de sua tradicional parentela, posteriormente reforçada através dos fortes laços com o grupo dos Junqueiras, e em especial com o supercoronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, o famoso “Quinzinho”<sup>68</sup>, elegeu-se deputado federal nas legislaturas de 1906 a 1908 e de 1909 a 1911. Renunciou no final dessa legislatura, diante do convite para assumir interinamente a Secretaria de Estado do Interior no governo de Albuquerque Lins (1908-1912). Aliás, foi reconduzido a essa mesma função por Rodrigues Alves, na qual permaneceu até 1915, acumulando a pasta da Agricultura por curto período no lugar de Paulo de Moraes Barros, em 1913.<sup>69</sup>

Indicado inicialmente como vice-presidente na sucessão de Rodrigues Alves, tornou-se candidato à presidência em decorrência do falecimento do titular da chapa Rubião Jr., indicação essa que levaria a uma nova cisão no PRP. Apesar desse óbice Altino foi eleito para um mandato no qual enfrentou muitas dificuldades devido aos efeitos negativos decorrentes da conflagração mundial em curso desde 1914, que afetaram a cafeicultura, atingida por pragas e pelas geadas em 1918, e a política de valorização do café.<sup>70</sup>

A fase mais quente do quadriênio Altino Arantes concentrou-se nos anos de 1917-1918, incidindo especialmente sobre a cidade de São Paulo. Em primeiro lugar, avultava a cognominada “questão social”, expressão utilizada ao mesmo tempo para designar os dramas da carestia e do desemprego que alcançaram níveis tremendamente altos nessa fase, e para enquadrar o movimento operário organizado em torno de sindicatos anarquistas. Estes deflagraram uma grande greve em 1917, que praticamente

---

<sup>67</sup> MARQUES, Altino Arantes. Washington Luís em Batatais. In: *Washington Luís: Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: s. n., 1957, pp. 9-31.

<sup>68</sup> É interessante notar que Altino casou-se em segundas núpcias com uma das filhas de Quinzinho, o que demonstra a necessidade de extensão dos interesses políticos no campo das relações familiares. Neste caso a chefia distrital da região de Ribeirão Preto, uma das mais ricas e importantes do estado, era garantida por Quinzinho, que influía na política estadual amparado também nas relações amistosas que mantinha com Washington Luís. In: PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Franca, 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.

<sup>69</sup> EGAS, Eugênio. *Galeria dos presidentes do Estado de São Paulo e vice-presidentes*. v. 2 (Período republicano 1889-1920). São Paulo: Seção de obras d’ “O Estado de S. Paulo”, 1927, p. 481.

<sup>70</sup> Cronistas de época apontaram para os flagelos que abateram sobre os paulistas na década de 1910: a Gripe, a Geada, os Gafanhotos, a Guerra e, por fim, as Greves, criando a expressão “cinco Gês” para designar o que foi considerado como uma “conjuntura particularmente catastrófica”. In: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 24.

paralisou as atividades urbanas e os serviços públicos causando um alvoroço geral.<sup>71</sup> A gripe espanhola de 1918 acabou expondo ainda mais o governo pela ineficiência dos órgãos sanitários estaduais para debelar a pandemia.<sup>72</sup>

Nesses dois casos afigura-se o modelo da longa carreira com certa vantagem para Altino, que não precisou desempenhar funções burocráticas na municipalidade para ascender no trabalho e pelo fato de que Washington teria enfrentado maiores percalços para alcançar a magistratura máxima no Estado. O certo é que lidou por muito mais tempo que Altino com a gerência da administração pública, em todos os seus níveis (municipal, estadual e federal), acumulando ampla experiência que o habilitaram à presidência da República. Ambos passaram a fazer parte da Comissão Executiva do PRP após o final de seus mandatos como governadores.

Disso deriva um outro aspecto a ressaltar, a proeminência cada vez maior do Poder Executivo em São Paulo, onde se configurou uma relativa autonomização do Estado em relação à Comissão Executiva do PRP, submetida com o tempo aos desígnios da “alta cúpula burocrática do aparelho estatal”. Nessa circunstância, a formação de uma administração “competente” encarregada de tratar de problemas que ultrapassavam o horizonte dos representantes da classe agrária (o saber exigido para ocupar funções técnicas e profissionais nos órgãos fazendários, no Judiciário, na polícia civil, etc.), e o surgimento de políticos profissionais com habilidade não somente para governar, mas para criar os meios necessários à implementação das plataformas políticas, consolidaram a centralização do poder nas mãos do presidente de Estado.<sup>73</sup>

É certo que a passagem para essa fase teve sua origem no estado de convulsão vigente no final do governo de Floriano Peixoto, fato que levou os paulistas a assumirem o controle do Executivo federal com a eleição de Prudente de Moraes em 1894. Este promoveu uma *débâcle* geral nos esforços de grupos radicais urbanos e militares na implantação de seus projetos reformistas e revolucionários, que incluía entre seus objetivos centrais apagar do poder as elites latifundiárias. Com a derrota infligida aos revoltosos na Revolução Federalista em 1897, o controle efetuado nos quartéis e escolas militares, e o esmagamento do arraial de Canudos, entendido na época

---

<sup>71</sup> LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, pp.73-95.

<sup>72</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Epidemia e Sociedade: a gripe espanhola no município de São Paulo*. São Paulo, 1986, 482p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

<sup>73</sup> KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia*. São Paulo, 1986. tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Humanas, Universidade de São Paulo.

como foco subversivo e atentatório a unidade republicana, a instabilidade reinante foi controlada.

Em uma tentativa de análise desses acontecimentos decisivos, Jeffrey Needell esboça os efeitos produzidos pelo que denomina de “ressurgimento das forças tradicionais” no contexto da capital federal, e especificamente da elite carioca, que poderia ser estendido à realidade nacional:

O período revolucionário de 1880-97, ... desemboca no fracasso da tentativa de contenção do domínio exercido pela elite tradicional. Esta contenção representou um importante interregno, capaz de afetar a natureza e o curso dos movimentos abolicionista e republicano, sem destruir contudo os alicerces do poder das elites agrárias e de seus aliados, nem impedir a formação de um governo para atender aos anseios dos grupos mais poderosos. No ano de 1898, esse grupos instalaram-se solidamente no topo da hierarquia sócio-econômica, triunfando sobre os desafios políticos radicais. O final do século marca a permanente vitalidade, e mesmo o predomínio, de padrões que podem ser percebidos em todo o seu transcurso. Esse fato é crucial para a compreensão da cultura e da sociedade da elite carioca. Todavia, nem no Rio nem no Brasil como um todo, tal continuidade significa ausência de mudança, e sim seu refreamento.<sup>74</sup>

Porém foi no governo de Campos Sales (1898-1902), outro paulista, que se elaborou uma espécie de consenso das elites nacionais para conseguir o apoio dos Estados à políticas de austeridade financeira e de manutenção das relações com o crédito estrangeiro, vitais para uma estabilidade econômica desejável. Sales instaurou uma política federal de benefícios para as oligarquias estaduais, conhecida como “política dos governadores”, que se baseava no compromisso coronelista, tendo como conseqüência a “consolidação das situações políticas estaduais” ou o “monopólio da vida política estadual pelos partidos governistas”, inviabilizando institucionalmente qualquer possibilidade de oposição política, fato que teve conseqüências fundamentais na transformação do PRP em um partido de Estado.<sup>75</sup>

A superação da fase de controle direto do governo federal para um outro estágio deu-se após a implementação dos mecanismos de valorização do café. Foi no Convênio de Taubaté (1906) que se estabeleceram políticas para sanar definitivamente a crise no setor que começou em 1896. Sua implementação deveu-se à iniciativa do presidente estadual paulista Jorge Tibiriçá (1904-1908), que promoveu as articulações

---

<sup>74</sup> NEEDELL, Jeffrey. Op.cit., p. 40.

<sup>75</sup> PERISSINOTTO, Renato M. Op. cit., p. 183.

para a tomada de empréstimos no exterior no intuito de financiar a compra dos excedentes e a formação de estoques reguladores.

Neste âmbito, Kugelmas argumenta que os paulistas reformularam sua estratégia política retirando-se do palco principal, mas agindo nos bastidores para garantir os instrumentos vitais à continuidade da política de valorização em nível federal:

Orientar, em seu benefício, a utilização dos instrumentos de política econômica exclusivos do governo federal, muito especialmente a política monetária e cambial. Contentando-se com isto, ser-lhe-ia relativamente fácil abrir mão da Presidência por um longo período (1906-1926), passar longos períodos sem ocupar postos ministeriais nem cargos de direção no Congresso, e não disputar com empenho a alocação das obras públicas federais.<sup>76</sup>

A proposta da elite cafeeira de um projeto de transformação nacional durante a Primeira República inspirou-se na concepção modernizadora da nova elite de intelectuais, artistas, políticos e militares do País, que se baseava em uma mistura de inúmeras tendências vigentes na Europa, incluindo o cientificismo, o darwinismo social de Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Comte.<sup>77</sup>

O prévio afastamento dos aspectos radicais e revolucionários dessas correntes de pensamento possibilitou sua instrumentalização no sentido de legitimar as transformações propostas pelo setor agroexportador, que incluía em sua linha de frente a reforma (“regeneração”) das cidades-capitais e dos portos.

Os fundamentos da modernização da *belle époque* brasileira constituíram-se sob a égide da elite paulista, formada por grandes fazendeiros cafeicultores que concebiam seus negócios, como já esboçamos anteriormente, em moldes capitalistas, aplicando seus investimentos na modernização da produção (maquinário de beneficiamento, ferrovias, introdução de trabalho imigrante assalariado, etc.) e na diversificação dos capitais em diferentes setores (indústria, empreendimentos urbanos, mercado financeiro, etc.). Entretanto, sua matriz agrária limitava o alcance das mudanças pretendidas, conduzidas assim de forma bastante controlada, a fim de se evitar um estímulo indesejável de ruptura da ordem, tônica dos movimentos ensejados durante o início da República que permaneceram abafados por longo período.

---

<sup>76</sup> KUGELMAS, Eduardo. Op. cit., p.2.

<sup>77</sup> SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3, p.14.

Esse permanente discurso em favor da modernização se estendeu, como vimos, à esfera da administração pública, promovendo a burocratização e a racionalização estatal em bases técnico-científicas, empreendidas sobretudo durante a gestão de Jorge Tibiriçá (1904-1908), que criou as estruturas necessárias para alavancar a economia paulista à condição de líder no âmbito nacional.

Não obstante, permaneceram os mesmos dilemas anteriores: limitação à representação política (principalmente dos segmentos urbanos), o condicionamento da política econômico-financeira aos interesses da agroexportação (e, por conseguinte, a dependência dos setores urbano e industrial em relação aos fluxos e refluxos do setor cafeeiro), e enfim a debilidade do próprio Estado e das instituições públicas permeadas pela lógica do favor e do clientelismo, que persistia.

A penetração de valores capitalistas prescindiu dos valores modernos no sentido europeu, esboçando um quadro de tenebroso subdesenvolvimento que, segundo Cardoso de Mello, teve sua origem na maneira como o País se inseriu na dinâmica das trocas e da circulação do sistema capitalista mundial:

O prolongamento escandaloso da escravidão até o final do século XIX e o imenso atraso econômico que acumulamos até 1930 não se deveram, por certo, às resistências culturais opostas pela tradição ou pela mentalidade pré-capitalista. Mas aos interesses econômicos e políticos de senhores de escravos, de traficantes de escravos, de fazendeiros de café, comissários, exportadores, importadores, banqueiros, da Metrópole, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da dinastia de Bragança, ou da oligarquia plutocrática da Primeira República.<sup>78</sup>

A natureza da modernização brasileira na Primeira República teve seu epítome na ambígua idéia de mudança sem ruptura ou de uma modernização que não produziu modernidade, conduzida por uma elite agroexportadora conectada (de maneira subalterna) às transformações operadas na Europa ocidental e nos Estados Unidos pela chamada Segunda Revolução Industrial, ou Revolução Científico-Tecnológica<sup>79</sup>, cujo resultado derivou no aumento em escala dos complexos industriais, empregando equipamentos e novas tecnologias sofisticadas resultantes de uma amplitude exacerbada

---

<sup>78</sup> MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. (coord.-geral), SCHWARCZ, Lilia Moritz. (org.). *História da vida privada no Brasil*. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 608.

<sup>79</sup> SEVCENKO, Nicolau. Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. Op. cit., pp. 8-13. A Revolução Industrial propriamente dita irrompeu-se nos fins do século XVIII com o surgimento das primeiras fábricas (baseadas no tripé: ferro, carvão e máquinas a vapor) concentradas sobretudo na produção das manufaturas têxteis na Inglaterra e na distribuição por meio dos novos transportes (ferrovias e navios a vapor).

das novas descobertas científicas aplicadas no desenvolvimento de novos processos produtivos.

Nesse processo o Brasil se inscreveu como fornecedor latino-americano de matérias-primas e pela abertura de um novo mercado consumidor de produtos manufaturados, em meio a uma disputa desenfreada entre as potências industriais européias e os Estados Unidos para integrar esse mercado a sua esfera de influência.

No caso brasileiro, o projeto de modernização implementado demandou a tomada de enormes empréstimos externos, predominando como emprestadores os ingleses, nossos credores tradicionais desde a Independência. Para isso foi necessária a retomada da capacidade de endividamento nacional, que se encontrava bastante restringida nos anos iniciais da República. O governo de Campos Sales — mediante uma política restritiva de austeridade financeira e com negociação do primeiro *Funding Loan*<sup>80</sup> — possibilitou esse restabelecimento. Prova disto foi que entre 1899 e 1914 o volume de empréstimos contraídos pelo governo brasileiro alcançou a surpreendente marca de £112.774.000, ultrapassando largamente o período áureo anterior de 1863-1888, quando foram tomadas £34.407.000.

Alguns empréstimos serviram especificamente a para financiar a política de valorização do café, após o sucesso inicial do acordo firmado entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais em 1906, mas a maioria foi utilizada em obras de infraestrutura urbana (caso da reforma do porto e do Distrito Federal, no governo de Rodrigues Alves; das obras no porto de Pernambuco, Paranaguá e Corumbá; etc.) e para a construção e melhoria de estradas de ferro federais (E. F. Itapura-Corumbá; E. F. Goiás; Rede de Viação Cearense; Viação Geral da Bahia; prolongamento das ferrovias nos Estados do Ceará e Piauí, etc.).<sup>81</sup>

O endividamento externo galopante acalentava o temor da bancarrota, e este era acelerado pela dependência constante em relação ao capital estrangeiro em decorrência da manutenção do programa de valorização. O risco era vivido também

---

<sup>80</sup> “Com efeito, sem o endividamento seria impossível enfrentar o problema da superprodução e da formação de estoques invendáveis. Sem embargo, desde 1896 já se evidenciava o desequilíbrio resultante da grande expansão do plantio efetuada nos primeiros anos da República. Como a inflação do período se intensificava, foi relativamente fácil enfrentar a queda dos preços em moeda forte, através da socialização dos prejuízos. Entretanto, com a política de estabilização empreendida por Campos Sales, ficou evidente o efeito da depreciação. O país, em decorrência dessa contração, sofre durante os primeiros anos do esquema um processo de desindustrialização e de aumento de suas chagas sociais, perdendo posição, até o primeiro esquema de valorização do café, com queda de divisas provocada pela superprodução e pelos estoques invendáveis.” DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., p. 243.

<sup>81</sup> Idem, pp. 244-89.

pelo governo paulista, cujo passivo em moeda estrangeira chegou a 50 milhões de libras esterlinas em 1914 (enquanto comparativamente o passivo federal, no final de 1913, era de 91.857.360 de libras esterlinas e 297.885.500 de francos, o que equivalia a 2/3 da dívida total reconhecida pelo País nessa época).<sup>82</sup>

A tendência a interpretar a entrada desse capital na economia brasileira (sobretudo paulista) como pressuposto de uma dependência obscurece na realidade à forma como esses empréstimos financiavam os negócios do café. Como vimos, o governo paulista passou a tomar altas somas no mercado internacional para a montagem de um esquema pelo qual detinha o controle do preço mundial da saca de café, utilizando-se de mecanismos reguladores internos, controle da produção, criação de uma bolsa do café em Santos, etc.

A amortização da dívida se dava com a venda do produto a seus próprios credores europeus e norte-americanos, com cotação elevada, que gerava inversões consideráveis dirigidas tanto à ampliação do negócio (novas plantações de café), quanto ao lucrativo setor urbano (mercado imobiliário e serviços públicos), além dos bancos, do comércio e da indústria, que representavam as novas possibilidades de investimentos abertas pelo capital nacional deslocado das empresas ferroviárias.<sup>83</sup>

Dessa maneira, a penetração do capital estrangeiro, que se deu em maior volume de 1906 até o início da Primeira Guerra (quando cessaram as condições favoráveis à sua exportação), efetivou-se na exploração de setores bastante rentáveis, como o das companhias ferroviárias e o de serviços públicos, muitas vezes associados com empresários nacionais e contando com o apoio da própria elite política.<sup>84</sup>

Porém, todos esse negócios ficavam atrelados ao bom andamento das exportações do produto-chave da economia brasileira, o café. O financiamento contínuo por grupos estrangeiros acabou gerando um enorme passivo externo e a possibilidade de domínio da produção por esses banqueiros europeus e norte-americanos. A retração do fluxo a partir de 1914 mostrou a fragilidade do sistema no momento em que a Caixa de

---

<sup>82</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., p.131.

<sup>83</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. Op. cit., pp. 212-18.

<sup>84</sup> Houve sérias divergências e reações a entrada de capital estrangeiro, principalmente no início da década de 1910, como foi o caso da disputa jurídica entre a Light & Power e a Companhia Doca de Santos, do grupo de Guinle e Gaffré, pelo fornecimento de energia elétrica na capital paulista, ou os ataques dirigidos às ações do cognominado "Sindicato" de Percival Farquhar, na polêmica aberta pelo arrendamento da Companhia Sorocabana de Estradas de Ferro. Aliás foi com esta última empresa que se deu início a um procedimento que se repete em outras cujo controle acionário era adquirido: "...qual seja o de incluir em suas direções elementos brasileiros, ligados ou não à alta administração pública." Idem, p. 187.

Conversão, criada para evitar a valorização do mil-réis, manter o câmbio baixo e estimular as inversões externas, promoveu uma febre expansionista descontrolada. Somava-se a isso a pouca consonância entre a política financeira adotada pelo governo federal, em geral de câmbio alto, em relação à defesa do café empreendida por São Paulo.<sup>85</sup>

Para boa parte da elite paulista de então, a entrada maciça de capital estrangeiro era vista como algo necessário para concorrer com o desenvolvimento econômico e social do País. Havia por trás disto uma certa “angústia do atraso”, reforçada pelos resquícios de um pesado passado colonial e suas mazelas que se desejava superar. Compartilhava-se a crença na possibilidade de sanar o problema do descompasso com a modernidade por meio de um salto tecnológico que só poderia ser importado tendo em vista a incapacidade de fomentação do desenvolvimento no País.

No entanto, essa questão adquiriu um tom mais complexo se levarmos em conta as próprias variantes de incremento do capitalismo presentes no interior do continente europeu e nas zonas periféricas do sistema, e as experiências diferenciadas de modernidade fora do centro.

---

<sup>85</sup> DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., pp. 232-48.



### 1.3 Modernidade e modernização – uma explicação necessária

Durante o século XIX uma parcela do mundo ocidental viveu a plenitude da experiência histórica da modernidade, entendida como desejo de permanente mudança.<sup>86</sup> Segundo Berman, a era moderna passa por uma emancipação dialética provocada pelas transformações materiais promovidas pela modernização (como produto da industrialização e do capitalismo) e por um movimento mental e estético denominado modernismo.<sup>87</sup>

Esse tempo moderno, pensado como tempo do “eternamente novo”, teve sua origem no século XVI com o ciclo das grandes navegações europeias ultramarinas articulado com os efeitos da reforma protestante e do Renascimento. Essa primeira fase terminou no fim do século XVIII, com episódios que marcaram decisivamente o desenrolar da fase seguinte: a Revolução Francesa, marcos do racionalismo e do iluminismo, e por fim a Revolução Industrial inglesa, que deu origem ao sistema de fábricas e aos desenvolvimentos tecnológicos subsequentes.

Esses dois últimos, por sua extensão originaram o termo europeização ou ocidentalização, empregado comumente no lugar do termo modernização, para designar as transformações sociais, econômicas, demográficas, culturais, comportamentais, institucionais e políticas que acompanharam o curso de implantação do capitalismo.<sup>88</sup> Entretanto a modernização pode ser pensada como algo muito além da idéia de europeização:

Além disso, com o passar do tempo, se tomou consciência de que a Modernização não é apenas o processo de difusão de instituições, valores e técnicas europeias, mas é um processo aberto e contínuo de interação entre as várias instituições, culturas e técnicas. Esse processo envolve todas as esferas do sistema social de forma freqüentemente conjunta, se desenvolve segundo modelos

<sup>86</sup> A imagem de moderno como desejo de mudança, ruptura, ultrapassagem, aparece no campo filosófico com Hegel, que utiliza um conceito no sentido epocal de “novos tempos” denotando “tempos modernos”. Essa perspectiva do tempo presente como tempo do novo que não pode mais se referir no passado, que vive portanto de uma renovação contínua e interminável, envolve uma concepção dinâmica: “... a modernidade não pode e não quer continuar a ir colher em outras épocas os critérios para sua orientação, ela tem de criar em si própria as mesmas por que rege.” “Hegel entende igualmente o ‘novo tempo’ como a ‘época mais recente’”, revelando uma crença no novo, no tempo moderno que se distingue do antigo pelo fato de “abrir-se ao futuro”. In: HABERMAS, Jürgen. *Discurso filosófico da modernidade*. Tradução de Ana Maria Bernardes et al. Lisboa: Dom Quixote, 1990, p. 18.

<sup>87</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 16-7.

<sup>88</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 24.

alternativos que apresentam características semelhantes e peculiares, modelos que permitem porém, identificar, no transcorrer da história, sistemas políticos, econômicos e sociais mais ou menos modernos do que outros, com base em categorias comparadas.<sup>89</sup>

Alguns escritores modernistas do século XIX captaram em suas obras essas transformações vividas pelos países mais avançados da Europa ocidental, exprimindo percepções e sentimentos muitas vezes contraditórios que caracterizavam universalmente a modernidade.

Marx foi dos formuladores do que pode ser considerada a “postura símbolo da modernidade”. Transitando entre a crítica e a admiração, o repúdio e a fascinação pela dimensão das forças internas e redentoras do capitalismo, identificou a burguesia como agente principal, passando a exaltar seu papel revolucionário e criador de possibilidades de mudança despertando o poder produtivo humano para inúmeras realizações materiais que se destinariam a um só fim, conforme Berman, “fazer dinheiro, acumular capital, armazenar excedentes”, limite que condiciona aquilo que foi construído a uma existência fugaz e efêmera.<sup>90</sup>

Essa capacidade impressionante de “fomentação” do desenvolvimento e de aniquilação, próprias de um Fausto tresloucado a impulsionar as energias dinâmicas do mundo, foi analisada por Walter Benjamin, para o qual sentimentos ambivalentes dominariam a modernidade. Este autor identificou tal concepção na obra do poeta francês Charles Baudelaire, manifestando como Marx uma posição ao mesmo tempo de celebração e denuncia do caráter da tecnologia, exprimindo de um lado a confiança no homem e na capacidade do indivíduo como autor de mudanças, e de outro a condição miserável de trabalho e existência gerada pelo sistema. A espiral de transformações da modernidade exigiria assim uma capacidade de adaptação e mudança permanente que Baudelaire refletiu na imagem do *flâneur*, o passante observador, típico do bulevar, espécie de detetive amador que se distinguiria do burguês por viver na rua, no meio da multidão; o *flâneur* levaria assim uma espécie de vida heróica, boêmia, à maneira do artista.<sup>91</sup>

---

<sup>89</sup> BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 7ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995, v. 2, p. 768.

<sup>90</sup> “Dada a capacidade burguesa de tirar proveito da destruição e do caos, não há qualquer razão aparente para que essas crises não possam prosseguir em uma espiral interminável, destruindo pessoas, famílias, corporações, cidades, porém deixando intatas as estruturas e o poder da vida social burguesa.” BERMAN, Marshall. Op. cit., p. 101.

<sup>91</sup> A boêmia seria um tipo de vida identificado com a modernidade identificável no século XIX tomando forma como fenômeno após a Revolução Francesa e a revolução industrial “em contraste com o que era

A burguesia, como classe móvel nesse processo dialético, estaria sempre atenta aos “riscos de mudança” inerentes ao princípio por ela defendido da livre circulação de mercadorias (*laissez-faire*), algo que implicaria uma “sociedade genuinamente aberta, não apenas em termos econômicos, mas também políticos e culturais”. Tal concepção claramente indesejável para a própria sobrevivência da burguesia nas suas várias formas (manufatureira tradicional, mercantil, industrial) nunca foi plenamente seguida, uma vez que se desenvolveram meios de burlar as leis do livre mercado violando-o por meio de manipulação, controle e restrição, nas suas mais diferentes variantes: monopólios, trustes, cartéis.<sup>92</sup>

Esse ciclo de mudanças centrado no continente europeu só foi possível devido à articulação entre fatores endógenos (a separação da atividade agrícola e comercial, em um primeiro nível, seguida de uma separação da atividade comercial e industrial, o desenvolvimento de uma nova divisão do trabalho que desencadeou a luta para alterar o sistema produtivo, a urbanização e o crescimento demográfico) e fatores exógenos (superação do isolamento geográfico e expansão e restabelecimento dos meios de comunicação).<sup>93</sup>

A modernização de tipo mais intensivo se desenvolveu prematuramente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos ainda em meados do século XIX. Nestes países o sistema capitalista entrou em uma fase de maturidade com mudanças estruturais decorrentes da industrialização e da eliminação de desequilíbrios setoriais, que permitiram a passagem do setor econômico orientado à expansão do setor produtivo para a produção crescente de bens de consumo de massa. No terreno político o processo de transferência do poder dos proprietários fundiários para os empresários industriais se deu sem abalos, configurando o modelo democrático-liberal burguês.

Esse capitalismo avançado foi capaz de constituir um imaginário próprio a fim de convencer a si mesmo e aos outros, por meio de um jogo de sedução e

---

comumente comparada: a vida burguesa.” SIEGEL, Jerrold. *Paris boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa (1830-1930)*. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: L&PM, 1992, p.13. Esse *flâneur* parisiense é contraposto por Walter Benjamin ao *flâneur* de Edgar A. Poe, que se define como “alguém que não se sente seguro em sua própria sociedade”, um anti-social oprimido vivendo sob os efeitos desestabilizadores da massificação e da normatização que destrói as identidades individuais no meio urbano. Reforça-se assim o contraste entre a Londres industrializada de Poe e a Paris barroca antes das intervenções de Haussmann, captadas por Baudelaire. BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de BARBOSA, José Martins e BAPTISTA, Hemerson Alves. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 33-45; 67-8.

<sup>92</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit., pp. 109-10.

<sup>93</sup> PEREIRA, José Carlos Medeiros. *Formação industrial do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec/Secretaria de Estado de Cultura, 1984, p. 19.

aparências, do triunfo da ordem burguesa, do sistema de fábricas e da própria modernidade, de que apenas uma porção do mundo fosse moderna no real (neste caso, as potências industriais e tecnologicamente avançadas da Europa ocidental e os Estados Unidos). As exposições universais funcionaram pedagogicamente como verdadeiras “vitrines do capitalismo triunfante”, exaltando as virtudes do progresso, das possibilidades redentoras da tecnologia, da disciplina do trabalho, da produtividade, etc.<sup>94</sup> Essa estratégia de convencimento foi bastante eficiente, funcionando para configurar uma espécie de modelo de homogeneidade passível de ser incorporado por outras nações, em descompasso com o mundo desenvolvido.

Um outro tipo identificável de processo modernizador bem-sucedido seria o das soluções autoritárias adotadas pela Alemanha, Japão e Itália, sociedades que apresentavam resquícios feudais e que se transformaram em potências industriais ainda no final do século XIX. Ocorre que neste caso as classes empresariais desses países não dispunham de força suficiente para derrotar as elites agrárias tradicionais, tendo de optar pela aliança com elas, com os burocratas e os militares, para fazer prevalecer os seus próprios interesses, subordinando assim seu poder econômico ao poder político. A ausência de um agente claro de modernização acabou sendo compensada pela presença de um Estado intervencionista com o fim de promover o desenvolvimento.<sup>95</sup>

Afora a controvérsia a respeito do centro dinâmico do capitalismo moderno, permanecia o problemático enquadramento das áreas periféricas, isto é, situadas à margem do centro dinâmico (caso das ex-colônias, dos imensos impérios austro-húngaro e russo, do Leste Europeu, etc.), com forte predominância de setores pré-indústrias, que vinham praticando o que se poderia denominar como modos distintos de modernização.

Contudo, esta condição poderia não ser exclusiva desses países, como assinalado por Arno Mayer, para o qual a interpretação dada para os avanços do progresso da modernidade industrial teria sido exagerada, por sua ênfase apenas nas forças inovadoras do sistema capitalista, levando a crer que a Europa teria passado do *ancien regime* para a modernidade bem antes da Primeira Guerra Mundial. Este

---

<sup>94</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 14. Pesavento define a modernidade como experiência histórica e social, marcada por uma postura dialética e de combate ante as transformações materiais e mentais, e a modernização como “conjunto de transformações econômico-sociais pertinentes à emergência do sistema capitalista” (industrialização, sistema de fábrica e tecnologia).

<sup>95</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 25. BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. Op. cit., p. 771.

pressuposto teria conduzido a análise a negligenciar o que se denomina de “forças de inércia e resistência”, reduzindo assim a importância dos “interesses econômicos pré-industriais, das elites pré-burguesas, dos sistemas de autoridade pré-democráticos, das linguagens artísticas pré-modernistas e das mentalidades arcaicas” vigentes até mesmo nos países industriais mais avançados. Para Mayer, essas forças na verdade teriam não só continuado a atuar ativamente até 1914, mas constituído a “essência das sociedades civis e políticas situadas na Europa”.<sup>96</sup>

A despeito das observações de Mayer, a resistência às transformações desencadeadas pela modernização nas esferas política, econômica e social seria natural, tanto quanto a adaptação a um processo que em determinado momento tornou-se irreversível. Para Hobsbawm, a questão da mudança define o século XIX ao considerar arbitrárias classificações como atraso e avanço para designar uma dinâmica que envolveu tanto os países do Atlântico Norte quanto a periferia do capitalismo.<sup>97</sup>

Resolvido esse impasse voltamos ao dilema anterior, qual seja, o de entender como se desencadeia a mudança nas sociedades novas, se a modernização se sucederia de maneira análoga à do centro, ou se haveria a possibilidade de ocorrência de modernizações diferenciadas ou alternativas.

Autores como Habermas procuraram explicar porque certos processos de modernização necessariamente não se desenvolviam como processos de racionalização. Observou-se que nesses casos o que ocorria era que a modernização social (ou do movimento modernizador da tecnologia e da ciência) se tornava auto-suficiente em relação à modernização cultural, pois esta última havia se tornado incapaz de dar respostas a antíteses superadas pela primeira.<sup>98</sup> O fenômeno próprio das áreas

---

<sup>96</sup> MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.15. Em quase todos os países centrais da Europa (inclusive Inglaterra e França) ocorre a permanência em diferentes graus e circunstâncias das forças de inércia que “contiveram e refrearam essa nova sociedade dinâmica e expansiva”, representada pelas forças modernas (burguesia). Os novos estados nacionais absorveram em geral a nobreza fundiária pós-feudal, que continuou se beneficiando dos privilégios e posições como proprietária de terras (incluindo as de uso agrário, mineral e no setor urbano) e no serviço público, controlando o aparelho burocrático estatal (aqui o autor assimila o conceito de Gramsci de “classe dirigente”), demonstrando uma enorme capacidade de adaptação e renovação ao se ajustar aos novos tempos de transformação – assimilam o capitalismo sem abdicar de sua “concepção de mundo, postura e relações aristocráticas.” Idem, p.22.

<sup>97</sup> “...mudaram parcialmente através da adaptação da herança de um passado antigo e ‘atrasado’, e continham camadas e parcelas da sociedade resistentes à transformação.” In: HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 46.

<sup>98</sup> HABERMAS, Jürgen. Op. cit., pp. 14-6. Segundo o modelo teórico clássico de Weber cuja problemática inspirou Habermas, a modernidade é pensada em uma relação íntima com o racionalismo ocidental, fruto do processo de profanização da cultura que resultou na destruição das concepções

periféricas do sistema capitalista significava uma resposta ao descompasso com os países centrais.

Richard Morse chega mesmo a afirmar que as sociedades periféricas européias desenvolveram um modernismo bastante distinto do centro, que oferecia tanto patologias quanto modelos, enquanto os latino-americanos tiveram um desafio maior gerado pela dificuldade de incorporar seus elementos nativos e populares a um projeto nacional, pois havia uma desconfiança muito grande em relação à capacidade dessa base ser capaz de constituir uma sociedade urbana moderna que reproduzisse a dinâmica da mudança.<sup>99</sup>

Nesse sentido seria possível entender a modernização brasileira durante o Segundo Império e a Primeira República, conduzida de forma controlada por uma elite latifundiária desejava, como vimos, de manter seus privilégios resguardados. O sonho de banir a imagem de colônia, por meio do progresso rápido se manifestou, por exemplo, nas reformas efetuadas no espaço urbano. Além disso, a imitação e o fingimento cultivados pela corte, e depois pelos barões do café, podiam ser percebidos na tentativa de reproduzir a vida das residências européias e o seu ambiente urbano (mais especificamente “francês”), esforço que exigiu a eliminação da paisagem local ou qualquer resquício que fosse identificado como símbolo de atraso do País, sem alterar contudo a estrutura da desigualdade social vigente.

Para legitimar as ações de intervenção propostas pelo poder público ajustaram-se à realidade nacional os modelos de racionalização do espaço urbano aplicados nas capitais européias. É observável desde o final do Segundo Império a larga influência do modelo parisiense da cidade “medicamentada”, produto das intervenções de Haussmann em Paris, criado originalmente para regular os males da industrialização através da gestão focada na questão higiênico-sanitária e no controle das classes urbanas insurgentes, visto a resistência traumática aos desígnios do poder estatal moderno.

Os problemas apresentados pelas cidades-capitais brasileiras na passagem para República eram de uma outra ordem. Com a economia do País girando em torno da agroexportação, a indústria era ainda um arremedo (e continuou a ser considerada,

---

tradicionais. A racionalização da cultura e da sociedade que se diferenciam nas novas estruturas sociais, acabam interligando-se para organização da empresa capitalista e do aparelho burocrático do Estado.

<sup>99</sup> MORSE, Richard. As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, pp. 216-7. Para Morse uma explicação desta incapacidade latino-americana esta em que desde o período colonial até depois da independência: “Diferente dos setores da intelligentsia russa, os pensadores latino-americanos não podiam contrapor à modernização uma alternativa indígena espiritual e comunitária.” Idem, p. 210.

mesmo até os anos 1920, uma atividade secundária atrelada à cafeicultura), e a introdução de imigrantes europeus para compensar a presença do incômodo elemento cativo esboçava a restrição de nosso mercado interno e de consumo. Acresceu-se a isso o crescimento populacional exacerbado de centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo. Na virada para o século XX, essas capitais não conseguiam dar conta da demanda por investimentos infraestruturais, além de apresentarem uma ordem urbana completamente caótica e ultrapassada diante das pressões internas e externas (proliferavam epidemias pela ausência de condições sanitárias adequadas; o abastecimento era irregular, além da carestia e do desemprego que criavam uma tensão social enorme; havia um *déficit* habitacional premente que elevava consideravelmente o mercado de aluguéis; inadequação dos portos, etc.).

Na verdade, a pretensão de diminuir o descompasso urbano implantou-se como meta preponderante na mentalidade dos administradores públicos, realizando remodelações necessárias, que com o tempo mostraram seu efeito efêmero, seja pela inadequação das intervenções, seja pela falta de continuidade e planejamento. Outro ponto é que esse intenso esforço de modernização fez-se desacompanhado dos valores propriamente modernos que poderiam criar os limites ao avanço de um tipo específico de capitalismo que se formava nestas plagas, calcado na ventura e na rapinagem instituídas desde a colonização que se estenderam no tempo, podendo ser percebidas na mistura entre as esferas do interesse privado e do interesse público, constituídas geralmente pelos mesmos homens que atuavam em uma espécie de vácuo moral, usando a manipulação e a barganha política como mecanismos básicos para a realização de “bons negócios” (e lucros certos).<sup>100</sup>

As transformações mais profundas da modernidade não penetraram na realidade brasileira a ponto de promover as mudanças sociais e estruturais necessárias em decorrência desses elementos que limitavam o alcance do ideário liberal burguês, inerente ao processo de reforma urbana. Se a presença da escravidão desmentia abertamente princípios liberais, como os de liberdade de trabalho e igualdade perante a lei, expressos na primeira Constituição após a Independência, outros postulados da civilização burguesa, como a autonomia individual, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva e a ética do trabalho eram assimilados pelo favor, que “ponto por

---

<sup>100</sup> DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., pp. 236-8.

ponto, pratica a dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, remuneração e serviços pessoais”.<sup>101</sup>

O favor origina-se da relação entre o homem livre (“na verdade dependente”) pobre e o latifundiário; este último detém o poder de concessão, direta ou indireta, submetendo o primeiro à sua vontade e beneplácito, algo que tem suas implicações nas relações entre o cidadão e o Estado (dominado pelos mesmos proprietários). Para Roberto Schwartz, a estratégia posta estaria em utilizar a doutrina liberal para justificar, legitimar e tornar objetivo racionalmente (pelo menos na aparência) o “arbítrio que é da natureza do favor”.<sup>102</sup>

No liberalismo de fachada da elite triunfante paulista não havia espaço para posições sociais ou populares. A tradição autoritária da política e da sociedade brasileira tornava impraticável a consolidação de uma vertente democrática.<sup>103</sup> O PRP, como forte organização partidária, se sustentou então no mandonismo dos chefes locais (coronéis) que controlavam um restrito e submisso eleitorado cativo, e principalmente acoplou-se perfeitamente ao Poder Executivo, em sua fase como partido da administração pública (1898-1930). Além disso, o desenvolvimento material de São Paulo, segundo Casalecchi, acabou constituindo-se em um forte fator para justificar o domínio ferrenho do PRP, acrescido de que as condições de existência da população não eram favoráveis à mudança e à formação de uma consciência política.<sup>104</sup>

No manifesto do Partido Republicano (fundado no Rio de Janeiro em 1870), por exemplo, a forma de ação escolhida foi a da “reforma”, para se evitar ao máximo levar a sociedade a um indesejável estado de convulsão social (ruptura ou revolução). A tese da evolução se confirmaria nas posições assumidas mais tarde pelo manifesto de outro partido republicano, o paulista em 1873, no entanto sua pregação em favor da autonomia provincial acabou criando sérias divergências e provocando a debilidade do partido em nível nacional.

<sup>101</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p.16.

<sup>102</sup> “De ideologia que havia sido – isto é, engano involuntário e bem fundado nas aparências – o liberalismo passa na falta de outro termo, a penhor intencional duma variedade de prestígios com que nada tem a ver. Ao legitimar o arbítrio, por meio de alguma razão ‘racional’, o favorecido conscientemente engrandece a si e ao seu benfeitor, que por sua vez não vêm, nessa era de hegemonia das razões, motivo para desmenti-lo.” Idem, p.17.

<sup>103</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p.69 e seguintes.

<sup>104</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op. cit., pp.186-7. “Crescimento de tal ordem, ao reiterar o apego ao desenvolvimento econômico, não estava ausente de problemas e pedia providências, em outros setores, para a modernização da sociedade paulista. Esta modernização era também uma proposta do evolucionismo, na sua crença no progresso, na ciência, no desenvolvimento material.” Idem. pp.27-8.



Composto majoritariamente por grandes proprietários (cafeicultores), o PRP tendeu a encampar a defesa dos interesses e negócios da lavoura, afastando de sua meta a opção pela via revolucionária para a derrubada do Império, cujo motor, a inserção popular, era visto com temor. Por isto o partido restringiu ao máximo a participação política, optando pela via pacífica e apostando no “espírito associativo” dos agricultores. Com a consolidação do PRP na República e sua simbiose com o Estado, o antigo compromisso coronelista, limitado a uma contraprestação eleitoral, como prática política tradicional passou a funcionar a favor da constituição de um aparato burocrático e centralizado, como afirma Perissinotto ao assinalar a possibilidade de convivência entre moderno e tradicional:

Como notou Bendix, práticas e grupos ‘tradicionais’ não convivem com a ‘modernidade’ como se fossem apenas uma espécie de ‘resíduos sociais’. Podem mesmo se transformar em elementos funcionais do processo da modernização de uma dada sociedade, dependendo da situação concreta.<sup>105</sup>

---

<sup>105</sup> PERISSINOTTO, Renato Monseff. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)*. Tomo I. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999, p. 170.

## 1.4 Modernização urbana e gestão autoritária: da Paris de Haussmann à São Paulo de Washington Luís

A constituição dos Estadosnacionais veio reforçar o vínculo ente Estado e cidade, principalmente a cidade-capital, sede do poder administrativo e símbolo da unidade e centralização política que passou a operar como elemento aglutinador da atividade econômica, concentrando inúmeras atividades especializadas e atraindo fluxos migratórios constantes. Este meio efervescente de mudanças levou homens do governo a planejar reformas que o contivessem, muitas vezes sem sorte.

As recém-independentes nações latino-americanas promoveram intervenções em suas capitais, geralmente respaldadas nos modelos europeus de urbanização. Urbes em processo de metropolização intensiva como: Cidade do México, Buenos Aires, Santiago do Chile, Lima, Montevideú, Rio de Janeiro, São Paulo, entre outras, em algum momento sofreram algum tipo de modernização nesses moldes. Houve no caso brasileiro uma forte influência de princípios do reformismo e da legislação higienista francesa (paradigma da cidade “medicamentada”) no conjunto de propostas de intervenção urbana realizadas no Distrito Federal na gestão do prefeito Pereira Passos, efetuadas no início do século XX.

A cidade de São Paulo, com seu progressivo relevo econômico no País, sofreu intervenções fragmentárias que seguiram esses mesmos princípios durante a administração de Antônio Prado. Em meados dos anos 1910 começou a prevalecer o discurso em favor do empreendimento imobiliário inspirado nas experiências norte-americana e alemã, segundo as quais seria possível pensar na higiene e no rendimento simultaneamente.<sup>106</sup> Em geral notava-se porém a ausência de uma perspectiva mais global capaz de controlar os fluxos de crescimento intensivo da metrópole paulistana, ficando cada vez mais visível uma expansão ao sabor dos interesses do mercado imobiliário.

Para captar este fenômeno é necessário verificar a importância que a cidade-capital passou a ter no século XIX, momento em que se converteu em palco privilegiado de encenação da modernidade.

---

<sup>106</sup> ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação e territórios na cidade de São Paulo*. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2003, p.44.

Ao final do século XVIII, as até então antigas capitais barrocas começaram a crescer de forma desmesurada, manifestando o contraponto à versão setecentista de “cidade como virtude”. Surgia uma nova perspectiva que encarava a cidade como geradora de vícios<sup>107</sup> que podiam ser percebidos nos males da industrialização e da modernização, na cidade como palco de insurreições, nos camponeses e imigrantes que inchavam o espaço urbano atraídos pelo brilho fácil das metrópoles.<sup>108</sup> Estes desafios urbanos começaram a preocupar as elites e as autoridades estatais, que se dispuseram a empreender grandes projetos e planos de intervenção respaldados no conhecimento técnico-científico aprimorado por diferentes tipos de especialidades: filósofos, filantropos, sociólogos, urbanistas, arquitetos, engenheiros sanitários e médicos.<sup>109</sup>

Nesse intenso processo de transformações e reformas modernizadoras pelo qual passaram as principais cidades-capitais do mundo, destacou-se, ou por sua importância simbólica e monumental, ou pelo alcance mundial, a intervenção efetuada em Paris pelo prefeito de Napoleão III, o barão Georges-Eugène Haussmann. Este agressivo empreendedor e administrador desenvolveu um amplo programa de demolições e construções reunido em três fases ou redes entre 1853 e 1870.<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> A evolução na concepção de cidade dirigida pelo ideário do progresso levou a constituição de imagens negativas do espaço urbano, seja para condenar a cidadela amuralhada medieval por suas condições de vida deterioradas pela poluição e aglomeração urbana, ou por exaltar as que sofreram algum tipo de intervenção projetada e planejada por intelectuais e homens do governo. BRESCIANI, Maria Stella. História e historiografia das cidades, em perspectiva. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998, pp.240-1.

<sup>108</sup> As críticas contra a avaliação iluminista da cidade como virtude começaram a ser elaboradas antes mesmo de se manifestarem os males da industrialização no final do século XVIII, a disseminação das fábricas nas primeiras décadas do século XIX deram impulso assim a uma visão emergente da cidade como vício que evoluíram para duas vertentes: a dos **arcaístas**, para o qual a cidade moderna deveria ser abandonada por se mostrar inviável, pregando uma espécie de retorno a um suposto passado ideal; e a dos **futuristas**, para os quais a cidade possuiria virtudes e vícios, este último poderia ser superado através de reformas planejadas. In: SCHORSKE, Carl. E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 53-72.

<sup>109</sup> Segundo Maria Izilda Santos de Matos em finais do século XIX configura-se uma primeira via que delinea a cidade como questão higiênico-sanitária: “*O olhar médico conjugado à ação/observação/transformação do engenheiro e à intervenção de um Estado planejador/reformador, pretendia de todas as formas neutralizar o espaço.*” Existe nesse ínterim um desejo latente e generalizado de “ser moderno” que se une à luta contra o arcaico mediante a ordem e o progresso, definindo este espaço por sua suposta qualidade universal, capaz de ser manipulável pela racionalidade e objetividade da ciência. In: SOLLER, M.A. & MATOS, M.I.S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d’Água, 1999, p. 8.

<sup>110</sup> BERMAN, Marshall. Op. cit., pp.145-50; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade...* Op.cit., pp.89-98; NEEDELL, Jeffrey D. Op. cit., pp.49-52. SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997, pp.269-71. “... a ação de Haussmann apresenta-se como uma revisão da cidade antiga, uma intervenção que retifica a trama existente, que funciona sob o binômio ‘correção/manutenção, aceitação/violência’ ...”. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. Os limites da comparação. A Cidade, A Arquitetura e os Espaços Verdes: o caso de Belo Horizonte. *Revista USP* (São Paulo), n. 26, 1995, p. 196.

Num primeiro momento, prosseguiu com o que já estava sendo feito anteriormente, continuando a expropriar e a demolir ruas estreitas e casas antigas no centro, promovendo assim a evacuação da população pobre para a periferia, como também o desmembrando e destruição dos bairros operários tradicionais, evitando ao mesmo tempo possíveis focos de revoltas populares (considerando os então recentes acontecimentos pós-1789), o zoneamento social, ao separar as funções do trabalho, moradia e lazer (pelo menos teoricamente) e permitindo a entrada de ar e luz nas casas, investindo assim contra condições apontadas como responsáveis pelas epidemias freqüentes nas grandes concentrações populacionais. O problema sanitário foi equacionado com a instalação de um novo sistema de esgotos e água encanada.

Na segunda fase cuidou-se do sistema de circulação com a abertura de novos bulevares (Sebastopol e Strasbourg) num grande cruzamento radial (*Châtelet*) e a instalação do *Bois de Vincennes* para as classes populares, afirmando-se nesse momento o predomínio da linha reta presente na ortogonalidade das avenidas perpendiculares e no princípio do ponto de mira e das perspectivas focalizadas nos grandes eixos monumentais (caso do Arco do Triunfo na *Place d'Etoile*)<sup>111</sup>, desembocando na perfeita uniformidade e simetria das fachadas integradas com a linearidade das ruas, unindo praticidade e estética que evidenciavam assim uma estratégia de racionalização do espaço urbano. Realizou-se também a anexação e integração de diversas comunas em 1859, fato que aumentou significativamente a superfície e a população de Paris (que passou a contar com mais de um milhão e meio de habitantes por volta de 1860).

As últimas realizações se estenderam até 1875 com a abertura de ruas no subúrbio, de doze avenidas a partir da *Place d'Etoile* e da *Avenue L'Ópera*, além de obras que objetivavam aproximar a natureza do terreno urbanizado como o Parque de *Montsouris* e o *Buttes Chaumont*. Este último empreendimento apresentava uma certa influência do reformismo inglês, a exemplo do celebrado *Hyde Park* em Londres. Todavia, se houve um excessivo empenho em dotar a cidade de amplos bulevares (de trinta e até cem metros de largura), fachadas imensas nas construções e monumentos, não se desenvolveram quaisquer ações mais efetivas a fim de sanar o grave *deficit* habitacional que as reformas somente contribuíram para agravar ao gerar um aumento abusivo dos preços dos aluguéis e imóveis de forma desenfreada nos anos seguintes.

---

<sup>111</sup> Tal estratagem se integrava ao programa de embelezamento da cidade traduzindo-se em: "... grandes perspectivas, focalizadas em grandes monumentos ou edifícios, flanqueadas por fachadas que compartilhavam padrões comuns de aparência, e caracterizadas pelo estilo de época, o *Beaux Arts*". NEEDELL, Jeffrey D. Op. cit., pp. 50-1.

É importante notar que essa proposta incorporou idéias e princípios contidos nas diversas reformulações e nos embelezamentos que vinham sendo realizados desde o final do século XVIII, e que Paris durante as intervenções de Napoleão III já era “sentida como metrópole em processo de transformação” desde muito antes.<sup>112</sup>

A despeito das indagações sobre a originalidade da proposta<sup>113</sup>, as realizações *haussmannianas* conseguiram ultrapassar os planos do imperador Napoleão III, fazendo coexistir elementos diversos e contraditórios na cidade contemporânea. É inegável que se o ator social ou agente modernizador parecia predominar no processo, suas realizações só foram possíveis devido à perspectiva de mudança no meio social existente, como assinala Pesavento: “...gestão de Haussmann na Prefeitura de Paris se deu no que se poderia chamar de conjuntura favorável para decisões de tal envergadura política e que, por sua vez, veio ao encontro de um problema urbano já posto”.<sup>114</sup>

Tanto a cidade de Paris, transformada pelo modelo da “régua e do compasso” de Haussmann em “capital do século XIX”, quanto a Londres metamorfoseada em uma espécie de Roma moderna,<sup>115</sup> dotada desde o século XVIII de melhoramentos urbanos, de amplos jardins e parques fechados dentro dos preceitos iluministas de estabelecer “pulmões” na cidade<sup>116</sup>, foram criticadas como paradigmas

---

<sup>112</sup> A autora insiste em que se deve relativizar o legado *haussmanniano* pois a preocupação com a linha reta, com a abertura de ruas e eixos monumentais, com reformas técnicas, higiênicas e estéticas, remontava o Plano dos Artistas de 1796, proposto no reinado de Luís XVI, e que foram realizados pelo prefeito Ramboteau, no reinado de Luís Felipe de Órleans nas décadas de 1830 e 1840 e depois pelo prefeito Berger de Luís Napoleão Bonaparte. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., pp.56-8.

<sup>113</sup> MUNFORD, Lewis. *A cultura das cidades*. Tradução Neil R. Da Silva. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961, pp.84-109. Este autor identifica na reforma de Paris de Napoleão III os elementos presentes na cidade barroca como o papel relevante assumido pela avenida (bulevar) e sua simbologia como local de celebração do espetáculo militar e de encenação do poder diante de um espectador fixo e atomizado, realizando a separação física das classes, permitindo a centralização das funções urbanas no palácio do príncipe.

<sup>114</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p.90.

<sup>115</sup> Para Sennett enquanto Roma servia como um modelo para o império, Londres apresentava divergências profundas em relação aos outros centros urbanos país que eram mais propriamente industriais e manufatureiros (Manchester, Birmingham, Midlands). As grandes fábricas não se fixam em centros como Londres, Paris, Nova York e Berlim, pois suas características metropolitanas tendem a reunir o maior número de setores de maneira confusa, funcionando entretanto como centros financeiros, administrativos e empresariais. Para este autor a especulação imobiliária teria inviabilizado outras atividades (indústria, comércio, etc.). SENNETT, Richard. Op. cit., p.259-68.

<sup>116</sup> Essa metáfora organicista esteve presente em outra importante intervenção urbana em Londres efetuada no início do século XIX pelo rei Jorge IV que foi a implantação do conjunto da *Regente Street* e do *Regent's Park*, projetado e instalado por John Nash sobre o velho *Marylebone Park* cujo terreno sofreu aplainamento. A *Regente Street*, um bulevar para tráfego forte de pessoas, veículos e de mercadorias, enquadrava-se no espírito da Nova Londres, pensada e destinada à velocidade, afastando a pobreza e evitando as aglomerações. Mesmo assim a cidade acabou crescendo sem planejamento, sem a existência de uma autoridade municipal autônoma, que só aparece por volta dos anos 1850 com a criação do Departamento Metropolitano de Obras Públicas (em 1888 passa a dispor de uma prefeitura), tal situação entretanto não significava falta de controle, uma vez que o poder era exercido por “proprietários de terra, donos de grandes áreas da cidade.” SENNETT, Richard. Op. cit., p.262. CHARLOT, Mônica & MARX,

modernos de urbanização passíveis de serem transplantados para contextos diversos, principalmente pelo fato de as soluções urbanas propostas responderem a questões muito específicas da experiência histórica dessas metrópoles.

Richard Morse, ao efetuar uma avaliação comparativa das cidades periféricas europeias e latino-americanas, perscrutou o universo simbólico dessas “cidades míticas centrais” e o seu legado como arquétipos urbanos universais que pudessem ser reapropriados em realidades urbanas diferenciadas. Acabou apontando para a limitação desses protótipos do modernismo, capazes de inspirar parcialmente mas nunca de forma totalizante:

Pode-se naturalmente questionar se Paris foi a “capital do século XIX” ou tão-somente a capital de um consumismo conspícuo, pois, pelos padrões de comparação do industrialismo capitalista, a Manchester de Tocqueville, Engels e Dickens seguramente superou Paris. Nenhuma cidade poderia ser a sede de todos os ingredientes que forjaram a têmpera moderna. Mais ainda, o modernismo nas artes e nas letras – parcialmente definível como um assalto às contradições da modernidade – floresceu sobre anacronismos que se mantiveram não-reconhecidos na consumista Paris, onde o passado era visto como cumulativo e até certo ponto era reverenciado, e tudo que era novo era “a última palavra”.<sup>117</sup>

Para Morse, a periferia não reflete o centro, e por isto a “cidade periférica não é mimética, mas responde a uma lógica interna” derivada de sua própria formação social, econômica ou histórica. Contudo os latino-americanos tiveram muita dificuldade para incorporar o legado autóctone e conceber assim realizações de vanguarda, da mesma maneira que as experiências vienense e russa, em virtude da ausência de um lastro histórico, no qual pudessem afirmar a nacionalidade e uma nova proposta modernista. Tal objeção afetou indelevelmente o espaço urbano, que se transformou em anfiteatro de acomodação e resistência, e não de conflito e transformação.<sup>118</sup>

---

Roland. A sociedade “dual” por excelência. In: CHARLOT, Mônica & MARX, Roland. *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, pp. 13-7.

<sup>117</sup> MORSE, Richard. As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 207.

<sup>118</sup> Idem, pp. 216; 221. “Paris podia inspirar parcialmente, mas não podia inventar a hiperconsciência do homem do subterrâneo de Dostoievski, ou a psicanálise de Freud, ou as parábolas dantescas de Machado de Assis. Se os latino-americanos do *fin-de-siècle* se preocuparam com o arcaísmo e a entropia, isto se deveu, podemos supor, ao fato de eles não enxergarem promessas redentoras de origem popular e nativa nem poderem antecipar com certeza como suas sociedades urbanas modernas reproduziriam uma dinâmica da mudança.” Idem, p. 217.

Mas quais seriam as características do modernismo urbano da periferia européia? Marshall Berman responde a essa questão como um analista interessado em desvendar aquilo que classifica como “modernismo do subdesenvolvimento”, para assinalar as características diferenciadas e originais da experiência da modernidade fora do centro. É na Rússia czarista do século XIX que identifica o que denomina de “angústia do atraso e do subdesenvolvimento”, traduzida no sentimento permanente de uma sociedade atrasada e recalcitrante que percebia a modernização como algo que ocorria distante, apesar das pressões crescentes de um mercado mundial em expansão.<sup>119</sup>

A cidade de São Petersburgo representaria desde sua concepção por Pedro I no início do século XVIII, o cerne das contradições contidas no processo de modernização russo. A construção de uma nova capital imperial para contrapor-se à imagem da antiiluminista Moscou, fez-se de forma impositiva com o Estado buscando superar o atraso com a abertura de “uma janela para Europa”.<sup>120</sup> Contrataram-se engenheiros e arquitetos estrangeiros para projetar e organizar a cidade segundo padrões geométricos e retilíneos ancorados no modelo de urbe absolutista. A mão-de-obra necessária foi suprida com o deslocamento forçado de milhares de servos, e a nobreza foi obrigada a instalar-se com seus palácios na nova cidade.

Durante o século XIX tornou-se uma das maiores metrópoles do continente, entretanto a paralisia instalou-se no período de Nicolau I (1825-1855), marcado pela perseguição política e pela restrição ao progresso econômico. Foi nesse momento que a *Perspectiva Nevski*, uma das principais vias da cidade, que havia sido reconstruída no final da década de 1820, apareceu como “único espaço público em São Petersburgo que não era dominado pelo Estado”,<sup>121</sup> chegando a assemelhar-se espacialmente aos bulevares de Haussmann, mas tão distante destes como um cenário deslumbrante por trás do qual o subdesenvolvimento permanecia, mas do qual emergia uma cultura política subterrânea em contraste com o cidadão nas ruas de Baudelaire.

---

<sup>119</sup> Para Berman essa experiência de lutas por todo o século XIX até o período soviético transformou a Rússia no “arquetipo do emergente Terceiro Mundo”, período em que “lutou contra todas as questões a serem enfrentadas posteriormente pelos povos africanos, asiáticos e latino-americanos.” BERMAN, Marshall. Op. cit., p.170.

<sup>120</sup> Piotr Chadaev utiliza o termo “capas de civilização” para definir a modernização aparente da Rússia, na qual o “uso político da cultura” aparece na tentativa ao longo do tempo de constituição de uma cultura secular oficial na qual os imperadores incentivavam a vinda de intelectuais, filósofos e cientistas europeus procurando “construir fachadas racionais e utilitaristas para seus governos”. Idem, p.173.

<sup>121</sup> MORSE, Richard. Op.cit., p.219.

Um caso similar a *Nevski* pôde ser constatado na construção do distrito circular de *Ringstrasse* (Rua do Anel ou Contorno) em Viena, que foi transformada em capital e sede do poder de um império arcaico. O atraso da Áustria pode ser considerado a premissa ressurgente por detrás do espaço contestado nas disputas simbólicas travadas por subgrupos da elite vienense que desejava projetar “suas reivindicações ao poder e seus valores culturais”.<sup>122</sup> A instalação da *Ring* se deu no espaço do antigo sistema de defesa da cidade, uma esplanada amuralhada que separava a área central do subúrbio reivindicada pelos militares derrotados após a Revolução de 1848, que passaram a defender a construção de um amplo bulevar no local para deslocamento de tropas agora objetivando a defesa do imperador contra seus próprios súditos (motivação parecida com a de Napoleão III em Paris).

A criação desse bulevar circular exprimiu uma dimensão de acomodação da sociedade vienense, “incapaz de engatar-se na locomotiva do progresso”. Procurou, ao contrário de Londres e Paris, exaltar o espaço urbano em vez de conquistá-lo, gerando assim na *Ring* a projeção urbana de diretrizes políticas.<sup>123</sup> A resposta veio por parte dos artistas que denunciavam o “divórcio entre as realidade sociais e os pressupostos consensuais da aristocracia dos Habsburgos”, que deram origem às patologias sociais, para os quais foram elaboradas diversas linguagens de *avant-garde*.

São Petersburgo e Viena, cidades-capitais de imensos impérios decadentes, elaboraram um modernismo alternativo gerado pela contradição premente entre uma tradição urbana secular herdada e os estímulos reformistas externos, resguardando-se dos efeitos do *haussmannismo* com propostas originais diferenciadas.

A discussão sobre o novo papel desempenhado pelas capitais dos Estados nacionais latino-americanos, independentes desde a primeira metade do século XIX, tornou-se mais complexa uma vez que as novas lideranças políticas tentaram afastar-se do legado colonial considerado muito pesaroso e inadequado para a efetivação de um projeto reformista urbano calcado no ideário iluminista e racionalista europeu. Isto se explicaria em parte pela própria estratégia adotada por espanhóis e portugueses na ocupação de seus territórios ultramarinos na América.

Sérgio Buarque, em sua metáfora dos “ladrilhadores” *versus* “semeadores”, buscou reforçar as diferenças entre o *modus faciendi* dos colonizadores: de um lado, os

<sup>122</sup> SCHORSKE, Carl E. Op. cit., p.125.

<sup>123</sup> “...monumentalidade sem coordenação central, mobilidade espacial sem integração social.” MORSE, Richard. Op. cit., p.209.



hispânicos buscavam assegurar o pleno domínio da metrópole pelo estabelecimento de povoações pensadas como extensões de seu império, criando para isto uma legislação normatizadora visando à retificação da natureza e ao modelamento da sinuosidade do terreno para obtenção de um plano geométrico regular (invariavelmente na forma do típico “tabuleiro de xadrez”), em que se evitava a fantasia e a abstração urbanística; de outro lado, a conquista adaptada luso-americana, voltada à exploração comercial, algo que se expressava em grande parte no caráter mercantilista das pequenas urbes instaladas ao longo da orla marítima, com sua baixa densidade populacional e as prescrições no sentido de evitar a penetração do interior.<sup>124</sup>

Até o final do século XVIII os núcleos urbanos coloniais do Brasil tiveram uma relevância insignificante em razão da dependência em relação ao latifúndio escravocrata dominado por potentados rurais (senhores-de-engenho). O hipertrofiado poder privado do grande senhor rural limitava profundamente as funções urbanas.<sup>125</sup> A transferência da corte portuguesa em 1808 promoveu a dinamização dos núcleos urbanos na colônia, com a conversão das capitais das províncias em centros político-administrativos importantes.<sup>126</sup>

A cidade do Rio de Janeiro foi a que mais se beneficiou na administração de D. João VI (1808-1821).<sup>127</sup> Na condição de capital do Império lusitano, foram introduzidos melhoramentos substanciais para o embelezamento da urbe sob o comando de Paulo Fernandes Viana: a pavimentação de ruas, ampliação da iluminação, proibição de “rótulas” nas construções coloniais, construção de novos edifícios, novos molhes, armazéns, chafarizes. Além disso, o aterro do Santana foi concluído (surgindo um novo

---

<sup>124</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*: 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 93-107.

<sup>125</sup> A raiz desse dilema encontra-se na própria formação de uma oligarquia rural no início da colonização devido à concessão de terras feita através de forais que transformaram um bem de uso em propriedade com caráter hereditário, e ao deslocamento do “patriciado urbano” para seus domínios rurais, fato que ameaçou o desenvolvimento dos pequenos núcleos urbanos, e por fim a pouca comunicação inter-regional existente entre as redes urbanas existentes devido às trocas comerciais forçadas pelo pacto colonial. MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: DIFEL, 1970, pp. 10-1.

<sup>126</sup> “Núcleos urbanos no Brasil no século XIX” In: COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, pp. 197-227.

<sup>127</sup> entretanto desde sua transformação em sede do Vice-Reino em 1763, chegou a sofrer uma reforma durante o governo de Gomes Freire de Andrade que inspirado nas realizações da administração do Marques de Pombal (1775), traçou novas ruas, jardins, obras de defesa e um aqueduto, saneou zonas insalubres, efetuou uma reforma administrativa. MORSE, Richard. Op. cit., p. 15.

parque), e foi inaugurado um novo bairro residencial, a Cidade Nova, que exigiu o aterro da área pantanosa a noroeste.<sup>128</sup>

Uma outra reflexão sobre a urbanização no mundo ibero-americano pode ser encontrada em José Luís Romero, que ao analisar as mutações sofridas por suas cidades a partir do último quarto do século XIX, interpreta o processo como uma espécie de passagem de uma fase mais contida, que denomina de “cidade patricia” (1830-1880), para uma outra singularmente referida como “cidade burguesa” (1880-1930), em que se evidencia um marcante apego aos ditames do urbanismo europeu em meio aos efeitos da metropolização precoce nos anos 1920.<sup>129</sup>

A etapa que mais nos interessa é a da cidade burguesa, marcada por mudanças estruturais e fisionômicas das urbes devido a inúmeros fatores como: diversificação de sua população sob efeito da imigração e do êxodo rural maciço; multiplicação de suas atividades; modificação intensiva da paisagem urbana e alterações nos costumes e tradições vigentes. Mas o progresso dessa “era burguesa” teria se limitado aos centros mais importantes para o qual passaram a convergir os interesses do capital monopolístico em expansão nas atividades ligadas à especialização empresarial, conforme anota Romero.<sup>130</sup>

O esforço de ajuste econômico efetuado pelas nações latino-americanas em direção ao atendimento das demandas por matérias-primas dos países industriais avançados, fez com que determinadas regiões passassem a ser identificadas com as mercadorias produzidas em larga escala (café, cana-de-açúcar, carne, borracha, salitre, etc.). O farto lucro obtido pelos grupos envolvidos nessas atividades agrícolas e extrativistas promoveu o surgimento de uma elite de “novos ricos”, que aspirava a incluir-se no patriciado urbano tradicional, e foi justamente a cidade-capital que passou a condensar as expectativas de ascensão social personificada nas classes médias formadas por funcionários públicos, militares, profissionais liberais, clero e comerciantes.

---

<sup>128</sup> NEEDELL, Jeffrey D. Op. cit., p. 44. A iniciativa de Paulo Viana não teve continuidade, sendo que apenas poucos aperfeiçoamentos foram introduzidos por empresários privados ao longo do século XIX, sentindo-se também a ausência de política de incentivo e coordenação das concessões públicas conquistadas geralmente por estrangeiros que sequer concluía os serviços que lhes eram delegados.

<sup>129</sup> ROMERO, José Luis. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. México: Siglo Veintiuno, 1976, pp. 173-318.

<sup>130</sup> “Fueron las ciudades las que cambiaron, y en particular las grandes ciudades. Porque el cambio estaba estrechamente vinculado con cierta transformación sustancial en la estructura económica de casi todos los países latinoamericanos y repercutió particularmente sobre las capitales, sobre los puertos, sobre las ciudades que concentraron y orientaron la producción de algunos productos muy solicitados en el mercado mundial.” Idem, p. 247.

Esses novos estímulos se estenderam à modernização do espaço urbano empreendida pela vontade de presidentes e caudilhos, geralmente com o olhar voltado para a Europa, mais especificamente para a cintilante Paris, cenário mais adequado às pretensões de superação do velho casco colonial considerado pouco harmonioso. Nesse ambiente é que se desenvolveu o que Romero chama propriamente de “*haussmannização da gran aldea*”.<sup>131</sup>

Nesse contexto cada vez mais favorável às projeções simbólicas vindas do exterior, em que principalmente os plutocratas endinheirados que viajavam freqüentemente para as metrópoles europeias ficavam entorpecidos com as fantasmagorias do mundo industrial moderno, tornava-se possível falar em uma “reapropriação” desse *haussmannismo*. Todavia, Pesavento alerta para a impossibilidade de reprodução *in totum* da experiência reformista parisiense, seja pela especificidade histórica do projeto, ou por simplesmente responder a questões levantadas pela época, podendo-se no limite adotar apenas as idéias gerais do modelo (circulação, abertura, embelezamento, etc.).<sup>132</sup>

Tal remodelação, não obstante acatar os ditames do modelo parisiense, dirigiu-se nas mãos dos interventores municipais para o centro antigo (casco colonial ou centro velho), visando à sua ruptura, com o alargamento de ruas e a criação de novos eixos para facilitar a comunicação com novas áreas edificadas, além de toda uma gama de soluções próprias do barroquismo burguês, num refazer da cidade que pretendia apagar qualquer vestígio do passado.

É possível identificar a influência de Haussmann em algumas cidades capitais sul-americanas, como: Buenos Aires, Montevideu, Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>133</sup> Estas modernizações, que ocorreram nos poucos centros que conseguiram capitalizar o desenvolvimento (capitais e portos), teriam sido arrefecidas em outras urbes importantes, onde houve uma tendência à aplicação parcial de um plano urbanístico realizado sem muita urgência, enquanto o vasto interior manteve a estrutura urbana colonial herdada. O autor reforça com suas posições a clássica contraposição

---

<sup>131</sup> MORSE, Richard. Op. cit., p.216. “El ejemplo del barón de Haussmann y de su impulso demoleedor alimentó la decisión de las nuevas burguesías que querían borrar el pasado, y algunas ciudades comenzaron a transformar su fisonomía: una suntuosa avenida, un parque, un paseo de carruajes, un lujoso teatro, una arquitectura moderna, revelaron esa decisión aun cuando no lograran siempre desvanecer el fantasma de la vieja ciudad.” ROMERO, José Luis. Op. cit., p.249.

<sup>132</sup> Nossa posição, já explicitada anteriormente, é que o ‘modelo parisiense’, sob a forma acabada de ‘metrópole’, foi capaz de viajar no tempo e no espaço, participando das representações sociais construídas sobre a cidade moderna na América Latina. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p.90.

<sup>133</sup> ROMERO, José Luis. Op. cit., pp.275-6.

entre a capital cosmopolita e civilizada, símbolo da modernização da nação, e a cidade provinciana, atrasada e resistente ao progresso, controlada por aristocratas vigorosos e homogêneos.<sup>134</sup>

Um caso que poderia aproximar-se desse modelo seria o da capital portenha, primeira grande metrópole sul-americana. Esta passou por uma reforma estrutural a partir de sua federalização em 1880, tendo como mentor o intendente Torcuato de Alvear, que iniciou um processo de demolição intensivo da área central, modificando completamente suas características originais. Foi derrubado inicialmente o mercado velho (*Recova vieja*), que cortava a atual Praça de Maio, e boa parte do antigo *cabildo* colonial para deixar passar uma avenida que se comunicaria com essa praça; onde ficava o Forte levantou-se a Casa Rosada (novo palácio presidencial), com outra praça atrás do qual se levantaria o Palácio do Congresso; abriu-se a Avenida (bulevar) de Maio no coração da cidade, franqueada de edifícios modernos de estilos variados, inclusive o *art-nouveau*.<sup>135</sup>

O plano de remodelação de Montevideu, elaborado pelo arquiteto Norbert Maillart, em 1887, ajustava-se à concepção *haussmanniana*, e foi encampado pelo *Consejo General de Obras Públicas*, porém, sua implementação foi mais moderada, manifestando-se na normalização das vias de saída da cidade e no traçado dos primeiros setores de *la Rambla*, desde o porto até *Pocitos*, e sobre o traçado disposto finalmente da Avenida *Agraciada*, que passou a dominar uma vasta perspectiva.<sup>136</sup>

Porém foi a cidade-porto do Rio de Janeiro, reformada pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), que se metamorfoseou em uma espécie de Paris dos trópicos, tornando-se o principal símbolo da aplicação dos princípios *haussmannianos* no Brasil.

Contudo, como assinalamos anteriormente, desde a chegada da corte portuguesa até o final do Segundo Império, operaram-se mudanças no traçado urbano carioca, com a instalação de novos equipamentos urbanos de maneira dispersa, sem um envolvimento maior das autoridades num plano de reforma mais abrangente. Em parte, a inexistência de um plano de reforma mais abrangente poderia ser explicada pela mentalidade vigente durante o período imperial em relação às intervenções urbanas nos países ocidentais avançados, segundo Needell:

---

<sup>134</sup> Idem, pp. 281-3.

<sup>135</sup> COGGIOLA, Osvaldo. Buenos Aires, Cidade, Política, Cultura. *Rev. Brasileira de História*, 1997, v.17, n.34, pp.101-18.

<sup>136</sup> ROMERO, José Luis. Op. cit., p. 277.

Embora os brasileiros invejassem a civilização e o progresso do Atlântico Norte, eles também consideravam uma conquista específica da Europa, ou no máximo uma possibilidade remota para o Império. Modelos mais abrangentes de mudança eram ostensivamente ignorados, ou considerados inaplicáveis em decorrência dos limites impostos pela realidade brasileira.<sup>137</sup>

O futuro prefeito do Distrito Federal, Pereira Passos, teria sido vítima dessa concepção. Como engenheiro nomeado pelo Ministério conservador do visconde do Rio Branco, participou da Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro, que se instalou em 1874. Seu plano de reforma foi criticado publicamente, contando inclusive com a desaprovação de D. Pedro II, por conter o que já era denominado precocemente como “*haussmannização*”.<sup>138</sup>

Foram portanto, as necessidades requeridas pela condição de capital federal da nascente República que fizeram com que o Distrito Federal sofresse já nos anos iniciais do novo regime as suas primeiras intervenções. A demolição do famoso cortiço “Cabeça de Porco”, em 1893, pelo prefeito Cândido Barata Ribeiro, constituiu um marco desse processo, que se efetuou sob a égide de um discurso higienista que vinha sendo assimilado lentamente pela elite política desde a segunda metade do século XIX. A versão positivista desse discurso transformou-o em uma agressiva ideologia de intervenção que se manifestou no governo de Floriano Peixoto, visando à condução do País à civilização por meio da aplicação de conhecimentos técnico-científicos. A eficiência da gestão dos problemas urbanos sob esses parâmetros pressupunha a submissão da política aos desígnios pretendidamente neutros do sanitarismo social. A ordem e o progresso, via limpeza e embelezamento, justificavam as medidas repressivas tomadas pelos novos sábios da administração pública: o médico sanitarista e o engenheiro.<sup>139</sup>

---

<sup>137</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 47.

<sup>138</sup> O engenheiro Francisco Pereira Passos formou-se pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Em sua estada em Paris em 1857, como adido no consulado francês, conseguiu se matricular na *École des Ponts e Chaussées* e ao mesmo tempo pode examinar in loco a primeira rede viária das “Grandes Obras” da administração de Haussmann. Passos voltou a Paris em 1860, mas realizou diversas viagens para Europa nas décadas de 1860 e 1870. Idem, pp.49-52. O plano global de reforma da cidade do Rio de Janeiro apresentado por Pereira Passos em 1874, incorporou algumas preocupações presentes no debate urbanístico sanitário francês, evidenciando a influência de sua experiência parisiense. A exigência de circulação de ar, água e luz, de pessoas e veículos, além da questão estética com o visual da capital, pressupôs inclusive a transformação do campo do Santana, “em arremedo de *Bois de Boulogne*”. PESAVENTO, Sandra Jatayh. Op. cit., p. 168.

<sup>139</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 35.

Nomeado prefeito, Pereira Passos obteve carta branca do governo federal para o planejamento global da cidade em todos os seus aspectos, respaldado inclusive em imunidade judicial. Iniciou sua investida sobre o centro velho com um verdadeiro “bota-abaixo” de diversos edifícios e antigos cortiços, objetivando o alargamento e a abertura de ruas e avenidas, efetuando interligações e mudança de traçados.

Coube a Lauro Müller, ministro dos Transportes e Obras Públicas de Rodrigues Alves, a direção das melhorias na área do porto, entregue a dois colegas, Francisco Bicalho e Paulo de Frontin. Este último foi o responsável pela construção da representação máxima dessas reformas, a Avenida Central, que atravessava a cidade velha conectando a parte norte das docas com o centro da cidade. A criação deste *boulevard* em estilo parisiense, pontilhado de grandes edifícios e prédios majestosos, contou até mesmo com um concurso de fachadas, saindo vencedores diversos projetos que se alinhavam ao ecletismo tardio e ao *art-nouveau*.<sup>140</sup>

Os principais eixos criados pela reforma circundaram o centro antigo permitindo ligações com outras zonas da cidade. A Avenida Central (atual Rio Branco), inaugurada em 1905, dava acesso a uma outra importante avenida, a Beira-Mar, que efetuava comunicação com a zona sul. A Avenida Rodrigues Alves, construída a partir do aterro, e a modernização da parte norte do cais por Lauro Muller: ligavam bairros operários e industriais da zona norte através da Avenida Francisco Bicalho.

Entre outras realizações de Passos destacaram-se: a pavimentação de ruas, a construção de calçadas e o asfaltamento de estradas; o início da Avenida Atlântica; a abertura do túnel do Leme; a demolição do antigo mercado municipal e a construção de um novo próximo às instalações portuárias; o embelezamento de praças e largos, como o Passeio Público e o Campo de Santana.

A influência marcante de Haussmann se fez presente na reforma, o que demonstrava a forte ligação entre o projeto realizado por Passos em 1875-76 e os resultados obtidos em 1903-6.<sup>141</sup> Acrescentou-se igualmente um rol de medidas

---

<sup>140</sup> DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. Ecletismo no Rio de Janeiro (século XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa. *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987, pp.56-7. O vencedor do concurso, foi o espanhol Adolfo Morales de Los Rios, que acabou assinando o maior número de edifícios. Inaugura-se assim a arquitetura monumental oficial republicana: “Se no Rio de Janeiro do final do Império considerava-se que o objetivo dos monumentos da cidade era ‘sugerir’, ‘inspirar’, ‘comover’, aos palácios da Capital da República cabe agora o papel de ‘representar’”, p.56.

<sup>141</sup> NEEDELL, Jeffrey D., Op. cit., pp.55-6. “Assim, se a reforma do Rio de Janeiro, promovida pelo prefeito ‘Chico Passos’, foi feita no intuito de construir uma *Paris-sur-mer* na sua vertente tropical, o distanciamento entre a intenção e o resultado não invalida a força da construção imaginária. Mesmo que, em termos práticos, a aproximação com Paris se reduzisse a alguns elementos isolados, ...” In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Op. cit., p.161.

destinadas a proibir certos hábitos e costumes populares considerados “bárbaros”, como: a venda ambulante de alimentos em quiosques, o ato de cuspir nos bondes, a criação de porcos nos limites urbanos, a realização do entrudo, etc.

Os princípios “vitruvianos” de circulação/eficiência, higiene/saúde e estética/beleza no espaço urbano foram completados por meio da ação do médico sanitarista Oswaldo Cruz. Designado para o cargo de diretor de Saúde Pública, iniciou um amplo combate às epidemias urbanas. Uma vez que a peste bubônica, a febre amarela e a varíola tornaram a cidade e o porto do Rio de Janeiro um dos locais mais insalubres do mundo, foram requeridas medidas destinadas a combater os vetores das doenças. Tais medidas causaram muita polêmica na população, principalmente pelo fato de que as Brigadas Sanitárias (os “mata-mosquitos”), geralmente acompanhadas de aparato policial, inspecionavam domicílios públicos e privados sem a anuência de proprietários e moradores, amparados em legislação discricionária.<sup>142</sup>

O choque mais efetivo deu-se a partir da aprovação, em 1904, de lei pelo Congresso que tornava obrigatória a vacina contra varíola, ato que posto em ação desencadeou uma revolta que durou mais de uma semana, deixando a cidade em estado de sítio, com as ruas centrais repletas de barricadas formadas com o entulho das obras de ampliação, bondes incendiados, lojas saqueadas, postes de iluminação destruídos.<sup>143</sup> De um lado a elite apoiava os atos despóticos do governo, interpretando-os como medidas racionalizadoras; de outro, a parcela menos favorecida da população reagia aos gestos autoritários de inspetores e funcionários públicos que a desprezavam.

A Revolta da Vacina, episódio bastante discutido pela historiografia brasileira<sup>144</sup>, estabeleceu um momento de contraste em relação ao projeto republicano positivista implementado pelo Estado, em sua meta de “civilizar” o País a qualquer custo, negando o passado colonial e a cultura afro-brasileira. Neste âmbito a reforma de Pereira Passos se diferenciava dos planos contra-revolucionários de Haussmann, por seu

---

<sup>142</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestilizados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 93-5.

<sup>143</sup> Idem, pp. 95-113. SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>144</sup> Neste tópico Sidney Chalhoub empreende um esforço de análise crítica a respeito de alguns estudos feitos sobre o tema na década de 1980 (especialmente o de Nicolau Sevcenko e o de José Murillo de Carvalho) que no intuito estudar a revolta acabavam tratando da “vacina como simples pretexto”. Um ponto de superação dessa perspectiva estaria nos estudos de Teresa Mead, J. Needell, José Meihy e Cláudio Bertolli, que apontam para necessidade de se enfatizar a história prévia do serviço de vacinação antivariólica no Brasil. CHALHOUB, Sidney. Op. cit., pp. 97-102.

objetivo antitradicionalista, instrumentalizado no racismo científico e na ideologia da higiene.<sup>145</sup>

Seria importante destacar alguns pontos de convergência nos processos de modernização urbana até aqui descritos em relação à Paris de Haussmann: em primeiro lugar, o caráter autoritário da ação dos agentes sociais de modernização, geralmente prefeitos ou intendentos interventores nomeados pelo governo (estadual ou federal) em detrimento da autonomia da autoridade local; em segundo lugar, o projeto ou plano de reforma idealizado pelo Estado, por meio de comissões constituídas por técnicos, embutindo estratégias planejadas que geralmente não atendiam às especificidades da localidade; em terceiro lugar, nem em Paris e muito menos em São Petersburgo, Buenos Aires e Rio de Janeiro, o processo ocorreu sem conflitos; sempre houve reações as mais diversas inerentes, como discutimos anteriormente, às ambivalências da modernidade e à violência contida nas ações políticas do poder estatal.

O possível efeito “pedagógico” da reforma empreendida no Rio de Janeiro podia ser percebido na miríade obsessiva de intervenções urbanas que se seguiram nas capitais estaduais e nas cidades interioranas, com prefeitos e coronéis a ensaiarem a construção de minibulevares. A construção de Belo Horizonte, com projeto desenvolvido entre 1894 e 1898 pelo engenheiro Daniel Aarão Reis, incorporou alguns pressupostos urbanísticos derivados da remodelação parisiense, mesmo em se tratando de uma cidade nova, tendo em vista que a existência de um tecido urbano já constituído era considerada uma condição *sine qua non* para aplicação dos preceitos *haussmannianos*.<sup>146</sup>

No caso de São Paulo, destacou-se a transformação urbana da capital na administração de Antônio Prado, focalizada na área central. As dificuldades financeiras da municipalidade e os poucos recursos disponíveis foram compensados com a tomada de empréstimos externos vultosos, como o de 1908, no total de 750 mil libras esterlinas; por emissões internas de títulos, um outro de 4 mil contos de réis em 1903, e outro no valor de 13 mil contos concedido entre 1906 e 1907.<sup>147</sup> A dívida passiva do município chegou ao expressivo valor de 40 mil contos de réis no final de 1913 (mais de quatro

---

<sup>145</sup> NEEDELL, Jeffrey D., Op. cit., pp.71-3.

<sup>146</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti, Op.cit., 195-205.

<sup>147</sup> Lei Municipal nº 655, de 30 de junho de 1903; Lei Municipal nº 9.546, de 16 de novembro de 1906; Lei Municipal nº 1.019, de 17 de julho de 1907.



vezes o total do orçamento anual), somando-se aí os encargos assumidos pelo prefeito seguinte, Raimundo Duprat.<sup>148</sup>

As realizações paulistanas nesse período, além de seguirem a cartilha *haussmanniana*, podem ser consideradas notáveis: efetuaram-se projetos de cunho paisagístico, como o da remodelação do Jardim da Luz, a urbanização e arborização da Avenida Tiradentes, o ajardinamento da Praça da República (1902-1905), o novo arranjo do Largo do Arouche e o acerto das margens do Tamanduateí, na várzea do Carmo. Entre 1907 e 1909 construiu-se um amplo jardim em estilo francês em uma das faces do Museu Ipiranga. Regularizaram-se os espaços no centro da cidade no sentido de sua qualificação estética: a Rua Quinze de Novembro (1901) e o Largo do Rosário (1903-1906). A Praça da Sé sofreu uma intervenção saneadora com a demolição de cortiços e da antiga igreja matriz (a área aberta seria destinada à construção de um Centro Cívico previsto no projeto dos “Melhoramentos” da capital). Parte da Rua São João foi alargada e o córrego do Anhangabaú foi coberto. Por fim, o Teatro Municipal, que começou a ser construído em 1903, foi inaugurado ao fim da administração de Prado.

Em muitos casos, é importante assinalar, certas intervenções apresentaram soluções diferenciadas em relação ao debate urbanístico que predominava oficialmente. Um desvio crítico considerável neste sentido pode ser detectado na intervenção efetuada pelo engenheiro sanitarista Saturnino de Brito, chefe da Comissão de Saneamento de Santos, entre 1905 e 1913, considerado então o maior exemplo de modernização urbanística do Estado de São Paulo. Brito considerava despóticos os métodos empregados por Passos, Paulo de Frontin e Osvaldo Cruz no Rio de Janeiro, pensando na cidade de uma forma global e planejada, para fugir ao estilo *tabula rasa*.<sup>149</sup> Influenciado pelas idéias estéticas e artísticas desenvolvidas pelo arquiteto Camillo Sitte em seus estudos sobre as cidades antigas na Europa, Brito buscou desenvolver uma articulação possível com as exigências de redefinição do espaço requeridas pelo urbanismo científico (fatores sanitário e econômico), introduzindo no País a aplicação do chamado plano geral ou plano de extensão, antecipando-se assim às mudanças

---

<sup>148</sup> RELATÓRIOS DE 1912-3 apresentados à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo Duprat. São Paulo: Casa Vanorden, 1914, pp. 9-10.

<sup>149</sup> LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos (1870-1913)*. São Paulo/Santos: HUCITEC, 1993, pp. 74-5.

ocorridas na Europa na década de 1910, quando o objeto das intervenções urbanísticas passava a ser a cidade em sua totalidade.<sup>150</sup>

Entretanto, esses desvios foram muito raros, frutos do diletantismo de um ou outro engenheiro ou arquiteto, uma vez que a maioria partilhava em princípio dos ideais propugnados pela *École des Ponts e Chaussées*, “bastião da engenharia francesa na época em que a França possuía a supremacia neste campo”<sup>151</sup>, impressionados com as realizações de Haussmann, assim como nossas elites afrancesadas, que viajavam constantemente para Paris.

Um outro caso excepcional, que será analisado posteriormente, foi o do arquiteto Vítor da Silva Freire, diretor de Obras da Prefeitura de São Paulo, cargo que ocupou por longo período (1899-1927). Crítico contundente dos bulevares retilíneos, era considerado o introdutor dos princípios de Sitte em São Paulo, tendo influído decisivamente sob vários aspectos nos projetos urbanísticos da Paulicéia, inclusive durante a administração municipal de Washington Luís. Freire destacou-se como participante ativo em grandes eventos no campo do urbanismo internacional, como a *International Conference on Town Planning* (1910), realizada em Londres, tornando-se o principal especialista local indicado para debate sobre os “Melhoramentos de São Paulo”.<sup>152</sup> Freire era um dos principais defensores graduados da administração racional dos municípios por meio de comissões e especialistas ao contrário de Saturnino de Brito, partidário da intervenção sanitária estadual.<sup>153</sup>

Influenciado por importantes contatos estabelecidos em congressos internacionais com profissionais envolvidos na implantação de novas propostas

---

<sup>150</sup> ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito. In: SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Organização e apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade; tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992, pp. 206-234.

<sup>151</sup> NEEDELL, Jeffrey D. Op. cit., p. 49.

<sup>152</sup> A superação da crise cafeeira elevou o tom do debate sobre as intervenções urbanísticas em São Paulo ao final da primeira década do século XX. As concepções de remodelação surgidas neste âmbito privilegiavam sobretudo a área central. Neste esteio o vereador e engenheiro Silva Teles apresentou um projeto de reurbanização do vale do Anhangabaú que foi publicado em 1907 sob o título “Melhoramentos de São Paulo”, que continha a idéia de transformar a rua Libero Badaró em avenida central. In: CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 112.

<sup>153</sup> “Português de nascimento, mas filho de brasileiros, Vítor da Silva Freire (1869-1951) estudou na Politécnica de Lisboa, onde se diplomou em 1888 e na *École des Ponts e Chaussées* de Paris, onde obteve o título três anos depois. Trabalhou na Bélgica e na Espanha em oficinas industriais e obras públicas. Veio a São Paulo em 1895, empregando-se na Superintendência de Obras Públicas fundada por Paula Sousa, então sob a direção de André Rebouças. Em seguida passou à Comissão de Saneamento estadual, presidida naquele momento por Saturnino de Brito, chefiando o Distrito de Santos entre 1897 e 1898.” Também fez carreira na Escola Politécnica de São Paulo, onde ingressou como catedrático em 1909, sendo alçado a diretor em 1930. Idem, p. 80.

urbanísticas, que se contrapunham ao modelo da “cidade medicamentada” (com Nelson Lewis e Frank Backus Williams, engenheiros municipais nova-iorquinos, conseguiu importantes subsídios para a questão do zoneamento naquela metrópole, ou o contato com a nova legislação urbanística alemã<sup>154</sup>, por exemplo), introduziu o “tema da rentabilidade do solo urbano”, mote a partir do qual pretendia adequar a técnica imobiliária às propostas do sanitarismo, estratégia que segundo Rolnik, ao mesmo tempo em que protegia os investimentos, evitava os contatos entre grupos sociais, separando fisicamente a área central dos bairros insalubres em uma espécie de muralha invisível tangível na legislação municipal.<sup>155</sup>

É importante assinalar que posições como as de Freire e Brito não eram hegemônicas no Brasil, pois o que predominou durante a República Velha era a miragem das “grandes avenidas”, das ruas retilíneas, do tabuleiro de xadrez urbano, da prioridade dada à circulação. A capital paulista divergiu pouco deste direcionamento nas inúmeras experimentações de projetos urbanísticos elitistas, que buscando muitas vezes remodelar uma mesma área acabaram sobrepondo soluções pouco viáveis e de efêmera durabilidade (como foi o caso clássico do vale do Anhangabaú), demonstrando as divergências existentes entre os imperativos implícitos na ciência urbanística moderna, de racionalização do espaço no interesse do capitalismo industrial, e a problemática da modernização em um país agrário no qual o debate a respeito dos dilemas da cidade industrial ainda não era prioritário.<sup>156</sup>

Washington Luís, como prefeito da cidade (1914-1919), parece ter compartilhado das idéias de Freire, pois tendia a se aproximar de sua concepção de administração técnica e de engenharia municipal, como veremos mais adiante. Seu *modus faciendi* em geral o distanciou de seus antecessores (Raimundo Duprat e Antônio Prado), pois além de pregar a austeridade e controle máximo nos gastos públicos, desenvolveu uma reforma administrativa procurando tornar mais eficiente a tributação municipal em um momento marcado por grave dificuldade financeira. Do ponto de vista político, o objetivo propugnado seria a tomada do controle administrativo do município pelo PRP, cuja situação era avaliada como preocupante, conforme relata Eugenio Egas:

---

<sup>154</sup> Idem, pp. 130-1.

<sup>155</sup> ROLNIK, Raquel. Op. cit., pp. 46-8.

<sup>156</sup> RAMOS, Roberto Duarte. *Urbanismo e modernidade: São Paulo na Primeira República*. Dissertação (mestrado) em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP. Franca, 1995.

Os negócios do município iam de mal a pior, com uma orientação funesta. Neles avultavam abusos de espécies várias: a indisciplina lavrava a fundo nas repartições, e Tesouro magro e crivado de dívidas, os empréstimos onerosos repetiam-se cada semestre e uma atmosfera de descrédito, corrupção e venalidade baixava com o peso de chumbo sob o poder municipal. Foi a época das desapropriações das novas avenidas e dos alargamentos de ruas e vias públicas.<sup>157</sup>

O custo desse desafio para Washington foi o de enfrentar uma forte oposição na Câmara Municipal durante quase toda a sua gestão. É certo que contou com o apoio decisivo de Altino Arantes, quando este assumiu a presidência do Estado em 1916, para levar à frente o projeto de sua reeleição pela via direta, podendo assim agir de forma mais autônoma. Embora suas realizações não tenham chegado a alcançar a magnitude da fase Prado/Duprat, em razão das restrições orçamentárias, construiu as bases para uma administração burocratizada e mais regulada.

O empenho na formulação de um plano de estradas de rodagem para a capital; o estímulo ao automobilismo como presidente do Automóvel Clube de São Paulo; o organizador dos primeiros congressos de estradas de rodagem do Estado de São Paulo, e também da Primeira Exposição Industrial em 1917; além da participação ativa em eventos esportivos e artísticos, moldaram nele uma imagem de empreendedor público identificado com as inovações técnicas e científicas modernas.

---

<sup>157</sup> EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes do Estado de São Paulo*. v. 3 (1926-27). São Paulo: Seção de Obras de “O Estado de São Paulo”, 1927, pp. 12-3.

## Capítulo 2 – WASHINGTON LUÍS: TRAJETÓRIA DE UM ADMINISTRADOR (MODERNIZADOR) PÚBLICO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

### 2.1 Perfil biográfico de Washington Luís – administrador público liberal ou tecnocrata autoritário?

Ao esboçar o perfil biográfico de uma personalidade significativa da Primeira República, como foi o caso de Washington Luís, tomamos algumas precauções para evitar recair na série de mitos construídos em torno desse personagem. Em princípio, sua longa carreira como político e administrador público não apresenta nada de especial em relação a outros membros da elite política paulista: o início em uma cidade do interior como vereador, promotor, juiz ou delegado de polícia; após demonstrar certo talento e carisma nestes postos poderia, mediante certos contatos pessoais e relações políticas e familiares, ingressar no segundo estágio: a escolha para figurar na chapa oficial dos candidatos do PRP a deputado estadual pelo distrito de origem, ou com mais sorte, na de deputado federal. Surgia assim alguma possibilidade de acesso ao restrito círculo da elite política confinada na Comissão Central do PRP, porta de entrada para os cargos administrativos do alto escalão da máquina burocrático-estatal paulista.

A trajetória de Washington Luís pode ser comparada às de outros políticos de seu tempo, a exemplo de: Altino Arantes, João Álvares Rubião Junior, Arnolfo Azevedo<sup>158</sup>, Bernardino de Campos, Jorge Tibiriçá, e mesmo a políticos mineiros como David Campista<sup>159</sup>.

---

<sup>158</sup> Arnolfo Azevedo, nasceu em Lorena (SP) em 1867. Estudou em colégios em São Paulo e na capital do Império, formando-se em direito pela Faculdade de São Paulo em 1891. Ligou-se por casamento com a família Gama Cochrane, de Santos. Foi promotor público, vereador e prefeito no mesmo município de nascimento. Deputado estadual de 1895 a 1900, entrou em divergência com as lideranças do partido, vindo a afastar-se da política. Retornou para chefia do partido em Lorena em 1902, e com o apoio do grupo dos Rodrigues Alves, elegeu-se deputado federal, cargo no qual permaneceu até 1926 “acabando por ligar sua carreira política à de Washington Luís em detrimento da família Rodrigues Alves e de outros políticos.” Foi membro da comissão Executiva do PRP de 1925 a 1930 e presidente da Câmara Federal de Deputados de 1921 a 1926. In: LOVE, Joseph. Op. cit., pp. 235-6.

<sup>159</sup> “Campista, exibiu uma folha de atividades políticas e administrativas apreciável. Propagandista da República, assumiu a intendência municipal no interior de Minas, após a instalação do novo regime; deputado estadual, desenvolvera atuação marcante na primeira constituinte mineira; fora Secretário das Finanças de Silviano Brandão e da Agricultura de Afonso Pena, no governo do Estado. Exercera, ainda, a

Entretanto, uma parcela muito pequena desses homens públicos possuía realmente habilidades e aptidão necessárias no trato de questões administrativas de alta complexidade. No PRP os membros que apresentavam esse talento natural para as funções executivas, previamente testadas e experimentadas em nível municipal, eram fatalmente alçados a postos mais elevados na máquina burocrática estatal em razão da forte demanda por indivíduos com formação técnica e profissional nas primeiras décadas do século XX.

Washington Luís ao ocupar os postos de comando mais elevados no poder executivo nas três instâncias (municipal, estadual e federal) conseguiu elaborar uma imagem de administrador público moderno afinado com as inovações técnicas. A tendência à ação precoce em bases tecnocráticas pode ser percebida desde sua participação no processo de burocratização do aparato policial paulista como secretário da Justiça e Segurança Pública nos governos de Jorge Tibiriçá e Albuquerque Lins, entre 1906 e 1912. Esta experiência certamente consolidou uma vocação para a administração pública que começava a se delinear quando ocupou a Intendência Municipal em Batatais, no interior paulista.

Um outro dado importante a acrescentar é que antes da posse como prefeito de São Paulo no início de 1914, Washington Luís já era conhecido por seu envolvimento em atividades modernas, menos ao estilo *belle époque* e mais tendente ao tipo *sportsman*-empresário de influência norte-americana, confirmado na participação em inúmeras excursões ou *raids* automobilísticos, no incentivo à construção de estradas de rodagem e no gosto pelos esportes e atividades físicas. Acrescentando-se a isto havia o empenho em favor da preservação da memória documental e das pesquisas históricas do passado colonial paulista, desenvolvidas ao longo dos anos 1910, o que confirma uma outra imagem: a de *self-made man* – de homem de ação não somente no desenvolvimento de políticas governamentais, como no acompanhamento e montagem de instrumentos burocráticos (muitas vezes inexistentes), perseguindo sempre a eficácia administrativa.

A relativa escassez de biografias e apreciações de contemporâneos a respeito de Washington, uma espécie de lacuna extensiva a outros personagens do período, não

---

advocacia e o magistério superior na Faculdade de Direito de Minas Gerais, além de ter sido, no Império, promotor público. Na ocasião, ocupava o Ministério da Fazenda, pondo em ordem relativa a sempre convulsa situação financeira do País. A Caixa de Conversão foi sua obra mais assinalável na pasta.” DEBES, Célio. *Washington Luiz*: primeira parte – 1869-1924. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994, p. 77.

impede que se possa asseverar algo sobre sua personalidade e a maneira como encarava a “coisa pública”. Barbosa Lima Sobrinho foi contundente e mordaz ao descrevê-lo como um indivíduo conduzido por uma visão de mundo maniqueísta e elementar:

Homem leal, incapaz de subterfúgios de malícia, tem um senso psicológico primário. Não percebe a complexidade das almas, os segredos e a sutileza da astúcia. Para ele, o mundo se divide em duas categorias simples, os homens maus, de quem afasta e que combate sem tréguas, e os homens bons, a que reserva todos os prêmios. Na divisão de classes, cede a conclusões apressadas e elementares, que não costuma rever senão diante dos fatos consumados e, em regra irremediáveis.<sup>160</sup>

Muitos de seus críticos parecem confirmar essas declarações, centrando-se principalmente na dificuldade de Washington de lidar com a conturbada crise político-econômica que alcançou o ápice durante a presidência da República no final dos anos 1920. A morte política, anunciada após a revolução de 1930, foi selada definitivamente pela interpretação dada à Primeira República pela *intelligentsia* do Estado Novo: um período obscuro de nossa história dominado por oligarquias embrutecidas e violentas, a promover desmandos, falcatuas e o assalto aos cofres públicos para usufruto pessoal. A produção desses intelectuais, empenhada em legitimar o regime Vargas, refletia uma fase de transformação da cultura em “negócio oficial”, derivando em uma intervenção de caráter amplo que atingia a “produção, difusão e conservação do trabalho intelectual”.<sup>161</sup> A historiografia brasileira durante longo tempo pautou-se nessa interpretação para se referir a esse período, situação que começou a mudar a partir dos estudos comparativos desenvolvidos conjuntamente por brasilianistas como Joseph Love, John Wirth e Robert Levine, sobre diferentes regiões do País durante as décadas de 1960 e 1970. Seus trabalhos sugeriam uma revisão profunda da história política e econômica da República Velha sob um novo prisma.

Por outro lado, houve biógrafos de Washington Luís, como Eugenio Egas e Luiz Fouceca, que escreveram relatos claramente laudatórios e com chancela oficial. O

---

<sup>160</sup> LIMA Sobrinho, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro de 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983, p.37.

<sup>161</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979, p. 131. “(...) os intelectuais do regime Vargas se empenhavam sobretudo em ampliar, reforçar e gerir as “panelas” burocráticas de que faziam parte e só se sentiam credores de lealdade em relação ao poder central. Desta maneira, os intelectuais contribuíram decisivamente para tornar a elite burocrática uma força social e política que dispunha de uma autonomia relativa tanto em relação aos interesses econômicos regionais como em relação aos dirigentes políticos estaduais”, p. 132.

primeiro dedicou um volume de sua *Galeria dos Presidentes do Estado de São Paulo*<sup>162</sup> quase exclusivamente para comemorar o quadriênio presidencial de Washington, enquanto o último empenhou-se em esmiuçar as realizações do então recém-eleito presidente de Estado, reunindo inclusive importantes discursos, programas de governo e artigos da imprensa nacional e internacional num livro que foi distribuído após a posse.<sup>163</sup>

Interessante notar que Egas conseguiu captar certos contrastes da personalidade do biografado que parecem ter influenciado muitos dos relatos e memórias posteriores sobre o mesmo. O autor confessa a dificuldade de “(...) penetrar o íntimo de um homem que me parecia fadado à carreira política de máximo relevo”.<sup>164</sup> Com certo tom impressionista, descreve Washington como um homem superior e elegante:

O presidente é alto, forte, sadio, elegante, de um físico atraente, tal como a madame de Sevigné queria que todos os homens fossem. Traja-se bem com muito gosto. É desempenado no andar, piso firme, traz a cabeça alta; seu olhar é áspero e penetrante, quando discute ou estuda; suave e afetuoso, quando se reúne a amigos ou trata com subalternos, domésticos ou pobres.<sup>165</sup>

Ao exaltar alguns traços do caráter de Washington, Egas mostrou uma outra faceta interessante: a de um homem público que parecia guiado por um impulso depurativo da ordem social e da coisa pública, cujo equilíbrio parecia estar permanentemente ameaçado, exigindo do homem público uma pronta ação efetiva:

Tem-se a impressão de que o presidente preferiria que a vida fosse um sonho encantador, a sociedade um paraíso, o governo um bem constante, que nunca se visse obrigado do emprego da força, nem à imposição de penas; de que a sua energia e decisão, quando têm de agir, despem constrangidas o manto da bondade que almejavam nunca deixar. Sua palavra é escritura; sua probidade inatacável, seu caráter rijo, sua bondade inteligente, seu espírito claro e vivaz, seu coração nobre. (...) A dignidade do cargo e prestígio do poder ganham em força e brilho sob a sua guarda. A correção de proceder é uma das características da sua valorosa individualidade. No cumprimento de deveres não conhece amigos, inimigos ou simplesmente indiferentes. Aplica a lei com os olhos e ouvidos

<sup>162</sup> EGAS, Eugênio. Op. cit.

<sup>163</sup> FONCECA, Luiz. *Washington Luís Pereira de Sousa (1897-1920): o administrador, o político, o homem*. São Paulo: Pocaí & Comp., 1920.

<sup>164</sup> EGAS, Eugênio. op. cit., p. 19.

<sup>165</sup> Idem, pp. 19-20.



cerrados. Não cogita das conseqüências quando defende direitos que lhe estão confiados.<sup>166</sup>

Esta característica legitimava uma atitude severa e brusca diante de qualquer crítica dirigida contra a administração pública, uma vez Washington entendia que os atos do gestor público pautavam-se pela neutralidade e pela busca do interesse geral, desvinculou de qualquer partidatismo ou interesse particular. A interpretação de que a inércia diante da ameaça seria um sinal de fraqueza intolerável apontava para um outro extremo:

Amigo da publicidade, freqüentemente explica pelos jornais os atos por ele praticados. E as suas explicações são cabais. Não admite, e muito menos permite, que sobre o poder público por ele exercido, ou sobre as repartições sob sua direção, parem suspeitas. É freqüente ouvir-se-lhe este conceito: “Toda a agressão deve ser repelida com igual senão maior violência, toda a mentira ou calúnia deve ser desmascarada imediatamente; o homem público que não puder agir assim comprometerá o prestígio do cargo.”<sup>167</sup>

Egas ainda sublinha o estilo bastante personalista de governar de um presidente que parecia não gostar de fazer concessões ou de debater suas decisões: “Ou ele governa, ou ninguém. As sugestões que lhe fazem, em regra não são aceitas; e, quando o são, já passaram pelo profundo exame de seu atilado critério<sup>168</sup>”. Nesse mesmo sentido acaba por assinalar uma outra particularidade bastante significativa do biografado: “para mim o presidente Washington é o “*vir probus peritus dicendi*”, que os romanos criaram com o evoluir dos tempos, porém, é mais exato e verdadeiro o afirmar-se, que ele não é somente o homem probo e perito em dizer, mas ainda em fazer”<sup>169</sup>.

Muitas dessas características, algumas confirmadas por outras reminiscências, apontam erroneamente para um tipo de político com tendência a atuar meramente no campo administrativo, geralmente em momentos críticos, quando era investido de funções executivas para a resolução de problemas de gestão. Nesta circunstância, Washington poderia ser classificado como um “ingênuo” em política.<sup>170</sup>

---

<sup>166</sup> Idem, p. 20.

<sup>167</sup> Idem, pp. 14-5.

<sup>168</sup> Idem, p. 20.

<sup>169</sup> Idem, p. 21.

<sup>170</sup> Para Weber as qualidades decisivas para o político seriam: a paixão e dedicação a uma causa, porém, com objetividade; a ética da responsabilidade (prestação de contas de seus atos) e o senso de proporção. Para o político a ética em termos absolutos não faz qualquer sentido pois a dedicação a essa atividade demonstra “que não é certo que o bem só pode vir do bem e o mal só pode vir do mal, mas que com freqüência ocorre o inverso. Quem deixa de perceber isso é, na realidade, um, ingênuo em política.”

No entanto, essa propensão para criar os meios materiais de organização, ou os meios burocráticos para o funcionamento da administração estatal seria apenas uma extensão de sua imensa capacidade de governar ou de criar diretrizes orientadas politicamente. O lado estadista se complementaria com a faceta de administrador enérgico num momento em que a existência de uma estrutura administrativa — e mesmo de um funcionalismo especializado — era muito pouco desenvolvida no Brasil.<sup>171</sup> Na prática o que predominava durante a Primeira República era um funcionalismo do tipo “político” e venal. A distribuição de cargos públicos era controlada por chefes políticos estaduais que utilizavam o sistema de reciprocidade para manter o controle de suas bases eleitorais no interior.<sup>172</sup>

A contribuição e o empenho de Washington no processo de burocratização nos mais diferentes postos que ocupou no Poder Executivo (municipal, estadual e federal) sugerem algo raro num político: governava administrando. Um outro aspecto importante era a rigidez no cumprimento de programa ou plataforma política, seguida firmemente sem as concessões habituais a que os políticos estavam sujeitos, o que provocava, segundo Antunes, o aparecimento de desafetos e inimigos poderosos no seio da elite paulista, como foi o caso do conselheiro Antônio Prado no início dos anos 1920.<sup>173</sup>

Altino Arantes, em seu *Diário Íntimo*<sup>174</sup>, escrito durante o período de sua presidência no Estado, destaca a relação pessoal e especial que manteve com Washington Luís, então prefeito da capital, entre 1916 e 1920. Como em qualquer tipo de amizade, afloravam alguns momentos de dissensão, assim como o temperamento das partes diante dos imbróglis políticos, algo que fica explícito ao longo do diário. Em determinadas passagens, por sua vez, afloram calorosos elogios: “Washington é bom e

WEBER, Max. *A política como vocação*. In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Organização e introdução de H.H. Gerth e C. Whight Mills. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, p. 147.

<sup>171</sup> Para Weber a burocratização do estado moderno proporcionou uma forte tendência de distribuição dos cargos públicos pelos partidos ao oferecer meios seguros de vida. A isto se opõe a evolução do funcionalismo especializado (tecnocracia) que tem como princípio a “honra estamental” desenvolvida para garantir a integridade estatal para funções que exigem conhecimento apurado (saber competente). Nesse processo ocorre uma divisão básica: o funcionário “político” (demissível e transferível) e o funcionário “administrativo especializado”, onde este dirige tecnicamente as instituições estatais, enquanto aqueles indicam a orientação política e contratam pessoal. WEBER, M. Op. cit., pp. 109-12.

<sup>172</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975, p. 43.

<sup>173</sup> ANTUNES, Sérgio Pereira. *A administração de Washington Luís: um resgate*. Tese (doutorado). F.F.L.C.H./USP, 2003, p.174.

<sup>174</sup> MARQUES, Altino Arantes. *Meu diário. Registro íntimo de factos e impressões (redigido ao correr da penna, sem preocupação litteraria de qualquer especie, e destinado a meu uso pessoal e exclusivo)*. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado Altino Arantes (APAA).

leal amigo; um funcionário competente honesto e operosíssimo, e – o que mais vale ainda – uma figura de relevante destaque em nosso meio político que lhe deve assinalados serviços.” Em seguida, Altino deixa escapar alguns traços do comportamento impulsivo e explosivo do amigo: “Respondeu-me – e aí deixou transparecer a rispidez natural, que é um dos senões de seu caráter – que só poderia esperar até as quatro horas da tarde. E já eram cerca de duas!”<sup>175</sup>

Em muitos momentos, Altino viu-se em meio a conflitos provocados pelo prefeito, que diversas vezes pôs seu cargo à disposição por ver suas opiniões contrariadas ou solicitações não atendidas prontamente. Qualquer crítica parecia ser um motivo para enormes contrariedades como se vê neste trecho no qual discutiam medidas concernentes à crise de abastecimento que atingiu a capital paulista durante a pandemia de gripe espanhola:

Este [Washington], num de seus conhecidos assomos, contrariado com uma observação minha a propósito de sua ação ou, melhor, de sua abstenção no caso flagrante da alimentação publica nesta capital, achou que nessa observação se envolvia uma perfídia minha contra o Prefeito .... Protestei veementemente e contra a expressão e contra a injustiça que ela me arrogava gratuitamente. Vieram daí as explicações: o nenhum propósito de ofensa a minha pessoa e sim uma amistosa alusão á minha “habitual malícia”, o firme e constante desejo de auxiliar leal e desinteressadamente o meu governo, a ausência completa de ambição política – para o Ministério ou para a Presidência do Estado; e, finalmente, a renuncia imediata do cargo de Prefeito, caso, do incidente, restasse o mais leve ressentimento de minha parte ....<sup>176</sup>

Nessa fase foram constantes os atritos com a Câmara municipal, que se acirraram com o projeto de eleição direta para o cargo de prefeito<sup>177</sup>, fato que acabou criando uma certa animosidade até entre os “cardeais” do PRP, que previam o fortalecimento de Washington dentro do partido.<sup>178</sup> Altino, apesar das divergências, protegeu sistematicamente seu amigo dos ataques, assegurando com isto a sustentação política de que o prefeito se beneficiou largamente, haja vista sua recondução ao Executivo municipal em 1917 e a indicação oficial para a sucessão na presidência de Estado, ainda em 1919.

<sup>175</sup> Idem. *Locus*: AP91.01.001. vol.1. [5/6/1916].

<sup>176</sup> Idem. *Locus*: AP92.01.001. vol.9. [22/10/1918].

<sup>177</sup> Ver: Idem. *Locus*: AP91.01.001. vol. 2. [28/8/1916; 21/10/1916].

<sup>178</sup> Ver: Idem. *Locus*: AP91.01.001. vols. 1/2 [29/7/1916; 17/8/1916].

Outro suposto senão atribuído a Washington dizia respeito à aspereza no trato pessoal e a maneira rígida com que conduzia os negócios públicos. Honório de Sylos comentou sobre a acusação feita por adversários à sua teimosia: “é homem, como se costuma dizer, de molejo duro”.<sup>179</sup> Alfredo Ellis Jr. confirmou esta observação, reforçada pelo que parecia ser uma tendência autocrática no manejo da administração pública, que busca esclarecer:

Assim, (...) apresentava, entre os traços sombrios de sua personalidade, autoritarismo, teimosia e intolerância contrastantes, de certo modo, com a candura e a boa fé que julgava os demais por si próprio e a honestidade de quem era incapaz de um ato mesmo digno. Não fosse o ex-Presidente uma pessoa autoritária, a roçar mesmo pelo despotismo, conseqüência, talvez, do ambiente psicológico escravocrata que trouxe do berço e da infância em Macaé, na província fluminense, do século XIX, não fossem esses defeitos acima apontados, (...) teria tornado impossível a existência do Partido Democrata em São Paulo, negando-lhes as causas de oposição.<sup>180</sup>

Sobre as origens de Washington, podemos afirmar que descendia de imigrantes portugueses que aportaram no País no final do século XVIII. Seu avô se estabeleceu como fazendeiro na região de Cabo Frio, enquanto seu pai, Joaquim Luís Pereira de Sousa, adquiriu uma propriedade rural próxima a Macaé, área em que, além da pecuária, se desenvolviam as culturas de café, algodão, cana e fumo, empregando mão-de-obra escrava. Importante considerar que, segundo relatos, Joaquim Luís teria libertado os cativos um pouco antes da Abolição, e logo depois aderido ao republicanismo engajando-se no núcleo do partido organizado pelo propagandista Silva Jardim em Barra de São João.<sup>181</sup> Do possível alvoroço criado pouco se sabe em vista das raízes políticas da família estarem fincadas no partido Conservador.<sup>182</sup>

Nessa mesma época, o primogênito Washington freqüentava o curso secundário na corte. Em 1883 encontrava-se matriculado no Colégio Pedro II, mas devido a um incidente com o vice-diretor transferiu-se para o Colégio Augusto no ano

<sup>179</sup> SYLOS, Honório de. Washington, o teimoso. Washington Luís: homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: s.n., 1957, pp. 87-8.

<sup>180</sup> ELLIS Junior, Alfredo. A minha dívida de gratidão para com Washington Luis. *Washington Luis (visto pelos contemporâneos no primeiro centenário de seu nascimento)*. Publicação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: s.n., 1968, pp. 134-5.

<sup>181</sup> DEBES, Célio. Op. cit., p.15. ANTUNES, Sérgio Pereira. Op. cit., p. 58.

<sup>182</sup> Foi expoente maior do tronco familiar o conselheiro Pedro Luís Pereira de Sousa (tio de Washington), deputado-geral por sua província em duas legislaturas (1864-66 e 1878-79), ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete Saraiva, chegou a acumular interinamente as pastas do Império, da Agricultura e da Marinha; foi também presidente da Província da Bahia (1882-84). DEBES, Célio. Op. cit., p. 22.

seguinte. No início de 1889 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, completando o curso ainda em 1891, beneficiado pelas modificações introduzidas no currículo pela reforma efetuada por Benjamin Constant, ministro da curiosa pasta da Instrução, Correios e Telégrafos, que permitia exames extraordinários de acesso aos últimos anos do curso.<sup>183</sup>

Essas instituições, sofreram mesmo que indiretamente, a influência das idéias positivistas no final do século XIX. Os progressos realizados nos estabelecimentos de ensino do Rio de Janeiro, por exemplo, se deveram à sistematização metodológica estabelecida na reforma inspirada nos pareceres produzidos por Rui Barbosa entre 1881 e 1882, imbuídos de “espírito comtiano”.<sup>184</sup> Na Academia de Direito do Largo de São Francisco, os efeitos dessa corrente de pensamento começaram a ser notados nas décadas de 1880 e 1890, dominando ali um “positivismo dissidente” caracterizado — segundo João Camilo de Oliveira Torres — por apresentar um “acentuado criticismo no plano lógico e um republicanismo de aspecto nitidamente revolucionário, no plano das realidades políticas e sociais”.<sup>185</sup>

Em geral o positivismo professado se desenvolveu num âmbito extra-oficial na academia, na qual vigoravam ainda os preceitos de um “ecletismo filosófico”, difundindo-se em meio a uma “mocidade republicana” que encontrou nesse ideário a sustentação perfeita para suas convicções políticas. Num certo grau, o positivismo apresentava uma faceta modernizadora quando encarado independentemente dos seus desvios religiosos e das ortodoxias, em especial na crença na possibilidade de organizar racionalmente a sociedade com base em princípios científicos fornecidos sobretudo pelas ciências empíricas, físicas e naturais. Outras teorias conexas com essa corrente — como o darwinismo social, o monismo alemão e o spencerianismo — colaboraram para moldar as instituições e a forma do Estado pensadas após a Proclamação da República.<sup>186</sup> Certas tendências políticas, como o jacobinismo, o florianismo, o

---

<sup>183</sup> Idem, pp. 17-8. ANTUNES, S. P. Op. cit., p. 56. Washington no intento de abreviar o término do curso motivado possivelmente por dificuldades financeiras enfrentadas pela família instalou-se em Recife, em 1890, vindo a prestar tais exames.

<sup>184</sup> LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do Positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p. 263

<sup>185</sup> TORRES, João Camilo de Oliveira. *O positivismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1942, p. 198. apud VENANCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao bacharelismo (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil)*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982 (Coleção Estudos; v. 57), p. 152.

<sup>186</sup> A abordagem evolucionista contida nessas linhas de pensamento advogava o princípio da evolução da organização social, cuja duração não seria eterna, ideário que foi encampado pelos republicanos paulistas por se adequar à meta de evitar uma possível ruptura política revolucionária cujas conseqüências seriam imprevisíveis: “Contudo o argumento a favor da mudança foi desenvolvido com base na suposição de que

hermismo e o republicanismo exaltado, pouco diferiam da linha de pensamento e da ação positivista, concorrendo para “uma forma de governo ultracentralizada, militarizada, ditatorial, alimentadas sobretudo por fermentos anticlericais e antilusitanos”.<sup>187</sup>

A tendência modernizante de Washington, visível ao longo de sua carreira como administrador público, era compartilhada por certos círculos intelectuais ligados de alguma forma ao positivismo. O PRP da fase da propaganda republicana nas décadas de 1880 e 1890 também incorporou os lemas positivistas.<sup>188</sup> Além disso, as lideranças mais expressivas do partido possuíam uma formação intelectual avançada e uma visão mais cosmopolita, moldadas nas viagens constantes pela Europa e na leitura de obras filosóficas e outras, que pregavam uma visão menos tradicional do mundo socioeconômico e do mundo natural. Embora houvesse um domínio quase absoluto das profissões liberais com considerável vantagem dos bacharéis em Direito (em sua maior parte pela Faculdade de Direito de São Paulo), ocorreram alguns casos de indivíduos graduados no exterior que alcançaram destaque no PRP como: Jorge Tibiriçá (Universidades de Hohenheim, na Alemanha, e de Zurich, na Suíça); Alfredo Ellis (Universidade da Pensilvânia, EUA.); Domingos de Moraes (Universidade de Corneill, EUA.) e Rodolfo de Miranda (Sorbonne, França).<sup>189</sup>

Os valores nitidamente capitalistas derivados dos múltiplos empreendimentos para os quais a burguesia cafeeira se voltava (bancos, estradas de ferro, companhias de importação e exportação, indústria de bens de consumo, etc.) eram também absorvidos por boa parte da elite política, a exemplo da família Prado, detentora de uma inegável liderança nos primeiros estágios da modernização de São Paulo.<sup>190</sup>

---

se pode saber, cientificamente, por que o passado foi o que foi, por que o presente é o que é, e como o futuro inevitavelmente será. Pode-se prever o futuro e sugerir, a partir de um ponto de vista científico evolucionista, as políticas mais adequadas para atingi-lo mais rapidamente e com menores sacrifícios sociais.” SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 89.

<sup>187</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 21.

<sup>188</sup> Ivan Lins inclusive ao comentar sobre isso cita nominalmente alguns membros da cúpula do partido como Bernardino de Campos, Gabriel de Toledo Piza, João Galeão Carvalhal, Pedro Lessa e sem dúvida, Pereira Barreto. LINS, Ivan Monteiro de Barros. op. cit., pp. 167-8.

<sup>189</sup> A educação superior tornou-se com o tempo essencial para galgar postos mais elevados na elite paulista que era composta por mais de três quartos de bacharéis formados em direito e medicina (69% diplomados pela Faculdade de Direito de São Paulo). LOVE, Joseph. Op. cit., pp. 216-7.

<sup>190</sup> “A adoção dos valores capitalistas, que salientavam os lucros, a acumulação de capital e o investimento, o valor do trabalho, o oportunismo, a agressividade e a inovação – encontráveis na história da família desde o século dezenove – permitiram à família desempenhar um papel especialmente

Ao longo de sua formação, Washington se deixou influenciar pela leitura de filósofos e juristas liberais franceses, e possivelmente pelo constitucionalismo norte-americano. Eugenio Egas cita entre os seus autores preferidos: Maculey, Michelet, Lafayette e Guizot. Mas havia nativos, como o administrativista Teixeira de Freitas.<sup>191</sup> A figura lendária de Rui Barbosa era apreciada desde os tempos da intendência em Batatais, através de seus artigos no *A Imprensa*.<sup>192</sup>

Importante assinalar que após sua mudança para a capital em 1901, Washington entrou em contato com próceres de um PRP mais moderno e menos conservador do que o do diretório de Batatais, composto sobretudo por coronéis na sua maioria dominados por uma estreita mentalidade. Pôde estabelecer um diálogo com um grupo de indivíduos com elevada formação intelectual e uma visão mais consistente do papel do Estado.

A elite política paulista de republicanos em geral se definia como condutora de um povo considerado muito pouco capaz de decidir sobre as questões cruciais da organização social. Sua defesa dos princípios liberais, aparentemente estampados na concepção federalista de Estado e na representação política, expressava os interesses sociais majoritários negados por um sistema eleitoral corrupto e viciado, em virtude da impossibilidade de formação de oposições (sancionada com o pacto das elites durante o governo de Campos Sales) e do direito de manifestação severamente restringido.<sup>193</sup>

Oliveira Vianna, nesse tópico, dirigiu sua crítica especialmente para o sistema político implantado pela Primeira República, que teria herdado mais vícios que virtudes do regime deposto. Apontava para a ausência de espírito público e de bem comum na formação política da sociedade brasileira, cuja forma de solidariedade social existente vinculava-se aos domínios do clãparental desde o período colonial. Os partidos políticos do Segundo Império não passavam de meros arranjos artificiais, expressando o domínio desses interesses pessoais que os constituíram com o propósito de garantir elegibilidade e ocupar os espaços institucionais criados após a Independência.<sup>194</sup> O favor e o clientelismo, espécies de “mediadores quase universais” das relações sociais, originaram-se da ausência de uma esfera pública consistente, permitindo a prática do

---

importante na modernização econômica da região.” LEVI, Darrell E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977, p. 314.

<sup>191</sup> EGAS, Eugênio. Op. cit., p. 20.

<sup>192</sup> DEBES, Célio. Op. cit., p. 26. Esse autor comenta que o jornal *A Lei*, dirigido durante certo tempo por Washington Luís, considerava Rui Barbosa seu orientador político.

<sup>193</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Op. cit., pp. 93-4.

<sup>194</sup> VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. 3.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1974, v.1, pp. 208-42.

arbítrio, da “dependência da pessoa, a exceção à regra, a cultura interessada, a remuneração e serviços pessoais”, completamente contrários aos valores liberais propalados pelos fundadores da República.<sup>195</sup>

Esse caráter de incompletude do liberalismo manifestado pelos membros da elite paulista se estendia à posição ambígua que mantinham em relação à ação estatal: em certos momentos era vista como necessária, enquanto em outros não se justificava por ser nefasta. Quando a economia de agroexportação cafeeira paulista atingiu um certo grau de desenvolvimento, a presença do Estado passou a ser mais solicitada no sentido de implementar a modernização material (serviços de saneamento e urbanização, modernização do sistema de transportes). Tais melhoramentos, embora fossem interpretados como reforço para a renda pública dependiam, segundo Carvalho Franco, do aumento da tributação (taxas e impostos necessários à formação de receita e recursos) que incidia sobre os produtores, condição que provocava um inconveniente: uma divergência irreversível entre os objetivos estatais e os interesses particulares.<sup>196</sup>

Para Vianna, a solução para a deficiência congênita da organização social brasileira passava antes por uma reforma institucional, por meio da implantação de um “sistema político autoritário” que superasse o estágio patrimonialista em vigor e constituísse as bases para uma verdadeira sociedade liberal, tomando para isso medidas imprescindíveis:

O aparelho estatal, em todos os níveis, deveria ser mantido fora da política, e da economia, para que os recursos governamentais não fossem manipulados em favor das facções – isto é, a burocracia pública deveria deixar de ser um sistema de espólio, constituído mediante nomeações paternalistas dos políticos, em pagamento de conformismo político; a carreira do serviço público, mais do que qualquer outra instituição, deveria adaptar-se aos padrões do sistema de mérito.<sup>197</sup>

Ora, se em termos do Estado brasileiro esse processo era quase imperceptível, o mesmo não se poderia afirmar com relação a São Paulo, a unidade

---

<sup>195</sup> SCHWARZ, Roberto. Op.cit., p. 16. O ideário europeu foi utilizado para justificar, legitimar e tornar objetivo o “arbítrio que é da natureza do favor”: “Ao legitimar o arbítrio, por meio de alguma razão “racional”, o favorecido conscientemente engrandece a si e ao seu benfeitor, que por sua vez não vêm, nessa era de hegemonia das razões, motivo para desmenti-lo”, p. 17.

<sup>196</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 144. “Assim, o próprio desenvolvimento do país, que, em última instância, era realizado pelo e para o grande produtor agrícola, gerou os limites de seu poder na medida em que gerou também uma entidade que em seu interesse, mas ao mesmo tempo contra ele ganhava autonomia”, p. 145.

<sup>197</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Op. cit., p. 96.



federativa mais desenvolvida da União. A progressiva autonomização das atividades estatais se acelerou com a implantação da política de valorização do café, cujo funcionamento exigiu um aprofundamento dos mecanismos reguladores relativos aos órgãos da Fazenda Pública. A burocratização dessas instâncias avançou drasticamente no governo de Jorge Tibiriçá, exigindo uma mudança no organograma institucional que atingiu também a pasta da Justiça, ao qual se incorporou a Segurança Pública. Washington Luís sustentou sua gestão à frente dessa secretaria baseada em critérios de eficiência e competência técnica similares ao modelo aplicado na área econômica do governo. Seu empenho, nesse sentido, pode ser percebido em referências como a de Reynaldo Busch, que confirma uma tendência à preferência por soluções tecnocráticas para os problemas administrativos:

Quando convocava engenheiros para delinear ou solucionar problemas pertinentes a acidentes topográficos, rumos de estradas, escutava relatos dos levantamentos feitos e as dificuldades encontradas, umas de ordem técnica, outras decorrentes de vetos de proprietários que não queriam ter suas fazendas atravessadas por rodovia, e decidia logo: “Se o terreno permite ou favorece, passem a régua, façam o traçado em retas quanto mais longas, observando critério técnico e econômico para termos boas estradas. Os inconformados que nos procurem, que lhe daremos as razões de governo.” E foi assim que na sua gestão se fizeram as melhores estradas cortando campos, cafezais e matas em retas sucessivas.<sup>198</sup>

A composição de seu governo após o sucesso na eleição presidencial de 1920 teria causado um certo mal-estar porque teria escolhido “livremente seus secretários entre técnicos, intelectuais e amigos, alguns inteiramente estranhos ao quadro políticos da época”, decisão que teria ferido o hábito de consulta aos cardeais da comissão diretora do PRP.<sup>199</sup>

A resistência à reforma implantada na polícia civil e na Força Pública no governo de Jorge Tibiriçá ocasionou um episódio desagradável ocorrido no Quartel da Luz, em junho de 1906, que redundou na morte de um oficial da missão francesa. Washington agiu rapidamente para contornar essas dificuldades, introduzindo uma rotina administrativa até então desconhecida no meio:

---

<sup>198</sup> BUSCH, Reynaldo Kuntz. Washington – esboço sobre uma personalidade. In: *Washington Luís (visto pelos contemporâneos no primeiro centenário de seu nascimento)*. Op.cit., p. 99.

<sup>199</sup> Idem, p.101.

Como as autoridades eram demissíveis “*ad nutum*”, sem processo e defesa alguma, ele fez apuração rigorosa dos valores encontrados, demitiu grande parte, removeu outra, e nomeou o restante. Teve luta árdua e incessante – pois orientava, instruía, ensinava e resolvia a aplicação do Código, mediante Portarias, Avisos e Comunicações reservadas. Teve de desdobrar os serviços burocráticos para isso, mas ia vencendo (...) <sup>200</sup>

Um outro aspecto para o qual os relatos convergem mostra que Washington impunha a si mesmo certos imperativos éticos no exercício de cargos públicos (a reação desmedida e violenta diante das críticas ou questionamentos de seus atos revela uma dificuldade para lidar com opiniões que desaprovava). Honório de Sylos ressalta esses traços e a opção preferencial pela carreira pública:

Governou sem nepotismo. Não deu cartórios, nem empregos aos filhos e parentes, nem mesmo, num rigorismo exagerado, lhes permitiu exercessem as funções de confiança de oficiais de gabinete! Não fazia parte Washington Luís de empresas particulares, fazendas ou bancos. Não se meteu neste ou naquele empreendimento imobiliário. Não se valeu do arrimo das posições para enriquecer. Serviu no governo. Não se serviu do governo. <sup>201</sup>

Amando Caiuby, quase na mesma linha do relato anterior, reafirma a vocação de Washington para a vida pública, o desinteresse por envolvimento em atividades no setor privado e a rejeição às indicações políticas e ao nepotismo:

Homem superior sobre todos os aspectos, o Dr. Washington Luis não tinha espírito de vantagens comerciais. Empresas, sociedades, companhias, fazendas, bancos, agências, recursos imobiliários – nada disso prendia sua atenção, pois de nada disso participou. Foi exclusivamente administrador político:– Vereador, Intendente, Deputado, Prefeito, Secretário, Presidente do Estado e Presidente da República. Jamais protegeu parentes ou amigos, com empregos, cartórios e sinecuras. Não se enriqueceu com as diversas posições conquistadas pelo seu próprio valor. Não se serviu dos altos cargos para negócio algum e nem da política para ganhar dinheiro. <sup>202</sup>

A despeito dos exageros laudatórios contidos nessas descrições, não seria possível afirmar que qualquer político na Primeira República se elegeisse sem firmar os devidos compromissos com o partido e com a base de apoio coronelística no distrito,

<sup>200</sup> CAIUBY, Amando. Washington Luis e a polícia de carreira. In: *Washington Luis (visto pelos contemporâneos no primeiro centenário de seu nascimento)*. Op.cit., p. 109.

<sup>201</sup> SYLOS, Honório de. Washington, o teimoso. *Washington Luis: homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Op.cit., p. 85.

<sup>202</sup> CAIUBY, Amando. Washington Luis e a polícia de carreira. Op. cit., p.112.

envolvendo nisso os interesses de órgãos de classe, empresas, etc. Washington, é claro, jamais poderia deixar de atender às solicitações e aos favores, fazendo algumas concessões habituais. Em seu arquivo privado é possível encontrar uma infinidade de cartas, telegramas e ofícios contendo indicações para cargos de confiança, nomeações políticas e outros favores. Como prefeito da capital, Washington recebeu inúmeros desses pedidos, muitos subscritos por autoridades da alta administração e políticos. As solicitações variavam de uma simples vaga de fiscal, a médico ou engenheiro na administração municipal, e mesmo de delegado, juiz ou promotor no interior, por sua influência como ex-secretário da Justiça e Segurança Pública. Podiam ser também pedidos de promoção, de aumento de salário, para assegurar vagas, “manutenção no cargo ou todo o tipo de auxílio no funcionalismo público para si quanto para familiares e amigos”.<sup>203</sup> Representavam em alguns casos o atendimento a demandas dos diretórios políticos do interior, como esta carta assinada por Altino Arantes:

Presado amigo Washington Luis,  
Venho pedir-lhe que faça o possível para pretensão do sr. [Alsay] de Andrade, cuja carta vai inclusa. Trata-se de um amigo que até pouco prestou bons serviços ao Partido na direção de Igarapava e que necessita agora de uma colocação, em virtude de seu mal estado financeiro. Esperando a sua resposta peço que creia na velha amizade do Altino.<sup>204</sup>

Esse tradicional clientelismo que permeava as relações entre governantes e correligionários na Primeira República se revestia do argumento da solidariedade, da amizade, do dever de gratidão, largamente utilizado com o intuito de favorecer a desígnios particulares e de partido. A permanência dessas práticas patrimonialistas remontava ainda ao período imperial, quando a falta de recursos e dinheiro nas localidades e províncias acabou estabelecendo uma mistura inadvertida entre os cofres da administração e o patrimônio do administrador, o que derivou na noção de cargo público como sinônimo de sinecura, de oportunidade que se aproveita e se explora em

---

<sup>203</sup> CAMARGOS, Márcia. *Villa Kyrial: crônica da Belle Époque* paulistana. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, p. 101. A Villa Kyrial residência do influente senador José de Freitas Valle a maneira dos salões burgueses funcionava como local para reuniões íntimas do *staff* governamental. Essas tertúlias contavam sempre com a participação de um presidente de Estado, seja Altino Arantes, Júlio Prestes, Carlos de Campos ou Washington. Camargos inclusive cita trechos da longa correspondência travada entre Valle e esse último que expõe claramente esse jogo da troca de favores como uma prática arraigada nas relações entre políticos, pp. 101-4.

<sup>204</sup> Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado Washington Luís (APWL). *Locus*: 185.1.63 - De: Altino Arantes – Para: Washington Luis - Local: São Paulo - data: 16/09/1916.

função da dificuldade de separar a autoridade oficial como algo distinto da vida privada.<sup>205</sup>

Essa herança de um estamento burocrático recrutado com base principalmente em relações de parentesco e por razões eleitorais, não tendo em conta o mérito, assinalou um certo amadorismo do serviço público, ocupado por pessoas inaptas para funções que exigiam um certo grau de especialização (a formação do quadro dirigente como se viu era predominantemente bacharelesca). A tendência em muitos de exercerem seus cargos conjuntamente com outras ocupações privadas dava margem a atos venais e ao nepotismo.

Washington Luís não poderia dar as costas ao clientelismo de seu partido, mas no tempo em que se mudou para a capital paulista um novo ambiente de mudança começava a vigorar como decorrência de um lento processo de autonomização das funções estatais, um bafejo de reformas que iria cada vez mais promover — gradativamente — a separação entre poder público e a influência pessoal. O coronel interiorano iria se submeter a uma mera função eleitoral local sendo afastado das decisões da cúpula do PRP, esta cada vez mais guiada pelo Poder Executivo. A indicação das autoridades se transformaria em uma formalidade burocrática regida por normas legais cerceando consideravelmente os atos discricionários.

Diferentemente dos republicanos históricos paulistas que se perenizaram no comando dos destinos do Estado, Washington representava uma nova geração de políticos saída de um PRP que reagia à pressão modernizante com igual força, procurando desenvolver um conceito moderno de ação do Estado e manter sua hegemonia.<sup>206</sup>

---

<sup>205</sup> FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. Op.cit., pp. 128-35.

<sup>206</sup> “Não é por acaso que Washington Luís se envolve em processos de racionalização administrativa, gerenciamento tecnocientífico, historiografia, museologia, ciências sociais, estatísticas e censos, desfiles militares, ginástica, esportes, corridas, fotografia, cinema, carros e aviões.” SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. Op. cit., p. 231.

## 2.2 Intendente municipal em uma cidade do café – primeiros traços de uma vocação

Com a conclusão do curso de Direito em novembro de 1891, o jovem bacharel Washington retornou à sua cidade natal. Como era de se esperar, obteve no mês seguinte a nomeação para a promotoria de Barra Mansa, indicação respaldada provavelmente na influência de sua parentela e de seu tio Pedro Luís Pereira de Sousa no Estado do Rio de Janeiro. Empossado nesse cargo em janeiro do ano seguinte, permaneceria por curto período nessa ocupação, que lhe rendia poucos recursos. A visível desilusão com o ofício levou-o a uma tentativa frustrada de transferir-se para a capital. Seu primo Everardo Vallim, com quem havia estudado no secundário e na Faculdade de Direito, recomendou-lhe o exercício da advocacia e tentou mesmo obter para ele uma indicação à promotoria no interior do Estado de São Paulo.<sup>207</sup>

Em meados de 1893, Washington recebeu a visita de um outro colega do tempo das arcadas, Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Júnior.<sup>208</sup> Este havia montado banca de advogado em Batatais, localidade situada em região pioneira de café no nordeste paulista. O sucesso de seu amigo com o negócio e a expectativa de rápida ascensão pareceram ter funcionado como elementos persuasivos para que Washington decidisse mudar-se para aquelas paragens. Um reforço a mais nessa decisão veio após o pedido de licença:

Transferiu-se, porém, sem mais demora, para Batatais e ali encetou, ao lado de Celidônio, as suas atividades profissionais. Surpreendido, pouco tempo depois, com a remoção, à sua revelia, para Promotoria de Cabo Frio, solicitou por telegrama ao Presidente do Estado do Rio, a sua exoneração, e, em consequência, deliberou fixar-se definitivamente (...).<sup>209</sup>

Instalado em Batatais ambientou-se facilmente. Poucos meses depois de sua chegada, em junho de 1893, recebeu a notícia da morte de seu pai (sua mãe falecera

<sup>207</sup> DEBES, Célio. Op.cit., pp. 21-2.

<sup>208</sup> Celidônio Jr. formou-se em 1890 e antes de advogar em Batatais exerceu a função de juiz municipal na localidade. Foi juiz também em Patrocínio Paulista, Jaú, Jacareí, na capital e desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. Seu pai Joaquim Celidônio Gomes dos Reis era membro da Comissão Executiva do PRP em 1891. O próprio Reis Jr. aparece na C. E. do Partido Democrático nos anos de 1931-32 e 1934, e depois do Partido Constitucionalista entre 1934-37. Altino Arantes. Washington Luís em Batatais. In: *Washington Luís: homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Op. cit.*, p. 11; LOVE, Joseph. Op.cit., pp. 406 e 408.

<sup>209</sup> MARQUES, Altino Arantes. Op. cit., pp. 9-10.

quando ainda morava em Recife em 1890). Tornou-se arrimo de seus irmãos mais novos: Francisco, Franklin e Lafaiete; este inspirava cuidados, pois estava acometido de beribéri “sob forma parálitica em tratamento em Niterói”.<sup>210</sup> Essas más notícias porém não abalaram seu empenho nas lides forenses como sócio no escritório de Celidônio, que era o maior na cidade, tendo a seu dispor uma enorme clientela.

Representar os interesses legais de influentes coronéis na municipalidade constituía-se no primeiro passo de ascensão social do bacharel num contexto em que sua competência profissional era dilatada para o exercício de funções políticas e na administração municipal. Em sua atividade como profissional liberal, Washington foi se envolvendo em questões cíveis, como as demandas de divisões e demarcações de terras, inventários, cobranças fiscais e execuções hipotecárias, que eram em geral as mais reclamadas pelos proprietários locais.<sup>211</sup> A rápida integração ao meio político da região pode-se explicar também pelo carisma de sua personalidade e por sua formação qualificada, que garantia um nível mais elevado de discussão. Seus dotes como barítono e jornalista eram também muito apreciados.<sup>212</sup>

O jovem advogado se destacava em meio aos seus colegas, como evidenciam os relatos de Altino Arantes. Suas atitudes aguçavam o espírito dos mandatários locais, que desejavam indivíduos mais capacitados para o trato com os negócios públicos. Joaquim Celidônio, presidente da Câmara municipal, veio certamente facilitar a entrada de seu amigo na edilidade, que contava em seu quadro com outros renomados causídicos, os quais posteriormente se projetaram no exercício de altos cargos na administração pública estadual e mesmo federal, destacando-se em especial: José Manuel de Azevedo Marques, Renato Jardim e o próprio Celidônio.<sup>213</sup>

<sup>210</sup> DEBES, Célio. Op.cit., p. 23.

<sup>211</sup> AESP. APWL. Caixa 1, pacote 2, pasta 2. O material consta do Arquivo Washington Luís, segundo lote. “*Iniciação como advogado (1894-1899)*.” Ver também MARQUES, Altino Arantes. *Passos do meu caminho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, p. 366.

<sup>212</sup> Washington fundou o jornal *A Lei* em 1897, juntamente com Celidônio e Altino Arantes, que servia como instrumento de ação da oposição local ao situacionismo estadual e federal representado a época por Campos Sales e Prudente de Moraes respectivamente. Propugnavam melhoramentos urbanos e o progresso do município. Sua colaboração se estendeu a outros periódicos de vida efêmera como *O Direito*, *A Penna* e *A Justiça* com artigos nos quais fazia a defesa veemente da autonomia municipal, princípio polêmico nos primeiros anos da República. Redigiu uma peça teatral que foi encenada primeiramente por um grupo de amadores locais intitulada “Sociedade Dramática Joaquim Augusto”, e depois em Ribeirão Preto, maior centro cafeicultor do estado no período. In: MARQUES, Altino Arantes. Op.cit., pp. 16-8.

<sup>213</sup> Azevedo Marques foi deputado federal e ministro do Exterior do governo Epitácio Pessoa, enquanto Renato Jardim, além de ter ocupado a intendência municipal em Batatais e Ribeirão Preto, chegou a ser ministro do Tribunal de Contas do Estado. MARQUES, Altino Arantes. Op. cit., pp. 11-2. PEREIRA, Robson Mendonça & MAGALHÃES, Sônia Maria de. Renato Jardim, autonomista e educador. *Amicus*, n. 5, 2002, pp. 56-68.

Outro caso era o de Altino Arantes. Apesar de nunca ter ocupado efetivamente o cargo de vereador (sua estréia na vida pública se daria com a eleição para deputado federal em 1906), não deixava de influir nos debates políticos. Desfrutava do prestígio de sua família, ligada socialmente aos Junqueiras. Uma das principais lideranças políticas em Batatais era de seu tio, o coronel Eduardo Garcia de Oliveira, então deputado estadual, que chegou a organizar o diretório local do PRP, colocando seu sobrinho Altino, um bacharel recém-formado, como secretário.

A primeira oportunidade que surgiu para Washington estrear no plano público foi na elaboração do projeto de um novo Código de Posturas para a cidade de Batatais. Foi Celidônio quem o indicou para a realização do empreendimento:

O Sr. Presidente comunica a Câmara que atendendo á necessidade que tinha o município de um Código de Posturas cuja falta, mais de uma vez, tinha sido comentada pelos Srs. vereadores, considerou ao Sr. Dr. Washington para encarregar-se de sua elaboração, encargo que pelo mesmo tinha sido aceito gratuitamente sendo o projeto que acha-se sobre a mesa a prova do seu cabal desempenho.<sup>214</sup>

No encaminhamento do projeto apresentado para apreciação da Câmara ainda em 1894, o autor esclarecia os preceitos que havia adotado para sua elaboração de maneira bastante objetiva, apontando as limitações da legislação anterior em linguagem bem clara e sucinta:

O meu trabalho, pois que neste gênero nada é concedido á imaginação, foi na sua maior parte o da consolidação das leis extravagantes municipais, modificado pelo confronto com os códigos modernos de outros municípios e pelas necessidades peculiares a esta localidade. O código de Posturas adotado pela Lei provincial de 13 de abril de 1872 apareceu para satisfação de outras necessidades que não as atuais; feito para regular este município no tempo em que dedicava-se exclusivamente á criação pecuária, não tinha mais razão de ser quando a sua principal fonte de riqueza é a cultura do café; além disso a órbita em que gira, atualmente, a administração municipal é muitíssimo mais vasta; e o código de 72 pouco serviço podia prestar por isso que satisfazia quando o município era pouco mais de uma circunscrição para arrecadação de rendas. Não obstante transplantei para este projeto, as suas disposições que julguei aproveitáveis.<sup>215</sup>

---

<sup>214</sup> Arquivo da Câmara Municipal de Batatais (ACMB). *Livro de Atas*. Vol. 1892-1898, 10-jul.-1894, p. 42.

<sup>215</sup> Idem. *Ofício de Washington Luis acompanhado do manuscrito do projeto do Código de Posturas*. 04-jul.-1894. Caixa 4/5.

Claramente Washington procurou adequar um novo código à realidade das transformações modernizadoras operadas pela expansão da cafeicultura na economia local. Tal processo começou a delinear-se a partir da inauguração da estação da Estrada de Ferro da Mogiana em 1886, evento que chegou a contar com a presença do imperador D. Pedro II.<sup>216</sup> A cidade passava a ter então uma rápida via de escoamento de uma cultura revelada tardiamente.<sup>217</sup> Através dos trilhos vieram levas de imigrantes para substituir o braço escravo, implantaram-se novas tecnologias, como o telégrafo, e também novos materiais construtivos, elementos que modificaram e dinamizaram o universo da cultura material existente no espaço urbano.

O projeto do novo código agradou à comissão da Câmara designada para analisá-lo, que nem sequer apresentou emendas ou propostas de modificação.<sup>218</sup> O texto aprovado foi transformado imediatamente em lei<sup>219</sup>, logrando obter um certo sucesso imediato, malgrado algumas medidas dependerem de um aporte financeiro inexistente para se efetivarem (caso, por exemplo, das obras públicas de saneamento). Em todo caso, sua implantação deu-se paulatinamente em meio a diversos conflitos em que pesavam os argumentos legitimadores de um determinado estado de ordem que se desejava instituir na cidade.

A elaboração desse documento repercutiu bem, servindo como verdadeiro passaporte para a introdução de Washington na vida pública. Em 1895 foi indicado candidato a vereador para o novo triênio e presidente de uma das comissões eleitorais do município pela chapa dos opositoristas liderada por Joaquim Celidônio, que dominava a Câmara Municipal.<sup>220</sup> Esse fundou um partido local respaldado na crise política nas esferas estadual e federal, decorrente do apoio incondicional dado pelos republicanos históricos paulistas ao governo de Floriano Peixoto, os quais almejavam

---

<sup>216</sup> FERNANDES, José Augusto. *Bom Jesus da Cana Verde: Batataes de Outr'Ora*. São Paulo: s.n., 1939. O patrimônio original de Batataes (originalmente paróquia de “São Bom Jesus da Cana Verde dos Batataes”) surgiu no contexto dos entrantes mineiros do final do século XVIII e início do século XIX; elevado à categoria de freguesia ainda em 1815, desmembrou-se do município de Franca em 1839. A chegada da Mogiana em 1886 iniciou um novo processo de reocupação e renomeação gradativa dos lugares da memória coletiva dos tempos da ocupação mineira, extirpando traços da antiga cultura caipira, substituindo-os por marcos civilizatórios entendidos como mais condizentes com o progresso e a modernidade em voga e promovendo o desaparecimento dos traços do antigo sertão, que passou a denominar-se “Alta da Mogiana”. PEREIRA, Robson Mendonça. Op.cit., pp. 58-9.

<sup>217</sup> Cf. LUNÉ, A.J.B. & FONSECA, P.D. (organizadores). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*, Ed. fac-similar. IMESP, 1985. Havia em Batataes 37 fazendas dedicadas exclusivamente à criação de gado e 6 ao cultivo da cana, registrando o ano de 1872 o surgimento da primeira fazenda de café.

<sup>218</sup> ACMB. Caixa 4/5. *Parecer da comissão nomeada para das parecer sobre o projecto de Codigo de Posturas apresentado pelo Dr. Washington Luis Pereira de Souza*. 10-jul.-1894.

<sup>219</sup> *Código de Posturas de Batataes (CPB)*: Lei n. 16, São Paulo: Typ.-Litographia Ribeiro, 1894.

<sup>220</sup> ACMB. Livro de Atas. Vol. 1892-1898, 5-abr.-1895, p. 52; 10-jun.-1895, p. 57.



dominar a política nacional com a criação do Partido Republicano Federal (PRF), que congregaria todas as oligarquias estaduais.<sup>221</sup>

Na realidade, Celidônio objetivava promover um rearranjo das forças políticas diante da representação do diretório local do PRF, organizado na mesma época e liderado pelo coronel Manoel Antônio Furtado, contando ainda com o coronel Lúcio Enéas de Mello Fagundes e o tenente-coronel Joaquim Alves da Costa.<sup>222</sup>

O partido oposicionista, por sua parte, possuía inúmeros adeptos, como os jovens Washington Luís e Altino Arantes, além de outras lideranças mais antigas e poderosas, como as dos coronéis Eduardo Garcia de Oliveira, Manoel Antônio Pereira Lima e Manoel Gustavino de Andrade Junqueira.<sup>223</sup> No entanto, após a eleição, o PRF obteve uma leve maioria que lhe garantiu a presidência da edilidade e a intendência municipal. Esta situação só se equilibraria durante o primeiro semestre de 1897 com a entrada de novos vereadores para a ocupação de vagas. Tal mudança evidentemente provocou diversos efeitos na administração municipal.

Eleito vereador, Washington enfrentou seu primeiro embate contra os perrefistas, criticando o intendente, Geraldo de Aquino Leme, cujo ato inicial foi a demissão sumária dos funcionários da Câmara e a substituição deles por correligionários. A intervenção enfática do novo edil revelou uma argumentação que marcou sua atuação, e ao mesmo tempo, difundiu uma postura comum em outros de seus pronunciamentos: a visão da Câmara como um órgão em que os partidos, tendências e interesses particulares eram dissolvidos:

(...) agora com alguns dias apenas de governo, o Intendente sem uma razão plausível, sem mesmo um pretexto, demitia em massa, fazia uma derrubada geral dos empregados por que vinham do governo municipal transato onde deram prova de seus serviços leais, que era de parcialidade política contrária ao atual, que esperava portanto, que a Câmara, que se tinha dito imparcial, reprovava o ato do Senhor Intendente municipal.<sup>224</sup>

<sup>221</sup> LOVE, Joseph. Op.cit., pp. 159-63.

<sup>222</sup> FERNANDES, José Augusto. Op.cit., p. 163.

<sup>223</sup> Eduardo Garcia presidiu a câmara municipal de 1893 a junho de 1894, quando Celidônio o substituiu nesse cargo até o fim do triênio tendo também assumido a intendência interinamente por curto período (fevereiro e maior de 1895), até a eleição de Manoel Gustavino para o cargo. Esse último já havia ocupado a intendência entre 1892 e 1893; voltaria a presidência da Câmara entre 1897 e 1898, saindo para assumir o cargo de juiz de Paz. Mais tarde foi eleito prefeito (1912-1913), e nunca deixou de exercer sua influência através da extensa parentela dos Junqueira que dominaria a política local até os anos 1930.

<sup>224</sup> ACMB. Livro de Atas. Vol. 1892-1898, 16-jan.-1896, pp. 69-70.

O incidente anterior daria início a inúmeras quizilas com o intendente, que chegaram ao ápice na análise da resposta a um requerimento seu dirigido à municipalidade, com respeito à fiscalização na construção de prédios na cidade, no qual Washington expunha a falta de eficiência que estava guiando a gestão da coisa pública:

(...) disse não considerar satisfeito o seu pedido com tal (...) informação em que diz o Fiscal já haver intimado o proprietário à murar a frente da casa em questão, quando o objetivo de seu pedido tinha sido o de verificar e mesmo impedir a construção de prédios fora das regras prescritas no Código de Posturas, nada, importando a sua colocação, seja ou não dentro do alinhamento, finalmente deixou a palavra o Dr. Washington, requerendo que ficasse a sua exposição constando ata ficando com isso mais uma vez demonstrado não ter o Sr. Intendente exata compreensão do cargo que ocupa.<sup>225</sup>

Outra polêmica aberta ocorreu na discussão do projeto de orçamento municipal para o exercício de 1897. Nesse momento, o envolvimento progressivo e apaixonado nos debates da Câmara havia conduzido Washington à condição de líder de seu grupo. Seus comentários nada satisfatórios dirigidos à situação anunciavam o grau de importância dado à questão financeira, como passo expressivo para consolidar um princípio defendido abertamente – a autonomia municipal:

Finalmente fez sentir a Câmara que a maioria dos vereadores eram eleitos pelo partido republicano Federal e que hoje em dia em que se tratava de discutir e votar a lei mais importante para o município, não compareceu um só sequer desses vereadores, membros da maioria, com o que denunciarão não terem para com o município que os elegerão a menor consideração e para com os cofres públicos igual prosperidade [ilegível] completamente indiferentes; achando pois, hoje nesta casa só representando o partido da minoria e por seus membros vereadores os quais a que se acham cumprindo com os deveres que contrairão para com o público e principalmente para com aqueles que os elegerão ...<sup>226</sup>

Ainda em 1897, o aprofundamento da crise no PRF provocaria o abandono do apoio das oligarquias estaduais, gerando mudanças significativas no quadro político. Isto deu alento às críticas da oposição à gestão perrefista em Batatais, destacando o caráter inócuo das melhorias urbanas empreendidas até aquele momento e o desprezo do governo estadual em relação à cidade.<sup>227</sup> Os reflexos na composição da Câmara

<sup>225</sup> Idem, 16-nov.-1896, p. 99.

<sup>226</sup> Idem, 30-nov.-1896, p. 102.

<sup>227</sup> Câmara Municipal. *A Lei*, Batatais, 3-abr.-1897, p. 1.

tornaram visível a insatisfação em favor dos oposicionistas, que elegeram vereadores seus nas vagas deixadas pela situação. Assim, com a maioria escolheram para presidir a edilidade o vereador Washington Luís.

O municipalismo embalava o discurso e a ação política do grupo que assumiu a liderança na Câmara de Batatais. Esse ideal compartilhado por muitas outras localidades paulistas do oeste, robusteceu-se diante das manobras perpetradas pelo governo estadual. Este, baseado na interpretação que dava aos artigos 58 e 59 da Constituição Estadual de 1891, que conferia funções tipicamente judiciárias ao poder político estadual, permitindo inclusive que deliberações e atos da municipalidade pudessem ser anulados pelo poder estadual, promoveu intervenções em diversas municipalidades.<sup>228</sup>

Os conflitos entre autoridades estaduais e as municipalidades se acirraram ao longo da década de 1890. A estratégia adotada pelo governo estadual foi então evitar enfrentamentos diretos e enfraquecer os municípios ao mantê-los sem recursos financeiros para administrar os problemas de ordem sanitária e outras necessidades prementes, que acabavam sendo supridos pelo cofre estadual, mediante barganha e negociação de favores.<sup>229</sup>

Em Batatais a situação diferia muito pouco das demais municipalidades cafeeiras: baixa arrecadação, pesadas dívidas e encargos cada vez mais onerosos. Essa cidade, controlada pelo poder privado dos coronéis, mantinha-se muitas vezes refém das doações e empréstimos de seus beneméritos. A administração pública, sujeita aos intercursos venais, quase nada poderia fazer com os minguados recursos de que dispunha para realizar obras necessárias e imprescindíveis de infra-estrutura. Nesse panorama, a defesa de princípios liberais, como a autonomia municipal e a superioridade do indivíduo sobre o Estado, por parte desses mesmos coronéis, pouco tinha a ver com a ortodoxia programática de setores do republicanismo, mas atendia à manutenção de seus interesses particulares.

A defesa do municipalismo pelo grupo liderado por Washington embutia no fundo uma estratégia comum na competição pelo controle da edilidade. O exercício retórico manifestado nas tribunas se complementava nos manifestos e nos artigos de opinião redigidos para os seus próprios jornais, havendo em tudo isso um projeto de

---

<sup>228</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., pp. 29-30.

<sup>229</sup> TELAROLLI Junior, Rodolpho. *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, pp. 205-6.

poder que se delineava, evitando os excessos ideológicos e apegando-se ao pragmatismo.

A permanência de Washington na presidência da Câmara foi curta, porém marcada pelos efeitos da crise do PRF em São Paulo. A perda momentânea de referenciais em tão curto prazo, mais uma vez acabou por afetar o volúvel alinhamento político no município. Foi aventada, por um instante, a idéia de organizar uma agremiação que unisse os grupos divergentes em virtude do pacto estadual articulado pelo presidente de Estado Campos Sales. Este passou estrategicamente a pressionar as municipalidades paulistas a aderirem ao governo para consolidar a hegemonia do PRP e anular a campanha municipalista conduzida pelo líder do PRF, Francisco Glicério, desgastando-a em suas bases.<sup>230</sup>

Os opositores de Batatais enviaram Altino Arantes como seu representante para um congresso realizado na capital, organizado por alguns deputados estaduais, que tinha como objetivo unir os grupos de oposição municipais em torno de um partido denominado Republicano Democrata. Essa malograda iniciativa acabou sendo rechaçada pelo temor que os opositores tinham de ser comandados pelo deputado federal Manoel Antônio Furtado, então seu mais temível adversário.<sup>231</sup>

Entretanto, muitos coronéis acabaram se aliando à situação estadual, no caso, ao diretório do PRP organizado pelo coronel Eduardo Garcia de Oliveira, receosos que estavam com os prejuízos que ao município adviriam da ausência de um partido que apoiasse o governo. Washington, parecendo pouco à vontade em meio à confusão estabelecida, resolveu renunciar à presidência em meados de 1897:

(...) tendo os últimos acontecimentos políticos federais, cujo histórico dispensa-se de fazer por serem bem conhecidas da Câmara, se refletiu na política local, na vida dos Partidos em Batatais, transformando-os, e conseqüentemente se refletindo no seio da Câmara, onde a maioria, atualmente, está em divergência política como o orador, visto que ele não interveio na formação dos novos partidos, vem entregar nas mãos da Câmara municipal o cargo de presidente que exerce por distinção dos dignos vereadores. Se bem que a Câmara municipal seja uma corporação meramente

<sup>230</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op.cit., p. 87. Para esclarecer melhor essa reviravolta é preciso dizer que antes da briga entre Francisco Glicério e o presidente da República Prudente de Moraes, que afetou o PRP, o nome do partido aparecia grafado nas atas de reuniões da comissão diretora como Partido Republicano Federal. Ver CARONE, E. & JUNQUEIRA, M. S. A. Atas do PRP. In: *Revista Estudos Históricos*. Deptº de História da F.F.C.L. de Marília, n. 11, 1972, p. 140.

<sup>231</sup> Sobre esse episódio consultar: A nossa atitude. *A Lei*, Batatais, 3-abr.-1897, p. 1 (este artigo é supostamente de autoria de Washington Luís); DEBES, Célio. Op.cit., p. 31; MARQUES, Altino Arantes. Op.cit., p. 19.

administrativa, o seu presidente exerce funções políticas e por conseqüência é um cargo de confiança da maioria da Câmara, e procedendo assim fornece aos dignos senhores vereadores ocasião para colocarem nesse alto posto, pessoa de sua inteira confiança...<sup>232</sup>

Esse estratagema permitiu-lhe testar a sua base de apoio no Legislativo municipal, algo que pareceu ter funcionado, pois o pedido foi recusado com veemência pelos colegas, que o mantiveram na presidência. A atitude seria a mesma após um outro pedido de renúncia, definitivo, apresentado em outubro do mesmo ano, quando seria realizada a eleição interna para escolha do substituto do cargo. A solução foi permutar de posição com o coronel Manoel Gustavino de Andrade Junqueira, tornando-se Washington o novo intendente.<sup>233</sup>

Investido nessa função executiva, deu início a um processo de modernização material sem precedentes na localidade. Alguns memorialistas o consideravam um dos administradores mais eficientes e atuantes que passaram pela cidade. Tambellini enquadra-se entre os que não pouparam elogios ao listar suas realizações:

Sua atuação caracterizou-se pelo descortino administrativo. Avantajou-se, de muito, ao seu tempo. Foi em determinado momento tão atualizado como a própria atualidade dos dias presentes. Uma prova disso: o seu intransigente ardor municipalista. (...) Realmente sua administração foi sóbria, profícua e atilada. Dentre o mais: organizou a escrituração municipal; reformou o serviço de águas; estabeleceu o serviço de limpeza pública; assim como dispensou desvelados cuidados à viação urbana e rural; não menos atenção mereceram-lhe os regimes eleitorais e tributário; e de igual modo, também amparou a instrução, instituindo o ensino primário municipal, ampliou a iluminação pública, construiu um mercado, bem como um matadouro, e, finalmente instalou o Paço Municipal.<sup>234</sup>

A referência sempre constante ao municipalismo parecia identificar um tipo de empreendedor público que buscava transformar esse discurso em ação efetiva. Altino Arantes, ao se referir ao mesmo assunto em discurso proferido por ocasião da inauguração de um grupo escolar em Batatais, em 1911, destacou o vínculo entre eficiência do Executivo municipal e a defesa dos interesses locais:

<sup>232</sup> ACMB. Livro de Atas. Vol. 1892-1898. 19-jul.-1897, pp. 133-4. Grifo nosso.

<sup>233</sup> Idem, 2-out.-1897, pp. 144-5; Intendência. *O Nacionalista*. 7-out.-1897, pp. 2-3.

<sup>234</sup> TAMBELLINI, J. Machado. Washington Luis – cidadão de Batatais! In: Washington Luís: homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: s.n., 1957, pp. 67-8.

Pode-se asseverar, com exatidão e sem que vá nisso a mais ligeira eiva de censura a quem quer que seja, que foi Washington Luís quem criou este ultimo cargo entre nós; pois, foi, na realidade, S. Exa. quem lhe acentuou o caráter, lhe imprimiu a atividade e lhe vivificou as múltiplas e importantes atribuições, de acordo com a índole do nosso regime constitucional e com as prerrogativas da autonomia local.<sup>235</sup>

Essas impressões deixadas nos contemporâneos podem ter sido reforçadas pela paisagem urbana de Batatais antes das intervenções do novo intendente, que segundo um outro memorialista, lembrava um imenso curral por onde transitava uma infinidade de animais, por ruas esburacadas e casarões com largos beirais, amplas janelas e portas de uma só folha.<sup>236</sup> Os poucos investimentos e obras relacionados a saneamento e salubridade mal davam para atender à demanda crescente de serviços públicos. O panorama lúgubre e carente de medidas higiênicas poderia permitir a difusão de focos de doenças epidêmicas, notadamente de varíola e febre amarela (que infestavam alguns distritos).

As necessidades da municipalidade eram imensas, o que não se poderia dizer das condições financeiras, que eram exíguas. As posturas de 1894 impunham diversas medidas para disciplinar os melhoramentos públicos e adequar a cidade a um novo patamar desejado de desenvolvimento, o que dependia de altos investimentos e da iniciativa de cumprir as normas, enfrentando reações as mais diversas.

O recenseamento de Batatais, cujo trabalho, iniciado em 1896, só foi concluído durante a gestão de Washington, dava conta de um crescimento populacional vertiginoso favorecido pela imigração intensiva. O município, que contava com pouco mais de 13 mil habitantes segundo o censo provincial de 1874, chegaria a quase 30 mil habitantes, estimativa que levava em conta a população dos distritos de Mato Grosso de

---

<sup>235</sup> “Discurso de Altino Arantes por ocasião da inauguração do G. E. Washington Luís.” In: *Ilustração Paulista*. São Paulo, 17-jun.-1911, p. 18.

<sup>236</sup> *Jean de Frans*, pseudônimo de José Augusto Fernandes, relata esta fisionomia rural de Batatais: “Cidade mal iluminada, nas noites sem luar, por escassos lampiões de luz bruxuleante. As vias públicas limitavam-se a cinco largos e poucas ruas: o centro, o coração da cidade, era o largo da Matriz, amplo retangular, tendo no centro, fazendo frente para a entrada da povoação, a igreja deselegante e chata, com duas torres esguias, rodeada de coqueiros e com enormes cruzeiros na frente e nos fundos (...) Não havia canalização de água, nem mesmo aqueles pequenos regatos que a Municipalidade fizera em outros tempos serpear pelos quintais, com os seus “anéis” e as suas “bicas”, precursores das penas d’água e das torneiras: era o poço, ou melhor, a cisterna, profunda, com o caixão, o sarilho e o enorme balde. Sargeteadas, somente a rua do Comércio, na parte entre o largo e a rua do Teatro, esta num pequeno trecho e a Municipal, até o córrego. O passeio, quando havia, era de pedras brutas, mal ajustadas. As praças apresentavam um labirinto de “trilhos”, cruzando o gramado imenso...”. FERNANDES, José Augusto. Op.cit., pp. 116-8.

Batatais (Altinópolis) e Ilha Grande (Jardinópolis) por volta de 1898. Desse montante residiam no município-sede 17.174 pessoas, das quais 13.537 (78,8 %) viviam na zona rural e 7.470 (ou 43,5 %) eram estrangeiras (35,4 % de nacionalidade italiana).<sup>237</sup>

Durante o período em que esteve na Intendência, Washington redigiu três relatórios, sendo que pelo menos dois foram publicados pela imprensa.<sup>238</sup> Apresentavam sucintamente uma discriminação técnica de serviços realizados e de gastos efetuados, além de pareceres acerca de estudos feitos para a resolução de problemas de ordem pública, a fim de serem apresentados como possíveis projetos à Câmara. Um discurso que foi enfatizado ao longo desses relatórios, parecendo conduzir toda a dinâmica das ações do intendente, dizia respeito sempre à defesa constante da autonomia, que se apresentava de diferentes maneiras, ora nas dificuldades da realização de obras públicas, ora nas medidas interpretadas como intervenção estadual no município, ou na ausência de apoio financeiro.

Desde o início de sua gestão, Washington atacou o problema da arrecadação, decretando a cobrança judicial da dívida ativa em atraso, com a contratação de um procurador que deveria divulgar os avisos a inúmeros recalcitrantes sonegadores de impostos. Foi implementada também uma reforma na Coletoria, passando a se adotar a escrituração mercantil para superar a dificuldade quase insuperável de determinar o *quantum* das despesas dos serviços públicos do sistema anterior. O funcionamento do mecanismo de arrecadação dependeu também de disciplinar os encarregados do serviço:

Impus aos empregados municipais o cumprimento exato de suas obrigações, sendo para isso necessário reformar continuamente o pessoal até encontrar empregados que compreendessem que os empregos eram lugares de trabalhos e não sinecuras mais ou menos rendosas.<sup>239</sup>

A receita municipal, que até 1894 não passava de pouco mais de 60 contos de réis, aumentou consideravelmente nos anos seguintes sob o efeito das novas posturas

---

<sup>237</sup> ACMB (*Recenseamento de 1896*, cx. 6); ACMB. Relatório do Intendente de 1º abr. 1898, caixa 8, p. 6;

<sup>238</sup> O primeiro foi publicado pelo *A Lei*, em 11 de dezembro de 1897, pp. 1-2; o segundo, em forma de balancete de prestação de contas, datado de 1º de abril de 1898, encontra-se no Arquivo da Câmara Municipal de Batatais, caixa 8; o terceiro e último foi publicado no suplemento de *A Penna*, de 13 de janeiro de 1899, pp. 5-21, com o título: *Relatório do Intendente Municipal apresentado à Câmara Municipal de Batataes em 1º de janeiro de 1899*.

<sup>239</sup> *Relatório do Intendente Municipal apresentado à Câmara Municipal de Batataes em 1º de janeiro de 1899*, pp. 6-7.

decretadas nesse mesmo ano, pois foram criadas novas fontes de receita gerada pelos serviços públicos urbanos e por um novo imposto, o agrícola e pastoril. Entre 1895 e 1898, a evolução do valor da receita foi respectivamente de 99, 110, 124 e 140 contos de réis, com poucos déficits verificados nas contas públicas.<sup>240</sup>

As modificações introduzidas por Washington colaboraram para manter esse equilíbrio, evitando a tomada de empréstimos onerosos, como o de 1895 no valor de 50 contos de réis, destinado às obras de canalização de água do córrego dos Peixes.

Esse serviço foi abandonado ainda no início, durante a gestão de Celidônio, sendo retomado por Washington em fins de 1897. O engenheiro José Niederkruker, que havia feito o levantamento da planta da cidade, realizaria o término da canalização do córrego dos Peixes, que contou com um pequeno auxílio estadual de 5 contos em canos.<sup>241</sup>

Tal quantia, segundo *A Lei*, havia sido obtida pelo representante do diretório do partido governista local, Altino Arantes, como “cumprimento de promessa” política<sup>242</sup>, fato que motivou um extenso editorial publicado em *O Nacionalista*, supostamente escrito pelo vereador Renato Jardim. Este criticava a municipalidade, caracterizando a oferta como mera troca de favor, tendo em vista barrar um projeto de desmembramento encaminhado pelos moradores do distrito de Jardimópolis, que estava sendo analisado pelo Congresso Estadual. No entender de Jardim seria necessário que se “oferecesse ao governo o mesmo número de votos pelo qual Jardimópolis havia contratado a sua elevação a município, para que mantivesse a integridade do nosso território...”<sup>243</sup>

A resposta veio rápida e foi publicada em destaque pelo *A Lei* que justificava o posicionamento da administração. Buscava afastar a municipalidade da alegação levantada pelo *O Nacionalista* argumentando que a Câmara era titular de um direito que encontrava na prática dificuldade em ser satisfeito:

Autonomia municipal não quer dizer isolamento dos municípios, e, por ser município, não deixa de ser parte do Estado; não há despesas estaduais que não sejam feitas em municípios, porque o Estado não é mais que o agregado de municípios; o infinitamente pequeno que a

<sup>240</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. Op.cit., pp. 79-81.

<sup>241</sup> RELATÓRIO do Intendente *Municipal de Batatais*, de 1º de abr. de 1898, pp. 2-3. ACMB. Caixa 8. Em requerimento dirigido à Câmara, Martinho da Rosa ofereceu para fazer a sua custa a ligação dos encanamentos das águas dos córregos do Peixe com as do córrego do Capão, mas não houve conhecimento da resposta. ACMB. Atas da Câmara. Vol. 1892-1898. 25-fev.-1897, p. 115.

<sup>242</sup> Reportagem. *A Lei*. 18-dez.-1897, p. 2.

<sup>243</sup> A Esmola. *O Nacionalista*. 23-dez.-1897, pp. 1-2.



Câmara vai receber não a coloca em posição humilhante, desagrada, sim, quem, tendo obrigação de entrar com bastante, entra com quase nada.<sup>244</sup>

Esse posicionamento situava o princípio da autonomia municipal de uma maneira mais realista, dentro do contexto republicano, pois a total emancipação local só poderia ser aventada no plano teórico, tendo em vista a situação de carência financeira, determinada, de um lado, por restrições significativas impostas pela Constituição à capacidade tributária municipal, e de outro, pelo centralismo derivado do regime federativo.<sup>245</sup>

Na tentativa de encerrar o imbróglio, Washington propôs como solução definitiva a associação dos interesses para melhorar o resultado de outros empreendimentos urbanos em andamento:

É nossa opinião que não precisamos de mais autonomia: precisamos, apenas, dos meios de a realizá-la. Sobra às municipalidades atribuições, que abrangem a instrução pública, a polícia, saneamento, etc., etc., o que lhes falta é dinheiro para exercê-los. Entendemos que a campanha deve ser dirigida no sentido de se aumentarem as rendas municipais.<sup>246</sup>

O intendente tornou mais técnica a gestão municipal, empenhando-se em resolver questões, como a necessidade de aumento da captação de água potável e sua canalização na cidade, de maneira bastante pragmática. Passou então a contratar o serviço de engenheiros, médicos sanitaristas e outros profissionais aos quais se encomendavam estudos e pareceres. Essa sistemática mudou a rotina dos trabalhos da Câmara, uma vez que Washington passou a redigir projetos e relatórios apoiado sempre na opinião desses especialistas e em suas próprias pesquisas, coligindo dados e informações minuciosas.

Assim, deu prosseguimento ao serviço de distribuição de água, etapa que empregaria altas somas, contratando um empreiteiro experiente, Rasmus Rasmussen. A área no entorno do Largo da Matriz e a extensão das ruas que faziam a ligação com a estação ferroviária, a rua da Estação e o Largo do Castelo tiveram o privilégio de receber esse melhoramento.<sup>247</sup>

---

<sup>244</sup> *A Lei*. 25-dez.-1897, p. 1.

<sup>245</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. *Op. cit.*, p. 143.

<sup>246</sup> *A Lei*. 18-jan.-1898, p. 2.

<sup>247</sup> *RELATÓRIO do Intendente Municipal de Batatais*. *Op. cit.*, p. 3.

O trabalho, concluído no início de 1898, despendeu uma verba de 18:193\$600 réis com a abertura de 91 penas d'água (ou veios, na partilha), com capacidade de fornecimento diário de cerca de 400 litros para cada habitação, à razão de 6\$000 réis mensais. Reparos no sistema de canalização de outro córrego, o Capão, aumentaram significativamente esses gastos.<sup>248</sup>

Ao final, as despesas com canalização de água acabaram constituindo-se em um dos maiores investimentos públicos da municipalidade na década de 1890, chegando a um montante aproximado de 171 contos de réis ou 30,2 % da despesa do período, que foi de 568 contos de réis.<sup>249</sup>

A preocupação do poder público em evitar a propagação de doenças epidêmicas e os cuidados com o estado sanitário na localidade baseavam-se na teoria dos miasmas ou do contágio, segundo a qual as pestilências urbanas seriam resultantes de certas condições ambientais (atmosfera, clima, circunstâncias locais, ausência de tratamento de esgoto e lixo, suprimento precário de água, habitações sem ventilação e superlotadas, etc.). Assim sugeriam-se ações concretas de caráter local sobre os focos geradores dos miasmas.<sup>250</sup>

Muitas prescrições nesse mesmo sentido podiam ser encontradas no código de posturas de 1894, e outras foram intensamente debatidas pela câmara, no intuito de regular a circulação de pessoas e o funcionamento de atividades urbanas como por exemplo: cemitérios, fábricas, açougues, comércio varejista, venda ambulante de gêneros alimentícios, circulação de animais na área urbana, normas de construção e reformas de edifícios particulares, etc.

Nessa mesma época o pedido de emancipação proposto pelos moradores do antigo distrito de Ilha Grande foi aprovado pelo Congresso Estadual. O novo município de Jardinópolis desmembrou-se de Batatais. A perda de receita gerada seria contrabalançada pelo incremento dos impostos e de outras fontes de renda geradas com

---

<sup>248</sup> “O rompimento do açude do córrego do Capão, que provocou a paralisação momentânea do fornecimento de água, tornava crítica uma situação de insuficiência, resolvida com o aumento da captação em novas áreas. Da canalização desse córrego seriam concedidas 30 penas d'água e abastecidos cinco chafarizes públicos até o final da administração de Washington.” *RELATÓRIO do Intendente Municipal apresentado à Câmara Municipal de Batataes em 1º de janeiro de 1899*. Suplemento. *A Penna*. 13-jan.-1899, pp. 17-8.

<sup>249</sup> *RELATÓRIO do Intendente Municipal de 1º abril de 1898*. ACMB. Caixa 8. *Livro de Despesas da Canalização do Córrego dos Peixes (1897-1898)*.

<sup>250</sup> HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec-Anpocs, 1998, pp. 50-9.

a implantação de novos serviços públicos como: a canalização de água, o novo matadouro e o mercado municipal.<sup>251</sup>

Com o fluxo comercial e o adensamento populacional na área central, as ruas passaram a ser vistas como vias privilegiadas de trânsito. A municipalidade passou a deter-se com mais afinco na manutenção e no conserto de ruas e largos. Procurava-se superar a forma inadequada como era então feito o serviço, que consistia simplesmente na colocação de terra nos buracos cavados pelas enxurradas.

O intendente fez algumas considerações a respeito dessas dificuldades em virtude da topografia desfavorável da cidade, que tornava difícil a conservação das vias urbanas nos tempos das chuvas. A solução tomada foi a da colocação de sarjetas de pedra e o abaulamento da superfície de vários trechos para facilitar o escoamento de águas pluviais.<sup>252</sup> Para completar estabeleceram-se medidas visando à obrigatoriedade, para proprietários de terrenos e casas nas ruas onde houvesse sarjetas prontas, de calçar seus respectivos passeios.<sup>253</sup>

As dificuldades de conservação de certos trechos começaram a ser resolvidas já em fins de 1897. Na abertura de concorrência pública, que se tornou uma constante em outras obras, venceu a proposta do empreiteiro Manoel Antônio Alves. Privilegiou-se inicialmente a área central, de acordo com o segundo relatório do intendente.<sup>254</sup> A municipalidade intensificou o serviço, gastando até o início de 1899 aproximadamente 21 contos de réis, tendo coberto cerca de 2.800 metros de ruas que, somados aos já existentes, totalizaram 5.100 metros.

Washington encomendou estudos para a aplicação de um sistema de remoção de esgotos do interior das habitações, que embasou a Lei nº 74, de novembro de 1897, que autorizava a substituição das latrinas de fundo de quintal por fossas de tipo móvel, de acordo com sugestão do higienista Gualter Pereira, tendo em vista os altos custos de montagem de uma rede e sua manutenção adequada.<sup>255</sup> A escolha das fossas móveis prendia-se a dois fatores: o reduzido gasto de execução e a remoção dos resíduos, que seria feita por carroças comuns, revestidas internamente de zinco; e a praticidade e, ao mesmo tempo, a funcionalidade apresentada.

---

<sup>251</sup> *RELATÓRIO do Intendente Municipal*. Op.cit., p.8.

<sup>252</sup> *RELATÓRIO do Intendente* de 1º-abr.-1898, op. cit., p. 7.

<sup>253</sup> ACMB. Atas da Câmara. Vol. 1892-1898, 1º-fev.-1898, p. 163.

<sup>254</sup> *RELATÓRIO do Intendente* de 1º de abr. de 1898, op. cit.

<sup>255</sup> *Idem*, p. 14.

Além de garantir a continuidade dos diversos serviços iniciados em gestões anteriores e aumentar a eficiência da administração municipal, o intendente Washington procurou aparelhar a cidade de uma infra-estrutura de abastecimento e de serviços públicos. Dentro dessa mentalidade foram investidos fartos recursos para a construção de um novo matadouro e do mercado, após intensa campanha feita pelos periódicos. Estes criticavam também a inconveniência de o único prédio público na cidade, a cadeia, abrigar inúmeras funções, e acabou sendo demolido. A reforma do teatro, a compra de um prédio para a instalação do Paço Municipal e a ampliação e troca do sistema da iluminação pública compuseram um amplo rol de melhoramentos urbanos introduzidos, que condiziam com as transformações que se faziam sentir em quase todas as localidades da zona da Mogiana.<sup>256</sup>

Outro aspecto assinalável foi o da diversificação e concentração de atividades urbanas e negócios no município de Batatais. Muitos desses eram controlados por imigrantes italianos, indo de empreendimentos ligados a bens de consumo e prestação de serviços até atividades com ligação indireta ao comércio do café. A importância da presença de estrangeiros para a dinamização de alguns setores podia ser percebida, por exemplo, na construção civil, em que destacavam como construtores e empreiteiros de obras particulares e públicas.

O número de prédios urbanos praticamente duplicou no fim do século XIX, passando de 420 edificações em 1891, para quase 800 em 1898, fato que demonstrava também que a cidade passava a figurar como clara alternativa para uma boa parte desses imigrantes.<sup>257</sup>

Em abril de 1897 a municipalidade mandou levantar uma planta e fazer o respectivo orçamento para a construção de um novo matadouro, uma vez que o antigo encontrava-se em péssimas condições higiênicas. O serviço foi realizado por Ângelo Bonvicino, de acordo com a Lei Municipal n.º 54, adquirindo a municipalidade dois alqueires de terras junto ao córrego do Lageado.<sup>258</sup> A concorrência para o serviço foi

---

<sup>256</sup> O nordeste paulista, com algumas pequenas alterações até a década de 1880, se constituía de seis municípios (Franca, Batatais, São Simão, Cajuru, Ribeirão Preto e Igarapava), com uma população em torno de 63.229 habitantes; com os sucessivos desmembramentos aumentou para 13 municípios em 1900, enquanto a população triplicou, chegando a 186.165 habitantes, fato, aliás, que não iria se repetir durante todo o século XX na região.

<sup>257</sup> *RELATÓRIO do Intendente* de 1º de abril de 1898, op.cit., p. 11.

<sup>258</sup> *A Lei* n.º 69, de 4 de dezembro de 1897, aprovou este ato da Intendência.

disputada, e entre as propostas existentes foi escolhida a do empreiteiro de obras José Zampieri.<sup>259</sup>

A despesa total, que incluiu também a desapropriação de mais um alqueire de terra para a estrada do matadouro, elevou o montante a 25:566\$000 réis, não sendo medidos gastos para dotar a construção de todas “as condições higiênicas, com abundância de água canalizada, com todas as comodidades para a matança”, acrescentando ainda que foi exigido dos cortadores adoção de carroças cobertas e revestidas de zinco internamente, para o transporte de carne.<sup>260</sup>

Em junho do ano seguinte era inaugurado o novo matadouro pelo cônego Joaquim Alves Ferreira, aproximadamente na mesma época em que os primeiros ocupantes do bairro do Potreiro tomavam posse de seus lotes. O escoamento da produção dos moradores desse novo bairro, originalmente criado em área suburbana para fins de abastecimento, iria ser um foco de preocupações para a municipalidade em virtude da inexistência de um local fixo para o comércio de gêneros que pudesse ser fiscalizado e controlado, por ser feito na beira de estradas.

Washington conseguiu a aprovação de uma lei permitindo a confecção de um outro projeto para um mercado público. Aberta a concorrência, foram estabelecidas as mesmas vantagens oferecidas na da construção do matadouro, como a concessão de 20 anos de privilégio para uso e gozo por parte do proponente que fosse aceito, recebendo ainda os emolumentos de localização e os aluguéis dos cômodos.<sup>261</sup>

Diante da inexistência de propostas, o intendente resolveu fazer o melhoramento por conta dos cofres municipais. Ao justificar a escolha do local para a construção, tornou explícita sua intenção saneadora, pois o Largo do Rosário apresentava, entre outras vantagens, a proximidade com o centro e também com o córrego do Capão, permitindo a derivação fácil de limpeza e abundância de água. A previsão de embelezamento da área visava a facilitar o acesso dos consumidores.<sup>262</sup> A obra foi realizada pelo mesmo empreiteiro que havia construído o matadouro, e incluiu levantamento do edifício, além de muros, escadas, paredões e nivelamento do terreno.

Inaugurado no início de 1899, o mercado municipal apresentava algum encanto por conta de sua fachada com colunas dóricas, e pelo telhado coberto por duas águas de telhas francesas, o que o tornava muito semelhante ao congênere paulistano

---

<sup>259</sup> ACMB. caixa 11/12 (1898).

<sup>260</sup> Relatório de 1899, p. 16.

<sup>261</sup> ACMB. Relatório do Intendente de 1º-abr.-1898. Op.cit., pp. 10-1.

<sup>262</sup> Relatório de 1899, op.cit., pp. 20-1.

demolido em 1907.<sup>263</sup> Uma outra novidade introduzida por Washington foi o estabelecimento de feiras realizadas trimestralmente para a venda das “produções agrícolas, industriais e criações”, visando a estimular a concorrência e melhorar o abastecimento local.<sup>264</sup>

A Cadeia Pública, construída em 1888, encontrava-se em deplorável estado de conservação e solidez, apresentando comprometedoras rachaduras laterais e de fundo, ameaçando ruir. O edifício era composto de dois pavimentos, sendo que o térreo era ocupado pelas enxovias, corpo da guarda e dormitório dos soldados, enquanto no superior, composto de uma sala, dois quartos e um quartinho, funcionavam conjuntamente o Fórum, as sessões da Câmara e as repartições municipais atulhando intensamente os serviços no reduzido espaço disponível. Em junho de 1898 foram autorizadas as obras indispensáveis de manutenção, adiando-se as referentes ao aumento da cadeia, que somente se realizaram em 1900.

A necessidade de um estabelecimento próprio para o funcionamento da Câmara Municipal e repartições começou a ser resolvida com uma autorização dada ao intendente, no início de 1898, para alugar um imóvel no centro da cidade. Washington, no entanto, resolveu realizar a compra de uma residência oferecida pelo coronel Martinho Ferreira da Rosa no Largo da Matriz, a um preço razoável e em condições favoráveis de pagamento.<sup>265</sup> Enquanto isso, as audiências do juiz e as sessões do júri foram transferidas para as dependências do Teatro Municipal. A Câmara aprovou uma verba de quatro contos destinada a reformas e ampliações em sua estrutura, e também para a compra de mobiliário em setembro de 1897.<sup>266</sup>

A cidade convulsionada chegava ao fim da administração de Washington totalmente remodelada, senão reconstruída por um razoável número de obras em curto espaço de tempo, apesar das dificuldades financeiras. A demonstração do ilimitado nessa ação demonstrava a superação da perspectiva meramente política em que se encerrava a luta pela autonomia municipal, reforçada por atos inovadores, como o da criação de intendências distritais, contando com orçamento próprio e direito de deliberação na Câmara, medida de descentralização administrativa.

---

<sup>263</sup> DUTRA, Maria Stella Teixeira Fernandes. *A Arquitetura de Batatais (1880-1930)*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, v. 1, pp. 146-50.

<sup>264</sup> Lei n. 103, de 8 de abril de 1899. TAMBELLINI, J. Machado. Washington Luis – cidadão de Batatais! In: Washington Luís: homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Op. cit., p. 67.

<sup>265</sup> ACMB. Atas da Câmara. Vol. 1892-1898. 19-fev.-1898, pp. 164-6.

<sup>266</sup> Idem, op.cit., pp. 140-1.

Esse sucesso inicial como gestor público deu um impulso à longa carreira pública de Washington. Em 1911 ele voltou à cidade para a inauguração de seu primeiro grupo escolar. Nessa ocasião, o então secretário da Justiça e Segurança Pública do Estado foi especialmente homenageado, batizando com seu nome o estabelecimento de ensino. Em seu discurso de agradecimento lembrou que um de seus últimos atos como intendente relacionava-se à instrução pública: a aplicação de um projeto e regulamento, apresentado pelo vereador Renato Jardim em 1899, no qual se propunha a municipalização do ensino primário.<sup>267</sup>

---

<sup>267</sup> Renato Jardim ocupou a intendência municipal no início de 1900 em decorrência das ausências prolongadas de Washington Luís. Permaneceu nesse cargo até 1904. In: PEREIRA, Robson Mendonça & MAGALHÃES, Sônia Maria de. *Op.cit.*, p.63.

### 2.3 Breve e prolífica passagem pelo Congresso do Estado

O sucesso administrativo alcançado por Washington deveu-se também a estratégias políticas muitas vezes arriscadas. Sua recondução à intendência por mais um triênio ocorreu após um atribulado pleito realizado no final de 1898. O motivo que levou ao conflito político conhecido como “questão autonômica” foi a interpretação dada à Lei estadual nº 531, de 21 de junho de 1898, que unificava os pleitos municipais e sua periodicidade.<sup>268</sup> Por entender que esse ato feria a autonomia da municipalidade para regular seu próprio regime eleitoral, o intendente decidiu divergir, seguindo uma decisão aprovada anteriormente por ato da Câmara.<sup>269</sup>

Imediatamente as forças políticas locais se polarizaram. O intendente, que contava com maioria na Câmara, além do apoio de influentes coronéis, organizou um partido propriamente chamado de “Autonomista”. Os defensores da obediência à lei estadual formaram o partido “Governista”, sob o comando do coronel Eduardo Garcia de Oliveira e de Altino Arantes, chefes do diretório do PRP.

Para acirrar os ânimos, a Câmara prorrogou as eleições para um dia próximo ao designado pelo Estado, fato que poderia provocar conflitos violentos com cada parte, arregimentando coronéis e capangas para garantir a vitória nas urnas, pois os precedentes nos casos de duplicidade na Câmara apontavam para isso. Entretanto, os ataques entre os grupos se limitaram aos periódicos. Os candidatos governistas abstiveram-se da eleição conduzida pelos autonomistas, e estes, temendo uma derrota judicial, participaram da segunda eleição mas saíram derrotados.

No início de 1899, um recurso interposto por Altino<sup>270</sup> obteve provimento por maioria de votos do Tribunal de Justiça do Estado que, através de acórdão, anulou a eleição autonomista e ordenou a posse dos eleitos em outubro. Mas um detalhe significativo acabaria mudando o resultado final: um dispositivo da lei reguladora das eleições municipais proibindo a posse de parentes consangüíneos e afins. Como o mais votado havia sido o autonomista Vitor Aurélio do Carmo, tornava-se inviável a posse

---

<sup>268</sup> RELATÓRIO do Intendente Municipal de 1899, op.cit., pp. 2-3.

<sup>269</sup> Lei Municipal nº 28, de 8 de julho de 1895, conf. RELATÓRIO do Intendente Municipal de 1899, op.cit., p. 2.

<sup>270</sup> *Cópia dos autos de Recurso interposto pelo Doutor Altino Arantes Marques e outros, contra a Camara Municipal de Batataes em dez de janeiro de 1899.* ACMB. Caixa 13/14.



dos governistas que vinham em seguida: o próprio Altino, seu cunhado, e Manoel Teodolindo do Carmo, seu irmão.<sup>271</sup>

Esse precedente fortaleceu a liderança política de Washington, dando-lhe alento para investidas mais pretensiosas. Por isso acolheu muito bem sua escolha para presidir o recém-criado Clube da Lavoura de Batatais, mesmo sem ser proprietário, tendo em vista o valioso apoio dos fazendeiros para uma possível investida no cenário regional.<sup>272</sup>

Essa procura por representantes mais graduados partia principalmente dos cafeicultores, que se arregimentavam em todo o Estado, em meio a um clima de grande insatisfação em relação ao governo estadual, que encontrava dificuldades para contornar os efeitos da crise no setor cafeeiro iniciada em 1896. Nesse mesmo ano, uma queda drástica no preço internacional da saca de café, iniciada a partir de 1894, acentuou o problema da superprodução, gerado pela expansão financeira do período do Encilhamento (1890-91) que estimulou a criação de novos cafezais. Como a queda nos preços não era acompanhada por um aumento proporcional no consumo, a tendência era que se agravasse o prejuízo dos endividados fazendeiros, continuamente explorados por atravessadores (comissários e exportadores), que se beneficiavam das flutuações de preços abocanhando a maior parte do lucro gerado pelos negócios do café.<sup>273</sup>

Para piorar, a política cambial praticada pelo ministro das Finanças Joaquim Murinho, no governo de Campos Sales (1898-1902), divergia frontalmente dos interesses dos produtores. A valorização do mil-réis objetivava melhorar a situação do passivo externo da União, e ao mesmo tempo recobrar a capacidade de endividamento público; contudo, os cafeicultores que recebiam em moeda estrangeira pelo que exportavam, acabavam prejudicados, pois seus custos calculados em moeda nacional aumentavam demasiadamente.

Com isso formou-se uma enorme pressão por parte do setor, para que se adotassem medidas para a valorização do café “por meio de uma intervenção no mercado internacional”, pois a posição dominante do Brasil como produtor poderia ser usada para sustentar uma elevação artificial dos preços. A inação do governo paulista

---

<sup>271</sup> O impedimento legal estava previsto no parágrafo único do art. 15 da Lei Municipal n.º 98 de 9 de agosto de 1898, que regulava as eleições municipais de Batatais. Cf. FERNANDES, José Augusto. *Op.cit.*, p. 185.

<sup>272</sup> DEBES, Célio. *Op.cit.*, p. 45.

<sup>273</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha – I – Instituições e classes sociais*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975, pp. 34-8. LOVE, Joseph. *Op.cit.*, pp. 71-2.

conduziu a uma instabilidade nas bases do PRP, porquanto boa parte de seu contingente eleitoral estava na lavoura.<sup>274</sup>

Os clubes da lavoura corresponderam a um primeiro estágio de organização dos proprietários nos municípios. Esses mesmos núcleos permitiram a sustentação necessária à fundação de um Centro dos Lavradores em 1899, que previa em seu manifesto a organização de um partido para eleger representantes diretos dos interesses da classe no Congresso do Estado. Resultou disso a constituição do Partido da Lavoura, que contava de antemão com o apoio do influente *Correio Paulistano*, nessa época rompido com o PRP.<sup>275</sup>

O Partido da Lavoura arregimentou o apoio dos municípios paulistas em um programa estratégico, reivindicando entre outros pontos: a proteção do Estado à cafeicultura, o restabelecimento do crédito agrícola ao segmento, a sustentação de maiores prerrogativas à autonomia das municipalidades e a restrição ao poder de intervenção estatal nas localidades.<sup>276</sup>

Animado com circunstâncias que julgava favoráveis, Washington aceitou lançar-se candidato a deputado pelo Partido da Lavoura no 7º distrito, para as eleições federais que ocorreriam no final de 1899. Francisco Glicério, o inimigo político de anos antes, foi o nome de peso que os correligionários escolheram para fazer companhia na chapa. O PRP, por seu lado, apresentou Alfredo Ellis como seu mais forte candidato na Alta Mogiana, ladeado pelo coronel Arthur Diederichsen, de Ribeirão Preto, e José Manuel de Azevedo Marques, advogado que atuava em Batatais, embora residente na capital. Apesar da vitória da lavoura em importantes municípios da região, não houve vitória em muitos outros, não se conseguindo consolidar os votos necessários para eleger dois deputados.<sup>277</sup>

---

<sup>274</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op. cit., pp. 88-9.

<sup>275</sup> A constituição do Partido da Lavoura daria origem a uma das mais fortes cisões no PRP, levando figuras como Francisco Glicério e monarquistas a retornar a oposição. Depois de 1899 a crise da lavoura persistia, porém centrada em outro foco na “busca de soluções com o governo e o seu partido”. A marginalização de Prudente de Moraes e Cerqueira César (ambos candidatos à sucessão federal e estadual lançados pelo grupo liderado por Júlio de Mesquita), por Campos Sales, que preferia os nomes de Rodrigues Alves e Bernardino de Campos, acabou por rachar a comissão diretora do partido levando a formação de dois blocos: o grupo governista “oligarquia” e o dos “dissidentes” um crítico feroz da política dos governadores (que Campos Sales chamava de “Política dos Estados”). Idem, pp. 94-5; pp. 100-1; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 215; CARONE, Edgard. Op.cit., pp. 185-8.

<sup>276</sup> DEBES, Célio. Op.cit., pp. 45-9.

<sup>277</sup> Idem, p. 49; FERNANDES, José Augusto. *op. cit.*, p. 188. Ao comentar sobre os mecanismos utilizados pelo governo estadual para garantir a vitória nos pleitos municipais, Love cita uma carta publicada por Washington e Glicério no *Correio Paulistano*, em janeiro de 1900, no qual afirmavam que

Essa foi a única vez em que Washington saiu derrotado num pleito eleitoral. A dura lição que teria aprendido com o episódio forçou-o a rever sua estratégia de integração à política estadual. Era preciso avaliar melhor o panorama político que se modificava rapidamente, e tornava-se vital a percepção de que a sobrevivência política na oposição estava se tornando impossível. A progressiva transformação do PRP em partido de governo ou instância da burocracia estatal era reforçada pesadamente por instrumentos que garantiam o seu monopólio. A concessão de favores e de todas as benesses na situação local era correspondida com o apoio incondicional ao governo estadual, confirmado nas eleições, quando os coronéis apelavam para todo tipo possível de desmandos, fraudes e ilicitudes. A Comissão de Verificação de Poderes no Congresso Estadual impedia a posse de lideranças indesejáveis.

Inteirado desses dilemas, restava a Washington como alternativa a adesão ao mesmo pragmatismo político que adotara enquanto ocupava a administração municipal em Batatais. A oportunidade apareceu por meio de seus contatos na capital. Sua inserção na rede de sociabilidade das famílias paulistas de elite foi facilitada por seu primo Everardo Vallim, casado com uma Paes de Barros, filha dos poderosos barões de Piracicaba. Além disso, Washington travou forte amizade com João de Oliveira Barros, outro filho dos barões. Em suas freqüentes visitas à sede do clã veio a conhecer sua futura esposa, Sofia, com que se casou em março de 1900.

A mudança para a capital se efetivou em outubro do mesmo ano, sendo que para isto teria influído uma possível recomendação para integrar a chapa oficial do PRP nas eleições estaduais para o triênio 1901-1903. Uma carta de Everardo comentando uma conversa que teria travado com João Álvares Rubião Júnior, membro da poderosa Comissão Executiva, provavelmente levou Washington a acreditar que estava na iminência de alcançar o intento frustrado do ano anterior. Na mesma carta o primo oferecia importantes conselhos preventivos, considerando de antemão os antecedentes políticos pouco recomendáveis de Washington:

Será para V. uma doce vitória, e farás ver aos amigos que o lugar te foi oferecido, que não é razoável recusá-lo, visto de dentro poderes fazer alguma coisa, ao passo que na dispendiosa oposição, todos já sabem que ... é só gastar dinheiro, tempo, saúde, perder amigos, clientela, etc. – e tudo isso sem uma mínima compensação.<sup>278</sup>

---

“somente os que votassem nos candidatos indicados pela comissão executiva do PRP seriam considerados para empréstimos do Banco de Crédito Real.” LOVE, Joseph. Op.cit., p. 179.

<sup>278</sup> Cartas de Everardo V. Pereira de Sousa, s. l., 8-out-1900 *apud* DEBES, Célio. Op.cit., p. 50, nota 176.

Todavia, o convite formal não chegou a ser feito. Ele montou um escritório de advocacia na capital com seu concunhado, Álvaro de Sousa Queirós. Para preencher a escassez de causas e de clientes, Washington se dedicava a pesquisas particulares no Arquivo do Estado de São Paulo, vindo daí o seu interesse pela história paulista. Em 1901 tornou-se sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vindo a publicar alguns artigos em sua revista e também no jornal *Correio Paulistano*, entre 1900 e 1904. Nesse período conviveu estreitamente com a elite intelectual e política paulistana. Estava certamente preparando terreno a uma indicação efetiva para as eleições estaduais de 1903. A essa altura, acreditava, os problemas relacionados à eleição de 1899 estariam arrefecidos, tornando-se uma preocupação cada vez mais distante. Sinais precisos disso podiam ser percebidos, por exemplo, na reconciliação de Francisco Glicério com o PRP após a cisão de 1901. Um outro ponto favorável seria a presença de João Batista de Melo Oliveira, tio de sua esposa, na Comissão Executiva do partido, reforço aumentado com a indicação para compor chapa com Jorge Tibiriçá na vice-presidência de Estado em 1903.



**Figura 1** – Descendência da Baronesa de Piracicaba. Washington encontra-se à direita da baronesa, que está sentada ao centro. Fonte: DEBES, Célio. *Washington Luís: primeira parte: 1869-1924*. São Paulo: IMESP, 1994, p. 211.

A divulgação da lista dos candidatos a deputado estadual do PRP para legislatura de 1904-1908 confirmava o nome de Washington Luís, afastando qualquer

receio sobre seu passado oposicionista e definindo seu ingresso nos braços do oficialismo perrepista.

A eleição estadual deu-se sem muitos acidentes de percurso. Os ainda ativos dissidentes de 1901 haviam desistido de lançar candidato próprio. Apesar disto, havia um clima de grande mobilização na lavoura: uma rebelião monarquista estourara no interior paulista em 1902<sup>279</sup>, pregando a derrubada de Campos Sales e Bernardino de Campos (o movimento seria controlado pelo governo), enquanto no Congresso Agrícola de 1903 se intensificavam os protestos, dando alento a propostas radicais, como a sugestão de decretação de moratória por parte dos fazendeiros endividados.<sup>280</sup>

Escolhido por sua incompatibilidade com os dissidentes na sucessão estadual, Jorge Tibiriçá produziu expectativas positivas entre os cafeicultores (reforçadas pela indicação de Afonso Pena para a sucessão de Rodrigues Alves), por suas ligações com o setor e pela obstinação em resolver a grave crise que se abatia nesse meio. Essas esperanças se consolidaram com as primeiras providências concretas para a valorização do café, a partir de 1905, ratificadas com o Convênio de Taubaté em 1906. Em seu programa de governo, Tibiriçá encampou as reformas preconizadas pela dissidência, como a urgente revisão da Constituição Estadual (paralisada em 1901) e do regime eleitoral. Por fim, compôs seu secretariado com “nomes simpáticos à oposição”.<sup>281</sup>

Nessa área efervescente, Washington tomou posse assumindo uma das cadeiras na sessão solene de instalação do Congresso Estadual, em 7 de abril de 1904. Escolhido como membro da Comissão Permanente de Instrução Pública da Câmara, teve atuação escassa nesse campo.<sup>282</sup> Suas principais intervenções nas sessões legislativas se deram no âmbito da discussão sobre a autonomia municipal, dada a sua experiência nesses debates e nas convicções que desenvolvera desde a intendência em Batatais.

---

<sup>279</sup> JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Op.cit., pp. 220-42. A autora descreve minuciosamente esse movimento como predominantemente monarquista e paulista, liderado por coronéis descontentes com a derrota nas eleições municipais de 1901 e com a degola promovida pelo PRP em seus municípios. Seus interesses estavam de ligados ao dos dissidentes, nos protestos contrários a política financeira de Campos Sales levantados pelos grupos monarquistas que se reorganizaram em São Paulo em fins de 1898.

<sup>280</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op.cit. pp. 116-22.

<sup>281</sup> Idem, pp. 123-5.

<sup>282</sup> Câmara dos Deputados do Estado de S. Paulo. *Anais da Sessão Ordinária de 1904* (1º ano de 6ª Legislatura) organizados pelos Taquígrafos Horacio Sabino e Numa de Oliveira, s.l., s. e., 1905, p. 35. Comissão constituída também por Antonio Martins Fontes Júnior e Mario Tavares. A presidência da Câmara coube a J. A. Rubião Júnior.

Na sessão de 20 de maio mostrou-se contrário ao parecer da Comissão de Justiça para um projeto de resolução revocatória que declarava nula uma lei municipal da Câmara Municipal de São Paulo dos Agudos, que “havia elevado a sua sede de vila a cidade”, e elevado o número de vereadores de seis para oito. Para Washington, a municipalidade teria o direito de se organizar sob forma diferente da estabelecida, conforme dispunha a Lei Orgânica dos Municípios Paulistas (Lei nº 16, de 13 de novembro de 1891). O deputado Antônio Lobo, membro da comissão, de sua parte alegava má-fé por parte da edilidade local, que teria aumentado o número de vereadores sem proceder à realização de um recenseamento regular, pré-requisito exigido pela mesma lei; dizia ainda que o último censo realizado na cidade indicava estar abaixo do limite para a existência legal para um município. O projeto foi aprovado sem debate.<sup>283</sup>

O tema da formação dos quocientes eleitorais para os pleitos municipais e estaduais levaria Washington a apresentar no ano seguinte um projeto pedindo a realização imediata de um recenseamento da população paulista. Justificava sua proposta em face da imprecisão dos dados oficiais existentes, resultantes de amostragens ou médias mal calculadas para a capital e para o Estado, e efetuadas de maneira incompetente por repartições e órgãos estaduais e federais. A isso se somava a desconfiança em relação às contagens realizadas pelas próprias municipalidades, uma vez que a tendência geral, como partes interessadas, era a de elevar exageradamente o número de habitantes.<sup>284</sup>

Uma outra resolução semelhante à de Agudos entrou em discussão no Congresso. Tratava-se de ato da Câmara de Pedreiras, de 1897, estabelecendo um mandato trienal para o presidente, vice-presidente e intendente, e concedendo em alguns casos aos edis a “faculdade de cassar o mandato” dos mesmos. Washington posicionava-se novamente contrário ao parecer da mesma comissão com as mesmas considerações expostas no caso de Agudos. Como sempre alegava que o município estava sendo prejudicado naquilo que era de seu “peculiar interesse”: a liberdade de suprimir e substituir as “autoridades criadas e criando outras com atribuições

---

<sup>283</sup> Idem pp.126-9; FONCECA, Luiz. Op.cit., p. 5.

<sup>284</sup> Câmara dos Deputados do Estado de S. Paulo. *Annaes da Sessão Ordinária de 1905* (2º anno de 6ª Legislatura) organizados pelos Tachigraphos Horacio Sabino e Numa de Oliveira. s.l., s. e., 1906, p. 144-8. O recenseamento geral do Estado, porém, nunca foi realizado, e só voltou a ser cogitado a partir da instituição do voto distrital que seria aplicado pela primeira vez para a câmara de deputados eleita em 1907. TELAROLLI, Rodolpho. Op.cit., pp. 54-5.

diferentes”, segundo dispunha a Lei Orgânica dos Municípios. Mais uma vez foi voto vencido.<sup>285</sup>

Na prática era muito difícil definir claramente os limites da autonomia municipal. O artigo 68 da Constituição Federal de 1890 reservava aos Estados a competência de discriminar as matérias e os limites da competência municipal. A primeira Constituição paulista, de 1891, manteve a pouco definida expressão “peculiar interesse”, transferindo para uma lei ordinária essa complexa tarefa. Por sua parte, a lei aprovada foi pensada para ter um caráter provisório, definindo o Poder Legislativo municipal e o número de vereadores de acordo com uma certa proporção que, como vimos no caso acima, era muito pouco seguida, e consolidando o município como simples unidade administrativa, sem o *status* de membro da Federação.<sup>286</sup>

O princípio da autonomia continuaria impreciso por toda a Primeira República na legislação subsequente. Entretanto, assinala Telarolli, os municípios gozavam de “um elevado grau de vida própria” se comparado à política centralizadora do Império que os proibia de legislar. Com a República, os municípios passavam a reunir simultaneamente os poderes Legislativo e Executivo. Porém, havia muita discussão a respeito da real competência das Câmaras. Para juristas como José de Castro Nunes, deveria prevalecer a concepção vigente durante o Império de que as Câmaras seriam corporações meramente administrativas, estando-lhes vedado o exercício de contencioso e o funcionamento como órgão legislativo (e político).<sup>287</sup>

Mesmo um municipalista como Washington compartilhava em parte desse entendimento como vereador em Batatais.<sup>288</sup> Suas afirmações talvez traduzissem uma maneira especial de compreender o exercício da autonomia, dadas as inúmeras dificuldades de ordem financeira e administrativa enfrentadas pelos intendentess municipais. A compreensão que construiu esse princípio se pautava na vivência direta dos dilemas de um município, cuja autonomia era menos uma dádiva e muito mais uma dura conquista.

<sup>285</sup> ANAIS de 1904. *Op. cit.*, sessão de 24 de maio, pp. 142-7.

<sup>286</sup> TELAROLLI, Rodolpho. *Op.cit.*, pp. 44-50.

<sup>287</sup> *Idem*, pp. 45-6.

<sup>288</sup> Ao apresentar uma justificativa para o pedido de renúncia da presidência da câmara expõe claramente essa maneira de pensar: “Se bem que a Câmara municipal seja uma corporação meramente administrativa, o seu presidente exerce funções políticas e por consequência é um cargo de confiança da maioria da Câmara, e procedendo assim fornece aos dignos senhores vereadores ocasião para colocarem nesse alto posto, pessoa de sua inteira confiança ...” ACMB. Livro de Atas. Vol. 1892-1898, 19-jul.-1897, pp. 133-4. Ver também: ACMB. Livros de Atas. 1º-abr.-1896, p. 80; 3-dez.-1897, pp. 153-4.

A atividade do jovem deputado não ficou circunscrita aos protestos contrários a resoluções revocatórias. Sua estréia na tribuna se deu com a apresentação de um projeto que autorizava a exploração pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo da região oeste do Estado.<sup>289</sup> Na realidade repunha em discussão a proposta do deputado Nogueira Jaguaribe, através do qual o governo despenderia a

(...) quantia de 100:000\$000 com a exploração dos principais rios e caminhos existentes e com a determinação das coordenadas geográficas importantes dos terrenos denominados desconhecidos, situados nos vales dos rios Paraná, Paranapanema, Aguapeí, Tietê abaixo do Jacaré, rio Grande, rio Pardo e outros<sup>290</sup>.”

Questionava ainda o motivo pelo qual a comissão da Fazenda havia engavetado o projeto desde outubro de 1901, sem emitir um parecer conclusivo.<sup>291</sup> Indignava-se com o fato de “Extremo Sertão do Estado” encontrar-se completamente abandonado à própria sorte:

A simples leitura do projeto mostra a importância dele. É a autorização para que uma grande parte do Estado de S. Paulo seja extraída da barbárie e entregue à civilização. Dos duzentos e noventa mil quilômetros que em superfície possui o Estado de São Paulo, cerca de setenta e cinco mil são absorvidos por essa região, segundo o cálculo de Elisée Réclus, verdadeiro em outro tempo, e hoje exagerado. Que é esse território? Apesar de se achar a um dia de distância desta capital, por estrada de ferro, esse território, segundo o dizer comum que já a ninguém suscetibiliza, é desconhecido, pouco explorado e habitado por indígenas; é mais do que isso, é uma zona misteriosa e envolve-se em lendas, algumas pavorosas.<sup>292</sup>

O discurso de Washington abusava do contraste de imagens fortes, como o de um combate sem tréguas das forças da civilização e do progresso contra a barbárie e o atraso reinantes num sertão a ser conquistado. Na separação desses dois mundos que se repeliam, procurava exaltar as conquistas e os avanços do primeiro no sentido de ocupar e integrar o território com a permanente construção de cidades, estradas,

<sup>289</sup> SAMPAIO, João. Washington Luís, deputado. In: *Washington Luís: homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. op. cit.*, pp. 42-3.

<sup>290</sup> FONCECA, Luís. *Op.cit.*, p. 7.

<sup>291</sup> “Revela então uma das praxes do legislativo estadual: “Em regra, o Congresso só decide quando as comissões decidem,e, quase sempre de acordo com as decisões das comissões; de modo que hoje, nos trabalhos legislativos, é de mais valor, de mais importância o expediente, onde se elucida, do que a ordem do dia, onde se vota,e, em vez de se esperar o discurso do deputado, deve-se procurar o parecer da comissão.”” *Idem*, pp. 6-7.

<sup>292</sup> *ANAIS de 1904. op. cit*, sessão de 6 de julho, p. 314.



ferrovias e telégrafos.<sup>293</sup> Nesse ínterim se inseria o plano de construção de uma ferrovia, a Noroeste do Brasil (NOB). A partir de 1905, após várias mudanças em seu traçado original avançaria a partir da cidade de Bauru penetrando nesses ermos imensos, plantando em suas estações as sedes dos primeiros núcleos urbanos e incorporando áreas para um avanço cafeeiro futuro, até alcançar o rio Paraná e a divisa com Mato Grosso.<sup>294</sup>

A necessidade do registro cartográfico tornava-se algo imprescindível em razão da falta de informações sobre as condições das enormes faixas de terrenos próximos às estradas de ferro, marcadas comumente por conflitos sangrentos com os índios caingangues, fatos que aconselhavam seu imediato reconhecimento:

Ninguém ignora como a civilização para lá tem avançado; tem feito é bem como faz a cirurgia, cortando, mutilando, amputando, e o gentio tem recuado, mas a ferro e fogo. Mas o gentio também mata. Entre os fatos degradantes que se têm dado nas divisas da barbárie com a civilização lembramo-nos com horror do fim trágico de monsenhor Claro Monteiro, trucidado nas margens do rio Feio. (...) É indispensável, pois fazer o reconhecimento geográfico dessa região, civilizar o indígena, arrotear a terra, para apagar do nosso progresso esse borrão que o enfeia. (...) Descobrir, conquistar e apossar terras (...) foi a missão do paulista no passado. (...) Beneficiar e civilizar é a missão do paulista no presente. Autorizar o reconhecimento geográfico desse território desconhecido é, sem dúvida, permitir que os paulista continuem a obra de civilização já encetada.<sup>295</sup>

Acolhido, o projeto se transformou em lei e seu efeito se fez sentir no ano seguinte na mudança dos rumos da CGG pelo então secretário da Agricultura, Carlos Botelho. Este indicou um novo chefe para o órgão, o engenheiro João Pedro Cardoso, mais identificado com os interesses da elite cafeicultora pela “exploração acelerada dos

---

<sup>293</sup> Fica claro que a distinção entre “sertões incultos” e “áreas civilizadas” advêm de um imaginário calcado na experiência colonial portuguesa no Brasil caracterizada por uma imensa dificuldade de comunicação entre o litoral urbanizado e os interiores gerando entraves “as tentativas de civilizar seus habitantes”. O desejo de ocupar e integrar o território com a permanente construção de estradas, ferrovias, telégrafos torna-se imperiosa durante a Primeira República a fim de difundir uma “cultura nacional” entendida como própria dos habitantes das cidades, daqueles que dominavam as técnicas, em oposição a um sertão “... o lugar do atraso técnico, de maneiras e comportamentos antigos, da barbárie e violência, é o lugar da natureza ainda virgem e indomável, da negação da cultura e da civilização, ...” MACIEL, Laura Antunes. A nação por um fio, p. 129 *apud*: ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000, p. 105.

<sup>294</sup> GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha*: formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

<sup>295</sup> *ANAIS de 1904*, *op. cit.*, sessão de 6 de julho, pp. 315-7.

recursos naturais”.<sup>296</sup> As zonas da Alta Sorocabana e Alta Paulista seriam incorporadas à marcha cafeeira nas décadas de 1910 e 1920. O extermínio indígena e a imensa destruição ambiental efetuada pelas queimadas nas florestas caracterizaram os custos dessa rápida expansão. A isto se seguiu a formação de um mercado de terras, primeiro pela ação de grileiros e depois por meio de companhias constituídas especificamente para esse fim.<sup>297</sup>



**Figura 2** – Advogado na cidade de São Paulo, aguardando a indicação oficial para chapa dos deputados estaduais do PRP. Fonte: DEBES, Célio. *Washington Luís: primeira parte: 1869-1924*. São Paulo: IMESP, 1994, p. 211.

<sup>296</sup> ARRUDA, Gilmar. Op.cit., pp.123-6.

<sup>297</sup> Vianna descreve esse processo como algo de dimensões colossais e aparentemente sem parâmetros no passado: “Não ha exemplo de mais vasta e poderosa expansão agrícola, operada em tão curto espaço de tempo. Em dez anos, de 1890 a 1900, eles desbastam, mondam e cultivam mais de um milhão de hectares, conquistados à mata virgem, plantam para mais de setecentos milhões de cafeeiros, inundam com uma avalanche de mais de dez milhões de sacas os entrepostos de Santos e os mercados do mundo. Na sua esteira vitoriosa seguem legiões e legiões de trabalhadores; só na região do Mogi-Guaçú, do Pardo e do Tietê, acumulam centenas de milhares de colonos italianos. Surgem, nos mais remotos rincões bravios, como nascidos de improviso, povoados, vilas, cidades opulentas: e Jaú, Bauru, Piraju, Araçatuba, Rio Preto se assentam onde ha trinta anos atroava a floresta o boré do selvagem.” In: VIANNA, Francisco José de Oliveira. O povo brasileiro e sua evolução. In: RECENSEAMENTO DO BRAZIL DE 1920. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio / Directoria-Geral de Estatística. Vol. I. Introdução: Aspecto physico do Brazil – Geologia, flora e fauna – Evolução do povo Brasileiro – Histórico dos inquéritos demographicos. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1922. p. 307.

Em 1905 foi convocado um Congresso Constituinte para revisão da Carta estadual de 1891. Washington subscreveu a proposta apresentada pelo senador Herculano de Freitas<sup>298</sup>, que retomava alguns pontos discutidos na fracassada Constituinte de 1901.<sup>299</sup> Os trabalhos tiveram início em 10 de abril com a eleição das mesas diretoras.

Eleito primeiro-secretário, Washington participou ativamente dos debates desde o início.<sup>300</sup> Apresentou sua primeira emenda sustentando pressupostos liberais na ampliação dos poderes dos constituintes. Em seu entender, ao Congresso competia o exercício da plenitude desse poder, e por isto o texto da reforma em discussão se tratava de uma proposta e não de um projeto definitivo. O requerimento acabou sendo rejeitado pelo presidente, como muitas propostas outras apresentadas pelo mesmo autor.<sup>301</sup>

Um item da reforma que gerou forte discussão foi justamente o referente ao “regime municipal”. Uma representação conjunta das Câmaras de Guaratinguetá e Lorena, apresentada na sessão de 14 de abril, considerava a revisão no tópico referente à “organização e funcionamento dos governos locais (...) um verdadeiro retrocesso”, chegando ao Ato Adicional de 1834, que asfixiara as Câmaras Municipais durante o Império. O senador Almeida Nogueira apresentou um requerimento no qual tentava esclarecer os temores em relação a certos pontos da proposta, especialmente quanto aos artigos 50 e 51, que tratavam de temas importantes, como a autonomia municipal e a forma de organização dos municípios. Para Nogueira, a maneira pouco clara em que esses itens estavam redigidos permitia brechas a uma possível ingerência das autoridades estaduais nas deliberações das Câmaras.<sup>302</sup>

A polêmica em torno desses dispositivos voltaria após a apresentação do parecer da comissão designada para a redação do projeto final. Na sessão de 6 de junho

<sup>298</sup> *ANAIS de 1904. Op. cit.*, pp. 109-22; 211-4.

<sup>299</sup> As divergências entre governistas e dissidentes se acirraram com a Constituinte de 1901. Um dos pontos que provocaram um racha irreversível foi a discussão sobre a manutenção do cargo de vice-presidente e do mandato de quatro anos. O grupo de Júlio de Mesquita alegando intromissão do presidente Campos Sales na reforma acabou abandonando a constituinte inviabilizando seu funcionamento. CASALECCHI, José Ênio. *Op.*, pp. 103-5.

<sup>300</sup> Congresso Legislativo do Estado de S. Paulo. *ANAIS do Congresso Constituinte de 1905*, organizados pelos Tachigraphos Horacio Sabino e Numa de Oliveira, s. l., s. e., 1906, p. 10. Foi também constituída uma comissão para dar um parecer final a proposta de reforma constitucional, composta dos seguintes membros: Herculano de Freitas, Nogueira Jaguaribe, Antonio Lobo, Oliveira Coutinho, Dino Bueno, Almeida Nogueira e Siqueira Campos.

<sup>301</sup> DEBES, Célio. *Op.cit.*, pp.54-5.

<sup>302</sup> *ANAIS do Congresso Constituinte de 1905. Op. cit.*, pp. 15-24. Herculano de Freitas declarou que a representação fora feita por “um falso e incompleto conhecimento do projeto” e requeria que se enviasse a todas as câmaras municipais uma cópia da reforma constitucional, interpretação com o qual Washington concordava, p. 27.

entrava em discussão a parte relativa à organização das comunas. O deputado Washington iniciou sua longa explanação com uma profissão de fé, retomando os tempos da intendência em Batatais:

Sr. presidente, as minhas opiniões sobre autonomia municipal, já conhecidas, enunciadas por mais de uma vez na Câmara dos Deputados, defendidas com ardor na imprensa e na tribuna popular, pleiteadas com entusiasmo nos comícios eleitorais, advogadas até perante o Tribunal de Justiça de S. Paulo; (...) força-me a tomar parte nessa discussão. (...) **Fui (e não tenho de que arrepender-me) e continuo a ser um partidário convicto da autonomia municipal;** essa preferência, porém, de meu espírito não é somente o produto da leitura e do estudo, é também, e principalmente, o fruto da observação e da experiência. Tendo vivido alguns anos no interior do Estado, no seio de uma população ordeira, honesta e laboriosa, tive ocasião de ver quanto pode um município caminhar, progredir e prosperar, que soma enorme de benefícios pode colher, agindo dentro de um regime que lhe garanta as liberdades locais; (...) <sup>303</sup>

Mais à frente manifestava a definição legal de município, apoiado na doutrina da descentralização administrativa, isto é, da independência das autoridades locais em relação a outras instâncias, desfrutando de direito e poderes que lhes eram inerentes:

O município (...) de que fala o direito federal brasileiro e tal qual eu o compreendo, não é o município romano; (...) não é tampouco (...) a comuna medieval. (...) Quando muito, (...) a história, fazendo a genealogia do município, pode dar-lhe tão pobres ascendentes; a ciência política, porém, não os pode ressuscitar. O município autônomo de que a fala a constituição federal é uma conquista do direito administrativo moderno; quer dizer administração sem hierarquia, significa descentralização administrativa. E descentralização traduz um regime em que o Estado pode desassobradamente cuidar dos seus altos interesses econômicos e financeiros, sem ver a sua atividade minguada, as suas energias dispersas com os interesses peculiares das localidades, e pode beneficentemente empreender e realizar os grandes cometimentos, esses que perpetuam um nome e lembram uma data, sem perder tempo em cogitar de reparo de estradas, de construção de pontes, de remoção de lixo e quejandas nas vilas do interior. Essas pequenas coisas, que são grandes coisas para a comodidade e para a segurança locais, só podem ser bem resolvidas e bem executadas pelos interessados, pelas pessoas do lugar. <sup>304</sup>

---

<sup>303</sup> Idem, pp. 142-3. Grifo nosso.

<sup>304</sup> Idem, p. 143.

Sugeria por fim uma modificação no parágrafo 1º do artigo 50 com a substituição da expressão “administração” por “Câmara”, atribuindo-lhe o desempenho de funções deliberativas e executivas, e sua constituição por meio de eleição. O intuito seria o de afastar os receios levantados em debates anteriores, quando se pretendia separar essas funções entregando o Executivo a prefeitos nomeados pelo poder estadual. Houve uma segunda discussão, com apartes do mesmo Almeida Nogueira; todavia, a emenda acabou sendo rejeitada na votação.<sup>305</sup>

A nova Constituição do Estado aprovada em sessão solene no dia 9 de julho, manteve inalterada a redação desse tópico. O assunto retornaria ao debate político em novembro, com a reforma da Lei Orgânica dos Municípios. Durante a exposição de suas emendas, Washington procurou acentuar sua confiança plena nas virtudes do municipalismo, ou da autonomia administrativa presentes na Lei nº 16, que teria liberado o esforço local para o movimento sinérgico de modernização infra-estrutural em curso nas cidades do café servidas por ferrovias em todo o interior paulista:

Ondulando por espigões, riscando encostas, as estradas de ferro, com suas estações pontuavam e ligavam, na maior parte, matas e cafezais. Em muitos desses lugares, onde matas virgens e lavouras promissoras atestavam com opulência luxuriosa a uberdade do solo, nasceram e existem hoje formosas povoações. E aquelas mesmas cidades pré-autônomas, que, naquele tempo, encolhidas e enfezadas, com ruas esburacadas, aluminadas a querosene, se arrastavam tropeadamente a extinguir formigueiros e a solicitar das assembleias provinciais a aprovação de posturas insignificantes, essas mesmas se remodelaram, se reconstituíram, tomaram nova feição. E uma e outras, novas e velhas, todas elas, si não se mostram prósperas, o que é uma face econômica, pelo menos se apresentam asseadas e limpas, todas servidas por esgotos, com água canalizada, iluminadas a luz elétrica, com jardins, mercados e matadouros modernos, tendo enfim, inúmeros outros melhoramentos locais, feitos com recursos locais e por iniciativa local. (...) Amparadas pela lei nº 16, de 1891, essas povoações, cidades ou vilas, nasceram, cresceram, progrediram ou se transformaram completamente; regulada por essa lei, a autonomia municipal entre nós não é mais uma frase cuja sonoridade nos seduza, mas um fato real cujos benefícios todos sentimos. Deve ser pois, com o máximo respeito e com grande cuidado que nos devemos aproximar dessa lei para reforma-la.<sup>306</sup>

O jovem deputado marcava outra vez sua posição em relação à corrente majoritária no PRP favorável à ampliação do controle estadual sobre as Câmaras Municipais, à restrição de suas atribuições e rendas, e ao alargamento do leque de

---

<sup>305</sup> Idem, pp. 149-50 e 176.

<sup>306</sup> *ANAIS de 1905. Op. cit.*, sessão de 20 de novembro, p. 454.

possibilidades de intervenção (resoluções revocatórias). O despreparo e a ausência de pessoal competente e habilitado para o exercício legislativo de “lavratura de posturas”, e a restrição de recursos eram alguns dos muitos motivos comumente apontados para intensificar o sentimento de descrença na capacidade do legislador local. Por outro lado, essa dificuldade poderia ser abrandada pela presença de bacharéis em Direito ou por advogados provisionados, como afirma Telarolli, “compondo diretamente a corporação camarária ou prestando serviços remunerados ou não ao grupo no poder, ao qual se filiavam”.<sup>307</sup>

Em seguida, Washington se referiu às supressões efetuadas pelo Senado, determinadas constitucionalmente, que impunham um caráter mais uniforme ao funcionamento das Câmaras em vários aspectos: regulação do processo eleitoral, número de vereadores, forma de organização, etc.<sup>308</sup> As muitas emendas sugeridas tocavam na questão da responsabilidade dos municípios criados por desmembramento, na fiscalização dos municípios pelos cidadãos, na manutenção dos cargos de presidente e vice-presidente eleitos anualmente pelos vereadores, na organização orçamentária, etc. Com algumas observações sobre a criação do cargo de prefeito eleito diretamente e com poder distinto dos vereadores, ele considerava como problemático o estabelecimento de recursos dos atos do Executivo, devido ao risco da subordinação à Câmara, e propunha a solução constitucional da avaliação pelo Senado estadual.<sup>309</sup> Elogiava a parte referente aos distritos de paz, considerando-a “ensaio tímido de administração distrital”. Pretendendo ampliar o alcance dessa inovação, acoplou na emenda preceitos criados e experimentados durante a vereança em Batatais:

Na parte referente à administração distrital, as emendas que estou apresentando são copiadas das leis do município de Batatais, que desde 1897 já garantiam aos distritos metade das respectivas rendas, uma representação distrital no seio da Câmara e também subintendente municipal, cuja atribuições naquele município são ainda aquelas que transplanto para o projeto.<sup>310</sup>

Analisando uma emenda do deputado Aureliano Gusmão, que limitava a despesa com o funcionalismo municipal a 20% da receita anual do município,

---

<sup>307</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., pp. 49-50. Outra atenuante importante assinalada pelo autor relaciona-se a composição do Congresso do Estado formada “(...) em grande maioria por homens relacionados à vida de uma cidade ou várias delas, do distrito eleitoral ao qual pertenciam, com muita frequência ocupando simultaneamente um lugar de vereador.”

<sup>308</sup> FONCECA, Luiz. Op.cit., p. 26.

<sup>309</sup> *ANAIS de 1905, op. cit.*, pp. 455-61; emendas às pp. 462-4.

<sup>310</sup> *Idem*, p. 458.

Washington teceu larga explanação em que elogiava a intenção do dispositivo em diminuir os desmandos e o clientelismo das municipalidades, perceptível através da prática da distribuição de sinecuras entre seus partidários. No entanto, o antídoto poderia posteriormente travancar a expansão e o desenvolvimento de variados melhoramentos públicos demandados pela modernização urbana. Como solução mais eficaz sugeria a alteração nas formas de composição e funcionamento da administração municipal, prevista no artigo 5º do projeto de lei:

Para prevenir e remediar os possíveis abusos proponho, sr. presidente, maneira diferente, e é aquela que vou ter honra de expor à Câmara. A administração em cada município será exercida por uma câmara composta de vereadores e por um **conselho composto de contribuintes, conselho de contribuintes que se comporá de tantos membros quanto forem os vereadores**. A câmara de vereadores, em determinados casos, com o conselho de contribuintes, funcionará em **assembléia municipal**, tendo presente metade mais um dos vereadores, e metade e mais um dos membros do conselho de contribuintes. As deliberações nessa assembléia serão tomadas por maioria de votos. (...) Se poderá decretar a receita e a despesa do municio, deliberar sobre operações de crédito, autorizar empréstimos, resolver sobre a venda e troca de bens municipais, criar empregos e fixar-lhes vencimentos, fixar ou aumentar impostos, autorizar quaisquer despesas não previstas nos orçamentos. (...) Para composição desse conselho só poderão votar os eleitores qualificados no município que sejam contribuintes dos cofres municipais, a mais de dois anos, de quantia não inferior a 80\$000 anualmente; (...) Serão elegíveis para o conselho aqueles que para ele puderem votar.<sup>311</sup>

A defesa de um conselho de contribuintes com poder deliberativo equivalente ao da Câmara, e com determinadas atribuições específicas relacionadas às finanças municipais, encerrava certa cautela justificada pelo autor, com a preservação da autonomia das comunas. O lado polêmico ficava por conta das condições que habilitavam os eleitores a pertencer a essa espécie de conselho fiscal, medidas pela capacidade de pagamento de impostos aos cofres municipais, algo que criava um tipo distinto de eleitor:

As câmaras municipais são eleitas, portanto, por esses homens que sabem ler e escrever e têm mais de vinte e um anos, os quais, na sua grande maioria, não têm interesses ligados diretamente ao município, **porquanto não pagam impostos. Os contribuintes eleitores**, aqueles que mais diretamente ligados se acham aos municípios, porque são aqueles que concorrem com os seus haveres para o pagamento das despesas municipais, diante do sufrágio

<sup>311</sup> ANAIS de 1905, sessão de 21 de novembro, p. 470. Grifo nosso.

universal, ficam sem intervenção alguma. (...) **Isso é respeitar o princípio de que ninguém deve votar impostos, ou autorizar o dispêndio do produto desses impostos, sem que também tenha concorrido para o pagamento deles.**<sup>312</sup>

Em debate anterior, Washington pedira a eliminação do termo “eleição popular” no mesmo artigo 5º, argumentando que os pleitos locais se realizavam de “acordo com o alistamento eleitoral do município, o que não é uma eleição feita pelo povo<sup>313</sup>.” Esse posicionamento estava em conformidade com a sua concepção de gestão pública (municipal), pensada exclusivamente como atribuição dos detentores de um saber técnico competente ou de uma elite letrada de bacharéis. Conforme Carvalho, a Primeira República conseguiu quase “literalmente eliminar o eleitor”, mediante os inúmeros obstáculos interpostos para a participação política, a inexistência de partidos nacionais (existindo somente partidos “únicos” controlados pelas oligarquias), e a contenção violenta dos movimentos populares.<sup>314</sup> Explicavam-se assim as respostas fornecidas pelo jovem deputado aos reticentes apartes levantados quanto à legitimidade da forma de representação do conselho:

O sr. EDGARD FERRAZ – É preciso então uma qualificação especial?

O sr. BENEDICTO NETTO – São eleitores diferentes?

O sr. WASHINGTON LUIZ – São os mesmos eleitores, mas não todos. Daqueles que já elegeram a câmara de vereadores, alguns elegerão também o conselho de contribuintes. (...)

O sr. JOAQUIM AUGUSTO – **É uma restrição ao direito de voto. Não parece constitucional.**

O sr. WASHINGTON LUIZ – **Pode não ser democrático, mas é constitucional.** Considerando as municipalidades como “corporações cujo principal fim é sabidamente administrar os negócios locais e, economicamente despende as rendas da comunidade”, as câmaras municipais seriam diretorias da corporação, e o conselho contribuinte seria um conselho fiscal.<sup>315</sup>

Washington encerraria seus trabalhos na reforma da lei orgânica e no Congresso com a apresentação de uma emenda especial, tratando exatamente do regime eleitoral, sugerindo a aplicação do estranho sistema de votação em dois turnos, mais

<sup>312</sup> Idem, p. 471. Grifo nosso.

<sup>313</sup> Idem, sessão de 20 de novembro, p. 461.

<sup>314</sup> CARVALHO, José Murillo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 84-90.

<sup>315</sup> Idem, sessão de 21 de novembro, pp. 471-2. Grifo nosso.



conhecido sistema “Assis Brasil”. Propunha sua realização em caráter experimental nas eleições municipais da capital.<sup>316</sup>

Nos dois primeiros anos como deputado, Washington participava ativamente dos principais debates e discussões em curso no Legislativo estadual, mantendo uma certa constância na apresentação de projetos e propostas. Vinha se destacando em meio aos seus colegas de tribuna pelos discursos bem articulados na defesa de suas idéias. A circulação e o contato com a esfera do poder presidencial deram-lhe, talvez, uma compreensão melhor do funcionamento do Congresso e de seu atrelamento aos desígnios e vontades do Executivo. Poderia até mesmo tirar alguma vantagem disso, e certamente preferiu apoiar a corrente benfazeja do situacionismo e afastar-se dos dissidentes e de qualquer oposicionismo de plantão. Nem de longe desconfiava que uma virada abrupta em sua carreira estava muito próxima de acontecer.

---

<sup>316</sup> Idem, pp.472-3. No transcurso do debate parlamentar, as intervenções dos deputados sugerem um prévio conhecimento da aplicação desse sistema por Washington, revelada provavelmente em conversas nos bastidores:

“O sr. PLÍNIO DE GODOY – Ensaio que v. exc. fez em Batatais, com grande sucesso.

O sr. WASHINGTON LUIS – Com grande êxito para o município, que sempre teve a máxima liberdade e garantia nas eleições e perfeita proporcionalidade de representação de todas as opiniões no seio da Câmara.

O sr. JOAQUIM AUGUSTO – V. exc. pode falar com observação própria.

O sr. WASHINGTON LUIS – Durante muitos anos o município de Batatais adotou para as eleições municipais o processo de dois turnos. Lá é perfeitamente conhecido o sistema eleitoral Assis Brasil; o município inteiro nunca encontrou dificuldade na prática dele. Foi perfeita e facilmente compreendido de todos. (...)

O sr. EDGARD FERRAZ – É uma grande vantagem.

O sr. WASHINGTON LUIS – Vantagem que melhor podem apreciar os que sabem o que é uma luta no interior.”

## 2.4 Um reformista na Secretaria da Justiça e da Segurança Pública

O espírito reformista do governo de Jorge Tibiriçá dependeu em larga medida do esforço monumental que se desenhou na base política do Congresso, e objetivou o cumprimento, em curto espaço de tempo, das promessas firmadas com os dissidentes do PRP, anunciadas em sua plataforma presidencial.<sup>317</sup> O programa foi seguido à risca, e até o final de 1905 concluiu-se a revisão constitucional (paralisada desde 1901); a nova lei orgânica municipal; e também as alterações no regime eleitoral (adoção do sistema de eleição distrital e do voto uninominal para manutenção da minoria).

O atendimento das demandas da oposição, ao invés de aplacar suas investidas, deu alento a maiores ambições. O resultado do pleito federal realizado em janeiro de 1906, no qual os dissidentes conseguiram eleger quatro representantes na capital, demonstrou claramente a necessidade de se organizarem como partido. Em reunião prévia conduzida por Cerqueira César no mês de abril, os opositoristas criaram a Liga Republicana propondo, entre outras coisas, aglutinar todas as “convicções contrariadas”. Ao elenco de reivindicações antigas acrescentaram a “defesa da autonomia municipal”, visando a garantir a universalização da instrução pública, a reforma judiciária, a independência da magistratura e leis sobre o trabalho. Reclamavam novamente a definição de uma política para sanar a crise no setor cafeeiro.<sup>318</sup>

O PRP em polvorosa, preocupado com os prováveis desdobramentos da formação de uma oposição consistente, convocou os diretórios municipais para um congresso em setembro, no qual formulou uma proposta de conciliação. Os dissidentes desconfiados de Tibiriçá, por ter permitido fraudes nas eleições municipais de 1904, formularam sua contraproposta. Do acordo firmado entre as partes ficou estabelecida a criação de duas novas vagas na Comissão Central, destinadas evidentemente aos dissidentes, e que a formação de futuras chapas eleitorais sairia da consulta prévia às bases municipais.

---

<sup>317</sup> A plataforma de governo foi apresentada pelo então candidato à presidência, Jorge Tibiriçá, a 2 de maio de 1904, perante os representantes de São Paulo durante banquete oferecido ao presidente de Estado Bernardino de Campos. In: EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes do Estado de São Paulo* — período republicano: 1889-1920. Publicação Oficial do Estado de S. Paulo. Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil. Seção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1927, v. II, pp. 172-5.

<sup>318</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op. cit., pp. 126-7.

Reintegrados à grei, os oposicionistas fecharam os olhos à violenta repressão oficial ao movimento paredista, iniciado na Companhia Paulista de Estradas de Ferro em maio de 1906.<sup>319</sup> O jornal *O Estado de S. Paulo*, antigo crítico ferrenho, passou a apoiar abertamente a política de Tibiriçá, elogiando realizações como a aquisição e o arrendamento da E. F. Sorocabana, a expansão pelo sertão, a política migratória e a valorização do café, tendo este último item recebido o aplauso da Sociedade Paulista de Agricultura, Comércio e Indústria.

Com isso encerrava-se a mais forte cisão do PRP, consolidando-se como partido vinculado à administração pública e único instrumento de acesso aos cargos públicos, situação que prevaleceu mesmo após episódios graves, como a cisão no PRP de 1915, o movimento tenentista, a Revolução de 1924 e o surgimento do Partido Democrático em 1926.

Não obstante esses problemas políticos no âmbito interno, a gestão Tibiriçá vinha desenvolvendo um processo de burocratização e centralização que levou ao fortalecimento do aparato estatal paulista. Inicialmente introduziu mudanças no campo tributário com o intuito de diminuir a taxaço incidente sobre a produção agrícola. Articulado com o secretário da Fazenda, Albuquerque Lins, reduziu o imposto de exportação e o de transmissão de propriedade agrícola, e obteve junto às companhias ferroviárias o rebaixamento do imposto de trânsito sobre o café. Essas ações, anunciadas em sua plataforma, acentuavam a preocupação de seu governo com a solução da crise na cafeicultura.<sup>320</sup>

Havia uma percepção de que medidas drásticas, como a do imposto sobre novas plantações de café, seriam um mero paliativo para solucionar o problema de ordem mais geral, haja vista a expansão cafeeira, que avançava por novos territórios percorridos pelas Estradas de Ferro Sorocabana, Noroeste e Paulista, prometendo picos de produção cada vez mais elevados para as safras vindouras. Assim, de nada adiantaria o estímulo ao plantio de outras culturas, com novos métodos de plantio do arroz, e o desenvolvimento da pecuária, etc., e muito menos a aplicação de novas tecnologias e o incentivo às escolas agrícolas, ou mesmo tentativas de consolidar mecanismos creditícios, sem a implementação de um controle interno para sanar a eterna volatilidade do preço internacional do café.

---

<sup>319</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op. cit., pp. 129-30 [nota 165].

<sup>320</sup> EGAS, Eugênio. Op. cit., pp. 172-5.

Em agosto de 1906 o governo paulista resolveu intervir no mercado cafeeiro, antecipando o estratégico “plano de valorização” adotado pelo Convênio de Taubaté<sup>321</sup>, para evitar a depreciação do preço do produto.<sup>322</sup> Realizou a compra dos excedentes exportáveis para diminuir o efeito da provável supercolheita de 1906-1907. Para isso tomou um empréstimo no valor de um milhão de libras esterlinas com o *Brasilianische Bank für Deutschland*, de Berlim. Os emprestadores tradicionais, que se opunham ao financiamento de um monopólio do qual se viam excluídos, dobraram-se diante do sucesso do empreendimento. *J. Henry Schröder & Company*, de Londres, e subseqüentemente, o *National City Bank*, de Nova York, aderiram ao plano e acordaram o montante de três milhões de libras esterlinas necessários à aquisição e armazenagem do café restante, o suficiente para a formação dos estoques reguladores.<sup>323</sup> No ano seguinte a União passou a reforçar o plano, “quer adquirindo os cafés de tipo inferior, quer obtendo dos Rothschild, de Londres, mais três milhões de libras [equivalente a 26 mil contos de réis] para a redenção do café consignado a comissários.”<sup>324</sup>

A reforma promovida pelo presidente Tibiriçá avançou sobre setores considerados mais delicados da gestão pública estadual, como a administração da

---

<sup>321</sup> Os presidentes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro reuniram-se em fevereiro de 1906, em Taubaté, e firmaram um acordo para um programa de valorização do café, cujos principais itens eram os seguintes: 1º) sustentação do preço mínimo por saca de café nos portos de embarque; 2º) retenção e compra de parte da produção equivalente ao excesso sobre o consumo mundial; 3º) empréstimos no exterior no valor de £ 15 milhões para compra dos estoques referidos; 4º) sobretaxa de exportação no valor de 3 francos por saca, como garantia para execução do programa de defesa; 5º) criação da “Caixa de Conversão monetária, destinada a receber o produto das operações de crédito no exterior, as moedas brasileira de ouro que tivessem curso legal e quaisquer somas em moeda estrangeira que entrassem no país”. Na Caixa o mil-réis valia menos, impedindo uma alta do câmbio, pelo menos enquanto se pudesse verificar a emissão, reduzindo o prejuízo dos cafeicultores com possíveis quedas no preço do produto. SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 6. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1975, pp. 191-2 [nota 35]; ver também MELLO, João Manuel Cardoso de. *Capitalismo tardio*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, pp. 138-41.

<sup>322</sup> SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (JORGE TIBIRIÇÁ). MENSAGEM de 14 de julho de 1907. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., p. 233.

<sup>323</sup> DOIN, José Evaldo de Mello. Op.cit., pp. 250-7.

<sup>324</sup> FREIRE, Gilberto. *Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990, p. 438. Em 1908, *J. Henry Schröder, Société Générale de Paris* e o *Banque de Paris et des Pays-Bas* se articularam para compor um empréstimo no valor de £ 15 milhões de libras (de tipo 85%, com garantia especial de sobretaxa de 6 francos e amortização em 10 anos) ao Estado de São Paulo. Formou-se um comitê composto de representantes dos financistas e outros ligados ao comércio de exportação de café: *J. Henry Schröder & Comp.*, *Theodor Wille*, *Herman Sielcken*, *Société Générale* e *Eduardo Bunge*, que ficaram encarregados da conservação e fiscalização dos estoques de café pertencentes ao Estado e de pagar e liquidar encargos existentes, pagamentos de seguros, despesas de armazenagem e etc. In: SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALBUQUERQUE LINS). MENSAGEM de 14 de julho de 1909. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., pp. 322-3.

Justiça e o aparato policial.<sup>325</sup> No primeiro caso, impunha-se a necessidade de reverter a situação da pasta da Justiça, que fora suprimida em 1901 (Lei nº 778, de 28/6). Suas atribuições foram transformadas em mera diretoria da Secretaria do Interior, com a qual se fundiu. Essa medida vinha sendo questionada pela sua inconveniência para o bom funcionamento de ambas, provocando sobrecarga de trabalho e prejuízo do serviço.<sup>326</sup>

Com a aprovação pelo Congresso da reforma do Judiciário em fins de 1905, criaram-se normas específicas, regulamentando o funcionamento e a profissionalização dessa área. Para sua plena realização tornava-se imprescindível, portanto, a recriação da Secretaria da Justiça, efetivada por meio da Lei n. 974, de 20 de dezembro desse mesmo ano.<sup>327</sup> O titular da pasta, José Cardoso de Almeida — então secretário do Interior e da Justiça —, assumiu em 1º de fevereiro do ano seguinte, mas acabou permanecendo por curto período, vindo a pedir exoneração do cargo no início de março, devido a desentendimentos com outros membros do governo.<sup>328</sup>

A indicação de Washington Luís para substituir o secretário demissionário partiu de um outro membro do governo, o secretário da Agricultura Carlos Botelho, que procurando reforçar a escolha, apelou para um argumento muito comum: a ausência de elementos políticos de troncos tradicionais paulistas na cúpula estadual. O ramo Pais de Barros, ao qual Washington havia se ligado por meio de casamento, tinha na figura do vice-presidente de Estado, João Batista de Melo Oliveira, irmão da baronesa de Piracicaba, seu representante máximo. Botelho, por seu lado, era cunhado de Washington, e sua esposa, Sofia, era amiga íntima da mulher de Jorge Tibiriçá, sendo este seu primo.<sup>329</sup>

---

<sup>325</sup> Perissinotto considera que o regime republicano superou os obstáculos políticos e sociais para a modernização estatal vigentes durante o Império. Nesse quadro aponta para a especificidade do Estado de São Paulo, as novas regras institucionais permitiram o desenvolvimento da burocratização do aparelho repressivo e o enfraquecimento do poder local frente ao Estado. PERISSINOTTO, Renato Monseff. A República e a modernização do Estado de São Paulo. In: *Cadernos da F. F. C.*, v.9, n.2, 2000, p. 106.

<sup>326</sup> SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (JORGE TIBIRIÇÁ). MENSAGEM de 7 de abril de 1905. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., p. 175.

<sup>327</sup> Na mensagem de 1905, o presidente justificou tecnicamente a modificação introduzida no organograma institucional: “Com o desenvolvimento sempre crescente do Estado de São Paulo, desenvolveu-se paralelamente a administração pública, aumentando consideravelmente o serviço público, de forma que foi reconhecida ser insuficiente a atividade de um só secretário para gerir o trabalho das duas partes reunidas – Interior e Justiça –, e foi de novo restabelecida a Secretaria da Justiça.” Idem, p. 202.

<sup>328</sup> Os assuntos relativos a Justiça foram assumidos pela Secretaria do Interior em julho de 1902. José Cardoso de Almeida foi secretário da pasta de maio de 1904 até janeiro de 1906. Cf. DEBES, Célio. Op. cit., p.57.

<sup>329</sup> “O entrelaçamento de famílias da a conotação oligárquica da política em nosso Estado. Nesse amálgama, fazia falta o ramo Pais de Barros, descendentes do Barão de Piracicaba. Assim através de Washington Luís, a lacuna se preenchia.” Idem, p. 60.

Sua experiência administrativa como intendente municipal, descontada qualquer referência ao passado oposicionista contribuiu muito para habilitá-lo como candidato preferencial. Seu desempenho no Legislativo era considerado brilhante para um novato, pois havia atuado em praticamente todas as principais reformas propostas pelo governo. Washington parecia reunir os atributos necessários para a tarefa de executar energicamente a “primeira lei orgânica da polícia civil” e de dirigir um complicado processo de reforma do Judiciário.<sup>330</sup> O sucesso de sua atuação levou-o a recondução ao mesmo posto no governo de Albuquerque Lins, onde permaneceu até maio de 1912.<sup>331</sup>

Desde sua posse o novo secretário enfrentou enormes desafios. Organizar e conduzir a pasta da Justiça de maneira a fortalecer seu *status* exigia um esforço soberano, ante a permanência das mesmas condições que haviam levado a sua transformação em mera diretoria da Secretaria do Interior: o conflito de atribuições com a Chefia de Polícia. Washington manifestou-se claramente a esse respeito em seu primeiro relatório, defendendo a centralização do comando do aparelho policial:

Um ligeiro exame dos serviços distribuídos antes à Secretaria da Justiça e à chefia de polícia faz ressaltar a incoseqüência de tal sistema. Assim, competia ao chefe de polícia, e era sua função primordial, vigiar pela manutenção da ordem e segurança pública, para cujo fim tinha à sua disposição a Força Pública; entretanto, cabia ao secretário da Justiça distribuir a Força Pública, determinando-lhes o número e fixando respectivo pessoal. Deve competir a distribuição e mobilização da Força Pública a quem pela ordem pública è responsável; é ele que, pela natureza especial das suas funções, pode saber quais as localidades que precisam de destacamento e quais as que, pela turbulência dos seus habitantes, têm necessidade de maior ou menor número de soldados. Dar a funcionários a responsabilidade da ordem pública, e conceder a outros os materiais de assegura-la, de garanti-la, não é coisa lógica.<sup>332</sup>

<sup>330</sup> ABREU, Laudelino. Washington Luís e a Polícia civil. In: *Washington Luís: homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo: s.n., 1957, p. 48.

<sup>331</sup> “Teve de desdobrar os serviços burocráticos para isso, mas ia vencendo, quando finalizou o prazo constitucional do Governo Tibiriçá. Substituiu-o como Presidente o Dr. Albuquerque Lins – que, em boa hora, convidou o Dr. Washington Luís a permanecer como Secretário e continuar a formação da Polícia Paulista.” CAIUBY, Amando. Washington Luís e a polícia de carreira. In: *Washington Luís (visto pelos contemporâneos no primeiro centenário de seu nascimento)*. Publicação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: s.n., 1968, pp. 108-9.

<sup>332</sup> SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública. RELATÓRIO apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luís P. de Sousa. Ano de 1906. São Paulo: Typographia Brasil, 1907, p. 5.

O secretário tinha razão em frisar essa questão, pois a lei de reorganização da polícia (nº 979, 23/12/1905), reforçava a inconveniente situação ao manter o serviço policial sob a direção do chefe de Polícia, subordinando-o formalmente ao secretário da Justiça, o que enfraquecia a autoridade de ambos e duplicava inutilmente o trabalho burocrático, em um momento delicado da política estadual.

A centralização e a racionalização promovidas no aparato repressivo se relacionavam, em primeiro lugar, com a tentativa de diminuir o poder local dos coronéis, através da reforma da Polícia Civil (polícia de carreira, e a vinda de uma missão militar francesa em 1906)<sup>333</sup>; em segundo lugar, ao ajustamento da posição do Estado de São Paulo no contexto da política dos governadores implantada por Campos Sales, que abria caminho para as intervenções federais com a utilização do Exército, instrumento largamente empregado para dissuadir as oposições estaduais. Diante desse temor constante, percebido de antemão como factível, Tibiriçá passou “a encarar a força repressiva estadual como força militar”, considerando que o presidente Rodrigues Alves se mostrava contrário à valorização do café, o que derivou no processo de profissionalização e militarização da Força Pública<sup>334</sup>; por último, a restauração da ordem convulsionada pelas greves operárias disseminadas na primeira década do século XX. Para isto apelou-se aos mais variados instrumentos (lei de expulsão de estrangeiros, prisão de líderes agitadores, intervenção nos sindicatos, empastelamento de jornais e periódicos anarquistas, repressão violenta aos movimentos paredistas, etc.).

Washington elaborou medida que eliminou o cargo de chefe de Polícia, concentrando nas mãos do secretário da Justiça os serviços policiais, fato que determinou a mudança na denominação da pasta para “Secretaria dos Negócios da Justiça e Segurança Pública”.<sup>335</sup> Com a superação do entrave de ordem burocrática, o novo secretário passava a deter um poder muito mais abrangente do que antes, subordinando-se à sua autoridade os delegados de polícia, juízes de Direito e promotores públicos.<sup>336</sup>

O amplo leque de ações assumidas pela nova secretaria — a organização e a administração do Judiciário, o casamento civil, o registro civil, a Junta Comercial, os

<sup>333</sup> PERISSINOTTO, Renato Monseff. Op. cit., p. 110-4.

<sup>334</sup> FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e Segurança: Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos histórico-sociais*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1974, p. 161.

<sup>335</sup> Lei n.º 1006, de 17/9/1906.

<sup>336</sup> “A pasta que fora restabelecida por conveniência estritamente administrativa, ganhava projeção política, que a atuação e seu titular contribuía para dar destaque, pelo zelo e dedicação com que exercia suas funções. Como decorrência forçosa de tal situação, firmava-se o prestígio de Washington Luís.” In: DEBES, Célio. Op. cit., p. 65.

deficientes sistemas prisional e correccional, cuidar da segurança pública e ainda organizar o sistema policial —, necessitava de uma estruturação mais adequada.<sup>337</sup>

No campo da Justiça introduziram-se gradativamente novidades, como a instituição de regras para viabilizar os processos civil e criminal<sup>338</sup>; o estabelecimento da aposentadoria dos magistrados e funcionários da Justiça; a revisão das custas judiciais e uma regulamentação do funcionamento do Ministério Público.<sup>339</sup>



**Figura 3** – Secretário da Justiça e da Segurança Pública no governo de Albuquerque Lins (1910). Fonte: DEBES, Célio. *Washington Luís: primeira parte: 1869-1924*. São Paulo: IMESP, 1994, p. 213.

A reforma constitucional de 1905 eliminou o requisito do ingresso na magistratura por concurso, estabelecendo o controle da nomeação dos juizes de Direito por parte do Executivo estadual, princípio estendido aos promotores públicos e aos

---

<sup>337</sup> Idem, p. 61.

<sup>338</sup> Tibiriçá pedia em sua mensagem de 1905 a aprovação do projeto do código de processo civil e criminal organizado por Manoel Antônio Duarte de Azevedo e João Pereira Monteiro (nos termos da lei n. 55, 25/8/1892). Mensagem de 1905. Op. cit., pp. 181-2.

<sup>339</sup> A lei n. 937 (18/8/1904), regulamenta pelo decreto n. 1273 (23/9/1904), cuidaram de organizar a instituição do Ministério Público, estabelecendo inclusive a classificação hierárquica dos funcionários e suas atribuições. Idem.



serventuários da Justiça. Com isso, conforme Perissinotto, assistia-se “ao mesmo tempo, à profissionalização do Judiciário e sua politização” no período.<sup>340</sup>

A Lei n. 1.084, de 1907, que estabeleceu a nova organização judiciária, reafirmou a abolição do concurso para juiz “exigindo, porém, que os candidatos se habilitem perante a Secretaria da Justiça, provando que são bacharéis em Direito, maiores de 18 anos, bem conceituados” tendo no mínimo quatro anos de experiência forense, adquirida como advogado ou no Ministério Público estadual.<sup>341</sup>

Outras medidas reclamadas nas mensagens presidenciais, como por exemplo o estabelecimento de termos judiciários e a classificação das comarcas por entrâncias, além do fim dos “costumes abusivos”, como o “afastamento do cargo sem formalidades legais, licenças longas sem justificativa, exercício acumulado de outras profissões, abuso na cobrança de custas, etc.”<sup>342</sup>, transformaram-se em realidade com a reforma judiciária de 1921, promovida por Washington no seu quadriênio presidencial.

Uma das últimas realizações do secretário na área foi a construção do Palácio da Justiça na capital, com o intuito de reunir diversas repartições dispersas, como o Fórum Criminal instalado em prédio particular na Rua do Riachuelo, o Fórum Civil localizado em próprio estadual na Rua do Quartel, e o Tribunal de Justiça do Estado.<sup>343</sup>

Washington enviou ofício ao secretário da Agricultura, Pádua Sales, em março de 1912, informando que o Congresso aprovara o projeto encomendado ao arquiteto Ramos de Azevedo. Solicitava assim “ordenar o começo das respectivas obras no local, ocupado pelo quartel do 2º batalhão da Força Pública”, que iria ser demolido.<sup>344</sup> O início da obra foi adiado por causa da crise financeira que perduraria até o fim da década de 1910. Em 1919, o presidente Altino Arantes concedeu um crédito de 500 contos para a construção, por intermédio do Decreto nº 3.030. A pedra fundamental foi lançada somente em fevereiro do ano seguinte.<sup>345</sup>

<sup>340</sup> O objetivo seria o de concentrar o poder nas mãos do Executivo de um “ramo tão politicamente importante” como o judiciário. No entanto outros setores mantiveram o concurso público, como o Tesouro do Estado e outras áreas do funcionalismo. PERISSINOTTO, Renato Monseff. Op. cit., p. 116.

<sup>341</sup> SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALBUQUERQUE LINS). MENSAGEM de 14 de julho de 1908. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., pp.272-3.

<sup>342</sup> SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (RODRIGUES ALVES). MENSAGEM de 14 de julho de 1913. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., pp. 435-6.

<sup>343</sup> Mensagem de 1909. Op. cit., pp. 296-7.

<sup>344</sup> FONCECA, Luiz. Op. cit., pp. 43-4. Ver também: SAMPAIO, João. Op.cit., p. 44.

<sup>345</sup> SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALTINO ARANTES). MENSAGEM de 14 de julho de 1919. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., p. 668. Washington registrou em sua mensagem de 1920 a abertura de mais 1500 contos de réis de crédito para as primeiras obras. Mensagem presidencial. *ANNAES da Sessão*

Algumas iniciativas foram tomadas visando à racionalização e à organização da polícia civil paulista, por ocasião da posse de Washington. A polícia de carreira, criada através da mesma Lei n.º 979, teria como objetivo diminuir gradativamente o exercício honorífico das atividades da polícia civil por parte dos coronéis no interior do Estado. A instituição da carreira policial, isto é, de uma profissão que oferecia oportunidades de promoção constituía uma inovação na área. Os delegados de sedes de comarca seriam graduados conforme critérios de nomeação e ascensão. O poder de nomear e demitir os ocupantes de cargos elevados da polícia civil passava a ser da alçada exclusiva do presidente de Estado.<sup>346</sup>

Em sua mensagem de 1907, o presidente Tibiriçá enaltecia os méritos da polícia profissional, atestando o êxito previsto: o de diminuir a possibilidade da força policial ser utilizada pelos mandões locais como instrumento de manobras eleitoreiras:

**Polícia sem política** e, portanto, imparcial; remunerada e, por conseqüência, podendo aplicar toda a sua atividade à prevenção e repressão dos delitos; com competência profissional, isto é, com conhecimentos especiais do direito e de processo indispensáveis em quem tem de garantir e assegurar a liberdade, a honra, à vida e a propriedade, essa polícia constitui uma instituição útil do Estado de S. Paulo, que a adotou. Além disso, **estranhos à localidade** onde trabalham, os seus representantes são removidos ou demitidos sem abalo para a vida pública e com enorme proveito para a tranquilidade do Estado, quando isso se faz necessário. Hoje, a **remoção de uma autoridade boa, mas incompatibilizada e a demissão de uma má autoridade policial são simples pormenores de administração.**<sup>347</sup>

O Decreto n.º 1.414 (24/10/1906) regulamentou a Lei n.º 979, consolidando os critérios burocráticos mencionados acima. Nesse sentido, em ato específico de 27 de dezembro, o secretário de Justiça estabeleceu a nova divisão policial, classificando os delegados (nos municípios do interior e da capital) em seis classes distintas, de acordo com um cronograma hierárquico. O secretário situava-se no topo da cadeia de comando, tendo como auxiliares diretos dois delegados de primeira classe; subordinados a esses vinham os delegados de sede de comarca, com jurisdição municipal (2ª, 3ª, 4ª e 5ª classes); por fim, os delegados em municípios que não eram sede de comarca (6ª classe, leiga e sem vencimentos). O delegado só seria promovido

---

*Ordinaria do Senado do Estado de São Paulo de 1920 (2º anno da 11ª legislatura) organizada pelos tachygraphos Luiz Antonio Pereira da Fonceca e F. I. da Gama Filho.* São Paulo: s.c.p., 1921, p. 33.

<sup>346</sup> SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (JORGE TIBIRIÇÁ). MENSAGEM de 14 de julho de 1906. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., p. 204. A lei n.º 979, seria regulamentada pelo decreto n.º 1.414, de 24/10/1906.

<sup>347</sup> Mensagem de 1907. Op. cit., pp. 238-9 [grifo nosso].

para uma determinada classe se estivesse “servindo na imediatamente inferior”. Para as três primeiras classes exigia-se do candidato o diploma de bacharel em Direito, com preferência desses nos postos de 4ª e 5ª classes.<sup>348</sup>

Um dispositivo de uma lei anterior (nº1.006, de 17/9/1906) permitia ao secretário deslocar delegados de sede para outro município-sede, a fim de proceder a “determinadas diligências”. Esse fator procurava limitar a interferência do poder local, pelo menos nessas sedes, ao tornar os delegados uma “autoridade estranha e com curta permanência no lugar”, à semelhança dos delegados auxiliares.<sup>349</sup>

Contudo, tal divisão começou a apresentar incongruências. Os baixos vencimentos dos 74 delegados de 4ª e 5ª classes (104 municípios contavam com delegados remunerados) diminuía o interesse dos bacharéis na profissão, permitindo uma brecha para que fossem escolhidas para preencher os cargos vagos pessoas leigas e do mesmo lugar, à maneira dos delegados de 6ª classe. Um outro problema a respeito da nomeação estadual é que esta não deixava de prescindir da consulta ao poder local, sendo a remoção uma simples solução para os indesejáveis.<sup>350</sup>

A idéia de uma “polícia sem política” consistiu em apenas um esforço retórico de Tibiriçá para atenuar os reais propósitos da centralização que vinha empreendendo no aparelho repressivo (Poder Judiciário, militar e policial). No caso da polícia civil, o Estado garantia “sua posição de parte forte” no exercício da “barganha” com o poder municipal, uma espécie de compromisso similar à política dos governadores.<sup>351</sup> Um exemplo disto pode ser percebido no uso eleitoral e na troca de favores quando da criação de delegacias, ou na passagem de uma classe a outra mais elevada. Paradoxalmente, os coronéis deviam cobiçar tais melhorias, e certamente a associavam a uma conquista derivada de seu prestígio junto ao poder estadual, à maneira de outras possíveis conquistas similares, como o grupo escolar, o posto de saúde, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a rede de esgotos, a água encanada, e outras, espécie de reforço de seu poder político junto aos eleitores.<sup>352</sup>

Em 1907 aprimorou-se o critério de classificação dos municípios para a carreira de delegado. Com a Lei n.º 1.102 (21/11/1907), as delegacias e não os

<sup>348</sup> Idem, p. 239. FONCECA, Luiz. *op. cit.*, pp. 34-5. Havia oito delegados de segunda classe: cinco na capital, além dos de Santos, Campinas e Ribeirão Preto.

<sup>349</sup> TELAROLLI, Rodolpho. *Op.cit.*, p. 370.

<sup>350</sup> Idem, p. 369. Em 1905 haviam dois delegados de 1ª classe, oito de 2ª classe, vinte de 3ª classe, quarenta e um de 4ª classe e trinta e três de 5ª classe.

<sup>351</sup> FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Op. cit.*, pp. 149-50.

<sup>352</sup> LEAL, Victor Nunes. *Op.cit.*, p. 37.

delegados foram divididos em cinco classes. Quanto à composição das duas primeiras, nada foi alterado, enquanto a 3ª, a 4ª e a 5ª classe, foram reagrupadas, eliminando-se a 6ª classe. O número de delegados de terceira classe passou de vinte para trinta e nove. Houve aumento nos proventos da classe dos iniciantes na carreira (a quarta, com 59 delegados) para assegurar o preenchimento das vagas com delegados formados. Os municípios não especificados nas classes anteriores e a dos que fossem criados eram classificados como quinta classe, a única não remunerada.<sup>353</sup>

A eficiência e a habilidade de Washington na condução dos negócios da pasta, principalmente em meio à oposição interna por parte dos chefes políticos, pode ser percebida na maneira enérgica de administrar e no conhecimento que mantinha das atividades dos delegados. Laudelino de Abreu narra um episódio ilustrativo no qual um delegado de importante cidade do interior paulista, ao despachar com Washington, acabou surpreendido por este, que lhe forneceu minuciosa descrição dos acontecimentos ocorridos em sua delegacia após a sua vinda à capital:

Perguntou-lhe, desde logo, como se desenvolviam os trabalhos policiais na sua Delegacia. O Delegado, com a franqueza, com a lealdade que o Secretário exigia de seus auxiliares, responder, sem hesitar, que tudo corria bem, que não havia nenhuma novidade na sua jurisdição. O Secretário (...) ouvindo serenamente a informação de seu auxiliar, respondeu, com a mesma segurança habitual, de quem estava sempre ao corrente do que se passava na sua Secretaria, que, infelizmente, na primeira noite de ausência do Delegado de sua cidade, todos os presos da Cadeia Pública haviam fugido. O Delegado, (...) tratou rapidamente dos casos que o traziam à presença do Secretário e cuidou de regressar imediatamente para sua cidade.<sup>354</sup>

Washington destacava-se igualmente nas inovações introduzidas no campo burocrático. Promoveu a simplificação do serviço administrativo da secretaria, implementando economia de tempo e de pessoal, aproveitado em setores mais necessários. O expediente passou a ser realizado de uma só vez, com a separação do serviço policial e da administração da Justiça em diretorias distintas. O serviço policial contava com várias dependências especializadas: Gabinete de Queixas ou Reclamações

---

<sup>353</sup> SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALBUQUERQUE LINS). MENSAGEM de 1º de maio de 1912. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., p. 373. Em sua mensagem de 1909, Albuquerque Lins assinalava para o número insuficiente de delegados auxiliares para cuidar de dirigir os serviços de uma enorme quantidade subordinados, de um sem fim de diligências, captura de criminosos foragidos, etc. O Congresso Estadual aprovou, em outubro desse mesmo, a instalação das 3ª e 4ª Delegacias auxiliares. Mensagem de 1909. Op. cit., p. 301.

<sup>354</sup> ABREU, Laudelino. Washington Luís e a Polícia civil. In: *Washington Luís: homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. op. cit.*, p. 49.

e dos Objetos Achados; Gabinete de Identificação; Gabinete Médico-Legal; Tesouraria e Portaria (tendo em anexo o Serviço de Condução e Transportes).<sup>355</sup>

Com relação à criação e aperfeiçoamento de seus serviços auxiliares, a modernização empreendida na polícia civil acompanhou os avanços científicos desenvolvidos, dotando a investigação policial de técnicas e instrumentos sofisticados: sistema datiloscópico de identificação, conhecido como método de *Vucetich*, substituindo o impreciso e oneroso sistema antropométrico.<sup>356</sup> O Gabinete de Identificação se especializou gradativamente, criando dois tipos de serviços com fichários distintos (Serviço Criminal e Identificação Civil). Este novo sistema se estendeu com o tempo às delegacias de sede de comarca no interior. Posteriormente acrescentou-se um serviço de ateliê fotográfico (oferecido somente na capital), aumentando consideravelmente o expediente do gabinete.<sup>357</sup>

Segundo relato fornecido por um antigo funcionário, Washington parecia ter um zelo especial em relação ao Gabinete de Identificação:

(...) antes de dirigir-se ao seu gabinete de trabalho visitava diariamente o Gabinete de Investigação, que funcionava no porão, hoje carceragem do prédio da Polícia Central [Secretaria da Segurança], no pátio do Colégio. Nestas visitas levava sempre um amigo para ser identificado e obter a carteira de Identidade. Muitas vezes, o informante, inteiramente absorvido no trabalho, era surpreendido com um vulto ao seu lado, observando atentamente o andamento dos trabalhos.<sup>358</sup>

<sup>355</sup> Antes da reforma existia apenas o Gabinete Médico-Legal (subordinado à repartição de polícia), o Gabinete Antropométrico (futuro Gabinete de Identificação) e a Tesouraria. Os demais foram criados pelo regulamento de 24/10/1906.

<sup>356</sup> O sistema de Bertillon ou antropométrico, criado na década de 1880, consistia em um método de classificação de indivíduos baseado em medições complicadas de partes específicas do corpo anotadas em fichas que permitira uma rápida identificação. Bertillon empreendeu avanços no campo da fotografia judiciária e científico-criminal. A partir de 1891, Juan Vucevitch, funcionário da polícia territorial de Buenos Aires aperfeiçoou a técnica de codificação e classificação das impressões digitais desenvolvido por Galton. Em 1896 a Argentina “tornou-se o primeiro país do mundo a adotar um método de identificação fundamentado na identificação digital.” In: DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 215-27.

<sup>357</sup> As modificações interpostas pelo decreto n.1533-A, de 31/11/1907, desdobraram os trabalhos do gabinete em três seções: civil, criminal e fotografia, sendo essa última “aplicada em ambas e ao estudo do local do crime, segundo os modernos processos de investigação.” O gabinete da capital passou a permutar informações e datilogramas (seu arquivo chegou a contar com mais de 30 mil fichas) com as polícias de vários estados brasileiros e de países sul-americanos, europeus e da América do Norte. SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALBUQUERQUE LINS). MENSAGEM de 14 de julho de 1911. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., pp. 330-2.

<sup>358</sup> DAUNT, Ricardo Gumbleton. Arquivos da Polícia Civil, vol. IX, 1945 *apud* ABREU, Laudelino. Op. cit., pp. 49-50.

Esse serviço começava a se difundir no país como instrumento que facilitava a ação policial na captura de marginais e no reconhecimento de indivíduos suspeitos.

Outro gabinete importante, originado na reforma de 1906 e considerado o embrião da futura corregedoria da polícia, foi o de Queixas e Reclamações e Objetos Achados, responsável por “receber as queixas formuladas contra todos aqueles que, tendo por qualquer forma uma parcela de autoridade, são acusados de abusos e violências”.<sup>359</sup>

Uma certa concepção de polícia científica começou a se firmar com o funcionamento em julho de 1910 de um Gabinete Químico-Legal em complemento ao preexistente Gabinete Médico Legal. Este último passara por uma reorganização de seu funcionamento em 1896, e vinha sofrendo com a falta de pessoal e de instalações adequadas, como a construção de um necrotério moderno, com salas adequadas para depósito e reconhecimento de cadáveres, para autópsia, de laboratórios e câmaras frigoríficas, exigência que Albuquerque Lins registrou em sua mensagem de 1911, requerendo a aprovação do Congresso de recursos orçamentários para esse fim.<sup>360</sup>

Outras especialidades técnicas foram surgindo ao longo dos anos, modificando o aparelho administrativo da secretaria. Em 1907 foi criado um serviço de pesquisa de pessoas desaparecidas e de cadáveres encontrados (que acabou sendo incorporado ao Gabinete de Identificação). Em 1908 organizou-se um Serviço de Capturas, para cumprir um levantamento prévio dos mandados de prisão expedidos pelos juízes; a 2ª Delegacia Auxiliar se incumbiu da tarefa até outubro do ano seguinte, quando se instituiu um Gabinete de Investigações e Capturas subordinado à recém-criada 4ª Delegacia Auxiliar, que também recebeu os encargos do Serviço de Pesquisa Geral.

A inspeção dos divertimentos públicos, antes uma atribuição municipal, passou a ser uma competência da polícia civil, em consequência da Lei nº 1.103 (1909). O serviço foi regulamentado pelo Decreto nº 1.714, passando a inspeção a ser exercida pela 3ª Delegacia Auxiliar, juntamente com a fiscalização do trânsito público (conforme acordo firmado com a Prefeitura da capital). Organizou-se um gabinete específico para abarcar essas e outras funções díspares: o Gabinete de Inspeção e Divertimentos Públicos, Trânsito e Assistência Policial. Nessa mesma época foi instalada na secretaria uma estação telegráfico-telefônica e organizado o Código Telegráfico da Polícia do

---

<sup>359</sup> Mensagem de 1909. Op. cit., p. 301.

<sup>360</sup> Mensagem de 1911. Op. cit., p. 331.

Estado, que passou a ser adotado em novembro do mesmo ano. A reforma de 1910 regulamentou esses novos serviços, consolidando seu funcionamento.<sup>361</sup>

Um aspecto bastante incisivo da ação empreendida por Washington, nos primeiros anos à frente da secretaria, dizia respeito à campanha de repressão à vadiagem. Considerava uma necessidade pública imprescindível a eliminação daquilo que classificava em seu relatório como “(...) verdadeiro exército de vadios, mendigos validos, jogadores de profissão, *caftens*, ratoneiros, ladrões, etc., que infestavam a capital e o interior<sup>362</sup>”. A vadiagem configurava-se como uma contravenção prevista no artigo 399 do Código Penal de 1890, mas a amplitude e a elasticidade do conceito permitiam o enquadramento de outros tipos de ilícitos, ocupando sempre um número proeminente, porém declinante nas estatísticas criminais.<sup>363</sup>

Para isso apressou a construção dos pavilhões da Colônia Correcional, na ilha dos Porcos, baseado em projeto do engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo. O local fora idealmente destinado “à correção pelo trabalho, dos vadios e vagabundos”, isto é, de homens adultos, condenados nesses termos segundo o novo Código Penal.<sup>364</sup> O presidente Tibiriçá, inclusive, regozijou-se em sua mensagem de 1907 com o fato de o Estado de São Paulo experimentar pela primeira vez no País as disposições previstas nesse mesmo código, “(...) que permitem a transformação da pena de prisão celular, em internação em penitenciárias agrícolas e, em seguida, a concessão do livramento condicional<sup>365</sup>”.

Com esse mesmo intuito foram ampliadas as instalações do edifício do Instituto Disciplinar, no bairro do Tatuapé, na capital, para internação de “menores vadios, viciosos e abandonados”. A crença na regeneração social dos delinqüentes

---

<sup>361</sup> A nova estruturação dos serviços aparece no decreto nº 1892 (23/6/1910) compreendendo a Secretaria de: Gabinete do Secretário, Diretoria da Justiça e Contabilidade (2 seções); Diretoria da Segurança Pública (3 seções); Gabinete de Queixas; Gabinete de Identificação; Gabinete Médico-legal; Gabinete Químico-legal; Gabinete de Capturas e Investigações; Gabinete de Inspeções e Fiscalização; Almoxarifado; Seção de Estatística (criminal e judiciária - entregue posteriormente à Procuradoria Geral do Estado); Biblioteca e Arquivo; Tesouraria; Estação Telegráfico-telefônica; Guarda Militar e Portaria (tendo anexo o serviço de condução e transportes) – somou-se posteriormente o Gabinete de Assistência Policial, em 1911. In: Mensagem de 1909. Op. cit., pp. 375-6.

<sup>362</sup> SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública. RELATÓRIO apresentado ao Dr. M. J. Albuquerque Lins, presidente do Estado, pelo secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luís P. de Sousa. Ano de 1911. São Paulo: Typographia Brasil, 1911, pp. 148-9.

<sup>363</sup> DEBES, Célio. Op. cit., p. 72. No relatório da Secretaria de 1911, de um total de 532 presos à disposição da Justiça, 101 estavam respondendo por vadiagem.

<sup>364</sup> Fonseca, Luiz. Op. cit., p. 33; Mensagem de 1906. Op. cit., pp. 204-5.

<sup>365</sup> Mensagem de 1907. Op. cit., p. 241.

juvenis levou à aplicação de elementos de instrução elementar, profissional e industrial (“de preferência agrícola”), a fim de incutir “hábitos de trabalho” entre os internos.<sup>366</sup>

Um dos temas levantados pelo secretário de Justiça foi o da necessidade de modernização do sistema prisional e da questão carcerária. O estado deplorável em que se encontravam a penitenciária e as cadeias da capital provocaram espanto no secretário de Justiça, que registrou sua desagradável impressão sobre esses estabelecimentos pouco depois de sua posse:

Acanhado e velho pardieiro, sem as acomodações indispensáveis, sem as instalações necessárias, regido por arcaico regulamento, eis o que é a nossa Penitenciária. (...) Atualmente existem no Estado de S. Paulo 976 presos, réus condenados à prisão celular ou a prisão com trabalho; (...) 816 réus condenados estão recolhidos às cadeias do Estado, (...) inclusive, em promiscuidade com presos processados, presos em custódia, desordeiros e embriagados, com todo o bando de freqüentadores habituais dos xadrezes. As cadeias não possuem enfermarias nem enfermeiros, médicos nem medicamentos, escolas nem oficinas de trabalho; não são construídas para que nelas os presos purguem suas penas, não tem, pois, nenhuma das condições exigíveis em edifícios destinados à longa permanência de presos. Entretanto, os sentenciados são a elas recolhidos pela razão muito simples de que não há onde os colocar, pois que a Penitenciária tem apenas 160 lugares. Nessa população que atinge quase um milhar, há tuberculosos, morféticos, que vivem todos juntos.<sup>367</sup>

Na mensagem presidencial de 1905, Tibiriçá pedia um certo empenho por parte do Congresso na aprovação de recursos para a construção de uma nova penitenciária. Registrava também o envio de projeto de lei sobre o sistema geral de prisões do Estado, no qual se previa o aproveitamento do trabalho dos detentos e a inspeção do serviço das cadeias.<sup>368</sup> Apesar da autorização para a realização da obra pela Lei nº 967-A (24/11/1905), nada foi feito.<sup>369</sup>

O assunto voltaria à baila justamente através de Washington, ao sugerir em seu primeiro relatório a demolição da antiga penitenciária por sua inadequação em relação aos preceitos socioeducativos emanados da lei penal. A seu ver, a construção de um novo edifício demandaria um longo período e exigiria quantia avultada para o

<sup>366</sup> Mensagem de 1908. Op. cit., p. 274; Mensagem de 1909. Op. cit., p. 299.

<sup>367</sup> FONCECA, Luiz. Op. cit., pp. 38-9.

<sup>368</sup> Mensagem de 1905. Op. cit., p. 183.

<sup>369</sup> Mensagem de 1906. Op. cit., p. 205.



orçamento do Estado. A solução proposta pelo secretário seria a autorização de quantias específicas em cada exercício e o desenvolvimento parcelado da obra.<sup>370</sup>

O projeto em prol de uma nova penitenciária do Estado levou o Congresso a aprovar no final de 1907 a Lei nº 1.117-A (27/12), pela qual o governo resolvia construir os pavilhões do complexo carcerário a ser projetado em local adequado. Quase um ano depois, em pleno governo de Albuquerque Lins, o próprio Washington encarregou-se de enviar um ofício ao secretário da Agricultura e Obras Públicas, Antônio Cândido Rodrigues, solicitando providências referentes ao levantamento de uma planta com orçamento para a construção da respectiva penitenciária, com capacidade de alojar 1.200 presos, e especificamente destinada ao recolhimento de condenados a mais de um ano.

Concebeu a composição da infra-estrutura da penitenciária como uma espécie de prisão-modelo, purgada dos defeitos congênitos de sua anterior. Para isso adotou os mesmos preceitos do Código Penal, incorporado ao projeto da Colônia Correccional, cuidando de acrescentar outros afinados com os avanços da ciência penitenciária da época:

(...) prisão celular com trabalho obrigatório, devendo, pois, ser construídas células para isolamento durante os primeiros tempos – período que será determinado em regulamento posterior – e depois para a segregação noturna, e devem ser construídas salas de oficinas para o trabalho em comum durante o dia. E como esse trabalho deve ser previdente, remunerador e compensador, aprendendo cada preso um ofício, si o não tiver, ou aperfeiçoando-se naquele que já possuir, as oficinas devem ser já as de alfaiataria, sapataria, papelaria, litografia e marcenaria, nas quais possa o Estado mandar fazer as obras para as necessidades públicas e mesmo concorrer com a indústria particular.<sup>371</sup>

O bairro de Santana, na zona norte da capital, acabou sendo o local escolhido para a instalação da penitenciária, onde se adquiriu um terreno particular de 20 alqueires, após os “exames e sondagens sobre a qualidade e segurança deste terreno” efetuado pelo engenheiro Lefèvre. A área conhecida como Carandiru era servida de luz

<sup>370</sup> FONCECA, Luiz. Op. cit., p. 39.

<sup>371</sup> Idem, pp. 41-2. O terreno deveria deixar espaço para a horticultura. No campo educativo previa salas de aulas, pequena biblioteca e uma “capela” para celebração das cerimônias do culto externo dos presos. Outros elementos de infraestrutura recomendados: acomodações necessárias para o serviço sanitário (farmácia, salas de operações, enfermarias para doenças comuns, celas sanitárias para doenças incuráveis e contagiosas), dependências necessárias para locutório, padaria, dispensa, refeitórios, lavanderias, latrinas, banheiros, alojamentos para vigilantes, enfermeiros, guardas, etc.; construção de alojamento para guarda permanente (150 praças); casa destinada ao diretor da penitenciária e sua família. Idem, p.41-2.

elétrica e abastecimento regular de água, sendo cortada pela linha do *Tramway* da Cantareira<sup>372</sup>, de propriedade do Estado, por onde se faria o transporte de matérias-primas e produtos manufaturados, e a condução de presos e de soldados de guarnição. Previa-se estabelecer vagões e ramais especiais destinados à penitenciária.<sup>373</sup>

O projeto ficou sob a responsabilidade do Escritório Técnico de Ramos de Azevedo, prevendo acréscimos posteriores caso houvesse necessidade, desde que fossem obedecidas “as condições higiênicas, guardada a homogeneidade arquitetônica e prevenida a feição industrial do estabelecimento<sup>374</sup>”. A construção das primeiras alas se daria somente a partir de maio de 1911.<sup>375</sup> As obras atravessariam pelo menos os dois próximos governos estaduais. Em sua primeira mensagem presidencial de 1920, Washington fez uma breve alusão à inauguração dos primeiros pavilhões e à transferência dos presos das cadeias do interior do Estado.<sup>376</sup>

A crença na regeneração do criminoso embutida nessa política carcerária do governo paulista aproximava-se, de certa forma, das concepções da antropologia criminal francesa do final do século XIX, defensora de uma ação estatal reformista voltada para o meio social.<sup>377</sup> Todavia, a repressão policial à vadiagem e ao movimento operário não caminhava nesse mesmo sentido.

Entre os presos enviados à Colônia Correccional havia lideranças de recentes “paredes” operárias. A questão social, nesse período, começava a inquietar as autoridades estaduais, tendo em vista o nível de organização alcançado pelas associações operárias (ligas de resistência), cujos métodos se pautavam pela ação direta por meio do boicote, da sabotagem e da greve. Esses se reuniram e fundaram a Federação Operária de São Paulo (FOSP) em novembro de 1905, passando a orientar as

---

<sup>372</sup> Essa via férrea de trilhos chatos e bitola estreita (60 cm) começara a operar em 1894. Saía da Rua 25 de Março, em frente ao mercado, “atravessava a cidade e galgava as elevações da Serra da Cantareira, onde estavam os açudes do abastecimento de água da cidade e onde foi implantado o Horto Florestal”. GERODETTI, J. E.; CORNEJO, C. *Lembranças de São Paulo: a capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Studio Flash Produções Gráficas, 1999, p. 143.

<sup>373</sup> Mensagem de 1909. Op. cit., p. 298.

<sup>374</sup> Idem, p. 299.

<sup>375</sup> Mensagem de 1911. Op. cit., p. 334.

<sup>376</sup> Mensagem presidencial. *ANAIIS*. Op.cit., pp. 72; 82.

<sup>377</sup> As críticas efetuadas pela Escola Sociológica de Lyon enfraqueceram severamente a influência das teorias lombrosianas, como a do “criminoso nato” segundo o qual a natureza viciosa e delinqüente latente em certos indivíduos seria o produto do atavismo. Lombrosso um dos símbolos máximos do positivismo triunfante, deu ensejo a diversas tentativas de estender os estigmas da criminalidade constitucional para identificação de outros “párias” sociais, como a descoberta do “vagabundo nato” por Benedikt e do “pobre nato” por Alfredo Niceforo. Darmon considera os países latino-americanos como focos de permanência e “verdadeiros eldorados” da escola lomborssiana. DARMON, Pierre. Op.cit., pp. 91-2 ; 110.

atividades dos principais sindicatos paulistas e atazanando a elite empresarial paulista, que começou a pressionar o governo no sentido de tomar medidas mais enérgicas.

Em maio de 1906, os ferroviários da Companhia Paulista paralisaram suas atividades sob a orientação da Liga Operária de Jundiaí. A greve alastrou-se para Campinas, paralisando o funcionamento das Companhias MarcHardy e Lidgerwood Faber. O movimento espalhou-se rapidamente, atingindo a Mogiana e outros setores industriais e comerciais, contando com a solidariedade dos funcionários das Docas de Santos e da Sorocabana, entre outros.<sup>378</sup> Foram deslocados pelo menos 1.200 soldados da Força Pública para debelar o movimento, que havia alcançado uma enorme dimensão. A dificuldade encontrada pelo governo nesse episódio causou certo desconforto nas autoridades, servindo como pretexto para o fortalecimento em termos militares do aparato policial do Estado para que, nas futuras refregas, o governo pudesse contar com uma força dissuasiva mais eficaz.<sup>379</sup>

A FOSP conclamou o operariado paulista a iniciar uma paralisação durante as comemorações do Primeiro de Maio de 1907 para a conquista da jornada de oito horas de trabalho. Seguindo os metalúrgicos da Lidgerwood, diversas outras categorias declararam-se em greve na capital, e em Santos, Campinas e Ribeirão Preto. A repressão policial, comandada por Washington, dessa vez não tardou, agindo violentamente na contenção do núcleo paredista, fechando a FOSP e prendendo os militantes mais combativos.<sup>380</sup>

Foi sintomática a manifestação do presidente Tibiriçá sobre o episódio em defesa dos atos tomados pelo seu secretário. Em sua interpretação, a manifestação teria se degenerado por culpa única e exclusiva da intransigência dos líderes da FOSP. Segundo seu relato, essa entidade se compunha

Funcionava na Capital, à Travessa da Sé n. 2, a chamada “Federação Operária”, composta, segundo se dizia, de representantes das diversas profissões, com existência legal, mas com assistência numerosa, que deliberava imposições e enviava ultimato aos patrões, dirigindo enfim, o movimento em São Paulo, que logo se propagou (...) A princípio, calma e dentro da lei, logo a parede começou a

<sup>378</sup> LOPREATO, Christina Roquette. Op.cit., p. 24.

<sup>379</sup> Os focos principais da greve se concentraram em Jundiaí, Campinas e Rio Claro. Nesses locais, conforme anota Casalecchi, contam com o apoio da população “que se contrapõe aos atos da polícia, negando-lhe alimento e hospedagem”. Aderiram ao movimento a Companhia de Gás de Campinas, Cervejaria Rio Claro, Anderson Limpeza Pública de Campinas, Estabelecimentos Comerciais de Campinas, alfaiates e pedreiros. CASALECCHI, José Ênio. Op. cit., p. 129.

<sup>380</sup> LOPREATO, Christina Roquette. Op. cit., pp. 23-4. Ocorreram inúmeras paralisações na cidade de Santos, atingindo principalmente as atividades do porto nos anos de 1900, 1905, 1908 e 1912.

manifestar-se por ameaças e violências. Teve então a polícia de intervir fazendo dissolver estes ajuntamentos de operários, que se tornaram ilícito, dos quais partiam movimentos que, com ameaças e violências materiais, perturbavam a ordem pública (...)<sup>381</sup>

Nesse contexto predominava entre as autoridades estaduais a idéia de que inexistiam no País conflitos entre capital e trabalho, sendo as agitações operárias obras de desordeiros e sublevadores estrangeiros que pretendiam desestabilizar a harmonia reinante entre patrões e empregados, propagando concepções revolucionárias de origem européia, como o anarquismo, o anarcossindicalismo e o comunismo, espécies de exotismos perniciosos a serem combatidos com eficácia.

A pressão política sobre as autoridades, por parte dos empresários, industriais e intelectuais pedindo medidas contra os anarquistas, levou à formulação de um projeto de lei apresentado pelo deputado Adolfo da Silva Gordo, no Congresso Federal, propondo a expulsão dos estrangeiros considerados agitadores profissionais do território nacional. Aprovada em janeiro de 1907 após intensos debates, a lei “Adolfo Gordo” provocou desde o início sérias críticas por ser ampla e vaga quanto aos requisitos e motivos que sancionavam a deportação.

Esse instrumento começou a ser amplamente aplicado pelo governo paulista após sua sanção. Em sua mensagem de julho de 1907, o presidente anunciava um total de 23 estrangeiros deportados para seus países de origem e 220 processos em andamento por vadiagem.<sup>382</sup> A prática se estendeu pelos anos seguintes, culminando na tentativa de revisão da lei de expulsão em 1912, no sentido de suprimir alguns artigos que restringiam sua aplicação, mesmo ano no qual diversas manifestações operárias voltavam a agitar o ambiente paulistano após um interregno de cinco anos (algo que só voltaria a ocorrer com maior intensidade na greve geral de 1917).

Washington era plenamente favorável à medida de expulsão. Mantinha contato direto com Altino Arantes, deputado federal e membro da bancada paulista no Congresso, sendo informado a respeito das discussões em torno da revisão da lei Adolfo Gordo. Sua posição pessoal apareceu sobretudo em correspondência enviada para Belisário Távora, chefe de Polícia do Distrito Federal, produzindo um relato minucioso contendo uma descrição das entidades, seu nível de organização e também uma listagem dos sócios, a maioria agitadores muito atuantes na capital paulista:

---

<sup>381</sup> Mensagem de 1907. Op. cit., p. 240.

<sup>382</sup> Idem, p. 240.

Nessas classes de associações, os sócios, quase sempre os mesmos, na sua grande maioria italianos, espanhóis, agitadores profissionais expulsos de outros países, vagabundos perigosos, alguns brasileiros desclassificados ou quase, desequilibrados ou especuladores. Entre aqueles encontram-se sempre Ristori, Boni, Sorelli, Monacheri, Cerchiari, Marsilio, Olivatti, Nasicolo, Speziali, Américo Bartolotti, Ovidi, Sarcinelli, Magnani, Coldi, Rossi, Manfredi, Matto, Sanschez, Boscace, Ramon, Matto [sic], Barbieri Perez (nomes talvez de empréstimo). Entre os nacionais estão Passos, Cunha, Benjamin, Mota, Leuwroth [ilegível].<sup>383</sup>

Se de um lado atribuía a origem dos males e das desordens públicas ocorridas nos últimos anos a esses agitadores, de outro isentava a população, considerando-a refém ingênua de pregações estranhas à sua verdadeira índole, ao que completava: “A população de São Paulo, mesmo a estrangeira, que é numerosa, é grandemente ordeira e se acha exclusivamente entregue ao trabalho.”

Washington comentava o fato da lei de expulsão dos “indesejáveis” ser muito branda, abusando de termos próprios da linguagem médica para justificar atos entendidos como legítimos de soberania nacional:

Para evitar esses casos precisamos de medidas **preventivas**. Mas, como aplicá-las num país em que a lei de expulsão de estrangeiros indesejáveis aparece para fazer restrições ao direito que tem todo o estado bem organizado de se defender. (...) a restrição de biênio de estada para impedir a expulsão do estrangeiro perigoso que compromete a segurança pública, que sabidamente ameaça a vida de chefes de estado. Precisamos de **higiene e não de terapêutica, meios profiláticos e não curativos**.<sup>384</sup>

Como se vê, o tratamento policial dado aos problemas ligados aos conflitos na esfera do trabalho revelavam a direção autoritária dispensada à questão pelas autoridades estaduais. Ademais, as greves e a organização dos operários demonstravam a existência de uma industrialização crescente na capital, cuja sociedade se modernizava em meio a uma urbanização acelerada. A elite paulista manifestava enorme dificuldade de lidar com as mudanças sociais geradas por esses processos, e só conseguia enxergar nelas uma ameaça direta à manutenção do controle político do PRP.

Contudo, o “estadualismo” começava a se preocupar em arregimentar suas forças para enfrentar as possíveis implicações decorrentes da política dos governadores.

---

<sup>383</sup> DEBES, Célio. Op. cit., p. 71. Debes se baseou no rascunho da carta enviada para Belisário Távora, como resposta à sua enviada em 23 de agosto de 1911. O documento sem data, informa somente o ano (1911).

<sup>384</sup> Idem. Grifo nosso.

O peso e a influência de São Paulo na ordem federativa começavam a causar atritos com a União, principalmente em relação à implementação de uma política cafeeira independente, atitude por vezes interpretada como um abuso da prerrogativa autonômica estadual. O ambiente de tensão entre Jorge Tibiriçá e o presidente da República Rodrigues Alves colaborava para tornar certa a possibilidade de intervenção federal. Com a entrada de Afonso Pena na presidência em 1906, ficou arrefecido, pelo menos em curto prazo, o perigo intervencionista, uma vez que Pena fora eleito justamente por defender o apoio federal à continuidade da valorização do café.

Um certo receio permaneceu, deixando de sobreaviso o PRP e o governo diante de uma provável reversão do quadro político, que poderia facilmente desembocar em uma situação politicamente desfavorável. A resposta oferecida pelo governo paulista a essa situação foi a de militarizar seu aparelho repressivo, tendo sua expressão mais nítida na remodelação realizada na Força Pública do Estado.

Única força não extinta após a fundação da República, o Corpo Policial Permanente viveu até o início do século XX uma situação de profunda instabilidade. Em 1901, sua estrutura foi reagrupada, passando a denominar-se Força Policial do Estado ou Força Pública (Lei nº 776, de 28/6/1901), vindo a contar com comando geral unificado e quatro batalhões (sendo dois responsáveis pelo policiamento do interior). A Guarda Cívica foi mantida para o policiamento da capital, subordinada à Força Pública.<sup>385</sup>

O governo Tibiriçá propôs uma reorganização em bases idênticas às aplicadas na Polícia Civil, objetivando a racionalização do serviço policial-militar (Lei nº 958, de 28/9/1905). Tal empreendimento exigiria pautas definidas de profissionalização<sup>386</sup>, e além disso começavam a se estabelecer as tratativas com o governo francês para a contratação de uma missão militar a fim de instruir a Força Pública e elevar o nível técnico e a formação de seus oficiais e praças.<sup>387</sup>

Até essa época discutia-se a conveniência de se transferir para os municípios os efetivos da Força Pública, ou permitir que pudessem organizar guardas municipais.

---

<sup>385</sup> FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Op. cit., pp. 150-4.

<sup>386</sup> Mensagem de 1905. Op. cit., p. 205.

<sup>387</sup> Essas missões militares eram muito comuns entre os países latino-americanos da época, havendo uma enorme disputa entre franceses e alemães pela obtenção do contrato, seja pela influência político-ideológica ou pelas rentáveis encomendas de material bélico. A preferência do presidente Tibiriçá pelo ensino do Exército francês contrariava a sugestão do ministro das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco, defensor de uma missão alemã para treinamento do Exército nacional. Essa missão se tornou precursora no país da demais. O próprio Exército contratou em 1918, uma missão francesa. FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Op. cit., p. 157.

Para o “estadualismo” essa proposta havia se tornado incompatível com seus propósitos centralizadores, entre os quais o de tornar o município dependente de seus favores, retirando a força policial de sua esfera direta de influência.<sup>388</sup>

Os membros da missão francesa chegaram poucos dias depois da posse de Washington na Secretaria da Justiça, em março de 1906. Esse acabaria tomando a responsabilidade pela instalação e acompanhamento das atividades ministradas pelos chefes da missão, composta por um instrutor, o coronel Paul Balagny e seus auxiliares, o tenente-coronel Raoul Negrel e o alferes André Honeix de la Brousse Statmüller.<sup>389</sup>

Para adestramento e preparo no âmbito das atividades operacionais do efetivo foram criados no primeiro ano: a Escola do Soldado, a Escola da Seção e a Escola de Cavaleiro (Infantaria); a Escola de Cavaleiro em Pé e a Escola de Cavaleiro a Cavalos (Cavalaria), sendo a íntegra das instruções publicadas posteriormente. Foram também instituídos cursos específicos destinados a oficiais, alunos-cabos e inferiores, visando à formação intelectual.<sup>390</sup> O “curso para policiamento” era destinado exclusivamente à Guarda Civil. A promoção de alunos-cabos para o oficialato era objeto de especial cuidado (Washington os via como sementeiras dos futuros líderes da corporação), exigindo-se a aprovação nesses cursos e em exames especiais.

Algumas dessas inovações acabaram modificando a imagem da Força Pública, marcada até então por contínuas transformações, pela falta de solidez e rebeldia constantes no efetivo. Os destacamentos eram largamente utilizados para fins políticos como “instrumentos de repressão e intimidação a adversários políticos de grupos locais afinados com o poder estadual no processo de troca de proveitos<sup>391</sup>”.

Um interessante relato sobre a introdução da educação física e dos exercícios na rotina do quartel demonstravam os efeitos da modernização na disciplina e adestramento dos soldados e no cumprimento de suas atividades diárias:

A Missão Militar, contratada na França para instruir e reorganizar a Força Pública, chegara a São Paulo nos primeiros meses de 1906. Dois seus integrantes, dois oficiais, os capitães Delphin Balancier e Louis Lemaitre, tinham cursos de educação física, sendo o primeiro especializado em esgrima e o segundo em ginástica. A obra dos instrutores gauleses não demorou a produzir fecundos resultados. Os progressos técnicos da Milícia paulista foram surpreendentes. Mas o que avultava à primeira observação, era o aprumo, o desembaraço, a

---

<sup>388</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., pp. 339-40.

<sup>389</sup> FONCECA, Luiz. Op. cit., p. 34.

<sup>390</sup> Mensagem de 1906. Op. cit., p. 240; DEBES, Célio. Op. cit., pp. 62-3.

<sup>391</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., p. 330.

altivez do porte do soldado de Piratininga, quer enquadrado, quer de folga, nos deslocamentos pelas ruas, numa demonstração palpável do valor da educação física na instrução militar.<sup>392</sup>

As transformações quantitativas sofridas pela Força Pública conferiam igualmente um peso qualitativo aos seus serviços, destacando-se: a ampliação constante dos efetivos; compra de novos e aperfeiçoados armamentos; construção de prédios; aquisição de automóveis; elevação dos salários para garantir estabilidade aos efetivos; oferta de certas garantias econômico-sociais às praças, como assistência hospitalar, aposentadoria, casas populares, etc.<sup>393</sup>

Porém, o processo não se desenrolou de maneira pacífica, ocorrendo resistência no âmbito interno da instituição à vinda da missão francesa e às intenções do governo de submeter às forças militares. Um ambiente hostil parece ter se instalado com a chegada dos franceses. O comandante geral, cel. Argemiro da Costa Sampaio, oficial do Exército Nacional, pediu exoneração do cargo em protesto contra a contratação de estrangeiros, sendo rapidamente substituído por um coronel da própria Força para abreviar a crise.<sup>394</sup>

Eugênio Egas relata um incidente sério ocorrido no Quartel da Luz, ainda em junho de 1906, que quase provocou o encerramento do contrato com a missão:

(...) um sargento durante os exercícios da tropa, alvejara o grupo de oficiais, onde também se achavam os da missão francesa, caindo morto o alferes Magalhães e gravemente ferido o tenente-coronel Raul Negrée. Os mais descontraídos boatos correram a propósito! O fato que é comum em quartéis estrangeiros, e raríssimo nos brasileiros, assumira proporções desconhecidas.<sup>395</sup>

Diante da perspectiva da desordem irromper para fora do quartel, o secretário Washington, avisado antecipadamente do ocorrido, dirigiu-se para o local. Encontrou os oficiais franceses “sucumbidos” diante da traição do sargento, enquanto os

---

<sup>392</sup> FERRAZ, Cel. Arrisson de Souza. O presidente Washington Luis e a cultura física brasileira. In: *Washington Luis (visto pelos contemporâneos no primeiro centenário de seu nascimento)*. Publicação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: s.n., 1968, pp.145-6.

<sup>393</sup> O decreto n.1407 (3/10/1906), regulamentou o funcionamento da Caixa Beneficente da Força Pública, criada para socorrer com pensões as famílias dos praças e oficiais. Por sua vez o decreto n. 1358 (19/4/1906), veio regulamentar a Pagadoria da Força Pública. Mensagem de 1906, p. 240. FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Op. cit., p. 155-6.

<sup>394</sup> Segundo Debes o motivo da exoneração teria sido uma declaração desse comandante à imprensa se opondo a missão, fortalecendo os constantes ataques feitos por jornais cariocas. DEBES, Célio. Op. cit., p. 63.

<sup>395</sup> EGAS, Eugênio. Op.cit., v. 3, p. 10.



oficiais paulistas tomavam as primeiras providências. Egas avança na descrição dos acontecimentos:

O dr. Washington Luis indaga com urgência do que houve, resolvem com aquele sangue frio e rapidez que todos lhe conhecem, e, voltando-se para o comandante-em-chefe, ordena: – “Os exercícios continuam.” Como que um novo alento nasceu naqueles homens, ali reunidos para a disciplina, e que acabavam de ser surpreendidos por um ato de indisciplina feroz e sanguinário, cruel intempestiva. Desde esse momento, o dr. Washington Luis conquistara a confiança e o entusiasmo dos oficiais e da tropa, a estima e o reconhecimento da missão militar francesa.<sup>396</sup>

A esse ato de afirmação da autoridade expresso pelo secretário seguiu-se uma reação vigorosa por parte dos membros da missão, que iniciaram os preparativos para julgamento e fuzilamento do réu (seguindo o estabelecido no Código Militar francês). Diante do impedimento da aplicação da medida, contrária à legislação brasileira, os franceses se preparavam para se retirarem do País, quando houve a intermediação de Washington para apaziguar os ânimos exaltados. Esse episódio acabou por evidenciar uma certa “tensão no relacionamento dos membros da missão com os da Força Pública”. O assassino foi incriminado e condenado a 30 anos de prisão.<sup>397</sup>

Uma dimensão dessa oposição enfrentada pelo secretário de Justiça na condução da reforma na Polícia Civil e na Força Pública pode ser matizada através de comentários tecidos por Eugênio Egas:

Logo ao princípio surgiram dois obstáculos julgados irremediáveis: os chefes políticos, despojados das funções policíacas, julgaram-se diminuídos em sua força eleitoral, que eles confundiam com o prestígio, que deviam ter, e que, de fato, alguns tinham; a repugnância, quase invencível, que os oficiais de polícia tinham em sujeitar-se à instrução militar ministrada por estrangeiros, (...). Entre os nossos oficiais havia veteranos do Paraguai, heróicos e bravos soldados de Caxias e Osório. Se o governo paulista queria dar à polícia instrutores militares, não estava ali tão perto, à mão, oficiais do Exército Brasileiro? (...) Era preciso muito e fino tato para convencer chefes políticos e disciplinar velhos soldados cheios, uns e outros de bons e valiosos serviços.<sup>398</sup>

Como se percebe, o triste episódio ocorrido no Quartel da Luz expunha um certo estado de ânimo exaltado com a vinda da missão, agravado com a campanha

<sup>396</sup> Idem, p. 11.

<sup>397</sup> FERNANDES, Heloísa Rodrigues. Op. cit., p. 160.

<sup>398</sup> EGAS, Eugênio. Op. cit., v. 3, p. 10.

desencadeada pela imprensa carioca, que acusava o Estado de São Paulo de pretender transformar-se na “Prússia brasileira” ao sustentar a força policial “mais cara do País”.<sup>399</sup>

Aliava-se a isto os problemas de ordem logística, como a permanente dificuldade no preenchimento dos quadros da Força, devido aos baixos proventos e a carência de mão-de-obra na lavoura. Anualmente o Congresso Estadual fixava os gastos e o efetivo máximo da Força Pública. Entre 1904 e 1912, o efetivo previsto passou de 4.221 para 6.718 homens (acréscimo de 2.497 homens), sendo que o período de maior ampliação ocorreu com a chegada da missão (acréscimo de 2.150 homens), mas dificilmente esses números foram atingidos.<sup>400</sup> Quanto às despesas com a Força, ocorreu um aumento no dispêndio: em 1904 chegava a 6.651:097\$500, enquanto em 1912 elevava-se a 10.920:436\$000.<sup>401</sup>

Esses valores perfaziam um montante considerável no menor orçamento de todas as Secretarias de Estado, a da Justiça e a da Segurança Pública. Entre 1906 e 1912, as despesas evoluíram respectivamente (em contos de réis): 10.776 (1906), 12.113 (1907), 12.656 (1909), 14.015 (1910), 14.870 (1911), 17.458 (1912).<sup>402</sup> Os gastos com a Força Pública elevavam-se na mesma proporção (em contos de réis): 7.022 (1906), 7.612 (1907), 7.805 (1908), 7.796 (1909), 8.409 (1910), 9.413 (1911), 10.920 (1912)<sup>403</sup>, representando sempre mais de 60% do orçamento total da secretaria, sobrando muito pouco para cobrir outras verbas destinadas à manutenção das prisões do Estado, a administração da Justiça e do Ministério Público, do serviço policial e de diversos outros ofícios sob sua responsabilidade.

O aparato policial-militar continuou apresentando algumas falhas mesmo após sua modernização. Os vencimentos incompatíveis, as más condições de vida dos inferiores e a insuficiência do efetivo, principalmente no vasto interior paulista, abriam

<sup>399</sup> LOVE, Joseph. Op. cit., p. 176.

<sup>400</sup> O efetivo da Força começou a retomar uma curva de crescimento a partir de 1905 (4217 homens), passando em 1906 para 4.568; 1907 (4.934); 1908 e 1909 (5.029); 1910 (5.044); 1911 (5.848). Cf. Quadro de Fixação Anual da Força Pública, Despesas Totais e com Vencimento e Receita Orçamentária Prevista do Estado. TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., v. II, pp. 356-7

<sup>401</sup> Entre 1904 e 1905 houve redução nas despesas e no efetivo previsto para Força Pública, provavelmente devido à retração da arrecadação. A porcentagem das despesas da Força na receita total prevista do Estado no período 1904-1912 foi respectivamente: 19,1% (34.893 contos de réis), 17,6 % (36.755), 14,8% (47.359), 14,1% (54.171), 16% (48.722), 15,9% (49.166), 16,1% (52.170), 16,1% (58.341), 16,1% (67.760). Idem.

<sup>402</sup> EGAS, Eugênio. Op. cit., v. 2, pp. 254-5; 287; 318; 350; 397-400. Não foram encontrados dados para 1908.

<sup>403</sup> Cf. Quadro de Fixação Anual da Força Pública, Despesas Totais e com Vencimento e Receita Orçamentária Prevista do Estado. TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., v. II, pp. 356-7.

brechas para a utilização da Força como trunfo dos governistas nos pleitos municipais. A transgressão das leis nas áreas pioneiras continuou sendo algo muito comum, existindo sempre indivíduos capazes de se desincumbirem de tarefas necessitadas pelo governo naqueles vastos ermos. Um caso célebre, tratado por Love, foi o do tenente “Galinha”. Este militar, semi-analfabeto engajou-se na força policial da província em 1888, tendo desertado por duas vezes e sofrido punições regimentais tantas outras. Sua ascensão se deveu aos trabalhos encomendados por poderosos chefes políticos, alcançando o posto de oficial da Força em 1909.<sup>404</sup>

Nesse mesmo ano o presidente Albuquerque Lins, em sua mensagem ao Congresso, chegou a afirmar que os melhoramentos introduzidos pela missão francesa conferiam à Força Pública um *status* de “pequeno exército”<sup>405</sup>. Isto serviu evidentemente para amedrontar os possíveis inimigos, pois com um efetivo de mais de cinco mil homens bem treinados, distribuídos por quatro batalhões de infantaria, tendo corpos de cavalaria, de guardas-cívicos e de bombeiros, além de armamentos, artilharia e instalações modernas, o Estado de São Paulo se preparava para qualquer emergência.<sup>406</sup>

A ocasião para um teste surgiu com o turvamento do cenário político nacional desencadeado pela morte de Afonso Pena em junho de 1909. O problema sucessório fora levantado precocemente pelo próprio Pena que tentou engatar em vão a candidatura de seu ministro da Fazenda, David Campista. Naturalmente a disputa eleitoral se acirrara, levando ao lançamento da chapa do marechal Hermes da Fonseca, ainda em maio, sustentada por setores militares, por Estados fortes como Minas Gerais e

---

<sup>404</sup> O tenente Galinha era conhecido por ser medroso e covarde, realizava as ações policiais por meio de tocaias. Tinha muito pouco confiança na justiça, e apesar dos inúmeros inimigos, acabou assassinado em 1913 pelo amante de sua mulher. LOVE, Joseph. *op. cit.*, p. 210 [nota 111]. A longa carreira nas pequenas comarcas, pouco procuradas por sua ínfima remuneração, devia atrair indivíduos que não possuíam carta de recomendação ou influência familiar, caso de Amando Caiuby, que narrou sua própria trajetória na Polícia civil paulista na década de 1910. Delegado de polícia em São Bento do Sapucaí, em 1914, foi solicitado pelo secretário da Segurança Pública Elói Chaves para acudir a polícia de Itu convulsionada por conflito político entre partidos políticos (Força Pública chegou a ser expulsa da cidade). Permaneceu nesse local até ser promovido a 1ª classe. Após a efetivação seguiu com a “Escolta de Capturas (célebre caçadora de homens)” para regional de Botucatu, “para limpar o sertão paulista e paranaense” ao longo da Estrada de Ferro Sorocabana. Participou depois na repressão a grande greve de 1918 auxiliando a 4ª Delegacia da Consolação, na capital. CAIUBY, Amando. *Op.cit.*, p. 110

<sup>405</sup> Mensagem de 1909, pp. 302-3.

<sup>406</sup> Em termos comparativos o efetivo do Exército Nacional evoluiu de 13.500 homens em 1889, para 16.000 em 1920, e seu orçamento até 1902 variava entre 50 e 60.000 contos de réis, enquanto a Força Pública paulista, teve um crescimento significativo do efetivo após 1912: 7.400 homens em 1913 até 8.600 em 1920, afora a absurda e jamais atingida cifra de 14.000 soldados prevista para 1925 e 1926. A despesa da Força em 1902 era de 7.800 contos de réis, e de 1913 até 1925 tendeu a aumentar atingindo 45.000 contos. CARONE, Edgar. *A República Velha: II - (Instituições e Classes Sociais)*. 3.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1975, p. 352. TELAROLLI, Rodolpho. *Op.cit.*, pp. 356-7.

Rio Grande do Sul, e com o apoio do poderoso senador gaúcho Pinheiro Machado.<sup>407</sup> No outro extremo formou-se a chapa “civilista”, encabeçada por Rui Barbosa, tendo o presidente paulista Albuquerque Lins como vice, sendo apoiada por cariocas e baianos. A esmagadora vitória de Hermes da Fonseca deixaria os paulistas em uma situação complicada.<sup>408</sup>

Em outubro de 1910, Pinheiro Machado lançou as bases do Partido Republicano Conservador (PRC), aspirando a alcançar um âmbito nacional através da reunião dos que haviam apoiado o marechal. A comissão executiva do PRC ficou sob o controle de Rodolfo Miranda, o mesmo que dirigira a pró-hermista Junta Republicana em São Paulo, juntamente com Campos Sales e Francisco Glicério.

O governo de Hermes iniciou a “Política das Salvações”, espécie de intervenção federal nos Estados para a derrubada das situações, visando à depuração do regime republicano. Essa proposta dividiu os militares, mas começou a ser implementada a partir de 1910 nos Estados do Norte e Nordeste. Por outro lado, o “Comitê das Salvações” encontrava dificuldades para estender sua ação aos Estados fortes (Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul), em vista da união e coesão de seus partidos e pelo temor com relação ao aparato de sua Força Pública.

A motivação para uma intervenção era maior no caso paulista pois sustentara a candidatura civilista, e ainda era mantida uma intolerável oposição oficial ao governo federal. Rodolfo Miranda, juntamente com outros membros do PRC e antigos dissidentes do PRP, começou a arquitetar um plano para tornar legítimas as desconfianças em relação ao situacionismo paulista.<sup>409</sup> Em outubro de 1911, forjou-se uma denúncia pela imprensa de que a Força Pública possuía metralhadoras, armamento exclusivo do Exército.<sup>410</sup> As explicações fornecidas pelo governo paulista através do *Correio Paulistano* e a outros órgãos noticiosos da capital federal foram insuficientes para debelar todo o alvoroço levantado.

---

<sup>407</sup> Líder incontestável do situacionismo gaúcho até sua morte em 1915, Pinheiro Machado, pode ser considerado um dos pilares da política federal, juntamente com o PRP e o PRM. O crescimento de seu poder se deu durante a instalação da política dos governadores, quando passou a controlar a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso devido a seu prestígio no Senado. Estabeleceu ligações vantajosas com vários grupos políticos dos estados do norte e nordeste, tendo em suas mãos suas bancadas federais. SOUZA, Maria do Carmo Campello. Op. cit., pp. 188-9.

<sup>408</sup> Idem, p. 196. Após a morte do presidente da Republica, ascendeu ao poder Nilo Peçanha, partidário de Pinheiro Machado e inimigo de Pena, tornando a candidatura de Hermes oficial.

<sup>409</sup> Idem, pp. 206-7.

<sup>410</sup> DEBES, Célio. Op. cit., p. 104.

Em 10 de outubro desenrolou-se um episódio mais grave: parte do contingente de soldados e oficiais da Força Pública se sublevou no Quartel da Luz. Prevenido anteriormente, Washington desbaratou o movimento, ordenando o desarmamento e a prisão dos envolvidos. Instalada a sindicância, apurou-se a participação de Rodolfo Miranda que, juntamente com o major Assis Brasil, teria urdido a trama há pelo menos um ano, com o intuito de promover um golpe militar em São Paulo.

O presidente Albuquerque Lins apressou-se nos preparativos para um eventual ataque das tropas federais, contando com seu secretário do Interior, Altino Arantes, e principalmente com Washington Luís.<sup>411</sup> Este chegou a encarregar “o próprio chefe da missão francesa, coronel Balagny, de organizar o sistema de defesa das fronteiras paulistas<sup>412</sup>”.

Além disso, as facções internas do PRP se arregimentaram no sentido de superar suas diferenças, unificando a política paulista no esforço para a indicação do novo chefe de governo, Rodrigues Alves. Firmou-se um acordo para assegurar a autonomia estadual: Miranda desistiu de se lançar à presidência do Estado, enquanto em troca a minoria hermista assegurou o terço na Câmara Federal. Estabelecia-se o equilíbrio de forças eliminando a oposição legal do PRC.<sup>413</sup>

Tudo leva a crer que Washington se fortaleceu no seio do PRP após a superação da crise. Começou a estreitar suas relações com Bernardino de Campos, o poderoso presidente da Comissão Executiva do PRP. Seu grupo, juntamente com Tibiriçá, lançou como candidato a presidente de Estado Fernando Prestes. A dissidência sob a liderança de Júlio de Mesquita ofereceu o nome de Olavo Egídio. Em meio a essas tendências, logrou êxito na convenção do partido a indicação de Rodrigues Alves defendida por Rubião Junior.

---

<sup>411</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/José Olympio Editora, 1973, v. 2, p. 607. Altino Arantes Marques foi nomeado secretário do Interior em novembro de 1911, no lugar de Carlos Guimarães, candidato à vice-presidente de estado. Altino foi reconduzido ao mesmo cargo por Rodrigues Alves, de quem seria seu sucessor na campanha de 1915.

<sup>412</sup> SOARES JÚNIOR, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua época*. ed. ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, v. 2, p. 589. Interessante notar a utilização do termo “fronteira” em vez de divisa, mais correta em se tratando das relações entre unidades federativas, dando a entender que São Paulo constituía um país dentro de outro, pelo menos na visão de seus governantes. A expressão “pequeno exército” cunhada por Albuquerque Lins ao se referir a Força Pública em sua mensagem de 1909, remete esse mesmo sentido, reforçando a idéia de uma “pátria paulista”.

<sup>413</sup> DEBES, Célio. Op. cit., pp. 109-111.

O apoio manifestado por comerciantes da capital e de Santos pela imprensa à continuidade de Washington na pasta da Justiça e Segurança Pública, repercutiu na C. E. do PRP. Bernardino de Campos apoiava a idéia com o intuito de manter um homem de sua confiança no governo. Washington rejeitava a recondução, prevendo o desgaste político decorrente da aceitação em prosseguir no mesmo cargo na condição de representante de um agrupamento rival do alvismo.<sup>414</sup>

Encerrada sua longa passagem pela administração estadual ao comandar um complicado processo de modernização do aparelho judiciário e repressivo, Washington voltou ao seio da Câmara dos Deputados em setembro de 1912, tornando-se líder da maioria no final do ano seguinte. O cabedal adquirido na resolução dos desafios oferecidos pelas funções executivas de Estado, virtude rara e exígua no seio do PRP, estimulou Bernardino de Campos a oferecer-lhe uma outra oportunidade: a direção da Prefeitura da capital.

---

<sup>414</sup> Pela Política. *O Comércio de São Paulo*. São Paulo, 25 abr. 1912, p. 2; 23 abr. 1912, p. 1. O Secretariado se compôs de Altino Arantes, mantido na Secretaria do Interior, Rafael Sampaio Vidal na Justiça, Paulo de Moraes Barros, na Agricultura e Joaquim Miguel Martins Siqueira, na Fazenda.

## CAPÍTULO 3 – UM GESTOR AUTERO NA PREFEITURA DE SÃO PAULO (1914-1917)

### 3.1 A construção da capital do café: dos presidentes de Província ao conselheiro Antônio Prado (1870-1911)

Desde sua mudança para a capital em outubro de 1900, Washington Luís assistiu às profundas intervenções sofridas pelo tecido urbano da Paulicéia durante a administração do prefeito Antônio da Silva Prado (1899-1911). A “capital dos fazendeiros” ou “metrópole do café”, moldada ao gosto da elite paulistana, crescia assustadoramente deixando para trás a imagem de “cidade acadêmica”, reforçada pela identidade construída em torno da Faculdade de Direito de São Paulo fundada no início do Império.<sup>415</sup>

Desde a década de 1870 até o final do século XIX, a cidade de São Paulo experimentara um acelerado crescimento urbano em função principalmente das atividades de apoio à agroexportação (comércio, transporte, financiamento, comércio de importação e exportação). A população da capital aumentou significativamente nesse período, passando de pouco mais de 31.385 habitantes em 1872, para 239.820 habitantes em 1900, quando se tornou a segunda maior cidade do País, menor somente que o Distrito Federal (Rio de Janeiro).<sup>416</sup> Entre os municípios paulistas, superou as rivais Santos e Campinas, que então competiam com cidades cafeeiras em rápida expansão, como Ribeirão Preto no nordeste paulista, conforme se verifica no Quadro 1:

---

<sup>415</sup> MATOS, Odilon Nogueira. São Paulo no século XIX (Capítulo II). In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, pp. 63-5.

<sup>416</sup> A capital federal contava com 691.565 habitantes em 1900, seguida por São Paulo (239.820), Salvador (205.813), Belém (166.121) e Recife (113.106). In: Tabela 3 – Brasil – Evolução da População Urbana segundo as Capitais: 1900 – 1910 – 1920 – 1930. MEMÓRIA URBANA: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/IMESP, 2001, p. 25.

Quadro 1 – População de alguns municípios do Estado de São Paulo (1874-1900)

	1874	1886	1900
São Paulo	31.385	47.697	239.820
Santos	9.191	15.605	50.389
Campinas	31.397	41.253	67.694
Ribeirão Preto	5.552	10.420	59.195

Fonte: CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: IPE, 1981, v. 2 e 3, pp. 10-27.

A participação da cidade de São Paulo sobre o total do Estado evoluiu consideravelmente, passando de 3,75 % em 1872 e 4,69 % em 1890, para 10,51 % em 1900.<sup>417</sup> Estes dados indicam uma evolução marcante na última década do século XIX, da ordem de 200,2 %, impulsionada especialmente pela entrada de imigrantes estrangeiros que começaram a se dirigir à capital atraídos pelas oportunidades apresentadas por um mercado de mão-de-obra em expansão e pela expectativa de ascensão social. Registros mais precisos indicam que em 1886 havia 12.290 estrangeiros na cidade, totalizando 25,77% da população, percentual elevado a 55,52% (67.060) e 54,62% (71.000) em 1893 e 1895, respectivamente.<sup>418</sup> As colônias mais numerosas eram a dos italianos (5.717 em 1886 e 45.457 em 1893), portugueses (3.502 e 14.437), espanhóis (1.187 e 4.818) e alemães (1.187 e 2.348).<sup>419</sup>

A parcela estrangeira da população representou mais da metade do crescimento demográfico da cidade entre 1872 e 1895, conforme constata Carlos Ferreira dos Santos, indicando inclusive um potencial forte de europeização no meio urbano, visto que compunha a maior parte da força de trabalho empregada na indústria, nas ocupações que exigiam certo grau de especialização e no setor de serviços, passando a influenciar hábitos e costumes.<sup>420</sup>

<sup>417</sup> Tabela 9 – Cidade de São Paulo – População Absoluta: 1765–1940. MEMÓRIA URBANA: a Grande São Paulo até 1940. Op. cit., p. 28. A população do Estado de São Paulo nesses anos foi de 837.354 habitantes (1872), 1.384.753 (1890) e 2.282.279 (1900). A capital contava com 64.934 habitantes em 1890.

<sup>418</sup> Quadro V – Habitantes da cidade por nacionalidade. SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998, p. 35. Informa que a população da capital em 1893 era de 120.775.

<sup>419</sup> Tabela 38 – Cidade de São Paulo – Número de imigrantes: 1886; Tabela 42 – Cidade de São Paulo - Colônia mais numerosa: 1893 – 1916. In: MEMÓRIA URBANA: a Grande São Paulo até 1940. Op. cit., pp. 45 e 47. Até 1886, 53.104 imigrantes entraram no Estado de São Paulo, número que saltou para 909.417 imigrantes entre 1887 e 1900, sendo mais da metade de italianos (564.800).

<sup>420</sup> SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Op. cit., pp. 35-6. Em 1901, existiam na cidade de São Paulo 7.962 operários, dos quais 4.999 eram estrangeiros, em sua grande maioria italianos. O mesmo acontecia em todo o Estado, pois, nessa época, o operariado paulista se elevava a um número superior a 50.000



Acentuou-se o crescimento no número de fábricas na cidade nesse mesmo período, evoluindo de 31 estabelecimentos em 1873 para 81 em 1884 e 143 em 1890, concentrados principalmente nos ramos de alimentos, bebidas, fumo, têxteis e confecções. Esses se transformariam no “núcleo de expansão industrial em São Paulo” após 1900.<sup>421</sup> Quanto às atividades comerciais, registrou-se uma tendência de aumento do número de estabelecimentos varejistas e o alargamento das casas voltadas ao comércio por atacado, à importação e à exportação, assim como dos depósitos como instrumentos desses últimos. Notava-se o surgimento de casas especializadas em atender a demandas específicas, como as de máquinas para lavoura e indústria. Havia também um crescimento significativo dos estabelecimentos de intermediação comercial e financeira, e das casas de comissões, consignações e importação.<sup>422</sup>

Tudo isso foi acompanhado por um processo de modernização que se iniciara ainda no Segundo Império, sob efeito da ação direta dos presidentes de províncias devido à inexistência de intendentess ou conselhos de intendência municipal, descontada a breve experiência no período regencial.<sup>423</sup> O predomínio dos conservadores durante a década de 1870 favoreceu o progresso urbano da capital, em detrimento dos centros no interior, pois buscavam desenvolver a província a partir de sua sede.<sup>424</sup>

A cidade teve seu papel potencializado pelas realizações do governo de João Teodoro Xavier (1872-1875), cujo rol de obras ensejava confirmar a posição da capital como centro regional, econômico e comercial. Xavier procurou criar condições para a expansão urbana, privilegiando as zonas norte e leste, justamente aquelas atravessadas pelas linhas férreas, para atrair empreendedores, capitalistas e fazendeiros.<sup>425</sup>

Por conta do governo provincial nesse período se efetivaram os seguintes melhoramentos: reforma do Jardim da Luz; regularização do Largo dos Curros (atual

---

“entre homens, mulheres e crianças, quase em sua totalidade italianos”. Cf. BANDEIRA JÚNIOR, Antônio Francisco. *A indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1901. apud: MATOS, Odilon Nogueira. Op. cit., p. 69.

<sup>421</sup> MELLO, Z. M. C. & SAES, F. A. M. Op.cit., p.312.

<sup>422</sup> Idem, pp. 313-4. Em 1883 existia 348 estabelecimentos comerciais na capital, 790 em 1884 e 719 em 1890. A redução registrada entre 1884 e 1890 pode ser explicada pela diferença nos critérios de coleta de dados. As casas de comissões, consignações e de importação eram 13 em 1873, 39 em 1884 e 87 em 1890.

<sup>423</sup> A lei provincial n. 18 (9/4/1835), criou o cargo de prefeito e subprefeito na capital e nas vilas, com mandato de três anos, ato baixado durante a regência liberal de Diogo Antônio Feijó. Em janeiro de 1838, uma outra lei revogou essa norma. Cinco prefeitos se sucederam no posto entre 1835 e 1838. TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., p. 163.

<sup>424</sup> CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, p.45.

<sup>425</sup> PAULA, Eurípedes Simões de. Op.cit., pp. 170-1.

Praça da República); abertura das Ruas Conde d'Eu (Rua do Glicério), João Teodoro e da Palha (Sete de Setembro); alargamento das Ruas Pari, Gasômetro, Hospício (Frederico Alvarenga) e Municipal (Ladeira General Carneiro), objetivando ligar áreas de expansão urbana e garantir o acesso às estações ferroviárias da Luz (*São Paulo Railway*, inaugurada em 1868) e do Brás (a estação Norte da Central do Brasil); drenagem e aterro da várzea do Carmo para estabelecimento de um passeio público (a “Ilha dos Amores” com jardins e quiosques) e reforma do palácio do governo.<sup>426</sup> No governo anterior, do barão de Pinto Lima, inaugurou-se a iluminação pública a gás e o transporte por bondes de tração animal.

O esforço de remodelação do sistema viário — com a aplicação de formas mais modernas de pavimentação, de embelezamento de largos e arborização de jardins públicos — foi completado pelas iniciativas tomadas pela municipalidade, como a de pavimentação com paralelepípedos de várias ruas (Direita, São Bento, Imperatriz, Quitanda e Comércio). Esse empreendimento de superação dos traços provincianos da capital resultou na aprovação de um Código de Posturas em 1875, impondo, entre outras medidas, a fixação da largura mínima das novas ruas (13 metros), a altura mínima dos edifícios e a obrigação de calçamento na frente das residências.<sup>427</sup> O resultado disso foi que a partir da década de 1880 era possível distinguir a parte velha da cidade — representada por ruas estreitas e tortuosas — da “cidade nova”, conhecida por seus largos regulares e suas vias enxadrezadas.

Com o retorno dos liberais a partir de 1878 houve menor investimento do poder público na modernização urbana iniciada por Teodoro Xavier. A retomada se deu a partir de 1885, no governo do conservador conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira. Entre as suas realizações na capital se destacaram a elaboração de um novo Código de Posturas em 1886 e o projeto de um “*boulevard* circular” circundando a área central da cidade, para resolver os problemas de circulação e de questões sanitárias e estéticas, que acabou não sendo realizado. Além disso, contratou a construção de um palácio comemorativo da Independência (atual Museu do Ipiranga), e também um projeto de regularização para o rio Tamanduateí e o córrego do Anhangabaú.<sup>428</sup> Para fazer a ligação entre o centro tradicional da capital e a nova área de expansão da cidade (morro do Chá) foi projetado pelo arquiteto francês Jules Martin, em 1877, um viaduto

---

<sup>426</sup> BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Prefácio de Gilberto Freyre. 3. ed. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Hucitec, 1984, v. III, p. 970.

<sup>427</sup> Idem, p. 974.

<sup>428</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., pp. 54-7.

atravessando o vale do Anhangabaú, e que devido a problemas com desapropriações somente se concluiu em 1892.<sup>429</sup>

O presidente de província seguinte, Antônio de Queirós Teles (1886-1887), deu impulso à construção de grandes edifícios institucionais, como o Museu do Ipiranga, a Hospedaria dos Imigrantes, a Secretaria da Fazenda e o Quartel da Força Pública, obras encomendadas ao engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo.<sup>430</sup>

Por seu lado, os particulares, vislumbrando os lucros com a especulação imobiliária começaram a investir em loteamentos urbanos iniciando pelo bairro de Santa Ifigênia (completado em 1876). Alguns outros de alto padrão voltavam-se exclusivamente à elite paulistana, visando a demarcar uma espécie de território social exclusivo. Teria sido o caso de Campos Elísios, primeiro bairro aristocrático surgido na capital a partir do arruamento do morro do Chá, projetado pelos incorporadores alemães Frederico Glette e Victor Nothmann, que adquiriram entre 1879 e 1881, nessa mesma área, algumas chácaras e as dividiram em lotes onde foram construídos diversos palacetes de famílias tradicionais.<sup>431</sup>

Ali vieram a se instalar os Paes de Barros, o barão de Piracicaba, o barão de Tatuí, o marquês de Itu, o conselheiro Antônio da Silva Prado, em sua chácara Carvalho (1891), e Elias Pacheco Chaves, no suntuoso Palácio dos Campos Elísios, construído em 1898. Influiriam também algumas iniciativas isoladas, como a de dona Veridiana Prado, que se mudou definitivamente para sua chácara na Rua da Consolação em 1884, após erigir o palacete “Vila Maria” (na futura Vila Buarque), e mesmo de dona Angélica de Souza Queirós, que em 1874 edificou em sua chácara das Palmeiras a réplica de um castelo alemão.<sup>432</sup>

Os barões do café estabelecidos no distrito da Sé e bairros vizinhos, como Santa Ifigênia e Campos Elísios, foram sendo forçados a procurar outras áreas em

---

<sup>429</sup> Martin apresentou o projeto em troca do direito de explorar a cobrança do pedágio após o término da obra. Fundou então a Companhia Paulista do Viaduto do Chá, dando início em 1888 a construção da armação metálica com material importado da Alemanha. Em 1896 a prefeitura adquiriu o controle do viaduto tornando a passagem gratuita. In: GERODETTI, João Emilio & CORNEJO, Carlos. Op.cit., p. 75.

<sup>430</sup> Formado na Bélgica, Ramos de Azevedo alcançaria grande proeminência durante a Primeira República tornando-se uma espécie de arquiteto oficial do novo regime projetando os mais importantes edifícios públicos na capital paulistana. Com Paula Sousa e Joaquim Monteiro de Carvalho criou a Companhia Paraná Industrial em 1887, e durante o Encilhamento chegaria a integrar o grupo que comporia o Banco União e a fábrica de tecidos Votorantim em Sorocaba. Idem, pp. 62-3.

<sup>431</sup> ROLNIK, Raquel. Op.cit., p. 46.

<sup>432</sup> *HISTÓRIA & ENERGIA*, 3. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p. 5.

decorrência da expansão do centro comercial e do convívio indesejável com bairros operários.<sup>433</sup> Por isso uma febre de loteamentos tomou fôlego na cidade nas décadas de 1880 e 1890, concentrando-se principalmente no distrito da Consolação no sentido sudoeste, seguindo as partes mais altas da cidade situadas entre colinas e patamares arejados.

No início de 1890, Martin Buchard e o mesmo Victor Nothmann rasgaram a Avenida Higienópolis, uma espécie de *boulevard* que passou a ser ocupado por majestosas mansões e palacetes, dando início à formação de um novo bairro.<sup>434</sup> Em seguida, o uruguaio Joaquín Eugênio de Lima se encarregou de abrir a Avenida Paulista (inaugurada em dezembro de 1891), conseguindo aprovar uma lei exclusiva para esse local, que determinava recuo e alinhamento das construções, demarcando o espaço para uso específico da elite paulistana.<sup>435</sup> Em 1905 sua extensão chegava a dois quilômetros, passando logo a ser comparada às amplas e extensas avenidas das grandes metrópoles norte-americanas.

De um lado do centro velho da capital, para além do vale do Anhangabaú, formaram-se os bairros residenciais finos, e do outro, nas baixadas úmidas e pantanosas próximas às várzeas do rio Tamandateí e ao pé da colina central, constituíram-se os primeiros bairros operários: Brás, Mooca, Bom Retiro e Belenzinho. Por essas áreas passavam as estradas de ferro para permitir o deslocamento dos produtos. Os baixos preços dos terrenos atraíram fábricas e outros empreendimentos industriais ao longo das décadas de 1880 e 1890.<sup>436</sup>

Os cortiços consistiam na única alternativa de moradia proletária por sua localização próxima do serviço, geralmente em áreas sujeitas a alagamentos, onde os preços dos aluguéis eram mais baixos. As principais ruas ocupadas por hospedarias, pensões e outros tipos de cortiços eram as do Gasômetro, João Caetano, Caetano Pinto,

<sup>433</sup> ROLNIK, Raquel. Op. cit., pp. 107-8. O centro tradicional conhecido pelo “triângulo” formado pelas ruas São Bento, Direita e Quinze de Novembro, incluía também o Largo do Rosário.

<sup>434</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. Op.cit., pp. 89-91. BRUNO, Ernani Silva. Op. cit., pp. 983-4.

<sup>435</sup> ROLNIK, Raquel. Op. cit., p. 46-7.

<sup>436</sup> A função industrial começou a se configurar a partir da década de 1890 com o predomínio da “pequena indústria, representada por pequenas fábricas e simples oficinas e *“ateliers”*.” As mais numerosas eram as de vestuário, mobiliário, estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas. O major Diogo Antônio de Barros é “considerado iniciador da indústria têxtil na capital paulista” pois fundou ainda em 1872, uma fábrica de fiação de algodão. Nos anos 1880 predominavam as fábricas de proprietários alemães como Seckler, Messenberg, Schritz -Meyer. MATOS, Odilon Nogueira. Op. cit. , p. 79. Esse panorama mudou radicalmente no final do século XIX e durante as primeiras duas décadas do século XX com a rápida expansão industrial. Até 1901 havia 92 estabelecimentos fabris na capital, número que em 1918 elevou-se a pouco menos de 2000. PETRONE, Pasquale. São Paulo no século XX In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, pp. 101-3.

Mooca e da Fábrica nas quais vigorava a carência de equipamentos urbanos básicos, e se existiam eram poucos e de má qualidade. O Brás era descrito como “imenso bairro proletário onde inexistia, nas ruas, luz e pavimentação<sup>437</sup>”.

A água — captada no rio Tietê e inconvenientemente tratada, muitas vezes contaminada pelo contato freqüente com os sistemas de distribuição de água e de esgoto, e associada às condições inadequadas das habitações coletivas em meio aos entulhos de lixo e às enchentes do rio Tamanduateí — assinalava um quadro propício à disseminação de doenças epidêmicas, como cólera, tifo, febre amarela, varíola e tuberculose, alcançando altos níveis de mortalidade na população.<sup>438</sup>

Fica claro o contraste entre esses bairros fabris e operários e a “cidade nova” dos bairros de luxo da elite paulistana, “espaço que concentra valores imobiliários altos, o comércio mais elegante, as casas ricas, o consumo cultural da moda, a maior quantia de investimentos públicos”.<sup>439</sup> Essa área privilegiada pela administração municipal foi dotada rapidamente de serviços públicos urbanos: linhas de bondes, iluminação elétrica nos domicílios e nas vias públicas, rede de esgoto e coleta de lixo, além da pavimentação no sistema de macadame e na caríssima lama asfáltica, para facilitar a circulação de tálburis e automóveis.

O Código de Posturas municipal, aprovado em 1886 em substituição ao de 1875, delineou um tipo de preocupação muito comum do poder público em toda a Primeira República: a racionalização do espaço urbano visando à sua funcionalidade, e sobretudo à configuração de um certo padrão estético do tipo europeu ao seu centro comercial e adjacências. Segundo Ramos, foram criadas determinações específicas para “obras de saneamento, higiene das habitações, principalmente dos cortiços e casas operárias, abertura de novas ruas, que deveriam ter 16 metros de largura e com alinhamento reto, com multa para quem construísse em ‘rua torta’.”<sup>440</sup> Regulamentou-se também o funcionamento do comércio e da indústria, além da separação das atividades tipicamente urbanas daquelas que deveriam se restringir ao meio rural.<sup>441</sup>

<sup>437</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. Op. cit., p. 54.

<sup>438</sup> Os aterros patrocinados por empresas ferroviárias (São Paulo Railway, Central do Brasil e Sorocabana) nessas áreas colaboraram para piorar a situação da população, pois impediam o escoamento da água e dos esgotos. Idem, p.53.

<sup>439</sup> ROLNIK, Raquel. Op. cit., p. 47.

<sup>440</sup> RAMOS, Roberto Duarte. *Urbanismo e modernidade: São Paulo na Primeira República*. Dissertação (mestrado) em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP. Franca, 1995, p. 37.

<sup>441</sup> O Código Sanitário Estadual de 1894, reforçaria essa tendência dentro de um esforço do governo paulista de “normatizar a cidade e a vida urbana”, regulando detalhes para construções urbanas, fluxo de ar e iluminação adequados aos domicílios e habitações coletivas. Essa preocupação se estendeu a qualidade e o fluxo de água, ao destino das águas servidas domiciliares, das lavanderias, casas de banho e

Com a República abriu-se um ambiente mais favorável a idéias progressistas e racionalizadoras da elite política paulista expressas nos seus programas modernização em que as intervenções no espaço urbano, conduzidas por engenheiros e arquitetos a serviço dos poderes público municipal e estadual, embalavam os sonhos de transformação da Paulicéia em uma “*petit Paris*”.

A autonomia decorrente do federalismo acabou concedendo aos Estados certas prerrogativas no que dizia respeito a intervenções urbanísticas nas capitais. Mesmo com a criação do Executivo municipal na capital paulista em 1899, o governo estadual continuaria atuante em serviços públicos, como canalização e distribuição de água, rede de esgotos e construção de edifícios públicos.

O primeiro presidente de Estado, Prudente de Moraes (1889-1890), implementou ações específicas na capital. Constituiu uma Comissão de Saneamento para dar andamento a melhorias importantes: construção de pontes metálicas sobre rio Tamanduateí; o estudo da retificação do rio Tietê (1892-1898); o encampamento da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos; a ampliação da rede de esgotos; a desativação dos chafarizes públicos (1893); a criação da Repartição de Águas e Esgotos estadual e a promulgação de um Código Sanitário (1894).<sup>442</sup> Cuidou igualmente de estabelecer os símbolos do novo regime republicano, erigindo magníficos edifícios públicos projetados pelo engenheiro Ramos de Azevedo.<sup>443</sup>

Nesse contexto, os municípios incorporaram novas funções e atribuições decorrentes de novas exigências do crescimento dos núcleos urbanos e da ordem legal, manifestada especialmente na primeira Lei Orgânica dos Municípios Paulista (Lei nº 16, de 13/11/1891). Entre os serviços tipicamente locais estavam: calçamentos, pontes, viadutos, estradas, transporte público, jardins, iluminação e obras em geral (limpeza pública, alinhamentos e numeração de vias e praças já eram tradicionalmente relegadas ao governo local). Havia outros, como a fiscalização de pesos e medidas e de produtos

---

matadouros, ao funcionamento das fábricas vistas como atividades nocivas e perigosas para a vida urbana e mesmo para regular o saneamento dos cemitérios. O Código Sanitário bem como o Regulamento da Higiene de 1892, foram pensados como instrumento que possibilitavam a intervenção nos municípios nos momentos de crise epidêmica representando um momento de centralização nos conflitos com os defensores da autonomia municipal. In: TELAROLLI JÚNIOR, Rodolpho. *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, pp. 99; 123-4; 138-9; 195-6; 199.

<sup>442</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 61.

<sup>443</sup> Destaca-se nos anos 1890 a conclusão da Tesouraria da Fazenda (1891) e da Secretaria da Agricultura (1896), ambos localizados no Largo do Palácio (atual Pátio do Colégio); a Escola Normal (1894); o pavilhão (anexo) do Jardim da Infância (1896); a Escola Prudente de Moraes e o Liceu de Artes e Ofício (1897-1900 – atual Pinacoteca do Estado), e a Escola Politécnica do Estado (1895-1899). Idem, p. 62.

alimentícios, matadouros, açougues, feiras e mercados, depósitos, venda e fabricação de fogos de artifício, pólvora e outros produtos inflamáveis, jogos e diversões públicas, irrigação de ruas e extinção de incêndios, caça e pesca, serviços telefônicos e telegráficos dentro do município, veículos e meios de transporte, hospitais e socorro a indigentes, criação e auxílio a instituições pias e de caridade, cemitérios e higiene.<sup>444</sup>

Nos Códigos de Posturas da capital de 1875 e 1886 muitos desses serviços apareciam incorporados à órbita municipal, mas devido à carência de recursos a municipalidade acabava transferindo parte de suas responsabilidades à iniciativa privada, recorrendo a concessões monopolistas para empresas formadas por capitais estrangeiros.<sup>445</sup>

Desde a década de 1860, a São Paulo Railway Company, como único eixo de ligação ferroviária entre o porto de Santos e o planalto, se beneficiava dos lucros auferidos com o transporte de café, abastecendo o comércio e a indústria da capital, trazendo mão-de-obra nacional e imigrante. Com capital inglês fundaram-se em 1869 e 1878, respectivamente: a São Paulo Gas Company, para explorar o fornecimento de gás e iluminação pública, e a Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, destinada ao abastecimento de água em domicílio por meio de canos de ferro subterrâneos. Havia algumas concessionárias nacionais, como a Companhia de Viação Paulista (1899), responsável pelo transporte urbano por meio de bondes de tração animal; a Cia. Telefônica do Estado de São Paulo, presidida no início por Vítor Nothmann e depois pelo Banco União de São Paulo; e a Cia. Água e Luz de São Paulo (1890).<sup>446</sup>

Essas empresas forçavam o poder público municipal a delimitar o perímetro urbano para circunscrever sua área de atuação regida em contrato. Procuravam atender “às demandas com capacidade de pagamento dos serviços ofertados”, geralmente a região central e os bairros residenciais de elite e de classe média, beneficiando-se da valorização imobiliária produzida por sua ação.<sup>447</sup> A “The São Paulo Tramway Light and Power Company” levou esse processo ao seu limite, ao expandir seus negócios inicialmente ligados ao transporte urbano com bondes elétricos, para conquista e monopolização dos serviços de fornecimento de energia elétrica (residencial e industrial), telefonia e gás, por meio da absorção das empresas existentes ao longo das

---

<sup>444</sup> PEREIRA, Robson Mendonça. Op.cit., pp. 75-6.

<sup>445</sup> ROLNIK, Raquel. Op. cit., pp. 147-8.

<sup>446</sup> RAMOS, Roberto Duarte. Op. cit., p. 39; In: *HISTÓRIA & ENERGIA*, 3. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p. 9. Na área de transporte se incluiu a Companhia de Carris de Ferro Urbano (trecho São Paulo a Santo Amaro), absorvida posteriormente pela Light.

<sup>447</sup> ROLNIK, Raquel. Op. cit., p. 147.

décadas de 1910 e 1920.<sup>448</sup> Contava com amplo apoio político na esfera municipal e se associou a empreendedores imobiliários ao perceber as oportunidades inesgotáveis de lucro pela exploração dos terrenos lindeiros ao longo das linhas dos bondes, mesmo em bairros distantes do centro da cidade.<sup>449</sup>

Para exercer as funções deliberativas da Câmara Municipal, visto o amplo espectro de problemas demandados, a Lei Orgânica nº 16 (1891) criou o cargo de intendente, que seria exercido por vereador eleito entre os pares anualmente, situação que prevalecia durante toda a Primeira República. Os municípios da capital, Santos e Campinas viveram prática diversa conferida através das Leis Orgânicas nºs 1.038 (1906) e 1.103 (1907), que estabeleceram a distinção entre os poderes Legislativo e Executivo, e depois o sufrágio direto para prefeito.<sup>450</sup>

Em 1889 o presidente Prudente de Moraes dissolveu todas as Câmaras Municipais, estabelecendo na capital um Conselho de Intendência, com 9 membros nomeados.<sup>451</sup> Elegeu-se uma Câmara após a promulgação da Constituição Estadual de 1891, sendo porém dissolvida no início de 1892 devido aos distúrbios políticos (renúncia do presidente Américo Brasiliense e dissolução do Congresso Estadual promovida pelo presidente Cerqueira César<sup>452</sup>). Essa se reestruturou em setembro desse mesmo ano, sendo organizado outrossim um Poder Executivo municipal, escolhido pela Câmara, composto por quatro intendenções setorializadas: Justiça e Polícia; Higiene e Saúde Pública; Obras; e Finanças,<sup>453</sup> que se fundiram em um cargo único ocupado por Cesário Ramalho Silva entre 1893 e 1894. Nova divisão foi tentada em 1894, estabelecendo-se duas intendenções (Justiça, Polícia e Higiene; e Obras). Todavia, essas mudanças constantes revelavam uma enorme instabilidade do sistema de intendenções e uma dificuldade do Legislativo municipal em dividir o seu poder com uma instância que

---

<sup>448</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. Op.cit., pp. 174-8.

<sup>449</sup> PASCHKES, Maria Luisa N. de Almeida. Op.cit., p. 44.

<sup>450</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., pp. 59-60.

<sup>451</sup> Portaria Estadual de 10 de janeiro de 1890.

<sup>452</sup> CASALECCHI, José Ênio. Op. cit., p. 80.

<sup>453</sup> Lei Municipal nº 1, de 29 de setembro de 1892. A mesma lei nº 16 permitia a eleição de mais intendentes conforme a conveniência e a distribuição das tarefas executivas por seções ou departamentos. O mandato dessas primeiras câmaras municipais eleitas no período republicano durou de 30/9/1892 a 7/1/1896. O triênio prevaleceu nos seguintes e a posse no dia 7/1 prevaleceu até 1906. A edilidade da capital era composta de 16 vereadores, número que prevaleceu até o final da Primeira República. TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., pp. 59-64.



possuía uma autonomia precária. O poder efetivamente acabou sendo exercido pela edilidade.<sup>454</sup>

Em 1896, o presidente da Câmara, coronel Antônio Proost Rodovalho, realizou uma última organização restabelecendo as quatro intendências com algumas modificações. A Justiça foi separada da Higiene e da Polícia, que permaneceram juntas. Para intendência de Finanças foi escolhido o ex-presidente da Câmara Municipal e da província de São Paulo (1888-1889), Pedro Vicente de Azevedo. A mais importante de todas, a intendência de Obras, foi ocupada pelo engenheiro Pedro Augusto Gomes Cardim.<sup>455</sup> Sob o seu comando o setor de engenharia na esfera municipal se reforçou, recebendo apoio do presidente da Câmara que aprovou somente em 1896 uma verba suplementar no valor de 1.100 contos de réis, algo equivalente a mais de 50% da arrecadação do município na época.<sup>456</sup> Com isso organizou-se uma Comissão Técnica de Melhoramentos cujo objetivo era elaborar uma espécie de planejamento urbano para orientar as intervenções na cidade.

Em 1897 ficou concluída a elaboração do plano viário da capital centrado na idéia de uma via perimetral para abarcar os empreendimentos imobiliários das classes média e alta no quadrante sudoeste, enquanto os vetores de crescimento da cidade apontavam para o leste, o noroeste e o sul, seguindo uma direção próxima das estradas de ferro, ao lado das quais alongava-se um sem-fim de casas e chaminés de fábricas. Era a outra cidade, dos imigrantes operários e da industrialização, para a qual o poder público algumas poucas vezes destinava seus investimentos.<sup>457</sup> A proposta da perimetral de Gomes Cardim acabou não se concretizando, mas a ambição de constituição de uma “capital do café”, embutida nesse projeto, permanecia firme no horizonte da elite paulistana.

No final de 1898 uma reforma administrativa acabou por restabelecer o cargo de prefeito como agente executivo municipal (Lei nº 374, 29/11). As intendências

---

<sup>454</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 73. Ocuparam o cargo de presidente da Câmara Municipal entre 1891-1899: Clementino de Sousa e Castro (jan./1890-dez./1891), Carlos Augusto Ferreira Garcia (dez/1891-1892), Pedro Vicente de Azevedo (1892-1895) e Antônio Proost Rodovalho (1896-1899). In: LOVE Joseph. Op.cit., p. 402 (apêndice B).

<sup>455</sup> Lei Municipal nº 203, de 27 de fevereiro de 1896. Antônio Proost Rodovalho exerceu durante o império diversos cargos públicos além de ter contribuído na direção de várias empresas paulistanas (fundador e presidente do Banco Comercial; dirigiu a Companhia Estrada de Ferro Ituana e a São Paulo – Rio de Janeiro; participou da fundação da Companhia de Gaz de São Paulo, da Companhia Cantareira, etc.). CARONE, Edgard. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001, pp. 150-1.

<sup>456</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 74.

<sup>457</sup> Idem, pp. 75-6.

foram transformadas em diretorias subordinadas ao prefeito. Sua eleição era indireta, cabendo à Câmara a escolha entre seus pares do prefeito e do vice-prefeito para mandato trienal no início de cada legislatura. Entre os membros do Legislativo eleitos para o novo triênio de 1899-1902, com alguma possibilidade de ocupar o cargo estavam Pedro Vicente de Azevedo e Manuel Joaquim de Albuquerque Lins.<sup>458</sup>

Contudo, o conselheiro Antônio da Silva Prado apresentava ampla vantagem sobre esses concorrentes, com um currículo avantajado e a influência política que o teriam habilitado a funções de muito maior relevância. Como chefe político e empresarial do clã dos Prados desde o Segundo Império, destacara-se como senador e líder da bancada dos conservadores na Assembléia Provincial, alinhando-se com os progressistas do partido por sua defesa do abolicionismo e da introdução do trabalho livre (participou da criação da Sociedade Promotora da Imigração). Assumiu o ministério da Agricultura e das Relações Exteriores no gabinete do conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira (o Gabinete da Abolição, em 1888).<sup>459</sup>

Como fazendeiro-empresário bem-sucedido, Antônio Prado buscou tirar vantagens do clima econômico criado pela Primeira República. Além de sua imensa propriedade, a fazenda São Martinho, com seus 3,4 milhões de pés de café, empregando cerca de 4.000 trabalhadores, ajudou a abrir em 1890 o Banco do Comércio e Indústria em São Paulo, que dirigiu até 1920; assumiu em 1892 a presidência da Companhia Paulista de Vias Férreas Fluviais; fundou na capital o Curtume Água Branca e a Vidraria Santa Marina (ambos em 1895); seu último investimento se deu em 1910, com a instalação de um frigorífico em Barretos.<sup>460</sup>

Apesar de seu apoio ao regime republicano, Antônio Prado desdenhava de sua “política, como ficou evidente em sua recusa em participar da Assembléia Constitucional de 1890”. O clima de desavenças continuou com sua reentrada na

---

<sup>458</sup> Pedro Vicente apresentava um currículo forte na área administrativa. O alagoano Albuquerque Lins, nasceu em 1852 e formou-se em direito pela Faculdade de Recife em 1877. Transferindo-se para província de São Paulo, exerceu a advocacia e depois a magistratura em Capivari até 1887. Casou-se com membro da família Souza Queirós, sendo depois eleito pelo 5º distrito, deputado à Assembléia Provincial (1888-1889) pela bancada liberal. Aderiu a República, e veio a participar da Assembléia Constituinte de 1891 como deputado estadual eleito. Após sua passagem pela municipalidade da capital compôs o secretariado no governo Jorge Tibiriçá (1904-1908), sucedendo-o depois na presidência de Estado (1908-1912). In: EGAS, Eugênio. Op. cit., v. 2, p. 261.

<sup>459</sup> *Nosso Século: memória fotográfica do Brasil no século 20: volume 1. 1900/1910*. São Paulo: Abril Cultural, 1980, v. 1, p. 136. CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 78.

<sup>460</sup> LEVI, Darrell Erville. *A Família Prado*. Op.cit., pp. 248-59. Outro grande negócio era a Companhia Prado Chaves Exportadora, complemento da produção de café e seu embarque na Paulista. A firma originada no final da década de 1880 da Companhia Central Paulista, tinha como sócios Antônio, Elias Antônio Pacheco e Chaves e Elias Fausto Pacheco Jordão.

política em 1899 como um “apolítico” independente, cuja atração fundava-se, em parte, em sua falta de ligações com o Partido Republicano Paulista.”<sup>461</sup> Escolhido prefeito da capital, acabou sendo reconduzido ao cargo por três vezes, sendo pelo menos uma vez eleito pelo voto direto.<sup>462</sup>

São muito díspares as apreciações sobre a passagem de Antônio Prado pelo Executivo paulistano. Richard Morse fez uma avaliação pouco positiva de sua longa administração municipal, considerando que deixou apenas “alguns monumentos isolados, tais como o novo mercado, ou o Teatro Municipal, de imitação e pretensiosos”. Teria faltado a ele maior orientação do crescimento da cidade e uma excessiva preocupação com seu mero embelezamento.<sup>463</sup> Pasquale Petrone considera a administração de A. Prado, e mesmo de seu sucessor, Raymundo Duprat, como a “terceira fundação de São Paulo”, durante a qual “passou a cidade por tais transformações urbanísticas e recebeu tais melhoramentos que somos levados a compará-los aos realizados durante a Presidência de João Teodoro”.<sup>464</sup>

Comentando sobre a atuação de Antônio Prado como prefeito da capital, Darrell Levi acentua o papel periférico reservado aos Prados após a República, e o elitismo estampado na forma como conduziu as transformações urbanas:

No cargo onze anos como um prefeito apolítico, Antonio tentou evitar este destino presidencial, mas foi confinado a um cargo menor, tendo pouco impacto em questões que julgava de importância capital para a nação. Como capitão de um navio mais modesto, considerou principalmente o reparo e a renovação do próprio barco, pediu maior disciplina de sua tripulação, procurou tranquilizar os passageiros de primeira classe, e confinou os passageiros de terceira classe nos porões. A prefeitura de Antonio, durante o auge da Primeira República, representou o retorno de uma figura do *ancien regime*, progressivo, pragmático, e conservador ao mesmo tempo, que marcaria o fim da conturbada década de 90, dando à cidade pelo menos os equipamentos básicos e a atmosfera de desenvolvimento disciplinado e metódico.<sup>465</sup>

---

<sup>461</sup> Idem, p. 296.

<sup>462</sup> Reeleito vereador para os triênios de 1902-1905, 1905-1908 e 1908-1911. A Lei Orgânica dos Municípios de 1906 (nº 1.038) estabeleceu a distinção entre legislativo e executivo local, além da eleição direta para prefeito com mandato quadrienal. A Lei nº 1.103, de 1907, revogou esses dispositivos, mantendo o sufrágio direto apenas para capital, Santos e Campinas a título de experiência nas eleições daquele mesmo ano, restabelecendo o triênio. No pleito seguinte os conflitos políticos derivados do hermismo levaram ao retorno da forma anterior (eleição indireta de vereador). Em 1916 o prefeito da capital passou novamente a ser escolhidos pelo voto direto. TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., pp. 166-75.

<sup>463</sup> MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo*. Op.cit., p. 317.

<sup>464</sup> PETRONE, Pasquale. Op. cit., p. 121.

<sup>465</sup> LEVI, Darrell Erville. Op. cit., pp. 297-8.

A gestão do prefeito foi marcada pela remodelação física dos espaços e equipamentos urbanos, principalmente na área central, de onde ainda emanava um certo ar provinciano em termos do conjunto de edifícios e da própria organização viária. Propunha-se um delineamento europeizado à capital, ao gosto da *Belle Époque* anunciada nas conquistas tecnológicas incorporadas ao mundo urbano: os automóveis, os motores nas fábricas, a iluminação elétrica, os aviões, a máquina fotográfica, o cinematógrafo, etc. Vantagens sobretudo para a elite paulistana que “usufruíu as benesses materiais, intelectuais e artísticas proporcionadas pelo desenvolvimento industrial de capitalismo em seus primórdios”<sup>466</sup>.

No conjunto de intervenções efetuadas pelo governo de Prado destacavam-se obras de cunho paisagístico; por exemplo, o ajardinamento do antigo Largo dos Curros (rebatizado em 1889 como Praça da República), realizado entre 1902 e 1905; a instalação de um jardim botânico próximo à Estação de Luz (recebeu calçamento, construção de tanques, bancos e coretos); a urbanização e arborização da Avenida Tiradentes e do Largo do Paissandu; o novo arranjo do Largo do Arouche,<sup>467</sup> e a construção de um amplo jardim em estilo francês em uma das faces do Museu do Ipiranga (1907-1909), seguindo projeto de Arsênio Puttemans.

Durante doze anos realizou-se o calçamento com paralelepípedos de 793.957,23 m<sup>2</sup> de vias urbanas na capital, que resultou no dispêndio de 4.977:912\$493, despesa que acrescida de acessórios, guias e demais itens, subiu para 6.212:939\$724. O calçamento com o mesmo material, executado até 1899, abrangia uma área de 450.569,43 m<sup>2</sup> que teria exigido um gasto de pouco mais de 4.505 contos de réis, significando que Antônio Prado chegara quase a duplicar a superfície pavimentada.<sup>468</sup>

Com relação ao quesito arborização foram plantadas nas vias públicas entre 1900 e 1910 mais de 25 mil árvores (plátanos, eucaliptos, palmeiras imperiais, etc.), inclusive em alguns bairros operários. A municipalidade desencadeou uma campanha de combate aos quiosques e bebedouros de animais.<sup>469</sup> Dentro desse mesmo espírito estético e sanitário se iniciou em 1904 o acerto das margens e drenagem do rio

---

<sup>466</sup> CAMARGOS, Marcia. Op.cit., p. 21.

<sup>467</sup> RAMOS, Roberto Duarte. Op. cit., p. 63. A abertura da avenida Tiradentes deu acesso à zona norte.

<sup>468</sup> Quadro B – Vinte e cinco anos de calçamento a paralelepípedos. In: RELATÓRIO de 1915, apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 72.

<sup>469</sup> TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O bairro do Brás*. São Paulo: Prefeitura Municipal e Secretaria de Educação e Cultura de São Paulo, 1969, pp. 172-3.

Tamanduateí, na altura da várzea do Carmo, obra de custo elevado que só ficaria concluída em 1916.<sup>470</sup>



**Figura 4** – Avenida Cásper Líbero, sentido Largo Santa Efigênia, na região central da cidade, vista da torre da Estação da Luz nos primeiros anos do século XX. Fonte: GERODETTI, João Emílio & CORNEJO, Carlos. *Lembranças de São Paulo: a capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Studio Flash Produções Gráficas, 1999, p. 34.

Outra providência tomada foi demolir, em 1907, o antigo Mercado Municipal (conhecido também como Mercado Grande), localizado na esquina das Ruas 25 de Março e General Carneiro (próximo ao Pátio do Colégio), sendo nesse mesmo local erguido um novo mercado mais de acordo com os preceitos higiênicos em voga. Em 1910 o Viaduto Santa Ifigênia começou a ser erguido sobre o Anhangabaú, visando à “comunicação direta entre o centro da cidade e as estações da Inglesa e da Sorocabana, eliminando as diferenças de níveis entre os bairros Bom Retiro, Luz, Santa Ifigênia, Campos Elíseos e a Sé, parte central da cidade<sup>471</sup>”. O Viaduto do Chá passou por uma reconstrução em 1901 a fim de se tornar mais seguro para suportar o trânsito dos bondes elétricos que começaram a circular com a chegada da Light & Power.

As realizações de Prado concernentes à região central da cidade seguiram a cartilha *haussmanniana*, com um programa extenso de retificações e alargamentos. A

<sup>470</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... Inventário da Saúde Pública*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, p. 107.

<sup>471</sup> Idem, p. 106. A obra concluída em 1913, durante a administração de Raymundo Duprat, media 225 metros de comprimento, por 13,60 metros de largura, toda em ferro importado da Bélgica.

Praça da Sé foi reformada com a demolição de vários cortiços e a expulsão de seus moradores, assim como a proibição de atividades ilícitas inadequadas (prostituição, jogos de azar, vendedores ambulantes, etc.) no intuito de transformação da área para o comércio. Essa intervenção de caráter saneador se estendeu às regularizações efetuadas em toda a área do Triângulo, como na Rua Quinze de Novembro, em 1901, e no Largo do Rosário (futura Praça Antônio Prado), entre 1903 e 1906, o que custou a eliminação da antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de muitas construções coloniais esteticamente incompatíveis com os melhoramentos pretendidos.<sup>472</sup>

O projeto do Teatro Municipal, encomendado ao Escritório Técnico de Ramos de Azevedo, teve por modelo a Ópera de Paris, adotando-se o estilo neo-renascentista.<sup>473</sup> Utilizaram-se materiais nobres em sua ornamentação, como mosaicos de Viena e mármore de Verona e Carrara, elevando o custo da obra inaugurada em 1911, no apagar das luzes de sua administração.

A concomitância entre as reformas empreendidas por Antônio Prado na capital paulista (1899-1911), e por Pereira Passos na capital federal (1902-1906), reforça um certo esforço comparativo no que diz respeito aos resultados obtidos por ambas, pois segundo Garcez Marins, a população pobre banida teria migrado para construções nas proximidades, acentuando o “contraste entre quarteirões novos e aqueles antigos que escaparam às demolições”.<sup>474</sup>

No entanto, notam-se as diferenças fazendo um pequeno exame dos recursos com os quais cada prefeito podia contar para realizar os empreendimentos projetados e a extensão das intervenções. As reformas da cidade e do porto do Rio de Janeiro constituíram uma meta central do programa do presidente Rodrigues Alves, que fora beneficiado pelas medidas de austeridade financeira do governo anterior. Um enorme empréstimo externo fora tomado em maio de 1903 no valor de 8.500.000 libras esterlinas junto à N. M. Rothschild & Sons.<sup>475</sup>

---

<sup>472</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.3, p. 179.

<sup>473</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. Op.cit., p. 116.

<sup>474</sup> Idem, pp. 179-180.

<sup>475</sup> “Com esse empréstimo pode o Governo Federal viabilizar a profunda reforma urbana, idealizada pelo Prefeito Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro, cujo eixo norteador baseava-se na reurbanização e canalização do Mangue e na construção da famosa Avenida Central, criando uma referência obrigatória na paisagem da *Belle Époque* tropical, com seu ideal de progresso e de modernidade, a despeito do violento expurgo dos despossuídos dos cortiços e estalagens derribados.” In: DOIN, José Evaldo de Mello. Op.cit., pp. 244-5.

O prefeito de São Paulo enfrentou dificuldades nesse quesito graças à minguada receita disponível no começo de sua administração, o que chegava ao ínfimo valor de 3.730 contos de réis para a realização de obras com custo elevado.<sup>476</sup> Antônio transplantara para sua gestão as medidas de racionalização dos gastos e de eficiência aplicadas em suas empresas, melhorando a arrecadação que evoluiu consideravelmente no seu último triênio, passando a 5.313 contos em 1909, 6.362 em 1910 e 6.921 em 1911 (ver Quadro 2).<sup>477</sup> O crescimento urbano e econômico das atividades comerciais, industriais e de serviços na capital contribuiu consideravelmente para ampliar a receita, criando igualmente uma demanda cada vez maior por serviços públicos, e pressionando os gastos, que se tornaram cada vez mais elevados. De 1903 em diante os exercícios orçamentários produziram seguidos déficits até chegarem ao ápice em 1908 e 1909, anos que as despesas (20.563 contos) constituíram mais que o dobro da receita arrecada no período.

Quadro 2 – Receita e Despesa do Município de São Paulo (1899-1910) – Valores em réis

Anos	Receita	Despesa	Saldo	Déficit
1899	3.730:057\$692	3.600:739\$245	129:318\$447	–
1900	3.759:901\$692	3.174:737\$969	585:163\$218	–
1901	4.062:284\$605	3.307:605\$399	754:679\$509	–
1902	3.909:942\$833	3.899:175\$182	10:767\$651	–
1903	4.078:352\$611	4.493:151\$982	–	414:799\$371
1904	4.550:383\$264	4.959:754\$989	–	409:429\$080
1905	4.152:499\$614	4.527:382\$304	–	374:882\$690
1906	4.284:223\$411	4.951:073\$912	–	666:850\$501
1907	4.525:218\$776	5.365:218\$776	–	840:000\$000
1908	4.858:955\$423	10.728:696\$572	–	5.419:741\$149
1909	5.313:713\$879	9.835:499\$312	–	4.521:785\$433
1910	6.362:240\$950	6.553:462\$888	–	191:221\$938

Fonte: RELATÓRIO de 1919 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1920. Tesouro, p. 47.

Para executar os melhoramentos urbanos requeridos recorreu-se à negociação de empréstimos. Autorizada pela Lei estadual nº 1.019, de 19/7/1907, a Prefeitura tomou um empréstimo externo no valor de £ 750.000, o equivalente a 13.000

<sup>476</sup> RELATÓRIO do ano de 1899 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado em 31 de março de 1890. São Paulo: Typ. a vapor Espíndola, Siqueira e Comp., 1900, p. 8. “O prefeito enfrentava limitações orçamentárias que impediam iniciativas comparáveis à reforma de Passos no Rio. Seus recursos eram drenados pela consecução do Teatro Municipal, menina dos olhos da elite paulistana, cuja construção consumiu oito anos e 11 mil contos de réis.” CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 121.

<sup>477</sup> RELATÓRIOS de 1912 e 1913 apresentados à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo Duprat. São Paulo: Casa Vanorden, 1914, p. 4. O aumento da arrecadação nesses anos sobre os anteriores foi de 9,358 % em 1909, 19,732 % em 1910 e 8,785 % em 1911.



contos de réis, mas foram tomados outros internos, não dependentes de aprovação do Congresso do Estado: um em 1903, para desapropriação de terreno e construção do Teatro Municipal; um em 1906, para a construção do Viaduto Santa Ifigênia; e outros em 1908, 1909 e 1910.<sup>478</sup> Essa constante de empréstimos, mantida durante a gestão de Raymundo Duprat, elevou a dívida passiva ao final da administração de Prado a 14.972:900\$000, correspondendo a mais de duas vezes a arrecadação municipal de 1911.



**Figura 5** – Viaduto Santa Ifigênia e Mosteiro São Bento, anos 1920. Fonte: GERODETTI, João Emílio & CORNEJO, Carlos. Op. cit., p. 89.

Na acepção de Campos, houve uma certa dificuldade na construção de um grande eixo comparável com a Avenida Central carioca, embora ele considere a versão paulistana da “fantasia de civilização” mais autônoma, pelo aproveitamento das irregularidades do terreno e pelas contribuições da emergente comunidade técnica local. Nesse sentido, abriu-se uma intensa discussão envolvendo engenheiros e arquitetos sobre os “melhoramentos de São Paulo”, buscando soluções para aliviar a circulação viária e o adensamento imobiliário na área central.<sup>479</sup>

<sup>478</sup> Idem, pp. 9-10. A Prefeitura assumiu no início um passivo de 630:000\$000 decorrente de empréstimo tomado para encampação do Viaduto do Chá em 1896 (lei nº 276, de 30/9). Antonio Prado recorreu a empréstimos com agentes financeiros tradicionais como o *Banca Francese e Italiana per L’America del Sud* e o *London and Brazilian Bank*, mas pode contar com o próprio governo do Estado. A Lei nº 1.279 (31/12/1909) autorizou contrato de empréstimo entre a Prefeitura e o engenheiro C. Melchert e a *Société et Commerciale Franco-Brésilienne* no valor de 787:900\$000, para obras na várzea do Carmo; em 1910 foi tomado um empréstimo no valor de 555 contos (Lei nº 1.324, de 31/5/1910).

<sup>479</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., pp. 107-24. Engenheiros e arquitetos representando interesses divergentes (da prefeitura, do Estado, de proprietários e do setor imobiliário, ou mesmo das empresas concessionárias de serviços públicos como a Light & Power), apresentaram projetos mirabolantes de



Em geral as realizações de Antônio Prado privilegiaram o Triângulo Central e os bairros nobres das zonas norte, oeste e sudeste. Ele implantou o primeiro conjunto urbanístico da capital: o Largo do Palácio com as secretarias de Ramos de Azevedo, o edifício da Polícia Central e o palácio do governo, verdadeiro palco de manifestações cívicas. Um padrão urbanístico foi incorporado ao centro comercial, dotado de serviços urbanos amplos e mantendo uma certa homogeneidade arquitetônica no conjunto. Por outro lado, Prado foi acusado de descuido em relação aos bairros populosos e industriais em crescimento na zona leste, como a Mooca, o Brás e o Belenzinho. A cidade européia e civilizada, aquela do perímetro urbano “oficial”, exaltada por viajantes e pela administração municipal, encobria essas outras cidades (a das várzeas; a próxima às áreas centrais, como Santa Ifigênia, Bexiga, Cambuci e Bom Retiro; a dos grotões suburbanos e rurais na Penha de França, na Lapa, em Santana, etc.).<sup>480</sup>

Nessa primeira década do século XX, início da *Belle Époque* paulistana, a cidade começava a se expandir rapidamente em função de fatores endógenos. O crescimento e a concentração da grande indústria na capital passava a ocupar um número cada vez maior de trabalhadores, abastecendo um mercado de consumo interno sempre mais exigente e diversificado. É sintomático disto o aumento do contingente populacional da cidade entre 1900 e 1920, em comparação com outras capitais brasileiras conforme se verifica no Quadro 3:

Quadro 3 – Brasil – Evolução da População Urbana segundo as Capitais (1900-1920)

	1900	1910	1920
Distrito Federal	691.565	905.013	1.157.873
São Paulo	239.820	375.439	579.033
Salvador	205.813	242.176	284.963
Belém	166.121	198.763	237.819
Recife	113.106	193.429	241.888
Porto Alegre	73.764	115.791	181.985

Fonte: EMPLASA 2001. In: *Memória Urbana: a Grande São Paulo até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2001, p. 25.

Ainda que o percentual de crescimento tenha sido menor em relação ao período anterior, digamos em termos quantitativos, a capital paulista continuava se expandindo e exercendo um enorme poder de atração em razão das demandas por mão-

---

alcance restrito, envolvendo muito pouco as demais zonas de crescimento da capital. RAMOS, Roberto Duarte. Op. cit., pp. 66-7.

<sup>480</sup> Idem, pp. 89-92.

de-obra no setor industrial, no comércio e nas atividades terciárias. Em 1910 entraram na cidade 40.479 imigrantes ou 10,8 % do contingente populacional, e nos anos seguintes essa margem aumentou para 64.990 em 1911, 101.947 em 1912 e 119.757 em 1913.<sup>481</sup> Em 1916 havia na capital 274.412 estrangeiros, dos quais mais de 2/3 eram italianos (187.450), seguidos por portugueses (59.593), espanhóis (17.336) e alemães (9.563).<sup>482</sup>

O viajante estrangeiro Ernst von Hesse-Wartegg surpreendeu-se com o grau de europeização da capital, elaborando uma imagem da cidade na qual estavam imersas diversas comunidades estrangeiras, com o elemento nacional parecendo ser uma minoria:

A primeira impressão que obtive de São Paulo, no longo trajeto da estação através das ruas que sobem e descem, decepcionou-me bastante e eu tive a sensação de que estava caminhando através de qualquer das grandes cidades do sul da América do Norte, talvez Wilmington ou Atlanta ou Louisville (...) São Paulo não é uma cidade brasileira de 450.000 habitantes, mas uma cidade italiana de aproximadamente 100.000, uma portuguesa de talvez 40.000, uma espanhola de igual tamanho e uma cidade pequena (Kleinstedt) alemã de mais ou menos 10.000 habitantes, com poucas de suas vantagens, mas muitas de suas desvantagens. Ainda há uns 5.000 sírios, que, sozinhos, possuem três jornais impressos em caracteres arábicos, alguns mil franceses, russos, japoneses, poloneses, turcos, ainda ingleses, escandinavos, americanos em número desconhecido por falta de estatística fidedigna. O resto, provavelmente um terço do total, deve ser de brasileiros.<sup>483</sup>

O incremento da atividade industrial podia ser verificado no total de estabelecimentos fundados na cidade: 161 (1895-1899), 334 (1900-1904), 414 (1905-1909), 1.038 (1910-1914) e 1.867 (1915-1919).<sup>484</sup> Os setores têxteis e de alimentação eram os que empregavam mais capital e trabalhadores entre os ramos industriais existentes. Em 1909 as indústrias de tecido do município tinham juntas 3.804 operários,

<sup>481</sup> Tabela 42 – Cidade de São Paulo— Colônias mais numerosas: 1893 – 1916. In: MEMÓRIA URBANA: a Grande São Paulo até 1940. Op. cit., p. 47.

<sup>482</sup> Tabela 48 – Cidade de São Paulo – Número de Imigrantes: 1910/1913. In: MEMÓRIA URBANA: a Grande São Paulo até 1940. Op. cit., p. 51. Houve redução do número de estrangeiros em 1920 para 202.245 habitantes na capital, em decorrência dos efeitos da Primeira Guerra Mundial e ao estímulo a entrada de trabalhadores nacionais vindos de outros pontos do país.

<sup>483</sup> HESSE-WARTEGG, Ernst von. *Zwischen Anden und Amazonas*. 2. ed. Stuttgart: Union Deutsche Verlagsgesellschaft, 1915, p. 149 *apud* PETRONE, Pasquale. São Paulo no século XX (capítulo III). In: AZEVEDO, Aroldo de (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 113.

<sup>484</sup> Tabela 76 – Cidade de São Paulo – Repartições dos Estabelecimentos Industriais, segundo as Datas de sua Fundação: 1850-1919. In: MEMÓRIA URBANA: a Grande São Paulo até 1940. Op. cit., p. 76.

destacando-se entre as maiores: a Companhia Nacional de Tecidos de Juta, de Jorge Street, com 1.500 operários; a Fábrica Mariângela, de Francisco Matarazzo, com 450; a Regoli, Crespi & Cia., com 610, a Companhia Fabril Paulistana, com 400 e a Companhia Industrial Paulistana, com 500.<sup>485</sup> Em 1911 a indústria têxtil empregava 7.778 operários, dos quais 6.086, ou 78,25 %, eram estrangeiros.<sup>486</sup>

Além do próprio Antônio Prado, destacava-se como industrial o conde Álvares Penteadó, proprietário da Companhia Paulista de Aniagens. Mas o cenário empresarial paulistano era basicamente dominado por imigrantes que começaram suas fortunas no comércio de importação, caso do conde Francisco Matarazzo (S./A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo, conglomerado organizado em 1911), e também de outros italianos como Nicolau Scarpa, Rodolfo Crespi, Egidio Pinotti Gamba, Puglisi Carbone, Giovanni Bricola, conde Alexandre Siciliano e Giuseppe Martinelli; os árabes irmãos Jaffet e Calfat; os alemães Francisco Schmidt, Lutz e Muller; os judeus Klabin e Weiszflog, e o português Pereira Ignácio.

Esse incremento da atividade econômica gerou um crescimento físico da cidade visível no aumento do número de prédios, impulsionando o setor da construção civil. Entre 1900 e 1910 o número de prédios subiu de 22.407 para 32.914, representando um acréscimo de 10.507 prédios, sendo 5.347 térreos, 4.667 assobradados, 411 de um andar e 82 de mais de um andar.<sup>487</sup> Entre 1910 e 1915 aceleraram-se mais ainda as construções, com a elevação do número para 53.132 unidades (acréscimo de 20.218 prédios), apesar do declínio decorrente dos efeitos da guerra européia.

Com isso o comércio assumiu uma “progressiva diferenciação e especialização”, principalmente no ramo dos estabelecimentos voltados ao varejo de alimentos, roupas e mercadorias em geral, para atender à demanda de uma população em constante crescimento. O ritmo acelerado das construções deu alento ao segmento voltado a materiais de construção, elétricos e ferragens. O comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos agrícolas, industriais e comerciais, concentrado na capital, se consolidava. Estes três setores, juntamente com o de veículos, peças e acessórios,

---

<sup>485</sup> CARONE, Edgard. Op.cit., Apêndice. Indústrias de Tecidos: capital e interior do Estado em 1909.

<sup>486</sup> Quadro XI: Trabalhadores na Indústria Têxtil por Nacionalidade e Fábricas – 1911. In: SANTOS, Carlos José Ferreira. Op. cit., p. 51. Entre as fábricas citadas destacam-se a Santana (2.685 operários), a Mariângela (1.903) e o Cotonificio R. Crespi (1.305). A mesma época dos 10.204 trabalhadores do setor têxtil no Estado de São Paulo, 7.499 ou 73,49 % eram estrangeiros, dos quais 6.044 (59,23 %) de nacionalidade italiana.

<sup>487</sup> MELLO, Z. M. C. & SAES, F. A. M. Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. In: *Estudos Econômicos*, v.15, n. 2, 1985, p. 321.

constituíam os maiores ramos em 1914, tendo por base o capital médio dos estabelecimentos.<sup>488</sup>

O setor voltado a serviços de utilidade pública transformou-se com o processo de monopolização desencadeado pela *Light* a partir do início do governo de Antônio Prado. Este sofreu uma derrota política em 1909 ao se opor à exclusividade dessa empresa no fornecimento de energia elétrica na capital, em demanda judicial envolvendo o grupo dos Guinle. A *Light* conseguiu, com sua estrutura tentacular, influenciar o próprio fluxo de crescimento da cidade, beneficiando-se de manobras articuladas no seio da municipalidade, como veremos adiante.

O desgaste político que Antônio Prado sofreu em seu último mandato à frente da Prefeitura (1908-1911) levou a uma avaliação negativa a respeito da experiência de pleito direto aplicada nas eleições municipais de 1907. Fontes Júnior, líder da maioria na Câmara dos Deputados, comentou sobre a desarmonia constante na Câmara Municipal da capital: “quem administra é o vice-prefeito, pois o prefeito está ausente, descontente com os recursos da Câmara aos seus pedidos<sup>489</sup>”. Com isto se reforçou o argumento favorável à revogação do dispositivo legal efetuada dias antes das eleições municipais de 1910.<sup>490</sup>

Nesse momento Antônio Prado se posicionara a favor da eleição direta: “(...) ou porque entendesse que deveria libertar-se das dificuldades que a Câmara lhe impunha, ou porque entendesse que era “mais nobre e democrático o processo de eleição direta pelo povo”. Terminava seu mandato dizendo que “não mais aceitaria a reeleição a não ser pela via direta<sup>491</sup>”.

---

<sup>488</sup> Idem, pp. 322-3.

<sup>489</sup> ACDESP, 1910, p. 29.

<sup>490</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., v. 1., pp. 169-170. O artigo 6º da Lei Orgânica nº 1.103, de 1907, previa a aplicação de pleito direto para prefeitos da Capital, Santos e Campinas.

<sup>491</sup> ACDESP, 1910, p. 401. Depoimento de Pedro de Toledo.

### 3.2 Controle político e contexto socioeconômico da capital na primeira metade da década de 1910

O perigo do hermismo e da aglutinação das oposições locais, em 1910, motivara o governo do Estado a tomar certas medidas preventivas referentes à capital devido a sua posição estratégica como sede do aparato político-administrativo estadual. A possibilidade de vitória de candidatos autônomos ao oficialismo do PRP, e portanto fora da esfera da Comissão Executiva e do governo estadual, levaram o Congresso do Estado a revogar o pleito direto para prefeito no final daquele mesmo ano. Os cardeais do PRP, incomodados com o posicionamento independente de Antônio Prado, viram em seu afastamento da Prefeitura uma oportunidade para estender seu controle sobre a municipalidade da capital, único reduto em que seu poder de ação ainda era menor em vista da maior liberdade da massa de votantes em relação aos demais centros urbanos do interior.<sup>492</sup>

Retomada a sistemática de eleição indireta, a Câmara Municipal escolheu para assumir a Prefeitura para o triênio 1911-1914, o vereador Raymundo da Silva Duprat, que vinha presidindo a edilidade desde 1908. Este era ligado ao grupo político dos Rodrigues Alves. Apesar dessa mudança no quadro político, a edilidade permaneceu ainda com uma composição pouco favorável ao pleno domínio do PRP.

O barão de Duprat divergiu muito pouco da orientação do governo anterior, no que dizia respeito aos investimentos em melhoramentos urbanos, insistindo na constituição de uma espécie de “avenida central” na capital, e em obras caríssimas que intensificaram os gastos e o endividamento público. Projetos de remodelação mais uma vez se dirigiam à área central (centro comercial, institucional e simbólico), havendo propostas de se estenderem para o oeste (rumo às estações ferroviárias) e para o espaço no entorno (vale do Anhangabaú e várzea do Carmo).

Naquele momento reinava um clima de otimismo sobranceiro na elite paulistana, em parte justificado pela superação da crise cafeeira que inaugurara um período de enormes inversões de capital para o setor agroexportador e para os investimentos do capital estrangeiro no País, fase que se estenderia até o início da Primeira Guerra. As condições financeiras favoráveis do município deram alento ao alargamento das despesas e à extensão dos serviços prestados. A renda crescia a uma

---

<sup>492</sup> TELAROLLI, Rodolpho. *Op.cit.*, pp. 169-70.

média de 6 % ao ano, e havia saído dos 6.921 contos em 1911, para 8.411 contos em 1912 e 9.499 contos em 1913.<sup>493</sup>

Outro ponto aparentemente favorável à administração municipal era o fato de o governo do Estado responder por vários serviços públicos na cidade, como a captação e o abastecimento de água e a rede de esgotos, efetuados pela Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, e a iluminação pública. A receita da municipalidade era limitada diante dos altos custos de implantação e manutenção desses serviços, tornando a ação do Estado imprescindível. Em 1910 e 1911, por exemplo, os gastos estaduais com esses tópicos foram respectivamente de 2.143 e 3.306 contos. Mas as taxas de consumo de água e de esgotos acabaram cobrindo esses valores e produzindo saldos vantajosos.<sup>494</sup>

Situação similar ocorria em relação à iluminação pública, com a qual o Estado arrecadava o imposto predial urbano na capital como compensação pelos serviços prestados. Segundo Telarolli, a situação tornou-se desfavorável para a municipalidade a partir de 1892, quando a receita do imposto predial passou a superar os gastos com iluminação, diferença tornada mais aguda com o crescimento vertiginoso da cidade. Para se ter uma idéia, o valor produzido pelo imposto entre 1892 e 1914 foi de 24.611:814\$679, enquanto os gastos despendidos no período de 1892 a 1915 totalizaram 14.121:923\$117.<sup>495</sup>

Até 1908 a canalização de água alcançava a extensão de 435.541 metros, tendo 27.483 prédios ligados ao sistema, enquanto 25.369 prédios tinham seu esgoto coletado (nesse mesmo ano o imposto predial incidia sobre 28.966 prédios).<sup>496</sup> Em 1912, pelo menos 36.090 prédios estavam ligados à rede de esgoto, contra 39.269 que

---

<sup>493</sup> RELATÓRIOS de 1912 e 1913 *apresentados à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Raymundo Duprat*. São Paulo: Casa Vanorden, 1914, p. 4. Os impostos mais rentáveis como o de Indústrias e Profissões, Veículos, Emolumentos, Rendas do Matadouro, Licenças e Ambulantes apresentaram um enorme superávit em relação à receita orçada. Em 1912 esse excesso foi da ordem de 2.717 contos, enquanto, em 1913 chegou a 2.802 contos. *Idem*, pp. 5-6.

<sup>494</sup> Mensagem de 1911 (A. Lins), p. 352; Mensagem de 1912 (A. Lins), p. 395. Em outros anos as taxas produziram os seguintes valores: 3.151 contos (1908), 2.843 (1909), 3.604 contos (1910), 3.750 (1911). Em alguns casos as somas incluem a cidade de Santos, onde o governo Estado desenvolvia serviços de saneamento básico. As despesas nos demais anos não são especificadas claramente, havendo apenas alguns no qual se indica os custos gerais dos serviços como o de adução do rio Cutia, concluído em 1915 (6.740 contos) ou como melhoramentos na Capital (6.056 contos, em 1911 e 9.386 contos, em 1913).

<sup>495</sup> TELAROLLI, Rodolpho. *Op. cit.*, pp. 145-7. A receita do imposto predial no período 1899-1915, foi de 23.525:682\$933, enquanto a despesa alcançou a soma de 10.765:193\$141, sobrando um considerável saldo favorável ao Estado de quase 13.000 contos. Em 1914, a população paulistana chegava a marca dos 477.992 habitantes, sendo oficialmente cobrado imposto de 49.612 prédios, marca que subiu no ano seguinte a 53.132 prédios.

<sup>496</sup> Mensagem de 1909 (A. Lins), pp. 312-4.

recebiam água encanada.<sup>497</sup> Entretanto, o presidente Albuquerque Lins admitiu, em sua mensagem de 1909, que largas extensões da cidade careciam dos serviços de esgotos (os bairros da Lapa, Belenzinho, Vila Mariana, Perdizes e Água Branca) ou estavam com o serviço incompleto (Cambuci, Higienópolis, Mooca, Bom Retiro e Barra Funda), e em muitos o abastecimento de água era precário e apresentava defeitos (Perdizes, Água Branca, Vila Cerqueira César, Pinheiros e Belenzinho).<sup>498</sup>



**Figura 6** – Bairro dos Campos Elíseos e, à esquerda, oficinas da São Paulo Railway, Jardim e Estação da Luz num cartão-postal circulado em 1909. Fonte: GERODETTI, João Emílio & CORNEJO, Carlos. *Lembranças de São Paulo: a capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Studio Flash Produções Gráficas, 1999, p. 34.

Esses bairros populares e operários, em sua maioria densamente povoados, com habitações precárias (cortiços e pensões), recebiam pouca atenção por parte da Companhia Cantareira, que estava obrigada por contrato a atender somente às áreas dentro do perímetro urbano definido pela municipalidade (a “cidade oficial”), abrangendo o centro, os bairros residenciais finos e de classe média e alguns poucos

<sup>497</sup> Mensagem de 1913 (Rodrigues Alves), p. 440. Em 1913, a Repartição de Águas e Esgotos do Estado entregou o projeto para melhorar o abastecimento de água na capital; as obras de esgotos na Vila Mariana e parte da Mooca foram terminadas, e iniciada nas Perdizes e no bairro do Ipiranga. O canal do Tamanduateí alcançava 1.671,5 metros de extensão encontrando a embocadura do rio Tietê.

<sup>498</sup> Mensagem de 1909, p. 314. A partir de 1910, as autoridades estaduais começaram a providenciar estudos para aumentar o contingente de água, considerado insuficiente para abastecer uma cidade que crescia de maneira exponencial. Os períodos de estiagem prolongada nos vários anos seguintes agravaram o problema sem uma resolução satisfatória.

bairros operários, locais onde se concentravam outras redes de infra-estrutura básica (iluminação pública, eletricidade, limpeza, pavimentação e drenagem).<sup>499</sup>

Se por um lado a municipalidade se via livre de prover a capital de serviços onerosos, por outro pagava com parte considerável de sua arrecadação os custos dessa ausência, ficando muitas vezes à mercê dos repasses estaduais para a realização dos ambiciosos projetos de “melhoramentos de São Paulo”. Nesse sentido, abriu-se uma intensa discussão envolvendo engenheiros e arquitetos, buscando soluções, algumas mirabolantes, para melhorar a circulação viária e o adensamento imobiliário na área central. A excessiva preocupação com o centro e adjacências marcou a tônica dessas propostas, inexistindo qualquer projeto que abarcasse a cidade em seu conjunto, com metas baseadas no planejamento de seu crescimento urbano.

Sucederam-se inúmeros projetos defendendo diferentes interesses. Em 1906, o vereador e engenheiro Silva Teles havia apresentado uma primeira proposta voltada à reurbanização do vale do Anhangabaú e sua transformação em uma espécie de belvedere, atendendo a reivindicações do poder municipal.<sup>500</sup> O vereador Joaquim Marra apresentou um projeto alternativo de simples alargamento da Rua Líbero Badaró, desvirtuando o projeto de Teles e defendendo interesses dos proprietários na área (o vale pertencia quase todo ao conde Eduardo Prates). O debate na Câmara Municipal resultou em inúmeras discussões, sendo que em outubro de 1910 a idéia de Marra foi retomada, inviabilizando a proposta de Teles.<sup>501</sup>

Os proprietários interessados nas oportunidades imobiliárias na mesma área voltaram à carga. Articulados com outros grupos dirigiram uma petição ao Congresso do Estado, em novembro de 1910, na qual solicitavam apoio oficial a um plano urbanístico concebido pelo engenheiro Alexandre Albuquerque. A solução sugerida seria a de superposição de eixos viários (“grandes avenidas”) articulados por uma praça giratória de inspiração *haussmanniana*. Idealizaram também a criação de um “Centro Cívico”, reunindo o Congresso Estadual, a sede do governo, a Catedral Arquidiocesana e os Correios e Telégrafos, complementados por empreendimentos particulares. O plano dependia fundamentalmente do investimento dos maiores interessados: os capitalistas

---

<sup>499</sup> ROLNIK, Raquel. Op. cit., pp. 130-1.

<sup>500</sup> TELES, Augusto Carlos da Silva. *Melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1907. O diretor de Obras da prefeitura, Vítor Freire partilhava das idéias de Silva Teles.

<sup>501</sup> Lei municipal nº 1.361, de 27 de outubro de 1910. Sua aplicação ficou entretanto adiada até que fosse estipulado um Plano Geral visando a encaminhar os “melhoramentos”.



da cidade. Essa proposta acabou sendo deixada de lado devido ao rol de interesses prejudicados: o Executivo Municipal, a Câmara, e mesmo a Light.<sup>502</sup>

A Prefeitura mobilizou-se rapidamente respondendo, ainda em dezembro do mesmo ano, com um outro plano elaborado pelo diretor da Repartição Municipal de Obras, Vitor da Silva Freire, e por seu assistente Eugênio Guilhem.<sup>503</sup> Um auxílio concedido à municipalidade para a continuidade das intervenções na capital teria motivado Antônio Prado a apresentar o plano, conforme esclareceu no encaminhamento dirigido ao presidente de Estado, Albuquerque Lins, em 3 de janeiro de 1911:

Como V. Exa. sabe, os recursos ordinários do orçamento municipal, que permitiriam dar começo aos melhoramentos da cidade, são insuficientes para o prosseguimento da transformação de que ela necessita como capital do Estado. As rendas do município já se acham gravadas no máximo legal com ônus dos empréstimos realizados de modo a impedir o recurso do crédito para novas despesas extraordinárias. Nestas condições, veio em boa hora o ato do Congresso destinando a verba de dez mil contos para os novos melhoramentos de que precisa a cidade. (...) O plano que tenho a honra de sujeitar à esclarecida apreciação de V. Exa. recomenda-se não só porque dará ao centro, onde se condensa seu movimento comercial, o aspecto de uma cidade moderna, próspera e civilizada, como porque atende à urgente necessidade de facilitar as comunicações desse centro com o os bairros de que está separada pelo vale do Anhangabaú.<sup>504</sup>

O Plano de Freire-Guilhem associava as idéias centrais da proposta de Silva Teles com outras intervenções: um viaduto ligando a Rua Boa Vista ao Largo do Palácio; alargamentos dos cruzamentos mais problemáticos do centro comercial (em locais onde se localizam atualmente o Largo do Café e a Praça do Patriarca); o alargamento da Rua São João até a largura de 40 metros (superior aos 33 metros da Avenida Central), etc.<sup>505</sup> A transformação de todo o vale do Anhangabaú em parque, com belvederes em seu entorno, o respeito ao patrimônio histórico no centro e a criação de um anel de circulação à sua volta representavam uma influência direta do urbanismo

<sup>502</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., pp. 115-21. *HISTÓRIA & ENERGIA*, 3. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, pp. 23-4.

<sup>503</sup> MELHORAMENTOS do centro da cidade de São Paulo: projeto apresentado pela Prefeitura Municipal. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Cia., 1911.

<sup>504</sup> Idem, pp. 3-5.

<sup>505</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., pp. 121-5; *HISTÓRIA & ENERGIA*, 3. São Paulo. Op.cit., p. 23; RAMOS, Roberto Duarte. Op. cit., p. 66.

*sittiano*, segundo os comentários de Freire<sup>506</sup> sobre a possibilidade de realização do plano de obras no vale:

Concluída ela, ficará o centro em perfeitas condições de viabilidade, para acudir às exigências do tráfego naturalmente crescente, durante largo prazo de tempo. E, simultaneamente, achar-se-á dotado de um logradouro de aspecto característico e original, como os que procuram modernamente constituir as cidades mais adiantadas, que arredam dos seus programas edifícios, sempre que a topografia natural lh'o permite fazer – é felizmente o nosso caso – o tipo das longas avenidas banais e sem tão favoráveis condições de estética, de que é modelo, na opinião dos competentes, a conhecida avenida de “Maio”, em Buenos Aires.<sup>507</sup>

O governo do Estado escolheu o engenheiro agrônomo e urbanista autodidata Samuel das Neves para elaborar um projeto a fim de fazer frente à proposta da Prefeitura, com o intuito de interferir na autonomia da municipalidade. Idealizou assim uma “avenida-parque”, semelhante à Avenida Central, ligando o espigão da Paulista à Avenida Tiradentes. A proposta, bastante inferior em relação à de Freire-Guilhem, acabou surtindo pouco efeito.<sup>508</sup>

Quando o barão de Duprat assumiu a Prefeitura em janeiro de 1911, encontrou inúmeros melhoramentos em andamento, os quais refletiam propostas presentes nesses planos urbanísticos, como as desapropriações e retificações no entorno da Sé (aceleradas desde o ano anterior), com o intuito de edificar grandes edifícios públicos no local; o início da construção do Viaduto Santa Ifigênia (elementos de ligação do Triângulo com as estações ferroviárias); alargamento das Ruas Libero Badaró (para desafogar a Rua São Bento), do Rosário e Quinze de Novembro; retificação da Avenida Tiradentes até a Ponte Grande; obras de terraplenagem na várzea do Carmo, entre outras.<sup>509</sup>

---

<sup>506</sup> O arquiteto Camillo Sitte desenvolveu uma corrente crítica no urbanismo voltando-se contra os aspectos deteriorados da cidade industrial e do urbanismo moderno, representado em sua expressão máxima para os retilíneos bulevares *haussmannianos*. Buscava com isso retomar os aspectos estéticos presentes nas cidades antigas. Vítor Freire, partidário dessas concepções e especialista qualificado para os debates em torno da questão dos melhoramentos permanecia como um contraponto em meio a um ambiente dominado pelos modelos de avenidas centrais. ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. De Viena a Santos: Camillo Sitte e Saturnino de Brito. In: SITTE, Camillo. Op.cit.

<sup>507</sup> MELHORAMENTOS do centro da cidade de São Paulo: projeto apresentado pela Prefeitura Municipal. Op. cit., p. 7.

<sup>508</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 124.

<sup>509</sup> RELATÓRIOS de 1912 e 1913 *apresentados à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo Duprat*. Op. cit., pp. 10-1.

Procurando uma solução conciliadora, Duprat resolveu contratar o arquiteto paisagista Joseph-Antoine Bouvard como consultor urbanístico, proposta aprovada pela Câmara. Este deveria emitir um parecer externo sobre os melhoramentos da capital.<sup>510</sup> A idéia de uma arbitragem imparcial de Bouvard partira de Vítor Freire. Este conhecia os trabalhos de consultoria realizados por aquele em Paris e Buenos Aires, e compartilhava de sua orientação voltada ao urbanismo científico. Tratava-se, portanto, de uma indicação previamente articulada nos bastidores para garantir posições assumidas por Freire.<sup>511</sup>

Em princípio, Bouvard elaborou um plano contendo três seções: vale do Anhangabaú e Rua Libero Badaró; Região da Sé; Região de Santa Ifigênia. Para a primeira seção, procurou uma solução que harmonizasse os planos anteriores (Freire-Guilhem, Samuel das Neves e Silva Teles). No lugar de um bulevar no Anhangabaú, compôs um “conjunto paisagístico com dois blocos de edifícios intermediando o espaço livre do vale e a massa edificada no centro histórico”, conseguindo equilibrar os elementos estético e higiênico com o de valorização do terreno, atendendo aos interesses do conde de Prates.<sup>512</sup>

Na área da Sé projetou um centro cívico obtido por sucessão de edifícios monumentais a partir de desapropriações e demolições para ampliar o largo, substituindo a proposta Freire-Guilhem para o local. Em seu relatório, Duprat asseverava as opiniões do arquiteto francês:

Ouvido sobre os melhoramentos da capital, que estavam planejados, achou que se devia criar aos edifícios públicos, construídos ou projetados, uma moldura condigna, “uma vizinhança que os faça por em relevo e corresponda ao custo da sua construção.” Com relação aos monumentos ou edifícios públicos, disse esse profissional, “nunca será demais insistir na escolha das disposições por nós projetadas. Está decidida a construção da Catedral [Metropolitana da Sé], do Congresso [Estado], do Palácio do Governo, do Paço Municipal, [do] Palácio da Justiça. Serão porventura distribuídos ao acaso? Evidentemente não: é de necessidade absoluta coloca-los

<sup>510</sup> Resolução da Câmara Municipal, nº 18, de 16/6/1911.

<sup>511</sup> Sob esse tópico Campos comenta: “(...) de qualquer forma Vítor Freire estabelecera com o arquiteto francês um contato via Buenos Aires. O diretor de Obras conhecia o corpo técnico municipal portenho e chegaria a se tornar sócio do Museo Social argentino. Calcado no *Musée Social* de Paris, que aglutinava os principais representantes do nascente urbanismo científico e pós-haussmanniano francês, o Museo Social foi fundado em 1911. Apoiado por correntes ruralistas argentinas, propunha a modernização de base agrária como caminho para a solução dos conflitos urbanos.” Para Freire os problemas envolvidos no debate urbanístico na capital argentina eram similares aos “que pretendia resolver em São Paulo”. CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 143.

<sup>512</sup> Idem, pp.146-7.

metodicamente de forma a que concorram para um conjunto que pode ser do maior efeito.”<sup>513</sup>

Bouvard previu um “jardim pitoresco” na várzea do Carmo, recuperando uma antiga aspiração do presidente de província João Alfredo. O futuro Parque D. Pedro II contaria com a participação posterior do arquiteto de parques e jardins, E. F. Cochet, no desenvolvimento paisagístico das alternativas apresentadas pelo projeto. Uma das metas desejadas pelo poder público para esse local era a de banimento da população pobre e miserável que vivia em barracos em suas cercanias. Levaria muitos anos até a sua implantação.<sup>514</sup>



**Figura 7** – Movimento cotidiano da rua Libero Badaró, postal circulado em 1923. Fonte: GERODETTI, João Emílio & CORNEJO, Carlos. Op. cit., p. 64.

Em ofício dirigido à Câmara Municipal em setembro de 1911, o prefeito enviava a “planta organizada pela Diretoria de Obras, para um Centro Cívico, extraído do projeto geral de melhoramento organizado pelo arquiteto Bouvard”. Anexo a este acompanhava uma exposição de Freire, na qual declarava ser o projeto de maior importância que a própria “transformação do vale do Anhangabaú<sup>515</sup>”. Esta opinião

<sup>513</sup> RELATÓRIOS de 1912 e 1913 *apresentados à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo Duprat*. Op. cit., p. 15.

<sup>514</sup> RAMOS, Roberto Duarte. Op. cit., pp. 113-4.

<sup>515</sup> Ofício nº 411, de 23/9/1911. In: RELATÓRIOS de 1912 e 1913 *apresentados à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo Duprat*. Op. cit., pp. 15-6.

revelava indiretamente aquilo que a Prefeitura acabou priorizando no plano Bouvard: as obras da Sé e a terceira seção, para o qual Duprat acalentava um projeto ambicioso.

A autorização para a construção do Centro Cívico acabou sendo aprovada em 1912. Através da Lei Municipal nº 1.582 (2/9), tiveram início diversas providências: alargamento das Ruas Capitão Salomão e Marechal Deodoro (até 16 metros); das Ruas Senador Feijó, Benjamin Constant e Barão de Paranapiacaba (até 15 metros); constituição de uma praça pública entre os edifícios do Paço e da catedral; permuta com o Estado de área de terreno para a praça; tornar de utilidade pública, para fins de desapropriação, terrenos “necessários à abertura do ‘Centro Cívico’”.<sup>516</sup>

Em 1908, Duprat, como prefeito interino, solicitou um estudo para o alargamento da Rua São João com o objetivo de transformá-la em uma “grande avenida de 40 metros de largura, estendendo-se até o Parque Antártica, na Avenida de Água Branca”. O projeto previa desapropriar somente no lado direito, em uma faixa de 15 a 20 metros, além do prolongamento da via. Contavam-se com algumas porções de terrenos municipais no Largo do Paissandu e em outros pontos, para abater os elevados custos das desapropriações e demolições de edifícios. Duprat adotou uma estratégia utilizada na construção da Avenida Central no Rio: a venda da sobra dos terrenos adquiridos e possivelmente valorizados pela nova avenida.<sup>517</sup>

Essa obra, não levada a efeito quando do retorno de Antônio Prado, entrou novamente nas cogitações de Duprat quando estava em discussão o plano Bouvard. Procedeu-se a aquisição de prédios na referida rua, e os estudos para seu alargamento foram aprovados em novembro de 1911.<sup>518</sup> A Lei nº 1.596, de 27/9/1912, proibiu a construção na nova avenida de edifícios com menos de três andares e sem fachada aprovada pela Prefeitura. As obras se iniciaram em 1913, sendo concluído o alargamento até o Largo do Paissandu em 1915.

Ao priorizar a ligação do centro com as áreas das estações ferroviárias, densamente povoadas, Duprat divergiu da orientação de Bouvard e Freire. Agiu de maneira independente, abandonando a remodelação do Parque do Anhangabaú (não houve qualquer melhoramento até 1915), talvez pela deficiência de recursos para

---

<sup>516</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., pp. 17-8.

<sup>517</sup> “Notas e Informações” In: *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 17–jul–1908. *Apud* RELATÓRIOS de 1912 e 1913 *apresentados à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo Duprat*. Op. cit., pp. 21-2.

<sup>518</sup> Primeiras desapropriações aprovadas pela Câmara Municipal pela Lei nº 1.395 (25/3/1911) e, logo em seguida, o projeto de avenida entre a Praça Antônio Prado e o Largo do Paissandu, pela Lei nº 1.476 (16/11/1911).

financiar uma obra de tal envergadura, ou mesmo pela ausência de uma solução para o problema da circulação. A consecução de uma via extensa, ampla e retilínea, cercada por edifícios em bloco e regulamento de gabarito, conferia uma certa homogeneidade desejável, resolvendo um problema crucial, pois implantava uma espécie de “avenida central” paulistana, ao modo de um bulevar parisiense, atendendo aos desejos manifestos da elite local de incorporar elementos civilizatórios ao espaço urbano, colocando a cidade no patamar de outras capitais rivais (Rio de Janeiro e Buenos Aires, principalmente).

Da primeira seção do plano Bouvard, apenas se principiou a construção dos blocos de edifícios do Anhangabaú, batizados depois de “Palacetes Prates”. Uma diferença em relação ao período Antônio Prado é que se pensou em prover a cidade de espaços públicos, antes restritos aos bairros residenciais finos, como o Parque do Anhangabaú e o D. Pedro II, cujo término levaria vários anos.<sup>519</sup> Alguns poucos bairros operários receberam melhoramentos: regularização do alinhamento da Rua do Gasômetro; formação de duas praças no Brás; formação de um parque na Ponte Grande<sup>520</sup>; construção de um cemitério na Lapa, etc. Todavia, os bairros elegantes continuaram a receber tratamento diferenciado. Em 1911, o belvedere na Avenida Paulista foi desapropriado, e contratada a construção do Trianon por Ramos de Azevedo. No ano seguinte, um quarteirão em Higienópolis foi desapropriado pela Prefeitura para instalação da Praça Buenos Aires. Um belvedere sobre o vale do Pacaembu surgiu ao final da Avenida Higienópolis.<sup>521</sup>

A febre de obras, remodelações e reformas do período Antônio Prado/Raymundo Duprat elevou a dívida passiva do município em 31 de dezembro de 1913 ao valor de 40.128:183\$470, ou mais de quatro vezes a arrecadação desse mesmo ano (9.552:701\$313). Mais da metade desse montante (25.534:956\$060) se referia a empréstimos tomados por Duprat entre 1912 (10.592 contos) e 1913 (14.942 contos).<sup>522</sup>

<sup>519</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Op.cit., p. 180.

<sup>520</sup> Tratava-se de um projeto do ex-vereador Armando Prado, aprovado pela lei municipal nº 1486 (11/12/1911), e retomado pro Duprat que conseguiu autorização para formação do parque da Ponte Grande (lei nº 1.681, 16/4/1913). Esse ao justificar o elevado gasto previsto para aquisição de terrenos (1.636 contos), baseou-se em critérios de salubridade: “(...) é preciso dotar S. Paulo de reservatórios de ar, principalmente numa zona como essa, entre os bairros do Bom Retiro e da Luz, da grande aglomeração de habitantes, de acordo com o projeto Bouvard.” In: RELATÓRIOS de 1912-1913. Op. cit., p. 21.

<sup>521</sup> CAMPOS, Cândido Malta. Op. cit., p. 163.

<sup>522</sup> Desses empréstimos, os mais volumosos são os seguintes: 10.000:000\$000 contraídos com o *Banco Francese e Italiana per L'America del Sud* (autorizado pela lei municipal nº 1.536, de 30/4/1912), que com em virtude de reforma do prazo passou a 11.798:022\$040; 12.567:100\$000 em emissões de letras

Sobre o serviço da dívida, a única informação existente se refere ao empréstimo externo de 1907, registrando 848:400\$000 em amortizações e juros anuais, somente para esse tópico. Em 1914, o serviço da dívida chegou a 2.475:000\$000, comprometendo mais de 1/4 da arrecadação com juros e amortizações, fato que motivou veementes reclamações do então prefeito Washington Luís ao herdar um município em situação de desequilíbrio financeiro.<sup>523</sup>

Um fato diferencial na administração de Duprat teria sido o apoio prestado pelo presidente de Estado, Rodrigues Alves. Afonso Arinos cita uma carta enviada por este ao prefeito, em 18 de novembro de 1912, na qual demonstra preocupação com a administração paulistana, procurando aconselhar Duprat sobre os negócios municipais e suas eventualidades:

Aludindo aos planos do prefeito, e aos seus desejos de recorrer ao crédito externo, o presidente, que enfrentara a revolução urbana/carioca, observa, com relação à capital paulista, que convinha “acompanhar com cuidado e seu forte desenvolvimento e dotá-la dos aparelhos indispensáveis para o bom funcionamento dos serviços que todos os dias estão crescendo.” Prossegue: “Felizmente, esse processo vai se operando por si mesmo, de sorte que a ação dos poderes públicos deve tender antes a regular do que precipitar o já extraordinário crescimento. Não obstante o aumento contínuo da renda da municipalidade, ela será sempre acanhada para o custeio das múltiplas exigências da administração a seu cargo.”<sup>524</sup>

Certamente o presidente se referia a uma solicitação dirigida ao Congresso Estadual para contrair um empréstimo no exterior no valor de 3 milhões de libras, ou 45 mil contos de réis (aprovado pela Lei Estadual nº 1.631, de 6/12/1912), ampliado depois para 5 milhões de libras, ou 75 mil contos de réis (Lei Estadual nº 1.765, de 16/12/1913). Apesar da autorização, tais empréstimos ficaram apenas no papel. Rodrigues Alves, porém, alertava para a inocuidade desse estratagema, sem a existência de regras para comportar o crescimento desmesurado de uma cidade que seria em breve “uma das grandes cidades da América”. Sugeriu ao prefeito deter-se com afincos nos

---

(lei nº 1.646, de 15/2/1913) e 1:800:000\$000 do Tesouro do Estado. In: RELATÓRIOS de 1912-1913. Op. cit., pp. 7-10.

<sup>523</sup> A dívida passiva no exercício de 1914 elevou-se a 43.916:361\$060. *RELATÓRIO DE 1914 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luis Pereira de Sousa*. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 6.

<sup>524</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro/São Paulo: José Olympio Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1973. v.II, pp. 678-9.

“serviços invisíveis”, cujos efeitos seriam mais importantes em longo prazo que os “melhoramentos aparentes”:

Os serviços que se relacionam com a limpeza e a higiene da cidade [...] vão nos custar grandes sacrifícios e é mister encará-los de frente, larga e ativamente para acabar as justas impaciências da população. Além desses há outros reclamos, aos quais é preciso prestar a máxima atenção para não sermos perturbados pelas surpresas de movimento.<sup>525</sup>

Por fim, quanto à questão da especulação imobiliária, alertava indiretamente para a ação dos grupos privados estrangeiros, como a *Light and Power* e a *City of São Paulo Improvements Co.*, que vinham interferindo e condicionando o próprio desenvolvimento da cidade segundo seus interesses monopolísticos:

Não convirá, mesmo, acumular construções em uma cidade onde elas se renovam sem cessar e tudo tende a encarecer — a propriedade imóvel, a material e a mão-de-obra. Os valores atuais já são, a meu ver, exagerados, e é curioso que quanto mais os poderes locais se esforçam para dar expansão aos melhoramentos da cidade, em benefício dos proprietários, mais estes buscam explorar, em seu proveito, maiores vantagens, às vezes verdadeiras extorsões, fundando-se na valorização decorrente daquele esforço.<sup>526</sup>

Divergindo da orientação presidencial, Duprat preferiu apostar nas obras suntuosas regadas com empréstimos onerosos para transformar a cidade em “capital do café”. Ainda no último ano de seu mandato, arriscou implementar uma reforma administrativa (Ato nº 573, de 16/4/1913). Extinguiu a Secretaria-Geral da Prefeitura com as suas seções e criou novas repartições municipais.

Uma importante mudança foi o estabelecimento da Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene, cujas atribuições reincorporavam à órbita do poder municipal os serviços repassados à Diretoria do Serviço Sanitário Estadual por Antônio Prado, ainda em 1899. O poder de fiscalização passava a abranger um rol extenso de atividades: matadouro municipal, rios e várzeas, mercados, veículos e os de carretagens, aferição de balanças, pesos e medidas, cemitérios e enterramentos, demolições e reconstruções de edificações particulares, de fábricas e instalações, visitas sanitárias

---

<sup>525</sup> Idem, p. 679.

<sup>526</sup> Idem.



domiciliares, execução de posturas e leis de polícia administrativa e sanitária, etc.<sup>527</sup> Referia-se aos efeitos da reforma realizada em 1911, no Código Sanitário Estadual de 1894, o qual definiu o papel do município e exprimiu uma preocupação maior com os processos de urbanização, em especial na capital.<sup>528</sup> Essa diretoria incorporou também o serviço de Limpeza Pública e Particular recém encampado pela Prefeitura.

A Diretoria de Obras e Viação, sob a liderança do poderoso Vítor Freire, se fortalecia, passando a ter mais uma seção técnica incumbida dos serviços de alinhamentos, aprovações de plantas e construções particulares, além das três existentes, voltadas à abertura de ruas, ao assentamento de guias para passeios, reparos e conservação de calçamentos e demais obras municipais.<sup>529</sup>

No organograma da Prefeitura, afora essas duas diretorias, havia: o gabinete do prefeito; a Diretoria-Geral; o Tesouro Municipal, com quatro repartições subordinadas a um inspetor (Diretoria de Receita, Diretoria de Despesa, Contadoria e Tesouraria); a Diretoria do Expediente, Assentamento de Empregados e Instrução Pública; a Diretoria do Patrimônio, Estatística e Arquivo; a Procuradoria Fiscal e o Montepio Municipal.

Com a proximidade das eleições municipais no final de 1913, Duprat buscou articular sua recondução ao cargo de prefeito, mas enfrentou dificuldades em obter um consenso para um segundo mandato. Uma explanação do quadro político e de outros interesses envolvidos na sucessão paulistana explicam melhor os motivos que levaram o demissionário secretário da Justiça e da Segurança Pública, Washington Luís, a assumir esse posto.

Nessa época, o PRP estava dividido em duas alas poderosas. A primeira, controlada por Bernardino de Campos e Jorge Tibiriçá, contava com Albuquerque Lins e Antônio Prado entre seus apoiadores. Favorável à penetração do capital estrangeiro como elemento essencial ao desenvolvimento econômico da economia paulista, tendia a facilitar a expansão de empresas com interesses monopolísticos, como as do grupo Light e a *Brazilian Railway*, de Percival Farquhar. A segunda girava em torno do

<sup>527</sup> RELATÓRIOS de 1912-1913. Op. cit., pp. 24-5.

<sup>528</sup> Houve pouquíssimos atritos entres o diretor do Serviço Sanitário e a prefeitura na gestão de Antonio Prado, tendo em vista o completo abandono por parte do poder municipal de suas atribuições na área sanitária. RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Op.cit., pp. 108-9. Para Telarolli Junior, a reforma de 1911, acentuou o predomínio da gerência estadual, concedendo-lhe o poder de intervenção nos municípios em caso de epidemia e o comando técnico e administrativo. TELAROLLI Jr., Rodolpho. *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, pp. 231-3.

<sup>529</sup> Lei municipal nº 1.756, de 2/12/1913. In: RELATÓRIOS de 1912-1913. Op. cit., pp. 26-7.

conselheiro Rodrigues Alves, defensora do capital nacional e da iniciativa de empresas, como a Companhia Docas de Santos, de Gaffrée e Guinle.<sup>530</sup>

No início dos anos 1910, esses grupos se bateram em torno da possibilidade de intervenção no caso da Estrada de Ferro Sorocabana, arrendada pelo governo estadual, desde 1907, a Percival Farquhar e Hector Legru.<sup>531</sup> A polêmica deu-se em razão do envolvimento de “altos funcionários” da administração paulista no negócio. O próprio presidente de Estado, Jorge Tibiriçá, e Alfredo Maia, ex-ministro da Viação e superintendente da Sorocabana, tornaram-se diretores após o arrendamento,<sup>532</sup> que seria rompido somente em 1919 no governo de Altino Arantes.

Outro foco de acirramento de disputas entre os grupos de Bernardino e Rodrigues Alves deu-se em relação à tentativa de renovação e unificação dos contratos de prestação de serviços públicos pela *Light*, na cidade de São Paulo, em 1912. Esse conglomerado atuava na capital desde sua incorporação no Canadá em 1899, por iniciativa de Frederick Stark Pearson (engenheiro norte-americano e capitão da nova indústria de eletricidade), e pelos capitalistas canadenses James Gunn e Willian Mackenzie.<sup>533</sup> Com a razão social original alterada para *The São Paulo Tramway, Light and Power Company Limited*, começaram atuando inicialmente na exploração do serviço de viação urbana.

A Light se instalou na cidade de São Paulo em um momento de expansão econômica favorável, porquanto o incremento de população, a diversificação de atividades comerciais, o fortalecimento das indústrias e instituições bancárias compunham uma base suficiente para respaldar investimentos, tanto em transporte urbano quanto na produção e distribuição de eletricidade. A concessão dada à Light oferecia condições para a eliminação de suas concorrentes locais, ou pelos recursos

<sup>530</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. Op.cit., p. 192.

<sup>531</sup> Idem, pp. 186-90. O empresário e especular norte-americano Percival Farquhar, fundou diversas empresas ferroviárias em países latino-americanos (Cuba, Guatemala, Argentina, etc.) e funcionava como testa de ferro de grupos financeiros europeus e norte-americanos, em negócios da carne, da borracha e do minério de ferro. SZMRECSÁNYI, Tamás. A era dos trustes e cartéis. In: *HISTÓRIA & ENERGIA* (1 - A chegada da Light). São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p. 19.

<sup>532</sup> Saes aponta para esse procedimento comum das empresas estrangeiras, exemplificadas no caso da Sorocabana “qual seja o de incluir em suas direções elementos brasileiros, ligados ou não à alta administração paulista.” Vários diretores da Mogiana e Paulista continuam em seus cargos após venderem suas ações a Farquhar. SAES, Flávio Azevedo Marques de. Op. cit., pp. 186-9.

<sup>533</sup> Pearson convenceu-se das oportunidades oferecidas pela capital paulistana durante viagem ao Brasil em 1897, empreendendo estudos para viabilizar um sistema de transporte coletivo para a cidade. Nesse ínterim, entrou em contato com Farquhar, por facilitar o acesso a grupos de industriais e banqueiros europeus e franceses SZMRECSÁNYI, Tamás. Op. cit., pp. 4-5.

financeiros disponíveis ou por seus recursos técnicos, que inviabilizaram a continuidade dessas empresas.<sup>534</sup>

Um primeiro passo foi dado com a compra da Companhia Viação Paulista em 1900, incorporada à Light em maio de 1901, após manobras de bastidores no mercado e pressão sobre políticos e grupos financeiros ligados à empresa.<sup>535</sup> A defesa da Light nas ações judiciais era feita pelos advogados Carlos e Américo de Campos (sendo o primeiro filho Bernardino de Campos deputado estadual). Ambos se tornaram depois acionistas e diretores de empresas do grupo, estratégia muito comum na Light para obtenção de favores e o beneplácito do poder público nas demandas em favor do grupo.

Após conseguir a unificação dos contratos de transporte urbano, a Light partiu para uma outra empreitada: conquistar o monopólio do serviço de eletricidade. Começou absorvendo a Companhia de Água e Luz do Estado de São Paulo, também em 1900, quando obteve as concessões para produção e fornecimento de energia elétrica.<sup>536</sup> No ano seguinte era colocada em funcionamento a Usina Hidrelétrica de Parnaíba, com produção suficiente para abastecer suas linhas de bondes, a iluminação pública e a demanda doméstica e industrial de eletricidade.

De 1906 até o início da Primeira Guerra, a Light and Power teve um desenvolvimento surpreendente de seu capital, chegando a 120 milhões de dólares (cerca de 360 mil contos de réis), após o processo de reestruturação de suas empresas em 1912.<sup>537</sup> A essa altura a Light detinha o monopólio dos principais serviços públicos da capital (gás, eletricidade, transportes urbanos, e mais tarde telefones e água). Com esse poder, manipulou e corrompeu autoridades municipais e forçou associações com particulares em manobras especulativas visando à valorização do solo urbano, expandindo desordenadamente suas linhas de bondes aos cantos mais extremos da

<sup>534</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. Café, indústria e eletricidade em São Paulo. In: *HISTÓRIA & ENERGIA*, (1 - A chegada da Light). Op. cit., pp. 27-8.

<sup>535</sup> SILVA, Heloísa Barbosa da. Batalhas pelo monopólio. In: *HISTÓRIA & ENERGIA*, (1 - A chegada da Light). op. cit., p. 47-9. Em março de 1900, a Light adquiriu em hasta pública a Companhia de Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro. Viria ainda a incorporar uma pequena empresa que fazia por tração animal o transporte entre a Ponte Grande e o bairro de Santana, em maio de 1907. A primeira linha de bondes elétricos da Light foi inaugurada em 7 de maio de 1901, e ligava a Barra Funda a o distrito de Santa Efigênia.

<sup>536</sup> Idem, pp. 49-52. A São Paulo Gas Co., empresa inglesa, permaneceu como única concorrente da Light no serviço de iluminação de ruas por deter uma concessão do governo estadual. A diretoria da Cia. Água e Luz foi composta com os *lightianos*: Carlos de Campos, Fernando de Albuquerque e Octávio Pacheco e Silva, todos acionistas.

<sup>537</sup> O resultado foi o surgimento da *Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd.* unindo a São Paulo Light and Power, a Rio de Janeiro Light and Power e a São Paulo Electric Co.). SAES, Flávio Azevedo Marques de. Café...Op. cit., p. 23.

cidade: Ponte Grande até Santana (norte); Paraíso e Vila Mariana (sul); Lapa (oeste); Pinheiros (sudoeste); Belenzinho, Tatuapé, em direção à Penha (leste); Ipiranga (sudoeste).<sup>538</sup>

Na opinião de Sevckenko, essa orientação do crescimento urbano paulistano, guiada pelos interesses imobiliários da Light, que suscitava a criação de loteamentos nessas áreas remotas, aliada à ausência de planejamento urbano global, compeliu “seu desenvolvimento em bolsões desconexos, espaços discriminados, fluxos saturados e um pavoroso cemitério esparramando de postes e feixes de fios pendurados como varais por toda a área urbana (...)”<sup>539</sup>.

Em 1909, o prefeito Antônio Prado deu parecer contrário à renovação do contrato com a Light para a exploração do fornecimento de eletricidade, tendo em vista o interesse manifestado pela Companhia Brasileira de Energia Elétrica — dos mesmos sócios-proprietários da Cia. Docas de Santos S/A (Cândido Gaffrée e Eduardo P. Guinle)<sup>540</sup> — para o provimento de energia nos bairros não cobertos pela Light. No entanto, a Comissão de Justiça da Câmara de Vereadores formulou parecer favorável, reafirmando o monopólio por mais vinte anos.<sup>541</sup> Tal decisão provocou a manifestação da população prejudicada pelas tarifas extorsivas e péssimos serviços oferecidos pela empresa, além da alta do preço dos aluguéis e dos terrenos em decorrência de suas manobras especulativas.<sup>542</sup>

A tentativa de Guinle/Gaffrée de quebrar o monopólio da Light reforçou os vínculos desta com Farquhar, iniciados quando da formação da *Light and Power* no Rio de Janeiro, em 1904. O estopim do conflito se deu em 1912, com a unificação das concessões (energia e bondes) da Light em São Paulo por 50 anos, concedida pela edilidade paulistana em troca de certas vantagens.

<sup>538</sup> PASCHKES, Maria Luísa N. de Almeida. Bondes, terrenos e especulação. In: *HISTÓRIA & ENERGIA*, (1 - A chegada da Light). Op. cit., p. 44.

<sup>539</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 122. Essas práticas da Light, apelidada de “polvo canadense”, resultaram no surgimento de “bairros inteiros completamente desconectados entre si, uma heterogeneidade de arruamentos desencontrados, além da escassez drástica de praças, espaços públicos e amenidades.” Idem, p. 124.

<sup>540</sup> Gaffrée e Guinle, por meio da Docas de Santos, detinham o monopólio das atividades vinculada ao porto de Santos e vinham expandindo seus negócios para o setor de serviços urbanos. Obtiveram concessão federal para produção e abastecimento de energia elétrica no Rio de Janeiro e o direito de construir a hidrelétrica de Itapanhaú para abastecer as cidades de São Paulo e Santos, em 1908. HONORATO, Cezar. O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914). São Paulo-Santos: Editora Hucitec; Prefeitura Municipal de Santos, 1996, p. 151.

<sup>541</sup> Lei municipal nº 1.210, de 29/4/1909. Cf. BEIGUELMAN, G.; FARIA, N. A empresa política. In: *HISTÓRIA & ENERGIA*, (1 - A chegada da Light). Op. cit., p. 38; Anexo III, p. 40. Entre os três vereadores que votaram contra a renovação destaca-se o futuro prefeito Raymundo Duprat.

<sup>542</sup> SEVCENKO, Nicolau. Op. cit., pp. 122-3.

Houve protestos da imprensa, como o publicado pelo *O Estado de S. Paulo* criticando a decisão e sugerindo que a Light tinha maior interesse na renovação do contrato de energia, a findar-se em 1920, pela perspectiva de aumento na demanda futura.<sup>543</sup> A campanha em defesa da Companhia Docas assumiu um caráter nacionalista, caracterizando como ação oligopolista do grupo Light/Farquhar a operação de açambarcamento das empresas prestadoras de serviços públicos.

Em meio a todo esse furor, o PRP realizou uma convenção na capital, em 22 de novembro de 1913, para a reorganização do partido e a eleição da Comissão Central. A liderança do partido continuou nas mãos de Bernardino de Campos e J. Tibiriçá, respectivamente eleitos presidente e vice-presidente da C.C.<sup>544</sup> Fortalecida pelo resultado do pleito, a facção de Bernardino desejava influir na sucessão da Prefeitura da capital, visto a crescente insatisfação com Duprat.

O próprio Bernardino procurara entre as jovens lideranças alguém com experiência suficiente para assegurar o domínio político da cidade ao partido, evitar transtornos políticos para a Light e seus sócios, a exemplo dos ocorridos em 1909 e 1912, e reorganizar a Prefeitura. Sua escolha recaiu sobre Washington Luís, então deputado estadual e líder da maioria no Congresso. Conhecia-o desde o governo Tibiriçá. Haviam trocado intensa correspondência durante a arquitetada intervenção federal em 1911, e Bernardino chegara a apoiar a recondução de Washington à pasta da Justiça no governo de Rodrigues Alves. Em discurso proferido durante sua posse como deputado no final de 1912, tecera rasgados elogios às realizações do secretário, chegando a compará-la às de um “estadista”.<sup>545</sup>

Entre os motivos da indicação de Washington, o biógrafo Eugênio Egas citou justamente o reconhecimento da competência administrativa e a fidelidade partidária, traços que provavelmente impressionaram Bernardino e outros próceres do PRP, considerando-o apto a resolver a situação pouco satisfatória da Prefeitura:

Os homens políticos lembraram-se do dr. Washington Luís para prefeito da Capital. Ele tinha dado sobejas provas de capacidade de trabalho, tino administrativo, honestidade intangível, e de uma

---

<sup>543</sup> *O Estado de S. Paulo*. São Paulo. 8-jun-1912, p. 5, *apud* SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986, p. 201.

<sup>544</sup> Houve um aumento do número de membro de sete para nove como fruto de acordo anterior com os opositoristas do PRC. *Ata da posse da Comissão Diretora do Partido Republicano, eleita no dia 22 de novembro de 1913*. In: CARONE, E. & JUNQUEIRA, M. S. A. Atas do PRP. In: *Revista Estudos Históricos*. Deptº de História da F.F.C.L. de Marília, n. 11, 1972, pp. 197-8.

<sup>545</sup> DEBES, Célio. Op. cit., pp. 74; 106; 116 e 119-20.

energia que nunca esmorecera, em tantos anos de lutas. Até então, agira com recursos financeiros abundantes. Ia agora exercer o poder municipal numa câmara falida, com os cofres vazios e com o crédito só no meio dos agiotas. Bernardino de Campos insistia para que fosse o dr. Washington Luis o candidato à Prefeitura. “é o homem para a situação, eu irei pessoalmente convidá-lo e ele aceitará.” E, voltando-se para os circunstantes: – “O Washington Luis nasceu administrador.”<sup>546</sup>

O partido pareceu não ter problemas em explicitar suas intenções, conforme se pode deduzir da nota publicada no *Correio Paulistano*, em 24 de outubro de 1913, na qual anuncia a indicação oficial de Washington Luís, sem ocultar o acerto anteriormente negociado nos bastidores:

Entre os candidatos componentes da chapa, figura o sr. dr. Washington Luís, previamente convidado e aceito para o cargo de Prefeito Municipal. Dado os seus conhecidos e comprovados antecedentes de emérito administrador e que merecidamente lhe granjearam invejável renome entre os nossos homens públicos de maior destaque, não há senão louvar tão feliz escolha, e que corresponde a uma notória e generalizada aspiração desta capital.<sup>547</sup>

Em virtude da eleição para prefeito da capital ser indireta, Washington participou do pleito realizado em 30 de outubro, elegendo-se vereador em primeiro turno pelos distritos da Mooca, Bela Vista, Santana e Nossa Senhora do Ó.<sup>548</sup> Na sessão preparatória da Câmara Municipal de 14 de janeiro de 1914 transcorreram as eleições internas para os cargos deliberativos e comissões permanentes. Cumprindo o acordo, os vereadores sufragaram o nome de Washington para prefeito, deslocaram Duprat para a presidência da edilidade e reelegeram Mario de Amaral como primeiro-secretário.<sup>549</sup>

Washington acumulou a direção dos negócios municipais da capital com sua vaga na Câmara dos Deputados, onde havia sido eleito líder da maioria no fim da sessão de 1913. Como presidente e relator da Comissão Permanente de Justiça, Constituição e

<sup>546</sup> EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes do Estado de S. Paulo e Vice-presidentes: período republicano (1920-1924)*. Publicação Oficial do Estado de S. Paulo. Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil. vol. III. Seção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1927, p. 13.

<sup>547</sup> *Correio Paulistano*. São Paulo. 24-out.-1913. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., p. 13.

<sup>548</sup> Notas. *Correio Paulistano*. São Paulo, 30-nov.-1913, p. 1. Como a eleição na capital era pelo voto distrital, apenas sete candidatos mereceram compor a chapa em primeiro turno: Oscar Porto, Alcântara Machado, Raymundo Duprat, Mário Amaral, Antônio Batista da Costa e Carlos Botelho.

<sup>549</sup> *ANAIIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1914* (1º ano da 8ª legislatura), organizado pelo tachygrapho Manoel Alves de Sousa. São Paulo, 1914, pp. 56-7. As comissões permanentes se compuseram da seguinte forma: Alcântara Machado, Joaquim Marra e Álvaro Gomes da Rocha Azevedo (Justiça); Carlos Botelho, Oscar Porto e Henrique Fagundes (Higiene); Raphael Archanjo Gurgel, Baptista da Costa e Ernesto Goulart Penteado (Obras); João Maurício Sampaio Vianna, Mario do Amaral e Oscar Porto (Finanças).

Poderes naquele mesmo ano, vinha analisando projetos de bastante relevância, como o orçamento de 1914, a fixação do efetivo da Força Pública, desapropriações, a reforma judiciária e a duração do mandato do prefeito da capital. Para este último, forneceu parecer favorável ao restabelecimento do mandato de três anos, cujo texto legal saiu em dezembro, portanto um pouco depois do pleito municipal.<sup>550</sup>

No seu discurso de posse na Prefeitura, emitiu uma nota crítica em relação às administrações de Antônio Prado e Raymundo Duprat, sobretudo pelo excessivo endividamento em decorrência de melhoramentos no centro da cidade: “acabaram-se, agora, os tempos em que se acreditavam nas fadas e nas varinhas de condão que tudo transformavam; hoje é preciso um trabalho enorme, um esforço denodado para remodelar uma cidade como a capital de São Paulo<sup>551</sup>”.

Esse pronunciamento certamente custou-lhe a perda de apoios importantes e decisivos dentro da edilidade, mas parecia estar disposto a marcar sua gestão como administrador austero. O esforço empreendido na redução de despesas e na fiscalização da arrecadação, que lembrava o tempo da intendência em Batatais, dera origem a uma das inúmeras frases atribuídas a Washington, típica do folclore político da época:

(...) num gesto de nobreza e dignidade, pôs sua mão forte e honesta nas portas do tesouro municipal. E para que lhes se abrissem era necessário, primeiro, haver verba, depois, ser a despesa autorizada. “Eu não faço obras, sem ter dinheiro pronto na gaveta; eu não faço pagamentos, que não hajam sido legalmente autorizados<sup>552</sup>”.

Na realidade, a restrição orçamentária e as dificuldades financeiras eram bastante reais, e podem ter pesado na tomada de decisão por parte do ex-secretário de Justiça. De um lado, correria o risco de enfrentar as turbulências políticas inerentes àquela posição — a indicação de Bernardino — justamente no momento em que o rival Rodrigues Alves ocupava a presidência de Estado. Afonso Arinos ilustra melhor esse dilema ao comentar sobre a condição de Washington como único membro do governo que não era amigo pessoal ou discípulo político de Rodrigues Alves.<sup>553</sup> De certa maneira, pela importância assumida pela capital, o cargo de prefeito passava a depender cada vez mais da chancela do presidente de Estado. Por outro lado, Washington possuía

<sup>550</sup> Refere-se aqui a Lei Estadual nº 1.392, de 6 de dezembro de 1913. DEBES, Célio. Op. cit., pp. 131-3.

<sup>551</sup> Câmara Municipal. *O Comércio de São Paulo*. São Paulo, 11–jan.–1914, p. 4. Grifo nosso.

<sup>552</sup> EGAS, Eugênio. Op. cit., p. 13.

<sup>553</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Mello. Op. cit., v.II, p. 776.

cacife suficiente para enfrentar a situação, e além disso poderia tentar se projetar politicamente no cargo.<sup>554</sup>

Em longo editorial, *O Estado de S. Paulo* fez uma análise favorável da eleição de Washington, mesmo em se tratando de uma indicação oficial, a qual considerava uma vantagem para o titular:

Moço, robusto, ativo e enérgico, o novo prefeito, além de sua incontestável capacidade de administrador, já demonstrado nos longos anos em que exerceu o cargo de secretário da Justiça e Segurança Pública, tem a seu favor, para ser o prefeito que todos esperamos e que São Paulo merece, várias circunstâncias de relevo. É partidário, mas por convicção e por temperamento, sabe, quando as conveniências do seu partido entram em conflito com as do público, resistir àquelas para atender a estas. É político, mas sempre foi e, provavelmente, continuará a ser absolutamente estranho às intrigas e aos interesses – intrigas pequeninas, interesses inferiores; dos perniciosos grupinhos em que se dividiu o eleitorado da capital, que freqüenta as urnas. É vereador, mas eleito por três anos, por lei prudente, que o Congresso do Estado, em boa hora, votou, está, como prefeito, liberto da influência nociva e das exigências absurdas de vereadores de fracos escrúpulos. Numa palavra: não o ameaçam os embaraços que, desde o começo, puseram em cerco e acabaram por vencer a iniciativa bem intencionada de seu antecessor. Mais ainda: de absoluta confiança do governo do Estado, indispensável elemento de êxito na administração da cidade.<sup>555</sup>

---

<sup>554</sup> Afonso Arinos explicita as ambições de Washington alimentadas durante seu segundo mandato à frente da prefeitura: “Washington que recusou o Ministério da Guerra, depois da morte de Rodrigues Alves, quando da formação do gabinete Eptácio Pessoa, conseguiu o que fato desejava: **substituir Altino [Arantes], em 1920, no governo de São Paulo posto no qual, para confirmar a sua liderança dentro do Estado, anulou praticamente a influência do seu antecessor e restringiu severamente a da família Rodrigues Alves.**” Idem. Grifo nosso.

<sup>555</sup> Notas e Informações. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 16–jan.–1914, p. 3. Júlio de Mesquita encontrava-se na dissidência do PRP, tendo apoiado Olavo Egídio de Sousa Aranha para sucessão de Albuquerque Lins, em 1912. Essa candidatura combatida com veemência pela Light, não logrou êxito diante do lançamento de Fernando Prestes, apoiado pelo grupo de Jorge Tibiriçá. A indefinição oficial acabou provocando séria crítica por parte da oposição (PRC), até que o PRP em convenção decidiu-se pela chapa Rodrigues Alves–Carlos Guimarães.



### 3.3 Diagnóstico de uma cidade em crise: o empréstimo “americano”

Em sua primeira gestão à frente da Prefeitura da capital (1914-1917), Washington enfrentou os problemas decorrentes da restrição orçamentária, levando-o a reduzir gastos para conter o *deficit* público crescente dos anos anteriores. Acrescentava-se a isso o quadro de crise financeira e a desorganização administrativa do município, agravados pelos reflexos negativos da Primeira Guerra, iniciada em julho de 1914, que reduziram os investimentos públicos urbanos, conforme anunciou o prefeito em seu primeiro relatório:

A situação financeira do município, diante da perspectiva que nos fazia entrever a conflagração européia, não aconselhava que a Prefeitura se abalancasse às grandes obras, que a população tinha o direito de esperar em tempos normais. Limitou-se a Prefeitura a concluir as obras cuja não terminação traria a ruína ao que já fora feito, e por conseqüência a perda do já despendido, e a executar as obras contratadas, em andamento; cuja suspensão daria lugar a indenizações.<sup>556</sup>

Um outro motivo forte alegado foi o *deficit* de arrecadação nesse mesmo ano, o primeiro desde 1905, anunciando que o ritmo de crescimento das rendas municipais até então vigente começou a se estancar, conforme se verifica na Tabela 1:

**Tabela 1** – Arrecadação do Município de São Paulo (1910-1915) – Valores em réis

Anos	Ordinária	Extraordinária	Total	% sobre receita anterior
1910	5.579:541\$459	782:669\$491	6.362:240\$950	+ 19,732
1911	6.478:235\$285	441:975\$102	6.921:210\$387	+ 8,785
1912	7.813:653\$870	597:981\$636	8.411:635\$506	+ 21,534
1913	8.865:051\$729	687:649\$584	9.552:701\$313	+ 13,565
1914	8.791:642\$573	333:994\$871	9.125:637\$444	- 4,679
1915	8.487:367\$295	723:091\$727	9.210:459\$092	+ 0,931

Fonte: RELATÓRIO de 1914. *op. cit.*, p. 3; RELATÓRIO de 1915 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. III.

A pequena elevação — registrada em 1915 — apenas aquietou a anunciada depressão profunda da receita, que condenaria qualquer esforço no sentido do saneamento financeiro. Se de um lado o quadro da receita parecia muito pouco alentador, de outro a despesa parecia ter sido contida em patamares relativamente

<sup>556</sup> RELATÓRIO DE 1914, apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 9.

equilibrados. Apesar do saldo negativo em 1914 da ordem de 1.800 contos de réis, este valor era bastante inferior quando comparado aos *deficits* provocados durante a gestão Duprat, conforme se vê no Quadro 4:

**Quadro 4** – Receita e Despesa do Município de São Paulo (1912-1916) – Valores em réis

Anos	Receita	Despesa	Deficit
1911	6.921:210\$387	9.089:867\$372	2.168:656\$985
1912	8.411:635\$506	19.481:364\$179	11.069:728\$673
1913	9.552:701\$313	24.959:781\$906	15.407:080\$593
1914	9.125:637\$444	11.128:579\$093	2.002:941\$659
1915	9.210:459\$092	14.449:469\$138	5.289:010\$046
1916	9.746:255\$905	13.079:873\$898	3.333:617\$993

Fonte: RELATÓRIOS de 1912-1913. *op. cit.*, p. 8; RELATÓRIO DE 1917 apresentando à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918, p. IV.

Mesmo assim, segundo Rolnik, a capacidade de investimento do setor público era relativamente menor que a do setor privado. A Prefeitura despendeu cerca de 132 mil contos, entre 1899 e 1915, com investimentos na capital (28 mil contos repassados pelo Estado para a realização do Plano de Obras de 1911), enquanto a Light and Power, sozinha, investiu 120 mil contos, demonstrando a limitação dos cofres públicos em responder às solicitações.<sup>557</sup>

Em 1914, a Prefeitura aplicou em serviços e obras “inadiáveis” um montante de 2.260 contos. Outros gastos ficaram por conta das despesas com o funcionalismo, em torno de 2.060 contos e com a amortização e juros da dívida passiva, que totalizou 3.230 contos, ou mais de 1/3 da arrecadação de 1914. Tais despesas que limitavam drasticamente a capacidade de investimento do município em vista de outros inúmeros serviços e dispêndios, como o recém encampado serviço de Limpeza Pública, cujo custeio elevou-se a 1.661 contos.<sup>558</sup> O próprio prefeito revelou essa fragilidade ao constatar o saldo vexatório a ser passado para o próximo ano, diante da demanda crescente por investimentos:

Assim terá a Prefeitura 750:000\$000 para todos os serviços e obras durante o correr do ano de 1915, na cidade de São Paulo. Si fossem todos eles destinados a calçamento ordinário a 8\$000 o m<sup>2</sup>, daria para

<sup>557</sup> ROLNIK, Raquel. *Op. cit.*, p. 136.

<sup>558</sup> RELATÓRIO de 1914. *Op. cit.*, pp. 69-70. A lei orçamentária fixou as despesas com Serviços e Obras em 951:612\$229, com o Serviço da Dívida Passiva, em 2.475:000\$000 e com o Serviço de Limpeza Pública, em 1.400:000\$000. Cf. Anais de 1914, pp. 569-72.

calçar 93.750 m<sup>2</sup>, quando a cidade tem quase 2.000.000 de m<sup>2</sup> de superfície sem revestimento, em terra; daria apenas para calçar duas ruas como a Avenida Paulista, cuja área calçada entre guias é de 48.000 m<sup>2</sup>. E note-se que essa quantia tem ainda que pagar as despesas com galerias de águas pluviais, aberturas de estradas, construção de pontes, asfaltamento de vias públicas contratadas, etc., etc., melhoramentos e aformoseamento da cidade, que só com recursos extraordinários poderão ser levados a cabo. Não é demais insistir sobre esse ponto como satisfação às impaciências, aliás legítimas, da população em reclamar execução de serviços, que a situação do Município tem de retardar.<sup>559</sup>

Percebia-se nisso uma crítica indireta de Washington às administrações anteriores, que estavam, talvez, mais interessadas em realizar obras de ornamentação, descuidando-se completamente de serviços importantes, por exemplo, o calçamento. Por outro lado, esse tipo de manobra justificava a sensação de paralisia reinante. Em ofício dirigido à Câmara em 10 de outubro, o prefeito fez um diagnóstico dos problemas financeiros, refletindo sobre a posição central assumida pela capital na economia cafeeira paulista, o que explicava em parte suas dificuldades na manutenção adequada dos serviços municipais:

Nas cidades como a nossa, que não chegam ainda ao seu completo desenvolvimento, e cujas rendas não atingiram por conseqüência o seu limite máximo, a variabilidade progressiva da arrecadação não assenta somente nos fatores econômicos próprios e ordinários, senão também em elementos estranhos e, durante certo tempo, por momentos, que influem poderosamente sobre as suas finanças enriquecendo-as. Um dos principais é a incorporação de novos elementos — de dinheiro e de gente, do estrangeiro — que ela absorve anualmente, com eles se prosperando, com eles se engrandecendo. Além disso, a situação excepcional da capital, (...) eixo de uma rede ferroviária que se abre em leque por todo o Estado, e que se estende e alcança Estados vizinhos, uns já em plena atividade, outros de esperançoso futuro agrícola e pecuário, fazendo-a por essa forma um grande centro distribuidor, de importação e exportação, o que nos dá a segurança do seu progresso, quaisquer que sejam as vicissitudes por que tenha que passar o Brasil. Isso explica o caminho para frente da cidade de São Paulo, quer na prosperidade, quer nas épocas de crise, e, apesar das crises, ele se verifica todos os anos, em todas as manifestações da sua vida, em frias e impassíveis estatísticas.<sup>560</sup>

A crença no futuro, revelada nessa espécie de “destino manifesto” da Paulicéia e repetida em relatórios posteriores, mostra como Washington percebia o

<sup>559</sup> Idem, p. 70. Grifo nosso.

<sup>560</sup> Ofício nº 446 (10/10/1914). Idem, pp. 67-70.

processo de modernização em curso e a posição-chave assumida pela capital nessa dinâmica. No entanto, a crise se avizinhava e medidas amargas teriam de ser tomadas para contê-la.

No relatório de 1915, o prefeito anunciava um aumento significativo do *deficit*, o que forçou a emissão de letras de câmbio e notas promissórias no valor de 6.658:869\$830, enquanto o serviço da dívida passiva chegava a 2.701:142\$780.<sup>561</sup> A explicação do prefeito recaiu na insuficiente dotação orçamentária e no excesso da despesa, principalmente nas verbas destinadas a serviços e obras, limpeza pública, dívida passiva e exercícios findos.

Para se ter uma idéia do volume das despesas, somente em serviços e obras gastou-se cerca de 2.427 contos; no asfaltamento de alguns trechos de avenidas, 800 contos; no calçamento a paralelepípedos, mais 800 contos; na construção e conservação de estradas, outros calçamentos diversos, regularização de ruas, assentamentos de guias, placas, pequenas obras e consertos, 2.400 contos; com o Serviço de Limpeza Pública, 1.871 contos, e por fim, com a regularização do vale do Anhangabaú, alargamento da Rua Boa Vista e o pagamento de construções de galerias pluviais à *Brazilian Ferro Concret Constructions Co.*, foram gastos 2.750 contos.<sup>562</sup>

Apesar de muitos serviços públicos serem realizados pelo governo estadual, a demanda por aqueles efetuados pela municipalidade pressionava um orçamento reduzido e estagnado. Segundo Telarolli, a capital passava por dificuldades semelhantes às dos demais municípios, e mesmo desfrutando de vantagens pela sua posição como centro administrativo do Estado, via-se prejudicada em relação à receita do imposto predial urbano, repassado aos cofres estaduais para custear os serviços de iluminação pública na cidade.<sup>563</sup> A progressão da população paulistana, alcançando 477.992 habitantes em 1914, era acompanhada pelo crescente número de prédios: 49.612 (1914) e 53.132 (1915). O imposto arrecadado se elevava de 1.971:532\$533 em 1911 a 2.581:163\$852 em 1916, valores sempre superiores às despesas com iluminação.<sup>564</sup>

O deputado estadual Alcântara Machado apresentou um projeto na Câmara em 1916, tentando reverter o “produto desse tributo para a municipalidade, que ficaria

<sup>561</sup> RELATÓRIO de 1915. Op. cit., p. VI.

<sup>562</sup> Idem, pp. V-VIII. Quase todas as verbas previstas na lei orçamentária de 1915 excederam o limite estipulado. Em Serviços e Obras, o gasto inicial girava em torno de 1.300 contos e com Limpeza Pública, 1.400 contos.

<sup>563</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., pp.143-4.

<sup>564</sup> SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALBUQUERQUE LINS). MENSAGEM de 1º de maio de 1911. In: EGAS, Eugênio. Op. cit., p. 395; SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALTINO ARANTES). MENSAGEM de 1º de maio de 1916. (Altino Arantes), In: EGAS, Eugênio. Op. cit., p. 573.

com os encargos da iluminação pública”, apresentando alternativas dentro do contrato entre o Estado e a São Paulo Gas Co.<sup>565</sup> No entanto, o projeto acabou sendo engavetado após análise da comissão responsável.

Esse panorama acabou levando o prefeito da capital a recorrer à prática dos empréstimos múltiplos, como solução precária diante da depressão do erário municipal não coberto pelos auxílios estaduais. As condições, em geral desfavoráveis nas operações de empréstimo, tornaram-se menos propícias com a irrupção da guerra na Europa.<sup>566</sup>

Em setembro de 1914, a Câmara Municipal autorizou a tomada de um empréstimo interno no valor de 10 mil contos, destinado inicialmente à melhoria de estradas de rodagem, calçamentos, obras na esplanada da Catedral da Sé, no vale do Anhangabaú, na várzea do Carmo e em pontes projetadas em vários pontos da cidade. Segundo o parecer da comissão encarregada que aprovou a emissão, “a municipalidade aguardaria que se normalizassem as condições do mercado mundial, para levantar o empréstimo externo autorizado pelo Congresso, consolidar a dívida atual e prosseguir nos trabalhos de remodelação da cidade”.<sup>567</sup>

O recurso a um empréstimo externo para a continuidade de obras públicas foi aventado ainda na gestão de Duprat. O Congresso Estadual chegou a autorizar a Prefeitura a tomar um empréstimo no valor de 5 milhões de libras (75 mil contos) no final de 1913, mas a mudança na direção municipal e a política de contenção de gastos frustraram sua realização. Washington retomou a discussão, centrando-se na preocupante situação do município, que premido por dívidas inadiáveis incorreria em um estado de perigosa insolvência, como assinalou em trecho de seu relatório de 1915, no qual defende a tomada de um empréstimo externo com a exclusiva finalidade de consolidar dívidas anteriores diante de passivo insustentável:

Á diferença de cambio, 30% em média da desvalorização da nossa moeda, nos pagamentos em ouro; a necessidade de operações de crédito — emissão de títulos e juros — para acorrer ás despesas inadiáveis, com elas saldando os *deficits* verificados nas outras verbas orçamentárias; o pagamento de dívidas autorizadas mas não computadas no orçamento, com o pagamento final de Meias Custas

<sup>565</sup> ACDESP de 1916, p. 131.

<sup>566</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., p. 142.

<sup>567</sup> Parecer nº 85, de 5/9/1914. ANAIS de 1914, pp. 495-7. Autorizaram um empréstimo do tipo mínimo 90, juros de 7% a. a., com prazo de 5 a 10 anos para amortização, que se transformou na Lei Municipal nº 1.811, de 21/10/1914. O valor líquido resgatado foi de 9.091:000\$000. In: RELATÓRIO de 1914, *op. cit.*, p. 26.

em 249:420\$600; o pagamento de outras autorizadas em leis especiais, o pagamento dos juros e comissões de um semestre não previstos, pelas razões já ditas no relatório de 1914, da dívida ao Banco Francês e Italiano para a América do Sul — 931:407\$900 —; os elevados juros, tais que indústrias particulares que prosperam não suportam a que a Municipalidade está sujeita pelos seus contratos; os curtos prazos de uma dívida flutuante enorme que obriga a Municipalidade a constantes reformas, selos, comissões, explicam e justificam o aumento da nossa dívida passiva. Como vedes, uma operação financeira, que reduza os juros, alongue os prazos e suprima as comissões, dando calma ao Município, é indispensável.<sup>568</sup>

Na verdade, o prefeito vinha entabulando contatos com agentes financeiros por meio de parlamentares paulistas e representantes comerciais, com o intuito de negociar uma proposta que fosse vantajosa para o município. Em fevereiro de 1914 teria recebido uma oferta do diretor de uma instituição financeira para um empréstimo na praça de Londres, como declarou em seu relatório de 1916.<sup>569</sup> Em carta de 27 de janeiro, recebida do deputado estadual Antônio A. Lobo, era informado sobre o interesse manifestado por dois grupos de capitalistas, possivelmente estrangeiros, de realizar um acordo de empréstimo com a Prefeitura da capital.<sup>570</sup>

Em meio a essas ofertas, faltava ainda uma nova autorização especial que teria de ser votada pelo Congresso Estadual, em decorrência das rigorosas exigências criadas pela Lei nº 1.344, de 18/12/1912, entre as quais: o estabelecimento de 1/3 sobre a média da arrecadação nos último três exercícios como limite das despesas com juros e amortizações, uma minuciosa justificativa para o pedido de empréstimo e documentos que provassem a existência de recursos para a solução de novas obrigações.<sup>571</sup> O prefeito reuniu-se com o vice-presidente de Estado interino, Carlos Guimarães, para pedir a inclusão de sua solicitação em caráter excepcional nas matérias que seriam discutidas pelo Congresso, após sua convocação extraordinária.

A decretação de estado de sítio em março de 1914 em todo o País, que se estendeu até outubro, atrasou os trabalhos do Legislativo, que somente voltou a se reunir em julho, aprovando medidas atinentes à crise cafeeira em curso como: a criação da Bolsa de Café em Santos e da Câmara de Corretores de Café.<sup>572</sup> O projeto enviado

<sup>568</sup> RELATÓRIO de 1915. Op.cit., pp. X-XI. Grifo nosso.

<sup>569</sup> RELATÓRIO de 1916 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, v. 1, p. VI.

<sup>570</sup> AESP/APWL. Locus: 198.3.6 - De: Antônio A. Lobo (deputado estadual) - Para: W. Luís - Local: Campinas - data: 27/1/1914.

<sup>571</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., v. 1, p. 137.

<sup>572</sup> DEBES, Célio. Op. cit., p. 141.

pelo Executivo estadual, que tratava da autorização da tomada de empréstimo externo para a municipalidade da capital, logo após apreciação rápida das comissões de Justiça e de Fazenda, transformou-se na Lei Estadual nº 1.414, de 7/7/1914, que limitava o montante a 75 mil contos de réis, com as seguintes condições: juros de 5% ao ano, prazo de 50 anos e amortização anual de 2%, para unificação de dívidas e execução de obras e melhoramentos.<sup>573</sup>

Porém, surgiram novos empecilhos que escapavam às tratativas no âmbito político: os bancos europeus, tradicionais praças de crédito, reduziram drasticamente as operações de empréstimo por causa devida da situação de guerra. Em longa exposição a respeito das condições financeiras do mercado inglês, o diplomata Dunshee de Abranches, que tentava intermediar um acordo de empréstimo para a municipalidade, apresentava um outro dilema:

Tenho a honra de enviar a V. Ex. o ultimo numero do *The Financial Review of Reviews*, importante repertório de informações financeiras da grande casa bancaria que desejava pôr em contacto com V. Ex. nas negociações que procurei encaminhar para o lançamento do empréstimo externo da cidade de S. Paulo. (...), encontrará tabela de valores, copiosos dados que mais o orientarão no sentido dos últimos sucessos desenvolvidos em torno das tentativas para a realização de grande empréstimo da União, cujos representantes só têm concorrido para abalar ainda mais os créditos do país [pela] inépcia com que se hão conduzido, transformando uma situação eminentemente favorável para o nosso país na atual de tantas e tão intoleráveis incertezas.<sup>574</sup>

O missivista trata nesse trecho, do acordo em curso do segundo *Funding Loan* feito através dos Rothschilds com o qual a União pretendia fazer a rolagem de sua imensa dívida externa, agravada por uma política sistemática de câmbio baixo, pelas emissões continuadas, pelo desequilíbrio orçamentário e *deficits* causados pela tomada de novos empréstimos vultosos.<sup>575</sup> Dunshee forneceu informações a respeito das condições do mercado financeiro europeu, sobre a dificuldade de um empréstimo junto à casa bancária inglesa no valor de 5 milhões de libras esterlinas e nas condições

<sup>573</sup> RELATÓRIO de 1916. Op. cit., p. III.

<sup>574</sup> AESP/APWL. *Locus*: 185.2.8 — De: Dunshee de Abranches — Para: W. Luís — local — Rio de Janeiro — Data: 6/7/1914.

<sup>575</sup> DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. 1, pp. 282 e 289. Em 1914, a dívida externa da União representava quase 2/3 da dívida total reconhecida pelo país, o qual no final de 1913, havia chegado ao valor de 91.857.360 em libras esterlinas e de 297.885.500 em francos.

estipuladas, que devido à depreciação dos títulos brasileiros teria rejeitado o adiantamento oferecido de £ 1 milhão.<sup>576</sup>

Em uma outra carta, o corretor oficial, Raphael Tobias de Barros, depois de solicitar ao prefeito a documentação necessária para a efetivação de um empréstimo oferecido por uma instituição inglesa, fazia alguns comentários semelhantes aos de Dunshee: “Como bem sabe o descrédito do Brasil no momento é grande, assim sendo estou certo que não desejarás de fazer o negócio do tipo oferecido, pois que absolutamente não foi possível conseguir-se mais (...)”.<sup>577</sup>

Ainda em outubro de 1914, o deputado federal Alberto Sarmiento solicitava informações sobre as condições financeiras do município e possíveis “garantias que a municipalidade daria, para um empréstimo de um milhão de libras, em letras da Prefeitura, a prazo de um ano”. Junto anexou uma carta da C. Meisel & Co., empresa de importação e exportação do Rio de Janeiro, a qual transmitia os arranjos feitos com seu banqueiro, Albert Church Vard, para um adiantamento de £ 2 milhões contra bônus do Tesouro municipal.<sup>578</sup>

Tudo indica que nenhuma dessas ofertas parece ter atraído o interesse de Washington, seja pelas condições pouco satisfatórias dos tipos dos empréstimos, seja pela dificuldade de negociação devido ao conflito europeu. Com isso, a desvalorização cambial elevava brutalmente os encargos com o serviço da dívida da municipalidade, em especial com seu maior credor em moeda estrangeira, o *Banca Francese e Italiana per L'América del Sud*, cuja soma de 780.390 libras teria em moeda nacional passado de 11.798:022\$000 em 1914, para 15.855:603\$630, em 1916.<sup>579</sup> A Prefeitura obteve a reforma dessa dívida por mais seis meses e emitiu notas promissórias junto ao Banco do Comércio e Indústria no valor de 600 contos. Os juros foram reduzidos de 15% para

<sup>576</sup> “Estamos certos, de que nesse momento, a cidade de S. Paulo não teria uma proposta boa e idônea de empréstimo a mais de 83 a 85, salvo em condições onerosas sobre qualquer contrato municipal se firmar, (...)”. AESP/APWL. *Locus*: 185.2.8 — De: Dunshee de Abranches — Para: W. Luís — local: Rio de Janeiro — Data: 6/7/1914.

<sup>577</sup> AESP/APWL. *Locus*: 185.2.9 — De: Raphael Tobias de Barros (corretor oficial) — Para: W. Luís — Local: S. Paulo — Data: 17/7/1914.

<sup>578</sup> AESP/APWL. *Locus*: 193.2.182 [p.39] — De: Alberto Sarmiento (Câmara dos Deputados) — Para: W. Luís — Local: Campinas — data: 17/10/1914; *Locus*: 193.2.185 — De: C. Meisel & Co. Importador, exportador, representantes e agentes gerais — Para: Alberto Sarmiento (Câmara dos Deputados) — Local: Rio de Janeiro — Data: n/c.

<sup>579</sup> Esse empréstimo tomado em 1912, no valor de 10 mil contos de réis, foi autorizado pelas Leis Municipais n<sup>os</sup>. 1.536, de 30/4/1912 e 1.539, de 28/12/1912. Em 1915, os juros e a correção cambial levaram esse montante para 12.505:903\$370.



12% ao ano, mas ainda assim a municipalidade durante três anos teve de dispor anualmente de 1600 a 1800 contos anuais com juros e amortizações.<sup>580</sup>

A dívida flutuante no final do exercício de 1915 alcançou a soma elevada de 18.331:741\$740, levando a um panorama de inadimplência e paralisação da administração municipal, fato comentado pelo prefeito:

(...) dívida colossal diante dos nossos recursos orçamentários, e que, por sua natureza de curtíssimos prazos, colocaria a Municipalidade em situação aflitíssima e a levaria a ruína certa, si os credores em dado momento não quisessem ou não pudessem conceder reformas.<sup>581</sup>

Como vimos, a condição pré-falimentar do País coincidiu com o início da Primeira Guerra, “tornando ariscos os compradores de títulos latino-americanos nas praças financeiras européias”, algo que dificultava imensamente a tomada de empréstimos naquele continente. Além disso, a Grã-Bretanha teve suas despesas de guerra multiplicadas, vendo-se obrigada a queimar suas reservas em ouro, tornando a libra inconvertível e passando a ser “cliente de empréstimos em dólar”.<sup>582</sup> Isto tornava mais atraente uma possível operação de empréstimo com algum banco ou grupo financeiro em praça nova-iorquina, do que com os financistas da City londrina.

Surgiu então a possibilidade de um acordo entre a municipalidade e duas instituições financeiras de Nova York ainda no final de 1914: a *W. M. Morris Imbrie & Co.*, representada por Frederico Lage, e a *Equitable Trust Co.*, representada pelo Banco Francês e Italiano.<sup>583</sup> Para facilitar as negociações com os norte-americanos, foram introduzidas alterações na Lei nº 1.414, quanto aos juros e ao montante de amortizações, que resultaram na Lei nº 1.442, em 28/12/1914. A Prefeitura realizou nessa mesma data um acordo de empréstimo de 5.500.000 dólares, equivalente a 25 mil contos, combinando efetuar seu resgate somente em novembro de 1916, através da emissão de títulos de U\$ 1.000 cada, em ouro, a juros de 6 % anuais, pagos semestralmente, com prazo de 12 anos e amortização a partir de 1919.<sup>584</sup>

<sup>580</sup> RELATÓRIO de 1916. Op. cit., pp. V-VII.

<sup>581</sup> Idem, p. VIII. Os juros a que se refere eram de 12 % a.a., enquanto os prazos variavam de 3, 6 a 9 meses.

<sup>582</sup> DOIN, José Evaldo de Mello. Op. cit., v. 1, p. 288.

<sup>583</sup> DEBES, Célio. Op. cit., p. 142. O deputado federal, Cincinato Braga teria servido como intermediário na apresentação de Frederico Lage ao prefeito.

<sup>584</sup> RELATÓRIO de 1916. Op. cit., p. VIII. O tipo do empréstimo foi 86 ½, resultando em um valor líquido de 23.430:000\$000 resgatado em 1916, valor que devido à antecipação da primeira parcela de amortização em 1918, ficou reduzido a 21.087:000\$000.

Outro embaraço às negociações relacionava-se a cláusulas constantes no contrato firmado com o Banco Francês e Italiano. Uma delas assegurava o direito de preferência dessa instituição financeira sobre qualquer proposta de financiamento feito à municipalidade, estabelecendo o acréscimo de 1% de juros a seu favor. Havia também uma cláusula cambial para o pagamento de empréstimos que obrigava a conversão de dólares para réis, e depois para libras esterlinas. Essas duas opções conjugadas prejudicavam os acordos “porque os banqueiros não se sujeitavam a organizar grupos financeiros, a preparar o capital preciso para operação, na incerteza de que fariam ou não”. Washington obteve a desistência contratual em troca de 1/2 % a título de comissão pela representação dos banqueiros americanos.<sup>585</sup>

Para o prefeito, os benefícios trazidos por esse empréstimo externo seriam sentidos na melhoria dos recursos disponíveis com a diminuição do serviço da dívida:

A operação americana foi, pois, vantajosa para o município de S. Paulo que, em virtude dela ficou com a situação financeira consideravelmente melhorada pela redução de 50% nos seus encargos pecuniários anuais com juros, pelo aumento, em média, de 24 vezes nos prazos de pagamento, pela consolidação, por essa forma, de dívidas incômodas e perigosas.<sup>586</sup>

Com o produto líquido do empréstimo em dólares quitou-se praticamente toda a dívida flutuante do município no valor de 19.948:008\$236 (ver Quadro 5), do qual a principal em libras, com o Banco Francês e Italiano, se elevava, com novas baixas cambiais, ao montante de 16.789:573\$130.<sup>587</sup>

---

<sup>585</sup> DEBES, Célido. Op. cit., p. 143.

<sup>586</sup> Idem, p. VIII. Houve na verdade redução no juro de 12% para 7 1/8 % em prazo longo de pagamento. Pode-se comparar esse empréstimo com uma outra oferta registrada em carta do deputado estadual Fontes Jr., de julho de 1916. Esse sugeria a tomada de empréstimo em boas condições na mesma praça (Nova Iorque), num valor equivalente ao anterior, a juros de 6 % a. a., mas de tipo 87, com prazo nunca inferior a 5 anos e amortizações na forma corrente. AESP/APWL. *Locus*: 198.2.164 — De: Fontes Jr. — Para: W. Luís — Local: Rio de Janeiro — Data: 16/07/1916.

<sup>587</sup> RELATÓRIO de 1916. Op. cit., pp.XI-XII. A dívida flutuante do município era seguinte: *London and Brazilian Bank Limited* (374:673\$736); Caixa de Depósitos e Cauções Municipais (637:441\$370); empréstimo com o Governo estadual de 1913 (2.146:320\$000); *Banca Francese e Italiano per L'America del Sud* (£ 780.390-0-0). Após o pagamento dessa e de outras menores constituídas de dívidas líquidas pela lei municipal nº 1.786, de 15/4/1914 (494:000\$000) e com credores de pequenos serviços, obras e fornecimentos (601:624\$192), sobrou um saldo para ser repassado para o exercício de 1917, compondo-se de 2.364:763\$113, em moeda nacional; 49:113\$500, em títulos e 35.527,45 dólares.

Quadro 5 – Dívida Passiva do município de São Paulo nos exercícios de 1914 a 1919

	1914	1915	1916	1917	1918	1919
Dívida Fundada	27.473:267\$794	30.353:145\$460	57.193:937\$656	59.092:877\$460	64.231:793\$000	67.987:311\$530
Dívida Flutuante	16.443:093\$266	18.331:741\$740	1.987:311\$530	1.793:320\$000	–	–
<b>Dívida Passiva</b>	<b>43.916:361\$060</b>	<b>48.684:887\$200</b>	<b>58.987:257\$656</b>	<b>59.092:877\$460</b>	<b>64.231:793\$000</b>	<b>67.987:311\$530</b>

Fonte: RELATÓRIO de 1919. Op. cit., Anexos (Tesouro), p. 47.

A reabilitação do crédito municipal parecia ser o objetivo que guiava Washington, conforme se deduz de seus comentários sobre o destino do empréstimo:

O empréstimo americano não foi contraído para aformoseamentos ou para melhoramentos; não teve por fim dotar a cidade de obras de qualquer natureza ou espécie; não veio, por conseqüência, conhecido como é o momento mundial, sagrar um administrador ou criar um financeiro. Imposto pelas circunstâncias, veio exclusivamente resgatar empréstimos anteriores, consolidar exigente dívida, com melhores condições e nisso está a sua vantagem.<sup>588</sup>

O prefeito anunciava, exultante, um outro ponto favorável ao desejável equilíbrio financeiro: o governo estadual resolvera executar uma lei de 1911 que autorizava um auxílio anual de 1.000:000\$000 à municipalidade, durante 10 anos, e entregou assim ao “Tesouro Municipal a quantia de 3.240:235\$400, com o qual pagamos a quantia de 1.800:000\$000, devida desde 1913 e mais o empréstimo de 1915, líquido de 2.052 apólices, que foi de 922:928\$800 e os respectivos juros<sup>589</sup>”. A irregularidade desse repasse estadual levou o prefeito, em 1918, a considerar o auxílio como “rubrica eventual”, evitando computá-lo na receita ordinária.<sup>590</sup>

A posse do novo presidente de Estado, Altino Arantes, certamente teria beneficiado o prefeito nesse quesito, devido às relações estreitas entre ambos, mantidas desde os tempos de Batatais. Washington logo se ligaria ao estreito círculo de auxiliares e conselheiros políticos de Altino, a ponto de habilitar-se como seu sucessor no quadriênio seguinte.

O crescimento da arrecadação de 1916, em relação ao ano anterior, que chegou a 5,81 %, associado a uma ligeira redução na despesa, diminuiu o *deficit* orçamentário. Essa tendência foi seguida nos anos seguintes (ver Quadro 6) como fruto de um equacionamento racional dos gastos orçamentários e da dívida flutuante. O

<sup>588</sup> Idem, p. XIII.

<sup>589</sup> Idem, pp. VIII-IX. A lei estadual de que trata era a de nº 1310-G (30/12/1911).

<sup>590</sup> RELATÓRIO de 1918. Op. cit., v. 1, p. III.

percentual de aumento sobre a receita anterior foi de 3,82 % em 1917, de 7,99 % em 1918, e de 9,15 % em 1919.

Quadro 6 – Receita e Despesa do Município de São Paulo (1916-1919)

Anos	Receita	Despesa	Deficit
1916	9.746:255\$905	13.079:873\$898	3.333:617\$993
1917	10.118:301\$607	12.394:193\$254	2.275:891\$647
1918	10.926:995\$411	15.597:499\$904	4.670:504\$493
1919	11.838:888\$693	13.340:482\$487	1.501:593\$794

Fonte: RELATÓRIO de 1919. Op. cit., Tesouro, p. 47.

A política de austeridade financeira abrangeu, segundo Egas, um estudo por parte do prefeito da “situação do município, sob o ponto de vista da administração interna”, pondo-se ao “corrente das obras públicas concluídas, mas ainda não recebidas e pagas, das em andamento ou simplesmente projetadas”.<sup>591</sup> Empreendeu um exame escrupuloso do tesouro municipal para conhecer os compromissos tomados e os recursos disponíveis.

Toda essa preparação redundaria na reforma administrativa disciplinada através do Ato nº 899, de 15 de março de 1916, que será discutido mais à frente. As autorizações e pagamentos de despesas municipais foram regulamentados pelo Ato nº 687, de 22 de maio de 1914, medida importante que espelhava um esforço de redução de gastos conforme o prefeito anunciava em seu discurso: “Eu não faço obras sem ter dinheiro pronto na gaveta e não faço pagamentos que não tenham sido legalmente autorizados.”<sup>592</sup> Apesar desse controle sobre as despesas, os exercícios orçamentários geraram *deficits* até o final da administração municipal de Washington.

Do ponto de vista da receita, observava-se um desenvolvimento contínuo do orçamento. Um exemplo disso pode ser analisado na evolução do Imposto sobre Indústria e Profissões, que teve um incremento de 46,8 % entre 1910 e 1914, e de 35 % no quinquênio seguinte (1915-1919). Por representar mais de 1/3 da arrecadação anual, esse item orçamentário acabava pesando no montante final.

Examinando o Quadro 7, observamos alguns dados curiosos: a taxa sanitária (denominada até 1913 de Taxa de Serviço de Limpeza Particular), saiu de um insignificante valor em 1910, para compor a segunda maior renda apurada em 1914; as

<sup>591</sup> EGAS, Eugênio. *Galeria dos Presidentes do Estado de S. Paulo e Vice-presidentes*, período republicano (1920-1924). Publicação Oficial do Estado de S. Paulo. Comemorativa do 1º Centenário da Independência do Brasil. Seção de Obras d’O Estado de S. Paulo, 1927, v. 3, p. 13.

<sup>592</sup> Idem.

rendas do Matadouro Municipal elevaram-se em 1913, e daí por diante se retraíram, provavelmente por causa da receita provocada pela entrada de carne abatida no frigorífico de Barretos; o imposto sobre veículos quase dobrou no período, em contraste com a ligeira elevação da taxa de viação. Esta última incidia sobre as moradias servidas com calçamento, variando conforme o material empregado (paralelepípedo, macadame ou asfalto).

Quadro 7 – Principais receitas orçamentárias arrecadadas dos exercícios de 1910 a 1914 – Valores em réis

Rubricas orçamentárias	1910	1911	1912	1913	1914
Indústrias e Profissões	2.361:757\$200	2.609:186\$050	3.023:942\$050	3.447:303\$100	3.467:874\$650
Taxa de Viação	452:259\$000	472:317\$500	495:480\$000	534:962\$000	567:312\$040
Taxa Sanitária	19\$200	254:096\$200	571:875\$370	735:685\$200	809:409\$000
Veículos	301:870\$500	352:581\$000	489:214\$000	566:915\$500	588:462\$000
Rendas do Matadouro	680:429\$700	770:641\$100	873:871\$000	734:915\$500	598:538\$200

Fonte: RELATÓRIOS de 1912-1913. Op. cit., p. 5. RELATÓRIO de 1914. Op. cit., p. 4. A Taxa Sanitária denominava-se anteriormente Taxa de Serviço de Limpeza Particular.

Podemos verificar no quinquênio seguinte (ver Quadro 8), que a taxa de viação aumentou 60 %, provavelmente em decorrência da expansão da área calçada e do esforço fiscal; enquanto isso, a taxa sanitária manteve-se equilibrada, assim como as rendas do matadouro, a dos mercados e as licenças; o imposto sobre veículos, em curva ascendente, cresceu 47,5 %, refletindo o crescente número de automóveis e transporte de carga na capital.<sup>593</sup>

Quadro 8 – Principais receitas orçamentárias arrecadadas dos exercícios de 1915 a 1919 – Valores em réis

Rubricas orçamentárias	1915	1916	1917	1918	1919
Indústrias e Profissões	3.453:046\$650	3.473:459\$700	3.684:475\$925	4.297:462\$750	4.662:870\$350
Taxa de Viação	642:288\$060	1.005:669\$560	1.076:037\$014	1.144:213\$160	1.225:911\$900
Taxa Sanitária	841:876\$620	876:191\$600	890:156\$500	948:142\$560	979:563\$490
Veículos e Placas	550:504\$000	555:903\$500	701:814\$000	739:441\$350	811:681\$300
Rendas do Matadouro	577:899\$100	496:899\$100	525:869\$500	540:743\$800	541:306\$600
Rendas dos Mercados	361:937\$600	340:010\$800	418:029\$800	435:738\$000	449:609\$200
Licenças	341:461\$600	419:685\$100	433:277\$150	314:783\$250	392:117\$150

Fonte: RELATÓRIO de 1917. Op. cit. Tesouro, p. 503. RELATÓRIO de 1919. Op. cit., Tesouro, p. 12.

Não obstante o equacionamento do passivo da municipalidade, o prefeito incorreu no endividamento por meio de um novo empréstimo interno em 1918, destinado ao serviço de calçamento de ruas e praças. Esse vinha sendo discutido desde

<sup>593</sup> A quantidade de automóveis existentes na capital em 1913 era de 1.322, sendo particulares, 614, de aluguel, 564 e de carga, 144. Em 1919, havia 2.165 automóveis, dos quais 1.253 eram particulares, 744 de aluguel e 168 de carga. Tabela 119—Cidade de São Paulo—Número de Automóveis, segundo o Tipo: 1903/1925. In: MEMÓRIA URBANA: a Grande São Paulo até 1940. Op. cit., p. 102.

1916, quando foi aprovada a Lei nº 1.993, autorizando a emissão de letras municipais no valor de 17 mil contos de réis a juros de 8 % no máximo, tipo acima de 90 e prazo máximo de 20 anos.<sup>594</sup>

Em 1918 efetuou-se antecipadamente a primeira amortização do empréstimo “americano” de 1916, totalizando com os juros 2.343 contos, quantia elevada se tivermos em conta os gastos com passivos de outros empréstimos que totalizaram 4.434:389\$380, algo que explica em boa parte o *deficit* avultado daquele ano.<sup>595</sup>

Terminada a Primeira Guerra e melhorada a condição dos mercados financeiros internos e externos, Washington resolveu renegociar a dívida flutuante do município em melhores bases:

Com o mesmo grupo de banqueiros americanos, e nos termos da lei n.2.204 de 1º de julho de 1919, contratei por escrito, cuidando-se neste momento da redação da escritura, um novo empréstimo de U\$ 8.500.000, a tipo líquido 90, sem comissão de especial alguma, a juros de 6% anuais, pagas semestralmente, com amortização cumulativa de 2% anuais, para a sua liquidação completa no prazo de 24 anos sob as demais condições de contrato atual. O produto desse novo empréstimo é destinado a resgatar o de 9.091:000\$000, contraído nos termos da Lei nº 1811 de 1914, e que se vence em novembro próximo, e a substituir o de 1916, feito como disse, com a *Equitable Trust Cº*. de New York.<sup>596</sup>

Esse segundo empréstimo “americano” tinha como principal objetivo alongar o prazo de pagamento de 10 para 24 meses e baixar as cotas anuais de 10 % a 2 %. Os acertos finais foram ultimados no início de outubro, quando Washington se encontrava afastado do cargo em campanha para a presidência do Estado. O produto do resgate do empréstimo suavizou as amortizações pesadas do anterior.<sup>597</sup> No entanto, a dívida passiva sofreu um incremento de 54,81 % entre 1914 e 1919, passando de 43.916 contos de réis para 67.987 contos<sup>598</sup>. O perfil dessa dívida mudou com a eliminação das amortizações decorrentes dos empréstimos temporários (dívida flutuante), havendo um

---

<sup>594</sup> ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1916. (3º anno da 8ª legislatura), organizado pelo tachygrapho Manoel Alves de Sousa. São Paulo, 1916, pp. 178-9.

<sup>595</sup> No projeto do Orçamento da Receita e Despesa para 1919 constava um serviço da dívida passiva da ordem de 6.449 contos. Esse encargo se originava do pagamento de juros dos empréstimos internos de 1913, 1914 e 1918 (1.834 contos), de juros e amortizações dos empréstimos externos de 1907 e 1916 (4.456 contos) e outros menores. Projeto nº 43. ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1918, pp. 298-9.

<sup>596</sup> RELATÓRIO de 1918. Op. cit., p. XI.

<sup>597</sup> RELATÓRIO de 1919 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1920, p. V.

<sup>598</sup> O passivo interno em 1919, perfazia 27.452:900\$000, alçando a dívida externa em 40.534:411\$530.

alongamento do prazo e um abrandamento dos juros que permitiram um fôlego maior, embora as amortizações tenham continuado a consumir a terça parte do orçamento dos exercícios de 1917 e 1918.

A afirmação da austeridade, presente nos primeiros relatórios, aparece ainda no último de 1918, no qual fez um pequeno balanço de sua ação administrativa:

Interrompemos resolutamente todas as despesas de ordem suntuária; suspendemos sem hesitação todas as obras adiáveis de puro embelezamento; não criamos um só cargo no quadro dos empregados municipais, não aumentamos vencimentos, não facilitamos as aposentadorias, ao contrario reduzimos proporcionalmente o número do pessoal inativo, diminuindo por consequência as responsabilidades pecuniárias que ele acarreta; só executamos obras necessárias de resultados financeiros, como calçamentos, ou econômicas como estradas, exposições ou exigidas pela saúde pública, como parques, etc. Tudo isso indica a resolução tenaz e consciente de reconstituir a vida da cidade, de restaurar suas finanças, resultado que está sendo atingido.<sup>599</sup>

Nessa curta passagem estavam ausentes os percalços encontrados por Washington durante a primeira fase de sua gestão, de 1914 a 1916, marcada pela carestia, pelo desemprego e pela diminuição da atividade econômica na capital, fatores que contribuíram para explicar as providências em termos de um gerenciamento mais racional do aparelho burocrático da Prefeitura, como instrumento para melhorar o desempenho dos órgãos municipais e a tentativa de diminuição dos gastos.

---

<sup>599</sup> RELATÓRIO de 1918. Op. cit., p. XII.

### 3.4 – A reforma administrativa de 1916: reorganizando um sistema

O esforço de Washington em prol do equilíbrio financeiro no seu primeiro triênio à frente da prefeitura da capital, exigiu soluções negociadas para tornar suportável os encargos de uma dívida passiva avultada diante da eminência de uma crise, sendo acompanhado também de medidas administrativas no âmbito da estrutura burocrática. No seu conjunto essas ações tiveram como objetivo aparente, colaborar na contenção das despesas, melhorar o aparelho fiscal e introduzir aperfeiçoamentos no erário público, visando uma maior amplitude no sentido do gerenciamento mais eficiente do executivo municipal.

A experiência administrativa adquirida por Washington no comando da Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, deu-lhe um conhecimento ímpar a respeito da condução de processos de modernização e reforma no âmbito institucional. Essa habilidade foi aplicada em um gradual processo de reorganização das repartições municipais, culminando na reforma administrativa, introduzida pelo Ato nº 899 de 15 de março de 1916, que alterou o organograma funcional das diretorias, consolidando medidas contidas em atos anteriores.

No final de sua gestão, o prefeito Duprat autorizou reforma geral das repartições da Prefeitura, com base no artigo 2º da lei municipal nº 1.664 de 19 de março de 1913, expedindo os Atos nº 573 e 574, de abril. No primeiro discriminava, as diretorias e o respectivo pessoal, fixando-lhes os vencimentos, enquanto no último procedia a nomeação desses funcionários.<sup>600</sup> O artigo 39 do Ato nº 573, previa a confecção de regulamentos internos para disciplinar o funcionamento das diretorias e repartições municipais, ficando reservado a atos especiais a serem posteriormente emitidos.

Em outubro de 1914, Washington enviou para discussão do Legislativo um projeto de lei orçamentária, tendo o desvelo de acrescentar em destaque um preceito importante que subordinava todas as repartições diretamente ao Prefeito.<sup>601</sup> Sancionada em 31 de outubro, a lei nº 1.828, mencionou o regulamento para execução do Ato nº 573 pelo qual “seriam especificadas as diversas relações entre as diversas repartições, permitindo, por conseqüência estabelecer as diferentes relações de serviço e de

---

<sup>600</sup> RELATÓRIOS de 1912-1913. *Op. cit.*, pp. 23.

<sup>601</sup> Projeto nº 100, de 1914 — Orça a receita e fixa a despesa do município de S. Paulo para o exercício de 1915, art. 15. In: ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1914. *Op. cit.*, p. 544.



hierarquia nas repartições já criadas”, contanto que se preservasse *in totum* o princípio da centralização de comando do aparelho administrativo nas mãos do chefe do executivo municipal.<sup>602</sup>

Washington desejava resguardar para si o controle dos órgãos do poder Executivo, protegendo-se de atritos inevitáveis com a edilidade ou mesmo com autoridades estaduais. A definição de um contorno mais autônomo para a ação do prefeito da capital, foi conquistada no final de 1916, com a aprovação pelo Congresso Estadual de lei permitindo a realização de eleição direta para esse mesmo cargo, após difíceis acordos efetuados entre a cúpula do PRP e o presidente de Estado Altino Arantes, favorecendo a recondução de Washington para o triênio de 1917-1920.

Ao longo de seu primeiro mandato e utilizando daquelas atribuições delegadas pelo legislativo municipal, o prefeito resolveu elaborar regulamentos separados para cada uma das instâncias administrativas, com a pretensão de agrupá-los mais tarde. O Ato nº 899, realmente reuniu esses dispositivos de maneira mais concisa, elaborando algumas alterações nas diretorias, especialmente na Diretoria Geral. O Relatório do prefeito de 1916, expõe os critérios que nortearam a feitura desses atos, revelando sua orientação estritamente burocrática no que tange a eficiência e profissionalização do serviço oferecido:

Bem ao contrário do que à primeira vista se possa supor, as repartições municipais são vastas, tem atribuições numerosas e diversas e a melhor forma de bem as regulamentar é a dos regulamentos parciais, que deverão ser reunidos em um só mais tarde, dividido em tantos títulos quantas são as referentes a nomeações, férias, licenças, aposentadorias, demissões, etc., etc. O princípio seguido na expedição dos regulamentos especiais a cada repartição, foi o da seleção e especialização de funções com o intuito de economizar o expediente, aperfeiçoar cada vez mais o funcionário com aproveitamento completo da sua atividade e de garantir à parte interessada decisão rápida poupando-lhe tempo e trabalho.<sup>603</sup>

Fez referência ao andamento moroso e ao trâmite complicado dado pelo sistema a procedimentos corriqueiros que exigiam uma solução diligente, provocada pela duplicidade de funções executadas por diversas repartições, pelo excesso de documentos ou pela ineficiência do funcionário na resolução de demandas.<sup>604</sup> Com o

---

<sup>602</sup> RELATÓRIO de 1916. Op. cit., p. XXXIX.

<sup>603</sup> Idem, p. XL.

<sup>604</sup> “Um alinhamento, por exemplo, dependia muitas vezes de audiência e processo da Diretoria Geral, da Diretoria de Patrimônio, da Diretoria de Obras, na suas diversas seções, e pode-se bem imaginar quanto

propósito de corrigir esses desvios, falhas e a inoperância existente, foram tomados determinados procedimentos de racionalização administrativa, como a definição dos cargos, sua competência e lotação, previsão, em alguns casos, de seleção e treinamento com base em qualificações técnicas e profissionais, o estabelecimento de rotina e hierarquia com linhas de autoridade e responsabilidade bem demarcadas, melhorando o desempenho burocrático:

Ajuntei nas diversas repartições as funções que lhe eram inerentes e concentrei-me nas diversas seções, de modo que cada seção, sob a orientação do Diretor, tenha os elementos necessários, na sua especialidade, de iniciar e levar a termo o processo que lhe é peculiar. Trabalhando muito menos que anteriormente, evitando registros e protocolizações repetidas para passagem dos processos de uma seção a outra, de uma Diretoria à sua vizinha, estava a Prefeitura habilitada a dar andamento mais pronto e mais seguro aos papéis que lhe vêm.<sup>605</sup>

Uma das primeiras providências tomadas por Washington, nesse sentido, foi a de estruturar o serviço de Limpeza Pública e Particular, após a encampação do contrato efetuada no apagar das luzes da gestão de Duprat. A direção do serviço em caráter provisório, permaneceu com o engenheiro Cássio Villaça, da Diretoria de Obras e Viação, até a expedição do Ato nº 121 de 3 de outubro de 1914, que instaurou definitivamente a Diretoria de Limpeza Pública, passando a ser chefiada por Alarico Silveira e compondose das seguintes seções: Escritório Central, Almoxarifado, Garagem, Irrigação e anexos.<sup>606</sup>

A questão da Limpeza Pública consistia num assunto delicado por constituir uma área de atrito permanente entre a Diretoria do Serviço Sanitário Estadual, chefiado pelo médico-sanitarista Emílio Ribas e a municipalidade. Durante a gestão de Antonio Prado, foram constantes as críticas e as denúncias emitidas por inspetores e dirigentes do S. S. E. dirigidas a empresa detentora do contrato de concessão do serviço, a Mirtel Deutsch & Fernando Dreyfus. Reclamavam de irregularidades e falhas no gerenciamento, do privilégio dado aos bairros centrais, da irrigação deficiente, da

---

de trabalho e de tempo se teria de despendar para chegar a colocar cinco e dez metros de muro em uma rua longínqua.” Idem, p. XL.

<sup>605</sup> Idem.

<sup>606</sup> “Um dos seus primeiros cuidados foi organizar o serviço de limpeza pública, que era tão rudimentar, que se pode dizer não existia.” FONCECA, Luiz. *Washington Luis Pereira de Sousa: 1897-1920: o administrador, o político, o homem*. São Paulo: Pocaí & Comp., 1920, p. 77. Na reforma de Duprat, o então denominado “Serviço de Limpeza Pública e Privada” constituía uma das seções da recém-criada Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene.

remoção lenta e do acúmulo de entulho às margens do rio Tietê. Esse lixão espalhava-se por uma área de 25 mil metros quadrados e tinha três metros de altura, e podia, por sua proximidade com a área urbana, transformar-se em foco de doenças epidêmicas. Em 1905, por ocasião da renovação do contrato, houve pressão por parte de Emílio Ribas que iniciou uma troca de correspondências com o prefeito, sugerindo melhorias no serviço, como a adoção de recipientes seguros, horários definidos de recolhimento do lixo e a incineração dos resíduos. A firma Deutsch & Dreyfus permaneceu até 1908 como concessionária, conforme solução conciliatória proposta pela Câmara Municipal que prorrogou o contrato. O serviço foi transferido para o Coronel Francisco Antonio Pedroso, sendo encampando pela Prefeitura em 1913.<sup>607</sup>

Para evitar a repetição desses conflitos, Washington se precaveu passando a experimentar inovações como a do zoneamento do serviço de limpeza, descrito em seu Relatório de 1914. Tratava-se da divisão da cidade em quatro áreas (norte, sul, leste e oeste), contando cada uma com sede própria para guarda dos equipamentos de limpeza pública, situadas em Ponte Pequena, Cambucí, Quarta Parada e Araçá. Adotou-se para aumentar a eficiência da varrição de rua, um sistema de circuito de modo que “cada carroça tenha o seu percurso próprio, conseguindo do pessoal e do material um trabalho sempre efetivo e, por consequência, sempre proveitoso.”<sup>608</sup>

Cabia a cada uma dessas zonas executar as seguintes atividades: irrigação e lavagem de ruas (importante operação, devido ao enorme número de vias sem nenhum tipo de calçamento, mesmo na parte central da cidade); poda de árvores; recolhimento de lixo lançado em terrenos em aberto; remoção do lixo domiciliar, dos mercados, matadouros e dos estabelecimentos públicos; etc.

O destino final do entulho produzido constituía-se num problema de difícil solução, e pareceu preocupar particularmente o prefeito, que se deteve longamente sobre este tema. Apenas uma pequena parte do lixo domiciliar era vendido para ter sua aplicação na agricultura ou na indústria, enquanto incinerava-se os resíduos hospitalares e das casas contaminadas por moléstias contagiosas no forno do Araçá, segundo prescrição da Diretoria do Serviço Sanitário Estadual, que continuava a recomendar, como em 1905, a extensão desse procedimento a todo o lixo produzido na capital, medida que Washington considerava impraticável:

---

<sup>607</sup> RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...* Inventário da Saúde Pública. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, pp. 136-43.

<sup>608</sup> RELATÓRIO de 1914. Op. cit., p. 13.

Tem-se afirmado que o lixo deveria ser todo incinerado. Como solução higiênica não há como divergir dessa tese. Destruindo, o fogo tudo purifica. Mas em administração, não se podem resolver os problemas exclusivamente em obediência às teses científicas. O problema tem que ser encarado não só sob o aspecto higiênico, como também sob o aspecto financeiro e sob o econômico. O atual forno do Araçá, com aquisições de terrenos, maquinismos, direitos, transportes, instalações, etc., custou 350:000\$000, e queimou em média, durante o ano de 1914, 32 toneladas de lixo por dia. Ora a produção diária de lixo em S. Paulo, é de 302 toneladas, o que exige para a sua incineração 9 fornos [...]; logo deveríamos despender imediatamente a quantia de 2.800:000\$000 [...] com a aquisição de mais 8 fornos para completar os 9 necessários para a incineração do lixo de S. Paulo.<sup>609</sup>

Um gasto desse tipo, evidentemente, estava fora de cogitação, tornando-se desnecessário com a intensificação dos métodos de reciclagem industrial ou a transformação de resíduos orgânicos em adubo, posteriormente desenvolvidos pela municipalidade. Por isso, condenava os depósitos de lixo a céu aberto existentes nos subúrbios da capital — principalmente o de Ponte Pequena e do Anhangüera —, focos ocasionais de pestilência e contaminação para a população, instalada nessas áreas por causa do vertiginoso crescimento urbano.<sup>610</sup>

Washington concluía seu relatório sem descartar completamente o processo de incineração, sugerindo que logo que os recursos pecuniários melhorassem, dois novos fornos deveriam ser instalados.<sup>611</sup> Um outro tipo de técnica de aproveitamento utilizada no período, embora com certa irregularidade, parece ter sido a dos trituradores de lixo. No relatório de 1916, anunciava o retardamento dos experimentos com um tipo de processador instalado na Ponte Pequena, devido a dificuldades com a importação de equipamentos e contratação de pessoal especializado. O intuito do procedimento consistia na fertilização das terras rurais do município da capital a partir da aplicação desse preparado orgânico.<sup>612</sup>

O diretor Alarico Silveira informava em seu primeiro relatório a melhorias no estado do serviço de limpeza, após a adoção do regime especial de zoneamento.

---

<sup>609</sup> Idem, p. 14. Das 32 toneladas diárias incineradas no forno do Araçá (do tipo Meldrün, construído pelos doutores Nereu Rangel Pestana e Tobias Lacerda de Martins Moscoso durante a gestão de Prado), apenas 3 a 4 toneladas possuíam algum tipo de aplicação agrícola ou industrial.

<sup>610</sup> Por esse mesmo motivo, o prefeito havia devolvido, por considerar inconveniente, um projeto elaborado pelo vereador José Piedade que solicitava a instalação de um depósito de lixo na rua Anhangüera. Anexos. Ofício nº 194, de 21 de março de 1914. In: RELATÓRIO de 1914. Op. cit., p. 44.

<sup>611</sup> Idem, p. 16.

<sup>612</sup> RELATÓRIO de 1916. Op. cit., p. XXVIII.

Observava um aumento significativo da área varrida que passara de 1.308.819 m<sup>2</sup>, em 1913, para 2.218.732 m<sup>2</sup>, em 1914, repercutindo na média diária de coleta (de 216 toneladas para 304 toneladas). Esse trabalho exigiu a contratação de pelo menos 380 homens, elevando o pessoal para 862, empregados em 20 seções, responsáveis pelos serviços de coleta e varredura diurna e noturna.<sup>613</sup>

Apesar desses resultados auspiciosos, o diretor considerava como um sério obstáculo à eficiência do serviço, a qualidade deficiente da mão-de-obra “tratando-se de trabalhos a que, em regra, se recusam operários robustos e inteligentes” e a inadequação dos caminhões coletores, em decorrência do peso excessivo das carrocerias e da altura demasiada do veículo.<sup>614</sup> Anotava, enfim, como embaraço que se opunha a regularidade do serviço, certos hábitos arraigados na população:

(...) de se exporem à noite e pela manhã, nos passeios, recipientes abertos de lixo domiciliar. A grande quantidade de cães vadios, que erram pelos arrabaldes, derrubando essas vasilhas para catarem ossos, lançam o respectivo conteúdo sobre os passeios, que, n'alguns pontos e por esse motivo, apresentem repugnante aspecto.<sup>615</sup>

Providenciou-se a distribuição de circulares para notificar os munícipes da proibição dessa prática e das lavagens no interior dos prédios para a via pública, constituindo essa última uma diligência urgente diante da estiagem prolongada que vinha comprometendo o abastecimento de água pela Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, desde o ano anterior.<sup>616</sup>

A envergadura dos serviços desempenhados pela Diretoria de Limpeza Pública começou a exigir uma crescente demanda por recursos ao longo dos anos. Os orçamentos de 1914, 1915 e 1916 fixaram o gasto com limpeza em 1.400:000\$000, mas esse limite foi extrapolado respectivamente nestes mesmos anos em: 261, 471 e 447 contos de réis. O prefeito aconselhava no relatório de 1916, que a referida verba, por sua clara insuficiência, fosse orçada entre 1.800 e 2.000 contos, em virtude da expansão do serviço e a alta nos preços dos fornecimentos (gasolina, ferro, aço, peças de automóveis, alfafa, etc.):

<sup>613</sup> Anexos. “Diretoria de Limpeza Pública”. In: RELATÓRIO de 1914. Op. cit., pp. 4-5 e 17.

<sup>614</sup> Idem, pp. 18-9.

<sup>615</sup> Idem, p. 22.

<sup>616</sup> Os problemas de suprimento de água na capital se estenderam pelos anos seguintes, conforme registra o presidente Rodrigues Alves: “Além da ausência das chuvas habituais, contribuíram ainda para agravar a crise da falta de água o acréscimo considerável da população e a insuficiência e os defeitos da rede distribuidora, que só podem ser corrigidos lentamente.” SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (RODRIGUES ALVES). MENSAGEM de 14 de julho de 1915. In: EGAS, op. cit., pp. 468.

Ora o aumento sempre crescente da cidade, por consequência o maior número de casas de onde há de ser removido o lixo domiciliar e o maior número de ruas a varrer e a irrigar; e o aumento, o encarecimento do valor das contas, muito importante nestes últimos anos, deveriam dar, desde que foi conservada a mesma dotação orçamentária para tal serviço, maior o déficit que o do último ano.<sup>617</sup>

Em 1917 despendeu-se a soma elevada de 2.026:568\$361 com limpeza, valor que gerou um gasto extraorçamentário de 526 contos de réis, uma vez que a rubrica manteve-se no mesmo patamar. O prefeito, por sua vez, tentava novamente explicar novamente o deficit com os mesmos argumentos anteriores:

Não toma a Prefeitura a responsabilidade de fazer cortes em serviço, e que tão de perto e tão diretamente interessa á higiene e á saúde dos habitantes da cidade. Não obstante o aperfeiçoamento do serviço e o seu melhor aparelhamento permitem maior rendimentos, com menos pessoal e com o mesmo material, as despesas sobem sempre, pelo aparecimento sempre crescente dos fornecimentos a tal serviço indispensáveis.<sup>618</sup>

A previsão orçamentária para o exercício de 1918 adequou-se enfim à realidade dos gastos da Diretoria, da ordem de 2.034:363\$900. O mesmo ocorreu em 1919, quando a despesa atingiu 2.226:741\$491, sendo 1.189 contos com pessoal e 1.037 com material, ultrapassando apenas em 192 contos a previsão. Entre 1914 e 1919 houve portanto um acréscimo de 34 % na verba destinada ao serviço. O novo diretor, Raul Lincoln Gustavo argumentava que diversos fatores contribuíram para sua elevação: os custos com a organização das atividades do triturador de lixo (paralisado até 1918), a contratação de uma turma de operários foguistas para o incinerador e o aumento de 10 e 20% sobre o salário do pessoal.<sup>619</sup> Em 1919, a varrição manual e mecânica diária cobria 3.530.014,78 m<sup>2</sup> de vias públicas, enquanto a produção anual de lixo ficara em 150.351 toneladas, sendo incinerada, 11.161 toneladas e vendida, 41.388 toneladas. Utilizavam-se cerca de 720 muares para empurrar os 85 carroções e carroças para transporte de

---

<sup>617</sup> RELATÓRIO de 1916. Op. cit., p. XV. Da mesma maneira, em 1915, o aumento excessivo dos fornecimentos havia superado todas as expectativas, apesar da diminuição de pessoal e da manutenção da organização estabelecida. RELATÓRIO de 1915. Op. cit., pp. VII-VIII.

<sup>618</sup> RELATÓRIO DE 1917 apresentando á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918, p. VI.

<sup>619</sup> RELATÓRIO de 1919. Op. cit., p. 301. O triturador de lixo, entregue em agosto de 1919, teve seu funcionamento disciplinado pelo officio nº 2.760. O diretor apenas apontava para necessidade melhoria do desempenho do equipamento fato que exigia a utilização de maquinário apropriado e movido por eletricidade ou vapor.

detritos, contando também com 103 caminhões para o mesmo fim, além de 45 varredoras mecânicas, 10 caminhões-pipa para irrigação e outros equipamentos de menor porte.

Toda essa estrutura parecia insuficiente, segundo o mesmo Raul Lincoln, diante do desenvolvimento da área urbana e de problemas complexos como a diminuição do rendimento do serviço com o mesmo número de empregados, ocasionado pela implantação da jornada de oito horas, exigindo maior desembolso com a contratação de pessoal. Outra questão se relacionava aos velhos e deficientes veículos de transporte de lixo, cuja substituição se fazia urgente.<sup>620</sup>

Como se vê, havia uma distância muito grande entre o ideal sanitário-higiênico propalado por Washington Luís durante a organização do serviço de Limpeza Pública em 1914, as restrições orçamentárias, as limitações do material empregado e a própria expansão urbana da capital que impediram sua plena realização ainda no final dos anos 1910. No entanto, pode-se destacar o empenho do prefeito em ampliar e melhorar a prestação desse serviço de forma setORIZADA (abrangendo uma área maior da cidade) e a preocupação com a remoção e destino dos resíduos. Esse último não se tratava de uma novidade, pois sua indicação, como medida profilática, aparece em estudos efetuados por inspetores sanitários estaduais desde o início do século XX.

Além da consolidação da Diretoria da Limpeza Pública, uma outra mudança de porte refere-se à regulamentação da Diretoria de Obras e Viação, pelo Ato nº 815 de 26 de novembro de 1915, que no seu artº 10, criou nessa repartição uma seção técnica (quarta). Incumbida exclusivamente do serviço geral relativo às vias de comunicação no município, incluindo exclusivamente as estradas de rodagem quanto a sua abertura, classificação, alinhamento, nivelamento, revestimento e conservação, iniciando o cumprimento de etapas de um programa a ser implantado a partir de 1916.<sup>621</sup> A primeira, a terceira e a quinta seções permaneceram com suas antigas atribuições, enquanto a segunda seção, contando com duas divisões, passou a ocupar-se somente dos trâmites relativos à construção civil, examinando e aprovando plantas, procedendo ao nivelamento e alinhamento de imóveis e terrenos, e identificando a localização e a numeração da casa.<sup>622</sup>

---

<sup>620</sup> Idem, pp. 301-3.

<sup>621</sup> FONCECA, op. cit., p. 78.

<sup>622</sup> RELATÓRIO de 1916, p. XL.

O diretor Vítor da Silva Freire, no cargo desde 1899, além de contar com uma equipe bastante profissional comandando cada uma dessas seções<sup>623</sup>, detinha o controle sobre os principais investimentos urbanísticos efetuados pela prefeitura, acumulando amplo poder, vislumbrado através do volume do aporte de recursos consumidos pelas rubricas “Serviços e Obras” e “Custeios”, sempre crescente durante o primeiro triênio da gestão de Washington, quando chegou a representar a segunda maior despesa orçamentária, sendo superada apenas pelos encargos da dívida passiva (ver Quadro 9). Entre 1917 e 1919, ocorreu uma redução no dispêndio com serviços e obras, compensado parcialmente pela elevação nos custeios.<sup>624</sup>

Quadro 9 – Principais despesas orçamentárias dos exercícios de 1914 a 1919

Rubricas	1914	1915	1916	1917	1918	1919
Pessoal	2.060:000\$000	2.014:496\$700	2.066:772\$112	1.715:854\$684	1.729:741\$144	1.756:189\$192
Dívida Passiva *	3.230:093\$456	2.701:142\$780	3.709:900\$000	4.231:846\$959	4.434:389\$380	3.838:182\$687
Limpeza Pública *	1.661:580\$996	1.871:421\$196	1.847:268\$499	2.026:568\$361	2.090:254\$425	2.229:741\$491
Serviços e Obras *	2.260:568\$831	2.427:601\$815	2.888:066\$118	1.364:605\$392	1.667:656\$744	1.350:179\$806
Custeios	–	379:400\$000	338:580\$000	838:989\$500	858:203\$500	875:608\$000
Despesa Orçada	7.758:351\$689	8.577:100\$000	9.103:600\$000	9.502:600\$000	11.449:600\$000	15.226:364\$000
Gasto Efetuado	11.128:579\$093	14.449:469\$138	13.079:873\$898	12.394:193\$254	15.597:499\$904	13.340:482\$487

Fonte: Anais de 1914, pp. 569-72; Anais de 1916, pp. 291-4; Anais de 1916, pp. 295-9; Anais de 1917, pp. 621-4; Anais de 1918, pp. 281-302.

\* Correspondem aos valores ordinários efetivamente despendidos pela rubrica. Cf. Relatório de 1914, pp. 6-7; Relatório de 1915, pp. VI-VIII; Relatório de 1916, pp. XIV-XV; Relatório de 1917, pp. VI-VII; Relatório de 1918, pp. VI-VIII; Tesouro. Relatório de 1919, p. 6.

Dentre as despesas relacionadas à pasta de Obras, ocupavam o posto mais alto, seja pela sua continuidade ou pela dimensão dos investimentos: a construção, reconstrução, reparos e conservação do calçamento urbano, a abertura de ruas e o assentamento de guias de passeios. Em ofício de 1914, Washington se dirigiu a municipalidade, chamando-lhe a atenção para situação calamitosa das vias principais que vinham sofrendo intervenções ao longo dos últimos anos:

<sup>623</sup> As quatro primeiras seções técnicas eram chefiadas pelos seguintes engenheiros: Luiz da Cunha Machado Pedrosa (1ª); Ademar de Mello Franco (2ª); Joaquim Octavio Nebias (3ª) e Lucio Martins Rodrigues (4ª). RELATÓRIO de 1915. Op. cit., pp. 32-5.

<sup>624</sup> As verbas extraordinárias foram excluídas do quadro 9, pois poderiam provocar uma distorção dificultando a comparação entre os itens de despesa.



Penso que devemos cuidar em primeiro lugar do calçamento da parte central da cidade. A esplanada da Catedral, a rua Libero Badaró, a Avenida São João, desta última rua ao largo do Paissandu e a rua Antonio de Godoy, deste ao largo de Santa Efigênia, estão em terra, estão sem revestimento. Além do aspecto chagoso que apresentam, nesse concorrem para o desasseio da cidade, aumentando a sua falta de higiene e dificultam o trânsito. Dentro de seus recursos ordinários talvez possa a Municipalidade desde já resolver essa questão, si não dispensar recursos. A dispersão fará obra parcelada, feia e pouco útil.<sup>625</sup>

Os problemas financeiros levaram a uma moderação nos gastos neste primeiro ano, concentrando-se na execução de obras contratadas e em andamento: conclusão do ajardinamento da praça Buenos Aires e a construção do Belvedere da avenida Paulista. Algumas modificações no nivelamento da avenida São João, entre as rua Libero Badaró e o Largo do Paissandu, tiveram como efeito transformar “a ladeira empinada que aí existia em rua de rampas suaves”.<sup>626</sup> Houve redução na área calçada a paralelepípedos e macadame se comparado ao ano anterior, porém, a área revestida com asfalto, pela firma Duarte & Aranha, efetuado na Avenida Paulista, em parte do largo do Arouche e nas ruas Sebastião Pereira, Antonio de Godoy e Libero Badaró, chegou a dobrar em relação a 1913, conforme se verifica no Quadro 10:

Quadro 10 – Calçamento Urbano na cidade de São Paulo - exercícios de 1912 a 1916 (em metros quadrados)

Anos	1911	1912	1913	1914	1915	1916
Paralelepípedo	95.807,13	73.132,63	105.195,38	74.171,48	108.838,60	133.506,33
Macadame	25.121,10	15.649,56	24.311,56	21.315,32	40.499,71	104.460,44
Asfalto	3.670,13	524,93	14.462,96	27.230,51	32.009,09	12.562,85
Área total calçada	124.598,36	88.782,19	143.969,45	122.717,31	181.347,40	250.529,62

Fonte: RELATÓRIO de 1916. Op. cit., p. XVIII.

Em 1915, o prefeito tomou algumas resoluções para terminar com a confusão e incerteza sobre a questão das vias pública na capital. O Ato nº 769 de 14 de junho regulamentou a Lei municipal nº 1.666 (26/3), estabelecendo regras para a abertura de novas ruas, além dos calçamentos, passeios, emplacamento, arborização, numeração de casas, tratando também dos planos gerais de alinhamento e nivelamento viário, permitindo alguma previsão sobre a expansão geral da cidade.<sup>627</sup>

<sup>625</sup> Anexos. Ofício nº 300 (11/6). RELATÓRIO de 1914. Op. cit., pp. 53-4.

<sup>626</sup> Idem, p. 9.

<sup>627</sup> RELATÓRIO de 1915. Op. cit., p. XI-XII.

Esses dispositivos reforçaram o Ato nº 1.235, de 1914, que tratava da divisão da cidade em perímetros prevista em lei de 1905. Washington discutiu esse assunto minuciosamente no ofício nº 502 (15/12/1914), argumentando a validade de resoluções e leis promulgadas anteriormente para o estabelecimento dos perímetros. Ao definir cada um deles e suas articulações demonstrava a necessidade de simplificação diante do brusco desenvolvimento da cidade e do rápido rompimento das linhas divisórias impostas. Pelo atual dispositivo o município compunha-se de quatro perímetros (central, urbano, suburbano e rural). O elemento que se destacava nessa seleção era a sua funcionalidade, conforme se verifica na descrição do primeiro perímetro:

O central é a cidade por excelência, assim designada pelos moradores, que vulgarmente dizem ir á cidade, quando se dirigem ao centro, para o qual, por se acharem reunidas todas as repartições publicas federais, estaduais e municipais, todos os consulados, as redações de jornais, os bancos, o comércio exportador e importador, todo o alto comércio, os escritórios de médicos, advogados e engenheiros, etc., converge diariamente toda a população. Assim sendo, os **serviços públicos aí são os melhores da cidade**, quer em relação á segurança, como policiamento, quer á comodidades, como a iluminação, viação e calçamento, construções, facilidades de transporte que todos daí partem irradiando para a periferia quer em relação ao asseio, como a limpeza pública, águas e esgotos, polícia sanitária, etc.<sup>628</sup>

Na verdade, o centro ecoava a modernidade européia e o desejo de civilidade em uma cidade múltipla, expressava mais intensamente a cidade oficial dos ricos cafeicultores, engolida pela metrópole dos imigrantes-empresários durante os anos 1920.

Um dos efeitos decorrentes dessa alta concentração de atividades e da infraestrutura urbana no primeiro perímetro, em regra sem residências, foi o aumento no número prédios e da tendência a verticalização. Produziu-se uma tremenda valorização imobiliária, a ponto do valor venal do terreno no miolo, ocupado pelo dilatado Triângulo central, chegar a custar cerca 1:000\$000 (um conto de réis) o metro quadrado em 1916, enquanto nas adjacências esse valor não passava de 165\$000.<sup>629</sup>

A parte urbana possuía os mesmos serviços públicos presentes no perímetro central, porém de maneira incompleta, a exemplo das linhas de bondes da Light que

---

<sup>628</sup>Anexos. RELATÓRIO de 1914. Op. cit., p. 76. Grifo nosso.

<sup>629</sup>ROLNIK, op. cit., p. 122.

trafegavam parcialmente por essa zona. O prefeito notava ainda que a edificação não era tão densa “raras são as casas de dois andares, a propriedade ai já não tem o valor tão elevado da outra”. Baseando-se nos limites estabelecidos, o perímetro urbano ou segundo perímetro, incluía partes bastante contrastantes do ponto de vista socioeconômico, existindo de um lado, bairros nobres, como os de Higienópolis, Consolação, Santa Cecília, Campos Elíseos e alguns intermediários, e no outro extremo, o Brás, a Mooca, o Belenzinho e a Luz, caracterizados muitas vezes pela carência de infra-estrutura de serviços públicos, essas diferenças, ausentes na exposição pormenorizada de Washington.

Circundando essa última, encontrava-se a imensa zona suburbana, território marcado pelos interesses dos especuladores imobiliários dispostos a investir na implantação de loteamentos populares. O mercado amplo no setor de construção civil, encontrava-se aquecido pela demanda representada pelos imigrantes, que percebiam na aquisição de uma moradia a possibilidade de mobilidade social. A definição desse perímetro como área de livre ocupação, dava-lhe um estatuto oposto ao dos perímetros central e urbano, onde prevalecia norma específica de uso e ocupação do solo:

Como a cidade cresce principalmente pela agregação e absorção das zonas que a rodeiam, a suburbana está destinada a ser agregada e absorvida pela cidade, a que vai ser incorporada em futuro não remoto. Esta ultima divisão constitui principalmente uma medida de previsão da Municipalidade, que rodeia a *urbs* de uma larga faixa de proteção, uma zona de expansão urbana que só poderá crescer sob os olhos vigilantes da administração. Aí a Municipalidade, quando solicitada, fará os planos de arruamento, nivelamento e alinhamento e só depois de estabelecidos se poderá edificar, preparando a futura cidade para não pesar extraordinariamente, quando ela de fato cidade ficar; para ai se irão estendendo os serviços públicos, á proporção que os recursos financeiros o forem permitindo.<sup>630</sup>

Segundo Rolnik, uma série de fatores contribuiu para tornar o vasto subúrbio paulistano área de intensa especulação por parte dos empreendedores imobiliários: a exceção legal diante do padrão construtivo municipal, a proximidade da ferrovia, a instalação de linhas de bondes, e principalmente, a chegada de melhoramentos urbanos.<sup>631</sup> Esse último serviu como elemento de forte valorização

<sup>630</sup> Anexos. RELATÓRIO de 1914. Op. cit., pp. 76-7. O subúrbio era caracterizado por bairros e núcleos urbanos desconectados entre si como o Tatuapé, Belém, Alto da Mooca, parte da Penha, Vila Prudente, Ipiranga, Cambucí, Santana, Perdizes, Lapa, Pinheiros e o futuro Jardim América, concebido pela Cia. City em 1915.

<sup>631</sup> ROLNIK, op. cit., pp. 116-9.

desses loteamentos, a maioria deles voltada para população de baixa renda. A própria viabilização do investimento acabava dependendo fortemente da instalação de serviços públicos, pressionando a subida dos aluguéis e colaborando para intensificação da crise de moradias.

Por último, a zona rural, perímetro ocupado basicamente pela agricultura de subsistência, apresentava como principal necessidade, o acesso às vias de comunicação, tópico que começou a ser resolvido por meio dos investimentos nas estradas de rodagem municipais, facilitando o deslocamento comercial de gêneros de primeira necessidade, para melhorar o abastecimento da cidade. Isso explicava o aumento do calçamento com macadame em 1915, que segundo o prefeito, teria corrido por conta de sua aplicação nas estradas da Penha, Pinheiros e Carandiru, “principalmente as de acesso à cidade, que tem sido consideravelmente melhorada”.<sup>632</sup>

Nesse mesmo período, houve uma retomada do serviço de calçamento, cobrindo entre 1914 e 1916, uma superfície de 554.594,33 m<sup>2</sup> de vias públicas. Somente com paralelepípedos foram revestidos 316.516,41 m<sup>2</sup> de ruas, superando a marca do triênio anterior (1911-1913) que chegou a 274.125,14 m<sup>2</sup>.

Todo esse movimento sofreu um arrefecimento nos anos de 1917 e 1918, quando o serviço de calçamento cobriu somente 105.249,97 m<sup>2</sup> e 116.467,74 m<sup>2</sup> de ruas respectivamente. Atribuiu-se essa diminuição drástica a uma série de fatores: paralisações do operariado na capital, a conjuntura de guerra mundial que elevou o preço do material e principalmente a dificuldade na importação de equipamentos e insumos utilizados.<sup>633</sup> Dos contratos para o calçamento urbano autorizado para o exercício de 1917, totalizando a quantia de 2.694:948\$084, para uma superfície de 281.820,04 m<sup>2</sup>, apenas foram executados a pedra, 76.292,57 m<sup>2</sup>, ocasionando a despesa de 595:883\$804, e com macadame, 27.415,88 m<sup>2</sup> (121:069\$713).<sup>634</sup> Em 1918, foram 103.852,74 m<sup>2</sup> com paralelepípedos e 12.615m<sup>2</sup> com macadame, sendo o asfalto, devido ao alto custo e as dificuldades apontadas, praticamente evitado nesses últimos dois anos. O serviço ficou paralisado entre o quarto trimestre de 1918 e o início de 1919 por causa da epidemia de gripe espanhola, a novas paredes operárias e a falta de recursos.<sup>635</sup> O ritmo anterior só voltaria ao normal no segundo semestre de 1919, registrando

---

<sup>632</sup> RELATÓRIO de 1915, p. XII. Continuou-se o asfaltamento da avenida Paulista e da rua Libero Badaró, estendendo-se para o largo do Paraíso, avenida São João, largo do Paissandu e ruas D. José de Barros e Conselheiro Crispiniano.

<sup>633</sup> Anexos. Relatório da Diretoria de Obras e Viação. In: RELATÓRIO de 1917. Op. cit., p. 269-70.

<sup>634</sup> RELATÓRIO de 1917. Op. cit., p. VII.

<sup>635</sup> RELATÓRIO de 1918. Op. cit., p. XIII-XIV.

131.160,47 m<sup>2</sup> de revestimento com paralelepípedos, cifra que foi acompanhada com o aumento nos gastos da ordem de 2.513:053\$308 (em 1918, foram apenas 1.384:897\$321).<sup>636</sup>

Mesmo com todos esses contratemplos, a administração de Washington havia conseguido revestir com calçamento até 1918, uma área correspondente a 862.608,23 m<sup>2</sup> ou 34 % de todo o calçamento efetuado na área urbana, absorvendo quantia superior a 6.000 contos de réis.<sup>637</sup> Em termos comparativos, esse valor se aproximava dos 6.200 contos investidos por Antonio Prado, no calçamento a paralelepípedos, entre 1899 e 1910.<sup>638</sup>

Após regulamentar o funcionamento da Diretoria de Limpeza Pública e da Diretoria de Obras e Viação, repartições de considerável importância pela amplitude dos seus encargos, deu-se uma nova feitura por meio do Ato nº 899 de 1916, a Diretoria Geral, chefiada então por Arnaldo Pinheiro Cintra. Essa passou a coordenar uma série de outras repartições, que ficaram com o status de diretorias subordinadas, a exemplo da Diretoria de Patrimônio, Estatística e Arquivo, da Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene, da Diretoria do Expediente, Assentamento de Empregados e Instrução Pública e da Diretoria da Despesa, além da Biblioteca.

A Diretoria da Despesa, fazia parte então do Tesouro Municipal, competindo o exame das despesas realizadas, da saída de valores em cofre, de contas, guias, livros de crédito, pagamentos irregulares, etc., enfim, funcionava como uma espécie de Tribunal de Contas municipal. Toda essa verificação, no entanto, era também realizada pela Diretoria do Expediente, redundando em uma duplicação inútil, em morosidade e conflitos entre repartições, merecendo comentários pouco auspiciosos por parte do prefeito Washington:

Realmente para que serve um aparelho administrativo que funciona inoportuna e tardiamente, que faz o exame moral de uma despesa depois que ela já está feita, que impugna um pagamento por ilegal, anti-regulamentar, por falta ou impropriedade de verba, depois que o fornecimento, serviço ou obra, já foram realizados? Não resguarda o

<sup>636</sup> Anexos. Relatório da Diretoria de Obras e Viação. In: RELATÓRIO de 1919. Op. cit., pp. 131-2.

<sup>637</sup> FONCECA, Luiz. Op. cit., p. 80.

<sup>638</sup> Anexos. Quadro B. Vinte e cinco anos de calçamento a paralelepípedos. Projeto nº 21, de 1915. In: RELATÓRIO de 1915. op. cit., p. 72. Com esse material foram calçados 627.822,19 m<sup>2</sup> de ruas, entre 1914 e 1919 (média de 104.637,03 m<sup>2</sup>/ano). O calçamento executado por Prado correspondeu a 793.569,43 m<sup>2</sup> (média de 72.177,93 m<sup>2</sup>/ano), enquanto na gestão de Duprat (1911-1913), o dispêndio foi de 2.278:657\$202 para revestir uma área de 274.125,11 m<sup>2</sup> (média de 91.735,04 m<sup>2</sup>/ano).

poder público, e só serve para prejudicar a parte que nele confiante fez o fornecimento, executou a obra ou prestou o serviço.<sup>639</sup>

A solução para o problema foi anexar a Diretoria de Despesa à do Expediente, e transferir sua competência para Diretoria Geral, onde passou da condição de “órgão disciplinar”, para a de aparelho de previsão, realizando desembolsos e dando curso aos processos de pagamentos autorizados, estipulando-se regras para o registro de qualquer despesa, de maneira que qualquer informação relativa ao movimento orçamentário pudesse ser informada imediatamente ao chefe do Executivo. Uma outra norma estabelecida pelo Ato nº 899, foi a de que nenhum dispêndio relativo a obras, fornecimento ou serviços poderia ser executado sem a prévia autorização por escrito do prefeito:

(...) salvo as referentes ao Gabinete do Prefeito ou inferiores a 100\$000 referente ao expediente das diversas diretorias, ou referentes aos fornecimentos permanentes feitos em virtude de contrato e os referentes aos movimentos de pessoal efetivo da Prefeitura, que são feitos por folhas de acordo com a lei.<sup>640</sup>

Nesses casos, exigia-se a confecção de planta ou projeto de construção, seguida do orçamento respectivo. Tratando-se de fornecimento ou serviço, somente com o levantamento dos custos e da importância a ser despendida pela repartição responsável, sendo obrigatório a realização de concorrência pública ou interna.<sup>641</sup> Esses mesmos cuidados dispensados ao controle dos gastos públicos, foram estendidos, mais tarde, a reformulação burocrática dos órgãos do Tesouro Municipal, por meio do ato nº 1143 de 1917, que introduziu também instruções e procedimentos para substituição do obsoleto sistema de escrituração contábil, passando a utilizar-se o “método das partidas dobradas” e criando uma inédita escrituração patrimonial.<sup>642</sup>

A racionalização do sistema tributário municipal permitiu uma simplificação dos mecanismos de cobrança ao discriminar taxas e impostos de forma mais precisa, evitando contestações ou dificuldades no cumprimento das funções dos coletores municipais. Washington vinha se esforçando para aumentar uma receita compelida dramaticamente pelos crescentes gastos com calçamento, abertura e reparação de ruas e

<sup>639</sup> RELATÓRIO de 1916. Op. cit., pp. XL-XLI.

<sup>640</sup> Idem, p. XLI.

<sup>641</sup> FONSECA, op. cit., pp. 82-3.

<sup>642</sup> O método das partidas dobradas trata-se de escrituração em que cada lançamento é feito concomitantemente no débito de uma conta e no crédito de outra. Idem, p. 82.

praças, estradas vicinais, obras de higiene, embelezamento, mercados e matadouros municipais, etc., por isso concentrou-se principalmente nas taxas remuneratórias.

Em agosto de 1915 emitiu um ofício bastante elucidativo no qual sugeria alterações em um projeto de lei enviado pela municipalidade, de autoria dos vereadores Joaquim Marra, Oscar Porto e Batista da Costa, modificando a tabela de taxas de viação sobre calçamento.<sup>643</sup> Washington buscou separar as situações no qual a taxa assumia a forma de um tributo<sup>644</sup>, por obrigar o indivíduo a corrigir algo considerado inadequado no espaço urbano, indesejável diante do ideal europeizante da cidade moderna:

(...) não querendo a Municipalidade que S. Paulo seja uma cidade de casas esparsas e por acabar, rodeadas de terrenos em aberto, que se transformam sempre em depósitos de lixo e, em coutos de vagabundo, ou seja um vilarejo de habitações ligadas por monótonas taipas coloniais; e tendo estabelecido que incumbe aos proprietários a construção dos passeios em frente a seus prédios, em cujos beirais deve haver encanamentos para as águas pluviais, entendeu ela de conseguir indiretamente esses fins com o criar e arrecadar tributos, impropriamente denominados taxas pela lei orgânica nº 1.038. São eles, não há dúvida alguma, meios indiretos de compelir o municípe a seguir determinada orientação administrativa, visto como, desde que ele edifique, feche e, de acordo com o tipo adotado, construa o passeio e faça o encanamento, cessa a contribuição e nada, mais recebe o erário municipal.<sup>645</sup>

Propunha a supressão da disposição referente à ausência de calhas, por considerá-la arcaica, a instituição de taxa específica sobre guias assentadas, evitando confusão com a taxa de viação e a criação uma taxa geral (não de calçamento) no valor de 500 réis por metro linear nos terrenos em ruas novas para cobertura dos custeios com regularizações, consertos de buracos, escoamento de águas pluviais e capinações. A taxa de viação propriamente dita, recaia sobre os proprietários de terrenos ou moradias cujas vias públicas fossem servidas por calçamento executado pela prefeitura.<sup>646</sup>

Depois de separar criteriosamente a situação sobre a qual deveria incidir a cobrança da taxa, vinha o problema do cálculo dessa espécie de “contribuição de

<sup>643</sup> Anexos. Ofício nº 243, de 12/8/1915. In: RELATÓRIO de 1915. Op. cit., pp. 58-69.

<sup>644</sup> Telarolli acusa esse uso indefinido em relação ao conceito de taxa, aplicado nos textos legais durante a Primeira República significando alíquotas, índice, gravame, etc. Esclarece ainda que “na sua tipicidade pragmática como tributo remuneratório de serviços, as taxas não tiveram uma correta aplicação. Assim taxas de consumo de água, de limpeza pública e outras, jamais foram estipuladas a partir de cálculos e sim de modo arbitrário”. TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., v. 1, pp. 108-9.

<sup>645</sup> Idem, p. 59.

<sup>646</sup> Idem, p. 69.

melhoria”.<sup>647</sup> Washington apontava algumas falhas no sistema em uso, baseado na metragem linear frontal da moradia, critério facilmente desvirtuado pelo proprietário que construía sua residência com frente estreita e fundo largo. Além disso, considerava-se o perímetro onde se localizava, favorecendo loteamentos e terrenos nas zonas urbana e suburbana, e o tipo de calçamento executado (granito, macadame, asfalto). Por fim, constatava a inferioridade do rendimento produzido pela taxa de viação em relação ao custo do serviço. A correção da tabela deveria embutir no seu cômputo o custo do material empregado e o tempo de sua duração, mas também, a amortização, o valor do custeio anual e a taxa de juros, dos empréstimos tomados com essa finalidade.<sup>648</sup>

A correção surtiu um efeito imediato sobre o rendimento da taxa de viação, elevando-se de 642 contos de réis em 1915 para cerca de 1.000 contos, em 1916, ainda insuficiente para manter os gastos da Diretoria de Obras e Viação com o serviço de calçamento, que nesse ano montava a 2.077 contos. Esse mesmo *deficit* podia ser percebido na relação entre o rendimento da taxa sanitária e a despesa com o serviço de Limpeza Pública.<sup>649</sup>

Washington agiu de maneira enérgica no tocante a arrecadação da dívida ativa, exigindo o estrito cumprimento da legislação municipal por parte dos fiscais e encarregados. Debes ilustra essa atitude, citando um caso da cobrança judicial dirigida ao senador estadual e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, Herculano de Freitas, que chegou a solicitar por carta, a prorrogação do prazo da dívida por causa da situação financeira aflitiva. Ao que parece o prefeito não se condeou da condição pessoal do líder perrepista, que mais tarde foi alvo de novo procedimentos fiscal.<sup>650</sup> Em outra missiva, Eugênio Egas informava a Washington do pagamento de uma multa de 300\$000 por um morador na rua Marechal Deodoro que teria travado uma discussão com os fiscais:

O homem ficou danado da vida e perguntou:—  
— Quem manda fechar a minha casa?

---

<sup>647</sup> A dificuldade se explica pela inexistência no Direito Tributário de matéria concernente a imposições e direitos sobre serviços públicos municipais (iluminação, água, esgoto, calçamento, abertura e reparação de ruas e praças, estradas, pontes, viadutos, etc.), cuja valorização (imobiliária) produzida era muito difícil de ser precisada. TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., v. 1, p. 108.

<sup>648</sup> Idem, p. 63.

<sup>649</sup> A taxa sanitária produzia um valor irrisório (876 contos de réis, em 1916), para fazer um serviço que custava mais que o dobro (1.847 contos). Para o prefeito, a manutenção dos perímetros impedia o estabelecimento de um valor equitativo na taxa de viação, gerando uma distorção incontornável. Idem, p. 66.

<sup>650</sup> DEBES, op. cit., p. 158.



Responderam-lhe:

– O Dr. Washington Luis, prefeito municipal.

– Pois com esse tal não quero conversas [sic], porque ele manda mesmo.<sup>651</sup>

Essa passagem reforça as opiniões constantemente reprisadas sobre Washington. A sua capacidade de lidar com questões de ordem burocrática o diferenciava dos demais administradores públicos e o faziam ser notado entre as lideranças do PRP. Conseguia articular diversas propostas, às vezes pouco pragmáticas, em soluções técnico-administrativas para os desafios encontrados.

Reconduzido ao cargo de prefeito em 1917, com seu prestígio aumentado dentro do partido, procurou engatar alguns projetos protelados durante o primeiro mandato, como o do reinício das intervenções no parque do Anhangabaú e as obras na várzea do Carmo. Conseguiu um certo relevo pelos investimentos e experimentos desenvolvidos em estradas de rodagem na Capital, influenciando as discussões em curso durante o Primeiro Congresso Paulista de Estradas de Rodagem em 1917. Entretanto, nos últimos anos dessa década, a paulicéia foi marcada pelo acirramento das greves operárias e pelo surto epidêmico de gripe espanhola, expondo as fragilidades da capital dos cafeicultores, com seu desequilíbrio social reinante e as primeiras manifestações da futura metrópole.

---

<sup>651</sup> AESP. APWL. *Locus*: 193.1.139. De: Eugenio Egas — Para: W. Luis — Local: S. Paulo — data: 08/05/1919.

## Capítulo 4 - Segundo mandato: um agente de modernizador (1917-1919)

### 4.1 A questão da eleição direta e os conflitos com a Câmara Municipal

A questão do sufrágio direto para o cargo de prefeito e a definição da autonomia do poder executivo na municipalidade da Capital permaneceram como foco de intensa discussão entre os parlamentares paulistas nos anos 1910, considerando a importância estratégica e política alcançada pela cidade de São de São Paulo ao longo dessa década. Esse vigoroso centro industrial e comercial ultrapassou os 500 mil habitantes em 1920, rivalizando unicamente nesse aspecto com o Distrito Federal.

A excessiva precaução do PRP em relação ao avanço do hermetismo, fez com que em 1910, o Congresso Estadual revogasse o dispositivo contido na segunda Lei Orgânica dos Municípios de 1907, que permitia a realização de eleição direta para o Executivo em Campinas, Santos e Capital. Sob essa mesma atmosfera de pressão política, os governistas aprovaram no final de 1913, um projeto do deputado Fontes Júnior, fixando o mandato do Executivo da capital em três anos (convertido na lei estadual nº 1.392). Na opinião de seus defensores esse mecanismo garantiu uma certa estabilidade no desempenho do cargo, em decorrência da maior extensão das obrigações, do volume considerável de receita a ser gerido e da possível formação de oposição consistente na edilidade.<sup>652</sup> Os críticos caracterizaram essa medida como uma espécie de intervenção do poder estadual na autonomia municipal.<sup>653</sup>

Os arranjos concebidos para eleição de Washington Luís para Prefeitura de São Paulo efetuaram-se, portanto, dentro de circunstâncias melindrosas, pois se tratava de uma indicação soberana das lideranças da Comissão Central do partido, que sequer consultou a municipalidade para selar a escolha. Dentro dessas condições, o prefeito, para se manter fortalecido, dependia em boa parte dos favores concedidos pelo presidente de Estado. Certos repasses para realização de obras necessárias e mesmo os auxílios ou empréstimos para salvaguardar o erário municipal de sua permanente condição deficitária, colocavam a municipalidade à mercê do poder estadual.

---

<sup>652</sup> SÃO PAULO (ESTADO). ANAIS da Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo de 1913 (3º ano da 9ª legislatura), organizado pelos taquígrafos Horácio Belfort e Numa de Oliveira. São Paulo: s.n., 1914, pp. 537-8.

<sup>653</sup> TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., v. 1, p. 174.

Havia também importantes serviços públicos mantidos pelo Estado. O nível desses investimentos na capital à época, pode ser percebido nos dados fornecidos por Rodrigues Alves em sua mensagem presidencial de 1915. Esses se referem ao ano anterior, quando foram ligados a rede de água, 3.642 domicílios e a rede de esgotos, 3.672 domicílios, totalizando 44.322 e 44.143 ligações, respectivamente, em toda cidade. O documento registra a conclusão da canalização dos esgotos nos bairros das Perdizes, e em parte do Ipiranga e da Barra Funda, além do término da construção do canal do Tamanduateí até o rio Tietê, e de uma ponte de concreto armado no bairro da Mooca. Anotava, ainda, as providências tomadas para sanar o problema do suprimento de água, provocado pela estiagem: construção de reservatórios em Vila Mariana e na Água Branca e a instalação de estação experimental em Belenzinho para aproveitamento do rio Tietê. No final, assinalava o acréscimo de 153 combustores de iluminação (em um total de 9.274 combustores), mencionando, também, a existência de 846 focos elétricos.<sup>654</sup>

No primeiro ano da gestão de Washington Luís, a presidência do Estado vinha sendo ocupada interinamente por Carlos Pereira Guimarães, retornando o titular após afastamento por motivo de saúde em janeiro de 1915. As relações do prefeito com o poder estadual permaneceram no terreno da cordialidade, sem nenhuma ocorrência mais grave. Rodrigues Alves assumiu a presidência em maio de 1912, desfrutando da coesão adquirida com o conagraçamento do partido, “reforçada com a indicação de dissidentes para a vice-presidência do Estado [Carlos Guimarães] e para duas Secretarias: da Fazenda [Joaquim Manuel Martins de Siqueira] e da Agricultura [Paulo de Moraes Barros]”.<sup>655</sup>

No decorrer da campanha, Rodrigues Alves recebeu importante apoio concedido pelo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, de Ribeirão Preto, chefe incontestado do “maior centro hermista no interior”, episódio que provocou o recuo de Pinheiro Machado e a renúncia da candidatura de Rodolfo Miranda, levando ao enfraquecimento do Partido Republicano Conservador (PRC) como força política significativa em São Paulo. Em 1913, o PRP uniu-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM), firmando o chamado “Pacto de Ouro Fino” no qual recusavam o predomínio do

---

<sup>654</sup> SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (RODRIGUES ALVES). MENSAGEM de 14 de julho de 1915. In: EGAS, Eugenio. Op. cit., pp. 467-7.

<sup>655</sup> CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 146-7. Os demais membros do secretariado eram: Rafael de Abreu Sampaio Vidal (Justiça e Segurança Pública, de 1º/5/1912 a 11/10/1913) e Altino Arantes (Interior, de 1º/5/1912 a 1º/5/1916).

PRC e a candidatura presidencial de Pinheiro Machado. O passo seguinte se deu com a consolidação de uma “Coligação”, formada por lideranças de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, dissidentes de Minas Gerais e Ceará, que apresentaram o nome de Venceslau Brás à sucessão do marechal Hermes.<sup>656</sup> A morte de Pinheiro Machado, em setembro de 1915, selou o desaparecimento por completo do PRC no cenário nacional.

Toda unidade partidária, conseguida a duras penas, esfacelou-se no decorrer do processo sucessório de Rodrigues Alves, em fins de 1915. A Comissão Central do PRP lançou a candidatura do presidente do Senado Estadual, Rubião Júnior, para evitar um possível crescimento da ala dissidente, mas o seu repentino falecimento, ocorrido pouco tempo após a efetivação pelas instâncias majoritárias do partido, provocou a realização de uma Convenção a 7 de novembro para proceder a uma nova escolha.

Os dissidentes indicaram Cardoso de Almeida, enquanto o governo escolheu Altino Arantes, candidato à vice na primeira chapa. Este último era “conhecido como o mais palaciano dos secretários, amigo pessoal dos filhos do presidente do Estado, em especial de Oscar Rodrigues Alves, cogitando-se mesmo na ação deles para aquela indicação,(...)”.<sup>657</sup> Os dissidentes, chefiados por Júlio de Mesquita, tentaram uma manobra para adiar a decisão, mas foram derrotados na votação, forçando sua retirada que abriu uma nova cisão no PRP, pois alguns membros abandonaram os cargos que ocupavam no governo: Sampaio Vidal e Paulo de Moraes pediram exoneração de seus cargos; João Sampaio, líder da maioria e presidente da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados pede renúncia; Cesário Bastos e Adolfo Gordo deixaram a Comissão Diretora.<sup>658</sup>

A candidatura de Altino motivou uma série de ataques por parte dos dissidentes e do jornal *O Estado de S. Paulo*. Esse grupo discordante acreditava que sua meteórica carreira como parlamentar federal impediu-o de obter o amadurecimento político necessário para ocupar um cargo de tal relevo. Melo Franco comparava o dilema enfrentado por Altino ao malogro vivido pelo jovem ministro da Fazenda David

---

<sup>656</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 6. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1975, pp. 209-11.

<sup>657</sup> CASALECCHI, op. cit., pp. 147-8.

<sup>658</sup> Idem, p. 148; DEBES, Célio. Washington Luís: 1869-1924. São Paulo: IMESP, 1994, p. 154. Os novos membros da Comissão Central, eleitos para substituição dos demissionários Cesário Bastos e Adolfo Gordo, e do falecido Rubião Jr. foram os senadores Virgílio Rodrigues Alves, Antônio de Pádua Salles e Carlos de Campos. In: CARONE & JUNQUEIRA. Atas do PRP. In: *Revista Estudos Históricos*. Deptº de História da F.F.C.L. de Marília, n. 11, 1972, p. 199.

Campista, candidato indicado por Afonso Pena a sua sucessão em 1909, reservas que permaneceram mesmo depois de eleito:

(...) a situação era bastante diversa: sua escolha não poderia deixar de acender invejas e suscitar restrições. Até mesmo do prestígio que lhe conferia a presidência, seu nome, não chegou a se impor nacionalmente, como vamos pelos sarcasmos de Rui, quando se refere ao futuro presidente paulista como sendo “a menina do piano”.<sup>659</sup>

Altino compôs seu gabinete com figuras de proa do “alvismo”: Oscar Rodrigues Alves, na Secretaria do Interior; Cardoso de Almeida, na Fazenda; Elói Chaves, na Segurança Pública e Cândido Rodrigues, na Agricultura.<sup>660</sup> Durante todo o seu governo sofreu incidentes decorrentes do antagonismo dos dissidentes. O combalido PRC acabou marotamente apoiando o PRP após a cisão, dando uma sobrevida a Rodolfo Miranda, recebendo uma vaga na Comissão Central eleita em junho de 1916.<sup>661</sup>

Esses percalços iniciais foram absorvidos por Altino que fortaleceu a unidade partidária, tendo em vista a força cada vez maior do poder Executivo sobre a Comissão Central, transformada em instância de encaminhamento de reivindicações das bases.<sup>662</sup> Altino Arantes manteve um registro diário de suas atividades na presidência do Estado. Por meio de suas anotações, é possível verificar os bastidores da política estadual, os acertos e acordos firmados com o círculo de poder, que incluía além do seu secretariado, os membros da Comissão Central e as principais lideranças no

---

<sup>659</sup> FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro/São Paulo: José Olympio Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1973, v. II, p. 774. Seu discurso mais importante como deputado federal se deu no âmbito da defesa do Convênio de Taubaté. Rodrigues Alves havia pensado antes em indicar Altino para Ministro da Justiça de Venceslau Brás. Para Mello Franco, a rápida ascensão de Altino “(...) não lhe permitiu o amadurecimento político necessário (não confundamos isso com o amadurecimento pessoal) para que seu prestígio se impusesse realmente no meio federal, como, ao contrário, ocorreu com outro homem da sua geração, Washington Luís.”

<sup>660</sup> Elói Chaves ocupava essa mesma pasta desde outubro de 1913, enquanto Cardoso de Almeida assumiu a Fazenda em janeiro de 1915, tendo acumulado a Agricultura interinamente entre novembro de 1915 e maio de 1916.

<sup>661</sup> Nesse mesmo pleito Rodrigues Alves tornou-se presidente da C. C., reelegendo-se Jorge Tibiriçá, Albuquerque Lins, Antônio de Lacerda Franco, Carlos de Campos, Pádua Salles e Fernando Prestes. Olavo Egídio de Sousa Aranha tornou-se novo membro. CARONE & JUNQUEIRA, op. cit., pp. 199-200; DEBES, op. cit., p. 154.

<sup>662</sup> Embora esse mecanismo de poder presidencial deturpe o equilíbrio dos poderes constitucionais, seu ocupante é um “elemento ligado e indicado pelo Partido, numa Convenção e, por isto, ele é um membro da organização”, condição extensiva aos deputados e senadores, secretários e prefeitos, que tem sua origem comum no partido, fator que abrandaria as “funções conflitantes, o que explica certo funcionamento harmônico, resultado do atendimento menor das bases, e o atendimento maior ou mais complexo na cúpula política e administrativa.” CARONE & JUNQUEIRA, op. cit., pp. 138-9.

legislativo.<sup>663</sup> Washington Luís pode ser incluído nesse estreito grupo, em decorrência da relevância político-econômica da capital para o PRP.

Um outro importante fator que justificava o acesso privilegiado, desfrutado por Washington pode ser explicado pela relação de amizade mantida com Altino, desde o início da carreira política de ambos na cidade de Batatais. O prefeito participava, costumeiramente, de reuniões e jantares no Palácio dos Campos Elíseos, residência oficial do presidente de Estado, ambiente íntimo onde os pares discutiam os imbróglios administrativos e realizavam acertos políticos.



**Figura 8** – 25º aniversário da turma de Bacharéis de 1891, nas arcadas da Faculdade de Direito de São Paulo (1916). Washington Luís é o terceiro da esquerda para direita, ao seu lado o senador Freitas Valle. Fonte: DEBES, Célio. *Op. cit.*

A elite política se reunia para o lançamento oficial de candidaturas do PRP e comemorações na *Rôtisserie Sportsman*, próximo ao recém-inaugurado Belvedere Trianon da avenida Paulista. Os saraus promovidos pelo senador Freitas Valle na sua *Villa Kyrial*, um dos raros salões literários existentes na capital, despertavam imenso interesse: ponto de encontro da nata de escritores, artistas e intelectuais paulistanos durante a *Belle Époque*.<sup>664</sup> Valle realizava certames culinários e de degustações. Fundou, inclusive, a “Ordem dos Gourmets”, composta quase exclusivamente pelo alto

<sup>663</sup> Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado Altino Arantes (APAA). ARANTES, Altino. Meu diário. Registro íntimo de factos e impressões (redigido ao correr da penna, sem preocupação litteraria de qualquer especie, e destinado a meu uso pessoal e exclusivo).

<sup>664</sup> CAMARGOS, Márcia. *Villa Kyrial: crônica da Belle Époque paulistana*. 2. ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001, pp. 40-1.

escalão do governo paulista: Washington Luís, Carlos de Campos, Rodrigues Alves, Altino Arantes e Júlio Prestes.<sup>665</sup>

O prefeito bancava o anfitrião em eventos esportivos, desfiles militares, *raids* automobilísticos, exibição de aeronaves, exposições e inaugurações suntuosas. Nesse convívio diário, fortalecia sua influência tornando-se uma espécie de “protegido” de Altino Arantes. Por isso, em seu Diário Íntimo, é comum a ocorrência de episódios em que o presidente intervinha pessoalmente em favor de Washington. Um deles, ocorreu um pouco depois de sua posse em 1º de maio de 1916. Aparentemente, tratava-se, no início, de um incidente menor, envolvendo o diretor interino do Serviço Sanitário Estadual, Guilherme Álvaro e o prefeito da capital. Este se queixava de um ofício enviado por aquele, solicitando “em termos apenas burocráticos a remoção do lixo dos esterqüilínios” ou depósitos de lixo mantidos pela municipalidade no Anhangüera e no Horto Pomológico, assunto que gerou conflitos em administrações anteriores. Washington expunha as dificuldades financeiras que impediam uma pronta solução, argumentos que convenceram Altino:

Parece-me desde logo, que o Washington tinha razão e que, em casa, se tratava de uma exigência pouco razoável do Serviço Sanitário, cujo diretor, de há muito, não andava em boa harmonia com o Prefeito. Eu mesmo, Secretário do Interior, por mais de uma vez tive de intervir em diversos incidentes dessa espécie, e – como meio mais expedito de evitar atritos – determinara que a correspondência do Serviço Sanitário se fizesse sempre por intermédio do Secretário do Interior – quando referente a atos ou serviços da Prefeitura. Vejo agora que andei bem avisado, assim procedendo (...).<sup>666</sup>

Apesar do encaminhamento da questão junto ao Secretário do Interior<sup>667</sup>, o caso, tomou um rumo inesperado. No dia 5 de junho, Washington resolveu exonerar-se de seu cargo — ocorrência que vai se repetir em outros momentos —, contrariado com o pouco apoio que lhe era dispensado diante do desgaste político e das pressões que estaria sofrendo por parte da edilidade:

---

<sup>665</sup> Idem, pp. 73-4.

<sup>666</sup> Ao que parece Altino avisara o prefeito anteriormente que estaria “pronto a auxiliá-lo política e administrativamente, mas não pecuniariamente.” AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol.1. [2/6/1916]. Em carta enviada a Washington, fornece esclarecimentos acerca de uma intimação do mesmo Diretor do Serviço Sanitário sobre modificações a serem introduzidas em edifício público não identificado. AESP. APWL. *Locus*: 185.1.41 — De: Altino Arantes — Para: W. Luis — Local: S. Paulo - data: 05/07/1915.

<sup>667</sup> Idem. [3/6/1916].

Reitera-me as suas queixas (infelizmente justificadas, quase todas, contra o Dr. Guilherme Álvaro); fala no desamparo financeiro, em que o está deixando o governo do Estado, e lamenta também a entrada do Rodolfo [Miranda] para a comissão [Diretora do PRP], fato que ele reporta impolítico para o partido republicano paulista, dadas as íntimas relações daquele sr. com o Barão Duprat e outros vereadores, que lhe movem mal disfarçada oposição. Ao cabo de farta explanação nesse sentido, conclui sugerindo-me, delicadamente, a impossibilidade de continuarem juntos, nos respectivos cargos, ele e o atual Diretor do Serviço Sanitário.<sup>668</sup>

Considerando que “o primeiro dever do político é amparar os seus amigos nas crises, em que porventura se vejam envolvidos”, Altino revela no correr da pena, a alta estima pelo prefeito, assinalando as qualidades que o distinguiram no meio político e que o fizeram empregar todo seu poder decisório para arregimentar o secretariado e membros da C. C. do partido:

Chamei o Oscar [Rodrigues Alves] e pulo ao corrente de tudo; o mesmo fiz com o Eloy [Chaves], o Cardoso [de Almeida], o Candido Mota e o Olavo [Egídio de Sousa Aranha]. Todos acordes entenderam que era preciso evitar, a todo custo, a saída do Washington, a quem o próprio Oscar tomou a iniciativa de ir comunicar “a deliberação do governo de dar ao incidente, dentro do menor prazo possível, uma solução condigna para ele.” O Dr. Lins, Tibiriçá e Carlos de Campos, por incumbência minha, foram também entender-se com o Washington, afim de dissuadi-lo de qualquer passo precipitado.<sup>669</sup>

O desenlace saiu no dia seguinte, com o pedido de exoneração de Guilherme Álvaro, solicitado pelo próprio Secretário do Interior. Em circunstâncias semelhantes, ocorridas em cidades do interior, resolvia-se esse tipo de querela, entre administração local e autoridades estaduais, por meio da substituição do inspetor sanitário, embora as últimas reformas na legislação de 1906 e 1911, tenham cerceado a autonomia municipal, priorizando a gerência estadual nesses assuntos.<sup>670</sup>

Percebendo as dificuldades para reeleger-se para mais um mandato (1917-1919), Washington resolveu se arriscar, sugerindo a Altino a votação de uma lei

<sup>668</sup> Idem. [5/6/1916].

<sup>669</sup> Idem. [5/6/1916]. Olavo Egídio funcionava como uma espécie de interlocutor entre o poder estadual e a municipalidade da Capital.

<sup>670</sup> TELAROLLI Jr., Rodolpho. *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, p. 157. O principal responsável pelo processo crescente de estadualização do serviço sanitário foi Emílio Ribas (diretor do S. S. E. desde 1898, e afastado naquele momento). Defendeu a intervenção estadual nos problemas de saúde e saneamento dos municípios na reforma de 1906, sugerindo uma uniformização do serviço sanitário a cargo dos municípios e a adequação das posturas municipais pelas Câmaras. Idem, p.226.



estadual, estabelecendo a eleição direta do prefeito da capital.<sup>671</sup> Altino consultou a cúpula do partido quanto à proposta, que acabou dividindo as opiniões: Jorge Tibiriçá considerava a idéia razoável, mas temia pela recondução do prefeito<sup>672</sup>; Albuquerque Lins, Olavo Egídio, Lacerda Franco e Mario Tavares mostraram-se contrários ao alvitre, porém, favoráveis à nomeação do Presidente de Estado, garantindo assim o controle político perrepista na capital<sup>673</sup>; outros receavam o fortalecimento do atual prefeito, expresso por Cardoso de Almeida: “... uma vez senhor da Prefeitura por mais três anos, nos seria um companheiro exigente e caprichoso, acarretando, por isso, constantes e sérias dificuldades para a administração”.<sup>674</sup>



**Figura 9** – Washington Luís e Altino Arantes em frente ao Palácio do Governo (1920). Fonte: DEBES, Célio. *Op. cit.*

Mesmo com essas contrariedades, Altino resolveu autorizar a elaboração do projeto de lei, estabelecendo a eleição direta do prefeito da capital. O líder Mario Tavares, ao colocar o projeto nº 4 na pauta de discussões da Câmara dos Deputados de 16 de agosto, demonstrava a relevância do cargo em virtude dos múltiplos afazeres na

<sup>671</sup> “Este [Washington] fala-me sobre a oportunidade de ser agora votada uma lei, estabelecendo a eleição direta do Prefeito, no Município da Capital; assunto para o qual marco uma conferencia com o Mario Tavares, amanhã.” AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol. 1. [21/7/1916]. Mario Tavares era o atual líder da maioria na Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo.

<sup>672</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol. 1. 1916. [s.p.]. [22/7/1916].

<sup>673</sup> Idem. [24 e 29/7/1916].

<sup>674</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol. 2. 1916. [s.p.]. [17/8/1916]. Cardoso de Almeida chegava a indicar para o lugar o nome de Meirelles Reis, Ministro do Tribunal de Justiça.

gestão de um orçamento que poucos Estados brasileiros sequer possuíam.<sup>675</sup> Além de reinstaurar o sufrágio direto, a proposta apresentada mantinha a duração trienal do mandato e o número de vereadores em 16. O vice-prefeito continuaria sendo eleito pela Câmara, podendo ser substituído no caso de vacância após dois anos decorridos da posse. O Prefeito participaria das sessões da Câmara intervindo nos debates, todavia sem o direito a voto.<sup>676</sup>

O deputado e vereador Alcântara Machado, na defesa do projeto, lembrava o contexto puramente político que havia conduzido a revogação das eleições diretas em 1910, e que as razões da atual separação dos poderes ligavam-se “à intensidade da vida na capital, ao contrário dos municípios do interior, onde a Câmara pode acumular as funções.” A complexidade das atribuições administrativas, impedindo uma participação mais efetiva nos trabalhos legislativos, indicava a “inconveniência de ser ele, ao mesmo tempo, um vereador”.<sup>677</sup>

Na apresentação do parecer da Comissão de Justiça da Câmara, o presidente João Martins expressou sua discordância em relação ao projeto, pois considerava o prefeito “mero preposto da Câmara”.<sup>678</sup> A ausência de unanimidade dominou os debates, com a apresentação de emendas e uma votação conturbada. Apesar dos desentendimentos, o projeto foi aprovado em tempo hábil, favorecido pelo discurso de Abelardo Cesar que apresentou argumentos plausíveis para a manutenção do atual prefeito no cargo. Na sua interpretação, Washington devia “continuar a obra restauradora das finanças municipais, para continuar a remodelação desta Capital, que tem feito o encanto e admiração de todos que nos visitam”.<sup>679</sup>

Em meio à tramitação do projeto no Senado Estadual, surgiu um outro óbice dentro da própria municipalidade, levantado pelo vereador Joaquim Marra, segundo o qual haveria sérias restrições à realização de um pleito direto, conforme registra Altino em seu diário:

Este me pedia uma conferência para declarar-me [que] a maioria da Câmara Municipal de S. Paulo era contrária à eleição direta do

---

<sup>675</sup> SÃO PAULO (ESTADO). ANAIS da Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo de 1916 (1º ano da 10ª legislatura), organizado pelos taquígrafos Horácio Belfort e Numa de Oliveira. São Paulo: s.n., 1917, pp. 150-2.

<sup>676</sup> DEBES, op. cit., pp. 150-1.

<sup>677</sup> SÃO PAULO (ESTADO). ANAIS da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo de 1916. Op. cit., p. 226; TELAROLLI, Rodolpho. Op. cit., v. 1, pp. 174-5.

<sup>678</sup> SÃO PAULO (ESTADO). ANAIS da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo de 1916. Op. cit., pp. 202-3.

<sup>679</sup> Idem, p. 227.

Prefeito. Fez-me a este propósito grandes queixas do Dr. Washington, cujas qualidades de energia, trabalho e honestidade reconhecia, mas que provocara, por suas intransigências e aspereza de trato, ressentimentos de quase todos os Vereadores. A situação contra ele estava tão tensa, que a maioria da Câmara, sob proposta dele Dr. Marra, estava até disposta a revogar atos recentes do Prefeito, exorbitantes de suas atribuições.<sup>680</sup>

Mesmo aconselhando o edil a desistir do intento de impugnar a proposta, fruto de um compromisso firmado entre o partido e Washington, Altino tomou providências: solicitou a Olavo Egídio que impedisse qualquer manifestação por parte da edilidade, uma vez que a abertura de um novo flanco de ataques comprometia definitivamente o empreendimento.<sup>681</sup>

Em 30 de setembro o projeto teve sua redação final aprovada, convertido na lei nº 1.601. Esse importante êxito redundou no acirramento da oposição de membros da Câmara Municipal ao prefeito, exigindo mais uma vez a intromissão de Altino para apaziguar os ânimos alterados de Washington:

Ao meio dia, fui procurado pelo Washington, que, exprimindo o seu descontentamento contra um discurso proferido pelo Vereador Marra, manifestou a resolução de comparecer á sessão de hoje para, em interpelação pessoal, apurar o incidente. Fiz-lhe ver a imprudência dessa atitude, que poderia redundar em atrito de graves conseqüências políticas neste momento, parecendo-me preferível que ele aguardasse a publicação integral do discurso do Vereador Marra ou provocasse hoje uma explicação qualquer por meio de ofício confiado a um outro vereador de sua confiança. Assim entendido, chamei o Olavo e pedi-lhe que intervi-se junto ao Marra, para este antecipar-se às devidas explicações, visto estarmos todos convencidos da perfeita correção do procedimento do Washington. O Olavo comunicou-me, posteriormente, pelo telefone, que não houve sessão na Câmara Municipal.<sup>682</sup>

A controvérsia originou do acalorado debate na sessão de 20 de outubro, ocasião em que se discutia o projeto de lei orçamentária de 1917. Joaquim Marra, ressentido com um parecer negativo à emenda de autoria sua e de Marrey Junior, criticou a Comissão de Finanças por suas supostas “motivações políticas” e a reforma administrativa que subordinou “à vontade do Prefeito”, assuntos de restrita competência da edilidade, como os relacionados às despesas, permitindo ao executivo abusar dos gastos extraordinários, além do limite previsto. A essa altura, Marra passava a ser

---

<sup>680</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol. 2. 1916. [28/08/1916].

<sup>681</sup> Idem. [30/8/1916].

<sup>682</sup> Idem. [21/10/1916].

aparteado pelos membros da comissão, Sampaio Vianna e Mario do Amaral, e também por Alcântara Machado, espécie de braço direito de Washington no legislativo.<sup>683</sup>

No auge do debate, Marra acusou o prefeito de “alienar bens do município sem ser em hasta pública ou sem autorização da Câmara”, referindo-se a uma recente compra de automóveis. Mais à frente, em outro longo aparte, revelava indiretamente a razão de seus ataques:

*O sr. Joaquim Marra* – Sr. Presidente, não sou animado por espírito de oposição, mas pelo interesse, pela causa pública. Quando o prefeito, que é ainda vereador, nosso colega, pediu aos poderes estaduais para quebrar os vínculos que o faziam dependente da Câmara, como mandatário, – eu não pude suportar esses passos, que me pareceram uma conspiração, que um vereador não podia fazer contra a Câmara. Opus-me à pretensão com toda a lealdade que me caracteriza. Achei que pela natureza das funções municipais não é possível, nem proveitosa, a autonomia do poder executivo.

*O sr. Alcântara Machado* – A mesma coisa se dava no regime anterior. O prefeito, eleito pela Câmara, não é um mandatário da Câmara.

*O sr. Joaquim Marra* – Si a eleição direta realça mais o cargo e si é necessário realçá-lo, parecia-me que a melhor organização seria como a de Minas fazendo o prefeito presidente da Câmara.

*O sr. Sampaio Vianna* – O prefeito continuará a ter suas atribuições criadas em lei.

*O sr. Alcântara Machado* – Continuará a ser o executor das deliberações da Câmara, como no regime anterior.

*O sr. Joaquim Marra* – Não se sacrificaria, assim, a unidade que se faz tão necessária na administração. E depois o regime da separação será pernicioso toda a vez que, como prefeito, for eleito um homem voluntarioso, absorvente e que se considere como superior a todos os seus semelhantes. (...) <sup>684</sup>

Explicava-se assim a irritação de Washington, justamente no momento em que se conduziam os preparativos para o pleito municipal, por ocasião da divulgação de um boletim oficial apresentando sua candidatura.<sup>685</sup> Reeleito, sem concorrente, continuou a se defrontar com forte oposição na Câmara Municipal, uma vez que sua composição pouco se alterou, com a recondução de quatorze dos dezesseis vereadores da legislatura anterior, inclusive do barão Duprat como presidente, agindo como eminência parda nas desavenças que se sucediam na municipalidade.<sup>686</sup> Poucos meses

<sup>683</sup> SÃO PAULO (Cidade). ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1916 (3º ano da 8ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1916, pp. 340-1.

<sup>684</sup> Idem. p. 348.

<sup>685</sup> Boletim Republicano. *Correio Paulistano*. São Paulo. 23-out-1916, p. 2.

<sup>686</sup> SÃO PAULO (CIDADE). ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1917 (1º ano da 9ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1917,

depois da posse, o prefeito, mais uma vez, procurou Altino para solicitar sua intervenção:

Logo depois, recebi o Washington em conferencia reservada, na qual ele mais uma vez me expôs as suas queixas contra os Vereadores Marra e Marrey, sugerindo-me a idéia, sobre o caso, entender-me, como iniciativa pessoal minha, com o Carlos de Campos e o Barão de Duprat, para que o primeiro pelo “Correio Paulistano”, e o segundo como Presidente da Câmara façam constar a reprovação do governo aos processos [de] sistemática e caprichosa [oposição] contra o Prefeito. Acedi gostosamente a essa sugestão.<sup>687</sup>

Com o ambiente começando a turvar, Altino resolveu contatar diretamente com Duprat, pedindo-lhe que interpusesse seus “bons ofícios” para dissuadir aquela campanha contra um “funcionário merecedor de nossa confiança partidária, honesto e que está prestando serviços ao município e ao Governo do Estado”.<sup>688</sup> Este esforço tendente a resguardar Washington se mostrou ineficaz. Na sessão da Câmara de 17 de março de 1917, o vereador Marra levou adiante a polêmica sobre o pleito direto:

Sr. presidente e meus colegas! Quando o nosso colega sr. Mario Amaral discursava fez uma referência aos que aqui discutem os atos do sr. prefeito, observando que não parecia que fossemos membros do mesmo partido. (...) É sabido de todos os políticos que eu não queria ser vereador neste triênio, mas que as injunções políticas do meu distrito determinaram a minha vinda para aqui. E observando ainda aos próceres do nosso partido, que dada a última lei de eleição direta do prefeito pelo Município da capital, e conhecendo os moldes da administração dele prefeito, era quase certo que, no fim de dois meses, eu estaria em oposição ao sr. prefeito, pedi, sr. presidente e srs. vereadores, licença aos chefes políticos da capital para me eliminar da chapa oficial, afim de que eu disputasse, uma vez que a isso era obrigados pelos elementos do meu distrito, a eleição; e os chefes políticos não consentiram na retirada de meu nome, com que autorizaram, implicitamente, a tomar o rumo, que na Câmara, o meu espírito ditasse ao meu procedimento. Portanto, sr. presidente, continuando como membro do Partido Republicano Paulista, reservei-me, com a anuência prévia dos meus chefes, o direito de discutir os atos do sr. prefeito (...) <sup>689</sup>

---

pp. 14-23. A composição das comissões permanentes praticamente permaneceu inalterada em relação as anteriores.

<sup>687</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol. 3. 1917 [12/3/1917].

<sup>688</sup> *Idem*. [14/3/1917].

<sup>689</sup> SÃO PAULO (CIDADE). ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1917 (1º ano da 9ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917, p. 239.

Alguns dias depois, o *Correio Paulistano* publicava uma nota reprovando a atitude do referido vereador contra o prefeito. Altino estranhou o fato de não ter sido consultado previamente sobre essa nota, contudo estava, em essência, de acordo com os objetivos a que se propunha: fazer prevalecer a vontade do chefe estadual. Ademais, confirmava com Olavo Egídio que nenhum dos chefes do partido autorizou a oposição a Washington.<sup>690</sup> Porém, poder-se-ia especular se a manobra dispunha do apoio dos dissidentes do partido, que se aproveitavam do descontentamento na municipalidade para atingir Altino. Frente a essa ameaça procurou rapidamente obter o consentimento dos membros da C. C. para as medidas profiláticas atinentes ao caso:

Em seguida, no Palácio da cidade, conferenciei, longamente com o Srs. Tibiriçá, Lacerda, Olavo, Pádua Salles, Carlos de Campos e Rodolfo sobre o caso político e municipal Washington-Marra, tendo-se assentado o seguinte: a) manter em todo os seus termos a nota do “Correio”: cuja doutrina é verdadeira e a única compatível com a seriedade e a disciplina partidária; e conseqüentemente, b) aceitar a renúncia do Marra, como chefe distrital de S<sup>la</sup> Cecília, caso ele, no ofício que porventura mandasse à Comissão, não desse margem a uma transação condigna, em que fossem salvaguardados o prestígio do Prefeito e a doutrina consignada na nota.<sup>691</sup>

Resolvido o impasse, o presidente teve ainda que apaziguar o impaciente Washington, que ameaçava renunciar ao cargo por sentir que a manifestação inequívoca da direção do partido em favor dele estava tardando, determinando o seu enfraquecimento perante a Câmara.<sup>692</sup> Em um desses périplos de idas e vindas registrados no diário, o prefeito chegava mesmo a aventar a adoção de uma espécie de comissão municipal gestora para diminuir os atritos com a Câmara:

O Washington entreteve-me, no Palácio da cidade, durante algum tempo com reflexões sobre o debatido incidente Marra, reafirmando-me que, si a sua permanência na Prefeitura fosse pesada ou maleitosa por qualquer forma ao governo, deixaria imediatamente aquele cargo, que acrescentou-lhe está sendo cobiçado pelo Barão Duprat, o qual é, na sua opinião, o inspirador e instigador dos ataques, que lhe são feitos na Câmara. Pensa ainda o Washington que a direção política local da Capital deveria ser confiada a uma Diretoria ou à Comissão

---

<sup>690</sup> Altino inclusive indignara-se com um ofício apresentado por Marra a Comissão Central do PRP no qual resignava de “seu lugar de chefe distrital e afirmando (que topete!) que sua atitude [de oposição] fora autorizada pelo Presidente do Estado”. AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol. 3. 1917. [20/3/1917].

<sup>691</sup> Idem. [22/3/1917].

<sup>692</sup> Idem. [22/3/1917].

mesma, e nunca a um só chefe; sendo que contra esse regime ha queixas e protestos de diversas influências locais (...) <sup>693</sup>

Percebe-se claramente que Altino atuou permanentemente em defesa do prefeito nos momentos em que houve sérios ataques à política estadual de controle administrativo da cidade, representada, como se viu, por Washington, que compensava essa oposição por intermédio da exploração do discurso da competência e da eficiência técnico-administrativa. As clivagens partidárias, decorrentes da cisão de 1915, talvez estivessem na raiz desse tipo de evento, dominado com muita intrepidez pelo executivo estadual, o “poder mestre” por excelência, capaz de conceder o “beneplácito” e impor suas próprias condições. <sup>694</sup>

De sua parte, Washington atendia prontamente as solicitações do poder estadual, cumprindo os compromissos firmados no jogo de favores que dominava a Primeira República. Na sua correspondência passiva, figuram uma série de cartas enviadas por Altino, geralmente com solicitações pessoais e indicações políticas para cargos elevados na administração:

Apresento-lhe por esta o distinto médico doutor Vicente Graziano que recomendo interessadamente à sua atenção e que lhe exporá qual a pretensão que tem da Prefeitura. Si o puder atender, o prezado amigo me fará valioso favor, porquanto me interesse vivamente pelo sucesso do pedido que lhe vai fazer. Do amigo e colega Altino Arantes. <sup>695</sup>

Os vereadores da base de apoio na edilidade faziam-lhe solicitações constantes, que variavam de uma vaga em repartição municipal, a pedidos de transferência e promoção, podendo se tratar também, do atendimento à demanda de algum chefe de distrito na Capital, como nessa missiva de Alcântara Machado:

O nosso dedicado companheiro sr. Matheus de Andrade, chefe político no Butantã, se empenha pelo deferimento de uma pretensão de Januário de Oliveira [chiste], que pretende um compartimento

<sup>693</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol. 3. 1917. [23/3/1917].

<sup>694</sup> CARONE & JUNQUEIRA, op. cit., pp. 138-9. Extremamente significativo o comentário de Washington anotado por Altino após a superação do incidente que ilustra muito bem a obediência a hierarquia partidária e a fidelidade aos seus princípios: “Ao sair, depois da chegada dos meus Secretários, afirmou-me que “hoje só está na Prefeitura por minha causa e só continua naquele cargo enquanto eu quiser”.” AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol. 4. [30/3/1917].

<sup>695</sup> Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Washington Luís (APWL). *Locus*: 185.1.72 - De: Altino Arantes - Para: W. Luis - Local: S. Paulo - data: 20/11/1917. Solicitações semelhantes podem ser encontradas nas seguintes cartas: AESP. APWL. *Locus*: 185.1.42 [27/09/1914]; 185.1.43 [3/3/1914]; 185.1.64 [20/1/1917] e 185.1.69 [4/8/1917].

vago no mercado de Pinheiros. Parece que há outro pretendente. O Capitão Matheus pede preferência para o seu venerado. Se puder servi-lo, muito e muito obrigará.<sup>696</sup>

Em razão dos contatos e da influência de Washington Luís, como ex-secretário de Estado, e pela proximidade com Altino Arantes e seu gabinete, corriqueiramente recebia solicitações de lideranças estaduais da estatura de Bernardino de Campos<sup>697</sup> e Fernando Prestes.<sup>698</sup> Recebia freqüentemente pedido de delegados, juízes ou promotores para que intercedesse em casos de remoção ou em concursos para vagas em aberto, como um feito por um certo Tancredo Amaral, juiz na comarca de Capivari, revelando os acertos políticos que se faziam para as transferências na administração estadual:

Venho lembrar-lhe o pedido que lhe fiz: foi posta em concurso a comarca de S. Isabel, para a qual já mandei o requerimento de inscrição. É o que me serve, e a que eu pedi ao Altino [Arantes], já há 4 meses. Rogo-lhe, que interceda por mim; alegando os motivos que lhe expendi e que o Presidente já conhece. Entretanto, si, de todo, não puder ser dada a aludida comarca, serve-me Sarapuhy, cujo juiz acaba de pedir aposentadoria. É uma comarca pequenina e pobre, distante 5 léguas de Itapetininga (viagem de trole). Como sabe, eu, apenas, me vejo impedido de me transportar a lugares longínquos e de penosa viagem devido à enfermidade de que sou, e por, proibição médica, que me manda evitar as grandes fadigas.<sup>699</sup>

Da base eleitoral de Washington, na região de Ribeirão Preto, emanava uma farta correspondência. Chefes importantes como o coronel “Quinzinho” Junqueira, o deputado federal Veiga Miranda e o prefeito e amigo José Macedo Bittencourt, informavam-lhe sobre a situação política dos diretórios municipais, requerendo muitas vezes os favores usuais para dar andamento a acordos eleitorais previamente negociados.

Reconduzido a um segundo mandato e prestigiado pela máquina política estadual, o prefeito Washington ensejava realizações próprias, algumas esboçadas na primeira gestão e que se aprofundaram com o passar dos anos, como foi o caso das

<sup>696</sup> AESP. APWL. *Locus*: 200.1.37 - De: Ver. Alcântara Machado — Para: W. Luís — Local: n/c — data: 02/09/1914.

<sup>697</sup> AESP. APWL. *Locus*: 199.2.73 — De: Bernardino de Campos — Para: W. Luís — Local: São Paulo — data: 20/01/1914. Solicitava a nomeação do dr. Brazilio Campos, engenheiro, professor da Escola Politécnica, para fiscal da Diretoria de Limpeza Pública.

<sup>698</sup> AESP. APWL. *Locus*: 198.2.73 — De: Fernando Prestes — Para: W. Luís — Local: Itapetininga — data: 14/02/1914.

<sup>699</sup> AESP. APWL. *Locus*: 185.1.154 - De: Tancredo do Amaral — Para: W. Luís — Local: Capivari — data: 14/10/1916.



estradas de rodagem e da implantação das feiras livres. A retomada do plano urbanístico de Bouvard, com a finalização do arranjo paisagístico previsto para o parque do Anhangabaú e o início das obras na várzea do Carmo (futuro parque D. Pedro II), demonstra uma certa continuidade em relação à orientação seguida pelas administrações anteriores. O aprofundamento da crise de abastecimento, a carestia e o desemprego generalizado, acentuaram um quadro que vinha se agravando o início da Primeira Guerra e que culminou na Greve Geral de 1917. Esse episódio revela a dificuldade da elite política paulista em lidar com as questões sociais que agitavam a paulicéia.

## 4.2 Remodelação e embelezamento da capital do café: de volta aos “Melhoramentos de São Paulo”

As realizações de Washington Luís no campo urbanístico alcançaram menor amplitude se comparadas às intervenções de monta, realizadas nas gestões de Antônio Prado e Duprat. A solução elegante esboçada pelo arquiteto paisagista Bouvard — para contemplar os divergentes interesses envolvidos nos projetos apresentados para os “Melhoramentos de São Paulo” — foi parcialmente abandonada pelo prefeito Duprat. Este preferiu investir na transformação da Rua São João em um imenso bulevar, seguindo uma orientação presente desde a administração de Antônio Prado: remodelações, embelezamentos e grandes obras viárias pontuais do tipo *haussmanniano* ao gosto da elite paulistana enriquecida com o *coffee business*. A obsessão incontida de requalificação do centro da capital ao molde parisiense, a exemplo do que havia sido feito em outras capitais como o Rio de Janeiro e Buenos Aires, caracterizou as intervenções urbanas na paulicéia até a década de 1920.

A retomada do Plano Bouvard na gestão do prefeito Washington — ainda que restrições orçamentárias dificultassem ou paralisassem as obras impedindo sua efetivação plena — considerou, segundo Campos, as tensões sociais iminentes no agressivo processo de urbanização paulistano.<sup>700</sup> Washington amparou suas intervenções na estrutura legada por Duprat: a Diretoria de Obras e Viação e o setor dedicado ao Plano da Cidade, junto ao Escritório Central dirigido pelo engenheiro Vítor Freire.

Em ofício enviado para Câmara Municipal, em 26 de setembro de 1914, o prefeito apresentou o orçamento para o ajardinamento e revestimento da esplanada em frente a catedral em construção, sem deixar de comentar as alterações efetuadas no projeto do Centro Cívico, uma das pedras angulares do Plano Bouvard (correspondendo a segunda seção). A realização desse empreendimento dependia, em largo período, de esforços congregados do Estado, do Município e da Mitra Arquidiocesana. O custo elevado das desapropriações nas imediações da praça João Mendes para construção da Sé metropolitana, a desistência do governo estadual de construir os edifícios do Palácio

---

<sup>700</sup> “Assim, o novo prefeito não deixaria de priorizar intervenções urbanas como forma de minimizar conflitos e prover válvulas escape para tensões sociais, o que levou a resgatar os componentes ainda não implementados no Plano Bouvard e das propostas de Vítor Freire (...)”. In: CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade*, p. 163.

da Justiça e do Congresso do Estado nas imediações e a falta de recursos municipais para implantação do Paço Municipal, na quadra formada pelas ruas Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Marechal Deodoro e Senador Feijó, precipitaram a supressão do Centro Cívico, conservando-se somente a Catedral.<sup>701</sup>

A desistência da construção do Paço perpetuou um dilema complicado a ser superado: a dispersão das repartições municipais, espalhadas por inúmeros endereços e a ausência de uma coordenação. Na municipalidade discutiam-se algumas alternativas para minorar o problema: de um lado, o vereador Carlos Botelho sugeria autorizar o prefeito a alugar um imóvel que pudesse concentrar as instalações municipais, de outro, o vereador Sampaio Vianna que pretendia reformar o edifício da rua do Tesouro, acrescentando mais andares.<sup>702</sup>

Em seu Relatório de 1914, Washington descreve a situação dos diversos próprios municipais e suas inadequadas instalações. Considerava a Diretoria de Obras, alojada no largo da Sé como a “mais bem instalada de todas as repartições municipais”, apesar de manter sua Seção Cadastral em cinco salas do Teatro Municipal e o Almojarifado nas dependências do Mercado da rua 25 de Março. Apesar disso, a Inspeção do Tesouro, a Contadoria e a Diretoria de Despesa funcionavam conjuntamente em um prédio da rua Álvares Penteado, assinalado como “indigno de São Paulo e em mau estado de conservação, em franca hostilidade à higiene, e cuja existência é uma tolerância ou uma prepotência”. Ao lado deste se situava o assinalado edifício da rua do Tesouro que concentrava os serviços da Diretoria do Patrimônio, Diretoria da Receita, Tesouro, Diretoria de Expediente e a Diretoria de Polícia Administrativa, incluindo em um outro andar, uma sala grande, onde se transcorria as sessões da edilidade, as comissões municipais e os despachos da Presidência da Câmara. O prefeito apontava a inconveniência da manutenção daquela situação devido à proporção do desenvolvimento e da complexidade dos serviços e do pessoal que exigiam maiores e melhores acomodações:

---

<sup>701</sup> Ofício n.429 (26/09). In: RELATÓRIO DE 1914 apresentando á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, pp. 65-6 O projeto de ajardinamento do largo da Sé foi desenvolvido pelo arquiteto paisagista E. F. Cochet. O prefeito anotou ainda, com certo entusiasmo, a redução significativa no dispêndio com desapropriações e alargamentos devido à desistência na construção do Centro Cívico.

<sup>702</sup> Sessão de 14 de fevereiro de 1914. In: ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1914, São Paulo, 1914, pp. 93-8. O projeto de lei que autorizava a Prefeitura a “alugar um prédio para a mudança das repartições públicas” foi enviado a Washington através do ofício nº 73 de fevereiro de 1914, e assinado pelos vereadores Carlos Botelho, Raymundo Duprat, Oscar Porto, Henrique Fagundes, Goulart Penteado, José Piedade, Raphael Gurgel, Estanislau Borges e Mario do Amaral. Converteu-se na lei nº 1770, de 25/3/1914.

Mais nada tem o prédio da rua do Tesouro, cuja planta vai junto, apesar de suas vastas proporções. Vê-se bem que nem mesmo dobrando o número de pavimentos, e ainda menos acrescentando apenas um, se poderá acomodar, de acordo com os princípios da higiene e bom êxito do trabalho, as repartições que nele se acham, quando mais aí concentrar todas as outras. Além disso, segundo opinião de arquiteto respeitado em nosso meio, não é aconselhável sob qualquer aspecto, acrescentar pavimentos em prédios antigos, e este tem mais de 40 anos, apesar da solidez no estado atual. No caso ocorrente acresce que o prédio não é propriedade do município.<sup>703</sup>

Acatando sugestão do aluguel de um novo prédio por parte de um grupo de vereadores, o prefeito tratou de aceitar a oferta do Conde Prates que pretendia arrendar um dos palacetes recém-construídos na rua Libero Badaró, que compunham a moldura projetada por Bouvard para o parque do Anhangabaú. O edifício apresentava condições excepcionais para os fins desejados, conforme apreciações tecidas por Washington:

Esse prédio moderno, de boa aparência externa, bem localizado, tem compartimento suficientes para com comodidade e higiene conter todas as repartições municipais, com vantagem para boa execução dos serviços, o que não é demais encarecer, à exceção daqueles que por sua natureza especial aí não poderiam ficar, como mercados, matadouros, etc. A casa é nova, tem todos os seus compartimentos convenientemente distribuídos em salas, gabinetes e escritórios, todos com ar e luz direta, ainda não foi ocupado, de modo que a mudança, dadas as condições atuais, pode ser feita sem outras despesas de instalação que as de transporte e arrumação.<sup>704</sup>

A iniciativa foi criticada pela imprensa que a considerou um ato de esbanjamento dos recursos municipais.<sup>705</sup> Para o prefeito tratava-se de uma situação “inevitável”, uma vez que os custos anuais do arrendamento, cerca de 216 contos, correspondiam a menos da metade do custo anual para construção do Paço Municipal em cinco anos (mesmo prazo do contrato), com a ressalva que a prefeitura não dispunha de recursos para realização da obra, calculada em 5.000 contos de réis.<sup>706</sup>

<sup>703</sup> RELATÓRIO DE 1914. Op. cit., pp. 19-21.

<sup>704</sup> Idem, p. 22. Havia algumas despesas para adaptação do prédio para compor a sala das sessões da Câmara no primeiro andar. O bloco ao lado era ocupado pelo *Automóvel Club* de São Paulo, igualmente freqüentado por Washington, seu presidente honorário.

<sup>705</sup> DEBES, Célio. *Washington Luiz: primeira parte — 1869-1924*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994, p. 140.

<sup>706</sup> Com a aquisição de terrenos calculava-se um dispêndio de 3.000 contos, enquanto, a feitura do edifício consumiria mais 2.000 contos, em prazo de cinco anos, com 9 % de juros anuais. RELATÓRIO DE 1914. Op. cit., pp. 22-3.

No final de 1914 foram aprovadas no orçamento, as verbas para o início das obras do Parque do Anhangabaú e o encaminhamento da realização do parque projetado por Bouvard para várzea do Carmo. A recuperação dessa última área remontava a administração de Antônio Prado em 1909, como parte das medidas concernentes à reurbanização do centro, juntamente com a proposta de retificação do Tamanduateí, cujo canal foi entregue pela Secretaria da Agricultura em abril de 1914.<sup>707</sup>

Tal alvitre facilitou o encaminhamento pelo prefeito à edilidade de dois anteprojetos de embelezamento da várzea, de autoria do arquiteto paisagista E. Francisque Cochet.<sup>708</sup> O parecer das comissões encarregadas optou pela solução apresentada no projeto nº 2 que recomendava a alienação da parte da várzea, permitindo a venda de sobras de terrenos (de 30.000 a 50.000 m<sup>2</sup>) para abrir espaço para a construção das obras planejadas, reduzindo drasticamente o desembolso da municipalidade. Os membros da Comissão de Justiça fizeram ainda algumas considerações sobre a necessidade de áreas verdes e de um plano de extensão que contivesse o desenvolvimento irregular da capital que requeria evidentemente uma maior intervenção do poder público, praticamente ausente em impor limites ao avanço dos especuladores imobiliários:

S. Paulo formou-se e cresceu desordenadamente, sem um plano que lhe disciplinasse a expansão: os novos bairros tem sido criados pela iniciativa dos grandes proprietários, que tudo envidam por aumentar a superfície alienável, reduzindo ao mínimo a largura de ruas e refugindo à formação de praças e de largos. Além de traçados monotonamente em xadrez, sem atenção à configuração do terreno, os bairros de Vila Buarque, Bexiga, Campos Elíseos, Mooca, Higienópolis, que constituem a maior porção da cidade, distinguem-se pela ausência quase absoluta de espaços livres (...)<sup>709</sup>

De certa maneira, os autores contradiziam seus próprios comentários ao aprovar uma lei que reduzia a área projetada para o novo parque, destinando-o para formação de um pequeno bairro comercial. Sua lenta construção, com demoradas obras de nivelamento e seguidos atrasos, evidenciaram os defeitos da proposição.

<sup>707</sup> Ofício nº 213 (8/4). Idem, p. 45. O canal se estendia desde a rua Paula Sousa até o Ipiranga, sendo margeado de cada lado pela nova avenida do Estado.

<sup>708</sup> Ofício nº 214 (13/4). Idem.

<sup>709</sup> Parecer da Comissão de Justiça nº 55 (30/5/1914). In: ANAIS de 1914. Op. cit., pp. 308-9. A comissão considerava pequena a área que seria ocupada pelo parque (30 hectares), se comparada com os parques europeus, como o *Bois de La Cambre*, em Bruxelas (100 hectares); o *Bois de Vincennes* (730 hectares) e o *Bois de Boulogne*, em Paris (750 hectares); o *Grunwald* e o *Spandau*, em Berlim (5000 hectares).

Em 1916, a primeira Seção Técnica da Diretoria de Obras, incumbida da execução das obras de calçamento de ruas e jardins, dos aterros para abertura dos lagos e aterro para conformação do parque, de redes de água e esgotos, além de diversos tipos de construção, calculou os gastos em 2.276:705\$386, soma que extrapolava as despesas previstas no projeto original, avaliado em cerca de 1.527 contos de réis.<sup>710</sup> A lei nº 2.057 de 3 de março de 1917 promoveu a abertura de concorrência pública para realização desses mesmos serviços, apresentando-se somente uma proposta, a da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, que foi rejeitada, realizando-se novo processo com um aumento da ordem de 20 % no orçamento.<sup>711</sup> Vítor Freire constatava pesaroso, que essas complicações decorrentes da situação de crise, atrasavam melhoramentos, considerados essenciais para capital que perdia a oportunidade de se “colocar a testa das aglomerações sul-americanas na trilha que tornou tão justa e indisputavelmente reputadas as administrações municipais alemãs.”<sup>712</sup>

O contrato entre a Diretoria de Obras e a Companhia da Várzea do Carmo, responsável pela realização da obra, somente aconteceu em setembro de 1918, ao final do mandato de Washington. A essa altura, Cochet introduziu algumas alterações no projeto original em parceria com o engenheiro Antonio de Almeida Braga, prevendo o loteamento do setor Noroeste da várzea, a construção do Palácio das Indústrias, a inclusão de campos esportivos e de um mercado público para substituir o da 25 de Março (o Mercado Municipal seria inaugurado somente em 1938). O surto epidêmico de gripe espanhola acabaria paralisando os trabalhos, reiniciados em 1920, na gestão de Firmiano de Moraes. Mesmo inacabado, o parque foi entregue em 1922, como parte da comemoração do Centenário da Independência, batizado com o nome oficial de Parque D. Pedro II.<sup>713</sup>

Por detrás dos esforços de Washington na constituição desse parque, articulava-se uma certa requalificação social de uma ampla área habitada até então por “núcleos de populações, cujo estado extremo de miséria, as forçara a se aglutinar em casebres (...) núcleos com forte presença de negros, originários de grupos de escravos evadidos das lavouras e aquilombados naquelas zonas insalubres, abandonadas e sem

---

<sup>710</sup> Relatório da Diretoria de Obras e Viação. RELATÓRIO de 1916. Op. cit., p. 48.

<sup>711</sup> Ofício nº 469 (18/10). RELATÓRIO de 1917. Op. cit., p. 100.

<sup>712</sup> Relatório da Diretoria de Obras e Viação. RELATÓRIO de 1917. Op. cit., p. 273.

<sup>713</sup> RAMOS, Roberto Duarte. *Urbanismo e modernidade: São Paulo na Primeira República*. Dissertação (mestrado) em História. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. UNESP. Franca, 1995, pp. 115-6.

valor”.<sup>714</sup> No discurso que fez de encaminhamento do projeto Bouvard a Câmara em 1914, o prefeito Washington apresentava fortes argumentos em defesa da evacuação terminante e arbitrária dos “indesejáveis” ocupantes da várzea, baseando-se ao que parecesse, nos pressupostos da eugenia e da higiene social, ao estabelecer uma analogia entre as influências do meio e a criminalidade:

[A construção do parque] não pode ser adiado porque o que hoje ainda se vê, na adiantada capital do estado, a separar brutalmente do centro comercial da cidade os seus populosos bairros industriais, é uma vasta superfície chagosa, malcicatrizada em alguns pontos, e, ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quase toda a sua extensão. Nessa vasta superfície acidentada, de mais de 25 alqueires de terra, após a época das chuvas, ficam estagnadas águas em decomposição que alimentam viveiros assombrosos de mosquitos, que levam o incômodo e a moléstia aos moradores confinantes; no tempo das secas formam-se as trombas de poeira que sujam e envenenam a cidade; a espaços, o mato cresce a esconder imundices que o sustentam, não obstante o zelo da Limpeza Pública, tudo isso com grave dano para a saúde dos munícipes. É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetas do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação **se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos.** É aí que se cometem atentados que a decência manda calar; é para aí que se atraem jovens estouvados e velhos concupiscentes para matar e roubar, como nos dão notícia os canais judiciários, com grave dano para a moral e para a segurança individual, não obstante a solicitude e a vigilância de nossa polícia. **Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita.** Tudo isso pode desaparecer e tendo sido já muito melhorado com a canalização e aterrados feitos, sendo substituído por um parque seguro, saudável e belo, como é o do projeto Cochet. Denunciado o mal e indicado o remédio, não há lugar para hesitações porque a isso se opõem a beleza, o asseio, a higiene, a moral, a segurança, enfim, a civilização e o espírito de iniciativa de São Paulo.<sup>715</sup>

Num primeiro lugar a descrição do local e seus habitantes se confundem, identificando as condições anti-higiênicas e deletérias da várzea como foco de origem não somente de doenças epidêmicas, mas também criadouro de naturezas humanas viciosas ou criminosas, de maneira que o meio profilático para operar o

<sup>714</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.140.

<sup>715</sup> TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O Bairro do Brás*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Educação e Cultura, s.d., pp. 182-3. Grifo nosso.

“embelezamento” do espaço funcionaria de maneira direta, como se deduz da fala do prefeito, para livrar o local da pestilência social.<sup>716</sup>

Destinado a intermediar a ligação do centro com as forças produtivas e sociais emergentes — zona do mercado e comércio popular em direção aos bairros fabris e operários —, servindo como espaço para dissolver conflitos, o parque da Várzea do Carmo contava com um Palácio das Indústrias, monumento principal utilizado estrategicamente como espaço de difusão da imagem de progresso da capital, ao abrigar as exposições industriais promovidas por Washington a partir de 1917.<sup>717</sup>

As reformas na várzea ainda serviram de tema para os comentários satíricos de Juó Bananére, pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, publicado no periódico *O Pirralho*. Na coluna intitulada “Os ameglioramente inda a Vargea do Garmo”, promovida pelo “dottore Oxininto Luigi, inlustro Prefetto”, Bananére fazia glosa em torno do projeto, cuja autoria atribuía a seu próprio filho, ironizando assim a importação de concepções urbanísticas européias na transformação da capital:

(...) O nutabile prugetto, chi fiz fui o migno figlio Beppino. Os giunarle diáro andano dizem che chi fiz o prugetto foi um tale Cuncetto [Cochet], scrittore franceze, ma é mintira! Chi fiz fui o Beppino migno figlio. Cunformo o prugetto illos vô afazê um brutto d'un giardino lá inzima a Vargea, chi vai desdo Piranga té a Barafunda i tê mais di cinquecento metros do gumprimente. Nu meie du giardino vô butá uma venida molta mais bunita da Venida Centrale du Rio, andove non si podi afazê gáza mais piquena di ventisquatro andáro. Vô afazê lá inzima també un Barc Antartico p'ra genti appassiá tuttos domingo i bê nu meie un bunito cinema molto migliore do Radio. Nu meie da Vargea vô afazê um Dieté p'ra inzerçios di nataçé i tuto intirigno cercato con una grade di ferro p'ra ningué si afugá lá. Tuttos indificio publigo impurtanto vô si mudá p'ra lá: a secretaria da gricultura, o quartelo generalo da *briosa*, o grupo scolaro du Braiz, o Lacarato, a redaço du Piralhu, ecc. ecc. Vô afazê també un giadirno giologico com uma bunita goleço di animalos mais impurtanto como per insemplio: o lió, o tigre, o garrapato, o bixo gabiludo, o mastrodonte, o ratto du Braiz, chi é o

<sup>716</sup> A higiene social surge da crítica da Escola Sociológica Criminal francesa as teorias de Lombroso. A partir da idéia de que a “criminalidade prolifera num meio favorável, como o germe num caldo de cultura” origina-se estudos tendentes a estabelecer uma profilaxia dos crimes semelhantes aos métodos utilizados para o estudo das epidemias, daí a analogia entre a tuberculose e a criminalidade, pois ambos se exacerbam “nos meios urbanos insalubres, mal ventilados, entregues à promiscuidade, à libertinagem, à supremacia das pocilgas.” In: DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Tradução de Regina Grisse de Agostino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 112-3. Ver também SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998, pp. 88-99.

<sup>717</sup> O Palácio das Indústrias, obra realizada pelo escritório Ramos de Azevedo, com projeto de Domiziano Rossi, foi definitivamente concluído em 1922. CAMPOS, op. cit., p. 169-70.



animale mais grande do l'Universimo (molto mais grandi d'un bôio), o peixe inletrico, a barbuteta, o tique-tique ecc. ecc. ...<sup>718</sup>

Como a elite paulista compartilhava do mesmo preconceito social manifesto no discurso do prefeito, não houve qualquer proposta em relação ao destino da população expulsa da várzea. Os deslocados seguiram o percurso de outros marginalizados pelas reformas de Antônio Prado e Duprat, indo residir nos cortiços e barracos da imensa zona suburbana. Frequentemente seus moradores eram forçados a se mudar para locais mais distantes, em decorrência da elevação repentina dos aluguéis e do aumento do preço do solo urbano, estimulados pelos melhoramentos cometidos pelo próprio poder público ou pela ação especulativa de empreendedores imobiliários.<sup>719</sup>

Um exemplo bastante emblemático no período foi o da *City of São Paulo Improvements*, companhia constituída em Londres em 1911, pelo capitalista e banqueiro belga Edouard Fontaine de Lavelaye, reunindo um grupo de investidores estrangeiros interessados em aplicações rentáveis no setor de terrenos na cidade de São Paulo. Foi Bouvard quem convenceu Lavelaye das oportunidades apresentadas pelo mercado imobiliário paulistano. Vítor Freire colocou Lavelaye em contato com dois grandes proprietários de terrenos na cidade: o deputado federal paulista Cincinato Braga e Horácio Sabino. Ambos haviam adquirido terrenos nas porções sul e oeste da avenida Paulista. Lavelaye convenceu seus sócios a adquirirem os 12.380.098 m<sup>2</sup> que custaram cerca de £ 2 milhões, em debêntures.<sup>720</sup> Em 1912, a city era proprietária de 37 % de toda a área urbana da capital.

Essa imensa área deu origem, nos anos seguintes, a diversos loteamentos destinados às classes média e alta. A *City* contratou os serviços do prestigiado urbanista inglês Raymond Unwin em 1915, que projetou o primeiro bairro-jardim (*garden city*) da América do Sul, o Jardim América, gleba próxima a várzea do rio Pinheiros. A partir de 1917, coube a Barry Parker, arquiteto e urbanista inglês, a incumbência de adequar os

<sup>718</sup> O Rigalegio. In: *O Piralho*, São Paulo, n. 139: 18-abr.-1914, p. 18 apud ANTUNES, Benedito (organização e estudo). *Juó Bananére: As Cartas D'Abax'o Piques*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, pp. 311-2.

<sup>719</sup> RAMOS, *op. cit.*, pp. 118-9.

<sup>720</sup> ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2003, pp. 133-4. A fim de viabilizar o empreendimento o Conselho Diretor da City compunha-se dos seguintes agentes: na presidência, Lord Balfour (presidente da *São Paulo Railway*); na vice-presidência, Bouvard (consultor da Prefeitura); como presidente da Diretoria do Escritório de São Paulo, Cincinato Braga. Pertenciam ao corpo diretor: o senador Campos Sales e Queleneq, diretor da *Rio de Janeiro Tramway, Light & Power* (essa iria se fundir com a *S. Paulo Light & Power* para formar a *Brazil Railway Co.*, holding de Percival Farquhar).

bairros lançados pela *City* — Pacaembu, Alto de Pinheiros, Boaçava e Alto da Lapa — nos “moldes atualizados do urbanismo moderno”.<sup>721</sup>

O sucesso desses ambiciosos empreendimentos resultou de favores concedidos pela municipalidade. Em março de 1916, a câmara aprovou um requerimento de inclusão do Jardim América no perímetro urbano. Com isso o bairro passou a receber atenção especial do poder público no tocante a infra-estrutura urbana, como a canalização de água, rede de esgotos, pavimentação de ruas, serviço de limpeza pública, etc.<sup>722</sup> Os empreendimentos especulativos da *City* atraíram o interesse da *Light*, empresa que utilizava o poderoso monopólio dos serviços públicos urbanos de que dispunha, para produzir a valorização nas áreas cobertas por suas linhas de bondes.<sup>723</sup> As companhias se ligaram, e parte dos diretores da *Light* passou a ocupar o comitê administrativo da *City*. Os loteamentos desta última se beneficiaram com os serviços de bondes e o fornecimento de iluminação elétrica, distribuição de eletricidade e gás, enquanto a primeira recebia em troca inúmeros terrenos alimentando seu apetite especulativo.<sup>724</sup>

Essa política imobiliária, característica da Primeira República, marcada por uma significativa ascendência dos interesses privados “fortemente infiltrados no poder público” e pela participação direta de concessionárias de serviços públicos em investimentos imobiliários produziu um cenário urbano anárquico e altamente excludente, colaborando para agravar a crise social — aumento do custo de vida, carestia, desemprego e déficit habitacional — que se abateu sobre a capital a partir de meados dos anos 1910.<sup>725</sup>

Por outro lado, a insistência do poder público municipal em prosseguir com as intervenções na área central, seguindo a orientação de Bouvard e Freire ou constituindo avenidas centrais, levaram ao rápido esgotamento do “modelo adotado na

<sup>721</sup> Idem, pp. 240-1.

<sup>722</sup> Ofício nº 131 (31/3). RELATÓRIO de 1916. *op. cit.*, p. 59. Segundo Rolnik, entre 1918 e 1928, os únicos bairros novos incorporados às redes de água e esgoto foram os Jardins da *City*. ROLNIK, *op. cit.*, p. 135.

<sup>723</sup> “A política imobiliária da Companhia [Light] muitas determinava sua política de expansão das linhas. Em um primeiro momento implantavam-se pequenos trechos, criando uma demanda por imóveis e sua conseqüente valorização. Em seguida, completava a linha, e os terrenos adquiridos pela Cia. ao longo da linha valorizava-se inevitavelmente.” Idem, p. 133.

<sup>724</sup> A Light e os Jardins da City. In: *Boletim Histórico*, Eletropaulo, n. 4, out. 1985; PASCHKES, Maria Luisa N. de Almeida. Bondes, terrenos e especulação. In: *HISTÓRIA & ENERGIA*, (1 - A chegada da Light). São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986, p. 43.

<sup>725</sup> ROLNIK, *op. cit.*, p. 136.

construção da capital do café” em meados dos anos 1920.<sup>726</sup> A tremenda valorização imobiliária do centro, proporcionada por esses melhoramentos elevou os custos das desapropriações na região a limites proibitivos. O efeito das realizações tornou-se limitado diante do amontoamento de problemas urbanos gerados pelo processo de metropolização paulistano.

Ao longo de sua administração, Washington Luís elaborou algumas estratégias para contornar as dificuldades da municipalidade em prosseguir com um padrão urbanístico insustentável, creditando a situação a fatores conjunturais desfavoráveis, superados com o final da guerra. Esse otimismo em relação ao futuro da capital pode ser percebido em suas referências em relação ao parque do Anhangabaú.

Como resposta a um requerimento da câmara, solicitando informações sobre o andamento das obras no vale do Anhangabaú, o prefeito emitiu um ofício, em agosto de 1917, no qual fazia um pequeno histórico das intervenções realizadas para implantação do parque entre 1911 e 1914. A maioria das desapropriações efetuadas foi realizada com auxílio do governo estadual — um total de 43.140 m<sup>2</sup>, exigindo o desembolso de 7.140:140\$000. A situação encontrada por Washington, após sua posse, apresentava-se muito pouco alentadora, pois a paralisação das obras de demolição no entorno criaram um cenário perturbador marcado pela pestilência:

Todos os prédios edificadas nesses terrenos e que formavam as ruas Libero Badaró, São João, Formosa e largo da Memória, tinham sido demolidos e toda essa enorme área, na parte central da cidade, estava intransitável, suja, perigosa e anti-higiênica, constituindo um atestado da incúria e da inobservância dos elementares preceitos da defesa da saúde pública. O vale do Anhangabaú nesse ponto, coberto de mato, com enormes lagoas de águas verdes, represadas pelas depressões do terreno, pelos escombros das demolições, por alicerces à flor da terra; todo ele estava transformado em descomunal sentina, na parte central da cidade, devassada do viaduto do Chá, de intenso tráfego, e estendia-se como mancha desonesta entre os formosos palácios que se edificaram na rua Libero Badaró, sem acessos, e o admirável Teatro Municipal na esplanada oposta.<sup>727</sup>

No seu entender, providências imediatas deviam ser implementadas para contornar o problema do acesso ao trânsito nas vias principais, realizando a remoção dos entulhos e a limpeza do local. Executou-se, posteriormente, o asfaltamento da rua Libero Badaró e de parte da avenida São João, reduzindo o custo deste através da

<sup>726</sup> CAMPOS, op. cit., pp. 255-9.

<sup>727</sup> Ofício nº 386 (24/8). In: RELATÓRIO de 1917. Op. cit., p. 88.

elaboração de “pequenos refúgios nos centros” (provavelmente canteiros centrais), do ajardinamento do antigo mercadinho e do largo do Paissandu.<sup>728</sup> Parte dos recursos financeiros de um empréstimo de 10 mil contos, se destinou as obras emergenciais para remodelação do Anhangabaú, realizadas entre 1914 e 1917 e descritas minuciosamente pelo prefeito:

O Plano Bouvard, no vale do Anhangabaú, fora concebido em vastas proporções e a Prefeitura, nas condições financeiras em que encontrei o Município e que são de vós amplamente conhecidas, não podia realiza-lo imediatamente. Por isso limitei-me a executar desse plano as parte inadiáveis, reclamadas insistentemente pela higiene e pela moral, para fazer desaparecer águas estagnadas, as emanações pútridas, os viveiros de mosquitos, os recantos escuros, para tirar desse centro o aspecto de cidade em ruínas abandonada e destruída. Foi feio o aterro do vale, recomposta a superfície, traçadas e pavimentadas as suas vias de comunicação, gramado e arborizados os maciços, delineadas e revestidas as ruas de jardins e os respectivos passeios, feitas as obras complementares de proteção e segurança, como muros de arrimo, canalização de águas pluviais. As obras de arte, as grandes êxedras nas extremidades, os grandes terraços, as fontes luminosas, os jogos d'água, a mudança do viaduto, as grandes construções, as obra propriamente de embelezamento podem esperar melhores tempos.<sup>729</sup>

Como se percebe, Washington optou pela implantação pragmática do parque, reduzindo as despesas apenas ao necessário (no período de 1915 a 1917 os gastos foram de pouco mais de 470 contos). A preocupação com a funcionalidade e os possíveis ganhos, em termos de salubridade, prevaleceu sobre os elementos estéticos e artísticos previstos no Plano Bouvard, deixando para uma outra oportunidade sua aplicação.<sup>730</sup>

Outros parques e jardins foram constituídos na paulicéia seguindo esse mesmo padrão de implantação: execução por meio de administração direta e redução dos gastos ao mínimo necessário. No Relatório de 1918, o prefeito ressaltava abertamente suas realizações nesse campo que assegurou na cidade a “conservação dos

---

<sup>728</sup> DEBES, op. cit., p. 158.

<sup>729</sup> Idem, pp. 88-9.

<sup>730</sup> “A não ser a finalização das pequenas obras em andamento, prestes a acabar, a concordância do viaduto e a sua gramação, a colocação de estátuas, adquiridas na administração anterior, pode-se considerar pronto o parque do Anhangabaú, que, dentro de poucos dias, será entregue ao gozo público. Não se realizou ainda o plano completo do arquiteto Bouvard e não se realizará tão cedo, por falta de recursos pecuniários; o que foi feito está bem feito e economicamente.” Idem, p. 90.

espaços livres, aumentando a capacidade de seus pulmões”.<sup>731</sup> O uso da analogia organicista permitia comparar a cidade a um gigantesco ser vivo que pulsava, necessitando de ações salutares nas partes afetadas para assegurar seu pleno funcionamento.



**Figura 10** – Viaduto do Chá, sentido Rua Barão de Itapetininga, embaixo, os fundos das casas da Rua Formosa. À esquerda, o Teatro São José, de frente para o Teatro Municipal, num postal circulado em 1914. Fonte: GERODETTI, João Emílio & CORNEJO, Carlos. Op. cit., p. 77.

Washington esforçou-se em rebater as críticas que associavam a baixa densidade de áreas verdes e livres na capital a uma postura favorável por parte do poder público municipal a atuação dos movimentos especulativos dos empreendedores imobiliários. Para isso registrou como uma espécie de trunfo de seu período administrativo, o acréscimo de mais de 659.985 m<sup>2</sup> em parques e jardins construídos na cidade. Tal volume correspondia a três vezes a área livre existente até 1914, que era de 200.460m<sup>2</sup>. É importante frisar, que somente o Parque da Várzea do Carmo compreendia 548.887 m<sup>2</sup>, somando-se inclusive os 96.943 m<sup>2</sup> de ruas carroçáveis em seu interior, abrangendo 83,1 % da superfície dos parques e jardins entregue para o convívio público entre 1914 e 1918.

A que se destacar a inegável influência das matrizes européias no reordenamento desses espaços, conforme uma diretriz iniciada com o prefeito Antônio Prado, a de um “projeto civilizacional calcado no urbanismo sofisticado da Paris do

<sup>731</sup> RELATÓRIO de 1918 apresentando à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. I volume. São Paulo: Casa Vanorden, 1919, p. XVII.

Segundo Império”, criando na cidade de São Paulo uma fisionomia mais adequada a um convívio sofisticado, conforme os novos padrões de sociabilidade que se desejava inculcar em uma população recatada e ainda pouco afeita ao convívio nos espaços públicos.<sup>732</sup>

Surge daí todo um panorama articulado de praças, jardins, viadutos e edifícios na colina central seguindo uma mesma “ornamentação paisagística”: a várzea do Carmo transformada no Parque D. Pedro II, “ligando-se ao Vale do Anhangabaú, tornado Parque do Anhangabaú, o qual por sua vez se articulava com o Vale do Piques, reformado no Parque do Obelisco (...), atravessada pelas impressionantes estruturas metálicas dos viadutos do Chá e de Santa Efigênia importadas direto da Alemanha, e cingida pela arquitetura neo-renascença do Teatro Municipal, êmulo faústico do Ópera de Paris, (...)”.<sup>733</sup> Pontuando essa reformulação destacam-se alguns edifícios de importância simbólica considerável: a Estação da Luz, ao norte, toda importada da Inglaterra, segundo os modelos da Estação de Paddington e da Torre do Big Ben; ao sul a Sé, ainda em construção, seguindo o projeto do arquiteto Maximiliano Hell, inspirado na matriz medieval de Colônia; a oeste a Praça da República e o edifício da Escola Normal, em estilo neoclássico.

Um caso bastante notório no sentido de evidenciar essa tendência europeizante pode ser notado na implantação do Parque da Avenida Paulista. Seu delineamento ficou sob a responsabilidade do arquiteto Barry Parker. Este, como empregado da *City of São Paulo*, tratou de providenciar o desbastamento do bosque tropical existente no local, visando convertê-lo num jardim gramado no estilo britânico e ao mesmo tempo possibilitar uma vista panorâmica para promover as vendas e o incremento do valor especulativo do Jardim América que vinha sendo anunciado pela *City* como o primeiro bairro moderno de São Paulo. A Prefeitura financiou um empreendimento que inegavelmente atendia os interesses da *City*, que sequer chegou a fornecer empregados e equipamentos.<sup>734</sup>

Washington prosseguiu listando em seu relatório suas realizações, deixando de fazer qualquer tipo de menção a esses supostos desvios nos projetos municipais. Destacava-se nesse rol a conclusão do Belvedere “Trianon” da Avenida Paulista, obra

---

<sup>732</sup> SEVCENKO, Nicolau. São Paulo, laboratório cultural interdito. In: SEVCENKO, Nicolau. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Peirópolis, 2000, pp. 79-82.

<sup>733</sup> SEVCENKO, 1992, p. 116.

<sup>734</sup> Idem, p. 115.

iniciada na administração Duprat.<sup>735</sup> Inaugurado em 1916 o Trianon, projetado por Ramos de Azevedo como uma imensa plataforma de onde se dominava o panorama da cidade. Compunha-se de um salão de festas, uma galeria e extensa pérgula que exibia uma estátua em cada extremidade. O salão logo se transformou em ponto de encontro elegante da alta sociedade paulistana para inúmeros bailes, banquetes e reuniões.<sup>736</sup>

A prefeitura ainda entregou diversos parques nos seguintes logradouros: em frente a Praça Buenos Aires (conforme a planta elaborada pelo vereador Heribaldo Siciliano), no Largo fronteiro ao Instituto D. Ana Rosa, no Largo São José do Belém, próximo a Ponte Grande, na Praça Verdi, nos taludes da Rua Sergipe e da Avenida Tiradentes, no Largo do Paissandu e no Largo do Paraíso.<sup>737</sup> Até os cemitérios mereceram cuidados especiais, pois passaram a ser pensados como “parques de utilidade” com o aumento considerável no número de árvores plantadas.

Uma das mais importantes intervenções de Washington, do ponto de vista simbólico, foi a remodelação do Chafariz dos Piques e do largo em seu entorno (atual Largo da Memória). O obelisco instalado no local durante o Império, servindo como um marco histórico do bandeirismo paulista por ser uma rota de saída para o sertão, encontrava-se em completo abandono a época. O prefeito conseguiu da Câmara Municipal uma autorização para contratar a obra pela importância de 84.892\$000.<sup>738</sup>

A concepção e execução ficaram a cargo de Victor Dubugras, arquiteto franco-argentino radicado em São Paulo desde o final da década de 1880, ligado ao ideário arquitetônico neocolonial ou tradicionalista como executor de diversos projetos que incorporavam essa linguagem. Seguiu assim a concepção formulada pelo engenheiro português Ricardo Severo exposta em conferência proferida em 1914 na Sociedade de Cultura Artística, na qual defendeu a possibilidade de reaproveitamento das manifestações artísticas do passado colonial brasileiro e na cultura lusitana em uma mescla que visava alcançar as raízes da nacionalidade.<sup>739</sup>

O próprio Washington se envolveu diretamente no assunto a partir de 1915, empreendendo algumas viagens para estudar e documentar fotograficamente e graficamente a “primitiva arquitetura bandeirante”, acompanhado justamente por Dubugras, encarregado da feitura dos croquis dos monumentos visitados. A revista *A*

---

<sup>735</sup> RELATÓRIO de 1918. Op. cit., pp. XVII-XVIII.

<sup>736</sup> GERODETTI & CORNEJO, op.cit., p. 112.

<sup>737</sup> RELATÓRIO de 1918. Op. cit., p. XVIII.

<sup>738</sup> Lei nº 2.213, de 12 de julho de 1918. In: DEBES, op. cit., pp. 158-9 [ver nota 590].

<sup>739</sup> LEMOS, Carlos. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, Annateresa (org). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: NOBEL/Edusp, 1987, pp. 86-9.

*Cigarra* apresentou uma reportagem sobre a visita do prefeito e de seu arquiteto a casa bandeirista do “Padre Inácio”, em Cotia, e em outro número fez algumas observações concernentes à implantação da “corrente em prol do tipo colonial”.<sup>740</sup>

Explicava-se assim a escolha de Dubugras para reformular o Largo do Piques, como uma opção formal pela estética neocolonial, incorporada e adotada pela administração municipal nas intervenções oficiais, conforme determinação explícita do prefeito. Encomendou ao artista José Washth Rodrigues a confecção da pintura dos azulejos portugueses para ornamentação do chafariz, pelo seu conhecimento dos elementos de composição da arquitetura antiga em Minas Gerais e outras regiões do país.<sup>741</sup> Em meio a esses revestimentos foram intercaladas peças ostentando o recém-criado brasão de armas da cidade contendo como divisa a expressão “Non ducor duco” (“não sou conduzido, conduzo”). O dístico, originado do projeto elaborado pelo próprio Washth Rodrigues e Guilherme de Almeida, que logrou vencer um concurso realizado pela municipalidade em 1916, parecia remeter-se tanto a uma suposta vocação presente no impulso de crescimento e pujança paulistano, quanto a um certo traço da personalidade do prefeito Washington, homem que encarnava esse espírito de mudança acelerada.<sup>742</sup>

Os temas neocoloniais, no entanto, reafirmavam valores ligados à base agrária e ao patriarcalismo, incoerentes com a modernidade urbana, o cosmopolitismo e o artificialismo do ecletismo europeu em vigor desde último quarto do século XIX, expresso em estilos como o neoclássico e neo-renascentista. Além disso a pobreza dos modelos existentes na arquitetura tradicional brasileira acabou sendo compensada pela importação de estilos (hispânico, mexicano ou “missões” desenvolvido na Califórnia, com ampla divulgação pelo cinema *hollywoodiano*). Praticada por estrangeiros, sem vínculos com a tradição brasileira, o neocolonial acabou se reduzindo a simples adaptações de frontispícios das igrejas barrocas aos frontões das residências, algumas mantendo o neoclássico como referência, sem copiar as soluções presentes nas construções coloniais.<sup>743</sup>

<sup>740</sup> *A Cigarra*. São Paulo. março e abril de 1916.

<sup>741</sup> CAMPOS, op. cit., p. 175.

<sup>742</sup> DEBES, op. cit., pp. 172-3. O projeto elaborado pelo vereador Alcântara Machado transformou-se na Lei nº 1.930, de 3 de dezembro de 1915. O regulamento foi elaborado por Washington consubstanciando-se no Ato 867, de 16 de fevereiro de 1916. Realizaram-se dois certames para escolha do projeto definitivo.

<sup>743</sup> LEMOS, op. cit., p. 94.



Mesmo assim, esse estilo alcançou relativo sucesso no final dos anos 1910, por causa de dois fatores apontados por Lemos: a aceitação da idéia nacionalista (principalmente pela classe média) e a suspensão das comunicações marítimas com a Europa durante a Primeira Guerra. A escassez repentina de materiais importados (cimento, gradis de ferro, encanamentos, etc.), paralisou a construção civil na capital, levando ao esquecimento do neoclássico e do neo-renascentista. Nos anos 1920 a classe média passou a exigir palacetes isolados e geminados, apropriando-se do partido neocolonial a partir de uma leitura popular do estilo erudito (tradicionalista).<sup>744</sup>

De qualquer maneira, Washington passava a ser considerado uma espécie de introdutor do neocolonial na Paulicéia, momento em que começava a tomar algumas iniciativas no campo cultural, articulando-se a um processo mais amplo: a construção de uma tradição oficial para legitimação ideológica da elite paulista. Para isso, contou-se com o repertório de representações e concepções baseadas na renovação de uma mitologia bandeirante elaborada por intelectuais, escritores, poetas e artistas congregados para sustentar uma versão calcada na idéia de um destino manifesto, do progresso infundável, da tecnologia e da indústria como destino inexorável da capital paulistana.<sup>745</sup>

Os interesses históricos de Washington o motivaram a tomar algumas medidas específicas no campo da preservação documental. Um de seus primeiros atos como prefeito em 1914 foi a contratação do taquígrafo Manuel Alves de Souza para decifrar as Atas da Câmara Municipal de 1555 a 1826, publicadas em 27 volumes.<sup>746</sup> Em seguida encomendou a Afonso de Taunay uma história de São Paulo. O Registro Geral da Câmara Municipal de São Paulo passou a ser publicado a partir de 1917, sendo o primeiro volume referente aos séculos XVI e XVII.<sup>747</sup>

Aproveitando-se do momento favorável, o prefeito resolveu publicar em 1918, por sua própria conta, o livro *A Capitania de São Paulo*, reunião de diversos

---

<sup>744</sup> Idem, pp. 91-2. Antes dessa difusão acelerada travou-se uma forte polêmica em torno do novo estilo, ainda no início de 1917. De um lado, o arquiteto Christiano das Neves para o qual o estilo proposto por Severo jamais seria atingido no Brasil, país sem tradições e com passado recente de ainda em formação; de outro lado, Monteiro Lobato, crítico acerbo do que denominava arquitetura de citações feita por “copistas plagiários”, aludindo assim as opções de Christiano das Neves, defensor do estilo Luis XVI. Para Lemos, ambos pautavam-se por uma visão elitista das questões arquitetônicas ao rejeitarem a produção popular baseada na interpretação livre do neocolonial, que empregava novos materiais e tecnologias disponíveis.

<sup>745</sup> LUCA, Tânia Regina de. São Paulo e a construção da identidade nacional. In: FERREIRA, A.C., LUCA, T.R., IOKOI, Z.G (org.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

<sup>746</sup> RELATÓRIO de 1914. Op. Cit., p. 99.

<sup>747</sup> DEBES, op. cit., p. 171.

artigos lidos durante sessões do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (I.H.G.S.P.), e publicados esparsamente no *Correio Paulistano* e na revista do instituto em 1902 no qual discorria especificamente sobre o governo-geral de Rodrigues César de Menezes.<sup>748</sup>

Washington, que já se dedicara ao estudo de outros personagens paulistas significativos como Antonio Raposo Tavares, Diogo Antônio Feijó, Tibiriçá e outros, produzindo diversos artigos entre 1900 e 1904, acalentava a carreira de historiador, interrompida pelo ingresso no Legislativo e depois nos altos cargos da administração estadual. Explica-se assim seu envolvimento em diferentes campos do conhecimento científico — Museologia, Arquivologia, Arquitetura e Ciências Sociais — com o intuito de investigar as matrizes da cultura paulista, através do contato mantido com escritores e intelectuais como Capistrano de Abreu, Afonso A. de Freitas, Taunay, Eugênio Egas, Monteiro Lobato, entre outros. Ele praticava uma espécie de apadrinhamento, prestigiando arquitetos e artistas — a exemplo de Dubugras e Wash Rodrigues — afinados com seus projetos, conseguindo, pelo menos em parte, prover suas aspirações intelectuais.

Em 1916, entrava em discussão em torno do regulamento elaborado para recém-criada Diretoria do Patrimônio encarregada de questões relativas aos títulos de domínio da municipalidade. A documentação encontrava-se bastante desorganizada por causa do estado confuso em que se encontrava a propriedade pública e privada na capital.<sup>749</sup> Washington providenciou uma série de estudos necessários para o estabelecimento da propriedade pública municipal, baseando-se nas concessões de terras feitas pelo poder competente e a dos extintos aldeamentos indígenas. Foram analisadas três concessões: a de Martim Afonso de Souza (donatário da Capitânia de São Vicente) em 1563; a de Rodrigo Cezar de Menezes, em 1724 e a da República. Pôde-se, assim, estabelecer uma distinção clara entre propriedade pública municipal (bens públicos) e bens particulares.<sup>750</sup>

Ao final dos trabalhos, expediu-se o Ato nº 972 de 24 de agosto de 1916, tornando públicas todas as ruas, avenidas e praças com respectivos nomes constantes na planta da cidade de São Paulo levantada pela Divisão Cadastral da diretoria de Obras e Viação, revogando assim o ato anterior nº 671 (14/3/1914), que adotara oficialmente a

---

<sup>748</sup> SOUSA, Washington Luís Pereira de. *A Capitania de São Paulo*. São Paulo: Casa Garroux, 1918. Uma 2ª edição saiu em 1938 pela Editora Nacional integrando a Coleção Brasileira.

<sup>749</sup> RELATÓRIO de 1916. Op. cit., p. XXXII.

<sup>750</sup> Idem, pp. XXXIV-XXXIX.

planta levantada pelos engenheiros F. Costa e A. Cococci.<sup>751</sup> A nova planta mostrava, pelo menos em parte, no que se transformou a capital: um emaranhado urbano confuso formado por bairros desconexos e linhas de bondes da *Light & Power*, existindo vazios imensos entre áreas densamente povoadas convivendo com desigualdades sociais cada vez mais agudas.

Três anos depois, Washington resolveu tomar parte de uma iniciativa cultural de um grupo de amadores ligados à Sociedade de Cultura Artística, que resolveram encenar a peça “O Contratador de Diamantes”, de autoria de Afonso Arinos. Encabeçando o evento, juntamente com Antonieta Prado Arinos, Antonieta Penteado da Silva e Caio Prado, cedeu o Teatro Municipal e custeou “os cenários, a cargo de Wash Rodrigues e outras eventuais despesas gerais.”<sup>752</sup> Os figurinos luxuosos e ensaios foram bancados pelas famílias da elite, contando a montagem com um elenco musical composto por duas orquestras, regidas por Francisco Mignone e Francisco Braga.

A narrativa do infortúnio do paulista Felisberto Caldeira Brant, contratador de prospecção de diamantes no Distrito do Tijuco, cuja fortuna foi confiscada injustamente pela Coroa Portuguesa, continha uma temática cívica, atraindo o interesse da Liga Nacionalista (fundada em 1917) que decidiu financiar uma temporada a preços populares. A encenação desse drama causou certa comoção no seio da elite plutocrática paulista profundamente dividida em meio à conjuntura da guerra européia, aflorando um sentimento nativista contrário à influência estrangeira cujos capitais vinham refluindo nesse período.

A *Revista do Brasil* — lançada em 1916 por um grupo de intelectuais de oposição ao PRP ligados ao jornal *O Estado de S. Paulo* — representava, ao lado da Liga, um dos focos dessa fermentação política, fomentando uma literatura regionalista paulista que valorizava a cena rural e a cultura caipira. Sob a direção de Ricardo Severo, teórico do estilo neoclássico, a publicação contou com a colaboração de Vítor Freire, diretor de Obras e Viação municipal, entre 1916 e 1918, e também com José Veríssimo, Afrânio Peixoto, Capistrano de Abreu, Monteiro Lobato, Egídio Martins, Paulo Duarte, Cornélio Pires, Otoniel Mota, etc.<sup>753</sup>

Em meio a essas intensas transformações no cenário cultural do final dos anos 1910, o prefeito procurava elaborar soluções inovadoras para sanar a grave questão

---

<sup>751</sup> FONCECA, op. cit., pp. 81-2.

<sup>752</sup> SEVCENKO, 1992, p. 241.

<sup>753</sup> DEBES, op. cit., p. 173; SEVCENKO, op. cit., p. 247; CAMPOS, op. cit., pp. 175-6.

do abastecimento da capital, afligindo a cidade desde o início da Primeira Guerra: tinha em mente o estabelecimento de mercados francos ou “feiras livres”, com o objetivo a ação dos atravessadores, barateando o preço dos principais gêneros alimentícios. Um outro aliado nesse programa foi a rede de estradas de rodagem, criadas e desenvolvidas para facilitar o deslocamento da produção da pequena área agrícola existente no entorno do município. Tais medidas logo evidenciaram sérias limitações, diante do caos social prevalecente durante o segundo mandato de Washington, gerando um cenário de lutas sociais que tomaram a cidade ao final dos anos 1910.

Contudo os investimentos em estradas de rodagem lograriam alcançar um enorme êxito. O sucesso da difusão dos automóveis, que rapidamente seduziram a elite paulistana por sua imagem associada à exclusividade e a sofisticação, amparavam os gastos substanciais nessa nova modalidade de transporte. Capitalizando em torno dessa associação, Washington passou a promover eventos — Congressos de Estradas de Rodagem, *raids* automobilísticos, exposições, desfiles, etc.,— associando o automóvel à imagem de progresso e de virtuosidade da paulicéia, preparando a base de sua plataforma política para presidência do Estado em 1920.

### 4.3 Estradas de rodagem, automobilismo e exposições

Ao longo da década de 1910, Washington procurou vincular sua imagem ao repertório de inovações tecnológicas de vanguarda. O patrocínio a diversas competições esportivas, a participação em *raids* automobilísticos, a condecoração a pilotos de avião que se arriscavam em travessias heróicas, justificavam a denominação criada pela imprensa quando se referia a Washington chamando-o de “prefeito-esportista”.<sup>754</sup>

A realização combinada em 1917 do Primeiro Congresso Paulista de Estradas de Rodagem e da Primeira Exposição Industrial, na capital, constituiu-se em peça-chave da propaganda institucional que passava a difundir um novo estilo de vida, sintetizado na figura do *sportsman*-empresário norte-americano (homem descontraído, moderno e prático), em substituição ao *dândi* parisiense e suas excentricidades, símbolo máximo da *Belle Époque* que agonizava nas trincheiras européias a partir de 1914. Anunciava-se então o mito da sociedade aberta, multiplicado em referenciais fortes como o do *self-made man* ou nas virtudes das grandes empresas norte-americanas e suas estratégias de produção (pragmatismo e racionalidade). No contexto paulista tais idéias se realizavam no âmbito da elite plutocrática que sofria um processo de metamorfose com a ascensão dos industriais imigrantes.

Washington parece ter entendido muito bem essa passagem ao incorporar esses valores na sua carreira administrativa. Em sua correspondência passiva encontra-se a cópia de um artigo publicado em 1929, na revista *New York Herald Tribune Magazine*, de autoria do repórter e publicista Wallace Thompson. Este traçou um perfil biográfico do então presidente da República, quando de sua visita a um Congresso de Estradas de Rodagem no Rio de Janeiro, ressaltando sua postura como administrador público eficiente e empreendedor:

O atual Presidente do Brasil é homem que se fez por si (*self made man*). Descende ele de pais modestos, de uma família provinciana por assim dizer, de uma pequena cidade no interior, (...), pouco distante do Rio de Janeiro. Hoje ele tem atrás de si a administração do

<sup>754</sup> O cultivo da “imagem de pessoa atlética” por parte de Washington reforçava essa associação. Ao final da década de 1910 envolveu-se pessoalmente na organização de competições esportivas como as “Regatas Washington Luís”, a Prova Estadinho de atletismo, o Primeiro Campeonato Estadual de Luta Romana, etc. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo Companhia das Letras, 1992, pp. 55, 70 e 79. Ver também: FERRAZ, Arrisson de Souza. O presidente Washington Luís e a cultura física brasileira. *Washington Luís (visto pelos contemporâneos no primeiro centenário de seu nascimento)*. Publicação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: s.n., 1968, pp. 141-54.

muitíssimo importante Estado de São Paulo e realizações que fizeram dele uma figura nacional, com o poder e a dignidade para tornar-se conhecido, como uma figura internacional. (...) Em 1912 [1914], ele foi eleito prefeito da cidade de S. Paulo, e aí começou sua carreira de construtor de estradas com pavimentação, com melhoramentos de drenagem, com substituição de secções para improvisar largas avenidas e dar espaços para modernas edificações. Ele reformou o sistema tributário, clareou os orçamentos e aplicou maiores somas do que nunca na construção de parques, de ruas, de abastecimento de água e de estradas para o interior. Oito [seis] anos depois, Washington Luis foi eleito Presidente do Estado de S. Paulo, onde de novo, ele tratou de sanear as finanças, levou ao mais alto grau o nível da moralização no Governo e iniciou a expansão das superestradas através do Estado. As rodovias e as reformas na administração se expandiram largamente agora, mas a execução das estradas de terra fina, de macadame, e também de algumas pavimentadas relembram ao viajante constantemente a ação do Presidente rodoviário.<sup>755</sup>

O articulista ressaltou algumas qualidades importantes que aproximavam o biografado dos governantes norte-americanos: espírito de equilíbrio, austeridade e moralidade no trato da “coisa” pública, associado a uma enorme capacidade de iniciativa de investimentos públicos. Mesmo alguns aspectos nada liberais do exercício da máquina política eram atenuados na figura ilustrada de Washington:

No atual Presidente do Brasil o novo mundo contempla uma individualidade de inteira atuação com realce histórico que revela intimamente um homem forte com o poder da vontade de um ditador, si assim o quiserem, mas calmo com a sabedoria de um filósofo político que conhece que o caminho como se executam grandes coisas é interpretando a vontade de todo um povo, mesmo que seja oligárquico o governo, como é o do Brasil.<sup>756</sup>

Mesmo soando como algo oficialmente encomendado, esse artigo mostrava uma faceta bastante difundida pela imprensa e estimulada pelo próprio Washington: a de administrador “estradeiro”. O conjunto de políticas e ações para introdução de matriz de um sistema de estradas de rodagem em São Paulo durante seu quadriênio presidencial (1920-1924), remontavam aos investimentos e as experiências enquanto prefeito da capital. Relacionava-se a isto o enorme interesse pelo automobilismo e as inovações técnicas envolvidas, incluindo as estradas, manifestadas desde sua passagem pela Secretaria da Justiça.

---

<sup>755</sup> AESP/APWL. *Locus*: 185.3.192 — De: [ilegível] — Para: W. Luís — Local: Rio de Janeiro — data: 5/12/1929. Cópia traduzida de artigo de Wallace Thompson publicado no *New York Herald Tribune Magazine*. pp. 3;7-8.

<sup>756</sup> *Idem*, p.2.

Washington dedicou parte de sua plataforma de governo para a Presidência do Estado em 1920 a questão rodoviária, demonstrando a relevância que desejava imprimir a uma das principais metas de sua administração. Ao discorrer longamente sobre um assunto que conhecia profundamente, tratava as estradas de rodagem como eixos para articulação das redes de cidades do interior paulista:

A estrada de ferro, já uma vez voz disse eu, foi, e continuará a ser, não ha dúvida alguma, um extraordinário elemento do nosso progresso; mas hoje não é o único rápido e não corresponde a todas as necessidades; ela não passa, e não pode passar, em todas as cidades, não atravessa todas as fazendas, não entra nos terreiros, não para a porta das tulhas, não vai do sítio a estação, nem da propriedade agrícola à casa de negócio. Trabalhando a horas certas, por caminhos certos, a estrada de ferro não pode dar todos os transportes, não supre todos os veículos; e São Paulo quer e precisa de todos. Devemos, pois, fazer estradas de rodagem, ligando as estradas de ferro, atravessando as estradas de ferro, correndo ao lado das estradas de ferro, de que são poderosos auxiliares. Devemos fazer por toda a parte boas estradas de rodagem para todas as horas do dia, para todos os dias do ano. Elas facilitam a circulação do jornal, o acesso à escola, concorrendo para a difusão dos conhecimentos e da instrução; garantem a segurança à propriedade e mais pronta assistência às pessoas; permitem encantadores passeios, agradáveis ao espírito e úteis á saúde; são condições do barateamento da vida pela diminuição do custo do transporte e pela aproximação entre os extremos que produzem e os centros que consomem; **são as semeadoras de cidades.**<sup>757</sup>

Esta percepção precisa da questão das estradas de rodagem, tingida de certo entusiasmo exagerado sobre os possíveis benefícios com a difusão do automobilismo, podia ser interpretada como pura manifestação elitista de um meio de transporte, ainda nessa época, restrito aos círculos da aristocracia cafeeira. Entretanto, é o próprio Washington quem procura apontar sugestivamente para a possível função econômica que essas estradas desempenhariam, complementando o sistema viário existente. Nesta perspectiva, o olhar do administrador voltava-se para as possibilidades de abertura, incorporação e valorização de terras inacessíveis, não cobertas pelas ferrovias, conforme podemos aferir em seus comentários sobre os efeitos do plano rodoviário no andamento de seu governo:

---

<sup>757</sup> Programma de Governo (Plataforma lida pelo Sr. Washington Luis no grande banquete que o Partido Republicano de S. Paulo offereceu a Sua Exa. No dia 25 de janeiro de 1920, no Theatro Municipal). In: FONCECA, op. cit., p. 101 (grifo nosso).

Tenho acompanhado, quilômetro a quilômetro, a construção de novas estradas de rodagem e posso informar-vos que, a cada inspeção, encontro sempre novas casas, onde estava o silêncio e o abandono, novos campos lavrados, onde havia a charneca e o brejo, e as próprias estradas ruidosas, pejudadas de carros a transportarem as colheitas. É interessante ouvir o proprietário marginal, a falar em contos de reis por alqueire de terra, antes ignoradas e sem preço, e é confortante observar que ele sente a sua propriedade triplicar de valor. Começa, bem cedo, tal a importância da matéria, a aparecer os efeitos benéficos da construção de estradas de rodagem.<sup>758</sup>

As benesses se estenderam ao setor urbano, que se interligou através das estradas de rodagem aos centros regionais, integrando-se no circuito de trocas. Percebemos assim, que Washington, ao apontar para estas interações entre os sistemas viários, baseava-se em pressupostos modernos para a construção de um projeto de desenvolvimento rodoviário elaborado no âmbito político e empresarial, no qual múltiplos agentes sociais colaboravam institucionalmente.<sup>759</sup>

O interesse da elite paulistana pelo automobilismo, que precedeu a constituição de um plano de estradas de rodagem, principiou com a fundação do *Automóvel Clube de São Paulo* em 1908, entidade que reunia um grupo de empresários e políticos ligados a famílias poderosas, como os Prado, os Chaves, os Sousa Queirós e os Penteado, similar a seu congênere carioca.<sup>760</sup> Seus objetivos estatutários restringiam-se, no início, a incentivar as atividades esportivas no setor automobilístico e “conseguir dos poderes públicos a conservação das antigas estradas e a abertura de novas estradas de rodagem e de regularização do tráfego nas mesmas”, na prática acabou por elaborar as diretrizes para a promoção e a introdução de uma política rodoviária paulista para as duas décadas seguintes.

Washington participou ativamente da organização dessa entidade, transformando-se mais tarde em sócio honorário. Por essa época envolveu-se em experiências automobilísticas pioneiras, participando de *raids* — como a primeira competição com automóveis e motocicletas realizada na América do Sul — no percurso conhecido como “Circuito Itapeverica”. Como secretário de Estado, promoveu reparos necessários nessas vias, possibilitando a realização da disputa. Percorreu as estradas do

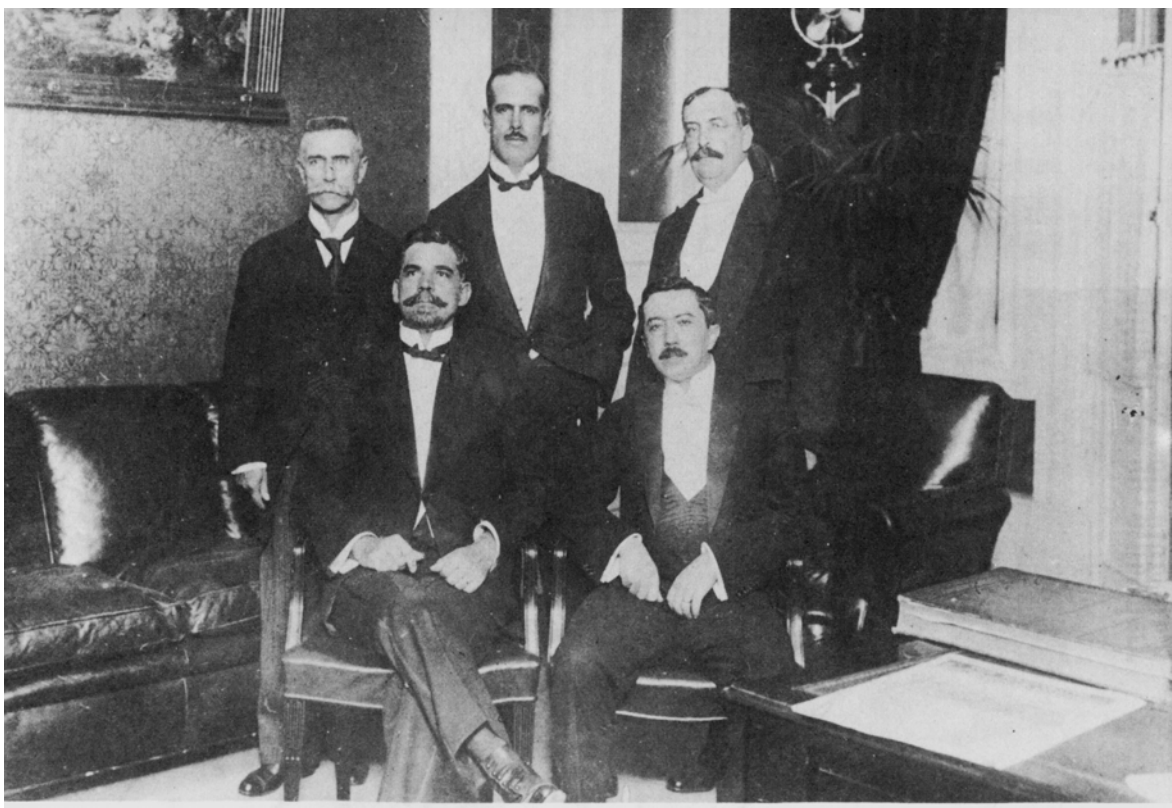
<sup>758</sup> Mensagem Presidencial. In: ANAIS da Sessão Ordinária do Senado do Estado de São Paulo de 1922 (1º ano da 12ª legislatura) organizada pelos taquígrafos Luiz A. Pereira da Fonseca e Dr. Manuel M. Erichsen. São Paulo: s. n., 1923, p. 79.

<sup>759</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres (organizadoras). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997, pp. 146-7.

<sup>760</sup> O *Automóvel Clube do Brasil* sediado no Rio de Janeiro foi fundado em 1907. Idem, p. 147.



município de São Paulo em passeios de carros dirigidos por terceiros, geralmente marcados por transtornos tal o péssimo estado em que se encontravam.<sup>761</sup> Acabou conhecendo melhor a situação caótica dos caminhos, obtendo um valor informativo excelente que o habilitou a atacar problemas nas vias de comunicação em suas gestões como prefeito da capital e presidente de Estado.



**Figura 11** – Washington Luís (sentado à esquerda) e Antônio Prado Junior (em pé ao centro), respectivamente vice-presidente e presidente do Automóvel Clube de São Paulo, por ocasião do *raid* São Paulo-Rio Preto (1916). Fonte: DEBES, Célio. *Washington Luís: primeira parte* (1869-1924). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1994, p.219.

Como Secretário da Justiça (1906-1912), realizou serviços de melhoria de estradas no entorno da capital. Nesse período, surgiram as primeiras iniciativas para a reconstrução da ligação entre o litoral e o planalto pelo antigo Caminho do Mar (conhecido também como Caminho do Padre José ou Estrada do Vergueiro). A obra de iniciativa particular organizada por Rudge Ramos contou, por autorização de Washington, com mão-de-obra dos detidos da delegacia de vadiagem como parte de suas primeiras experiências no campo da regeneração social presente no novo Código

<sup>761</sup> Eugênio Egas produziu um relato hilariante ocorrido por volta de 1906, quando Washington Luís ocupava o cargo de Secretário da Justiça e Segurança Pública no governo Jorge Tibiriçá. Dirigia-se com Antonio Prado Júnior a Santo Amaro, quando o automóvel em que estavam caiu num buraco; um carreiro que passava pelo local foi convencido a ajudá-los mediante régio pagamento, e seguiram estrada afora para logo em seguida entrarem num atoleiro, e desta vez o carro de bois não os salvou, tendo que voltar a pé para cidade. EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes do Estado de São Paulo*. v. 3. 1926-27. São Paulo: Seção de Obras de “O Estado de São Paulo”, 1927, p. 14.

Penal o qual previa a comutação da pena mediante trabalho.<sup>762</sup> Instalou-se um arco para cobrança do pedágio na altura do Sacomã, seguindo-se os trabalhos até o alto da serra e daí em diante aproveitando-se o velho caminho trafegado na época imperial — abandonado desde 1867 — pelos veículos de tração animal.<sup>763</sup>

A costura de amplo apoio político foi vital para a efetivação de inúmeros projetos rodoviários. As estratégias do convencimento e da publicidade podem ser percebidas nos argumentos da petição enviada por Washington ao Secretário da Agricultura Antônio de Pádua Sales em 1912:

Sabendo que esse veículo (o automóvel) não é um concorrente perigoso da estrada de ferro, e é antes um auxiliar indireto, devemos concluir que fazer boas estradas, para todo o ano, que permitam o trânsito de automóveis, é um dever particular nosso o de fazer já, macadamizada ou por sistema equivalente a estrada do Vergueiro.<sup>764</sup>

Poucos anos depois, o então presidente de Estado Rodrigues Alves autorizou a implantação desse revestimento, contando com o auxílio das secretarias do Estado em parceria com as Prefeituras da capital e de Santos, além das contribuições de particulares. Em 1917 os participantes do Primeiro Congresso de Estradas de Rodagem empreenderam uma excursão até Santos, passando pelos trechos concluídos.<sup>765</sup>

Esses primeiros ensaios serviram a Washington como reforço no delineamento de projeto voltado especificamente para implantação de uma rede de estradas de rodagem no município da capital. No Relatório de 1914, o prefeito faz a primeira alusão à questão das estradas do município, tratando-as como elementos de ligação eficiente do meio rural e suburbano com o centro da cidade para fornecer produtos para os mercados francos (feiras livres) que estavam sendo instaladas em alguns pontos da capital. Neste caso sua preocupação estava voltada para as medidas necessárias para melhorar o abastecimento e diminuir o estado de carestia reinante na capital:

<sup>762</sup> DEBES, op. cit., p. 124.

<sup>763</sup> GONÇALVES, Vergniaud Calazans. O automóvel no Brasil. In: HÜNNINGHAUS, Kurt. *História do automóvel*. v. 2. Tradução de Maryla Gremo. São Paulo: Boa Leitura Ed., s. n., pp. 211-3.

<sup>764</sup> Transcrito de NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *Formação da indústria automobilística brasileira: política de desenvolvimento industrial em uma economia dependente*. São Paulo: IGEO-USP, 1976, pp. 87-8.

<sup>765</sup> *ANAIIS do 1º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem reunido em São Paulo em 1917*. v. 1. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917, pp. CCIX-CCLVIII. A conclusão das obras para permitir o trânsito de automóveis se deu em 1921, período no qual foram experimentados outros tipos de pavimentação.

Pequenas cousas dão grandes resultados. Uma delas é a necessidade de alargar e desenvolver ainda mais os mercados livres, como um dos elementos do barateamento da vida paulistana, o que se conseguirá com a adoção de medidas complementares de grande alcance. É necessário por meio de leis adequadas facilitar as construções na parte rural dos municípios, para o seu integral aproveitamento agrícola nas pequenas culturas. É necessário fazer e conservar muitas e boas estradas, que, com trânsito franco, fácil e permanente, tragam os produtos das partes rurais do município para serem vendidos em mercados livres.<sup>766</sup>

Esse ainda tímido arremedo de discussão da questão viária foi aprofundado nos anos seguintes com o estabelecimento de um amplo programa de melhorias e aberturas de estradas de rodagem no município. Em decorrência da reforma administrativa de 1915, foi instalada junto à Diretoria de Obras e Viação uma Seção Técnica Rodoviária, incumbida especificamente “... do serviço relativo às vias de comunicação do município, inclusive pontes e balsas, quanto à abertura, classificação, alinhamento, nivelamento, revestimento, conservação, policia das estradas de rodagem, na parte suburbana especialmente designada e completamente na parte rural, (...)”.<sup>767</sup>

Houve também indicações e cuidados específicos em relação a detalhes técnicos na confecção das estradas, sugerindo atenção especial para as rampas, curvas, escoamento de água e o revestimento nas saídas dos centros urbanos com pedra, macadame ou paralelepípedos, materiais largamente utilizados no calçamento da capital, pois o asfalto ainda apresentava-se como novidade.<sup>768</sup> Ligar o centro urbano com as povoações vizinhas dentro do município constituía-se no principal objetivo. Em 1916, por exemplo, a estrada para a Penha, tradicional reduto de festas populares, encontrava-se completamente macadamizada numa largura de seis metros, serviço que vinha sendo realizado nas estradas em direção ao Carandiru e a Pinheiros.<sup>769</sup>

Outra interessante preocupação de Washington foi a expedição de um ato estipulando “instruções para construção e colocação de marcos quilométricos, itinerários e limítrofes nas estradas municipais de São Paulo”.<sup>770</sup> Para tanto, adotou as convenções do moderno sistema apresentado pelo engenheiro francês Lorieux durante o

<sup>766</sup> RELATÓRIO DE 1914 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. 12.

<sup>767</sup> RELATÓRIO DE 1916 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. v. 1. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. XIX.

<sup>768</sup> Idem, p. XX.

<sup>769</sup> Idem, p. XX; RELATÓRIO DE 1915 apresentando á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916, p. XII.

<sup>770</sup> Ato nº 995, de 10 de outubro de 1916.

3º Congresso Internacional de Estradas de Rodagem, realizado em Londres em 1913, estabelecendo cinco tipos: marcos indicadores de povoação; marcos dentro das povoações; marcos simples, duplos e triplos de direção e marcos limítrofes (indicando divisas dos municípios). Na ausência de ponto de referência comum convencionou-se quilometrar as estradas a partir do ponto de interseção com a linha perimetral que separava a zona urbana da suburbana da capital.<sup>771</sup>



**Figura 12** – Construção de estrada de rodagem. Abertura de corte na serra d’Água. Observe-se a precariedade dos meios de que se dispunha para a realização das obras. Fonte: DEBES, Célio. *Washington Luis: primeira parte (1869-1924)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1994, p.260.

No Relatório de 1916, o prefeito listou as seis estradas de rodagem na capital que deveriam ou já estavam sofrendo reformas, fazendo também uma descrição minuciosa delas, seus ramais e das obras efetuadas. Algumas remontavam aos tempos coloniais, encontrando-se em péssimo estado de conservação. Este foi o caso da Estrada da Cantareira (nº 1), que seguia em direção da antiga estrada da “*Mata de Minas*” e foi a primeira a ser reconstruída.<sup>772</sup> As outras cinco vias de comunicação (ou grupo de estradas) a receberam melhoramentos foram: nº 2) Estradas da Penha, São Miguel, Itaquera e Lageado (ligação com a capital federal); nº 3) Estrada do Vergueiro ou de

<sup>771</sup> RELATÓRIO DE 1916, v.1. Op. cit., p. XXI.

<sup>772</sup> A Estrada da Cantareira (número 1) recebeu macadame até o começo da rua Zuquim, estando a maioria em “leito de terra”, contando com os seguintes ramais: Estrada da Água Fria; Estrada Guapira; Estrada do Mandaqui e Estrada Velha Cantareira. Idem, pp. XXIII-XXIV.

Santos; nº 4) Estrada de Santo Amaro (estradas das catequeses ou das missões); nº 5) Estrada Pinheiros – Taboão – Osasco (saída para Cotia e Sorocaba) e a nº 6) Estrada do Anastácio, que saindo da Lapa ligava-se com a estrada no sentido de Jundiaí e Campinas.<sup>773</sup>

Entre elas destacava-se, evidentemente, a de Santos. Com largura mínima de 6 metros (apenas a estrada de Santo Amaro apresentava largura de 16 metros), contava com 3,1 km macadamizados e com uma secção construída por Rudge Ramos, destinada exclusivamente a automóveis. De um total de 143,2 km de vias atacadas pelo poder executivo municipal entre 1914 e 1916, 19,6 km eram macadamizados, 5,2 km apedregulhados e 2,4 km revestidos com paralelepípedos, enquanto 116 km mantinham-se em leito de terra, ou seja, pelo menos 19 % possuíam algum tipo de revestimento conforme se pode verificar no Quadro 11:

Quadro 11 – Estradas de rodagem da capital (em quilômetros)

Nº da Estrada	Paralelepípedo	Macadamizada	Apedregulhada	Em terra	Total
1	–	3,2	1,2	20,2	24,6
2	0,7	4,8	–	33,0	38,5
3	–	3,1	–	17,9	21,0
4	0,7	–	–	6,8	7,5
5	1,0	3,5	–	8,0	12,5
6	–	5,0	4,0	30,1	39,1

Transcrito do RELATÓRIO DE 1916, v. 1. Op. cit., p. XXVII.

Um outro problema levantado por Washington referia-se ao financiamento dos custos elevados de conservação e construção dessas estradas de rodagem, num momento carente de recursos para serviços públicos de maior relevância.

Sem maiores delongas, o prefeito partiu para solução clássica: a de estabelecer um novo tributo. Assim, em 1915 enviou ofício à municipalidade solicitando a criação do imposto predial “rústico”, cobrado das habitações fora do perímetro urbano e destinado especialmente aos “serviços de abertura e conservação de estradas”. Militava a seu favor a autorização fornecida aos municípios para o estabelecimento da referida contribuição através da lei estadual nº 1439 de 19 de dezembro de 1914.<sup>774</sup> Aprovado a tempo de compor a previsão de receita para 1916,

<sup>773</sup> Idem, pp. XXIV-XXVI.

<sup>774</sup> Ofício nº 2, de 5 de janeiro de 1915. In: RELATÓRIO de 1915. Op. cit., p. 47.

acabou gerando um saldo de apenas 27:564\$000, mantendo-se nesse patamar até 1919.<sup>775</sup> Evidentemente, esse valor mal cobria os gastos com manutenção das estradas.

No Relatório de 1916, Washington pôs-se a discutir longamente sobre as medidas necessárias para evitar danos causados pelo tráfego de veículos pesados nas estradas, algo que vinham gerando despesas avultadas. Nesse tópico apontava para os “carros de bois”, indicando seus defeitos como meio de transporte ultrapassado e cuja circulação constituía um símbolo do atraso a ser imediatamente superado:

Na parte rural do município de S. Paulo, os meios mais comuns de transporte são os carros de bois. Os carros de bois, pesadíssimos veículos de eixo móvel, de rodas grosseiramente ferradas, tiradas por numerosas juntas, são os mais atrasados, os mais rudimentares, os mais barulhentos, os mais demorados, os mais dispendiosos meios de transportes. Dura uma eternidade o carro de bois, é verdade, mas o número de bois que exige para mover-se, o tempo que gasta para chegar ao destino, os estragos que acusa nas estradas, tornam-no o mais caro e o pior dos veículos. **Estrada, em que trafega carro de bois, dificilmente dá trânsito bom a veículos de outras espécies.**<sup>776</sup>

Após discorrer sobre a necessidade de providências que permitissem levar o progresso ao sistema de transportes na zona rural, o prefeito enunciava precisamente o real objetivo que o movia em toda aquela discussão:

Penso que deveriam cobrar os impostos sobre veículos, tendo-se em vista a construção e conservação das estradas, que para eles são destinadas principalmente. Os veículos devem pagar impostos, não indistintamente como até agora, mas levando-se em conta os gastos e estragos que eles fazem nas vias públicas, em que transitam.<sup>777</sup>

Propunha inclusive a elaboração de uma tabela para o novo imposto, contendo os vários tipos de veículos numa escala descendente, “conforme a fixidez ou imobilidade do eixo, seu peso específico, a sua capacidade de transporte, a forma de tração, o número de eixos e por consequência o número de rodas”, graduando-os conforme os desgastes que provocavam nas vias públicas.<sup>778</sup>

O alvitre não foi levado adiante, mas, permanecia a intenção de alargar o plano de viação suburbana e rural como programa da administração cuja legitimidade se

<sup>775</sup> Tesouro. RELATÓRIO de 1919 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1920, p. 12. A receita gerada pelo imposto predial rústico nos anos seguintes foi de 27:247:000, em 1917; 38:970\$000, em 1918 e de 28:793\$360, em 1919.

<sup>776</sup> RELATÓRIO DE 1916, v.1. Op. cit., p. XXVII. Grifo nosso.

<sup>777</sup> Idem.

<sup>778</sup> Idem, p. XXVII-XXVIII.

ancorava na idéia de que as estradas contribuíaem no sentido de “concorrer para formar e sustentar os pequenos produtores, para trazê-los aos mercados livres, centros de consumo.”<sup>779</sup> Reiterava-se novamente a relação entre os mercados livres, como símbolos do barateamento do custo de vida, e o aumento do fluxo e facilidade de deslocamento proporcionada pela estrada de rodagem.

Em 1917 foram despendidos com o programa de construção e recuperação de estradas municipais a soma de 189:642\$007, sendo entregue a rodagem, 68,4 km, elevando a extensão de vias melhoradas a 211,6 km.<sup>780</sup> O relatório de 1918 apresentou uma redução nos gastos para 154:693\$584, repercutindo em um crescimento menor do serviço, pois foram entregues apenas 27,7 km de estradas, menos da metade do ano anterior. De um total de 239,3 km de vias concluídas, 41,7 km apresentavam revestimento em macadame ou pedregulho, além das inúmeras pontes, pontilhões, bueiros erguidos segundo os mais modernos padrões técnicos.<sup>781</sup>

A essa altura uma importante novidade foi introduzida por Washington: os seis grupos principais de estradas foram subdivididos em estradas radiais. Adotou-se como regra a fixação no orçamento anual de um gasto de pelo menos 10 contos de réis com cada grupo de estradas para aumento da rede e outros 10 contos em cada uma a título de conservação, para melhoramentos de leito, confecção de curvas, rampas e esgotamento de águas fluviais.<sup>782</sup>

Essa medida surtiu efeitos imediatos no orçamento da Seção Técnica Rodoviária para 1919 que chegou a 610:430\$000, quase o dobro do valor despendido em 1918, que foi de 321:000\$000. Somente em construção e regularização de estradas foram gastos 131:600\$000, representando um acréscimo de mais de três vezes o valor de 1918, que não passou de 41:400\$000. Em conservação de estradas de rodagem o aumento foi significativamente menor, subindo de 113:293\$584 para 147:293\$584.<sup>783</sup> Isto repercutiu em uma maior intensidade no serviço de regularização e construção de

<sup>779</sup> Idem, p. XVIII.

<sup>780</sup> RELATÓRIO DE 1917 apresentando á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918, p. VI-VII.

<sup>781</sup> RELATÓRIO DE 1918 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa, v. 1, São Paulo: Casa Vanorden, 1919, p. XIV.

<sup>782</sup> Idem, p. XIV.

<sup>783</sup> Anexos. Relatório da 4ª Seção Técnica (Rodoviária). In: RELATÓRIO de 1919. apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1920, p. V. L. Rodrigues calculava o custo de macadamização dos 300 km de estradas em 6.000 contos de réis, uma vez que o custo desse revestimento girava em torno de 20 contos a cada quilômetro de estrada, com cinco metros de largura.

estradas, acrescentando mais 67 km a uma rede que havia ultrapassado a marca dos 300 km no final de 1919.

Houve quem sugerisse maiores investimentos no revestimento dessas estradas, como a proposta feita pelo engenheiro Lucio Martins Rodrigues, chefe da Seção Técnica de Viação, em seu relatório de 1920, no governo de Firmiano Moraes Pinto, inspirado talvez no fascínio provocado pelo programa de Washington:

Se a Prefeitura atual e outras por virem, continuarem com o mesmo programa administrativo com as estradas de rodagem, como é natural supor-se, dada à importância capital reconhecida dessa questão, será o caso de, seguindo uma evolução metódica, iniciarmos a fase definitiva de melhoramentos que consistiriam no revestimento do leito estradal com camadas resistentes, sejam de macadame, sejam de pedregulho e que só elas poderiam dar-nos estradas servindo em qualquer época do ano, qualquer que seja o tempo. Força é reconhecer que esse é o ponto mais difícil da questão, afetando a sua economia de um modo colossal.<sup>784</sup>

Esse tipo de fantasia delirante prendia-se menos ao propalado intuito de melhorar o abastecimento da capital, que a satisfação dos desejos elitistas de fornecer vias adequadas para o trânsito conspícuo de automóveis. Como membro distinto do Automóvel Clube paulista, Washington cuidou de materializar esses impulsos em programas específicos na administração municipal. A partir de 1917, orientou suas ações no sentido da difusão e da propaganda do automobilismo e das estradas de rodagem. Essa nova fase se iniciou com a realização na capital do Primeiro Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, denominado de “*Via Vita*”. A comissão organizadora do evento nomeada por Cândido Motta, Secretário da Agricultura, compunha-se de técnicos e figuras de expressão da sociedade paulistana. Antônio Prado Junior, Antonio Moreira de Barros, Lucio Martins Rodrigues e Alfredo César da Silva Braga<sup>785</sup> conseguiram, com o apoio do PRP, atrair representantes das câmaras municipais do interior, das companhias ferroviárias (Mogiana e S. Paulo Railway) e da imprensa, além de engenheiros, industriais, fazendeiros e de outros segmentos da sociedade. Sob os auspícios do governo estadual de Altino Arantes, o congresso teve início a 31 de maio de 1917, instalando-se em luxuoso palacete *Germaine*, na rua São Bento.

---

<sup>784</sup> Idem, pp. 203-4.

<sup>785</sup> ANAIS do 1º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem reunido em São Paulo em 1917. v. 1. São Paulo: Typographia Piratininga, 1917, p. IX. O engenheiro Lucio Martins era chefe da Seção de Viação da Prefeitura da Capital, sendo o engenheiro Alfredo Braga, Diretor de Obras Públicas do Estado.



Foram constituídas quatro seções de trabalho para encaminhamento de discussões diversas relacionadas ao tema geral: a primeira tratou da classificação e da viação geral de rodagem no Estado, dos detalhes técnicos, melhoramentos e conservação envolvidos na construção de estradas e do emprego de sentenciados; a segunda tocou na questão do tráfego, nos regulamentos gerais da circulação e nos postes itinerários e marcos quilométricos; a terceira envolveu-se com o problema da criação dos recursos; a quarta, por fim, ficou encarregada da organização de uma associação geral permanente.<sup>786</sup>

Houve também uma parte experimental com demonstrações práticas realizadas durante as excursões às três principais obras rodoviárias da época: a estrada da Cantareira, a estrada dos “Sentenciados” (ligando São Paulo a Jundiaí) e as obras de melhoria do Caminho do Mar. Na serra da Cantareira os congressistas presenciaram exercícios com maquinário pesado na construção de estradas. A estrada dos Sentenciados representava por outro lado um experimento pioneiro: o emprego de condenados em trabalho forçado segundo os princípios de reeducação defendidos por Washington Luís, enquanto a São Paulo–Santos respondia como introdutora de modernas técnicas de engenharia para estradas (no Brasil), voltadas especialmente para o trânsito de veículos automóveis e de caminhões.<sup>787</sup>

Percebe-se a influência nítida de Washington Luís no formato do evento em que permaneceu como vice-presidente. No discurso proferido durante a sessão de abertura, elogiava Candido Mota comparando a sua iniciativa à do presidente Saldanha Marinho, que em 1868 articulou a organização da Companhia Paulista, eixo do futuro sistema ferroviário estadual. Proclamava a necessidade de uma evolução e diversificação dos meios de transporte em proveito da circulação e da diminuição dos custos de produção. Enfim, aproveitava, mais uma vez, para fazer uma espécie de apologia do automóvel:

O aproveitamento do motor de explosão nos veículos trouxe o transporte independente, a grande velocidade nas grandes distâncias; e o automóvel, pronunciamos seu nome, apareceu, fez ressurgir na Europa e fez nascer nos Estados Unidos as boas estradas de rodagem. Temos de acompanhar esse movimento. Não podemos desconhecer o novo elemento de circulação que aparece, e, mais adiantados que nos

---

<sup>786</sup> Idem, pp. XXVII-XXX.

<sup>787</sup> Idem, pp. CCVII-CCLVIII.

tempos idos, temos que aproveitá-lo, sem abandonar o existente, conjugando ambos, em colaboração eficaz.<sup>788</sup>

No encerramento do evento foi aprovada a fundação da Associação Permanente de Estradas de Rodagem (APER), transformada mais tarde na Associação Paulista de Boas Estradas, sendo Washington Luís aclamado seu primeiro presidente.<sup>789</sup> A importância da APER, nessa primeira fase, pode ser avaliada por sua ação promocional apoiada pelo setor empresarial e setor público na divulgação de projetos e técnicas nos principais municípios do interior. O Automóvel Clube de São Paulo permaneceu como instância superior de articulação estratégica da política rodoviária.

No Segundo Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, realizado em Campinas em 1919, sob os auspícios da APER<sup>790</sup>, constata-se a tendência a estimular a iniciativa particular a investir no setor rodoviário, visando à sua exploração comercial por meio de concessões — de forma similar aos contratos efetuados pelas empresas ferroviárias.<sup>791</sup> Posteriormente, o estatuto da APER foi revisto, afastando-se os órgãos públicos e mantendo o custeio das despesas com contribuições do setor empresarial.<sup>792</sup> As alterações no estatuto propostas em 1919 foram ratificadas no Terceiro Congresso Paulista de Estradas de Rodagem em 1923.<sup>793</sup>

Esse conjunto de esforços, que acabaram envolvendo inúmeros agentes na promoção e na publicidade, vincula-se a um interesse público crescente pelos veículos automotores durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), assim como ao aperfeiçoamento dos processos de produção e melhoria na qualidade dos veículos. As diversas inovações introduzidas simultaneamente no Brasil desde a década de 1880 — como o cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, o telefone, a fotografia, a litografia, a iluminação elétrica, o bonde elétrico, os balões e os aeroplanos — alteraram

<sup>788</sup> Idem, p. XLV.

<sup>789</sup> REIS Filho, Nestor Goulart. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres (organizadoras). Op. cit., p. 148.

<sup>790</sup> Nos “*Estatutos e regulamento da Associação Permanente de Estradas de Rodagem, aprovados em sessão plena do 2º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, em Campinas, no mês de Outubro de 1919*”, a diretoria contava com a Presidência de Antonio Prado Junior, tendo Washington Luís como Sócio Benemérito. AESP. APWL. lócus: 183.2.63.

<sup>791</sup> ANAIS do 2º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem reunido em Campinas em 1919. São Paulo: Typographia Piratininga, 1920, p. CCLI.

<sup>792</sup> É interessante a defesa feita pelo engenheiro Antonio de Pádua Dias, representante da Escola Agrícola de Piracicaba do sistema de concessão de construção e exploração por empresas constituídas para este fim das estradas de rodagem de São Paulo, em vista das dificuldades financeiras para o poder público (estadual e municipal) no desenvolvimento desse tipo de infra-estrutura. Memórias. In: Idem, pp. 29-31.

<sup>793</sup> ANAIS do 3º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem reunido em S. Paulo em 1923. Secretaria da Agricultura. Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. v. 3. São Paulo: Seção de Obras d’ “O Estado de S. Paulo”, 1924.

profundamente o horizonte técnico e o universo sociocultural no país. Na representação literária os escritores procuravam transfigurar por meio do contraste, da *mimesis* e da estilização, a maneira como esse universo adquiriria uma aura de sedução e espetáculo, de maravilhamento e êxtase, provocando alterações no comportamento e na percepção pelo convívio cotidiano com estes artefatos.<sup>794</sup>

Entre as descobertas e técnicas modernas que tendiam a “apressar os atos da vida” encurtando distâncias e paralisando o tempo, o automóvel representava o ideal máximo do cosmopolitismo: o triunfo do indivíduo, da supremacia da tecnologia moderna, da transformação da cidade em metrópole. O anúncio da morte tardia da *Belle Époque* brasileira marcou a introdução de novos valores e hábitos marcadamente norte-americanos. Moldado na figura do *self made man* surge o *smart*, imagem do homem bem-sucedido e do sucesso profissional ao qual se agrega o automóvel, popularizado, assim como o cinema, como produto de uma massificação intensiva promovida pela introdução da linha de produção de Henry Ford e pelo culto desenfreado ao automobilismo.

Segundo Padilha, os anúncios de automóveis reforçavam alguns sentidos oferecidos pela modernidade — representação do progresso e da tecnologia; símbolo de “conquista da velocidade”; “cosmopolita e metropolitano”. Alertava, no entanto, para as diferentes expectativas geradas sobre a modernidade na cidade de São Paulo pela introdução deliberada desses maquinismos em um contexto cultural diverso, contrastando com a cultura burguesa européia (exibicionista e individualista) dentro do qual o automóvel foi pensado.<sup>795</sup>

Os elevadíssimos custos de compra, importação e manutenção de um automóvel e a existência de poucas ruas e estradas adequadas ao seu trânsito, o transformaram em sinal indicativo de pompa e ao mesmo tempo da arrogância da elite paulistana diante de uma população aturdida ante o fenômeno, conforme assinala Sevcenko:

---

<sup>794</sup> SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 17-29. O cronista João do Rio elegeu o automóvel como um dos elementos simbólicos do progresso urbano no Rio de Janeiro, a primeira capital do país a experimentar as mudanças provocadas pelo processo de metropolização. As sensações de vertigem e a sedução da velocidade proporcionada pelo automóvel uniam-se ao tumulto das ruas, as luzes feéricas, as vitrines iluminadas, as buzinas, anunciando a cidade remodelada sobre os signos da modernidade. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999, pp. 194-5.

<sup>795</sup> PADILHA, Marcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001, pp. 105-7.

Dada sua forma de introdução súbita e peculiar na cidade, duplamente aureolado pelo prestígio da mais moderna tecnologia européia e do mais vistoso objeto de consumo conspícuo, o automóvel passou a ser usado de forma a acentuar a sua mística e se impor como uma moldura mecânica sofisticada do poder, mesmo na mão de choferes e empregados de companhias. O equipamento, indiferente à sua utilidade ou a quem o dirigia, sucumbira ao símbolo. Desde cedo os mais jovens passaram a dispensar os choferes para porem à prova o desempenho máximo dos veículos. Em qualquer circunstância, em qualquer lugar, o tempo todo, o imperativo era a máxima aceleração e o uso incessante da buzina. Os atropelamentos são diários e múltiplos, especialmente envolvendo anciãos e crianças.<sup>796</sup>

Os automóveis se difundiram no cenário urbano da capital ao longo da década de 1910, num contexto no qual predominava maciçamente o transporte por bondes elétricos, as carroças, carruagens e tílburis, além dos cavalos, mulas, motocicletas e bicicletas. Acrescenta-se a isto o fato de que muitos se deslocavam a pé pela cidade, visto os preços extorsivos das passagens praticados pela concessionária *Light*, que somente em 1916 passou a cumprir uma das cláusulas do Contrato de Unificação da concessão, de julho de 1901, que a obrigava a oferecer bondes operários com tarifas mais baixas.<sup>797</sup>

Pouco se sentia a presença do automóvel na capital até 1909, panorama modificado radicalmente nos anos seguintes com o interesse crescente da elite paulistana em adquirir veículos automotores. Ao final da Primeira Guerra circulava pela cidade um grande número de automóveis particulares e de táxis urbanos, além de alguns caminhões como se vê no quadro 12:

Quadro 12 – Número de Automóveis, segundo o Tipo –  
Cidade de São Paulo – (1909-1919)

Anos	Particulares	Aluguel	Carga	Total
1909	128	16	1	145
1912	436	414	88	938
1913	614	564	144	1.322
1916	778	525	125	1.428
1917	923	559	138	1.620
1918	1.234	586	157	1.977
1919	1.253	744	168	2.165

Fonte: STIEL, Waldemar Corrêa Stiel. *História dos transportes coletivos em São Paulo*. São Paulo: Edusp/McGraw do Brasil, 1970.

<sup>796</sup> SEVCENKO, op. cit., p. 74.

<sup>797</sup> ROLNIK, op. cit., p. 133. A tarifa era estipulada por zona, com três quilômetros de raio a partir do ponto inicial comum (ruas da Quitanda e Comércio). A *Light* cobrava 200 réis, no máximo, por viagem não interrompida de 20 a 100 metros. Os moradores de bairros distantes chegavam a desembolsar o triplo desse valor para se deslocar para o centro da cidade (representante quase um terço da jornada de trabalho de 4\$000 réis de um eletricitário). PASCHKES, Maria Luisa N. de Almeida. Op. cit., p. 44.

A incorporação do automóvel na vida cotidiana da capital paulistana representou muito mais que um desbravamento de territórios, a conquista de consumidores. Impulsionados pelo arsenal de anúncios, de uma indústria publicitária nascente, os veículos, propagandeados como poderosos mobilizadores no sentido moderno, associavam-se a um “consumo requintado que surgia como legitimação do *status* cosmopolita reivindicado por nossas elites afortunadas”.<sup>798</sup>

Muitos filhos de fazendeiros e imigrantes enriquecidos com os negócios do café forjaram sua identidade com hábitos e requintes eminentemente urbanos, atravessando as fronteiras da metrópole paulistana, como ficou registrado por Lauro Costa ao fazer um levantamento dos primeiros automóveis a trafegarem em muitas cidades do interior do Estado antes de 1920. Por essa época, um bom número de cidades de pequeno e médio porte registrou o aparecimento dos primeiros automóveis: Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Bragança, Batatais, Franca, Santa Cruz do Rio Pardo, Jaboticabal, Pirassununga, São José dos Campos, Casa Branca, Itapetininga, Bebedouro, Mogi-Mirim, Itu, entre outras. A marca Ford aparecia mais constantemente ao lado de diversas outras de origem européia (Hudson, Derraque, Berliet, Fiat).<sup>799</sup>

A tarefa da APER de divulgação da excelência e das vantagens de um estilo internacional, associado ao uso do automóvel pelos rincões paulistas, pode ser compreendida na difusão de eventos antes restritos à capital, pelas rodovias abertas por Washington:

Carreadores que fizeram às vezes de rodovias transportavam os intrépidos varões, filhos dos primeiros endinheirados das novas plantações que enfrentavam, deslumbrados com os reluzentes novos objetos do desejo, os resfolegantes fords bigode (modelo T), os raids inaugurais de ligação da capital com seus longínquos municípios como foi o caso da primeira viagem de automóvel de São Paulo para Ribeirão Preto, feita pelos jovens da elite da capital do café: o engenhoso Alberto Santos Dumont, o Conde Sílvio S. Penteado, o Tenente Prado, o Major Luís Fonseca e Sebastião Penteado.<sup>800</sup>

<sup>798</sup> PADILHA, op. cit., p. 115.

<sup>799</sup> COSTA, Lauro. *O alvorecer do automóvel em Piratininga: breves notas sobre veículos e transportes de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Biblos Limitada, 1956, pp. 44-5.

<sup>800</sup> DOIN, José Evaldo de Mello. *Capitalismo bucareiro: Dívida externa, materialidade e cultura na saga do café*. São Paulo, 2001. v. 1. Tese de Livre Docência — Faculdade de História, Direito e Serviço Social (campus de Franca) — Universidade Estadual Paulista, p. 308.

A ação promocional organizada pela APER deu-se também por meio da organização de “Provas de Turismo”, pelas “Bandeiras Washington Luís”, em feiras, exposições, desfiles e concursos de cartazes, veiculados pela revista “Boas Estradas”, criada pela associação.<sup>801</sup>

Aliando-se aos resultados mais concretos desses investimentos promocionais, o setor automobilístico começou a instalar suas linhas de montagem nos arredores da capital (as partes dos veículos chegavam por navio diretamente das fábricas norte-americanas e européias): a Ford, em 1919; a General Motors (em Santo André) e a International Harvester, somente em 1924. Contavam ainda com uma rede empresarial de distribuidores ligados às mesmas famílias tradicionais paulistas, como uma espécie de suporte fundamental no apoio político aos projetos rodoviários. As representações das primeiras fábricas de pneumáticos, câmaras de ar e lubrificantes, como a Pirelli, Firestone, Goodrich Rubber Company of Brazil Inc. e General Tire & Rubber Co. of Brazil, também se estabeleceram ao longo da década de 1920.<sup>802</sup>

Washington Luís se consolidava como representante do PRP mais afinado com a onda modernizante ao empenhar-se decisivamente em prol do automobilismo e das estradas de rodagem. Como prefeito da capital, se empenhou publicamente na formulação de políticas e nas ações administrativas específicas, cercado-se de consultores técnicos competentes (engenheiros e arquitetos). Colaborou intensivamente para constituição de uma base institucional que pudesse apoiar as políticas voltadas para implementação do setor rodoviário estadual e compondo uma das metas principais de seu programa para o governo do Estado de São Paulo em 1920.

---

<sup>801</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. Cit.*, p. 149. A criação de uma “revista de propaganda das boas estradas” estava prevista nos Estatutos da APER desde 1919, em seu art. 2º, item h. Cf. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Setor de documentação privada. Arquivo Washington Luís. *locus* 183.2.63.

<sup>802</sup> NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. *Op. cit.*, pp. 14-5.

#### 4.4 A Greve de 1917 e a Epidemia de Gripe de 1918: limites e contradições da modernização paulistana

A cidade que Washington Luís assumiu como prefeito em 1914, manteve um percentual de crescimento urbano menos intenso que o da década anterior, mas nem por isso menos impressionante.<sup>803</sup> Em números absolutos, na capital, houve um acréscimo populacional de aproximadamente 200.000 habitantes, passando de 375.439 em 1910, para 579.033 em 1920, elevando seu percentual dentro do Estado de São Paulo de 10,51 % em 1900 para 12,61 %. Fatores conjunturais, como a paralisação do fluxo imigratório durante a Primeira Guerra (1914-1918) e a crise no mercado de trabalho, restringiram um crescimento demográfico mais volumoso.

Entretanto, no início dos anos 1910 a capital paulistana se impôs como um dos mais fortes pólos de atração de mão-de-obra, em virtude de uma oferta diversificada de oportunidades criadas pelo vigoroso incremento da atividade industrial entre 1907 e 1913. Esse período coincidiu justamente com o do efeito das medidas tomadas pela política de valorização do café, encerrando momentaneamente a crise que afetava o comércio desse produto desde o final do século XIX. Segundo Cardoso de Mello, uma parte do enorme capital excedente, gerado pela receita de exportações do café, por não encontrar colocação no próprio mercado cafeeiro, acabou vazando para indústria, que a época oferecia uma perspectiva de lucros superior a outros tipos de investimento.<sup>804</sup>

A época o setor se concentrava basicamente na produção de bens de consumo, apresentando um maior nível de especialização e de melhorias técnicas nos ramos alimentício e têxtil. De 1900 a 1915, o número de cotonifícios na capital passou de 17 para 41, aumentando a sua escala de produção, empregando um número quatro vezes maior de operários envolvidos na confecção de lã, algodão, juta e nos serviços de malharia e estamparia. Novos moinhos farinha de trigo surgiram para desafiar os da empresa do conde Matarazzo. Houve também uma significativa expansão nas fábricas

---

<sup>803</sup> A mais elevada porcentagem de crescimento populacional na capital paulistana ocorre no período 1890-1900, chegando a 268 %, com uma espetacular taxa geométrica de crescimento anual da ordem de 14 %, média jamais repetida nas décadas posteriores, pois de 1900 a 1920, a população cresceu 141 %, a uma taxa de 4,5 % ao ano. SINGER. Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1968, p. 58.

<sup>804</sup> “O capital industrial não nasceu num momento de crise do complexo exportador cafeeiro. Despontou, ao contrário, num instante de auge exportador, em que sua taxa de rentabilidade terá, certamente, alcançado níveis elevadíssimos.” MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, pp. 143.

de chapéus, calçados, marcenaria e cerâmica. Todo esses novos investimentos elevaram o valor da produção industrial paulistana, que de 110.000 contos em 1905, passou para 189.000 em 1910, e 274.000 em 1915.<sup>805</sup> O mecanismo da Caixa de Conversão, ao manter uma taxa cambial baixa para conversão do mil-réis, permitiu aos industriais importar máquinas, combustíveis e matérias-primas a um preço bem mais razoável.

Comparando-se o Censo Industrial do Brasil de 1907 e o Recenseamento de 1920, é possível obter uma amostra da representatividade do contingente de operários empregados pela indústria paulistana. Em 1907 havia 326 firmas que empregavam 24.186 operários<sup>806</sup>, enquanto, em 1920 esses números saltaram para 4.154 firmas industriais e 102.375 operários, sendo 49.071 brasileiros e 53.304 estrangeiros, compondo pelo menos 54 % da população economicamente ativa na cidade.<sup>807</sup>

Outro grande empregador era o setor de serviços urbanos composto por diversos segmentos de atividades que apresentavam, antes da guerra, uma forte tendência à especialização, caso do comércio de importação e exportação, e principalmente do comércio de mercadorias, dominado basicamente pelas pequenas lojas de varejo (mercadorias em geral, gêneros alimentícios, tecidos e artigos de vestuário). As profissões liberais clássicas (advogados, médicos, dentistas, farmacêuticos, engenheiros civis e arquitetos) continuavam a ocupar seu espaço, surgindo novas ocupações autônomas que se multiplicavam num meio urbano cada vez mais adensado: barbeiros, cabeleireiros, parteiras, fotógrafos, padeiros, leiteiros, mecânicos, gráficos, latoeiros, funileiros, carroceiros, motoristas de praça, etc.<sup>808</sup>

A fase de prosperidade terminou com o início da conflagração européia, momento em que o capital estrangeiro aplicado no país começou a refluir, provocando uma baixa nas divisas, compensada de imediato pela elevação das tarifas e outras pressões para conter a desvalorização do mil-réis. De imediato houve um encarecimento generalizado dos produtos básicos importados como: trigo, farinha de trigo, bacalhau salgado, petróleo, combustíveis, querosene, carvão, lâminas e barras de ferro. O

<sup>805</sup> DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1971, p. 91.

<sup>806</sup> Dean questiona esses dados por subestimarem a realidade industrial paulistana do período, pois não constam nele as maiores firmas de refinação de açúcar, pregos, equipamentos ferroviários, artigos esmaltados, etc. O número real de estabelecimentos industriais giraria em torno de 1.500 e enquanto o número de operários deveria ser elevado para cerca de 30.000. In: DEAN, Warren. *Op. Cit.*, p. 102.

<sup>807</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha (Instituições e classes sociais)*. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1975, p. 192.

<sup>808</sup> Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento de 1920; VOLUME IV (5ª parte). Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1930. POPULAÇÃO; Tomo II *apud* MELLO & SAES. Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. In: *Estudos Econômicos*, v.15, n.2, 1985, p. 326.



aprofundamento da crise se verificou a partir de 1917, com a entrada na guerra de nosso principal comprador de gêneros de exportação e fornecedor de manufaturados: os Estados Unidos.<sup>809</sup> A isso decorreu uma redução drástica no comércio do café, abatido também pelas geadas de 1918, indicando uma restrição na receita de exportação. Esse quadro, evidentemente, representou um sério obstáculo a ampliação da capacidade produtiva da indústria paulistana na medida adequada ao atendimento de uma demanda criada pela ausência dos importados.<sup>810</sup>

Para Dean, o pequeno avanço na produção industrial durante a guerra decorreu do funcionamento por mais horas da maquinaria existente ou pela produção manual, sendo que alguns setores industriais começaram a se voltar exclusivamente para o mercado de exportação de gêneros essenciais, como a carne, o feijão, o açúcar e outros cereais, visando abastecer as economias dos países centrais em guerra, desviando parcela considerável da produção doméstica:

A maioria das novas exportações se constituía de produtos agrícolas, algumas, na realidade, eram subtraídas da provisão destinada às massas urbanas e não resultavam de maneira algumas, de um aumento de produção.<sup>811</sup>

A política inflacionária praticada pelo governo federal – a escassez e os aumentos abusivos dos gêneros alimentícios, da luz, dos aluguéis, dos calçados, do vestuário – agravou as condições de vida, já precária, da população paulistana. Na indústria houve grandes oscilações até o final dos anos 1910, em decorrência das reduções nos quadros de empregados e nos salários, como medida de contenção de despesas. A ameaça de demissão, sobretudo dos homens adultos, substituídos por mulheres e crianças, abriu precedente para uma série de abusos como pagamentos em atraso, prolongamento da jornada de trabalho e a introdução de novos descontos.<sup>812</sup>

---

<sup>809</sup> Idem, pp. 95-6.

<sup>810</sup> SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986, pp. 226-7.

<sup>811</sup> DEAN, Warren. *Op. Cit.*, p. 104. Quase todo o capital investido no na industrialização de alimentos concentrou-se na instalação de usinas de enlatamento e refrigeração de carne e moagem e refinação de açúcar. A primeira firma de acondicionamento de carne do país foi o Frigorífico de Barretos, construído por Antônio Prado e Alexandre Siciliano, em 1910. Antônio adquiriu na Europa o *know-how*, enquanto a mão-de-obra especializada foi trazida da Argentina e dos Estados Unidos. O transporte férreo em vagões especiais era feito através de uma concessão da própria Paulista. O gado era comprado em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. In: LEVI, Darriel. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1974, p. 258.

<sup>812</sup> LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a Greve Geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000, p. 72.

Essa conjuntura gerou uma enorme inquietação social, exacerbando as contradições do modelo de modernização urbana iniciada na administração de Antônio Prado. A moldura elitista das intervenções privilegiava o centro da cidade e os bairros nobres, que passaram a constituir a *urbes* oficial, europeizada e dotada de inúmeros melhoramentos, símbolo de um progresso desejado pela plutocracia paulista. Em contraposição a esta se formou a cidade popular, dos bairros industriais, das várzeas e dos grotões, onde o grosso da população sofria suas piores agruras em meio as constante enchentes, as epidemias e as condições inadequadas de moradia. Contraditoriamente, essas áreas se transformaram em foco de preocupação permanente para as autoridades municipais e estaduais – menos pelos problemas sociais que a afligia – mas por representarem uma ameaça real a ordem estabelecida na cidade oficial.<sup>813</sup>

Interessante notar que uma das primeiras iniciativas no combate à carestia na capital tenha partido justamente do Secretário de Justiça e Segurança Pública Elói Chaves que em agosto de 1914, resolveu montar uma comissão com o intuito de buscar uma solução para minorar, segundo o mesmo, “a situação angustiosa em que se encontra a grande massa da população, privada de recursos para a própria subsistência, em virtude da falta de trabalho.”<sup>814</sup> Constituída por membros da imprensa e figuras de destaque – o próprio secretário, o proprietário do jornal “O Estado de S. Paulo”, Júlio de Mesquita, além do prefeito Washington Luís – a comissão teve uma influência reduzida no sentido de sugerir medidas eficazes ou algum nível de articulação entre o poder municipal e o estadual para solucionar as dificuldades de abastecimento da capital.<sup>815</sup>

A essa época a municipalidade era pressionada pela imprensa por causa da iminência de escassez de gêneros de primeira necessidade e a exploração feita pelos atravessadores.<sup>816</sup> A edilidade entrou em acordo com o prefeito para que tomasse providências nesse sentido, aprovando em 22 de agosto a Resolução nº 50. Esta conferia ao executivo uma série de atribuições: poder de fiscalização e divulgação de uma tabela de preços para todas as mercadorias; prorrogação do prazo para o recolhimento sem multa dos tributos municipais; isenção de taxa sobre a carne verde (vinda de outros municípios) e dos impostos à comercialização de gêneros de primeira necessidade;

---

<sup>813</sup> CAMPOS, op. cit., pp. 91-3.

<sup>814</sup> “Uma simpática iniciativa”. *O Comércio de São Paulo*. São Paulo, 15 — ago. — 1914, p. 1.

<sup>815</sup> DEBES, op.cit., p. 145.

<sup>816</sup> “A carestia”. *O Comércio de São Paulo*. São Paulo, 6 — ago.— 1914, p. 1.

executar medidas de combate à majoração arbitrária do preço dos alimentos, podendo proceder a cassação de licenças e ao despejo do inquilino dos mercados municipais.<sup>817</sup>

Valendo-se dessa mesma resolução, Washington procedeu ao estabelecimento de mercados francos, espécie de feiras ambulantes para venda exclusiva de gêneros de subsistência, organizadas e fiscalizadas pelo poder municipal. Para isso emitiu o Ato nº 710, em 25 de agosto, contendo regulamento e os locais para funcionamento desses mercados. No Relatório de 1914, o prefeito discorreu minuciosamente sobre o sucesso dessa iniciativa:

Os mercados francos não constituem uma instituição nova nem original, são muito conhecidos, de há muitos anos, em quase todas as capitais européias e em muitas cidades americanas. Teve em vista a Prefeitura, com a instituição desses mercados livres, baratear o preço dos gêneros alimentícios e viu o seu objetivo coroado de completo êxito, pois que a concorrência de vendedores, e principalmente, de compradores foi tão considerável que mostrou que essas feiras vieram responder a uma necessidade da população de S. Paulo. Com a criação e manutenção desses mercados nada despense o município, a Prefeitura designa, apenas, em dias e horas determinadas, os lugares em que se devem realizar os mercados, sem ai fazer instalação de espécie alguma, e vê que, nesses lugares, às horas marcadas, se reúne uma multidão enorme para vender e para comprar. (...) consegue, entretanto um resultado de grande alcance, qual seja o barateamento do produto sem prejuízo para o produtor, pela aproximação direta entre o consumidor e o produtor, com a supressão dos intermediários. Nesses mercados há, além disso, a facilidade de acesso para os compradores, que os encontrem nas vizinhanças de suas moradias; e principalmente há facilidade de acesso para os vendedores-produtores que neles se localizam à proporção que vão chegando sem antecipados pagamentos de impostos, sem prévias formalidades de aluguéis de compartimentos ou de quartos. Esta circunstância é de grande relevância para a criação entre nos das pequenas indústrias, de consumo local, e para a sua manutenção e desenvolvimento.<sup>818</sup>

Para Washington, as feiras livres reafirmavam sua crença nas virtudes da livre-concorrência, a pureza da relação entre produtor e consumidor sem nenhuma espécie de intervenção ou regulação, um mecanismo ideal diante das dificuldades para o abastecimento regular na capital. As feiras podiam inclusive dar alento a uma pequena produção industrial e artesanal especializada, visto as vantagens obtidas em relação aos outros mercados. O futuro industrial da cidade dependia em sua interpretação, de uma redução nos gastos com a reprodução da força de trabalho, refletindo assim uma

---

<sup>817</sup> DEBES, op.cit., pp. 145-6.

<sup>818</sup> RELATÓRIO de 1914. Op. Cit., pp.10-1.

preocupação mais incisiva que o normal com a produção local própria dos períodos de crise:

O barateamento da vida em S. Paulo, não é apenas uma condição da vida da pobreza; ele é também, uma condição de vida da nossa riqueza. A cidade de S. Paulo está se aparelhando para ser um grande centro industrial, alguma coisa como Chicago e Manchester juntas, isto, entretanto, só se realizará completamente quando ela conseguir vender os seus bons produtos por preços inferiores aos das outras praças. Para vender a preços baratos é preciso produzir os preços baratos, entre outras coisas, ter a mão-de-obra barata, e só há mão-de-obra barata na terra em que a alimentação, a habitação e o vestuário são baratos, visto que o preço dos salários está em relação ao custo de vida.<sup>819</sup>

Na realidade a conjuntura de crise provocada pelo início da guerra pouco tinha haver com essas colocações do prefeito. A significativa diminuição nas exportações de café e a queda nos seus preços internacionais vieram a desacelerar o crescimento industrial paulistano. Desde 1912 o custo de vida se elevou em decorrência de problemas econômicos, surgidos ainda no governo do Marechal Hermes. Para Paulo Sérgio Pinheiro, o descompasso entre custo de vida e salários se acentuou no período de 1914 a 1919, subindo o primeiro a 48 %, enquanto o último aumentou apenas 23 %.<sup>820</sup>

Nesse contexto, as feiras podem ter realmente amenizado esse desnível, uma vez que a prefeitura multiplicou seu número ao longo dos anos. Somente em 1914 foram instalados seis mercados francos nos seguintes pontos da cidade: praça General Osório; praça Senador Moraes de Barros; praça São Paulo; rua São Domingos; largo do Arouche e rua Campos Sales, esse último no distante bairro da Penha.<sup>821</sup> Em 1916, criou-se pelo Ato nº 996 uma feira livre na rua Vergueiro, na Vila Mariana, sendo também organizada uma especial para venda de flores e plantas de ornamentação, em frente à esplanada do Teatro Municipal.<sup>822</sup> O Ato nº 1073 de 1917, transferiu a feira da praça General Osório para avenida Tiradentes, sendo este e o do largo do Arouche

<sup>819</sup> Relatório de 1914. *Op. Cit.*, p. 11.

<sup>820</sup> Pinheiro baseou-se nos estudos efetuados por Roberto Simonsen. PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 2v. Tomo III. Sociedade e Instituições (1889-1930). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, pp. 146-7. “Por necessidade do momento, os empregadores aumentam, outras vezes diminuem salários, como aconteceu em 1914 e em muitas ocasiões de crise. O resultado prático é que, no correr do todos esses anos, o salário mantém-se baixo: segundo a categoria, um trabalhador em São Paulo, em 1886, ganha a média diária de 2\$ a 4\$000; em 1907, no Rio de Janeiro, 6\$000; em 1918, em São Paulo, entre 5\$ e 6\$000; e 3\$ a 5\$000, no Recife.” CARONE, *op.cit.*, pp. 194.

<sup>821</sup> Relatório de 1914. *Op. Cit.*, p. 11. O mercado franco da Penha foi criado através do Ato nº 730, de 21 de novembro de 1914, enquanto os demais, pelo Ato nº 717, de 23 de setembro de 1914.

<sup>822</sup> Anexos. Relatório de 1916. *Op. Cit.*, p. 97.

desdobrados pelo Ato nº 1122, que também estabeleceu dois novos mercados francos: um na avenida Angélica, esquina da avenida Paulista, e outro na rua Piratininga, esquina da rua Mooca.<sup>823</sup>

Essas dez feiras livres, funcionando semanalmente, coexistiam com os três mercados municipais existentes na cidade: em Pinheiros; na rua São João e na rua 25 de Março. Esses mercados ofereciam uma lista mais ampliada de produtos, se comparado às feiras: frutas, cereais, legumes, verduras, lingüiças, frangos, toda a pequena produção das chácaras existentes nos subúrbios da cidade, um setor de peixe, vindo de Santos, alguns artigos artesanais, como cestinhas, peneiras tecidas em taquara e os potes de moringas de barro.

O mercadinho da rua São João, desmontado em razão das obras de alargamento no início dos anos 1910, foi transferido para o terreno situado logo abaixo do recém-construído viaduto Santa Ifigênia depois de demorada negociação na Câmara Municipal. Destinou-se a armação metálica do antigo mercadinho, de procedência belga, a montagem de um outro na rua 25 de Março próximo ao Palácio do Governo.<sup>824</sup> Conhecido popularmente como “Mercado Velho” ou “Mercado Central”, nas suas imediações transcorria uma feira informal de peixes e hortaliças, originários da zona rural da capital, alcunhada “Mercado dos Caipiras”.

Em 1914, Washington chegou a rebater as críticas levantadas sobre a possibilidade das feiras livres virem a diminuir a renda dos mercados fixos, afirmando que as primeiras não foram instituídas como geradores de renda, mas apenas para “comodidade e higiene do público”.<sup>825</sup> As taxas de fiscalização, provenientes do movimento de todas feiras livres, produziram para os cofres municipais um montante de 60:834\$300 em 1916, valor realmente muito inferior ao arrecadado somente em um dos mercados municipais, o da rua 25 de Março que foi de 332:840\$000.<sup>826</sup> O verdadeiro dilema advinha das condições sanitárias das feiras e das mercadorias expostas nas inúmeras barraquinhas ou estendidas pelo chão.

No relatório dirigido ao prefeito, o chefe da Diretoria de Polícia Administrativa e Higiene, Alberto da Costa constatou, *in loco*, algumas das denúncias a respeito da comercialização de gêneros adulterados ou estragados realizada por vários vendedores nas feiras livres:

---

<sup>823</sup> Anexos. Relatório de 1917. Op. cit., pp. 19 e 21.

<sup>824</sup> Lei nº 2052, 10 de fevereiro de 1917. In: Anexos. Relatório de 1917. Op. cit., p. 13.

<sup>825</sup> Relatório de 1914. Op. cit., p. 12.

<sup>826</sup> Anexos. Relatório de 1916. Op. cit., pp. 106; 119.

(...) as operações de fiscalização (...) consistiram na apreensão, com as respectivas multas, dos gêneros falsificados ou deteriorados que vendedores sem escrúpulos, apresentaram à venda. Os produtos mais falsificados foram a manteiga, sendo apreendidos 100 quilos e a massa de tomate. Os deteriorados eram, na maioria, carnes de porco salgada, já com princípios de fermentação, e salsicharias feitas às vezes com carnes já em franco estado de decomposição.<sup>827</sup>

Infelizmente a adulteração e a falsificação de alimentos constituíam um fato corriqueiro na capital, constantemente denunciado pela imprensa. Em 1917 o alarmante número de óbitos provocados por intoxicação alimentar estaria relacionado a maior intensidade de ocorrências dessa natureza.<sup>828</sup> Monteiro Lobato tratou dessa questão em crônica famosa, na qual considerava a cidade de São Paulo como “paraíso da fraude bromatológica”, listando uma infinidade de irregularidades que se multiplicavam pela deficiente fiscalização sanitária municipal e pela existência de um verdadeiro esquema de proteção aos fraudadores:

Era assim, o falsificador antes da guerra. Depois, com a escassez de mercadoria importada e os altos preços alcançados pela que consegue entrar, e também pela produção indígena, ficou assim: gordo, soberano. A lepra cresceu como maré. Raro, é o dia em que não rebenta nos jornais um caso de falsificação. Cada falsificador tem à sua calda uma coorte de advogados administrativos, prepostos a inutilizar a ação dos poderes públicos, porque não há melhor negócio do que defender um falsificador. Gente que paga bem!<sup>829</sup>

Algumas poucas vezes Washington manifestou sua opinião acerca do assunto. Em uma delas isentou as feiras livres desses transtornos, preferindo atribuir a responsabilidade a deficiente fiscalização sanitária, como se essa não fosse da alçada da própria administração municipal:

A insuficiência da fiscalização sanitária sobre os gêneros vendidos nos mercados livres, mesmo que fosse reconhecida, não seria um defeito dos mercados livres, mas um defeito de fiscalização sanitária. E a insuficiência de fiscalização sanitária se verificará com maioria

<sup>827</sup> Anexos. Relatório de 1916. Op. Cit., p. 130.

<sup>828</sup> LOPREATO, Christina Roquette. Op. Cit., p. 75.

<sup>829</sup> LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959, pp. 288-9. No rol desses gêneros comumente denunciados pela imprensa figuravam: açúcar, marmelada, goiabada, óleos diversos, sal, farinha de mandioca, macarrão, bebidas alcoólicas, vinagre, sabão, manteiga, café, sardinhas, medicamentos diversos e inclusive a massa de tomate, que segundo Lobato levava “abóbora, chuchu, pimentão, óleo de algodão e às vezes até tomate”, servindo assim “indistintamente de massa para uso culinário ou de graxa para sapatos amarelos.” Idem, pp. 290-2.

de razão em qualquer outra parte, nos mercados fixos, nos estabelecimentos comerciais, nos mercados ambulantes. Os mercados livres permitem até uma fiscalização mais eficaz, porque é mais fácil exercê-la sobre gêneros reunidos em mesmo lugar, à mesma hora, do que fazê-las nos diversos estabelecimentos comerciais da cidade, nos cestos e carrinhos dos ambulantes.<sup>830</sup>

No ofício nº 220 de maio de 1917, teceu algumas considerações sobre um antigo projeto de 1908, relativo à fiscalização de gêneros alimentícios, que havia retornado para pauta da Câmara Municipal. Iniciou com um breve histórico sobre o estabelecimento da polícia sanitária municipal em 1895, a extinção desta repartição por ato do prefeito Antônio Prado e a cessão ao Serviço Sanitário do Estado suas atribuições, e por fim a tentativa de restabelecimento com Duprat. Em seguida, Washington passou a descrever os serviços municipais de fiscalização alimentícia. Apesar de assinalar a “necessidade de (...) instalações de laboratórios de análises e de um corpo de fiscais idôneos, competentes e suficientes, na parte técnico-higiênica”, o prefeito manteve a combinação entre a Prefeitura e o Instituto Pasteur devido à restrição de recursos.<sup>831</sup>

Sem dúvida, os casos de adulteração e falsificação se ampliaram na medida em que diversos setores passaram a priorizar o atendimento a demanda dos países em guerra, por gêneros de subsistência, deixando de priorizar o abastecimento interno. A escassez de gêneros e a fiscalização inadequada, juntamente com a ação de especuladores e açambarcadores colaboraram para elevar ainda mais os preços dos alimentos básicos entre os anos de 1917 e 1918. Nessa época, os gastos com alimentação passaram a representar quase 2/3 dos rendimentos domésticos de uma família de baixa renda, impossibilitando a aquisição de alguns produtos alimentícios, por causa da elevação brusca de seus preços.<sup>832</sup>

Em 1917, os jornais paulistanos registraram as críticas populares contra a elevação dos preços, em contraste com a abundante colheita de cereais do ano agrícola de 1916-1917. *A Gazeta* acusava a ação de açambarcadores que compravam a produção em todo o Estado com intuito de exportar pelo porto de Santos.<sup>833</sup> Para o periódico *O Combate*, a culpa deveria recair sobre o governo por sua inação e indiferença em relação à ação dos trustes, que se desenvolviam sem restrições na inexistência de

<sup>830</sup> Relatório de 1914. Op. Cit., p. 12.

<sup>831</sup> Ofício nº 220 (8/5/1917). Anexos. Relatório de 1917. Op. Cit., p. 68-9.

<sup>832</sup> LOPREATO, Christina Roquette. Op. Cit., p. 77.

<sup>833</sup> “O espectro da fome”. *A Gazeta*. São Paulo, 11 — maio — 1917, p. 1. Apud LOPREATO, Christina Roquette. Op. Cit., p. 74.

qualquer tipo de medida legal para coibi-los.<sup>834</sup> Apesar de reconhecer a existência dos trustes, o Secretário da Agricultura, Cândido Motta afirmava que a ação repressora não dependia do executivo, cabendo ao legislativo o estabelecimento dos mecanismos para impor limites a exportação. Washington, ao contrário, parecia ignorar a ação dos açambarcadores, pois creditava “a alta dos preços à própria exportação que valorizou o produto”.<sup>835</sup>

Os mecanismos ortodoxos aplicados pela municipalidade no sentido de conter a elevação abusiva dos preços e da especulação, eram considerados por Washington um tipo de controle ou intervenção nociva à atividade econômica, e excessiva por extrapolar os limites constitucionais, como nessa manifestação contrária a um projeto da Câmara Municipal estabelecendo o tabelamento de preços:

Como tive ocasião de vos dizer em ofício de 16 de julho, continuo a pensar que não deve e não pode ser tomada medida municipal que estabeleça o preço máximo pelo qual os gêneros alimentícios sejam vendidos em São Paulo. Não entrando na discussão da legalidade da medida, por parte da Municipalidade, e, portanto, da obediência que a ela prestariam os comerciantes, penso que por inconveniente não deve ser ela adotada.<sup>836</sup>

Um certo apego ingênuo aos princípios da teoria liberal e do *laissez-faire* pode ser percebido nos argumentos expendidos sobre outro projeto de lei do Legislativo local que determinava a aquisição pela municipalidade de “estoques de gêneros alimentícios para em seguida serem vendidos como ração aos habitantes da cidade”. O prefeito rejeitou o projeto por considerá-lo uma “tentativa de privilégio forçado com recursos públicos”, e por “estabelecer uma concorrência desleal com o comércio local.”<sup>837</sup> No ofício nº 334 de 16 de julho de 1917, voltou a criticar com mais veemência as tentativas de controle oficial de preços:

Como se sabe, S. Paulo não é um município produtor; a não ser a verdura de seus arredores, todos os gêneros vem de outros municípios; nessas condições, si se estabelecer aqui um preço de venda abaixo dos altos preços porque estão sendo vendidos os gêneros nos municípios produtores, é bem claro que nenhum

<sup>834</sup> “A fome! O povo agita-se contra os seus exploradores”. *O Combate*, São Paulo, 9 — maio — 1917, p. 1. *Apud* Idem, p. 74.

<sup>835</sup> Idem, pp. 74-5.

<sup>836</sup> Relatório de 1917. Op. Cit., p. VIII.

<sup>837</sup> Ofício nº 225 (11/5/1917). Anexos. Relatório de 1917. Op. Cit., pp. 70-1.



produtor, comerciante trará mais os seus gêneros para os vender nesta cidade, porque terá de aqui vir perder o seu dinheiro.<sup>838</sup>

Washington atribuía a alta do custo de vida e dos preços dos gêneros alimentícios à conjuntura de guerra. Admitia que a situação beneficiava parte dos agricultores, industriais e comerciantes, em detrimento da maioria da população. Porém, a solução para o drama da carestia deveria ser cautelosa e exercida pelo governo federal para evitar o desabastecimento generalizado:

Isto significa que medidas de tal natureza, medidas excepcionais para prover a subsistência, podem e devem ser tomadas nos momentos excepcionais como o que atravessamos; mas devem ser tomadas por poder que se estenda a todos os municípios e a todos os Estados, para regular os preços máximos da produção, os dos transportes e a sua efetividade, e os do consumo e as suas quantidades, providenciando para que chegue a todos o que todos precisam. Medidas locais não remediam as localidades, antes prejudicam-nas, fazendo delas afastar-se os gêneros, que vão encontrar melhor remuneração em outras partes. Para serem úteis, essas medidas têm que ser gerais, têm que partir do governo federal. Isso já foi compreendido pelo poder federal que criou o Comissariado de Alimentação Pública, cujo nome Alimentação Pública, bem demonstra que a sua ação não se restringe à municipalidade da Capital Federal, e que se deve estender a todos as partes do Brasil.<sup>839</sup>

Em nenhum momento o Prefeito fazia menção a atuação dos trustes ligados aos ramos de exportação e sua relação com a carestia e os abusos cometidos pelos atravessadores, inexistindo assim qualquer providência para conter a febre especulativa que grassava a capital. O prefeito absteve-se da questão, preferindo transferi-la para uma órbita superior a prejudicar os “negociantes” locais.

A insensibilidade das autoridades neste quesito fomentou focos de alarmante tensão social, percebido no desenrolar da “crise do pão”. Este episódio teve origem na interrupção da importação de trigo para o Brasil, decretado pelos nossos principais fornecedores (Argentina e Estado Unidos), em meados de 1917, fato que provocou a imediata disparada do seu preço, transformando o pão em “artigo de luxo”.

Imediatamente os sindicatos anarquistas, reagiram iniciando um movimento de boicote e protestos contra os industriais Puglisi, Gamba e Matarazzo, acusando-os de estar à testa do grupo de trustes e falsificadores que se beneficiavam da escassez do

<sup>838</sup> Ofício nº 334 (16/7/1917). Anexos. Relatório de 1917. Op. Cit., p. 80.

<sup>839</sup> Relatório de 1917. Op. Cit., p.IX.

produto nos moinhos.<sup>840</sup> Logo em seguida, o jornal *Guerra Sociale* e o Centro Libertário de São Paulo publicaram um manifesto, em italiano e português, no qual alertaram para a ingenuidade de pedir a intervenção do Estado na crise, mostrando-se contrários à proposta veiculada pela imprensa da fabricação de pão misto com farinhas alternativas, considerado um mero lenitivo diante da perspectiva da fome que assombrava os lares dos trabalhadores. Estes eram instigados a atacar os moinhos e distribuir os estoques ao povo.<sup>841</sup>

Na comemoração do Dia do Trabalho, militantes e sindicalistas de diferentes facções anarquistas, unidas desde a formação do Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários em março, organizaram uma série de protestos dirigidos principalmente contra a possibilidade de entrada do país no conflito europeu – decretado efetivamente em outubro, após o torpedeamento pelos alemães de vários navios brasileiros, – denunciando as injustiças sofridas pelos operários com o aumento do desemprego e a ameaça da falta de pão.

Essa arregimentação anarquista, engrossada pela maré de descontentamento, deu alento a formação de diversas ligas operárias de bairro, organismos de encaminhamento de reivindicações da população que tiveram uma atuação bastante relevante durante a Greve Geral de 1917.

Esse evento, que praticamente paralisou as atividades urbanas na capital causando um alvoroço geral, iniciou-se em junho no Cotonifício Rodolfo Crespi, na Mooca, quando operários entraram em greve pedindo 20 % de aumento. A fábrica promoveu um *lockout* para constranger os empregados a aceitarem as condições salariais propostas e terminarem com a paralisação. Com esses 2.000 trabalhadores da Crespi se solidarizam 1.000 das fábricas de Nami Jafet e do Lanifício Ítalo-Paulista. No dia 15 de junho, os operários realizaram uma passeata pelas ruas do Brás. A polícia interviu violentamente, dispersando a manifestação e efetuando várias prisões. No começo de julho a greve se intensificou, alastrando-se por vários estabelecimentos industriais da capital. A imprensa divulgava números divergentes de operários parados, que no auge do movimento, entre os dias 11 e 12 alcançou por volta de 15.000 a 20.000 grevistas, enquanto, as lideranças anarquistas falavam em 70.000.<sup>842</sup>

---

<sup>840</sup> LOPREATO, Christina Roquette. Op. Cit., pp. 75-7.

<sup>841</sup> “La crisi del pane”. *Guerra Sociale*. São Paulo, 10 — abr.— 1917, p. 3. *Apud* Idem, pp. 76-7.

<sup>842</sup> CARONE, Edgard. Op. Cit., pp. 229-30; LOPREATO, Christina Roquette. Op. Cit., pp. 102-9.

A densidade das manifestações e os choques diários com a polícia começaram a preocupar a autoridade estadual, diante da perspectiva de perda de controle da cidade. Numa dessas refregas, o sapateiro José Martinez, ligado ao Grupo dos Jovens Incansáveis, foi assassinado. Temendo maiores repercussões do caso, o delegado geral de polícia, Thyrso Martins, mandou fechar todas as sedes das ligas e uniões operárias. O enterro de Martinez, acompanhado por cerca de 10.000 operários no dia 12 de julho, serviu como pretexto para convocação da greve geral pelo Comitê de Defesa Proletária, composto de líderes sindicais e dirigentes do movimento grevista como Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Antônio Duarte, Francisco Ciani, Rodolfo Felipe, Luigi (Gigi) Damiani e Teodoro Monicelli. No Brás e na Mooca, os operários ergueram barricadas para se proteger dos ataques da Força Pública. Estabeleceu-se um clima de violência e desordem com tiroteios e saques de casas comerciais. Durante dois dias a capital ficou sobre o controle do Comitê, havendo interrupção do serviço de bondes e no fornecimento de eletricidade, além da paralisação das atividades do comércio e da indústria.<sup>843</sup>

Ao relatar esses acontecimentos em seu *diário de governo*, Altino Arantes procurou justificar os excessos cometidos por seus subordinados, promovidos pela polícia civil e Força Pública que teriam se excedido na repressão — apoiada por tropas do exército enviada do Rio de Janeiro — atribuindo aos “agitadores da classe trabalhadora” a culpa pelos incidentes:

A greve pacífica, que – verdade seja dita – se declarara com simpatias gerais e até do próprio governo, pedindo o aumento de 20% nos salários dos operários de fábricas; e depois de atendida nessa pretensão, por intervenção do meu Secretário de Justiça, Dr. Eloy Chaves, degenerou francamente em movimento subversivo da ordem pública, redobrando de exigência, assaltando e depredando armazéns e usinas, impedindo a liberdade de trabalho e de transporte e praticando outros reprováveis excessos. As autoridades agiram, a princípio com a maior cordura esgotando todos os meios máximos para chamar à razão os desordeiros, já agora sabidamente conduzidos por elementos anarquistas, estrangeiros e alheios à classe operária. Diante da gravidade da situação, hora a hora mais premente, reuni no Palácio os meus Secretários e o Prefeito Municipal, com os gerais assentei medidas de conjunto tendentes a normalizar as cousas. Ao Dr. Eloy Chaves dei instruções precisas e categóricas no sentido de ser, quanto antes e a todo o custo, restabelecida a ordem pública, – condição preliminar para qualquer outro entendimento com os grevistas. Para esse objetivo, teve a polícia, nestes dois dias de empregar recursos extremos, – e o fez sempre dentro das instruções e

<sup>843</sup> CARONE, Edgard. Op. Cit., p. 230-1; DEBES, Célio. Op. Cit., pp. 160-1.

ordens legais recebidas, com aplausos da população sensata. Dos incidentes ocorridos dão abundantes notícias os jornais da capital, e não os rejeito, por isso, rápido memorial. O que é certo e quero consignar, é que no dia 13, à noite, – a ordem pública estava completamente restabelecida em todos os bairros da capital, trafegaram livremente os bondes e outros veículos; reabria-se o comércio e a cidade retomava, aspecto alegre e movimentando. Custou-nos isso, é verdade, o sacrifício de algumas vidas, mas eu, que, em ocasiões normais, sou incapaz de, conscientemente, ofender ao ínfimo dos entes vivos, – sinto-me perfeitamente tranqüilo na convicção inabalável de que cumpri apenas o meu dever de autoridade pública. O Dr. Eloy Chaves, Secretário da Justiça, o Dr. Thyrso Martins, Delegado Geral e Oficiais e praças da Força Pública foram inexcedíveis em atividade, solicitude e dedicação.<sup>844</sup>

Esse longo trecho expõe claramente a interpretação corrente no meio político em relação aos conflitos entre capital e trabalho durante a Primeira República. Os organismos e liderança anarquistas são comumente identificados sob a perspectiva policial e considerados elementos subversivos, estabelecendo uma estratégia deliberada de deslegitimação de sua ação. Por outro lado, a reação desmedida e brutal, operada pela Força Pública que resultou em muitos mortos e feridos, visava à retomada da “ordem pública”, violada por um bando de estrangeiros sediciosos, que espalhavam idéia “exóticas” e manipulavam a boa-fé do trabalhador paulista.

Em meio ao impasse criado pelo C.D.P. que se recusava a dialogar com a polícia, o secretário Elói Chaves viu-se obrigado a convocar os representantes da imprensa paulistana para discutir uma saída para o conflito. Reunidos no Palácio do Governo em 15 de julho, os jornalistas Nestor Pestana e Amadeu Amaral (do “O Estado de S. Paulo”); João Silveira (do “Correio Paulistano”); Valente de Andrade (do “Jornal do Comércio”); Lisboa Junior (do “Diário Popular”); Nereu Rangel Pestana, (do “Combate”), Mazzaroldi (do “Piccolo”) e outros, compuseram uma comissão para intermediar as negociações entre patrões e empregados, uma vez que o próprio governo se mostrava incompetente para encaminhá-las. Nestor Pestana expôs as reclamações dos operários e as concessões conquistadas junto aos industriais. O presidente Altino, que se mantivera alheio a essas queixas, veiculadas pela própria imprensa, prometeu se esforçar para encaminhar algumas reivindicações operárias:

- a) por dar rigoroso cumprimento as disposições do Regulamento Sanitário referentes ao trabalho de menores, à falsificação e à adulteração de gêneros alimentícios; b) por patrocinar, no Congresso

<sup>844</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol.4. [12 e 13/07/1917]. Grifo no original.

Federal, projetos tendentes a melhoria das condições dos operários, especialmente mulheres; c) por estudar e decretar, dentro da competência, medidas viáveis destinadas a minorar o atual encarecimento da vida, intervindo desde já e amistosamente, perante o comércio atacadista, no sentido de garantir-se aos consumidores um preço razoável para os artigos de primeira necessidade quanto ao direito de associação e de reunião as autoridades continuaram a respeitá-lo como até agora o fizeram, desde que fosse exercido dentro da lei e da ordem pública cuja manutenção é o dever primordial dos governos. Seriam soltos – depois de cessada a greve os operários detidos em razão dela; não se estendendo, porém essa concessão aos que houvessem incorrido em crimes comuns, tais como, assaltos à propriedade particular, depredações, ofensas físicas, etc.<sup>845</sup>

Após o término da reunião, Altino comunicou o prefeito da capital solicitando-lhe pronunciar-se a respeito pois seria procurado pela Comissão de Imprensa. Washington garantiu seu empenho na fiscalização e controle dos preços de primeira necessidade e no aumento do número de feiras livres, fazendo-as funcionar duas vezes por semana. Porém, alegou dificuldades orçamentárias e a manutenção do livre comércio como “empecilhos para uma maior contribuição da prefeitura na solução do conflito.”<sup>846</sup> Mesmo a contragosto, o prefeito firmou o acordo de conciliação proposto pela Comissão de Imprensa sem, é claro, abandonar suas convicções conservadoras a respeito da questão operária e da maneira de encaminhá-la.<sup>847</sup>

O Compromisso, apenas formal das autoridades estadual e municipal com acordo, não resultou em uma alteração significativa no cotidiano da população, que continuou a conviver com a permanente ameaça de escassez de alimentos, com o desemprego e a elevação do custo de vida. Naturalmente novas paralisações voltaram a ocorrer ainda em setembro de 1917, levando várias firmas paulistas e a Estrada de Ferro Inglesa a despedirem os paredistas, enquanto a polícia efetuava uma centena de prisões,

<sup>845</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol.4. [15/07/1917].

<sup>846</sup> “Il messaggio del prefetto alla camera municipale contro la carestia della vita.” *Fanfulla*. São Paulo, 17— jul.—1917, p. 2. *Apud* LOPREATO, Christina Roquette. Op. Cit., p. 60.

<sup>847</sup> Manifestou-se precisamente sobre o assunto em sua Plataforma de Governo para a presidência do Estado em 1920, indicando a solução enérgica: “Ainda por muitos anos, e eu vos falo para o minuto de um quadriênio, entre nós, em S. Paulo, pelo menos, a agitação operária é uma questão que interessa mais à ordem pública do que à ordem social; representa ela o estado de espírito de alguns operários, mas não o estado de uma sociedade. Homens vindos de outros climas, habituados a outras leis, martirizados por sofrimentos por nós desconhecidos, exacerbados por males que aqui não medraram, agitam-se e agitam, num momento propício, como seja o da carestia da vida, intercorrentemente produzida pela guerra européia, a falar de reivindicações de direitos, que lhes não foram negados, a reclamar contra situações que não existem.” In: Programma de Governo (Plataforma lida pelo Sr. Washington Luis no grande banquete que o Partido Republicano de S. Paulo offereceu a Sua Exa. No dia 25 de janeiro de 1920, no Theatro Municipal). In: FONCECA, Luiz. Op. Cit., p. 104.

entre elas a de Edgard Leuenroth.<sup>848</sup> O governo aproveitou a oportunidade para aplicar a temida lei de expulsão de estrangeiros (Lei Adolfo Gordo, de 1907), embarcando alguns dos “indesejáveis” líderes anarquistas no vapor *Curvello* da Companhia Lloyd Brasileiro, com destino para Barbados.<sup>849</sup> Apesar da intensidade das inúmeras paredes operárias que pipocam até 1920, nenhuma conseguiu alcançar a magnitude do evento de 1917.

Washington tratou de restabelecer o funcionamento dos serviços públicos paralisados durante a greve geral, contando para isso com o apoio de Elói Chaves, que lhe emprestou soldados da Força Pública para colocar em tráfego regular os bondes da Light e na proteção das instalações do Matadouro Municipal, que sofrera danos materiais durante a invasão dos paredistas que mataram o gado existente e distribuíram a carne:

Pessoalmente estive sempre no Matadouro Municipal, no depósito da Continental, nos mercados livres, para que se fizessem as vendas de gêneros, tendo sido auxiliado com toda a dedicação pelos funcionários pertencentes aos serviços municipais e com eles tenho estado em contato nestes dias.<sup>850</sup>

Após a greve, os marchantes de gado, ameaçavam elevar o preço do quilo da carne abatida no matadouro municipal em \$20 réis. Em uma de suas poucas medidas de intervenção, o prefeito ameaçou com retaliação: os impediriam de abater rezes no matadouro, caso persistissem naquele propósito, “tendo providenciado para que, nesta hipótese fosse o abastecimento de carne à Capital feito pelos Frigoríficos de Osasco [Continental Products Co.] e de Barretos”.<sup>851</sup>

Para contornar rapidamente essas circunstâncias negativas, originadas da greve geral, Washington apelou para o imaginário do progresso ao organizar a Primeira Exposição Industrial de São Paulo. O evento, cogitado pelo prefeito desde o mês de abril, quando encaminhou a Câmara a proposta de instalação de “exposições-feiras” que deveriam ocorrer anualmente com a participação de fabricantes estabelecidos na capital:

Trata-se do estabelecimento de exposições anuais, das indústrias do município da capital, durante os quais possam ser vendidos os produtos apresentados. Criadas que sejam essas exposições-feiras,

<sup>848</sup> CARONE, Edgard. Op. Cit., p. 233.

<sup>849</sup> LOPREATO, Christina Roquette. Op. Cit., pp. 164-5.

<sup>850</sup> Ofício nº 334 (16/7/1917). Anexos. Relatório de 1917. Op. Cit., p. 81.

<sup>851</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP91.01.001. vol.4. [25/7/1917].

anualmente, vai ser uma verdadeira revelação inesperada para a maioria da população, o que se vai apresentar não só em relação à diversidade dos produtos, como do valor pecuniário que eles representam.<sup>852</sup>

Instituída pela lei nº 2084, de 2 de julho, a exposição deveria se realizar em setembro. O prefeito acelerou os preparativos para o evento, escolhendo estrategicamente o Palácio das Indústrias, edifício suntuoso projetado por Ramos de Azevedo no parque da várzea do Carmo.<sup>853</sup> Os diversos salões do palácio ficaram lotados de artigos dos mais diversos expositores — caixas de papelão, fósforos, móveis, cerâmica, vidros, tecidos, couros, calçados, perfumaria, produtos químicos, maquinário industrial, etc..

No dia 30 de setembro, a Primeira Exposição foi inaugurada pelo próprio Presidente de Estado Altino Arantes, contando com a presença de seu secretariado, de políticos, da imprensa e outras autoridades. Uma grande festa se seguiu no palácio, com Washington ciceroneando seus convidados por entre os estandes nos vários salões do palácio:

Encontrareis, aqui, não uma fábrica ou espécie, mas diversas espécies de numerosas fábricas, muitas das quais já transformam a matéria-prima fornecida pelas indústrias extrativas e agrícolas de nosso Estado ou de nosso país.<sup>854</sup>

O evento foi organizado, evidentemente, de forma a promover a exaltação da indústria paulista e materializar certos prognósticos do prefeito sobre a capital, utilizando-se de efeitos da propaganda e do *merchandising* na montagem da imagem de São Paulo como metrópole industrial. Encerrada em 31 de outubro, a exposição recebeu 8000 visitantes, alcançando um relativo sucesso. No ano seguinte, a Segunda Exposição Industrial acabou completamente eclipsada por uma ocorrência ainda mais grave: a pandemia de gripe espanhola. Esta revelaria de maneira mais contundente os contrastes sociais reinantes na capital paulistana.

Em 23 de setembro de 1918, Altino registrou em seu diário uma solicitação dirigida ao presidente Nilo Peçanha sobre a situação da Missão Médica-Militar Brasileira que se encontrava a bordo do navio “La Plata”, atingido pela “terrível

<sup>852</sup> Ofício nº 209 (30/4/1917). Anexos. Relatório de 1917. Op. Cit., p. 68.

<sup>853</sup> DEBES, Célio. Op. Cit., p. 148.

<sup>854</sup> *São Paulo: 110 anos de industrialização* (1880-1990). São Paulo: Editora Três, p. 34.

influenza espanhola”.<sup>855</sup> A essa altura, surgiram os primeiros focos de gripe nos portos do Recife, Salvador e Rio de Janeiro, trazidos provavelmente pelo vapor inglês “Demerara”.<sup>856</sup>

Apesar da ameaça iminente de propagação do surto, as ações profiláticas tendentes à defesa sanitária da capital paulista começaram a ser tomadas tardiamente. De acordo com o novo Código Sanitário aprovado naquele mesmo ano, cabia ao governo estadual a responsabilidade pelos serviços de higiene urbana e ao estabelecimento dos serviços oficiais de socorro durante as crises epidêmicas que porventura atingissem os municípios paulistas.<sup>857</sup> Entretanto, o diretor do Serviço Sanitário do Estado, o médico Artur Neiva, nada faz até a decretação oficial de estado epidêmico em 15 de outubro, a despeito dos inúmeros alertas e informes a respeito de casos de gripados noticiados pela imprensa da capital e da situação de calamidade no Rio de Janeiro. Em geral, o S. S. E. tentou minimizar o fato, tratando a epidemia gripal como simples caso de “influenza comum”, passando uma visão tranqüilizadora e desmistificadora.<sup>858</sup>

O próprio presidente Altino somente se mobilizou quando o mal grassava a mais de duas semanas a cidade de Santos e se instalava nas cercanias da capital. Optou pelo simples isolamento de navios infestados (providência inócua naquele momento) e constituiu os primeiros hospitais provisórios:

O comandante Nunes — chefe da nossa divisão naval ancorada em Santos —, falando comigo pelo telefone, pediu-me que lhe facultasse [remeter] a guarnição de seus navios ao Hospital de Isolamento, enquanto se fizesse o expurgo dos barcos contaminados de “influenza espanhola”. Acedi prontamente, dando eu, em pessoa, ao Dr. Neiva as instruções nesse sentido. Com este combinei também o fechamento dos Grupos Escolares da Capital, podendo os respectivos edifícios ser convertidos em enfermarias para os indigentes atacados de gripe.<sup>859</sup>

<sup>855</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP92.01.001. vol.8. A Missão Médico-Militar a caminho da Europa fez uma escala em Dacar, no então Senegal francês em 15 de setembro. A tripulação se contaminou com a gripe, ocorrendo várias mortes, o que provocou o retorno da esquadra para o país para proceder a substituição dos enfermos.

<sup>856</sup> BERTOLLI FILHO, Cláudio. *Epidemia e Sociedade: a Gripe Espanhola no município de São Paulo*. dissertação (mestrado em História Social). São Paulo: F.F.L.C.H., USP, 1986, p. 95.

<sup>857</sup> São Paulo, Estado – Código Sanitário do Estado de São Paulo. São Paulo: Typ. do “Diário Oficial”, 1918, p. 3.

<sup>858</sup> DEBES, Célio. Op. Cit., p. 161.

<sup>859</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP92.01.001. vol.9. [17/10/1918].



As primeiras medidas tomadas por Neiva no sentido de conter a epidemia foram: o isolamento dos enfermos; a desinfecção de residências onde houvessem ocorrido óbitos de gripados; vigilância epidemiológica permanente e a publicação pela imprensa de conselhos à população.<sup>860</sup> Esses procedimentos, reconhecidos e largamente utilizados pela polícia sanitária paulista, adotava o modelo de intervenção estatal funcionalista europeu de maneira incompleta, como um conjunto de técnicas de controle de epidemias no meio urbano que atingiam a mão-de-obra imigrante.<sup>861</sup> Durante os anos 1910 as reformas introduzidas tenderam a reforçar a gerência estadual das práticas sanitárias sob o comando da Diretoria do Serviço Sanitário, chefiada de maneira autoritária e centralizadora pelo doutor Emílio Ribas entre 1898 e 1917, quando então, foi substituído por Neiva.<sup>862</sup>

Essas medidas profiláticas iniciais não demonstraram nenhuma eficácia no sentido de conter a o avanço da influenza, pois o número de doentes e de óbitos crescia avassaladoramente. Por intermédio do diário de governo de Altino temos uma pequena amostra da proporção e intensidade alcançada pela epidemia na capital. Em seus registros em datas subseqüentes, computa um número elevado de gripados: em 21 de outubro, são 918 novos casos; em 22, 1023; em 23 e 24, a escala aumenta assustadoramente para 1500 e 1900. No registro do dia 30, em uma curta frase lacônica, alude pela primeira e única vez à mortalidade na capital: “Os óbitos de hoje, ao que me informa o Washington, atingiram ao numero de 112, quando a média diária, normal, é de 22 apenas (...)”.<sup>863</sup>

Apesar das evidências, Neiva continuava impassível, recusando-se a modificar a estratégia, diante da irremediável falência da ação da Diretoria do Serviço Sanitário, demonstrada na dificuldade de se estabelecer uma terapêutica adequada para a influenza em decorrência da própria circunscrição da medicina.<sup>864</sup>

<sup>860</sup> BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 200.

<sup>861</sup> TELAROLLI Junior, op.cit., pp. 234-5.

<sup>862</sup> Os médicos Artur Neiva, Belisário Pena e Afrânio Peixoto, pertenciam a corrente nacionalista em voga a partir de meados da década de 1910, e advogavam a reversão do modelo sanitário que deveria se voltar para o controle das endemias rurais e a saúde do trabalhador do campo. Nesse contexto as reformas sanitárias de 1917 e 1918 corresponderam a esta mudança no cenário político, estabelecendo os primeiros serviços ambulatoriais permanentes e o incremento de campanhas na zona rural para combater doenças endêmicas como a ancilostomíase, o tracoma e o mal de chagas. Idem, p. 235.

<sup>863</sup> AESP. APAA. *Locus*: AP92.01.001. vol.9.

<sup>864</sup> As ações do Serviço Sanitário paulista pautavam-se em uma interpretação dupla do ciclo das doenças infecciosas: o contágio e a transmissão. Havia a teoria dos miasmas, ainda muito em voga no início do século XX, advogava que as epidemias resultavam de condições ambientais locais (emanações pestilenciais exaladas das matérias orgânicas em decomposição, presentes no solo ou subsolo onde se reproduzem); por outro lado, a teoria do germe associava a origem das doenças aos microorganismos

A municipalidade da capital se mostrou, inicialmente, apática à discussão sobre a questão, e nem mesmo a Comissão de Higiene e Saúde Pública, composta por Henrique de Sousa Queiroz, Almerindo Meyer Gonçalves e pelo major Antonio Pereira da Fonseca, foi capaz de propor algo de novo. O vereador José Piedade inaugurou tímido debate ao apresentar um projeto de lei autorizando o prefeito a estabelecer postos médicos e hospitais provisórios para tratamento dos gripados na sessão de 19 de outubro:

Passarei agora, sr. presidente, a outro assunto, que reputo muito mais grave, muito mais sério, muito mais momentoso, permita-se-me assim dizer:— é o estado de impressionabilidade em que se encontra o povo desta terra, diante da ameaça desta terrível epidemia que se convencionou chamar “gripe espanhola”. Seja, sr. presidente, pela fácil sugestão, ou seja pela fácil propagação do micróbio dessa terrível moléstia, o fato é que, de 4 a 5 dias a esta parte, a cidade está tomada de verdadeiro pânico diante do noticiário copioso dos jornais e em face da situação angustiosa que se lhe apresenta, ameaçada por essa terrível morbus.<sup>865</sup>

Piedade reconhecia a gravidade da situação e reclamava medidas específicas para os habitantes dos bairros operários — Brás, Belenzinho, Mooca, Bom Retiro, Ipiranga e Cambucí — em face da miséria e da dificuldade de acesso a medicação preventiva “num momento em que se explora com tudo, até com a desgraça alheia”. O projeto foi rapidamente aprovado sem maiores discussões.

Uma semana após essa decisão, a Câmara Municipal sancionou por unanimidade, a resolução proposta pelo vereador Marrey Jr., autorizando o prefeito a tomar as medidas cabíveis em relação ao socorro público na cidade, completando intenção inicial da edilidade de transferir para o Executivo a responsabilidade de assistência às vítimas da gripe espanhola.<sup>866</sup> No início de novembro, a maioria dos vereadores batia em retirada da capital alegando casos de gripe na família ou entre empregados de suas fazendas.

---

patogênicos cuja comprovação dependis dos avanços da bacteriologia. A combinação dessas teorias divergentes acabou originando um conjunto heterodoxo de técnicas de intervenção empregadas pelo Serviço Sanitário: ações genéricas de saneamento urbano, melhorias nas habitações, isolamento dos doentes e desinfecções de locais. Idem, pp. 94-5; HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998, p. 54.

<sup>865</sup> Projeto nº 46 de 1918. In: ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1918 (2º ano da 9ª legislatura). Organizado pelo taquígrafo Manuel Alves de Souza. São Paulo: Typ. Piratininga, 1918, pp. 316-7.

<sup>866</sup> Resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918. Idem, p. 378; BERTOLLI FILHO, op.cit.,p. 181.

Sem o apoio do Legislativo local, o prefeito da capital encarregou-se de prover as necessidades do município relacionadas à complexa manutenção do abastecimento de gêneros alimentícios, de regularizar o serviço de limpeza e o funcionamento dos cemitérios e sepultamentos durante a fase epidêmica. Washington tomou o cuidado de relatar minuciosamente essas providências em ofício junto ao Relatório de 1918.<sup>867</sup>

Esse documento assumiria uma importância ímpar por se tratar, segundo Bertolli Filho da “única declaração oficial” a informar “sobre os procedimentos tomados pelo poder executivo durante o flagelo sanitário”.<sup>868</sup> O ofício nº 477 mereceu inclusive uma publicação avulsa, reproduzido em relatórios do secretariado paulistano, nos Anais da Câmara Municipal, nos Anais do Senado Estadual e em vários jornais e revistas que circularam no último mês de 1918.<sup>869</sup>

Ventilando uma versão idealizada sobre os acontecimentos e dos serviços municipais adotados no transcorrer da crise sanitária, o texto começava por comparar a epidemia de influenza aos ciclos de pestes que haviam assolado a Europa no período medieval, inutilizando uma boa parte da população e alcançando elevado coeficiente de mortalidade em toda parte. Quase nada se podia fazer diante de um mal para o qual não havia nenhuma prescrição médica conhecida e cuja virulência atingia a todos de maneira homogênea. Deste modo, conseguia isentar as autoridades envolvidas, repudiando as “injustas” críticas levantadas pela imprensa contra a negligência na tomada das providências emergenciais:

Em toda a parte, a aparição virulenta foi brusca e a sua disseminação fulminante. Nos, como todas as grandes cidades, pagamos o equivalente tributo ao inimigo insidioso. O exemplo do Rio, em que tanto se falou, só serviria para assustar, visto que, para precaver e organizar, insuficiente foi o espaço de cinco dias que mediou entre a irrupção da epidemia, entre as duas capitais. Só podemos contar com os elementos existentes, com o aparelhamento, e com a sua adaptação, em vigor na cidade em todas as manifestações de sua vida, e com a solidariedade de todos, (...).<sup>870</sup>

<sup>867</sup> Ofício nº 477 (7/12/1918). Anexos. RELATÓRIO DE 1918. Op. Cit., v. 1, pp. 80-97.

<sup>868</sup> BERTOLLI FILHO, op.cit., pp. 182-3.

<sup>869</sup> SÃO PAULO, Cidade — Ofício nº 477 do Prefeito Washington Luís Relativamente às Providências Tomadas pela Municipalidade Durante a Epidemia de Gripe. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.

<sup>870</sup> Ofício nº 477 (7/12/1918), p. 81.

Em seguida, o prefeito relatava os entendimentos firmados com o presidente Altino, na primeira quinzena de outubro, visando estabelecer os limites da ação municipal na defesa sanitária da cidade:

À prefeitura ficaram naturalmente os serviços municipais, neste momento imprescindíveis, feitos pela cidade, e que são: os serviços de comunicação a cargo da Companhia Telefônica; os de transporte, luz e força, executados pela “The São Paulo, Light and Power Co.”; o serviço funerário, concedido à Santa Casa de Misericórdia e que tem sido feito por intermédio da Casa Rodovalho; os serviços dos dez cemitérios municipais e os serviços de Limpeza Pública, tendo a Prefeitura ainda de prover ao abastecimento da cidade.<sup>871</sup>

As incumbências formais das demais instituições e indivíduos que se envolveram no atendimento da população enferma e carente, demoraram a ser formalmente definidas, sendo decididas em reunião, presidida pelo Secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves, no dia 8 de novembro, semana em que a epidemia chegava ao ápice.<sup>872</sup>

Finalmente, estabeleceu-se que o médico Arnaldo Vieira de Carvalho se responsabilizaria pela direção dos serviços clínicos dos hospitais de tratamento dos gripados. Coube à Associação Brasileira de Escoteiros a função de coletar e organizar os dados estatísticos sobre a morbidade e a mortalidade gripal; à Cruz Vermelha Brasileira, os serviços de enfermagem hospitalar e domiciliar; ao médico Vergueiro Steidel, a direção dos postos de socorros; o arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva, convidado anteriormente por Altino Arantes, se encarregou da alimentação prestada aos enfermos e necessitados em geral. A missão do prefeito Washington Luís acabou sendo reafirmada nessa ocasião: “continuidade dos trabalhos administrativos oficiais e pelo suprimento de alimentos, caixões e sepulturas necessitadas pela cidade pestilenta”.<sup>873</sup>

A teimosia de Artur Neiva em reconhecer a falência das primeiras medidas profiláticas gerais e a dificuldade em explicar a inoperância do Instituto Vacinogênico e do Butantã, descreditou a Diretoria do Serviço Sanitário por parte da população. No auge da crise epidêmica, que em 28 de outubro alcançava 30 mil gripados na capital, Neiva finalmente decidiu solicitar apoio extra-oficial.<sup>874</sup>

---

<sup>871</sup> Idem, pp. 81-2.

<sup>872</sup> Influenza Hespânica. *O Estado de S. Paulo*, 9 — nov. — 1918, p. 3.

<sup>873</sup> Idem.

<sup>874</sup> BERTOLLI FILHO, op.cit., pp. 207-14.

Os médicos hospitalares aderiram a esse convite para se unir ao esforço público de distribuição de recursos pecuniários: as Associações de Igrejas Evangélicas, a Associação Cristã dos Moços, o Grande Oriente Autônomo e a Liga Nacionalista. O jornal “O Estado de S. Paulo”, juntamente com o diário da colônia italiana Fanfulla, abriram a primeira subscrição pública para obtenção de recursos para uma campanha de amparo à população, além de outras iniciativas particulares isoladas para montagem de farmácias populares e estabelecimento de enfermarias provisórias.

Por seu turno, Washington manifestou sérias preocupações com a possibilidade da desorganização dos serviços públicos essenciais, por causa da falta de pessoal que caía adoentado, pois o mesmo problema atormentava Neiva desde o início:

De fato, a ninguém era dado saber quais as pessoas preservadas pela terrível moléstia, para entregar a essas as funções, nesse momento, indispensáveis e inadiáveis. Todas as organizações tornavam-se precárias e instáveis, devido à instabilidade do pessoal, caído e ausente pela gripe implacável. Providenciada uma substituição ou feita uma nova nomeação, poucos dias e, às vezes, poucas horas depois, verificam-se as mesmas vagas, ameaçando sempre e a todo o momento a desorganização, mais fácil em matéria que demanda pessoal numeroso.<sup>875</sup>

Esse parece ter se constituído em um dos principais empecilhos para manutenção adequada do funcionamento da máquina administrativa durante a quadra epidêmica, levando o prefeito a baixar um ato pelo qual dispensava as formalidades e trâmites burocráticos para substituição de funcionários públicos enfermos, evitando a paralisação dos serviços.<sup>876</sup>

Procedeu-se a abertura de uma verba especial de 467:053\$965, para auxiliar na “defesa municipal da cidade e de seus habitantes”, valor pouco expressivo se comparado aos demais dispêndios extra-orçamentárias de 1918, não alcançando 10 % das despesas, lideradas pelo pagamento de amortização e juros do empréstimo americano (2.343:000\$000) e com o calçamento da cidade (798:521\$382).<sup>877</sup>

Essa quantia, evidentemente, restringiu a ação do Executivo municipal justamente quando precisava tomar certas resoluções para óbices mais complexos como o de manter um adequado suprimento de gêneros alimentícios para população paulistana. No ofício nº 477, relata os resultado dos estudos encomendados aos diretores

<sup>875</sup> Ofício nº 477 (7/12/1918), p. 82.

<sup>876</sup> Ato nº 1270, de 25 de outubro de 1918.

<sup>877</sup> RELATÓRIO DE 1918. Op. Cit., v. 1, p. VII-VIII.

municipais, Vitor Freire e Arnaldo Cintra, sobre a quantidade de víveres e combustível necessário para o provimento das famílias na cidade de São Paulo. Apresentou os cálculos das necessidades calóricas suficientes para alimentação de cerca de 500 mil habitantes, juntamente com informações precisas sobre os estoques das principais casas atacadistas e as estatísticas da Bolsa de Mercadorias, pelo qual comprovou a existência de suprimentos para um período mínimo de 3 meses, em caso de colapso no abastecimento.<sup>878</sup> Contudo, a maior dificuldade nesse caso consistia na inexistência de quem vendesse esses víveres, devido a impossibilidade de funcionamento das casas comerciais por estarem seus funcionários e proprietários adoentados.

A falta de atitude de Washington diante das denúncias de majoração explícita dos preços dos gêneros de primeira necessidade, praticados pelos comerciantes, a exemplo de atitudes anteriores, apoiava-se em uma visão liberal contrária a qualquer tipo de intervenção do poder público no comércio particular, colaborando para piorar as condições de vida da população mais pobre.<sup>879</sup> O prefeito manteve em funcionamento regular, apenas o Mercado Central, atendendo a uma restrita parcela dos habitantes, a mais privilegiada, que morava nas proximidades da Baixa de São Bento. Conseguiu, momentaneamente, controlar a subida no preço da carne verde efetuada pelos *marchantes* que elevaram de 950 réis para 1\$100 réis o quilo, firmando acordos com a Continental de Osasco e o Frigorífico de Barretos.<sup>880</sup>

A pressão por parte dos moradores das áreas centrais (Consolação e Sé), contra o acúmulo de lixo e de pó nas ruas, associado ao perigo de infecção gripal, obrigou a prefeitura a se empenhar na continuidade e mesmo intensificação dos serviços de limpeza pública. Os gastos com essa verba extraordinária constituíram o terceiro maior dispêndio destinado ao socorro das vítimas (8,5 %), aplicado na aquisição de um automóvel irrigador mais eficiente para substituir o existente, em aumento salarial e na contratação de pessoal.<sup>881</sup>

<sup>878</sup> Ofício nº 477 (7/12/1918), pp. 83-5.

<sup>879</sup> “Os três mil negociantes de gêneros alimentícios estabelecidos em São Paulo e a grande quantidade de víveres deixaram a Prefeitura perfeitamente tranqüila sobre o abastecimento da cidade, que se fez normalmente, sem a intervenção sempre prejudicial e nociva do poder público”. Idem, p. 85; BERTOLLI FILHO, op.cit., p. 184.

<sup>880</sup> Ofício nº 477 (7/12/1918), pp. 85-6. Em meados de outubro, Altino tentou fixar o preço da carne verde, que se elevava para 1\$400 réis, mediante acerto o presidente Wenceslau Brás para possível concessão de autonomia à Junta de Alimentação paulistana para estabelecimento de uma tabela a ser mantida por 90 dias. O pedido foi recusado “para não alterar a situação da Capital Federal, onde a carne se vende a 1\$300 por quilo, sem reclamação dos interessados (...)”. AESP. APAA. *Locus*: AP92.01.001. vol.9 [21/10/1918].

<sup>881</sup> Ofício nº 477 (7/12/1918), p. 89.

Houve uma maior preocupação do poder Executivo municipal no funcionamento, e na expansão dos cemitérios e nos serviços de sepultamento, cujo desembolso chegou a 320:560\$585 ou 68,6 % do dispêndio total.<sup>882</sup>

Em fins de outubro, os paulistanos foram tomados de uma sensação aflitiva em relação à inviabilidade dos sepultamentos dos mortos pela epidemia e do transporte para os cemitérios. O serviço funerário, monopolizado pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, foi sublocado a firma Rodovalho Junior, Horta & Cia. em 1901. Com o desenrolar da pandemia gripal e o número de enterramentos diários, ascendendo a mais de 100, esta empresa acabou confessando “sua impotência para execução do contrato”, uma vez que sua capacidade de demanda de serviço foi completamente ultrapassada.<sup>883</sup>

A Prefeitura se viu forçada a colaborar com a casa funerária, responsabilizando-se tanto pelo fornecimento de urnas mortuárias quanto pela maior parte do transporte de cadáveres para os cemitérios. Washington encomendou a serrarias e marcenarias a fabricação de caixões, contudo, teve de solicitar o apoio de diversas empresas — Companhia Nacional de Juta, Light & Power Co., E. R. F. Matarazzo, São Paulo Railway, etc.— e instituições públicas para dar conta da enorme demanda, resultando na compra de 5.941 caixões.<sup>884</sup>

Nessa ocasião, foi decretada pelo Ato nº 1274 a suspensão temporária dos enterros de luxo, reduzindo os tipos de cerimônias, caixões e transporte de oito para apenas duas opções, sendo rebaixado os preços (para os pobres passava a ser gratuito). Diversos carros e caminhões, cedidos gratuitamente, foram adaptados para o transporte de mortos. O Palace Theatre, amplo edifício localizado no início da avenida Brigadeiro Luis Antônio, foi alugado pela Prefeitura que o transformou em imenso morgue, objetivando isolar os cadáveres, vítimas de influenza, pois se acreditava que esses poderiam propagar a infecção.<sup>885</sup>

O serviço propriamente cemiterial alcançou uma escala assombrosa. O número de enterramentos alcançou a cifra de 8040 em 45 dias, quando a normalidade costumava ser de 1350 o que ocasionou falta de pessoal. Procedeu-se a contratação de trabalhadores para abertura de covas e sepultamentos, porém, nem mesmo a elevação

---

<sup>882</sup> RELATÓRIO DE 1918 apresentando á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. Vol. 2. São Paulo: Casa Vanorden, 1919, pp. 615-22. Em seguida vinha a verba destinada a publicação de comunicados veiculados pelos jornais e impressão de relatórios (43:835\$100) e bônus e substituições pagos aos empregados públicos (21:577\$760).

<sup>883</sup> Ofício nº 477 (7/12/1918), p. 90.

<sup>884</sup> Idem, pp. 91-2.

<sup>885</sup> BERTOLLI FILHO, op.cit., pp. 186-8.

dos salários, que passaram de 2\$000 e 2\$500 diários até alcançar em meados de novembro, a 10\$000 diários, conseguia atrair mão-de-obra disposta a enfrentar a perigosa tarefa:

O desgosto de lidar com cadáveres, o medo de contrair a moléstia epidêmica, os ataques desta às pessoas ocupadas nos serviços internos dos cemitérios dificultam tal serviço, pelo que, não obstante a elevação dos salários, não era fácil encontrar pessoal que quisesse de tal mister.<sup>886</sup>

Esses problemas foram resolvidos pelo prefeito mediante o deslocamento de funcionários de outras repartições municipais e por meio do empréstimo de centenas de operários de algumas empresas (Sorocabana, Companhia Armour, City of San Paulo Improvements, Light & Power, S. P. Railway, etc.). Washington conseguiu reunir pelo menos 896 trabalhadores, permitindo a abertura de 11.762 covas, a manutenção das necrópoles e a regularidade no transporte de cadáveres, serviço pesadíssimo realizado em condições geralmente insatisfatórias:

Esses homens, juntos aos outros contratados, entraram numerosos para o serviço, mas logo desfalcaram, se reduziram, impressionados pelo trabalho fúnebre e desagradável (...). Por essas razões, e por não estar a grande maioria deles habituada ao lúgubre serviço, o trabalho deles rendia pouco. Além disso, serviço tão eventual não pode nele existir ordem perfeita, (...). Receoso de todos estes fatos, ainda mais das grandes chuvas, tão comuns na estação das águas que atravessamos, que poderiam interromper durante dias o serviço a fazer e desmanchar e inutilizar o serviço já feito, a Prefeitura manteve pessoal avultadíssimo nos cemitérios, sem olhar as despesas que ele ocasionava.<sup>887</sup>

Ampliou-se a área dos cemitérios do Brás, Araçá e São Miguel, por meio da anexação ou aquisição de terrenos contíguos. Um novo almocave teve de ser instalado no bairro da Lapa em 1º de novembro. A Diretoria do Serviço Sanitário resolveu proibir as visitas a esses locais, como medida de isolamento. Foram realizadas construções e recuperações de muros e instalada iluminação elétrica nas necrópoles do Araçá, Consolação e Brás, para permitir a execução de trabalhos noturnos.

No dia 11 de novembro a epidemia chegou ao seu ápice, com 1600 casos de gripe. Dessa data em diante houve uma tendência declinante da média diária até

---

<sup>886</sup> Ofício nº 477 (7/12/1918), p. 95.

<sup>887</sup> Idem.



praticamente desaparecer em 19 de dezembro, quando a cidade foi declarada livre da epidemia. Oficialmente pelo menos 116.777 paulistanos foram vitimadas de gripe espanhola, cifra que equivale a 22,32 % dos habitantes da capital estimada em 523.196 indivíduos. Pelos mesmos registros verifica-se que faleceram de gripe, 5.214 paulistanos ou 1 % da população, enquanto no Rio de Janeiro foram 12.388 óbitos e em todo o Estado de São Paulo, 12.386.<sup>888</sup> A respeito desse contingente, Bertolli Filho comprovou que a taxa de mortalidade foi significativamente maior nas “áreas tradicionalmente insalubres do município, como o Brás, a Mooca e o Belenzinho, distritos que, desde o início da redefinição da “Metrópole do Café”, eram encarados como os espaços por excelência pestilentos de São Paulo”.<sup>889</sup>

A crise epidêmica e a greve geral de 1917 evidenciaram graves contradições e as limitações do processo de modernização paulistano, e da capacidade do PRP em acompanhar o ritmo das mudanças. Washington Luís terminava seu segundo mandato como prefeito, bastante criticado pelo seu ineficiente desempenho diante desses episódios. Suas palavras finais no ofício nº 477 parecem admitir, por um momento, a impotência de um administrador público sempre convicto de suas decisões:

Eis o que foi feito neste período se seis semanas. Em melhores mãos ainda prontas, mais eficazes, mais inteligentes teriam sido as providências postas em prática. A cidade de São Paulo tem que se contentar com o Prefeito que escolheu.<sup>890</sup>

Restou-lhe reunir as forças para uma empreitada ainda mais pretensiosa, a de se alçar como candidato oficial do PRP à presidência do Estado de São Paulo em 1920. Seu enorme prestígio nas hostes perrepistas, a confiança de Altino Arantes e a sua enorme capacidade de adaptar-se aos desafios da administração pública lhe permitiram ascender ao cargo almejado e depois à presidência da República.

---

<sup>888</sup> BERTOLLI FILHO, op.cit., pp. 106-19.

<sup>889</sup> Idem, pp. 123-4. O autor questionou a idéia tradicional de que a influenza teria se espalhado de maneira idêntica entre os diversos segmentos sociais. Para isto efetuou o cruzamento de dados demográficos de 1918, obtendo um quadro bastante diversificado da distribuição dos óbitos, num total de 5100, pelos distritos paulistanos. Nos distritos periféricos, que incluem Belenzinho, Bom Retiro, Brás e Mooca, registrou-se 2382 óbitos gripais ou 46,69 % do total, enquanto nos distritos da Consolação e da Sé ocorreram somente 318 óbitos ou 6,23 %. A respeito da mortalidade por doenças infecto-contagiosas e transmissíveis, como a tuberculose e febre tifóide, e sua incidência na capital nas décadas de 1910 e 1920 ver: RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim...* Inventário da Saúde Pública. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993, pp. 238-46.

<sup>890</sup> Ofício nº 477 (7/12/1918), p. 97.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tom de mea-culpa revelado pelo prefeito Washington Luís ao final do ofício nº 477, relativo às providências tomadas durante a pandemia de gripe espanhola, manifestou a incapacidade da elite política paulista de pensar a capital de maneira integral e para um convívio harmonioso. A Greve Geral do ano anterior, anunciou as contradições e ambigüidades do modelo de gestão administrativa exclusivo da “metrópole do café”. Em vez de enfrentar esses desafios, as autoridades estadual e municipal adotaram medidas violentas e belicosas para conter a insurgência de manifestações não previstas da população no espaço público, visando à manutenção do controle administrativo da cidade durante as crises. Essas mesmas autoridades se viram forçadas em determinado momento a ceder, possibilitando brechas para o diálogo.

Washington, como prefeito da capital, representante e membro fiel do PRP, serviu aos desígnios da máquina administrativa estadual no exercício de submissão da municipalidade. O custo dessa posição se verifica na indisposição permanente da Câmara Municipal durante quase toda a sua gestão. Foi extremamente vital o apoio fornecido pelo presidente de Estado, Altino Arantes, que sustentou o projeto reeleição pela via direta.

Washington desenvolvera desde a Intendência em Batatais, e principalmente durante sua passagem pela Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, um estilo personalista de administrar, marcado por ímpetos voluntaristas, que freqüentemente criava indisposições agudas com os chefes do partido e mesmo com Altino. Contudo, possuía um talento administrativo e uma disposição sem igual para organização de estruturas burocráticas e soluções técnicas adequadas, quando estas sequer existiam. Redigia projetos de lei, relatórios, memorandos e uma infinidade de documentos de caráter administrativo de próprio punho, além disso costumava acompanhar pessoalmente o desenrolar dos serviços municipais, o andamento de obras e a construção de estradas de rodagem. Ao mesmo tempo, operava no campo político, cedendo as práticas usuais de seu partido, mantendo uma ampla rede de contatos com diversos diretórios municipais, transformando-se em uma liderança de peso dentro do PRP, no início dos anos 1920.

Em termos de melhoramentos urbanos, a gestão de Washington Luís manteve a orientação anterior investindo na área central da capital seguindo o Plano Bouvard. Houve a continuidade da transformação da rua São João em imenso bulevar

ao modo da Avenida Central carioca, chocando-se com as propostas *sittianas* do parque do Anhangabaú, ornadas por jardins e pelos Palacetes Prates. Apesar da publicação da planta da cidade, definindo os perímetros faltou uma proposta de planejamento urbano que regulasse o crescimento desequilibrado da capital, que continuou a ser conduzido por interesses privados.

Washington contornou as limitações orçamentárias voltando-se para a renegociação do enorme passivo externo com uma guinada inusitada: um empréstimo em praça norte-americana. Da mesma forma, tratou de regular as despesas e os investimentos, realizando uma reforma administrativa no final de seu primeiro mandato.

Os anos 1910, sem dúvida, caracterizam-se como uma conjuntura marcada por crises. A eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 afetou profundamente a cidade de São Paulo: crise no mercado de trabalho com a cessação do fluxo da imigração e o desemprego; desabastecimento e a falta de gêneros de primeira necessidade; crise na construção civil; diminuição na produção industrial; diminuição das exportações de café e redução das importações.

Washington empenhou-se na formulação de soluções para minorar os efeitos da carestia com o estabelecimento de mercados francos (feiras livres). Aliou a isso um plano de estradas de rodagem com o intuito de facilitar a ligação da zona rural produtora do município com os mercados da cidade. Uma seção específica da Diretoria de Obras e Viação encarregou-se de materializar essas iniciativas. Canalizando seus interesses no setor automobilístico, como membro da diretoria do Automóvel Clube de São Paulo, cuidou ainda de organizar o Primeiro Congresso de Estrada de Rodagem do Estado de São Paulo, juntamente com o governo estadual em 1917.

Em outra frente, celebrou a imagem do futuro industrial da capital com a realização da Primeira Exposição Industrial de São Paulo, refutando os acontecimentos recentes. Sua participação ativa em eventos esportivos e artísticos, moldou uma imagem de empreendedor público (*self-made man*) identificado com as inovações técnicas e científicas modernas.

Washington Luís representava não exatamente o que a Primeira República era, mas o que ela pretendia ser enquanto projeto político institucional. Utilizando-se de recursos tecnológicos disponíveis e do discurso inerente a estes meios, lançou-se a campo para concretizar a utopia republicana da ordem regulada pela racionalidade técnica e burocrática. Conseguia atuar “modernamente” frente à crise sistêmica, formulando estratégias diferenciadas em relação aos prefeitos anteriores, advogando a

possibilidade de transferência do controle das administrações locais para esfera estadual mediada por comissões técnico-administrativas (supostamente isentas de interferência política) para gerir os complexos problemas urbanos que demandariam conhecimento profissional abrangente.

Como protagonista mais eminente da geração “modernizante” do PRP, Washington Luís explorou esporadicamente o imaginário do “bandeirismo” para forjar uma espécie de *marketing* pessoal, exibindo-se como prefeito-atleta e proferindo discursos recheados de efeitos visuais.

## FONTES

## Fontes Impressas

## Anais, Relatórios, Mensagens e outros documentos oficiais

ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1914 (1º ano da 8ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo, 1914.

ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1915. (2º ano da 8ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo, 1915.

ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1916. (3º ano da 8ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1916.

ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1917. (1º ano da 9ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1917.

ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1918. (2º ano da 9ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo: Tipografia Piratininga, 1918.

ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1919. (3º ano da 9ª legislatura), organizado pelo taquígrafo Manoel Alves de Sousa. São Paulo, 1919.

ANAIS do Congresso Constituinte de 1905, organizados pelos taquígrafos Horacio Sabino e Numa de Oliveira, s. l., s. e., 1906.

ANAIS da Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo de 1904 (1º ano de 6ª Legislatura) organizados pelos taquígrafos Horacio Sabino e Numa de Oliveira, s.l., s. e., 1905.

ANAIS da Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo de 1905 (2º ano de 6ª Legislatura) organizados pelos taquígrafos Horacio Sabino e Numa de Oliveira. s.l., s. e., 1906

ANAIS do 1º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, São Paulo, 31 de maio, 1917. 2v. São Paulo: Secretaria da Agricultura e Obras Públicas do Estado de São Paulo, 1917.

ANAIS do 2º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem, Campinas, 2 a 4 de outubro 1919. São Paulo: Secretaria da Agricultura e Obras Públicas do Estado de São Paulo; Typographia Piratininga, 1920.

ANAIS do 3.º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem reunido em S. Paulo em 1923. Secretaria da Agricultura. Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. v. 3. São Paulo: Seção de Obras d' "O Estado de S. Paulo", 1924.

*Código de Posturas de Batataes*: Lei n. 16, São Paulo: Typ.-Litographia Ribeiro, 1894.

MENSAGEM enviada ao Congresso do Estado a 14 de julho de 1914 pelo dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, vice-presidente do Estado de São Paulo. São Paulo: Garraux, 1914. 72p.

MENSAGEM enviada ao Congresso do Estado a 14 de julho de 1915 pelo dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do Estado de São Paulo. São Paulo: Garraux, 1915. 87p.

MENSAGEM apresentada ao Congresso do Estado a 14 de julho de 1916 pelo dr. Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo. São Paulo: Garraux, 1916. 96p.

MENSAGEM apresentada ao Congresso do Estado a 14 de julho de 1917 pelo dr. Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo. São Paulo: Garraux, 1917. 96p.

MENSAGEM apresentada ao Congresso do Estado a 14 de julho de 1918 pelo dr.

- Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo. São Paulo: s.e., 1918. 109p.
- MENSAGEM apresentada ao Congresso do Estado a 14 de julho de 1919 pelo dr. Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo. São Paulo:Garraux, 1919. 112p.
- MENSAGEM apresentada ao Congresso do Estado a 14 de julho de 1923 pelo dr. Washington Luís Pereira de Sousa. In: ANAIS da Sessão Ordinária do Senado do Estado de São Paulo de 1922 (1º ano da 12ª legislatura) organizada pelos taquígrafos Luiz A. Pereira da Fonseca e Dr. Manuel M. Erichsen. São Paulo: s. n., 1923.
- OFFICIO Nº 477 do Prefeito Municipal Washington Luís relativamente às providencias tomadas pela municipalidade durante a Epidemia de Grippe e de acordo com a Resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918. da Câmara. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL DE 1920. Ministério da Agricultura, Industria e Commercio / Directoria Geral de Estatística. vol. 1. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.
- RELATÓRIO DE 1899 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Antonio da Silva Prado em 31 de março de 1890. São Paulo: Typ. a vapor Espíndola, Siqueira e Comp., 1900
- RELATÓRIOS DE 1912-1913 apresentados á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Raymundo Duprat. São Paulo: Casa Vanorden, 1914.
- RELATÓRIO DE 1914 apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. 2v. São Paulo: Casa Vanorden, 1916.
- RELATÓRIO DE 1915 apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1916.
- RELATÓRIO DE 1916 apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.
- RELATÓRIO DE 1917 apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.
- RELATÓRIO DE 1918 apresentado á Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. 2v. São Paulo: Casa Vanorden, 1919.
- RELATÓRIO DE 1919 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Firmiano de Moraes Pinto. São Paulo: Casa Vanorden, 1920.
- SÃO PAULO (cidade) Prefeitura. Melhoramentos do centro da cidade: projeto. São Paulo: Typographia Brasil Rothschild & Cia., 1911.
- SÃO PAULO (ESTADO). ANAIS da Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo de 1914 (3º ano da 9ª legislatura), organizado pelos taquígrafos Horácio Belfort e Numa de Oliveira. São Paulo: s.n., 1915.
- SÃO PAULO (ESTADO). ANAIS da Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo de 1916 (1º ano da 10ª legislatura), organizado pelos taquígrafos Horácio Belfort e Numa de Oliveira. São Paulo: s.n., 1917.
- SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (JORGE TIBIRIÇÁ). MENSAGEM de 7 de abril de 1905.
- SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (JORGE TIBIRIÇÁ). MENSAGEM de 14 de julho de 1906.
- SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (JORGE TIBIRIÇÁ). MENSAGEM de 14 de julho de 1907.
- SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALBUQUERQUE LINS). MENSAGEM de 14 de julho de 1908.
- SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALBUQUERQUE LINS). MENSAGEM de 14 de julho de 1909.
- SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALBUQUERQUE LINS). MENSAGEM de

- 14 de julho de 1911.  
 SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (ALBUQUERQUE LINS). MENSAGEM de 1º de maio de 1912.  
 SÃO PAULO (ESTADO). PRESIDENTE (RODRIGUES ALVES). MENSAGEM de 14 de julho de 1913.  
 SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública. RELATÓRIO apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado pelo Secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luís P. de Sousa. Ano de 1906. São Paulo: Typographia Brasil, 1907.  
 SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria dos Negócios da Justiça e da Segurança Pública. RELATÓRIO apresentado ao Dr. M. J. Albuquerque Lins, presidente do Estado, pelo secretário da Justiça e da Segurança Pública Washington Luís P. de Sousa. Ano de 1911. São Paulo: Typographia Brasil, 1911.

### Periódicos

- O Comércio de São Paulo. São Paulo.  
 O Correio Paulistano. São Paulo.  
 O Estado de S. Paulo. São Paulo.  
 A Penna. Batatais.  
 A Lei. Batatais.  
 O Nacionalista. Batatais.  
 Ilustração Paulista. São Paulo.

### Memória

- BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. v.3 [Metrópole do café]. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954.  
 EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de São Paulo*. v.2 (período republicano: 1889-1920). São Paulo: Secção de Obras O' "O Estado de São Paulo", 1927.  
 EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes do Estado de São Paulo*. v.3 (1926-27). São Paulo: Secção de Obras de "O Estado de São Paulo", 1927.  
 FERNANDES, José Augusto. *Bom Jesus da Cana Verde: Batataes de Outr'Ora*. São Paulo: s.n., 1939.  
 FONSECA, Luiz. *Washington Luís Pereira de Sousa (1897-1920): o administrador, o político, o homem*. São Paulo: Pocaí & Comp., 1920. 243p.  
 JARDIM, Renato. *Reminiscências (de Rezende, Estado do Rio, às plagas paulistas: São Simão, Batataes, Altinópolis e Rib. Preto)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria José Olympio, 1946. 225p.  
 LUNÉ, A.J.B. & FONSECA, P.D. (organizadores). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*, Ed. fac-similar. IMESP, 1985.  
 MARQUES, Altino Arantes. *Passos do meu caminho*. 2v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.  
 MARTINS, Antonio Egydio. *São Paulo antigo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Francisco Alves, 1911.  
 MELHORAMENTOS do centro da cidade de São Paulo: projeto apresentado pela Prefeitura Municipal. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Cia., 1911.  
 MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de outrora: evocações da metrópole*. 2.ed. São Paulo: Martins, 1943.  
 SOUSA, Washington Luís Pereira de. *A Capitania de São Paulo*. São Paulo: Casa Garroux, 1918.  
 TELES, Augusto Carlos da Silva. *Melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: Escolas

Profissionais Salesianas, 1907.

*Washington Luís*: visto pelos contemporâneos no primeiro centenário de seu nascimento. São Paulo: s. n. , 1968. 332p.

*Washington Luís*: homenagem do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: s. n. , 1957. 111p.

## Fontes Manuscritas

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP)

Arquivo Privado Washington Luís (APWL)

Locus: **183.2.63** - De: Eduardo Dale [APER] Para: Gabriel de Resende Filho - Local: São Paulo - data: n/c - assunto: ofício da Associação Permanente de Estradas de Rodagem e anexo o Estatuto da APER aprovado por ocasião do 2º Congresso Paulista de Estradas de Rodagem realizado em outubro de 1919.

Locus: 184.3.96 - De: n/c - Para: Washington Luís. Local: São Paulo - data: 18/01/1917 - assunto: crítica dirigida a Câmara Municipal de São Paulo por um engenheiro anônimo.

Locus: 185.1.39 - De: Altino Arantes - Para: W. Luis - Local: S. Paulo - data: 09/09/1919 - assunto: Altino apresenta dados sobre situação financeira do estado.

Locus: 185.1.41 - De: Altino Arantes - Para: W. Luis - Local: S. Paulo - data: 05/07/1915 - assunto: resposta à reclamação sobre intimação do diretor do Serviço Sanitário (Guilherme Álvaro).

Locus: 185.1.42 - De: Altino Arantes - Para: W. Luis - Local: S. Paulo - data: 27/09/1914 - assunto: indicação política (negócios).

Locus: 185.1.43 - De: Altino Arantes - Para: W. Luis - Local: S. Paulo - data: 03/03/1914 - assunto: colocam a disposição do prefeito alguns professores (indicação não esclarecida).

Locus: 185.1.63 - De: Altino Arantes - Para: W. Luis - Local: S. Paulo - data: 16/09/1916 - assunto: indicação política.

Locus: 185.1.64 - De: Altino Arantes - Para: W. Luis - Local: S. Paulo - data: 20/01/1917 - assunto: indicação política para fiscal municipal.

Locus: 185.1.68 - De: Altino Arantes - Para: W. Luis - Local: S. Paulo - data: 04/09/1919 - assunto: comentários sobre incidente político e tomada de empréstimo.

Locus: 185.1.69 - De: Altino Arantes - Para: W. Luis - Local: S. Paulo - data: 04/08/1917 - assunto: indicação política - emprego na Câmara Municipal.

Locus: 185.1.72 - De: Altino Arantes - Para: W. Luis - Local: S. Paulo - data: 20/11/1917 - assunto: indicação política de médico para prefeitura.

Locus: 185.1.150 - De: Frederico Roberto de Azevedo Marques - Para: W. Luís - Local: S. Paulo - data: 23/07/1914 - assunto: indicação para promotoria da capital.

Locus: 185.1.151 - De: Tancredo do Amaral - Para: W. Luis - Local: Santa Isabel - data: 16/06/1918 - assunto: reforça pedido de favor para parente.

Locus: 185.1.154 - De: Tancredo do Amaral - Para: W. Luis - Local: Capivari - data: 14/10/1916 - assunto: pedido de favor - intercede para sua transferência de comarca.

Locus: 185.1.194 - De: Polycarpo [Marques Jr.] - Para: W. Luis - Local: Ribeirão Preto - data: 30/01/1914 - assunto: indicação para ministro do tribunal de justiça do Estado.

Locus: 185.1.195 - De: Polycarpo [Marques Jr.] - Para: W. Luis - Local: Ribeirão Preto - data: 16/06/1914 - assunto: pedido de favor - remoção para vara da capital.

Locus: 185.1.196 - De: Manoel Polycarpo Marques Jr. - Para: W. Luís - Local: Ribeirão Preto - data: 08/07/1914 - assunto: pedido de intervenção em remoção de cargo.



- Locus: 185.2.8 - De: Dunshee de Abranches - Para: W. Luís - local: Rio de Janeiro - data: 06/07/1914 - assunto: informações sobre o mercado financeiro europeu (possibilidade de empréstimo em casa bancária inglesa).
- Locus: 185.2.9 - De: Raphael Tobias de Barros - Para: W. Luís - Local: S. Paulo - data: 17/07/1914 - assunto: solicita documentos para efetivação de empréstimo.
- Locus: 185.3.192 - De: [ilegível] - Para: W. Luís - Local: Rio de Janeiro - data: 05/12/1929 - assunto: Comentário sobre artigo de Wallace Thompson em que traça a biografia de Washington (esta em anexo e foi publicado no *New York Herald Tribune Magazine*).
- Locus: 189.1.44 - De: Affonso A. de Freitas - Para: W. Luís - Local: S. Paulo - data: 06/09/1917 - assunto: comunica a escolha de Washington pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo para compor organizar e dirigir os trabalhos da seção de lingüística.
- Locus: 193.1.66 - De: Veiga Miranda - Para: W. Luís - Local: S. Paulo - data: 22/02/1918 - assunto: pedido de favor (remanejamento de parente na prefeitura).
- Locus: 193.1.118 - De: Luis Pereira Barreto - Para: W. Luís - Local: S. Paulo - data: 16/03/1917 - assunto: jardins públicos da capital.
- Locus: 193.1.139 - De: Eugenio Egas - Para: W. Luís - Local: S. Paulo - data: 08/05/1919 - assunto: informações sobre cobrança de multas e infrações nas tabelas dos mercados e feiras municipais.
- Locus: 193.2.161 - De: Rangel Moreira - Para: W. Luís - Local: S. Paulo - data: 09/02/1914 - assunto: nomeação para cargo de professor na Escola Normal da capital.
- Locus: 193.2.182 - De: Alberto Sarmiento - Para: W. Luís - Local: Campinas - data: 17/10/1914 - assunto: empréstimo externo para prefeitura.
- Locus: 193.2.185 - De: C. Meisel & Co. Importador e Exportador - Para: W. Luís - Local: Rio de Janeiro data: n/c - assunto: empréstimo externo para prefeitura.
- Locus: 198.2.23 - De: Rui Barbosa - Para: W. Luís - Local: Rio de Janeiro data: 12/12/1918 - assunto: pedido de favor (ocupação para cidadão tchecoslovaco).
- Locus: 198.2.40 - De: [Calixto] - Para: W. Luís - Local: São Vicente - data: 18/16/1915 - assunto: pede emprego para o filho na Seção de Obras da Prefeitura.
- Locus: 198.2.90 - De: A. Sodré - Para: W. Luís - Local: Rio de Janeiro - data: 20/07/1916 - assunto: pede fornecer regulamentos e instruções sobre mercados livres.
- Locus: 198.2.125 - De: W. Luís - Para: Cons. Rodrigues Alves - Local: São Paulo - data: 18/10/1916 - assunto: Informações sobre o empréstimo americano ao município.
- Locus: 198.2.28 - De: Cons. Rodrigues Alves - Para: W. Luís - Local: Rio de Janeiro - data: 20/10/1916 - assunto: resposta à questão do empréstimo americano.
- Locus: 198.2.73 - De: Fernando Prestes - Para: W. Luís - Local: Itapetininga - data: 14/02/1914 - assunto: pedido de favor.
- Locus: 198.2.164 - De: Fontes Jr. - Para: W. Luís - Local: Rio de Janeiro - data: 16/07/1916 - assunto: oferta de empréstimo à municipalidade paulistana.
- Locus: 198.2.184 - De: Reynaldo Porchat - Para: W. Luís - Local: São Paulo - data: 09/10/1923 - assunto: autonomia municipal.
- Locus: 198.3.6 - De: Antonio A. Lobo - Para: W. Luís - Local: Campinas - data: 27/01/1914 - assunto: proposta de empréstimo à municipalidade paulistana.
- Locus: 198.2.25 - De: [Brito S.] - Para: W. Luís - Local: n/c - data: 30/09/1915 - assunto: pedido de remanejamento de pessoal da prefeitura.
- Locus: 198.3.43 - De: Eloi Chaves [Secretário de Segurança Pública] - Para: W. Luís - Local: São Paulo - data: 21/07/1915 - assunto: projeto de utilização de sentenciados em obras de reparo em estradas de rodagem.

- Locus: 199.1.108 - De: Gabriel de Andrade Junqueira - Para: W. Luís - Local: Batatais - data: 20/05/1917 - assunto: indicação política.
- Locus: 199.2.23 - De: Luiz Silveira - Para: W. Luís - Local: Paris - data: 09/03/1919 - assunto: questão da carestia e do aumento de preços durante a guerra na França e de sua solução (instalação de barracas para venda de gêneros alimentícios em Paris).
- Locus: 199.2.24 - De: Luiz Silveira - Para: W. Luís - Local: n/c - data: 16/01/1914 - assunto: possíveis declarações à imprensa a respeito do plano administrativo da prefeitura.
- Locus: 199.2.73 - De: Bernardino de Campos - Para: W. Luís - Local: São Paulo - data: 20/01/1914 - assunto: indicação de Brazilio de Campos, engenheiro da Escola Politécnica, para fiscal da limpeza pública.
- Locus: 200.1.30 - De: Ver. Alcântara Machado - Para: W. Luís - Local: n/c - data: 22/03/1918 - assunto: indicação política para fiscal de limpeza pública.
- Locus: 200.1.31 - De: Ver. Alcântara Machado - Para: W. Luís - Local: n/c - data: n/c - assunto: indicação política para guarda de mercado do Anhangabaú.
- Locus: 200.1.37 - De: Ver. Alcântara Machado - Para: W. Luís - Local: n/c - data: 02/09/1914 - assunto: pedido de favor a chefe político no Butantã.
- Locus: 200.1.38 - De: Ver. Alcântara Machado - Para: W. Luís - Local: São Paulo - data: 07/06/1916 - assunto: pedido de favor ao Major José Maria Passalacqua.
- Locus: 200.1.55 - De: Ver. Joaquim Marra - Para: W. Luís - Local: São Paulo - data: 30/05/1917 - assunto: empréstimo a prefeitura da capital.
- Locus: 200.1.56 - De: Ver. Joaquim Marra - Para: W. Luís - Local: São Paulo - data: 28/06/1916 - assunto: pede nomeação efetiva do contínuo José Capes.
- Locus: 200.1.58 - De: Ver. José Adriano Marrey - Para: W. Luís - Local: n/c - data: 14/10/1915 - assunto: promoção de guarda fiscal.
- Locus: 200.1.60 - De: Ver. José Adriano Marrey - Para: Major Luis Fonceca - Local: S. Paulo - data: 18/11/1918 - assunto: pedido de indicação política.
- Locus: 200.1.62 - De: Almerindo M. Gonçalves - Para: W. Luís - Local: S. Paulo - data: 02/09/1918 - assunto: vários pedidos de transferências de funcionários municipais.

### Arquivo Privado Altino Arantes (APAA)

- Locus: AP90.02.09 - De: Washington Luís - Para: Altino Arantes - Local: São Paulo - data: 11/09/1911 - assunto: respondendo a serviço prestado por Altino Arantes.
- Locus: AP91.01.001 - Diário escrito por Altino Arantes durante seu período na presidência de São Paulo, relatando todos os seus acontecimentos [período: 01/05/1916 a 31/10/1917 - 5 volumes - Atuação de Altino Arantes no Governo de São Paulo - fotocópia] - Título original: *Meu diario – Registro intimo de factos e impressões (redigido ao correr da penna, sem preocupação litteraria de qualquer especie, e destinado a meu uso pessoal e exclusivo)*. v.1. 1916. [s.p.].
- Locus: AP92.01.001 - Diário escrito por Altino Arantes durante seu período na presidência de São Paulo, relatando todos os seus acontecimentos [período: 1918/1919 - 5 volumes - Atuação de Altino Arantes no Governo de São Paulo - fotocópia] - Título original: *Meu diario – Registro intimo de factos e impressões (redigido ao correr da penna, sem preocupação litteraria de qualquer especie, e destinado a meu uso pessoal e exclusivo)*. v.1. 1916. [s.p.].

## BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, pp. 215-87.
- ANTUNES, Benedito. *Juó Bananére: As cartas d'Abax'ó Pignes*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- ANTUNES, Sérgio Pereira. *A administração de Washington Luís: um resgate*. Tese (doutorado). F.F.L.C.H./USP, 2003.
- ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: entre a história e a memória*. Bauru: EDUSC, 2000.
- AZEVEDO, Aroldo de. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. v. 2 (A evolução urbana). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BERTOLLI Filho, Cláudio. *Epidemia e Sociedade: a gripe espanhola no município de São Paulo*. São Paulo, 1986, 482p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BOBBIO, N. , NICOLA, M. , GIANFRANCO, P. *Dicionário de Política*. trad. Carmen C. Varriale... [et al.]. 7.ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995. 2v.
- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato, difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.
- BRESCIANI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades em perspectiva. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- BRIOSCHI, Lucila dos Reis. Fazendas de criar. In: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis (org.). *Na estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- CAMARGOS, Marcia. *Villa Kyrial: crônica da Belle Époque paulistana*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente–Campos Sales. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: República*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. v. 1, tomo III, pp. 47-50.
- CARONE, Edgard. *A República Velha – I – Instituições e classes sociais*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1975.
- \_\_\_\_\_. CARONE, Edgard. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.
- CARONE, E. & JUNQUEIRA, M.S.A. Atas do Partido Republicano Paulista. *Revista de Estudos Históricos*. F.F.C.L. Marília, n. 11, 1972, pp. 135-230.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- CASALECCHI, José Ênio. *O Partido republicano paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250p.
- CHARLOT, Mônica & MARX, Roland. *Londres, 1851-1901: a era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- COGGIOLA, Osvaldo. Buenos Aires, Cidade, Política, Cultura. *Rev. Brasileira de História*, 1997, v. 17, n. 34, pp.101-18.
- COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- COSTA, Lauro. *O alvorecer do automóvel em Piratininga: breves notas sobre veículos e transportes de São Paulo*. São Paulo: Gráfica Biblos Limitada, 1956.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.
- DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na “Belle Époque”*: a medicalização do crime. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1971.
- DEBES, Célio. *Washington Luís: primeira parte: 1869-1924*. São Paulo: IMESP, 1994.
- \_\_\_\_\_. O historiador Washington Luís. In: *RIHGGSP*, v.LXXXV, 1990, pp. 20-35.
- \_\_\_\_\_. *Non Ducor, Duco*: história de um braço de armas. In: *RIHGGSP*, v.LXXXVI, 1991, pp. 74-81.
- DOIN, José Evaldo de Mello. *Capitalismo bucaneiro: Dívida externa, materialidade e cultura na saga do café*. São Paulo, 2001. 2 v. Tese de Livre Docência - Faculdade de História, Direito e Serviço Social (campus de Franca) - Universidade Estadual Paulista.
- DUTRA, Maria Stella Teixeira Fernandes. *A Arquitetura de Batatais (1880-1930)*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, v. 1.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v.
- FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: EDUSP, 1987.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre/São Paulo: Globo/EDUSP, 1975. 2 v.
- FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In: \_\_\_\_\_. *História Geral da Civilização Brasileira: República*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989. v. 1, Tomo III, pp. 206-13.
- FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e Segurança: Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos histórico-sociais*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1974.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/José Olympio Editora, 1973, v. 2

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 3.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Ordem e Progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.
- GERODETTI, João Emílio & CORNEJO, Carlos. *Lembranças de São Paulo: a capital paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças*. São Paulo: Studio Flash Produções Gráficas, 1999.
- GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Discurso filosófico da modernidade*. Tradução de Ana Maria Bernardes *et al.* Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HISTÓRIA & ENERGIA*, 3. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era do capital: 1848-1875*. tradução de Luciano Costa Neto. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, S. B., FAUSTO, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 6. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1981. 11v.
- HONORATO, Cezar. *O polvo e o porto: a Cia. Docas de Santos (1888-1914)*. São Paulo–Santos: Editora Hucitec; Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- HÜNNINGHAUS, Kurt. *História do automóvel*. v. 2. Tradução de Maryla Gremo. São Paulo: Boa Leitura Ed., s. n.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O coronelismo: uma política de compromissos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia*. São Paulo, 1986. tese (Doutorado em História) — Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Humanas, Universidade de São Paulo.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição: Santos (1870-1913)*. São Paulo/Santos: HUCITEC, 1993.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LEME, Marisa Saenz. *Aspectos da evolução urbana de São Paulo na Primeira República*. São Paulo, 1984. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LEMO, A. C. Lemos. *Alvenaria burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A República ensina a morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LEVI, Darrell E. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.
- LIMA Sobrinho, Barbosa. *A verdade sobre a revolução de outubro de 1930*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.
- LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do Positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

- LOBATO, J. B. M. *Mrs. Slang e o Brasil & Problema Vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959 (Obras completas, v.8).
- LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.
- LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Peres de (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1997.
- LOVE, Joseph. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*. Tradução de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. Um segmento da elite política brasileira em perspectiva comparativa. In: *A revolução de 30: seminário Internacional*. Brasília: UnB, 1983, pp. 47-76.
- LUCA, Tania Regina De. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- LUCA, Tânia Regina De. São Paulo e a construção da identidade nacional. In: FERREIRA, A.C., LUCA, T.R., IOKOI, Z.G (org.). *Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- MARINS, Paulo Sérgio Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, pp. 131-214.
- MAYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. (coord.-geral), SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *História da vida privada no Brasil*, v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MELLO, Z. M. C. & SAES, F. A. M. Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. In: *Estudos Econômicos*, v. 15, n. 2, 1985.
- MEMÓRIA URBANA: a Grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.
- MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo. de comunidade a metrópole*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- \_\_\_\_\_. As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. In: *Estudos Históricos*. CEPEDOC/FGV, v. 8, n. 16, 1995, pp. 205-25.
- MUNFORD, Lewis. *A cultura das cidades*. Tradução Neil R. Da Silva. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961.
- NEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical. sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Nosso Século: memória fotográfica do Brasil no século 20: volume 1. 1900/1910*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- NOVAIS, F. (coord.-geral), SEVCENKO, N. (org.). *História da vida privada no Brasil*. v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- MATOS, Odilon Nogueira. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.
- PADILHA, Marcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.
- PASCHKES, Maria Luísa N. de Almeida. Bondes, terrenos e especulação. In: *HISTÓRIA & ENERGIA* (1 - A chegada da Light). São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986.
- PAULA, Eurípides Simões de. A segunda fundação de São Paulo: da pequena cidade à grande metrópole de hoje. In: *Revista de História* (USP), n. 17, 1954.
- PAZIANI, Rodrigo Ribeiro. *Construindo a Petit Paris: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920)*. Franca, 2004. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.
- PEREIRA, José Carlos Medeiros. *Formação industrial do Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Hucitec/Secretaria de Estado de Cultura, 1984.
- PEREIRA, Robson Mendonça. *O municipalismo de Washington Luís em sua atuação em Batatais (1893-1900): aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha*. Franca, 1998. 249p. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca, Universidade Estadual Paulista.
- \_\_\_\_\_. O municipalismo de Washington Luís através de sua experiência em Batatais: apontamentos a uma preocupação (1892-1900). In: *Estudos de História* (Franca), v. 3, n. 2, 1996, pp. 153-170.
- \_\_\_\_\_. Reforma e construção da ordem: o traçado da política higienista do interior paulista - o caso de Batatais (1890-1900). In: *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 1/2, 1999, pp. 201-228.
- \_\_\_\_\_. Washington Luís, o “paulista de Batatais”. In: *Amicus*, Batatais, n. 3, 2001, pp. 113-131.
- \_\_\_\_\_. Renato Jardim, autonomista e educador. In: *Amicus*, Batatais, n. 5, 2002, pp. 56-68.
- \_\_\_\_\_. O desenvolvimento das estradas de rodagem em São Paulo na Primeira República: o pioneirismo de Washington Luís. In: *Estudos de História*, Franca, v. 10, n. 2, 2003, pp. 181-202.
- \_\_\_\_\_. Panorama da imprensa batataense no final do século XIX. In: *Amicus*, Batatais, n. 10, 2004, pp. 115-129.
- \_\_\_\_\_. Washington Luís e a modernização de Batatais. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2005 (no prelo).
- PEREIRA, R. M. & MAGALHÃES, S. M. Diário íntimo de Altino Arantes: subsídio para história política e administrativa de São Paulo. In: *Revista Histórica*, São Paulo, n. 15, 2004, pp. 23-29.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff. Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930). Prefácio de Décio Saes. Tomo I. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. A República e a Modernização do Estado de São Paulo. In: *Cadernos da F.F.C.*, v. 9, n. 2, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1851)*. São Paulo: DIFEL, 1968.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. 2v. Tomo III. Sociedade e Instituições (1889-1930). 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- RAMOS, Roberto Duarte. *Urbanismo e modernidade na Primeira República*. Franca, 1995. 231p. Dissertação (mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim ... Inventário da saúde pública – São Paulo – 1880-1930*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.
- REIS FILHO, Nestor Goulart dos. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- \_\_\_\_\_. *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e estratégias de desenvolvimento*. In: DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres (organizadoras). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação e territórios na cidade de São Paulo*. 3.ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2003.
- ROMERO, José Luis. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas*. México: Siglo Veintiuno, 1976.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grade empresa de serviços públicos na economia cafeeira 1850-1930*. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. Os limites da comparação. A Cidade, A Arquitetura e os Espaços Verdes: o caso de Belo Horizonte. *Revista USP* (São Paulo), n. 26, pp.195-205, 1995.
- SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: AnnaBlume/FAPESP, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- \_\_\_\_\_. *São Paulo: 110 anos de industrialização (1880-1990)*. São Paulo: Editora Três.
- SCHORSKE, Carl. E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.
- SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, pp. 7-48.



- \_\_\_\_\_. *Pindorama revisitada: cultura e sociedade em tempos de virada*. São Paulo: Peirópolis, 2000
- SIEGEL, Jerrold. *Paris boêmia: cultura, política e os limites da vida burguesa (1830-1930)*. Tradução de Magda Lopes. Porto Alegre: L&PM, 1992.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1968.
- SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Organização e apresentação de Carlos Roberto Monteiro de Andrade; tradução de Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.
- SOARES Júnior, Rodrigo. *Jorge Tibiriçá e sua época*. ed. ilustrada. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, v. 2.
- SOLLER, M. A. & MATOS, M. I. S. *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 6. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1975.
- STOLCKE, Verena. *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Tradução de Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- TELAROLLI, Rodolpho. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo, 1981. 2 v. tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Humanas, Universidade de São Paulo.
- TELAROLLI Junior, Rodolpho. *Poder e Saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *O bairro do Brás*. São Paulo: Prefeitura Municipal e Secretaria de Educação e Cultura de São Paulo, 1969.
- VENANCIO Filho, Alberto. *Das Arcadas ao bacharelismo (150 anos de Ensino Jurídico no Brasil)*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. 2v. São Paulo/Belo Horizonte:EDUSP/Itatiaia, 1987.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: v.1 (agricultura capitalista e as origens da economia mundo europeia no século XVI)*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1996.
- WEBER, Max. A política como vocação. In: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Organização e introdução de H. H. Gerthe e C. Wight Mills. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.